(ORG.) Luciana Sanguiné, Welington Augusto Blume
e Rodrigo Luis Dos Santos
Coordenação geral: Luciana Sanguiné e Débora Karpowicz



HISTÓRIA DOS POVOS FORMADORES DO RIO GRANDE DO SUL

Entre pampas, imigrantes e diásporas

VOL. 6 - MIGRAÇÕES ALEMÃS NO RIO GRANDE DO SUL

EDITORA
SCHREIBEN

Luciana Sanguiné
Welington Augusto Blume
Rodrigo Luis Dos Santos
(Organizadores)

HISTÓRIA DOS POVOS FORMADORES DO RIO GRANDE DO SUL:

entre pampas, imigrantes e diásporas

Volume 6

MIGRAÇÕES ALEMÃS NO RIO GRANDE DO SUL

Coordenação geral:
Luciana Sanguiné
Débora Karpowicz

EDITORA
SCHREIBEN

2026

© Dos Organizadores – 2026
Editoração e capa: Schreiben
Imagem da capa: Caroline Loch (lochstudioprojetos@gmail.com)
Revisão: os autores
Livro publicado em: 13/04/2026
Termo de publicação: TP0242026

Conselho Editorial (Editora Schreiben):
Dr. Adelar Heinsfeld (UPF)
Dr. Airton Spies (EPAGRI)
Dra. Ana Carolina Martins da Silva (UERGS)
Dr. Cleber Duarte Coelho (UFSC)
Dr. Daniel Marcelo Loponte (CONICET – Argentina)
Dr. Douglas Orestes Franzen (UCEFF)
Dr. Eduardo Ramón Palermo López (MPR – Uruguai)
Dr. Fábio Antônio Gabriel (SEED/PR)
Dra. Geuciane Felipe Guerim Fernandes (UENP)
Dra. Ivânia Campigotto Aquino (UPF)
Dr. João Carlos Tedesco (UPF)
Dr. Joel Cardoso da Silva (UFPA)
Dr. José Antonio Ribeiro de Moura (FEEVALE)
Dr. Klebson Souza Santos (UEFS)
Dr. Leandro Hahn (UNIARP)
Dr. Leandro Mayer (SED-SC)
Dra. Marcela Mary José da Silva (UFRB)
Dra. Marciane Kessler (URI)
Dr. Marcos Pereira dos Santos (FAQ)
Dra. Natércia de Andrade Lopes Neta (UNEAL)
Dr. Odair Neitzel (UFFS)
Dr. Wanilton Dudek (UNESPAR)

Esta obra é uma produção independente. A exatidão das informações, opiniões e conceitos emitidos, bem como da procedência e da apresentação das tabelas, quadros, mapas, fotografias e referências é de exclusiva responsabilidade do(s) autor(es).

Editora Schreiben
Linha Cordilheira - SC-163
89896-000 Itapiranga/SC
Tel: (49) 3678 7254
editoraschreiben@gmail.com
www.editoraschreiben.com

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

H673 História dos povos formadores do Rio Grande do Sul : entre pampas, imigrantes e diásporas. Vol. VI, Migrações alemãs no Rio Grande do Sul / organizado por Luciana Sanguiné, Welington Augusto Blume e Rodrigo Luis dos Santos; coordenação geral: Luciana Sanguiné, Débora Karpowicz. – Itapiranga : Schreiben, 2026.
388 p. : il. ; e-book ; 16 x 23 cm.
Inclui bibliografia e índice remissivo
E-book no formato PDF.
ISBN: 978-65-5440-655-0 [versão impressa]
EISBN: 978-65-5440-654-3 [versão digital]
DOI: 10.29327/5830253
1. Imigração alemã – Rio Grande do Sul – História. 2. Colonização – Rio Grande do Sul. 3. Migrações – Aspectos históricos. 4. Cultura alemã – Brasil. 5. Rio Grande do Sul – História. I. Sanguiné, Luciana. II. Blume, Welington Augusto. III. Santos, Rodrigo Luis dos. IV. Karpowicz, Débora. V. Título.

CDD 985.65

Bibliotecária responsável Juliane Steffen CRB14/1736

Sumário

APRESENTAÇÃO.....7
Luciana Sanguiné
Welington Augusto Blume
Rodrigo Luis dos Santos

PREFÁCIO.....13
Jeffrey Lesser

IMIGRAÇÃO ALEMÃ, INTEGRAÇÃO E IDENTIDADES COLETIVAS

O RIO GRANDE DO SUL "ALEMÃO", AOS 200 ANOS.....17
René E. Gertz

A CONSTRUÇÃO SOCIAL E IDENTITÁRIA DOS IMIGRANTES ALEMÃES (RIO GRANDE DO SUL – SÉCULOS XIX E XX).....35
Marcos Antônio Witt

ENQUADRAMENTOS DA MEMÓRIA: AGENTES, NARRATIVAS E IDENTIDADE ALEMÃ EM COQUEIROS (DO SUL) /RS.....57
Vítor Mateus Viebrantz

POLÍTICA, PODER E PROJETOS DE COLONIZAÇÃO

O SISTEMA DE COLONIZAÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS E AS PROPOSTAS DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO DE ABRANTES E PÉREZ ROSALES – BRASIL E CHILE – SÉCULO XIX.....85
Welington Augusto Blume

ESTADO, COLONIZADORAS E CONFLITOS AGRÁRIOS: A COLONIZAÇÃO PRIVADA E A EXCLUSÃO DO LAVRADOR NACIONAL NO PLANALTO RIO-GRANDENSE (1ª REPÚBLICA).....99
Rosane Marcia Neumann

MEANDROS PARTIDÁRIOS E JOGOS DE PODER: A CIDADE DE SÃO LEOPOLDO/RS COMO UM LOCUS DE ANÁLISE DA POLÍTICA SUL-RIO-GRANDENSE (1928–1937).....123
Rodrigo Luis dos Santos

LÍNGUA, EDUCAÇÃO, RELIGIÃO E SOCIABILIDADES

DIACRONIA DO CONTATO ALEMÃO-PORTUGUÊS:
BREVE HISTÓRIA LINGUÍSTICO-CONTATUAL
DA IMIGRAÇÃO ALEMÃ NO RIO GRANDE DO SUL.....149
Amanda Timmen Mello

LUTERANISMO NO RIO GRANDE DO SUL:
ORIGENS E FORMAÇÃO INSTITUCIONAL DA IGREJA EVANGÉLICA
DE CONFISSÃO LUTERANA NO BRASIL (IECLB) E DA IGREJA
EVANGÉLICA LUTERANA DO BRASIL (IELB) EM UM CONTEXTO
DE MIGRAÇÃO, COLONIZAÇÃO E DIÁSPORA.....175
Ricardo Willy Rieth

ENTRE CRUZES E EPITÁFIOS:
A IDENTIDADE RELIGIOSA DE MIGRANTES ALEMÃES NOS
CEMITÉRIOS DE NOVO PARAÍSO, ESTRELA/RS – 1856–1889.....195
Valéria da Silva Schmidt

PEDAÇOS DO SILÊNCIO: FRAGMENTOS ESCOLARES
DE HERANÇAS IMIGRANTES NO ACERVO BENNO MENTZ.....217
Milleny Dubiel

PAISAGEM, ARQUITETURA
E MATERIALIDADES DA IMIGRAÇÃO

DAS PICADAS ÀS TORRES: A TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM
E A IMPORTÂNCIA DO NEOGÓTICO NAS COLÔNIAS
GERMÂNICAS DO RIO GRANDE DO SUL.....243
Pedro Eneri Cremonese

A MARCA DA ARQUITETURA DA IMIGRAÇÃO ALEMÃ.....269
André Huyer

MEMÓRIA, REPRESENTAÇÕES E EXPRESSÕES CULTURAIS

NARRATIVAS SOBRE A IMIGRAÇÃO ALEMÃ EM ESTRELA (RS):
ENALTECIMENTO ÉTNICO, MEMÓRIA TRAUMÁTICA
E IMPACTOS DAS CHEIAS DE 2024.....285
Bibiana Werle
Cristiano Nicolini

OKTOBERFEST DE IGREJINHA: A FESTA DA CULTURA ALEMÃ,
EMBALADA PELA INCLUSÃO, IDENTIDADE E MEMÓRIA.....303
Douglas Márcio Kaiser
Claudia Schemes
Denise Blanco Sant Ana

A PRESENÇA DA IMIGRAÇÃO
DE LÍNGUA ALEMÃ NA LITERATURA BRASILEIRA.....325
Gerson Roberto Neumann
Ernani Mügge

WILLST DU TANZEN? DER DEUTSCH GEHT LEHREN:
MÚSICA, ETNICIDADE E PERTENCIMENTO NAS BANDINHAS
TEUTO-BRASILEIRAS DO RIO GRANDE DO SUL.....353
Luciana Sanguiné

BIOGRAFIA DOS AUTORES.....371

ÍNDICE REMISSIVO.....381



Apresentação

A história é êmula do tempo, repositório dos fatos,
testemunha do passado, exemplo do presente,
advertência do futuro.
Miguel de Cervantes

Em um primeiro momento, escrever a apresentação de uma coletânea pode parecer algo simples, se pensarmos apenas no breve ato de sintetizar e apresentar alguns aspectos dos textos que a compõe. Entretanto, existe algo mais profundo nessa tarefa. De um lado, o trabalho empreendido pelos organizadores, visando construir uma obra consistente e de valor historiográfico significativo, buscando colaboradores, ou seja, autoras e autores que acreditem na proposta e dela participem. Isso, sem contar nos aspectos de organização e trabalhos técnicos relacionados com a produção de um livro. Por outro, encontramos, justamente, os trabalhos escritos pelas autoras e autores que se interessaram e encaminharam seus textos para integrar a coletânea. Dito isso, para nós, que organizamos esta coletânea, apresentar estes trabalhos é deveras um ato importante, pois representa a concretização de uma tarefa instigante e, mais que isso, contributiva para o campo temático da Imigração Alemã e seus múltiplos desdobramentos. Por sinal, essa dimensão multifacetada de assuntos é uma marca acentuada do trabalho que você, estimada leitora e estimado leitor, tem aqui acesso.

Iniciando a coletânea, o eixo *Imigração alemã, integração e identidades coletivas* reúne reflexões que abordam, de forma ampla, os processos históricos, culturais e simbólicos associados à presença de imigrantes de língua alemã no Rio Grande do Sul.

O texto de **René Gertz**, *O Rio Grande do Sul "alemão", aos 200 anos*, apresenta uma reflexão sobre as formas de representação do bicentenário da imigração alemã no estado, a partir da análise de matérias publicadas em jornais e revistas, bem como de manifestações acadêmicas ocorridas ao longo de 2024. Em sua abordagem, o autor evidencia as continuidades e transformações nas percepções sobre os imigrantes de fala alemã e seus descendentes, apontando tanto os discursos celebratórios quanto as leituras críticas que emergiram na

imprensa e nas instituições culturais. Com sua reconhecida precisão analítica, Gertz traça um panorama das interpretações públicas e das tensões identitárias que permeiam o debate contemporâneo sobre a herança teuto-brasileira, situando o bicentenário como um momento privilegiado de revisitação da memória e de reavaliação histórica do papel dessas comunidades na formação social e cultural do Rio Grande do Sul.

Na sequência, **Marcos Antônio Witt**, em *A construção social e identitária dos imigrantes alemães (Rio Grande do Sul – Séculos XIX e XX)*, amplia a reflexão sobre a presença e o legado dos imigrantes de fala alemã no estado, examinando os processos de integração desenvolvidos ao longo de dois séculos. O autor destaca os vínculos entre identidade, religiosidade e vida comunitária, mostrando como as práticas cotidianas, as instituições locais e as tradições familiares funcionaram como pontes entre a herança europeia e o contexto brasileiro. Sua abordagem revela as formas pelas quais a cultura teuto-brasileira se consolidou e se transformou, contribuindo para compreender as dinâmicas de adaptação, pertencimento e continuidade cultural que marcaram a formação social do Rio Grande do Sul.

Vítor Mateus Viebrantz, em *Enquadramentos da memória: agentes, narrativas e identidade alemã em Coqueiros (do Sul) /RS*, analisa os usos e disputas em torno da memória da presença alemã no município de Coqueiros do Sul, tomando como foco os diferentes agentes que mobilizam esse passado na construção de identidades e pertencimentos locais. O autor examina produções memorialísticas elaboradas por diletantes, instituições socioculturais e pelo poder público, evidenciando como narrativas fundacionais, marcadas pela valorização das "raízes", do pioneirismo e da chamada "alemanidade", operam enquadramentos seletivos da memória. Ao problematizar esses usos do passado, o estudo destaca tensões de homogeneização, exclusão e instrumentalização identitária, bem como o impacto recente das políticas culturais, em especial da Lei Paulo Gustavo, na ampliação e atualização dessas práticas memorialísticas no contexto sul-rio-grandense.

O eixo *Política, poder e projetos de colonização* concentra estudos que analisam as políticas migratórias, os modelos colonizatórios e as dinâmicas de poder associadas à ocupação do território.

Iniciando este eixo, temos o trabalho *O sistema de colonização dos Estados Unidos e as propostas de imigração e colonização de Abrantes e Pérez Rosales – Brasil e Chile – Século XIX*, de **Welington Augusto Blume**. Neste texto, Blume analisa as interpretações e os discursos do chileno Vicente Pérez Rosales e do brasileiro Miguel Calmon du Pin e Almeida, o Visconde de Abrantes, relacionados com o processo de constituição de políticas migratórias nos Estados Unidos da América,

refletindo sobre como modelos e alternativas poderiam ser aplicadas no Chile e Brasil. Essa temática é importante pois, além da dimensão comparativa, nos fornece subsídios teóricos para compreender os efeitos que a imigração trouxe, pensando, especialmente, no caso brasileiro, mais precisamente no Rio Grande do Sul. Desta forma, o capítulo "abre horizontes" para os demais temas que serão desdobrados nas páginas vindouras.

Rosane Marcia Neumann, no capítulo *Estado, colonizadoras e conflitos agrários: a colonização privada e a exclusão do lavrador nacional no Planalto Rio-Grandense (1ª República)*, aborda a construção das políticas de colonização ocorridas na transição entre Império e República no Brasil, marcados pela iniciativa privada. Por outro lado, somando-se neste contexto, também enfoca os conflitos decorrentes, imbricando interesses e dissonâncias entre as empresas colonizadoras e a população que ocupava determinados territórios, com a presença de pequenos lavradores, posseiros, ervateiros e os chamados caboclos. Como local de análise, o estudo abrange a região do município sul-rio-grandense de Cruz Alta.

Por fim, **Rodrigo Luis dos Santos**, no texto intitulado *Meandros partidários e jogos de poder: a cidade de São Leopoldo/RS como um lócus de análise política sul-rio-grandense (1928-1937)* como um locus de análise da política sul-rio-grandese (1928-1937), busca compreender as diferentes formas de ações políticas ocorridas nesta área pioneira da imigração alemã no Rio Grande do Sul, tendo como recorte temporal o período entre 1928 e 1937, que marca o fim da Primeira República até o golpe que instaurou o Estado Novo, em novembro de 1937. Com isso, sejam por relações familiares, religiosas e/ou econômicas, se busca evidenciar uma trama complexa e que exige uma análise para além dos modelos partidários de articulação política, que marcou o cenário na qual os descendentes dos imigrantes do século XIX estavam fortemente inseridos.

O eixo *Língua, educação, religião e sociabilidades* reúne estudos que exploram práticas culturais, linguísticas e religiosas como elementos estruturantes da vida comunitária.

Amanda Timmen, em *Diacronia do contato alemão-português: breve história linguístico-contatual da imigração alemã no Rio Grande do Sul*, aborda a continuidade do idioma como elemento estruturante da identidade cultural das comunidades teuto-brasileiras. A autora analisa as formas pelas quais o ensino, a oralidade e as práticas familiares contribuíram para a manutenção do alemão em diferentes gerações, ressaltando o papel das escolas, das igrejas e dos espaços comunitários nesse processo. Ao tratar das transformações linguísticas ocorridas ao longo do tempo, o texto evidencia como a língua, mais do que um meio de comunicação, tornou-se um símbolo de pertencimento e de resistência cultural nas regiões de colonização alemã do Rio Grande do Sul.

Ricardo Willy Rieth, em *Luteranismo no Rio Grande do Sul: origens e formação institucional da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) e da Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB) em um contexto de migração, colonização e diáspora*, apresenta uma análise sobre o desenvolvimento do luteranismo no estado e sua consolidação institucional. O autor discute a relação entre fé, etnicidade e colonização, destacando o papel das comunidades luteranas na organização social, educacional e cultural das colônias, bem como as diferenças e convergências históricas entre as duas igrejas que marcaram a experiência religiosa dos imigrantes e seus descendentes.

Valéria da Silva Schmidt, em *Entre Cruzes e Epitáfios: a identidade religiosa de migrantes alemães nos cemitérios de Novo Paraíso, Estrela/RS (1856–1889)*, analisa os cemitérios como espaços de memória e expressão da religiosidade dos imigrantes de origem alemã. A autora identifica, com base em pesquisa histórica e observação direta, símbolos e inscrições que refletem a continuidade das crenças cristãs e da identidade cultural dessas comunidades. Cruzamentos, epitáfios em alemão, ramos de palma e outras marcas visuais são interpretados como expressões da fé, da esperança e do sentimento de pertencimento que atravessam gerações. O estudo destaca o papel dos cemitérios na preservação da memória religiosa e na permanência dos valores espirituais no contexto da imigração.

No texto *Pedaços de silêncio: fragmentos escolares de heranças imigrantes no acervo Benno Mentz*, **Milleny Dubiel** investiga como materiais escolares preservados no acervo de Benno Mentz revelam aspectos da formação cultural e identitária nas comunidades de imigração do Rio Grande do Sul. A autora analisa cadernos, anotações e registros que evidenciam práticas pedagógicas, memórias e valores transmitidos no ambiente escolar. O estudo propõe uma reflexão sobre o papel da escola como espaço de continuidade e transformação das heranças imigrantes, destacando a importância dos vestígios materiais na construção da memória educacional e cultural.

No eixo *Paisagem, arquitetura e materialidades da imigração*, os capítulos abordam a construção do espaço e da paisagem como expressão de pertencimento.

Pedro Cremonese, em *Das picadas às torres: a transformação da paisagem e a importância do neogótico nas colônias germânicas do Rio Grande do Sul*, analisa a forma como os imigrantes de origem alemã moldaram o território a partir da relação entre fé, arquitetura e identidade. O autor demonstra que a paisagem construída, marcada pelas torres neogóticas e pelas igrejas que pontuam os vales coloniais, expressa a devoção religiosa e o esforço coletivo de afirmação cultural. O neogótico é apresentado como um símbolo de pertencimento e memória, cuja materialidade traduz o legado espiritual e artístico das comunidades germânicas no estado.

Andre Huyer, em *A marca da arquitetura na imigração alemã*, destacas as peculiaridades arquitetônicas empreendidas por alemães e descendentes, destacando a técnica construtiva enxaimel, que se tornou a mais emblemática e conhecida, permeando o imagético popular quando mencionamos a arquitetura de origem alemã. Por outro lado, o autor destaca deturpações contemporâneas, numa tentativa de criação forçada de identidade europeia a partir da utilização dessa técnica, em "experimentos" até, em certo ponto, questionáveis e de falsa significação estética e cultural.

O eixo *Memória, representações e expressões culturais* encerra a coletânea, reunindo análises sobre narrativas, festas, literatura e música como espaços de ressignificação identitária.

No texto *Narrativas sobre a imigração alemã em Estrela (RS): enaltecimento étnico, memória traumática e impactos das cheias de 2024*, **Bibiana Werle e Cristiano Nicolini** analisam como o município de Estrela constrói e reelabora sua identidade teuto-brasileira a partir das memórias coletivas e das recentes catástrofes climáticas. O estudo contrapõe o passado heroico, que exalta o pioneirismo dos imigrantes, ao passado traumático, marcado pela repressão durante o Estado Novo, evidenciando como ambos se atualizam no presente. As enchentes de 2024 introduzem novas camadas de memória e questionam as narrativas de progresso e harmonia difundidas no espaço público local.

No estudo *Oktoberfest de Igrejinha: a festa da cultura alemã, embalada pela inclusão, identidade e memória*, **Douglas Márcio Kaiser, Claudia Schemes e Denise Blanco Sant'Ana** analisam como a Oktoberfest de Igrejinha se consolidou como espaço de celebração da cultura alemã e de construção de pertencimento comunitário. O texto destaca a relevância do voluntariado, da memória coletiva e da inclusão como elementos estruturantes da festa, articulando tradição e inovação em um evento que ressignifica práticas culturais e reforça identidades locais.

No capítulo *A presença da imigração de língua alemã na literatura brasileira*, de **Gerson Roberto Neumann** e **Ernani Mügge**, os autores empreendem uma análise sobre a inserção do processo imigratório de falantes de língua alemã na construção literária brasileira. Para isso, se dedicam ao estudo tanto de produções realizadas no Brasil quanto em obras publicadas na Alemanha, possibilitando uma reflexão crítica sobre conexões estabelecidas e temáticas relacionadas com elementos importantes, entre os quais, podemos citar, identidade, memórias e heranças culturais – e suas referências mantidas ou ressignificadas.

Por fim, **Luciana Sanguiné**, em *Willst du tanzen? Der Deutsch geht lehren: música, etnicidade e pertencimento nas bandinhas teuto-brasileiras do Rio Grande do Sul*, investiga de que maneira a música e o humor atuam como marcadores de

identidade nas comunidades descendentes de povos de língua alemã no estado. A autora analisa como as bandinhas, por meio de letras, performances, repertórios paródicos e usos específicos da língua, produzem vínculos de pertencimento e atualizam memórias coletivas em contextos festivos e comunitários. A pesquisa, fundamentada na análise histórico-cultural de canções, capas de álbuns e materiais de circulação musical, evidencia que o riso, a sátira e a autoironia constituem elementos centrais na negociação simbólica da etnicidade, permitindo articular heranças migratórias e experiências contemporâneas. Assim, a música das bandinhas é compreendida como prática social viva, que opera como espaço de coesão, reconhecimento identitário e reelaboração das tradições culturais no Rio Grande do Sul.

Nesta coletânea, não contamos apenas com a presença de historiadoras e historiadores, mas de autoras e autores de outras áreas, como do campo das Letras, da Arquitetura e Urbanismo, do Patrimônio Cultural, entre outros campos disciplinares. De igual modo, conseguimos reunir nomes com trajetórias já consagradas no campo da pesquisa da imigração e, ao mesmo tempo, pesquisadoras e pesquisadores que estão construindo suas vivências nesta área. Isso, em grande monta, consegue demonstrar que o tema da Imigração Alemã e seus diversos recortes ainda é "atrativo" e, a partir de diferentes perspectivas disciplinares, teóricas, metodológicas, de interesses e interpretações, segue em permanente renovação.

Por último, e não menos importante – muito pelo contrário –, queremos reiterar nossos sinceros agradecimentos às autoras e aos autores que se dispuseram em participar desse projeto, nos prestigiando com o envio de seus textos. Assim, de alguma forma, deixamos mais um registro para a Historiografia acerca da Imigração Alemã. E que esses capítulos – e essa coletânea – sirvam, também, de inspiração para novas pesquisas e projetos. E, às leitoras e leitores deste livro, desejamos que "a viagem narrativa" seja instigante, produtiva e enriquecedora em informações e conhecimentos.

Boa leitura!

Luciana Sanguiné – PUCRS
Welington Augusto Blume – PUCRS/IHSL
Rodrigo Luis dos Santos – UCS/IHSL
Organizadores

Prefácio

Jeffrey Lesser

Cátedra de Estudos Brasileiros, Universidade Emory (EUA)

Na minha experiência, a pesquisa e a vida real frequentemente se cruzam. Um desses momentos aconteceu quando meus filhos gêmeos tinham cerca de dez anos e estávamos passando férias em um hotel-fazenda no estado de São Paulo. Durante o almoço, os gêmeos comentaram que estavam muito chateados porque os monitores das atividades infantis insistiam em chamá-los de "alemão". Por que, perguntaram eles, os netos judeus de avós romenos, italianos e russos, com uma mãe nascida no Brasil e pai nascido nos Estados Unidos, seriam chamados por tal nome? Expliquei aos meninos que isso provavelmente era resultado de seus cabelos loiros, pele clara e estatura alta, mas que eu entendia por que isso os incomodava. Conversei com o monitor, que era muito atencioso, e ele ficou perplexo com a resistência dos gêmeos em serem chamados pelo que ele considerava uma etnia positiva. Como ele disse: "Não é como se eu os tivesse chamado de 'negros'".

Os leitores deste prefácio podem, assim como o monitor, ficar surpresos com a reação dos meus filhos, visto que o uso de apelidos étnicos no Brasil é comum. Contudo, como Rachel de Queiroz (1963)[1] argumenta de maneira contundente em seu conto "Nacionalidade," esses apelidos retiram de milhões de brasileiros o pertencimento cultural e a cidadania social. Ainda assim, denominações para brasileiros como "alemão" e "japonês" surgem da experiência real de imigrantes e seus descendentes no Brasil.

Imigração Alemã no Rio Grande do Sul, o volume mais recente da série *História dos Povos Formadores do Rio Grande do Sul*, nos ajuda a compreender melhor a história por trás da palavra "alemão". Os organizadores Luciana Sanguiné, Welington Augusto Blume e Rodrigo Luis dos Santos reuniram um grupo de renomados pesquisadores para examinar as experiências teuto-brasileiras em diversas áreas do conhecimento e nos ajudar a compreender

1 Ver Rachel de Queiroz, "Nacionalidade" (1963), disponível em: https://cronicabrasileira.org.br/cronicas/19087/nacionalidade.

melhor a distinção entre imigrantes (ou seja, aqueles que migraram para o Brasil) e aqueles classificados como "imigrantes" em função de sua ancestralidade ou etnia herdada. O volume, portanto, amplia as narrativas tradicionais sobre o passado e incentiva os leitores a refletirem sobre as implicações de uma cultura popular na qual os brasileiros de ascendência alemã são frequentemente vistos como estrangeiros permanentes.

Os ensaios, incluindo os de René Ernaini Gertz e Marcos Witt, que influenciaram profundamente meu próprio trabalho, abrangem tópicos como religião, geografia, literatura e história. Juntos, os capítulos demonstram a multiplicidade de experiências dos imigrantes alemães, que, por sua vez, criaram diversos tipos de identidades teuto-brasileiras. A variedade de temas permite que os leitores compreendam como os imigrantes e seus descendentes interagiram cultural, social, econômica e politicamente com a sociedade brasileira majoritária. De fato, os capítulos mostram que as identidades pós-migratórias alemãs não eram homogêneas nacional ou culturalmente, e que ser alemão no Brasil, ou teuto-brasileiro, assumiu muitas formas. Em conjunto, esses ensaios representam uma importante contribuição para os "Novos Estudos Étnicos Latino-Americanos", um movimento informal de pesquisadores que busca ir além da abordagem que trata as "colônias" como experiências incomparavelmente únicas[2].

A obra *História dos Povos Formadores do Rio Grande do Sul - Imigração Alemã no Rio Grande do Sul* lembra aos leitores que os discursos essencialistas frequentemente utilizados para discutir identidades étnicas não são uniformes nem consistentes. Ao analisar as múltiplas maneiras pelas quais imigrantes alemães e teuto-brasileiros expressam suas identidades, os capítulos demonstram que ser "de dentro" e "de fora" são duas faces da mesma moeda, sempre em constante interação com normas "tradicionais" em transformação. Utilizando uma ampla gama de abordagens, os colaboradores deste volume ajudam a desnaturalizar a etnicidade de imigrantes e seus descendentes, transformando a identidade de algo essencial em algo negociado. A análise e as fontes apresentadas em cada capítulo mostram que os imigrantes e seus descendentes tinham muito a ganhar ao negociar tanto uma nacionalidade brasileira uniforme imaginada quanto suas novas etnicidades pós-migratórias. Este volume é um exemplo de como o trabalho acadêmico representa as complexidades e as simplicidades das vidas multiculturais.

2 Jeffrey Lesser and Raanan Rein, "Laços Finais: Novas Abordagens sobre Etnicidade e Diáspora na América Latina no Século XX." Projeto História 94:42 (Junho 2011), 73-94. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/7974.

IMIGRAÇÃO ALEMÃ, INTEGRAÇÃO E IDENTIDADES COLETIVAS



O RIO GRANDE DO SUL "ALEMÃO", AOS 200 ANOS

René E. Gertz[1]

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Jubileus são episódios que envolvem a maioria das pessoas, em algum momento de suas vidas. Possivelmente, os jubileus de uniões matrimoniais sejam os mais lembrados ("bodas de prata", "de ouro", "de diamante"). Os espaços cronológicos mais referidos como jubilares são os de 25 anos, e seus múltiplos. Independente do papel que possam exercer em nível pessoal, jubileus têm importância para instituições e para grupos – incluindo nações inteiras – para uma avaliação do caminho percorrido no passado, e para um projeções em direção ao futuro.

Se formos procurar referências a eventuais jubileus ligados ao processo de instalação de povos de fala alemã, no Rio Grande do Sul, constatamos que há um silêncio profundo a respeito, até o centenário, em 1924. Deve-se destacar que este silêncio se refere a registros atualmente conhecidos. É possível que tenham sido feitos comentários – ou, até, realizadas "comemorações" – aos 25 anos, em 1849; aos 50, em 1874; aos 75, em 1899. Mas é pouco provável que isto tenha acontecido em proporções significativas. Em 1849, se tinha, recém, saído da Revolução Farroupilha, e, em termos sociais e econômicos, um bem-estar minimamente difundido ainda não limitado; em 1874, estava em pleno desenrolar o conflito "*mucker*", que, apesar de ter-se localizado na região de Sapiranga, criou um clima negativo para a "colônia alemã" como um todo; mesmo que o ano de 1899 não apresente circunstâncias inibidoras evidentes, as situações anteriores sugerem que, mesmo assim, ainda não havia motivos para desencadear entusiasmo para festejar datas jubilares.

Como mostrou Roswithia Weber (2004), a primeira grande não só lembrança, mas, sim, comemoração jubilar expressa foi o centenário, no ano de 1924. Vários fatores se apresentavam favoráveis, naquele momento. Sobre, no mínimo, dois deles não pode haver dúvidas: subjetivamente, alemães e descendentes do estado tinham vivido situações constrangedoras, durante a

1 Doutor em Ciência Política. Membro do Instituto Histórico de São Leopoldo (IHSL).

Primeira Guerra Mundial, e a rememoração do centenário, seis anos depois de seu término, representou uma forma de procurar reconstruir a autoestima; objetivamente, tanto do ponto de vista socioeconômico quanto demográfico, e até político, a presença de alemães e descendentes não podia mais ser ignorada, isto incluía a disponibilidade de dinheiro para festas e exposições, e também para publicar um volumoso livro alusivo, o famoso *Cem anos de germanidade*, com suas 568 páginas (VERBAND DEUTSCHER VEREINE [Ed.], 1924).[2]

Mesmo que, obviamente, não devem ter faltado vozes a criticar e a difundir visões menos benevolentes, o clima geral foi positivo. Aparentemente, este clima foi tão favorável que se ensaiou um jubileu pouco usual de "110 anos" da imigração alemã, em 1934, que levou, entre outros, à decretação do 25 de julho, data da chegada dos primeiros alemães a São Leopoldo, como feriado estadual, no ano seguinte (WEBER, 2004, p. 95-104). Sem entrar em detalhes, esta situação se explica pelo crescimento da importância demográfica e econômica das regiões de colonização alemã, pela simpatia pessoal de Flores da Cunha – que chegara ao poder no estado, com a Revolução de 1930 – para com as "colônias" alemã e italiana, e pelos reflexos da ascensão do nazismo ao poder na Alemanha.

A situação esteve mais uma vez pouco favorável em 1949, quando referências aos 125 anos foram ofuscadas por efeitos sobreviventes da Segunda Guerra Mundial. A situação, porém, evoluiu para melhor, nos anos seguintes. Já com o governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), as relações com a Alemanha e a avaliação sobre seus cidadãos-descendentes no Brasil mudaram para melhor (GERTZ, 2018; GERTZ, 2020), realidade que, com idas e vindas, desembocou, no início da década de 1970, em um governo federal "alemanizado", no Brasil, com Ernesto Geisel como presidente da República, e um envolvimento peculiar do país com a Alemanha, no campo geopolítico e econômico, fatos que favoreceram manifestações e avaliações mais benignas, as quais redundaram em intensas atividades, oficiais e não-oficiais, em torno do assim chamado "sesquicentenário".[3]

Índices de simpatia e antipatia em relação a grupos étnicos ou culturais, no conjunto da população brasileira, medidos por levantamentos demoscópicos, não costumam ser divulgados, no país. Mas é certo que, nos últimos 50 anos, sobreviveram preconceitos positivos e negativos em relação a alemães e descendentes no Brasil. Talvez a tendência dominante no conjunto da população não fosse nem a favor nem contra. Mas pode-se pressupor como plausível que a

2 A tradução para o português foi feita por Arthur Blásio Rambo, sob o título *Cem anos de germanidade no Rio Grande do Sul – 1824-1924* (São Leopoldo: Editora da UNISINOS, 1999).

3 Sobre as relações Brasil/Alemanha, no contexto de 1974, cf. ROEHE, 2005; a respeito dos festejos como tais, cf. LIMA, 2017.

polarização política verificada na sociedade brasileira, nos últimos anos, se tenha refletido, em alguma medida, de forma negativa na avaliação sobre o "mundo alemão". Alguns de meus estudos têm mostrado não desprezível insistência num suposto ou efetivo crescimento do assim chamado "neonazismo", na imprensa e na opinião pública, e este, por sua vez, costuma ser, quase invariavelmente, atribuído à presença dos "alemães" (GERTZ, 2022; GERTZ, 2024).

Um exemplo por mim vivenciado pode ilustrar a realidade que tenho em mente. Quando o secretário federal de cultura, Roberto Alvim, em 2020, parafraseou – ou até citou literalmente – Goebbels, uma jornalista do Rio de Janeiro fez contato comigo, buscando meu aval acadêmico para um artigo que pretendia escrever para defender a tese de que se alemães de Timbó, em Santa Catarina, não tivessem criado um núcleo do partido nazista, em 1928, ninguém teria ficado sabendo, neste país, que o nazismo existiu – e o Brasil teria sido poupado do governo Bolsonaro.

Diante deste quadro, o objetivo, aqui, é muito simples: apresentar algumas manifestações expressas em órgãos de imprensa a respeito dos 200 anos da imigração alemã, no Rio Grande do Sul, mostrando, sem qualquer preocupação com uma análise sistemática, coisas que podiam ser lidas no *Correio do Povo*, em *Zero Hora*, e na revista *Parêntese*, todos de Porto Alegre, durante o ano de 2024. Em relação aos dois jornais, não há necessidade de explicações ou justificativas, pois se trata dos maiores e mais tradicionais, do estado. A revista foi incluída porque representa um órgão diferente da imprensa diária, podendo apresentar alguma diferença daí derivada. Além disso, justifica-se alguma curiosidade em saber que foi divulgado por uma publicação um pouco "alternativa", tanto no formato quanto no conteúdo, dirigida por Luís Augusto Fisher, conhecido professor, agitador cultural, e descendente de imigrantes de fala alemã.

Com isso, não se tem nenhuma pretensão de apresentar a opinião dominante sobre o tema nem uma eventual "média". Parte-se do pressuposto de que os conteúdos refletem uma manifestação de peso, que pode ter exercido influência sobre a opinião pública, em geral. Mas as limitações analíticas do material determinam cautela em relação a quaisquer conclusões mais gerais.

Para mostrar que, com certeza, aquilo que aparece nas três fontes indicadas não constitui unanimidade, recorreu-se ao Instituto Humanitas da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. A escolha desta instituição se justifica pela importância que ela exerce em São Leopoldo, município oficialmente declarado "berço da colonização alemã no Brasil". Não se pode negar que seja legítimo pressupor como importantes as opiniões dali emanadas.

Repita-se, enfaticamente, que não se trata aqui de apresentar uma análise com pretensões de validade geral, e, muito menos, de esgotamento do tema.

O objetivo principal é indicar informações iniciais, e eventuais rumos para um empreendimento investigativo mais consistente, mais sistemático, que deverá ser assumido por outros investigadores. Concretamente, trata-se de uma sugestão de tema de pesquisa, para outros estudiosos.

CORREIO DO POVO

Em 24 de fevereiro de 2024, o *Correio do Povo* anunciou que começava a publicar, neste dia, "uma série de reportagens e conteúdos especiais" sobre o bicentenário da imigração alemã. "*Mensalmente*, até o mês de julho, o jornal irá recordar a história da imigração alemã e seu legado no Rio Grande do Sul, a partir de assuntos como economia, saúde, agricultura, cultura, literatura, religião e educação", mas não ficou claro qual seria o critério cronológico efetivamente adotado para a divulgação, pois já nesta data inicial foram publicados dois textos; em 29 de março foram quatro; em 27 de abril três; e os últimas cinco trazem as datas de 20, 21, 22, 23, 24 e 25 de julho, portanto bem próximas à "data magna", a última das citadas.

Não existem informações sobre quem definiu os assuntos a serem abordados nem quem realizou as pesquisas. De qualquer forma, dos 16 artigos enquadrados no conjunto documental que aqui interessa, 14 estão assinados por Felipe [Reis] Faleiro; Lisiane Mossmann e Simone Schmidt respondem por uma matéria, cada uma. A primeira autora é graduada em Jornalismo pela UNISINOS, e mestre em Comunicação pela Universidade Federal do Piauí; a segunda possui, formalmente, os mesmos diplomas universitários, ambos obtidos na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.[4] Quanto aos assuntos abordados, Mossmann escreveu sobre a memória preservada no Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, e Schmidt sobre a imagem que a Literatura gaúcha e brasileira reflete em relação a imigrantes alemães e descendentes. Finalmente, o signatário da massa dos comentários (14, ao todo), Felipe Faleiro, apresenta um currículo semelhante às duas colegas, sendo graduado em Jornalismo pela FEEVALE, e mestre em Comunicação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.[5]

O currículo de nenhum dos três apresenta produção intelectual que permitisse classificá-los como conhecedores prévios dos temas abordados, no sentido de que apresentassem um perfil histórico-profissional que poderia ter levado à escolha de seus nomes para a autoria dos textos. O único dado concreto é que os três possuem algum tipo de vivência pessoal nos municípios de Novo

4 https://www.escavador.com/sobre/6092319/lisiane-mossmann (acessado em 1/9/2025); https://www.escavador.com/sobre/1535838/simone-schmidt (acessado em 1/9/2025).

5 http://lattes.cnpq.br/2584819470288860 (acessado em 1/9/2025).

Hamburgo e de São Leopoldo, seja por terem estudado na UNISINOS ou na FEEVALE, seja por terem trabalhado em algum órgão de imprensa, nestes dois municípios. A sensação geral, intuitiva, é que a direção do jornal tenha dado algumas indicações gerais sobre o enfoque a ser dado, convocando os jornalistas a pesquisar e a escrever a respeito, ou, então, que aquilo que efetivamente foi incluído na série reflete o conhecimento prévio, a opinião dos jornalistas, derivados de suas vivências pessoais, no vale do rio dos Sinos, acrescido, naturalmente, de fontes escritas e de entrevistas.

Um relato muito resumido dos conteúdos dos textos (na ordem de publicação), pode tentar dar uma ideia daquilo que foi abordado, nas 16 matérias jornalísticas do *Correio do Povo*.[6] No primeiro, há considerações gerais sobre a imigração, com algumas informações históricas generalizadas, mas sem um foco específico (24/2/2024). Depois, vem uma referência à expansão da colonização iniciada no vale do rio dos Sinos por várias outras regiões do estado, no decorrer dos anos, fazendo rápida referência aos problemas causados pela "nacionalização", durante a Segunda Guerra Mundial, para referir, depois, a volta a uma "normalidade", que disseminou, em definitivo, a influência alemã nos mais diferentes setores da sociedade gaúcha (24/2/2024).

Destacando que algum tipo de industrialização começou logo depois do início da colonização, faz-se referência à indústria naval como pioneira, a qual se fez seguir de outras, muito logo (29/3/2024). Um título como "a contribuição dos imigrantes para a economia do Rio Grande do Sul" indica para a conclusão de que a chegada dos imigrantes alemães "consolidou o território gaúcho como referência econômica, desde os primeiros caixeiros-viajantes, ou *musterreiter*, profissionais que, no início da imigração, percorriam longas distâncias nas colônias" (29/3/2024). Um convite para "conhecer as empresas fundadas por imigrantes" cita, nominalmente, SICREDI e VARIG, para terminar com a seguinte citação do atual presidente da Câmara Brasil-Alemanha no Rio Grande do Sul: "As empresas alemãs, especialmente, trouxeram modos de fazer que, por se mostrarem acertados, acabaram se disseminando, ajudando a criar uma cultura empresarial e produtiva própria, que hoje nos diferencia dos demais estados do Brasil" (29/3/2024). Além de destacar a tradição industrial em várias regiões do interior, incluindo a industrialização baseada na agricultura, dá-se destaque à industrialização verificada no 4º Distrito, da Capital, com referências nominais a empreendimentos que, historicamente, marcaram presença neste espaço (29/3/2024).

As três reportagens publicadas com data de 27 de abril de 2024 dedicam-se a algo se poderia subsumir como "memória e cultura": um sobre o acervo

6 A lista completa está no Anexo 1.

preservado no Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, de autoria de Lisiane Mossmann; outro sobre a museu histórico de Santa Maria do Herval, de Felipe Faleiro; e um terceiro sobre a presença de alemães e descendentes na Literatura, por Simone Schmidt (27/4/2024).

No entorno do 25 de julho, data oficial estatuída como início do processo de colonização alemã, apareceram as cinco reportagens restantes. No dia 20 de julho, o tema abordado foi o "caminho pomerano", que se refere a um projeto turístico que chama atenção para uma imigração alemã tradicionalmente pouco citada, mas que está conquistando espaço no senso comum, e, também, na pesquisa acadêmica – trata-se da região de Pelotas, com destaque para São Lourenço do Sul. As matérias de 22 e 23 de julho remetem à intensa difusão da prática de esportes, abarcando tanto a ginástica quanto o futebol; no segundo caso, cita-se a SOGIPA, de Porto Alegre, uma entidade que não é exclusivamente esportiva. Este aspecto remete ao próximo texto, dedicado às sociedades recreativo-culturais, frequentes tanto na Capital quanto interior (23/7/2024).

Mesmo que o município e a comunidade de Santa Maria do Herval tenham sido contemplados com uma referência ao museu local, foi-lhes dedicado mais um comentário, desta vez enfocando a persistência da vida rural, em contraposição ao avanço da urbanização, em outras regiões, e o cultivo de uma língua específica, o *hunsrück* (24/7/2025).

Como se vê pelas datações, a maioria dos escritos foi produzido antes da enchente de maio de 2024. Não admira, por isso, que tenha sido "inserido" um que leva o significativo título de "200 anos de imigração alemã: a chama da celebração resiste às águas – locais históricos por onde os pioneiros passaram foram afetados pelas cheias no estado". Além de referir e lamentar as perdas materiais, o jornalista destacou que a situação afetou profundamente a vasta programação festiva planejada por dezenas de instâncias (24/7/2024). Mesmo assim, o ciclo de comentários concluiu com a lembrança de aspectos festivos: "Sabores, sons e tradições: celebração dos 200 anos da Imigração Alemã no Vale do Taquari. Mais antigo do país em atividades ininterruptas, Grupo de Danças Folclóricas Alemãs de Estrela é retrato da receptividade germânica" (25/7/2024).

ZERO HORA/RBS

Em algum sentido, a série de matérias sobre o bicentenário publicadas em *Zero Hora* pode ser tratada com menos detalhes, por vários motivos. No *Correio do Povo*, um mesmo jornalista foi autor de 14 das 16 matérias, havendo, no entanto, dois casos com outra autoria. Aqui, em *Zero Hora*, uma única pessoa assinou como responsável por todas as reportagens, num número que

representa apenas metade dos do outro jornal. Trata-se de Rodrigo Trespach, que, em seu currículo, diz sobre si mesmo: "Tenho formação em História, mas sou pesquisador independente, com interesse especial nos séculos 18, 19 e 20".[7] É autor de vários livros, incluindo o tema imigração e colonização com alemãs e descendentes, de forma que escreveu como detentor de conhecimentos prévios, tendo sido, provavelmente, escolhido por causa deste seu saber. Ao contrário do *Correio do Povo* – que chegou a publicar mais de uma matéria no mesmo dia –, na série de *Zero Hora* saiu um texto por mês, com início em janeiro, tendo sido dois no mês "de chegada", em julho. Com isso, o próprio número de títulos ficou na metade do outro jornal.

Outra diferença decorre, provavelmente, do fato de a redação ser de historiador, e não de jornalistas. Ao contrário dos textos destes, que, em vários casos, partem do presente, para abordar o passado, Trespach só apresenta um enfoque "histórico", no sentido de se restringir a narrar episódios passados, sem estar interessado na evolução da situação em outros momentos cronológicos, muito menos no presente. Alguns títulos podem ilustrar aquilo que pretendo dizer: "Há 200 anos, o primeiro navio com imigrantes alemães chegava ao Brasil"; "Leopoldina, a imperatriz de origem germânica"; "O Rio Grande do Sul em 1820"; "Há 200 anos, o primeiro grupo de imigrantes germânicos chegava a São Leopoldo".[8]

Destaque-se que *Zero Hora* publicou algumas outras reportagens sobre o bicentenário, as quais, provavelmente, não são muito diferentes das do *Correio do Povo*, mas elas não faziam parte de uma série, como no caso citado, motivo pelo qual não estão incluídas neste levantamento. Para ilustrar, pode-se arrolar texto publicado com data de 25 de julho, de autoria de Fernanda Polo, onde o título e o subtítulo indicam o conteúdo – "Imigração alemã completa 200 anos com heranças culturais, gastronômicas e de desenvolvimento do RS: dois séculos após a chegada dos pioneiros e o estabelecimento da primeira colônia rural-militar em São Leopoldo, diversas tradições e costumes seguem preservados".

Zero Hora faz parte de uma empresa jornalística denominada RBS, que, entre outras áreas, atua em rádio e televisão. Dentro desta estrutura, foi produzida uma série de entrevistas, em áudio e vídeo – realizadas pelo jornalista Leandro Staudt – denominada "aconteceu no RS". Doze entrevistas, dentro da rubrica, foram dedicadas ao bicentenário, motivo pelo qual merecem ser ao menos citadas, neste contexto, como manifestações jornalísticas sobre alemães e descendentes. São entrevistas de cerca de 30 minutos, com pessoas que possuem conhecimento mais ou menos especializado em determinados

7 http://lattes.cnpq.br/4690469879133441 (acessado em 1/9/2025).

8 A lista completa pode ser vista no Anexo 2.

assuntos. Algumas delas são acadêmicos. Neste sentido, esta série contribuiu com algumas abordagens mais "críticas", levantando eventuais polêmicas, ao fazer entrevistas com especialistas, por exemplo, sobre o episódio *mucker*; a influência de alemães e descendentes sobre a arte regional; as formas de lidar com saúde e doenças; a organização da sociedade leopoldense.[9] Mas, deve-se destacar que a expressão "abordagens críticas" não vai além de eventuais referências a existência de algumas divergências em relação a dados ou interpretações de fatos históricos, entre estudiosos. Em momento algum, aparece qualquer manifestação contestadora do projeto imigrantista e de sua evolução histórica, como tal.

PARÊNTESE

A revista digital semanal *Parêntese* é publicada pelo grupo Matinal, em Porto Alegre, e, segundo definição em seu próprio site, está "focada em entrevistas, ensaios, resenhas e crônicas". O fato de seu diretor possuir sobrenome alemão, por si só, despertou curiosidade em saber se o bicentenário da colonização alemã seria referido, e, em caso positivo, se os temas, os conteúdos, as formas seguiriam um padrão semelhante à citada "grande imprensa", ou se haveria algo de diferente.

Antecipo-me: valeu a pena dedicar tempo à investigação. Se *Zero Hora* e *Correio do Povo* haviam começado, respectivamente, a publicar suas séries em janeiro e fevereiro de 2024, em *Parêntese* não aparecera nada até a edição de 15 de junho, 40 dias antes do auge das rememorações, em 25 de julho. *Parêntese* deslanchou sua série, apenas, no dia 22 de junho, e a manteve, em sequência semanal, até 18 de outubro, num total de 18 matérias. Mas, no conjunto, são apenas 10 autores, já que alguns deles dividiram seus escritos em partes.

Num simples relance, pode-se emitir um juízo prévio, generalizado, e dizer que *Parêntese* produziu algo "diferente" que *Correio do Povo* e *Zero Hora*. Não será possível apresentar nem resumir os conteúdos de todas as manifestações, mas a referência a algumas das publicações mostrará este caráter diferenciador.

A primeira crônica chama-se "a Carola em Porto Alegre desenha a família D.", e foi escrita pela engenheira química aposentada Gisela Ranck. Aproveitando-se de cartas, desenhos e outros "papéis" deixados pela avó Carola, tentou refletir sobre o cotidiano de uma mulher normal – na verdade, à época, empregada na família D., em Porto Alegre –, para contar a história dela e da família, que residia no interior, durante a primeira metade do século XX. Chamam atenção as habilidades de desenho, mais o letramento da avó, incluindo trechos escritos não

9 Ver a lista completa de temas e de nomes dos entrevistados no Anexo 3.

em alemão "clássico", mas naquilo que se costuma classificar como "dialeto". Trata-se de uma história sem final, absolutamente banal. Poderia dizer-se que a história tenta lembrar que se existiram – e foram referidos, nas matérias dos dois citados jornais – alemães e descendentes que começaram do nada, mas evoluíram para grandes empresários e outros profissionais de sucesso, aqui se descreve a vida monótona – ainda que sem referência a quaisquer frustrações – de uma mulher comum, normal (22/6/2024).

Em "Duas histórias", a geóloga Zara Gerhardt apresenta a narrativa histórica de sua família tal qual publicamente difundida, na tradição oral, que teria descendido de um aventuresco soldado alemão *brummer*, vindo ao Brasil para as guerras contra Oribe e Rosas, na metade do século XIX, em contraposição ao transcurso verdadeiro da vida das diversas gerações da família, que foi se revelando, aos poucos, diante do fato de que pesquisas não conseguiam comprovar as narrativas correntes. O texto gera importantes motivações para tentar explicar que interesses podem estar na origem de tentativas conscientes de ocultar a história verdadeira de uma família (29/6/2024). "Baú de memórias: uma família de alemães-russos em Ijuí", de Ursula Axt Martinelli, é um caso de "germanidade" peculiar, porque apresenta as peripécias de uma família cuja migração para o Brasil decorreu de perseguições étnico-culturais e políticas, na Ucrânia e outras regiões do então império russo (27/9/2024).[10] Uma tentativa de reconstituir a formação de sua família encontramos, também, em "da catedral de Colônia à colônia em Santa Clara" do ex-juiz José Felipe Ledur (19/9/2024).

No breve texto sobre "lições ancestrais", Valesca de Assis fez uma reflexão – a partir do caso de sua avó – a respeito do papel da *frau*, da "senhora", nas famílias de origem alemã (6/7/2024). Miquéias H. Mügge, em "imigração, política e os escritos de Josefine Wiersch" apresentou uma intelectual que viveu em Arroio da Seca, Estrela, hoje município de Imigrante (27/7/2024).

Sem apresentar todas as matérias arroladas na série[11], a indicação de mais dois autores e mais dois títulos mostra, em definitivo, que o viés geral de *Parêntese* se distingue, de forma clara, do de *Zero Hora* e do *Correio do Povo*. Estes dois textos são maiores – ambos publicados em três edições seguidas. Frederico

10 Considerando que eu próprio poderia ter produzido uma narrativa a este respeito, já que meus quatro avós vieram da Ucrânia, cabe uma observação para alertar para os cuidados necessários em difundir generalizações. Aqui, a cronologia possui um papel fundamental. Meus avós paternos vieram em 1909 e os maternos em 1913. A motivação alegada sempre foi a de melhorar de vida. Não registrei, ao longo de minha vivência em família, críticas ao tratamento recebido de parte da população ou do governo russos, como, aparentemente, aconteceu, com intensidade, a partir da Primeira Guerra Mundial, em especial após a revolução de 1917. Em minha mente, se formou uma imagem muito positiva sobre um suposto ou efetivo ecumenismo que meus antepassados teriam vivenciado e herdado da Ucrânia, como registrei em meu livro de memórias (GERTZ, 2020, p. 11-15).

11 A lista completa está no Anexo 4.

Duarte Bartz tentou responder à pergunta "qual o lugar dos 'outros' alemães na história do bicentenário?". Se nas fontes anteriores foram destacados os "empreendedores" – ainda que haja eventuais referências a trabalhadores rurais –, Bartz deu destaque aos trabalhadores urbanos, com sua forma de organização, sua cultura, seus lugares de memória (30/8/2024; 6/9/2024; 13/9/2024). Também é difícil de imaginar que os dois jornais da "grande imprensa" pudessem ter tratado do tema trazido por Jandiro Koch: "200 anos de imigração gay-alemã no Rio Grande do Sul", cabendo destacar que a segunda parte está dedicada a esta figura eminente do "mundo alemão" gaúcho que foi Karl von Koseritz (4/10/2024; 11/10/2024; 18/10/2024).

Em resumo, a revista *Parêntese* trouxe uma contribuição minimamente inovadora, referindo aspectos menos difundidos no senso comum. Mas, por outro lado, também aqui, em nenhuma das matérias, transparece qualquer tipo de denúncia ou de contestação ao processo de colonização com imigrantes alemães, iniciado em 1824.

INSTITUTO HUMANITAS – UNISINOS

Em São Leopoldo, o "berço da colonização alemã no Brasil", está sediada uma grande instituição de ensino superior chamada Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Como um de seus "departamentos", ela abriga, há cerca de 25 anos, o Instituto Humanitas. Conforme a autodefinição, em seu site,

> o principal objetivo do **Instituto Humanitas Unisinos – IHU** é apontar novas questões e buscar respostas para os grandes desafios de nossa época, a partir da visão do humanismo social cristão, participando, ativa e ousadamente, do debate cultural em que se configura a sociedade do futuro. [...]. O **IHU** quer contribuir na realização da missão da **UNISINOS** como universidade jesuíta que busca com denodo tornar efetiva a missão da Companhia de Jesus da diaconia da fé, da promoção da justiça e do diálogo cultural e inter-religioso. O Instituto também participa proativamente na promoção de Escolas de Formação Política.[12]

A importância da universidade para o estado em geral, mas, sobretudo, para a região, somada ao papel e às tarefas citadas na autodefinição, recomendaram verificar a existência de eventuais manifestações sobre o bicentenário da imigração alemã, do qual, afinal, São Leopoldo seria o centro das atenções, em 2024.

Colocando-se no buscador do site do próprio Instituto os termos "imigração alemã", aparecem, no mínimo, 13 títulos publicados durante o ano de 2024.[13] Quatro deles podem ser classificados como notícias "neutras", a

12 https://www.ihu.unisinos.br/sobre-o-ihu/genese-missao-e-rotas (acessado em 3/9/2025).

13 Destaque-se que nem todos os textos foram produzidos pelo ou dentro do IHU/UNISINOS. Há matérias transcritas de outros órgãos de divulgação. Parte-se, aqui, porém,

primeira, com data de 16 de maio, se refere "às perdas à cultura e ao patrimônio histórico no RS" causadas pelas enchentes; mesmo que não seja específica sobre São Leopoldo, dá destaque significativo aos prejuízos sofridos pelo acervo do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo. Em 6 de agosto, se anunciou o lançamento, previsto para dia 14 do mesmo mês, de dois livros sobre os 200 anos.[14] Em 10 de agosto, saiu, porém, uma manchete dizendo que o "lançamento de livros sobre os 200 anos de imigração alemã é postergado". É que a prefeitura de São Leopoldo patrocinou estes livros, como parte da programação oficial do bicentenário; e eles estavam prontos, mas seu lançamento foi suspenso, porque – financiados pela administração municipal – este ato poderia ter sido interpretado como propaganda eleitoral. Passadas as eleições de 2024, foi possível fazer o lançamento público, fato que resultou na informação do IHU de que "no bicentenário da imigração alemã, São Leopoldo ganha dois novo registros" (27/11/2024).

Olhando-se para os 9 artigos restantes, encontram-se alguns que poderiam ter aparecido nas séries do *Correio do Povo* ou de *Zero Hora*.[15] Como exemplo, pode-se arrolar "a trajetória das mulheres luteranas em 200 anos de história" (11/9/2024). Luteranas são, obviamente, um produto típico da colonização alemã, e o texto – na verdade, uma resenha – faz referências sem dúvida abonadoras a elas. "Os 200 anos da saga alemã no Brasil" (26/7/2024) também não deixa de apresentar uma imagem relativamente multifacetada e "neutra" sobre o resultado do projeto imigrantista. Denota até certo clima emocionante o relato de João Biehl (professor na Universidade de Princeton), quando relata e comenta seu envolvimento pessoal na elaboração do livro *Jammerthal – o Vale da Lamentação: a minha Guerra Mucker* (2024) (19/11/2024). Também constitui contribuição intelectual de boa qualidade informativa o artigo escrito pelo conhecido historiador Martin N. Dreher, um dos maiores especialistas em imigração alemã no Brasil. Como acontece em seus demais escritos amplamente difundidos, apresentou uma análise erudita sobre "os 200 anos das migrações em São Leopoldo/RS. O que vamos comemorar em 2024?" (15/4/2024).

Se, porém, olharmos para as cinco manifestações restantes, fica escancarada a diferença em relação a tudo aquilo que se viu nos demais órgãos de divulgação. O Instituto Humanitas se esmerou em apontar para aspectos menos edificantes do processo de imigração e colonização alemães. Não há necessidade de entrar em detalhes de conteúdo para constatar este fato – basta

do pressuposto de que se o Instituto as publicou sem um comentário crítico, ajudou, no mínimo, em sua divulgação, endossando-as, neste sentido.

14 Trata-se de DREHER e MÜGGE, 2024; HARRES e GERTZ, 2024.

15 A lista completa está no Anexo 5.

arrolar os títulos: "Silenciamento de indígenas e negros na imigração alemã é tema de livro-reportagem" (15/4/2024); "a história de São Leopoldo não é só dos alemães" (30/4/2024); "os orgulhosos neogaúchos híbridos se transformaram em refugiados climáticos" (20/6/2024); "imigração alemã: 'a versão era sempre a do colonizador'" (26/7/2024); "os conflitos entre imigrantes alemães e kaingang no Sul" (26/7/2024).

Cabe lembrar que ganhou certa repercussão na imprensa regional um livro intitulado *Invisíveis: o lugar de indígenas e negros na história da imigração alemã*, de autoria de Dominga Menezes e Gilson Camargo (2024), a quem o IHU/UNISINOS houve por bem dedicar três dos cinco comentários recém referidos (15/4/2024; 30/4/2024; 26/7/2024). Abstraindo de qualquer avaliação da consistência deste livro, a dedicação de três textos a ele indica para a importância que lhe foi atribuída.

Diante destas breves indicações, não há dúvida de que, entre os poucos órgãos de divulgação cujas manifestações a respeito do bicentenário de colonização alemã se tentou apresentar aqui, o Instituto Humanitas da UNISINOS foi o mais "crítico" – em sentido amplo do termo.

PALAVRA FINAL

É importante destacar – mais uma vez! –, com toda ênfase, que esta é uma tentativa inicial, primeira e primária, para abordar a repercussão do bicentenário da colonização alemã, no Rio Grande do Sul, em 2024, na imprensa e na opinião pública. As fontes arroladas são escassas, a análise não é nada sistemática nem aprofundada. O objetivo principal foi apontar para uma temática, indicando algumas direções, aparentes ou efetivas, na tentativa de incentivar outros historiadores a se embrenhar no tema, com a dedicação e a consistência científica que o assunto merece.

REFERÊNCIAS

BIEHL, João. **Jammerthal – o Vale da Lamentação:** a minha Guerra Mucker. São Leopoldo: Oikos Editora, 2024.

DREHER, Martin N.; MÜGGE, Erny (Orgs.). **Colônia alemã de São Leopoldo:** 200 anos de história (1824-2024) – um almanaque. São Leopoldo: Oikos Editora, 2024.

GERTZ, René E. As comemorações do 25 de julho de 1956, no Rio Grande do Sul. *In*: ZANOTTO, Gizele (Org.). **Anais do IV Congresso Internacional História, Regiões e Fronteiras** (vol. II). Passo Fundo: UPF, 2018, p. 965-976.

GERTZ, René E. Juscelino, Brizola, Paulo Couto – São Leopoldo, Porto Alegre, Rio de Janeiro terão algo a ver entre si? *In*: DOMINGOS, Charles Sidarta Machado; BATISTELLA, Alessandro; ANGELI, Douglas Souza; GRIJÓ, Luiz Alberto; VARGAS, Jonas Moreira (Orgs.). **Capítulos de história política:** problemas e estudos. Passo Fundo: Acervus, 2020, p. 439-465.

GERTZ, René E. **A trajetória de um professor-colono.** São Leopoldo: Oikos Editora, 2020.

GERTZ, René E. Verdades e dúvidas em relação a nazismo e neonazismo no Brasil. *In*: MONSMA, Karl (Org.). **Passado e presente de imigrantes alemães e descendentes no Brasil:** historiografia, representações, atividades econômicas, participação política, religião e identidades. Porto Alegre: Editora Fundação Fênix, 2022, p. 255-288.

GERTZ, René E. Alemães e descendentes no Brasil, por ocasião do bicentenário da colonização. **Estudios Históricos**, Uruguai, ano XVI, n. 32, 2024.

HARRES, Marluza Marques; GERTZ, René E. (Orgs.). **São Leopoldo:** comemorações, reflexões e atualidades (1974-2024). São Leopoldo: Oikos Editora, 2024.

LIMA, Tatiane de. **Os "usos políticos do passado" nas comemorações do Biênio da Colonização e Imigração do Rio Grande do Sul (1974/1975).** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2017.

MENEZES, Dominga; CAMARGO, Gilson. **Invisíveis:** o lugar de indígenas e negros na história da imigração alemã. São Leopoldo: Carta Editora, 2024.

ROEHE, Nara Simone Viegas Rocha. **O sesquicentenário da imigração alemã no Rio Grande do Sul em 1974 como corolário das relações econômicas Brasil-Alemanha.** Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

VERBAND DEUTSCHER VEREINE (Ed.). **Hundert Jahre Deutschtum in Rio Grande do Sul – 1824-1924.** Porto Alegre: Typographia do Centro, 1924.

WEBER, Roswithia. **As comemorações da imigração alemã no Rio Grande do Sul:** o "25 de Julho" em São Leopoldo, 1924-1949. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2004.

Anexo 1 – Matérias do *Correio do Povo* (títulos e subtítulos foram mantidos conforme aparecem no original)

- "Imigração alemã: do início aos dias de hoje: um grupo de 39 imigrantes alcançou o que atualmente é o município de São Leopoldo, em 1824, em busca de um sonho. De lá para cá, ajudaram a construir uma relevante parte da história do Rio Grande do Sul" (Felipe Faleiro) (24/2/2024).

- "Imigração alemã: colonização se dá em diferentes municípios do Rio Grande do Sul. A Revolução Farroupilha atrapalhou os planos dos colonizadores alemães por 10 anos" (Felipe Faleiro) (24/2/2024).

- "Imigração alemã: conheça empresas fundadas por imigrantes no RS. Muitos negócios começaram atuando localmente, mas depois expandiram suas ações nos demais estados do país. As primeiras aeronaves da Varig vinham da Alemanha" (Felipe Faleiro) (29/3/2024).

- "Imigração alemã: a contribuição dos imigrantes para a economia do Rio Grande do Sul. Há 200 anos, chegaram os primeiros alemães ao Estado. De lá para cá, muitos negócios e indústrias nasceram" (Felipe Faleiro) (29/3/2024).

- "Imigração alemã: as diferentes vocações industriais no estado. Confira como os alemães foram diversificando suas atuações nas diferentes regiões do RS. Bicentenário da Imigração Alemã em Porto Alegre: Edifício de Fiação de Lã e Tecelagem de A. J. Renner, na esquina da rua Frederico Mentz com a travessa São José" (Felipe Faleiro) (29/3/2024).

- "O começo das atividades dos alemães no Rio Grande do Sul. A indústria alemã em solo gaúcho surgiu em 1825, um ano após a chegada da leva pioneira de imigrantes de língua germânica" (Felipe Faleiro) (29/3/2024).

- "Memórias e tradições: museu preserva a herança alemã em São Leopoldo: um acervo rico em objetos, documentos e fotos que revelam a saga dos imigrantes alemães no sul do Brasil. Legado em cada detalhe: Ingrid Marxen, do Museu, apresenta réplica das portas construídas pelos imigrantes" (Lisiane Mossmann) (27/4/2024).

- "Em Santa Maria do Herval, museu conta a história da imigração germânica. Espaço conta com maquetes de residências antigas e itens utilizados pelos primeiros moradores da região" (Felipe Faleiro) (27/4/2024).

- "Imigração alemã: literatura retrata a trajetória dos imigrantes. A chegada dos colonizadores alemães e sua história e é contada em romances ao longo do tempo" (Simone Schmidt) (27/4/2024).

- "Caminho pomerano é retrato da presença germânica no sul gaúcho. Roteiro turístico rural em São Lourenço do Sul, repleto de cultura e gastronomia,

apresenta história dos colonizadores vindos há cerca de 160 anos" (Felipe Faleiro) (20/7/2024).

- "Desde os pioneiros, esporte no Rio Grande do Sul tem muito dos alemães. Saiba como movimento de clubes de ginástica, o clube de futebol mais antigo do país e o primeiro gol de autor conhecido do Grêmio estão relacionados com os germânicos" (Felipe Faleiro) (21/7/2024).

- "SOGIPA: clube genuinamente alemão de Porto Alegre para o mundo. Complexo formador de atletas multicampeões fundado por germânicos em 1867 foi cenário de diversas inovações ao longo das décadas" (Felipe Faleiro) (22/7/2024).

- "Em Porto Alegre e no interior gaúcho, raízes germânicas são preservadas nas sociedades. Até os dias atuais, clubes são pontos de convergência para a difusão de ideias e planejamento das comunidades" (Felipe Faleiro) (23/7/2024).

- "Imigração alemã: Santa Maria do Herval mescla dialetos e tradições. Na Encosta da Serra, famílias preservam costumes e crianças aprendem segundo idioma em casa" (Felipe Faleiro) (24/7/2024).

- "200 anos de imigração alemã: a chama da celebração resiste às águas –locais históricos por onde os pioneiros passaram foram afetados pelas cheias no estado" (Felipe Faleiro) (24/7/2024).

- "Sabores, sons e tradições: celebração dos 200 anos da Imigração Alemã no Vale do Taquari. Mais antigo do país em atividades ininterruptas, Grupo de Danças Folclóricas Alemãs de Estrela é retrato da receptividade germânica" (Felipe Faleiro) (25/7/2024).

Anexo 2 – Matérias de *Zero Hora*

- "Há 200 anos, o primeiro navio com imigrantes alemães chegava ao Brasil" (13/1/2024).

- "As colônias rural-militares" (9/2/2024).

- "Leopoldina, a imperatriz de origem germânica" (8/3/2024).

- "Os protestantes: há 200 anos, os primeiros evangélicos desembarcaram no Rio Grande do Sul" (12/4/2024).

- "Há 200 anos, imigrantes alemães estabeleceram as primeiras raízes no Brasil" (3/5/2024)

- "O Rio Grande do Sul em 1820" (7/6/2024).

- "Primeiro grupo de imigrantes alemães chegava a Porto Alegre há 200 anos" (18/7/2024).

- "Há 200 anos, o primeiro grupo de imigrantes germânicos chegava a São Leopoldo" (25/7/2024).

Anexo 3 – Matérias da série "Aconteceu no RS" (RBS) (os títulos, com os respectivos entrevistados)

- "*Hunsrück*: o idioma de imigrantes alemães" (Solange Hamester Johann).

- "Como católicos e protestantes foram divididos nas colônias alemãs do Litoral Norte" (Rodrigo Trespach).

- "Como alemães contribuíram na arte e na arquitetura no Rio Grande do Sul" (José Francisco Alves).

- "A história do maior acervo da imigração alemã no Rio Grande do Sul" (Cássio Tagliari e Ingrid Marxen).

- "Como criar uma árvore genealógica e recuperar a história familiar" (Nélio Schmidt).

- "Notas e verdades sobre Jacobina e os 'mucker'" (Doris Rejane Fernandes).

- "Contribuição dos alemães em Porto Alegre" (Felipe Kuhn Braun).

- "Legado dos alemães na gastronomia do Rio Grande do Sul" (Manuela Zang).

- "Curiosidades sobre doenças, tratamentos e valores nas colônias alemãs" (Sandro Blume).

- "Lendas e realidade em dramática viagem de alemães para o Brasil" (Décio Schauren).

- "Como foi a criação de São Leopoldo, a primeira colônia alemã do estado" (Martin N. Dreher).

- "Para que o Brasil buscou alemães em 1824" (Rodrigo Trespach).

Anexo 4 – Matérias de *Parêntese*

- "A Carola em Porto Alegre desenha a Família D." (Gisela Ranck) (22/6/2024).

- "Duas histórias" (Zara Gehrardt) (29/6/2024).

- "Lições ancestrais" (Valesca de Assis) (6/7/2024).

- "Um belga no Brasil: Alphonse Mabilde e colonos alemães" – parte 1 (Karen Bruck) (13/7/2024).

- "Um belga no Brasil: Alphonse Mabilde e colonos alemães" – parte 2 (Karen Bruck) (20/7/2024).

- "Imigração, política e os escritos de Josefine Wiersch" (Miquéias H. Mügge) (27/7/2024).

- "Literatura de teutodescendentes – 1" (Luís Augusto Fischer) (3/8/2024).

- "Literatura de teutodescendentes – 2 – Os modernistas" (Luís Augusto Fischer) (9/8/2024).

- "Literatura de teutodescendentes – 3" (Luís Augusto Fischer) (16/8/2024).

- "Literatura de teutodescendentes – 4" (Luís Augusto Fischer) (23/8/2024).

- "Qual o lugar dos 'outros' alemães na história do bicentenário?" – parte 1 (Frederico Bartz) (30/8/2024).

- "Qual o lugar dos 'outros' alemães na história do bicentenário?" – parte 2 (Frederico Bartz) (6/9/2024).

- "Qual o lugar dos 'outros' alemães na história do bicentenário?" – parte 3 (Frederico Bartz) (13/9/2024).

- "Da catedral de Colônia à colônia em Santa Clara" (José Felipe Ledur) (19/9/2024).

- "Baú de memórias: uma família de alemães-russos em Ijuí" (Ursula Axt Martinelli) (27/9/2024).

- "200 anos de imigração gay-alemã no Rio Grande do Sul" – parte 1 (Jandiro Koch) (4/10/2024).

- "200 anos de imigração gay-alemã no Rio Grande do Sul" – parte 2 (Jandiro Koch) (11/10/2024).

- "200 anos de imigração gay-alemã no Rio Grande do Sul" – parte 3 (Jandiro Koch) (18/10/2024).

Anexo 5 – Matérias do Instituto Humanitas/UNISINOS

- "Silenciamento de indígenas e negros na imigração alemã é tema de livro-reportagem" (15/4/2024).

- "Os 200 anos das migrações em São Leopoldo/RS. O que vamos comemorar em 2024?" (15/4/2025).

- "A história de São Leopoldo não é só dos alemães" (30/4/2024).

- "Cheias impõem perdas à cultura e ao patrimônio histórico no RS" (16/5/2024).

- "Os orgulhosos neogaúchos híbridos se transformaram em refugiados climáticos" (20/6/2024).

- "Imigração alemã: 'versão era sempre a do colonizador'" (26/7/2024).

- "Os conflitos entre imigrantes alemães e kaingang no sul" (26/7/2024).

- "Os 200 anos da saga alemã no Brasil" (26/7/2024).

- "Olhares sobre os 200 anos da imigração alemã" (6/8/2024).

- "Lançamento de livros sobre os 200 anos de imigração alemã é postergado" (10/8/2024).

- "A trajetória das mulheres luteranas em 200 anos de história" (11/9/2024).

- "*Jammerthal*, o Vale da Lamentação: a minha guerra *mucker*" (19/11/2024).

- "No bicentenário da imigração alemã, São Leopoldo ganha dois novos registros" (27/11/2024).

A CONSTRUÇÃO SOCIAL E IDENTITÁRIA DOS IMIGRANTES ALEMÃES (RIO GRANDE DO SUL – SÉCULOS XIX E XX)

Marcos Antônio Witt[1]

> A preocupação com este assunto [hibridismo cultural] é natural em um período como o nosso, marcado por encontros culturais cada vez mais frequentes e intensos. A globalização cultural envolve hibridização. [...] Não tenho a menor intenção de apresentar a troca cultural como um simples enriquecimento, esquecendo que às vezes ela ocorre em detrimento de alguém. [...] O preço da hibridização, especialmente naquela forma inusitadamente rápida que é característica de nossa época, inclui a perda de tradições regionais e de raízes locais. Certamente não é por acidente que a atual era de globalização cultural, às vezes vista mais superficialmente como "americanização", é também a era das reações nacionalistas ou étnicas [...].
>
> Peter Burke, 2013

A família Klippel compôs a caravana de imigrantes alemães[2] que se dirigiram à Ponta das Torres, no longínquo ano de 1826. Com outros agricultores e artesãos alemães, deveriam fundar uma Colônia nas proximidades do rio Mampituba, onde hoje se situa a praia de Torres - divisa do Rio Grande do Sul com Santa Catarina.[3] Por diversas

1 Doutor em História e membro do Instituto Histórico de São Leopoldo (IHSL).

2 O termo alemã/alemães será usado de forma genérica e representa os agentes históricos que falavam os inúmeros dialetos dos reinos e principados que mais tarde, em 1871, formariam a Alemanha. Ellen Woortmann, refletindo sobre o uso do termo alemães, resume esse impasse: "Aqueles que chegaram eram bávaros, renanos, frísios, saxões, ou mesmo austríacos, franceses e dinamarqueses, todos rotulados como "alemães". Como já mencionei, nas "picadas" organizadas pelo governo brasileiro foram assentados renanos vizinhos de bávaros ou de austríacos, embora em alguns lugares pudessem ter prevalecido migrantes de uma região específica. Essa heterogeneidade resultou numa espécie de "reinvenção das tradições" sob forma de uma negociação que resultou numa "tradição teuto-brasileira": dialeto de uma região; hábitos alimentares de outra; religião de uma terceira" (WOORTMANN, 2000, p. 218).

3 A partir de 1826, colonos alemães ocuparam parte do Litoral Norte do Rio Grande do Sul – LNRS, sendo que os católicos se fixaram nas terras mais próximas do pequeno vilarejo das Torres, onde havia um assentamento militar (o município de Torres, hoje, conhecido pela sua praia abraçada por três morros – chamadas de torres). Já os protestantes (evangélico-luteranos da IECLB) foram enviados ao Vale do Rio Três Forquilhas, um pouco mais distante das Torres, pois um pastor e um médico acompanhavam esse grupo de agricultores, artesãos e soldados (Hunsche, 1977; Lunckes 1998; Witt, 2015).

razões, alemães católicos e protestantes se viram divididos em dois grupos, sendo que os acatólicos foram dirigidos ao Vale do Rio Três Forquilhas, no qual fundaram a Colônia homônima. Já os católicos fixaram-se mais próximos ao rio Mampituba, espalhando-se por aquela região onde deram origem à Colônia de São Pedro de Alcântara.[4]

Uma vez assentados junto às terras que margeavam o rio Três Forquilhas, os colonos alemães protestantes deram início à ocupação e povoamento dos seus minifúndios. Como os demais, os Klippel também receberam suas terras para morar e plantar. Ainda não se pode afirmar quando se dirigiram para os "fundos" da Colônia, em direção à serra que dava acesso aos Campos de Cima da Serra. Pesquisando a documentação, sabe-se que a localidade de Bananeiras, a Serra da Bananeira, os rios do Pinto e Carvalho e, posteriormente, a Serra do Pinto constituíram-se em marcos geográficos importantes para o desenvolvimento socioeconômico da família Klippel. E mais do que isso, moldaram a sua forma de projetar o futuro, construindo sujeitos sociais de identidade híbrida.[5]

A partir de 1827, os colonos alemães protestantes iniciaram a ocupação dos seus lotes junto às margens do rio Três Forquilhas. No sorteio e/ou na distribuição das pequenas propriedades agrícolas, algumas famílias receberam terras mais distantes do núcleo central da Colônia, onde estava, por exemplo, a propriedade do imigrante, pastor e líder comunitário Carlos Leopoldo Voges (hoje, o centro do município de Itati). O direcionamento destas famílias aos "fundos" da Colônia fez com que, muito rapidamente, vislumbrassem a possibilidade de se relacionar e fazer negócios através dos caminhos que levavam aos Campos de Cima da Serra.

Os primeiros a excursionar e abrir caminhos que ligavam a planície litorânea aos Campos de Cima da Serra foram os indígenas. No verão, deixavam suas casas subterrâneas e o pinhão para se alimentarem de peixes e moluscos junto ao litoral, arquitetando grandes sambaquis e deixando evidência de sua estada e ocupação junto às lagoas e ao mar.[6] Esses caminhos, abertos e mantidos por mão e braço indígena, serviram de trilha e referência para os imigrantes

4 Sobre os motivos que levaram à divisão da Colônia alemã das Torres em dois núcleos, ver o texto esclarecedor de Ruy Ruben Ruschel, "Por que foram os colonos separados por motivos religiosos?" (2000).

5 A literatura acerca do tema é vasta. Alguns nomes que nortearam as reflexões aqui apresentadas: CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas*: estrategias para entrar y salir de la modernidad. México: Grijalbo, 1990; BURKE, Peter. *Hibridismo cultural*. São Leopoldo: Unisinos, 2013; HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11ª. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

6 Ver o texto de Schmitz, Pedro Ignácio. Populações indígenas na região de Torres. *In:* WITT, Marcos Antônio. *Fontes litorâneas*: escritos sobre o Litoral Norte do Rio Grande do Sul. São Leopoldo: UNISINOS; OIKOS, 2012, p. 23-30.

alemães e seus descendentes, que realizaram negócios e criaram vínculos com os moradores de Cima da Serra, identificados como serranos. Tal experiência motivou e permitiu que algumas famílias três-forquilhenses adquirissem terras em Cima da Serra, ampliando suas atividades socioeconômicas para a extração de madeira, a pecuária e o tropeirismo.

Em se tratando da colonização alemã no Litoral Norte do Rio Grande do Sul, não se pode analisá-la sem se levar em consideração a proximidade e a relação estabelecida com a paisagem e os moradores de Cima da Serra. Uma vez que praticamente não houve o ingresso de novos imigrantes alemães junto às Colônias de São Pedro de Alcântara e Três Forquilhas, a urgência e a necessidade de sobrevivência impulsionou o contato com outros grupos. Assim sendo, é fato que uma parcela das famílias protestantes enviadas ao Vale do Rio Três Forquilhas, mas certamente dos católicos também, estabeleceu vínculos de diversos formatos e intensidades com camponeses, criadores de gado, extratores de madeira, comerciantes e tropeiros - transeuntes e/ou habitantes dos Campos de Cima da Serra.

As imagens 1, 2 e 3, que integram o presente texto, me foram alcançadas por um casal descendente do imigrante Jacob Klippel[7], ex-moradores de Cima da Serra. O largo período em que ali viveram e trabalharam fez deles sujeitos de identidade híbrida, com traços que os identificam com a imigração e a colonização alemã, mas, de igual modo, com os hábitos dos serranos de Cima da Serra. Agradeço ao Sr. Osório Teixeira da Silva e à Sra. Eva Teixeira da Silva pela cedência das imagens e pelas boas conversas nas quais e pelas quais consegui vislumbrar a riqueza cultural advinda dessa proximidade – geográfica, social e identitária.[8] Com desenvoltura, narraram as suas memórias e permitiram que o pesquisador mergulhasse no espectro mais rico e fascinante de suas vidas, qual seja, o contato, a troca, as negociações, o manejo e o manuseio de suas identidades.

7 De acordo com as declarações prestadas para o registro paroquial da Lei de Terras, o imigrante Jacob Klippel possuía as colônias 37 e 38, com duzentas braças de frente no total, com frente para o rio Três Forquilhas, sentido leste, por 1.600 braças de fundos, sendo vizinho de João Maschmann, de um lado, e de João Schwartzhaupt, de outro lado. O registro é o de número 73 e foi realizado em 8 de março de 1856. Os livros de registro paroquial da Lei de Terras de Itati e Três Forquilhas se encontram sob a guarda do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – APERS. Para maiores informações, ver o texto de Witt, 2004.

8 Não há anotações manuscritas e nem informações sobre o fotógrafo ou o estúdio fotográfico nas três imagens utilizadas no presente texto. Da mesma forma, não se pode afirmar que tenham sido produzidas no mesmo dia, porém, considerando o feito de um fotógrafo passar pela região, pode-se conjecturar que as imagens tenham sido clicadas no mesmo dia ou em uma mesma semana. O que se sabe sobre elas me foi dito pelo casal Osório Teixeira da Silva e Eva Teixeira da Silva, netos de Elisiário Teixeira Klippel e Francisca Joaquim da Silva. Os encontros ocorreram na residência dos depoentes, no bairro Boa Vista, na cidade de Terra de Areia/RS, nos dias 14 de março de 2025 e 29 de abril de 2025.

Imagem 1 – Elisiário Teixeira Klippel e Francisca Joaquim da Silva



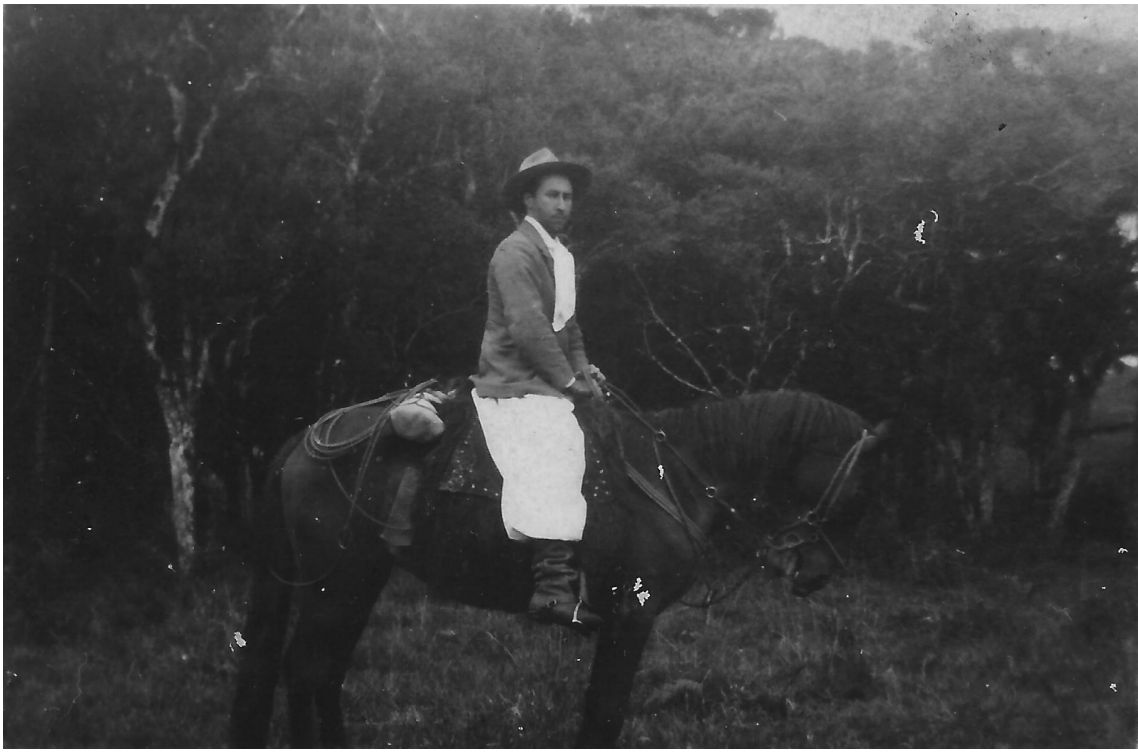
Fonte: Acervo pessoal de Osório Teixeira da Silva e Eva Teixeira da Silva
(Terra de Areia/RS; 14/3/2025)

A imagem 1 se refere à família de Elisiário Teixeira Klippel e Francisca Joaquim da Silva, composta por 14 filhos, sendo que nem todos se encontram retratados na referida imagem. Pelos sobrenomes já se percebe que casamentos interétnicos ocorreram; pelas vestimentas, comprova-se que o estilo serrano de vestir e se apresentar havia se colocado como a regra: todos os filhos homens usam chapéus e três deles se distinguem pelo lenço. Contudo, é a figura paterna que salta aos olhos, que ocupa o centro da paisagem familiar fotografada. Além de se afirmar como o centro, todo o figurino atesta que a identidade serrana ocupa e traduz o seu ser masculino, paterno e regional. As botas, o lenço e o chapéu, sem esquecer do traje, balizados por um bigode significativo, fazem do Sr. Elisiário Teixeira Klippel um serrano de alma gaúcha (a análise detalhada do traje sugere muito fortemente que ele esteja usando uma bombacha).

Por sua vez, o figurino da esposa e mãe, Sra. Francisca Joaquim da Silva, deixa de apresentar elementos que facilmente poderiam indicar a sua ligação com os colonos alemães ou com os serranos. O certo é que a vestimenta não parece ser a do dia a dia, a do trabalho; ao contrário, há a possibilidade de ser um

traje melhor, "domingueiro". Sobre as filhas, pode-se afirmar algo semelhante. A pose familiar é bastante típica, todos estão calçados e o pano usado para cobrir parte da parede da casa ambienta o momento do clique fotográfico. A casa de madeira, detalhe perceptível nas margens da paisagem retratada, insere a residência em um local onde a madeira estava disponível para a construção daquele lar. A simplicidade e a rusticidade do todo retratado nos inclinam, perigosamente, a cometer equívoco interpretativo, pois a riqueza da família poderia estar, por exemplo, na quantidade de terras e/ou de gado possuídos e não no formato ou dimensão da casa. De acordo com as informações do Sr. Osório Teixeira da Silva, a família Joaquim possuía expressiva quantidade de terras. Migrantes vindos de Laguna/SC subiram a serra e passaram a comprar terra para criação de gado. Por sua vez, segundo ele, o casal Elisiário Teixeira Klippel e Francisca Joaquim da Silva possuíam diversas propriedades, todas em Cima da Serra: Banhado Araçá, Contendas, Espigão das Capoeiras, Josafaz e Morro Grande.

Imagem 2 – Tibúrcio Teixeira Klippel
(filho de Elisiário Teixeira Klippel e Francisca Joaquim da Silva)



Fonte: Acervo pessoal de Osório Teixeira da Silva e Eva Teixeira da Silva
(Terra de Areia/RS; 14/3/2025)

A imagem 2 vem, igualmente, carregada de significados e apresenta um gaúcho a cavalo, Tibúrcio Teixeira Klippel, filho de Elisiário e Francisca. Ocorre que, em suas veias e em suas origens, há a presença de elementos que o vinculam à história da colonização alemã no Litoral Norte do Rio Grande do Sul. Assim como o Sr. Elisiário Texeira Klippel, o serrano eternizado pelo clique do fotógrafo descende do imigrante Jacob Klippel assentado junto às terras da Colônia alemã do Vale do Rio Três Forquilhas. Contudo, outras esferas identitárias passaram a defini-lo: chapéu, lenço, bombacha e botas, afora o cavalo totalmente encilhado, fazem do descendente de imigrantes alemães um "autêntico" gaúcho serrano. Ele se trajou para ser fotografado, fez pose, olhou para a câmera e fez questão de que o animal montado estivesse sob o seu comando – é visível que puxa as rédeas do cavalo. Por fim, um capão de árvores embeleza o cenário e ambienta a fotografia. Estaria ele desacompanhado? Que paisagens o recorte fotográfico esconde? É um dia de festa? As perguntas nem sempre são respondidas, porém, sugerem e causam inquietações no pesquisador.

Imagem 3 – Propriedade de Elisiário Teixeira Klippel e Francisca Joaquim da Silva (Localidade de Contendas – Campos de Cima da Serra)



Fonte: Acervo pessoal de Osório Teixeira da Silva e Eva Teixeira da Silva
(Terra de Areia/RS; 14/3/2025)

Estas mesmas inquietações se agigantam quando se observa a imagem 3, a qual é riquíssima em informações. Trata-se da propriedade de Elisiário e Francisca na localidade de Contendas, nos Campos de Cima da Serra. Com exceção do primeiro cavaleiro, que se encontra da esquerda para a direita, os demais homens adultos são todos filhos do casal. Dos seis filhos que posaram para a lente do fotógrafo, quatro apresentam figurino tipicamente gaúcho, com destaque para o lenço, a bombacha e as botas. Crianças à janela apreciam a cena, enquanto outra foi colocada sobre uma rês. Certamente estavam curiosas, pois a presença de um fotógrafo era algo inusitado. Três elementos se destacam na imagem 3: os homens, a casa e os galpões e os animais. Quanto à casa, novamente se evidencia o uso da madeira, o que corresponde ao cenário natural de Cima da Serra, onde os pinheirais ainda existiam em abundância. O telhado da casa e dos galpões segue esta mesma lógica, sendo usada a telha de madeira, em formato de lâmina, para a cobertura dos prédios[9]. No que se refere aos animais, muito integrados aos homens e às edificações, cavalos encilhados e gado vacum informam sobre os investimentos da família em terra para a criação e nos próprios animais. E, mais do que isso, informam acerca da cultura identitária e econômica da família de Elisiário e Francisca. Quanto à identidade, os trajes usados por Tibúrcio Teixeira Klippel, nas imagens 2 e 3, demonstram que eram usados no cotidiano, que faziam parte do modo de viver, de ver e de ser visto.[10] Tibúrcio é o segundo cavaleiro, da esquerda para a direita, na imagem 3.

Após discorrer e conjecturar acerca das imagens 1, 2 e 3, algumas certezas podem ser construídas. As pessoas retratadas carregam marcas que as identificam e as situam em um ambiente de intensa relação – amigável e parental. Os caminhos que interligavam a Colônia alemã aos Campos de Cima da Serra possibilitaram o trânsito de pessoas, animais e culturas (isso inclui a fauna e a flora, bem como todos os saberes e fazeres). O professor e escritor Leopoldo Tietböhl, sob o pseudônimo de Léo Tito, autor de Aventuras de um tropeiro, descortinou e traduziu de maneira singular a vida e o linguajar dos serranos em permanente trânsito e intercâmbio com os outros que se achegavam à figura do tropeiro Chico Ventana.[11] De acordo com Nilza Huyer Ely, "o professor Leopoldo Tietböhl nasceu no dia 6 de novembro de 1874, em Três Forquilhas, [...] filho de Christiano Tietböhl e Catarina Eigenbrodt [...] faleceu em 30 de novembro de 1947" (ELY, 1996, p. 10).

9 De acordo com Leonídio Gaede, os italianos identificavam esse tipo de telhado como "Scandole" e os alemães como "Shingle".

10 "Ver e ser visto": expressão muito usada pela colega litorânea, nascida em Santo Antônio da Patrulha, Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos, *in memoriam*.

11 Nilza Huyer Ely informou que o nome de Chico Ventana era Augusto Pinto (ELY, 1999, p. 48).

Como se constata, o autor de Aventuras de um tropeiro descendia de imigrantes alemães instalados na Colônia alemã de Três Forquilhas. A sua experiência de vida, iniciada no último quartel do século XIX, permitiu que conhecesse as pessoas que transitavam pela Colônia, o que incluía os serranos de Cima da Serra. A formação no magistério e a vida dedicada à educação e à cultura fizeram dele "testemunha ocular" do seu tempo; a verve literária deu vida às peripécias de Chico Ventana, tropeiro que circulava entre Cima da Serra e a Colônia de Três Forquilhas. Tão importante quanto registrar a comunicação existente entre esses dois espaços, foi o uso da linguagem serrana para dar cor e voz aos causos narrados por Chico Ventana. Estudo linguístico facilmente comprovará o intercâmbio cultural entre esses dois grupos – serranos e colonos alemães, constituindo, assim, mais um elemento que comprova o contato e o hibridismo.

No entanto, outros tropeiros deixaram marcas nos caminhos que levavam aos Campos de Cima da Serra. Ainda, segundo Ely, o comércio com o couro "foi muito explorado pelos irmãos Martim e Nico Klippel que, além de tropeiros, possuíam uma forte casa de comércio próxima à Serra da Bananeira e que era abastecida com mercadorias trazidas de Caxias, de Taquara ou de São Francisco de Paula, como a farinha de trigo especial, sal, charque, tecidos, querosene, etc" (ELY, 1999, p. 46). A pesquisa densa e primordial de Ely apresenta diversos aspectos da vida dos tropeiros, sobretudo os caminhos que eles usavam para chegar às localidades de Cima da Serra: Serra da Bananeira, Serra da Limeira, Serra do Pessegueiro, Serra do Pinto, entre outras (ELY, 1999, p. 45-48).[12] As inúmeras possibilidades de acesso aos campos, como as descritas por Ely, fizeram com que algumas famílias alemãs buscassem outras paragens para investir e/ou morar: Becker, Hoffmann, Jacoby, Klippel, König, Schmitt, Voges, dentre outras, adquiriram propriedades nos Campos de Cima da Serra incrementando os seus negócios em direção à pecuária, à extração de madeira e ao comércio aliado ao tropeirismo. Com isso, alguns deles assimilaram hábitos e costumes típicos dos serranos, como os registrados pela lente do fotógrafo nas imagens 1, 2 e 3.

Para além disso, segundo Rodrigo Weimer (2010), descendentes de colonos alemães contraíram núpcias com pessoas que adentraram o Vale do Rio Três Forquilhas na década de 1870. Ocupando os "fundos" da Colônia, passaram a usar os caminhos que a interligavam com os Campos de Cima da Serra, negociando, principalmente, com a compra e venda de gado. Não raras

12 Ely dedicou parte do seu livro aos "tropeiros e [às] estradas de integração": os capítulos "tropeiros em Três Forquilhas", "tropeirismo entre a Serra e o Litoral", "a mulher tropeira", "os construtores da Rota do Sol" e "BR 101 – Osório – Torres: a estrada da redenção", distribuídos entre as páginas 43 e 79, informam o leitor sobre a importância dos caminhos que conectavam o espaço colonial dos alemães às outras áreas do próprio Litoral e dos Campos de Cima da Serra (ELY, 1999, p. 43-79).

vezes, o abigeato fez parte do cotidiano de algumas dessas famílias, de acordo com Weimer. Tomando o livro Noite de Reis, de Fernandes Bastos (1935)[13], como parâmetro, Weimer registrou:

> [...] Candinho celebrou uma aliança espiritual – muito mais forte do que a até então exclusivamente material – junto àqueles com quem desenvolvia suas atividades. Tanto é assim que a negociação do consentimento para o matrimônio foi realizada por Margarida Gross, mãe de Francisco (França), Jacob e Manoel, com quem Candinho desempenhava as atividades citadas. A narrativa de Bastos não nega a existência de dificuldades para essa permissão: embora não claramente, estava implícita a diferença racial como um dos obstáculos. Tanto é assim que foi necessária a intercessão de uma parente: já havia prévias ligações entre os Gross e os Witt. Pedro, irmão de Candido, por sua vez, era casado com Margarida Menger, que era "tia" de Maria Witt, enquanto França Gross estava prestes a casar-se com Elisabeth Hoffmann, também "tia" desta (Weimer, 2010, p. 169).

Das considerações de Weimer, chamam a atenção os casamentos interétnicos com homens vindos de "fora", neste caso, da região Nordeste. Candinho e outros estavam lutando na Guerra do Paraguai e teriam desertado, segundo Fernandes Bastos. Em certo momento de sua caminhada, adentraram a Colônia de Três Forquilhas, criando vínculos sólidos com os alemães e os nacionais. Estabelecendo-se nos "fundos" da Colônia, constituíram-se sujeitos integrados à região que interligava espaços muito distintos, – planície e Cima da Serra – mas totalmente conectados através de atividades típicas desse *hinterland*. De acordo com Weimer, as famílias ao redor de Candinho envolveram-se com negócios lícitos e ilícitos em torno do gado, sendo perseguidos pelos fazendeiros de Cima da Serra, mas bem quistos por seus fregueses da Colônia, uma vez que a carne fornecida por eles era vendida por um valor abaixo do mercado.

As negociações para o matrimônio indicam que houve diálogo entre os estabelecidos e os *outsiders* (Elias, 2010). Mediante os acordos nupciais firmados, novas identidades surgiram e se solidificaram nas décadas seguintes. Weimer ainda chama a atenção para a questão racial, pois esses enlaces aproximaram homens de "fora", da região Nordeste, com fenótipo e cultura que poderiam bater de frente com o que encontraram na Colônia de Três Forquilhas. Mesmo que tenha havido certa resistência, o fato é que Candinho se casou com Maria Witt, construindo identidade dúbia: bandidos para seus inimigos, mas herói para os seus familiares, comparsas e amigos. Neste caso, a identidade visual parece não ter contado, mas, sim, a figura, a persona construída a partir do momento em que se decidiu pelo matrimônio com Maria Witt e por permanecer em terras

13 O romance histórico Noite de Reis narra a epopeia de Baiano Candinho, soldado nascido no Ceará que teria desertado da Guerra do Paraguai. O livro original foi escrito em 1935, porém, em 2007 foi lançada uma edição revista, atualizada e com atualização ortográfica.

estranhas – a Colônia alemã de Três Forquilhas, os Campos de Cima da Serra e os caminhos, *hinterland*, que conectavam estas duas regiões.

Todavia, estes mesmos caminhos que marcaram e definiram a vida de Candinho também serviram para o deslocamento de outros agentes históricos. A população africana e afrodescendente, escravizada ou liberta, também circulava pelos rincões do Litoral Norte do Rio Grande do Sul. Na página 176 do livro "Registros da presença negra no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul"[14], encontra-se a descrição de crime "horroroso" ocorrido na Freguesia de Cima da Serra, no ano de 1866. "Trata-se do incêndio ocorrido na casa do preto Florêncio José Pereira... Naquela residência morava Florêncio (que ontem seguira com cargueiro para as Três Forquilhas)"[15]. Para além dos detalhes que descrevem o crime, interessa de forma significativa a informação de que Florêncio se dirigiu à Colônia alemã do Vale do Rio Três Forquilhas com cargueiro, isto é, compraria ou venderia mercadorias que seriam negociadas com os colonos alemães ali estabelecidos e/ou com os nacionais que igualmente habitavam a região.[16]

Provavelmente, dada a possibilidade de realizar o trajeto entre Cima da Serra e a Colônia alemã de Três Forquilhas, Florêncio já se encontrava na condição de liberto -considerando que antes fora escravizado. A sua presença anuncia a existência de escravizados e libertos junto aos espaços ocupados pelos imigrantes alemães e seus descendentes, seja rural ou urbano.[17] Ao fazerem uso de mão de obra cativa, apreenderam e aprenderam saberes e fazeres necessários

14 O livro "Registro da presença negra no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul" é uma iniciativa desta instituição em parceria com a Unisinos, a UFPEL e a FURG. O catálogo reúne fontes do "Fundo Polícia – documentação avulsa" do período de 1826 a 1888. Os organizadores executaram a pesquisa e a organização da obra que, sem dúvida, é de extrema importância para futuras investigações acerca da história do Rio Grande do Sul, mas, também, do Brasil como um todo. Para maiores detalhes, ver: FERNANDES, Ananda Simões, MOREIRA, Paulo Roberto Staudt, VARGAS, Jonas Moreira e CARDOZO, José Carlos da Silva (Orgs.). *Registro da presença negra no Arquivo Histórico do RS*: Fundo polícia – documentação avulsa (1826-1888). São Leopoldo: Editora Oikos, 2023.

15 Na atualidade, Florêncio usaria a Rota do Sol, estrada que conecta o litoral aos Campos de Cima da Serra. Ela se estende por Itati, município que compunha a antiga Colônia alemã do Vale do rio Três Forquilhas. De acordo com o DAER, "a rodovia conhecida como Rota do Sol, com 737 km de extensão, liga o extremo oeste do Estado, a partir da cidade de São Borja, até o litoral norte gaúcho, no município de Terra de Areia. O trecho entre Tainhas (localidade do município de São Francisco de Paula) e a BRS-101, em Terra de Areia, apresenta 53,5 km de extensão e é chamado de RSC-453/ERS-486. Inicia no Planalto Sul Brasileiro, desce a Encosta da Serra e chega à Planície Litorânea Norte, atravessando diferentes ecossistemas". Ver: www.daer.rs.gov.br/rota-do-sol-rsc-453-ers-486 Acesso em 15/4/2025, 11h13min.

16 O crime registrado na documentação ora citada também se encontra descrito e trabalhado no artigo produzido em parceria com Karl Monsma acerca do uso de mão de obra escravizada por colonos alemães (MONSMA e WITT, 2024).

17 Para se aprofundar neste tema, recomenda-se a leitura de WITT, Marcos Antônio. Sobre escravidão e imigração: relações interétnicas. *In: História*: Debates e Tendências (Passo Fundo), v. 14, p. 21-35, 2014.

à sobrevivência, sendo que esse mesmo processo de conhecimento ocorreu em relação aos indígenas. Traço marcante do contato e do convívio se percebe na aprendizagem da língua alemã por parte dos escravizados e libertos. Em muitas residências e ambientes profissionais, nos quais o uso da língua alemã era recorrente, escravizados e libertos passaram a usá-la para se comunicar.

Telmo Lauro Müller, ao escrever sobre relações interétnicas, trouxe a seguinte situação:

> em vez de os colonos aprenderem a falar melhor o português, foram os negros que passaram a falar alemão. Deveria ser uma figura inesquecível um negro retinto dizer a conhecida frase a ele atribuída: "Mie Daitsche Buwe misse sesame halle!", em dialeto, e que significa: "nós jovens alemães temos de ficar unidos!" (Müller, 1996, p. 239).

Afora esse caso exemplar, Müller publicou outra frase atribuída "a um negro", "Wenn du mol so lang in Brasilje bist wie ich, wäste aach schwatz!" – "Quando tu estiveres tanto tempo no Brasil como eu, também vais ficar preto!" (Müller, 1996, p. 239). Os dois casos apresentados pelo autor contribuem para a discussão em torno das identidades e da performance social dos imigrantes alemães e seus descendentes. A tradição oral e alguns documentos produzidos por pastores da igreja protestante de Três Forquilhas, especialmente os registros eclesiásticos, confirmam que afrodescendentes vinculados às famílias Schmitt e Voges aprenderam a língua alemã e a usaram no cotidiano.

Em se tratando de construção social e identitária, uma das características que mais se destaca é justamente a língua usada por determinado grupo. Falar somente o dialeto, saber expressar-se através da língua culta, incorporar vocabulário de outros idiomas, equivocar-se na fala e/ou na escrita, enobrecia ou maculava indivíduos e grupos. Portanto, alguns alemães poderiam ser mais alemães do que outros[18] ao manejar, mais ou menos corretamente, dialetos e/ou a língua culta no seu dia a dia. O pastor Gottfried Schlegtendal, chegado à paróquia protestante de Três Forquilhas no ano de 1895, após o falecimento do velho pastor Carlos Leopoldo Voges, se deparou com uma comunidade "abrasileirada", conforme os seus próprios relatos. Houve embate entre o que o novo pastor entendia por comunidade alemã e a realidade construída pelos imigrantes e descendentes ocupantes da região desde 1827. Segundo Elio E. Müller,

> Na primeira reunião do presbitério, em 17.11.1895, o pastor [Schlegtendal] voltou ao seu tema predileto: a língua alemã. Alertou que a mesma não devia ficar restrita ao uso no lar, na igreja ou escola alemã. Ela deveria ser extendida (sic) também para o relacionamento público. Enfatizou que a primeira e santa tarefa de todo o evangélico era essa, do zelo pela língua alemã. Argumentou que a existência da própria Comunidade Evangélica

18 Esta expressão e suas variáveis são de minha autoria.

> de Três Forquilhas estava em perigo, em virtude da assimilação de costumes e da língua dos brasileiros. [...] a maior parte dos descendentes de alemães, residentes nos fundões da Colônia, já haviam desde cedo assimilado o linguajar do caboclo da região (Müller, 1992, p. 123).

Os relatórios do pastor Schlegtendal, enviados à Alemanha e publicados posteriormente em revistas e *Kalender*, explicitam o choque cultural que abalou a comunidade protestante de Três Forquilhas, na visão deste mesmo pastor. De um lado, o jovem pastor enviado da Alemanha, imbuído de espírito reformador e impregnado de ideais germanistas; de outro, descendentes de imigrantes alemães que desde a terceira década do século XIX experimentavam hibridismo cultural no ambiente em que haviam sido assentados. Por certo, moveram-se para além dos limites do Vale, adentrando espaços originalmente não destinados a eles, como os Campos de Cima da Serra. A literatura que aborda os temas da germanidade[19] apresenta situações semelhantes em que o intelectual alemão se escandaliza com os conterrâneos "acaboclados", "abrasileirados", que perderam suas qualidades germânicas em troca de hábitos e costumes do país receptor. Mediante isso, é lícito pensar que o pastor Schlegtendal tenha se deparado com descendentes de alemães metamorfoseados em serranos e com a presença de nacionais e afrodescendentes nos bancos da igreja enquanto realizava o culto.

Wolfgang Hans Collischon, ao realizar a tradução do texto de Ferdinand Schröder sobre a comunidade de Três Forquilhas, cita o relatório do "pregador itinerante von Bracken", publicado em 1895:

> A colônia se divide em duas partes: na frente os de melhor nível cultural e nos fundos os aculturados. Na frente a situação é regular porque alguns ainda sabem ler e escrever, mas nos fundos a cultura e a instrução estão acabando. Quanto mais a gente se aproxima da "Serra" tanto mais cresce a rudeza e a ignorância cultural. [...] A superstição está entranhada, mais ou menos, em toda a colônia (Collischon, 2007, p. 293).

19 A produção sobre germanidade e germanismo é extensa e variada. Alguns títulos: ARENDT, Isabel Cristina. *Educação, religião e identidade étnica*: o Allgemeine Lehrerzeitung e a escola evangélica alemã no Rio Grande do Sul. São Leopoldo: Unisinos, 2008; ARENDT, Isabel Cristina. Pe. Balduino Rambo e a revista Sankt Paulusblatt: afirmação e defesa da germanidade. *In*: RAMBO, Arthur Bl., GRÜTZMANN, Imgart e ARENDT, Isabel Cristina (Orgs.). *Pe. Balduino Rambo – a pluralidade na unidade*: memória, religião, cultura e ciência. São Leopoldo: Unisinos, 2007, p. 171-187; DREHER, Martin N. *Igreja e germanidade*. Caxias do Sul: EDUCS, 2003; GERTZ, René E. *O fascismo no sul do Brasil*: germanismo, nazismo, integralismo. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987; GOODMAN, Glen. *From German Danger to German President: immigration, ethnicity and the making of Brazilian identities – 1924-1974.* Tese de doutorado. Emory University. Estados Unidos da América, 2015; GRÜTZMANN, Imgart. *A mágica flor azul*: a canção em língua alemã e o germanismo no Rio Grande do Sul. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Porto Alegre, 1999; SCHULZE, Frederik. *Auswanderung als nationalistisches Projekt*. Deutschtum und Kolonialdiscurse im südlichen Brasilien. Colônia: Böhlau, 2016.

O relatório escrito em 1895, dois anos após a morte do pastor Carlos Leopoldo Voges, apresenta o olhar externo do pregador itinerante, mas, também, desenha geográfica e culturalmente o assentamento das famílias alemãs. Ainda acerca do tema, em relatório de 1914, o pastor Emil Gans escreveu:

> [...] quase não há mais qualquer consciência racial, mesmo que instintiva. Uma série de famílias brasileiras – menciono os Pereira, Oliveira, Vieira, dos Santos, da Silva, etc, - casaram em regra com famílias alemãs e estão totalmente amalgamadas com os demais moradores, tornando-se evangélicos e alemães, tanto no tocante ao idioma quanto aos costumes, assim como aqueles continuaram a ser o que são. Casamentos com negros quase não aconteceram. No entanto, há crianças mulatas ilegítimas. Especialmente nas famílias mais bem aquinhoadas, nas quais negros atuam como empregados e seus filhos crescem na casa, desapareceu qualquer consciência de diferença racial. A Colônia Três Forquilhas, contudo, não está apenas isolada da germanidade e das demais comunidades evangélicas do Rio Grande [...] (*In*: Dreher, 2010, p. 106-107).

O relatório do pastor Emil Gans, responsável pela comunidade protestante de Três Forquilhas, é extenso e minucioso. O grande objetivo de tal detalhamento é a busca de recursos para a criação de escola, reforma da igreja e pagamento do salário do pastor. Na parte selecionada, o pastor dá pistas sobre as relações construídas entre os descendentes de alemães e os outros que, paulatinamente, adentraram os limites da Colônia. No que se refere ao casamento interétnico, traz a informação de que os "brasileiros" assumiram a fé evangélica (protestante) e tornaram-se alemães. Muitas décadas depois, quando houve o ingresso de famílias japonesas junto ao Vale do Rio Três Forquilhas, membros desse grupo casaram-se com descendentes de alemães e se filiaram à igreja protestante. Se escrevesse na década de 1970, o pastor Gans acrescentaria a imigração japonesa ao seu relatório e detalharia como jovens japoneses e alemães se uniram através do matrimônio.[20]

Dando continuidade ao seu relatório, toca em ponto sensível, que é a relação das famílias abastadas com os afrodescendentes que trabalhavam em suas casas. A análise de inventários revelou que muitas famílias três-forquilhenses possuíram escravizados em suas propriedades, seja na lavoura, nas lides domésticas ou em outras atividades, como alambiques, atafonas, comércios (vendas) e moinhos.[21] Libertos, por alforria ou pelo fim da escravidão, a maioria

20 Sobre a imigração japonesa em Itati, ver o livro de Elio E. Müller, Gente de dois mundos, publicado em 1993. Mesmo sendo uma publicação de poucas páginas, traz informações importantes sobre o ingresso e a fixação das famílias japoneses em solo itatiense.

21 Os inventários de colonos alemães do Vale do Rio Três Forquilhas demonstram que Nicolau Mittmann possuía três escravizados em 1865; Maria Catarina Kellermann, dois escravizados em 1867; Felipe Pedro Schmitt e Elisabeth Schmitt, um escravizado em 1867; Matias Grassmann, três escravizados em 1873; Adolpho Felippe Voges, cinco escravizados

continuou trabalhando junto às mesmas famílias. No final da citação, Gans se aproxima de Schlegtendal ao mencionar a germanidade – este era o ponto que distinguia os alemães de Três Forquilhas de outros alemães que não haviam se desviado do modelo idealizado para eles. Os relatos dos pastores Schlegtendal e Gans sugerem que havia alemães mais alemães do que outros.

Desdobrando essa variável, alemães residentes nos espaços urbanos poderiam ser mais alemães do que aqueles estabelecidos nas picadas, nas roças, no interior. Desse modo, imigrantes alemães estabelecidos nos espaços urbanos, que acessavam clubes, sociedades e escolas dotadas de ideais germanistas, como o jornalista e intelectual Karl von Koseritz (Weizenmann, 2015), se constituíam em um tipo de alemão muito diferente do colono, do agricultor, do que residia e trabalhava no espaço rural. Via de regra, desconsideravam as especificidades dos seus pares chegados ao Brasil desde o final da segunda década do século XIX. Para Koseritz, a religião e a falta de escolas, ou, então, a pouca qualidade do ensino dispensado aos alemães e seus descendentes, seriam motivos suficientes para explicar o apagamento dos traços germânicos em indivíduos e famílias alemãs. Nem todos adentravam os salões do Clube Orpheu, em São Leopoldo[22], por exemplo, sociedade reservada aos imigrantes e descendentes que se tornaram elite e conquistaram degraus na hierarquia social da sociedade leopoldense e até mesmo na capital da província, Porto Alegre, de acordo com os estudos de Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos (2015).

De acordo com João Biehl (2024), Koseritz pode ser considerado um dos promotores da guerra contra os *Mucker*,[23] uma vez que lhe faltou empatia

em 1880 (Witt, 1998; 2015).

22 A Colônia alemã de São Leopoldo foi criada no dia 25 de julho de 1824, na província do Rio Grande do Sul, às margens do rio dos Sinos. Por este mesmo rio, conectava-se com a capital da província, Porto Alegre, para onde eram enviados os produtos coloniais e artesanais colhidos e fabricados pelos agricultores e artesãos alemães. A historiografia acerca da Colônia alemã de São Leopoldo alcança dois séculos de publicação, tendo sido ampliada com as comemorações do Bicentenário da imigração alemã para o Brasil Independente (1824-2024). Alguns títulos: DREHER, Martin N. e MÜGGE, Erny (Orgs.). *Colônia alemã de São Leopoldo*. 200 anos de história (1824-2024). Um almanaque. São Leopoldo: Oikos, 2024; GERTZ, René E. e HARRES, Marluza Marques (Orgs.). *São Leopoldo*: comemorações, reflexões e atualidades (1974-2024). São Leopoldo: Oikos, 2024; TRAMONTINI, Marcos Justo. *A organização social dos imigrantes*. A Colônia de São Leopoldo na fase pioneira (1824-1850). São Leopoldo: Unisinos, 2000.

23 A bibliografia sobre os Mucker é vasta e plural. Alguns títulos: AMADO, Janaína. *A revolta dos Mucker.* 2.ed. São Leopoldo: UNISINOS, 2002; BIEHL, João e MÜGGE, Miquéias H. *Escritos perdidos*: vida e obra de um imigrante insurgente. São Leopoldo: Oikos, 2022; DICKIE, Maria Amélia Schmidt. *Afetos e circunstâncias*: os *Mucker* e seu tempo. São Leopoldo: Unisinos; Oikos, 2018; DREHER, Martin N. *A religião de Jacobina*. São Leopoldo: Oikos, 2017; GEVEHR, Daniel Luciano. *Pelos caminhos de Jacobina*: memórias e sentimentos (res)significados. Tese de doutorado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. São Leopoldo, 2007; SCHUPP, Ambrósio. *Os Muckers.* Episódio histórico ocorrido nas colônias alemãs do Rio Grande do Sul. Brasília: Senado Federal, 2004.

em relação aos colonos alemães que optaram por viver na propriedade do casal João Jorge Maurer e Jacobina Mentz Maurer. Aqueles alemães, traidores da germanidade ao abandonarem a vida religiosa e social prescrita para eles, haviam se descaracterizado de tal forma que o seu extermínio seria a única solução cabível. Para Koseritz, o abandono da germanidade equivaleria a morte social e identitária daqueles indivíduos e de suas famílias. Em outras palavras, os *Mucker* seriam os piores de todos os alemães assentados junto à província do Rio Grande do Sul. Desde a capital, Porto Alegre, Koseritz condenava a todos que se distanciavam dos padrões ideais orientados pela germanidade. Com outros intelectuais e negociantes de diversos perfis, formavam a elite alemã que residia e negociava em Porto Alegre, a qual matinha fortes vínculos com São Paulo, Rio de Janeiro e Alemanha. Estes grupos de elite foram investigados por Magda Gans em seu livro Presença Teuta em Porto Alegre (2004), estudo que demonstrou onde residiam e trabalhavam e como se articulavam para ocupar determinados nichos intelectuais, políticos e empresariais na capital da província.[24]

Muitos deles, como Edmundo Dreher (Gans, 2004; Witt, 2015), mantinham vínculos com a Colônia alemã de São Leopoldo, tendo, inclusive, propriedade em seu meio. As relações estabelecidas desde a capital em direção ao interior interligavam elites de perfis distintos, ou seja, a elite maior de Porto Alegre se constituía como o elo mais forte da corrente étnica que, normalmente, via-se atravessada pelo poder econômico, social e político dos vendeiros (comerciantes). A título de exemplo, descendentes de Edmundo Dreher casaram-se com descendentes de Carlos Leopoldo Voges, pastor e negociante na Colônia de Três Forquilhas. Com isso, quer se demonstrar que a construção social e identitária dos imigrantes considerava, em muitos casos, que o valor e o perfil da família superavam a relevância do local de residência e/ou de trabalho. A germanidade, ou alguns valores identificados com ela, chegava aos rincões criando distinções sociais entre os colonos alemães e seus descendentes (Witt, 2015). O autor do presente texto nomeou essas pequenas e médias elites de "exponenciais", cujo significado remete a famílias alemãs que galgaram poder e se distinguiram dos seus pares. No entanto, não chegaram a alcançar estratos mais altos da sociedade rio-grandense, como os Dreher que possuíam palacete na atual Avenida Independência, em Porto Alegre, exportavam produtos coloniais para a Alemanha e, dela, importavam produtos

24 Sobre famílias alemãs de elite, nas primeiras décadas do século XX, residentes e atuantes em outras cidades/regiões do Rio Grande do Sul, ver o livro de Rodrigo Luis dos Santos (2018). O autor analisou a performance econômica, educacional, política e religiosa de famílias alemãs católicas e evangélico-luteranas na cidade de Novo Hamburgo, antes e depois da emancipação política daquele núcleo.

e mercadorias de interesse brasileiro. Dito de outra forma, micropoderes sociais e identitários cimentaram degraus hierárquicos que diferenciavam famílias alemãs (Witt, 2015).

A TÍTULO DE FECHAMENTO

"Os nossos japoneses são mais criativos do que os japoneses dos outros".
Publicidade veiculada pela empresa Semp Toshiba nos anos 1990.

Abordar as complexidades em torno das construções sociais e identitárias dos imigrantes alemães e dos seus descendentes significa empreender esforço que relativize a falsa ideia de que os imigrantes se mantiveram isolados. Na década de 1830, mais da metade dos terrenos que compunham a parte central da Colônia alemã de São Leopoldo estava nas mãos de nacionais, ou seja, de pessoas não alemãs (Witt, 2013, p. 49-50). Em meados do século XIX, esta mesma Colônia abrigava em sua sede a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito de São Leopoldo, conforme estudo de Camille Chies Baldasso (2023). Imediatamente após a sua fundação, em 1824, homens de origem alemã viram-se coagidos a participar como soldados das inúmeras guerras que assolaram o Oitocentos rio-grandense: Guerra Cisplatina, Guerra dos Farrapos, Guerra contra Oribe e Rosas, Guerra do Paraguai e Revolução Federalista (Mügge, 2012; Mühlen, 2017; Tramontini, 2000). O projeto de fundação da Colônia de Santa Rosa, no Noroeste rio-grandense, previa a instalação de camponeses nacionais em meio a imigrantes e descendentes de várias partes da Europa, de acordo com os estudos de Kalinka de Oliveira Schmitz (2024). Em face disso, questiona-se a validade da tese do isolamento em relação aos colonos alemães e seus descendentes.

O título do livro de Jeffrey Lesser, *A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil* (2001), explicita uma das ações mais empreendidas pelos imigrantes e seus descendentes: a arte de negociar. Construir-se social e identitariamente, portanto, exigia negociação constante, diária. Negociar não somente o patrimônio material, como terras, casas, animais, produtos colhidos ou fabricados, mas, também, o patrimônio construído de forma imaterial, como os valores, as representações e as identidades. Do ponto de vista cultural, a arte da negociação incluía o próprio falar, o domínio de outro idioma, a aprendizagem do português por parte daqueles que ainda eram considerados estrangeiros. Negociar, por exemplo, a possibilidade de viver em comunidade, em outro regime que escapasse da lógica capitalista vigente nas Colônias desde o Oitocentos. Toda a literatura que trata dos *Mucker*, a favor ou contra o grupo de Jacobina Mentz Maurer, demonstra que houve a necessidade de se negociar com

os religiosos, padres e pastores, com as autoridades intelectuais, educacionais, jurídicas, políticas e policiais, com os vendeiros e com os próprios pares que se colocaram a favor e contra os adeptos de Jacobina.

Negociar, também, a construção de uma dupla identidade, a de teuto-brasileiro, sujeito que desejava manter traços culturais da pátria-mãe, como a língua, mas, sem deixar de aprender e apreender os hábitos e os costumes do país receptor, como a língua portuguesa. O teuto-brasileiro é a expressão maior dessa tentativa de construção social e identitária em um ambiente que deixou de ser (a pátria-mãe) e o outro que viria a ser (o país receptor). Inspirado em Sayad (1998), pergunto-me o que é um imigrante? Um ser irrealizável/irrealizado que deixou de ser, mas que jamais se reconstruiu/recompôs integralmente em outro ambiente? É um ser eternamente hifenizado? Para sempre um "teuto-brasileiro"? ou, então, um "teuto-serrano-brasileiro"? Aqui, nesta última tentativa conceitual, se mesclariam as identidades estrangeira (alemã), regional (Cima da Serra) e nacional (do país receptor)?

Outro aspecto muito relevante quando se aborda a construção social e identitária dos imigrantes alemães e seus descendentes diz respeito às complexidades e às pluralidades que envolveram esse jogo de afirmação e ocupação de espaços político-sociais. O ideal seria trabalhar com a ideia de pluralidade, isto é, analisar as trajetórias dos imigrantes levando em consideração suas múltiplas origens em solo europeu, os motivos que levaram à emigração e à imigração, as diferenças de cada assentamento - se próximo a um rio, se distante de centros maiores, como a capital da província, se misto ou homogêneo do ponto de vista religioso, linguístico ou étnico, etc. Outra questão a considerar é a diferença entre imigrantes instalados em zonas rurais e urbanas, a data de chegada ao Brasil, se no início do Oitocentos ou do Novecentos, a bagagem cultural e educacional trazida da Europa e/ou adquirida no Brasil, a qualificação profissional de indivíduos ou mesmo de determinadas famílias, se agricultores, se artesãos, se comerciantes, etc. Tudo isso complexifica a difícil tarefa de construir sínteses sem apagar as individualidades de cada trajetória, de cada família, de cada investimento político, econômico e social em terras brasileiras. O próprio uso do termo "alemães" e suas variáveis, mesmo que justificado, acaba se configurando em um bom exemplo da dificuldade de nomear em favor da generalização, porém, prejudicando as características específicas de cada grupo, como austríacos, bávaros, dinamarqueses, franceses, frísios, renanos, saxões... (Woortmann, 2000).

Complexidades e pluralidades ficaram evidentes nas três imagens integrantes do presente texto. Pessoas com sobrenome alemão, descendentes de imigrantes vindos do além-mar, trocaram seu figurino, mudaram seus hábitos, mas, nem por isso, deixaram de ser alemães. Quiçá, poderiam ser enquadrados

na categoria de seres em permanente metamorfose, em constante performance social e identitária (Sayad, 1998). Por certo, as conquistas, os insucessos e o acaso direcionaram e redirecionaram a vida dos imigrantes e seus descendentes, tanto individual quanto coletivamente. Como se escreveria a história da Colônia alemã de Três Forquilhas se os supostos desertores da Guerra do Paraguai, Baiano Candinho e outros, não tivessem adentrado o seu território no início da década de 1870? Como ele teria vivido os seus últimos anos de vida se não tivesse sido traído e degolado em uma Noite de Reis, em 1898? Como seria a paisagem ambiental e humana do Oeste rio-grandense caso a Colônia Alemã de São João das Missões não tivesse se desintegrado? Como João Jorge Maurer e Jacobina Mentz Maurer teriam dado continuidade ao seu projeto revolucionário se os *Mucker*, incluindo o casal, não tivessem sido presos e mortos, em 1874? Caro(a) leitor(a), nada disso aconteceu. Mas poderia ter acontecido.

O instante fotografado traduz um pequeníssimo fragmento da realidade vivenciada pelos que se deixaram seduzir pelas lentes do fotógrafo (Meneses, 2003). O que ficou retratado não é o todo da vida de agricultores e artesãos que lutavam, diariamente, pela sobrevivência. O retratado, o capturado pelas lentes da máquina fotográfica, constitui-se tão somente em um *insight*, em uma luz, em um indício de uma realidade que deve instigar o pesquisador. É desse modo que as vidas de Elisiário Teixeira Klippel e Francisca Joaquim da Silva, e a de seus filhos, com visibilidade para o filho Tibúrcio Teixeira Klippel, chegaram até o século XXI – fragmentadas e minimizadas a um retângulo de papel que se convencionou chamar de fotografia. Pouco se sabe para além do que ficou retratado, contudo, a luz que jorra dessa janela indiciária motiva a pesquisa histórica em direção aos porquês e aos modos pelos quais construíram a sua vida social e identitária. Aqui, a epígrafe do "fechamento" deste texto faz coro e incita a pergunta: esses alemães serranos teriam sido mais criativos por serem esse tipo de alemão do que outros alemães?

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

AMADO, Janaína. **A revolta dos Mucker.** 2.ed. São Leopoldo: UNISINOS, 2002.

ARENDT, Isabel Cristina. **Educação, religião e identidade étnica:** o Allgemeine Lehrerzeitung e a escola evangélica alemã no Rio Grande do Sul. São Leopoldo: Unisinos, 2008.

ARENDT, Isabel Cristina. Pe. Balduino Rambo e a revista Sankt Paulusblatt: afirmação e defesa da germanidade. *In*: RAMBO, Arthur Bl., GRÜTZMANN, Imgart e ARENDT, Isabel Cristina (Orgs.). ***P*e. Balduino Rambo – a pluralidade na unidade:** memória, religião, cultura e ciência. São Leopoldo: Unisinos, 2007, p. 171-187.

BALDASSO, Camille Chies. **Devoção e sociabilidade negra em uma zona de imigração europeia:** a irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito de São Leopoldo (RS, 1852-1904). Dissertação (Mestrado em História) – São Leopoldo, UNISINOS, 2023.

BASTOS, Fernandes. **Noite de Reis.** 2.ed. Porto Alegre: Evangraf, 2007. [edição revista e atualizada].

BASTOS, Fernandes. **Noite de Reis.** Porto Alegre: Globo, 1935.

BIEHL, João. **Jammerthal.** O Vale da Lamentação: a minha guerra Mucker. São Leopoldo: Oikos, 2024.

BIEHL, João e MÜGGE, Miquéias H. **Escritos perdidos:** vida e obra de um imigrante insurgente. São Leopoldo: Oikos, 2022.

BURKE, Peter. **Hibridismo cultural.** São Leopoldo: Unisinos, 2013, p. 14; 17-18.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas:** estrategias para entrar y salir de la modernidad. México: Grijalbo, 1990.

COLLISCHON, Wolfgang Hans. Observações de um pastor sobre a comunidade de Três Forquilhas. *In:* ELY, Nilza Huyer (Org.). **Arroio do Sal:** marcas do tempo. Porto Alegre: EST, 2007, 291-296.

DICKIE, Maria Amélia Schmidt. **Afetos e circunstâncias:** os *Mucker* e seu tempo. São Leopoldo: Unisinos; Oikos, 2018.

DREHER, Martin N. e MÜGGE, Erny (Orgs.). **Colônia alemã de São Leopoldo.** 200 anos de história (1824-2024). Um almanaque. São Leopoldo: Oikos, 2024.

DREHER, Martin N. **A religião de Jacobina.** São Leopoldo: Oikos, 2017.

DREHER, Martin N. Cartas de e para Três Forquilhas. Um triste centenário. *In:* ELY, Nilza Huyer (Org.). **Dom Pedro de Alcântara:** marcas do tempo. Porto Alegre: EST, 2010, p. 99-113.

DREHER, Martin N. **Igreja e germanidade.** Caxias do Sul: EDUCS, 2003.

ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders.** Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

ELY, Nilza Huyer. **Vale do Três Forquilhas:** veredas, vidas e costumes. Porto Alegre: EST, 1999.

FERNANDES, Ananda Simões, MOREIRA, Paulo Roberto Staudt, VARGAS, Jonas Moreira e CARDOZO, José Carlos da Silva (Orgs.). **Registro da presença negra no Arquivo Histórico do RS:** Fundo polícia – documentação avulsa (1826-1888). São Leopoldo: Editora Oikos, 2023.

GANS, Magda Roswita. **Presença teuta em Porto Alegre no século XIX.** Porto Alegre: UFRGS, Anpuh/RS, 2004.

GERTZ, René E. e HARRES, Marluza Marques (Orgs.). **São Leopoldo:** comemorações, reflexões e atualidades (1974-2024). São Leopoldo: Oikos, 2024.

GERTZ, René E. **O fascismo no sul do Brasil:** germanismo, nazismo, integralismo. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

GEVEHR, Daniel Luciano. **Pelos caminhos de Jacobina:** memórias e sentimentos (res)significados. Tese de doutorado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. São Leopoldo, 2007.

GOODMAN, Glen. **From German Danger to German President:** immigration, ethnicity and the making of Brazilian identities – 1924-1974. Tese de doutorado. Emory University. Estados Unidos da América, 2015.

GRÜTZMANN, Imgart. **A mágica flor azul:** a canção em língua alemã e o germanismo no Rio Grande do Sul. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Porto Alegre, 1999.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 11ª. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HUNSCHE, Carlos Henrique. **O ano 1826 da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Metrópole, 1977.

LESSER, Jeffrey. **A negociação da identidade nacional:** imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. São Paulo: Unesp, 2001.

LUNCKES, Mariseti Cristina Soares. **Um velho projeto com novos rostos:** uma colônia alemã para a Ponta das Torres. São Leopoldo, 1998. Dissertação [Mestrado]. Programa de Pós-Graduação em História – UNISINOS, 1998.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares. *In*: **Revista Brasileira de História.** O ofício do historiador. Vol. 23. No. 45, 2003, p. 11-36.

MONSMA, Karl Martin e WITT, Marcos Antônio. Complementares e excludentes: diálogos sobre imigração alemã e escravidão (Rio Grande do Sul e São Paulo). **História Econômica & História de Empresas** (ABPHE), v. 27, p. 786-828, 2024.

MÜGGE, Miquéias H. **Prontos a contribuir**: guardas nacionais, hierarquias sociais e cidadania (Rio Grande do Sul – século XIX). São Leopoldo: Unisinos; Oikos, 2012.

MÜHLEN, Caroline von. **Réus e vítimas:** criminalidade, Justiça e cotidiano em uma região de imigração alemã (São Leopoldo, 1846-1871). Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Porto Alegre, 2017.

MÜLLER, Elio E. **Gente de dois mundos.** Curitiba: Italprint, 1993.

MÜLLER, Telmo Lauro. Negros de fala alemã. *In:* FISCHER, Luís Augusto e GERTZ, René E. (Orgs.). **Nós, os teuto-gaúchos.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1996, p. 238-239.

RAMOS, Eloisa Helena Capovilla da Luz. **O teatro da sociabilidade:** clubes sociais como espaços de representação das elites urbanas alemãs e teuto-brasileiras: São Leopoldo, 1850-1930. São Leopoldo: Unisinos; Oikos, 2019.

RUSCHEL, Ruy Ruben. Por que foram os colonos separados por motivos religiosos? *In*: ELY, Nilza Huyer (Org.). **Terra de Areia:** marcas do tempo. Porto Alegre: EST, 2000, p. 38-41.

SANTOS, Rodrigo Luis dos. **Tramas enlaçadas:** política, religião e educação no Rio Grande do Sul da primeira metade do século XX. Porto Alegre: Editora Fi, 2018.

SAYAD, Abdelmalek. O que é um imigrante. *In*: SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998, p. 45-72.

SCHMITZ, Kalinka de Oliveira. **O projeto público de colonização mista no planalto rio-grandense:** as Colônias Erechim (1908) e Santa Rosa (1915). Tese de Doutorado em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, 2024.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. Populações indígenas na região de Torres. *In*: WITT, Marcos Antônio. **Fontes litorâneas:** escritos sobre o Litoral Norte do Rio Grande do Sul. São Leopoldo: Unisinos; Oikos, 2012, p. 23-30.

SCHULZE, Frederik. **Auswanderung als nationalistisches Projekt.** Deutschtum und Kolonialdiscurse im südlichen Brasilien. Colônia: Böhlau, 2016.

SCHUPP, Ambrósio. **Os Muckers.** Episódio histórico ocorrido nas colônias alemãs do Rio Grande do Sul. Brasília: Senado Federal, 2004.

TITO, Léo [Leopoldo Tietböhl]. Aventuras de um tropeiro. *In*: ELY, Nilza Huyer e BARROSO, Véra Lucia Maciel (Orgs.). **Imigração alemã:** 170 anos. Vale do Três Forquilhas. Porto Alegre: EST, 1996, p. 17-83.

TRAMONTINI, Marcos Justo. **A organização social dos imigrantes.** A Colônia de São Leopoldo na fase pioneira (1824-1850). São Leopoldo: Unisinos, 2000.

WEIMER, Rodrigo. No rastro do rio do Pinto: negros e alemães no roubo de gado, seu comércio e beneficiamento. São Francisco de Paula e Três Forquilhas, RS. Décadas finais do século XIX. *In*: ELY, Nilza Huyer (Org.). **Dom Pedro de Alcântara**: marcas do tempo. Porto Alegre: EST, 2010, p. 165-175.

WEIZENMANN, Tiago. **"Sou, como sabem…":** Karl von Koseritz e a imprensa em Porto Alegre no século XIX (1864-1890). Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Porto Alegre, 2015.

WITT, Marcos Antônio. **Em busca de um lugar ao sol:** estratégias políticas (Imigração alemã – Rio Grande do Sul – século XIX). 2. ed. São Leopoldo: Unisinos; Oikos, 2015.

WITT, Marcos Antônio. Sobre escravidão e imigração: relações interétnicas. *In*: **História:** Debates e Tendências (Passo Fundo), v. 14, p. 21-35, 2014.

WITT, Marcos Antônio. Os Registros Paroquiais da Lei de Terras como fonte de pesquisa para a história da imigração. *In:* TEDESCO, João Carlos e NEUMANN, Rosane Márcia (Orgs.). **Colonos, colônias e colonizadores:** aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil. Vol. III. Porto Alegre: Letra & Vida, 2013, p. 41-52.

WITT, Marcos Antônio. A Colônia alemã das Torres e os registros paroquiais da Lei de Terras: declarações e contradições. *In*: ELY, Nilza Huyer (Org.). **Três Cachoeiras:** marcas do tempo. Porto Alegre: EST Edições, 2004, p. 127-144.

WITT, Marcos Antônio. **Os escravos no Vale do Três Forquilhas.** Trabalho de Conclusão de Curso. São Leopoldo, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 1998.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. Identidades e memória entre teuto-brasileiros: os dois lados do Atlântico. *In*: **Horizontes Antropológicos.** Porto Alegre: UFRGS, ano 6, nº. 14, nov. 2000, p. 205-238.

ENQUADRAMENTOS DA MEMÓRIA: AGENTES, NARRATIVAS E IDENTIDADE ALEMÃ EM COQUEIROS (DO SUL) /RS

Vítor Mateus Viebrantz[1]

O Rio Grande do Sul foi construído por uma complexidade de povos formadores e experiências humanas que, entre processos, conflitos e perplexidades, constituíram as diferentes identidades do estado sulino. Entre esses grupos, os alemães chegaram sistematicamente a partir da segunda década do século XIX, marcando a região com repercussões humanas, sociais, culturais, econômicas e políticas. Para além dos processos históricos da imigração, colonização e migrações desse grupo, a presença alemã no Rio Grande do Sul constituiu um campo de construções memorialísticas, elaboradas por diferentes agentes: diletantes, instituições culturais e poderes públicos que evocam esse passado e o instrumentalizam à formação de identidades e de definição de fronteiras sociais.

Partindo desse eixo memorialístico e identitário da presença alemã, analisamos como esse passado é mobilizado por meio de distintos enquadramentos e usos da memória por sujeitos que não são historiadores profissionais. A partir do caso do município de Coqueiros do Sul e em diálogo com o contexto sul-rio-grandense, problematizamos os mecanismos pelos quais esses agentes da memória evocam e celebram, em suas narrativas, as "raízes" imigratórias, o "pioneirismo" e os marcos fundacionais da "alemanidade", para operar processos de pertencimento e diferenciação social. Além disso, discutimos a recente implementação da Lei Paulo Gustavo, que introduz uma nova dinâmica a esse cenário, potencializando a dimensão cultural da memória e diversificando a atuação desses mediadores.

O passado é inalcançável e impossível de frequentar diretamente. Como tal, constitui um campo de disputas de representações e sentidos. Para a História, o passado é um horizonte de suas pistas, vestígios e tentáculos. Para a memória, os fios do pretérito são reinscritos como presença viva e pulsante, como evocação, sustentando pertencimentos. Como aponta Nora (1993, p. 9):

1 Doutorando em História pela UPF. Bolsista da CAPES. Mestre e graduado em História pela UPF. E-mail: 171405@upf.br.

> A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações.

Essa caracterização da memória como "vida" nos permite compreender a sua operação distintamente da História. Enquanto esta última problematiza e critica o passado, a memória "vive" do passado que evoca, movimentando "latências" e "revitalizações". Tal tensão também se expressa entre os sujeitos que disputam o campo do passado: partindo de Donner (2015), consideramos os "historiadores profissionais" e os "diletantes". Os primeiros, são "pessoas que escrevem sobre o passado e que são graduados ou pós-graduados em História" (Donner, 2015, p. 11); os segundos, são "amadores" (Donner, 2015, p. 11), indivíduos que também escrevem sobre o passado, mas são "diletantes", sem formação em História. Ou seja, a disputa não é apenas sobre o passado, mas também da tensão de quem o enuncia. Os historiadores profissionais reivindicam o passado pela via crítica e metodológica da História. Os diletantes, como agentes da memória, por sua vez, evocam o passado dando-lhe movimento, expectativas e orientações.

Nesse campo de disputas, soma-se uma crescente demanda de mobilização do passado às demandas políticas e sociais, intensificada a partir dos anos 1980 (Donner, 2014), sobretudo nas comemorações fundacionais e na definição de marcos temporais. Agenciado pela memória, tal movimento tende a uma rememoração celebratória e "diletante", "vulnerável" aos seus usos e caracterizada, nos termos de Nora (1993, p. 9), como "um elo vivido no eterno presente", operando como dimensão da identidade.

Pollak (1989, p. 9), nessa perspectiva, indica que a memória integra "tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades", servindo para "manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irredutíveis" (Pollak, 1989, p. 9). Há, portanto, como indica o historiador, um duplo funcionamento da memória: ao mesmo tempo em que constrói identidades pelo pertencimento, também estabelece seleções e exclusões que delimitam os contornos identitários dos grupos. A memória, assim, não opera apenas por evocação, mas simultaneamente por demarcação em relação às "oposições irredutíveis".

Nesse sentido, Pollak retoma de Rousso (*apud* Pollak, 1989, p. 9) a concepção de "memória enquadrada", onde:

> O trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro (Pollak, 1989, p. 9-10).

O "enquadramento" da memória é, portanto, uma operação de seleção orientada por interesses e referências sociais que atravessam o tempo e suas demandas, sem, contudo, romper com o fio narrativo do "enquadramento". Essa dinâmica da agencia da memória atua com o passado – "material fornecido pela história" – entre combinações e recombinações segundo estratégias de pertencimento e diferenciação que marcam "latências" e "revitalizações" da temporalidade.

Diante desses elementos do campo de disputa do passado, consideremos as experiências de imigração, colonização e migrações alemãs no Rio Grande do Sul: para além desse passado inalcançável, elas configuram-se como temáticas atravessadas por enquadramentos e instrumentalizações promovidas pelos agentes da memória. Nesse sentido, tensionando a partir da História, analisemos esses atravessamentos da memória sobre a presença alemã no estado pelo caminho de suas configurações localmente. Nessas "arenas locais", o entrelaçamento dinâmico dos diletantes com poder público e instituições socioculturais promove uma territorialização de narrativas, nas quais, memória e identidade se associam naquilo que Pollak (1989) indicava das "referências associadas".

Como aponta Donner (2014, p. 181), nas arenas locais, "a justificativa da história, ou seu uso, está ligada à ideia de que o conhecimento do passado ou se reflete como protagonismo social ou como memória (sempre positiva) dos pioneiros". Ou seja, o passado agenciado pela memória, simultaneamente constitui identidade e lhe confere pertencimento, bem como contornos "irredutíveis" (Pollak, 1989). Nesse sentido, analisando produções memorialistas de duas localidades sul-rio-grandenses, a historiadora destaca o tom rememorativo dessas abordagens: "o foco está nas 'raízes', em desvelar o passado dos primeiros habitantes, dos conquistadores, dos pioneiros" (Donner, 2014, p. 180).

Tais aspectos identificados por ela incorporamos à nossa análise, pois as produções memorialísticas sobre a imigração, colonização e migrações alemãs no Rio Grande do Sul, operam nesse tom de evocação fundacional: pelas "raízes", "origem" e o "pioneirismo" dos "fundadores". Elas incorrem em uma espécie de genealogia de nomes e marcos temporais que, lineares, formam como que um "frontispício" do fundacional, que são tomados, no sentido denotativo

de "raiz", como a base. E é isso que importa: registrar e inscrever na "fachada" do passado esses fatos.

Assim, nas "arenas locais" do campo de disputa do passado, as memórias da presença alemã em plagas sul-rio-grandenses são inscritas nos "frontispícios" identitários e, esse passado memorialístico, opera como um instrumentalizador de pertencimento. Não ao passado – inalcançável – i/migrante como uma complexidade e cheio de perplexidades, mas sim como um enquadramento do presente e de suas demandas identitárias, sociais, culturais, econômicas e políticas "enquadradas".

Nos tensionamentos locais do campo do passado, os diletantes ocupam posição central como agentes da memória. Donner (2015, p. 12) observa que "são considerados historiadores pela sua comunidade", reconhecimento que se sustenta nos seus protagonismos sociais e relações pessoais com as comunidades.

> Estas pessoas possuem reconhecimento da municipalidade, publicam livros, são chamadas a falar nas rádios locais e escrevem nos jornais da região. Participam de associações e círculos de cultura e pesquisa e nas efemérides são convidadas a contribuir para a memória/história da cidade (Donner, 2015, p. 12).

Essas atuações múltiplas conferem legitimidade às suas produções, que ganham efeito performativo na experiência cotidiana da população. Nesse contexto, os diletantes participam da construção de narrativas memorialísticas com caráter celebratório, voltadas à inscrição no "frontispício" do passado, em que a memória é mobilizada para afirmar identidades e pertencimentos locais. A validade de suas produções emerge não apenas do reconhecimento formal, mas da interação com a comunidade.

Além dos diletantes, instituições públicas e entidades socioculturais desempenham papel significativo nessa dinâmica, incentivando, orientando ou mesmo "encomendando" produções memorialísticas locais. Como problematiza Donner (2014; 2015), essas iniciativas revelam o entrelaçamento entre políticas públicas e memória, em que o passado é mobilizado para efeitos de coesão social, legitimação institucional e reforço de identidades coletivas.

> [As prefeituras] ao patrocinarem livros sobre história da região, e de como colocavam-se (nos prefácios, ou artigos) como "guardiões" dessa memória que estava por ser perdida. Isso faz com que esse "consumo" da História passe por um enquadramento da memória aos interesses do órgão promotor do estudo, da sociedade onde está inserido, do contexto político e social (Donner, 2014, p. 117).

Atentemos para duas indicações importantes trazidas pela historiadora: a primeira, que diz respeito à atuação das prefeituras (que também podem ser de diferentes outros poderes públicos locais) de se colocarem como promotoras

desses estudos para "proteger" a "memória que estava por ser perdida" (Donner, 2014, p. 117). Ou seja, um esforço intencional de manutenção memorialística, que, e aí já observando o segundo ponto, tensiona a instituição pública como agente instrumentalizador de memória para identidade, operando enquadramentos dela, não para problematizar ou politizar, mas definir os contornos e dispor dessas evocações memorialísticas do passado para fins de seus interesses sejam eles políticos, econômicos, culturais, sociais, etc.

Em relação a essa instrumentalização da memória pelas instituições públicas, podemos indicar a corrente disponibilização dos "históricos municipais" nos portais oficiais de prefeituras e câmaras municipais. No Rio Grande do Sul, particularmente em municípios onde o processo de colonização alemã ocorreu, essas publicidades institucionais *online* reproduzem sistematicamente narrativas que supervalorizam o pioneirismo e os marcadores étnicos alemães como elementos fundacionais das identidades locais. Geralmente elaborados por diletantes ou funcionários públicos sem preocupação histórica específica, esses materiais servem para consolidar o "frontispício" identitário, atendendo às demandas contemporâneas de legitimação política e social dos mandatários.

Para problematizar essa dinâmica, trazemos um exemplo do "histórico" disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Cerro Largo, dentre dezenas que podem ser localizados nos portais de prefeituras e câmaras sul-rio-grandenses:

> [...] Chegaram as primeiras famílias de colonos oriundas da região de Montenegro. Os primeiros colonizadores foram Mathias München, Felipe Guth, João Ten Caten, Karl Dahmer, Mathias Bard, Paulo Schmidt, Johan Hoffmann, Peter Martini, Jacob Muller, Peter Ludwig, Michel Schneider e Arnold Hochegger. A colonização oficial ocorreu no dia 4 de outubro de 1902; estava fundada em terras férteis e cobertas por mata virgem entre os rios Ijuí e Comandaí, a colônia Serro Azul, hoje município de Cerro Largo. [...] O espírito empreendedor, a obstinação e a dedicação ao trabalho, somadas à fertilidade da terra provocaram um rápido progresso aos colonos (Prefeitura Municipal de Cerro Largo, *online*).

Analisando o trecho, identificamos a supervalorização dos pioneiros, com a nominata desses homens (as mulheres e crianças estão excluídas) como legitimação fundacional. Valorizando o "espírito empreendedor", de "obstinação" e de "dedicação ao trabalho" desses sujeitos, a narrativa memorialística opera como sacralização deles para com a identidade local de "progresso" e "enquadra" a memória às "raízes" da imigração alemã como fonte para o "frontispício" identitário local. Vale destacar que não há indicação de autoria do texto.

Também nessas agencias memorialísticas, entidades culturais e sociais locais atuam em rememorações da presença alemã. Algumas delas foram criadas ao longo dos desdobramentos da imigração, colonização e migrações, como

espaços de convívio e sociabilidades dos descendentes. Essas entidades buscam no passado dos seus "fundadores", da relação deles com a presença alemã, a manutenção das "fronteiras sociais" indicadas por Pollak (1989): de não deixar ser "perdida" a identidade do grupo, perpassando os interesses de sustentação e enquadramentos de pertencimento, colocando-se como produtores de narrativas sobre a suas trajetórias.

Diante desse panorama, queremos encaminhar sobre uma nova camada recente nessas agencias da memória: a multiplicação de produções locais de "rememorações memorialísticas" a partir de recursos disponibilizados pela implementação da Lei Paulo Gustavo (LPG), Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022. Esta legislação, voltada a fomentar a produção cultural e artística em contexto pós-pandemia de COVID-19 no Brasil, incluiu suporte financeiro a projetos audiovisuais, iniciativas de salvaguarda e promoção do patrimônio cultural, bem como a expressões culturais de caráter local (Brasil, 2022). O Decreto nº 11.525, de 11 de maio de 2023, também previu a destinação de recursos aos "agentes culturais" locais, fortalecendo, assim, a agencia desses sujeitos na produção de narrativas (Brasil, 2023).

Sem querer esgotar a questão, dada sua face recente e, sem de nenhuma forma, querer tecer críticas, pois a LPG é uma importantíssima fonte de recursos e que viabiliza a ampliação da produção cultural no Brasil, queremos introduzir alguns encaminhamentos da sua face de agencia da memória. A LPG, ao incentivar a elaboração de projetos sobre "cultura local", atua como uma catalisadora para a disseminação de produções memorialistas, sendo a imigração, colonização e migrações alemãs no Rio Grande do Sul temáticas eminentemente potenciais em comunidades formadas por esses processos históricos. Contribuiu, desta forma, promovendo enquadramentos das memórias locais pelos "agentes culturais" e entidades beneficiadas, reforçando narrativas que enfatizam pioneirismo, pertencimento e continuidade identitária. Ampliando, assim, o alcance dos agentes memorialistas, agora também "culturais", fortalecendo a presença social desses diletantes e instituições diletantes como mediadores do passado, potencializando sua capacidade de participar na e da percepção local da presença alemã.

Nesse sentido, e considerando que as produções memorialistas não são apenas produções escritas,[2] mas de diversas tipologias, encontramos, fazendo uma pesquisa seletiva em sites de prefeituras de municípios sul-rio-grandenses das regiões dos vales e serrana, algumas produções que foram beneficiadas entre 2023 e 2024, que citamos a seguir:

2 Destacamos que a agencia dos diletantes não se dá apenas pela produção de materiais escritos, mas também por audiovisuais, exposições, eventos e ações onde são protagonistas.

Tabela 1 – Produções localizadas que tratam da memória da presença alemã, beneficiadas por editais da Lei Paulo Gustavo em municípios das regiões dos vales e serrana do estado (2023-2024).

Produções audiovisuais	*Ivoti – O jardim da Imigração Alemã | 200 anos de História e legado.* Produzido por Ruimara Stein, em Ivoti.
	Um olhar afetivo sobre o enxaimel de Ivoti. Produzido pela Sociedade Ivotiense de Estudos Humanísticos (SIEHU), em Ivoti.
	Retalhos de cultura - Morro Reuter ontem e hoje. Produzido por Fernanda Gonçalves Selbach, em Morro Reuter.
	Ecos do passado, passos para o futuro: Westfália, uma história contada. Produzido pela Associação Cultural Westfaliana, em Westfália.
	Memórias de Imigrante. Produzido pela Associação Cultural de Imigrante, em Imigrante.
	Caminhos da Fé de Picada Café. Produzido pela Núcleo Set Filmes, em Picada Café.
Atividades culturais	*Raízes: Rumo ao Bicentenário da Imigração Alemã*. Proponente: Carlos Alberto Klein da Curto Arte, em Morro Reuter.
	Teewald Música e Dança. Proponente: Associação Cultural Teewald, em Santa Maria do Herval.
	Uma viagem pelo tempo. Proponente: Tuti Kerber Cultural Produções, em Brochier.

Fonte: desenvolvido pelo autor a partir de editais da Lei Paulo Gustavo das prefeituras municipais de Brochier, Imigrante, Ivoti, Morro Reuter, Picada Café, Santa Maria do Herval e Westfália.

Analisando as divulgações feitas pelas prefeituras onde essas produções foram beneficiadas, podemos identificar o interesse delas em indicar esses materiais/atividades como centrais para o "resgate" das "raízes", da "memória" e da "cultura" local. Para provocar a discussão em relação ao "enquadramento da memória" selecionamos dois trechos de dois documentários indicados acima:

> Imigrante, uma história marcada pelo duro trabalho dos pioneiros, pela força da fé e pela união que constrói um futuro promissor. Em meados do século XIX, pioneiros de diversas origens, principalmente alemães e italianos, desbravaram o interior gaúcho em busca de uma nova vida. Guiados pela esperança e pelo sonho, enfrentaram desafios, e ergueram suas casas, plantaram suas lavouras e iniciaram uma nova comunidade (Memórias de Imigrante..., minutos 00:18 a 00:51).

> Os primeiros imigrantes, segundo os registros, chegaram em Ivoti em torno de 1826, agora fico imaginando a dificuldade que esse povo não passou, chegar no meio do mato, tiveram que abrir picadas, gente... pensa só: o quanto que essas famílias não sofreram. E o quanto que eles tiveram que enfrentar esses perigos todos (Um olhar afetivo..., minutos 01:25 a 01:51).

Esses trechos reúnem aspectos centrais das narrativas constituídas por diletantes que vínhamos discutindo anteriormente frente aos incentivos da LPG. O primeiro começa com a evocação dos pioneiros, do desbravamento, do iniciar

Imigrante (RS) que pautado pelo presente "constrói" o "futuro promissor". O segundo, situando cronologicamente a "origem", destaca a "coragem" para encarar "dificuldades" dos primeiros imigrantes alemães que chegaram ao que atualmente é Ivoti (RS). Ambos reforçam o que Donner (2014, p. 180) indicava sobre os diletantes partirem suas agencias narrativas evocando "raízes" e "pioneiros", como enquadramentos da memória para compor os "frontispícios" identitários locais e legitimar práticas e identificações.

Assim, podemos encaminhar que a Lei Paulo Gustavo configura-se como um novo e recente estímulo à produção cultural-memorialística, onde, ao fornecer recursos institucionais para iniciativas locais, permite que diletantes, prefeituras e entidades socioculturais consolidem e difundam suas narrativas do passado. Favorecendo a circulação dessas narrativas que exaltam o pioneirismo, origens e marcadores fundacionais do passado da presença alemã e da memória local como quadros de referência identitária. Problematizando esses efeitos recentes, podemos indicar que a LPG reforça padrões específicos de enquadramento memorialístico, com narrativas fundacionais do passado da presença alemã como "de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais" (Pollak, 1989, p. 9).

Diante do exposto sobre as disputas do passado e agencias memorialísticas, tensionamos o "localismo" do caso de Coqueiros (do Sul). Primeiramente, queremos justificar o porquê de utilizarmos "do Sul" entre parênteses: nossa intenção, com essa diferenciação, é apontar um primeiro sintoma dos enquadramentos da memória da colonização alemã no município. Coqueiros do Sul é especificamente o município criado no início da década de 1990, constituído por interiores de Carazinho e Sarandi, com diversos grupos e núcleos comunitários. A sede desse novo município foi Coqueiros, distrito homônimo criado a partir da antiga Colônia dos Coqueiros, um dos núcleos de colonização (particular) e migração de descendentes alemães a partir da segunda década do século XX em Passo Fundo e, a partir de 1931, em Carazinho.

Podemos compreender a presença alemã em Coqueiros a partir daquilo que Roche (2022, p. 341-342) indicava como a "enxamagem" de colonos descendentes dos imigrantes no "salto para o Planalto", em uma nova fase da presença alemã no estado. Essa migração colonial "enxertou" diversas colônias em antigos e grandes latifúndios dessa região do estado. A maior parte do território de Coqueiros do Sul ainda é formado pelo latifúndio que lhe deu o nome: a Fazenda dos Coqueiros, formada na primeira metade do século XIX e que teve parte de sua área loteada para formar a Colônia dos Coqueiros (Schmitz, 2016).

Essa colonização ocorreu de maneira particular, com colonos adquirentes oriundos das "colônias velhas" e/ou de outras "colônias novas", principalmente

do Alto Jacuí, como aponta Schmitz (2016). Nas outras "porções" do território que hoje é o município de Coqueiros do Sul também houve a presença alemã na colonização: como no distrito de Xadrez (loteada também a partir da Fazenda dos Coqueiros), Igrejinha, Rio Bonito, Serra do Pontão, etc. Em outras áreas a colonização se deu por descendentes de italianos, africanos e luso-brasileiros.

Todavia, na narrativa oficial do poder público local sobre a presença alemã no município, podemos identificar uma equivocação e uma homogeneização: o enquadramento e superposição da colonização e presença alemã da Colônia dos Coqueiros, depois Coqueiros, sobre todo Coqueiros do Sul. Por este motivo, demarcamos graficamente a diferenciação em "do Sul" quando queremos nos referir ao descompasso que é, ao mesmo tempo, tensão na memória local (como exclusão e homogeneização) e equivocação espacial e temporal das narrativas que perpassam a complexidade da colonização e migração alemã nas diferentes comunidades que formaram o município. Esse enquadramento da Colônia dos Coqueiros/Coqueiros sobre Coqueiros do Sul, foi suscitado a partir da justificação do processo de emancipação e, posteriormente, na confirmação da "identidade" coqueirense. Ele orientou e ainda orienta qual a espacialidade, temporalidade, sujeitos e experiências foram e são incorporados à narrativa oficial do município e quais permaneceriam e permanecem à margem do "frontispício" identitário local.

Interpretamos esse enquadramento como tensão de homogeneização, porque no momento da formação do novo município, transcorrido no contexto emancipacionista vivido pelo estado do Rio Grande do Sul e pela investida municipalista da Constituição Federal de 1988 no início da década de 1990, o então distrito de Coqueiros, "herdeiro" da então Colônia dos Coqueiros foi, pelos seus moradores, o que capitaneou a emancipação. Sua trajetória foi "enquadrada" como a timoneira da justificativa da formação local, como interpretamos nos documentos do processo legislativo que deu origem à municipalidade.

> Com a nossa emancipação e a sede no Distrito de Coqueiros, por ser o distrito mais centralizado, teremos nossa autonomia e o progresso que buscamos desde o assentamento de nossos antepassados que como pioneiros colocaram o seu trabalho nas terras férteis desta região, sonhando ver um dia seu trabalho coroado de êxito (Rio Grande do Sul, 1991).

Esse fragmento extraído da justificativa do "porquê emancipar" constante no processo legislativo que criou o município, foi elaborado pelos membros da Comissão Emancipacionista. Como podemos identificar, os emancipacionistas – em sua maioria moradores do então distrito de Coqueiros em Carazinho – indicavam desde aquele momento a centralidade daquele distrito sobre os demais. Também nesse sentido, a questão da colonização dele é enquadrada com a menção aos "pioneiros" e seu "trabalho", ou seja, a emancipação, como

justificam, seria um "coroamento" dessa presença e progresso. É importante indicar que ao longo do processo da emancipação, com o capitaneamento do processo pelos emancipacionistas, contradições sobre a sede ser em Coqueiros entre os moradores dos distritos de Igrejinha e Xadrez surgiram, o que impeliu ainda mais a necessidade de legitimar e endossar a sede da nova municipalidade ser em Coqueiros por parte dos moradores do distrito (Viebrantz, 2024, p. 62).

Com a emancipação, o enquadramento da memória da colonização alemã do distrito de Coqueiros foi central na edificação/imposição do "frontispício" identitário do novo município. Foi fundamental para reunir os sujeitos em torno da "nova" identidade municipal e como "barganha" para os objetivos políticos, sociais e culturais dos mandatários. Consideremos, a seguir, o "histórico" do município disponível no portal da Prefeitura Municipal:

> A colonização do município de Coqueiros do Sul iniciou por volta de 1920, com loteamentos feitos pelo proprietário Sr. Homero Guerra e com medições a cargo de Carlos Niesse. Muito embora os primeiros habitantes do distrito de Coqueiros, tenham chegado por volta de 1924, quando ali havia apenas a Fazenda de Coqueiros de Propriedade de Felix Guerra, o distrito só começou a se organizar quando Guerra iniciou a colonização (Prefeitura Municipal de Coqueiros do Sul, *online*).

Partindo desse excerto do "histórico" oficial podemos indicar duas importantes questões: a primeira, a equivocação intencional (como que um enquadramento) que a colonização do município tenha sido totalmente e linearmente organizada a partir da Fazenda dos Coqueiros, repercutindo no apagamento das especificidades das outras localidades que compuseram o território emancipado em 1992 e que possuem formações de ocupação distintas; e a segunda, ligada diretamente a primeira, que é o enquadramento da memória para a homogeneização de que o passado colonial do distrito sede – Coqueiros – é o de todo o município de Coqueiros do Sul. Ou seja, a inscrição no "frontispício" identitário coqueirense que a história municipal é totalmente desdobramento da colonização da Colônia dos Coqueiros.

Nessa sobreposição, ou melhor dizendo, enquadramento, é que se constitui a evocação e, nesse ponto, quase como uma invocação, de que Coqueiros do Sul é fruto da [i]migração e colonização alemã. Aqui, colocamos "i" entre colchetes antes de "migração" porque é uma outra marca de equivocação, adjacente aos parênteses em "do Sul": as narrativas diletantes dão conta que Coqueiros do Sul, equivocadamente confundido com a historicidade da Colônia dos Coqueiros, foi formado a partir do processo da chegada sistemática dos imigrantes alemães do oitocentos.

Essa questão é duplamente desdobramento da equivocação e homogeneização das tensões da memória local, a ponto de se conjugarem

indissociáveis. Para compreendermos, comecemos com a equivocação, porque como tal, é não diferenciar que na Colônia dos Coqueiros a presença alemã foi concebida na "enxamagem" dos descendentes dos imigrantes. Ou seja, a não ser por pouquíssimas presenças, mas não ligadas a imigração sistemática do século XIX, as famílias "alemãs" que chegaram a Coqueiros, eram migrantes descendentes e, muitas vezes, descendentes dos descendentes e por aí em diante, dos imigrantes do oitocentos (Schmitz, 2016). Eram brasileiros, sul-rio-grandenses, em uma nova fase dessa presença alemã.

Tal equivocação, por mais que incorra da indistinção de um "i", se deforma não de uma incompreensão, mas de um enquadramento aqui não só da memória, mas também do passado: é reinscrever os fios do pretérito para evocar que Coqueiros do Sul foi formado a partir da imigração alemã, sustentar esse pertencimento e rogar a "alemanidade" fundacional daqueles sujeitos. O que interpretamos por distintos interesses: primeiramente nesse tom de conectar com a imigração do século XIX, ou seja, querer se autoafirmar: "- Olha também fazemos parte daquele processo!". E, com isso, também se autoafirmar como "alemães", descendentes de tudo que se pereniza nas narrativas memorialísticas do passado e da presença alemã no Rio Grande do Sul.

Depois, é tensão de homogeneização porque é um enquadramento pelos contornos da fronteira social e política do município pela narrativa fundacional. A continuidade da ideia de coesão pela descendência alemã foi utilizada como recurso para defender a emancipação, de a sede ser em Coqueiros, de o Festival do Imigrante, promovido pela Sociedade de Cantores *Niegedacht* (entidade sociocultural local criada pelos fundadores "pioneiros"), ser o evento símbolo e alcunha municipal. E, nessa evocação fundacional, confirmar o rogo à imigração como parte do "frontispício" identitário local: é desse contexto de tensão de homogeneização e equivocação que são pavimentados os sentidos das atuações dos agentes da memória no município.

É relevante apontar que Coqueiros do Sul não possui nem instituto ou arquivo histórico, nem órgão público que se dedique especificamente à história local.[3] Diante disso, a seguir, analisamos algumas produções memorialísticas que contribuem e partem direta e indiretamente de Coqueiros (do Sul) acerca da presença alemã, tensionando o enquadramento da memória local às narrativas fundacionais e identitárias.

Começamos com o livro de Adari F. Ecker (2007), *A trilha dos pioneiros*, que, apesar de não ser produzido por um "coqueirense", circulou no município e pode

3 Existe oficialmente um museu municipal, que fica anexo à biblioteca municipal. Contudo, trata-se de um "gabinete abandonado", totalmente desestruturado e negligenciado pelo poder público, tanto no quesito de preservação do pequeno acervo, quanto da sua curadoria.

ser encontrado em acervos das bibliotecas municipal e das escolas do município. Seu título denota sua agencia memorialística: "trilhar" as ocupações e as ações dos "pioneiros" no Rio Grande do Sul. O diletante dedica a seção *A Fazenda dos Coqueiros – Coqueiros do Sul* sobre a formação do latifúndio e, posteriormente, em um subtítulo denominado *A Colônia dos Coqueiros, depois Coqueiros do Sul*, indica que "os primeiros colonos eram descendentes de luso-brasileiros e alemães" (Ecker, 2007, p. 356), elencando o nome desses "pioneiros" (excluindo as mulheres e crianças) e as datas que adquiriram as áreas. Nas páginas que se seguem, narra as "trilhas" dos pioneiros em Xadrez e Igrejinha (os outros distritos municipais), sem os relacionar, separados de Coqueiros (do Sul).

Tal subtítulo utilizado pelo diletante comunica do enquadramento de homogeneização que apontamos anteriormente, sugerindo, com o emprego do advérbio "depois", uma passagem linear da Colônia dos Coqueiros ao município de Coqueiros do Sul. Essa construção narrativa desassocia as demais localidades que integraram o processo emancipatório – apresentadas no próprio livro de forma isolada – e reforça a ideia de passagem da "colônia" ao "município", operando como um fio narrativo linear. Além disso, a nominata dos "pioneiros" serve como uma legitimadora fundacional e da presença alemã no município (percebe-se que aqui novamente se reproduz a tensão da homogeneização e equivocação), onde os sujeitos listados servem como "rememoração" do "pioneirismo", objetivo fincado pelo autor na sua intencionalidade de evocar as "trilhas dos pioneiros" ao longo da obra.

Do ex-prefeito coqueirense e diletante Aldemiro da Cruz Seffrin duas publicações[4] tratam da memória de Igrejinha, que é o segundo distrito de Coqueiros do Sul. Intitulados *Uma síntese e história do desenvolvimento do distrito de Igrejinha – Coqueiros do Sul/RS* (2021) e *História de Igrejinha: síntese e história do desenvolvimento do distrito de Igrejinha* (2024), em ambos materiais ele sistematiza, a partir da sua memória, de outros moradores e de documentos que lança mão, uma "síntese" para, como ele declara em ambos materiais: "valorizar o passado para compreender o presente e planejar o futuro" (Seffrin, 2024, p. 6) e indica ainda "Eu, Aldemiro da Cruz Seffrin, escrevi este documento para que todos saibam de fatos que sei, presenciei ou participei, permitindo livremente que sejam do conhecimento de todos que tiverem interesse" (Seffrin, 2021, p. 42). Essas declarações do diletante expressam a dimensão autorreferencial de se posicionar simultaneamente como testemunha ("fatos que sei, presenciei ou participei") e como "guardião" da memória local ("para que todos saibam"), onde ele constitui sua legitimidade pelas relações sociais e pertencimento comunitário.

4 Utilizamos os termos publicação e/ou material porque são manuscritos autorreferenciais, sem revisão e/ou registro editorial.

A fórmula "valorizar o passado para compreender o presente e planejar o futuro" (Seffrin, 2024, p. 6), podemos interpretar como parte da concepção linear e instrumental da temporalidade, onde o passado é mobilizado por ele como memória, enquadramento dela, aos combates das "latências" e "revitalizações" (Nora, 1993) do tempo. No site da Prefeitura de Coqueiros do Sul (*online*), onde está disponível o segundo material do autor, consta que "mais do que contar a história, a obra valoriza a memória coletiva". Podemos interpretar esse endosso a partir daquilo que Donner (2014, p. 117) assinalou da atuação do órgão oficial como colaborador, "guardião" da memória, como um dispositivo de inscrição do "frontispício" identitário local.

Já o livro do ex-morador coqueirense Walter Meier (2024), *A ponte do Turvo*, que também se debruça sobre o passado local, inscreve-se no gênero literário de romance histórico, articulando-o com o registro memorial de "momentos da vida de gente interiorana" (Meier, 2024, p. 17). A partir do referencial geográfico da ponte sobre o Rio Turvo (situada na estrada entre os distritos de Coqueiros e Igrejinha) o autor enreda e envolve lembranças e experiências cotidianas de sujeitos locais, suas sociabilidades, afetividades, costumes e práticas culturais, da colonização dos dois núcleos comunitários, mobilizando recursos narrativos da crônica e ficção.

Sua escrita implica uma dupla operação de enquadramento da memória: de sacralização desse cotidiano histórico-ficcional e de sua despolitização, apresentando as relações sociais ali como harmoniosas, marcadas pela "cordialidade" e pelo "desejo de paz" que seriam marcas da presença desses sujeitos colonos. Incorre também como uma legitimação daquilo que os personagens do livro vivenciaram (ficticiamente ou não): do "povo que legou seu quinhão histórico pelo trabalho" (Meier, 2024, p. 17) celebrando ao "pioneirismo", a centralidade no trabalho e sentimentalismo ao lugar como espaço dessa presença. Inscrevendo, desta forma, no "frontispício" identitário local essas dimensões, esvaziadas de contradições e tensões, dando um tom de romance de como foi ou teria sido aquele passado em Coqueiros (do Sul), passível de apropriação e celebração no presente.

Por fim, chegamos às publicações do diletante Ilvo Petry (2014; 2025), da agencia da Sociedade de Cantores *Niegedacht* e da Prefeitura Municipal, considerando ainda os projetos beneficiados pela Lei Paulo Gustavo no município. Optamos por analisá-los conjuntamente porque Ilvo Petry foi presidente da Comissão Emancipacionista, vereador municipal, primeiro secretário municipal de Educação, Cultura, Desporto, Turismo, Saúde e Meio Ambiente e Promoção Social (1993-1996), foi por anos presidente e da diretoria da Sociedade de Cantores *Niegedacht* e envolvido em diversas outras entidades e

atividades culturais locais, de tal modo que é um sujeito chave para compreender muito do que se produz e reproduz como memória local pela entidade e instituições públicas.

Para começar, debrucemo-nos nas duas produções autorais do diletante: *Sociedade de Cantores Niegedacht: uma história na vida de Coqueiros do Sul* (2014) e *Município de Coqueiros do Sul: histórias e memórias de um povo trabalhador da Terra do Festival do Imigrante* (2025). Ambas foram patrocinadas pelo poder público municipal (Prefeitura e Câmara de Vereadores) e por empresários locais. O primeiro material foi elaborado em 2013, ano em que a Sociedade completou 80 anos de sua fundação e é, nas palavras do autor, um "relato" que "pretende registrar alguns fatos pesquisados ou relembrados" sobre a entidade de canto, "para que no futuro essas histórias não se percam totalmente" (Petry, 2014, p. 1). Ao longo das páginas o diletante narra "eventos, datas, nomes e lugares, lembranças e sentimentos" (Petry, 2014, p. 1) sobre a fundação da *Niegedacht*, destacando a sua ligação com a colonização alemã e as atividades socioculturais desenvolvidas.

Este manuscrito é como uma "fachada" do passado, uma inscrição ao "frontispício" identitário da Sociedade e para o município. Nele, o autor, não só como diletante, mas "admirador" (Petry, 2014, p. 1), enquadra e celebra a memória desse passado da entidade como um rogo à presença alemã em Coqueiros (do Sul). "Registrando", como rememoração, essas memórias fundacionais, de sociabilidades e do cultural, pelo canto, dança e festividades como um reforço de "sentimentos de pertencimento e de fronteiras sociais" (Pollak, 1989, p. 9) da comunidade coqueirense.

A segunda publicação, mais recente, se trata, nas palavras do diletante, de "um relato o mais próximo possível da evolução das comunidades do Município" (Petry, 2025, p. 5). É uma sistematização memorial onde ele arrola e colige de maneira descritiva e linear aspectos das "origens": da colonização, da formação das comunidades religiosas, culturais, esportivas, do estabelecimento de atividades econômicas e sobre "curiosidades" – como ele refere – do passado local. É um manuscrito que reúne uma representação narrativa do "frontispício" fundacional coqueirense e, com os recursos da memória coligidos ali, despolitizados, enaltecidos, rememorados, serve como barganha para apropriação, politização e confirmação identitária da unidade municipal e evocação da presença alemã.

Compreendemos esse material a partir do que Nora (1993, p. 9) indicava da memória ser "vida", carregada por sujeitos e vulnerável à dinâmica das "latências e de repentinas revitalizações". Como o diletante indica na apresentação do material:

> Valorizar o passado para compreender o presente e planejar o futuro. Com a preocupação de que o passado não fique no esquecimento e pelo conhecimento que temos de muitos fatos passados, sentimo-nos na obrigação de aprofundar esses conhecimentos [...]. Com orgulho apresentamos ao público coqueirense e região e principalmente às futuras gerações, uma representação inicial da evolução e história dessa comunidade (Petry, 2025, p. 5).

Esse "esforço" do diletante em registrar no manuscrito, como podemos interpretar a partir do excerto, a memória local, encontra recepção e afirmação como nuance consagradora (seu sentido) do passado, pelos "combates do presente e do futuro" (Pollak, 1989, p. 10). Que perpassam, nesse caso, o interesse do diletante pela reprodução da identidade local no/do pioneirismo, colonização e presença alemã e seu autoposicionamento de "guardião" e "autorreferencial": para Ilvo Petry é como uma "obrigação" de escrever para, na sua concepção, ao "resgatar" esse passado, inscrevê-lo às futuras gerações.

Tal como indicamos anteriormente, as agencias do diletante não se restringem à apenas produção escrita, mas se manifestam também nas inúmeras iniciativas comunitárias e institucionais. Nesse âmbito, sua atuação se aproxima da figura do "historiador da comunidade", tal como definido por Donner (2015, p. 12), isto é, alguém cuja legitimidade advém não apenas de seus escritos, mas de seu engajamento social e da presença reconhecida pela comunidade coqueirense.

O lançamento de seu último material ocorreu em um evento social na Sociedade *Niegedacht*, contando com a presença de autoridades políticas e pessoas da comunidade. O manuscrito e o próprio evento foram "consagrados" pelas homenagens públicas recebidas na Câmara Municipal de Vereadores[5] e pela imprensa local. O *Integração Regional*, jornal local de Almirante Tamandaré do Sul, mas que tem ampla circulação em Coqueiros do Sul, trouxe o lançamento em destaque na capa da edição seguinte ao evento, conferindo visibilidade ao diletante. Na ocasião, para o periódico, o autor declarou:

> Como tive uma intensa atividade nas comunidades e participei diretamente nas diretorias e inclusive na emancipação do Município, eu achei importante deixar isso como um legado para as futuras gerações saberem como aconteceu e o que aconteceu durante esse período. Como antes de eu participar das comunidades já havia um caminho percorrido, eu fiz um trabalho de pesquisa desde a pré-colonização até a colonização propriamente dita, até o período em que eu comecei a trabalhar nas comunidades. Então foram muitas as caminhadas, entrevistando, procurando as diretorias das comunidades, explica o escritor (Integração Regional, 25 de abr. de 2025, p. 4).

5 Em Sessão Ordinária de 23 de abril de 2025, sendo-lhe movida a moção de aplausos nº 2/2025.

Essa declaração do diletante compreendemos como sua autoconstrução e inserção social: é da sua autonomia, adesão e das vivências comunitárias, que ele se endossa como "guardião" da memória local. Ele alça tal legitimidade por ter vivido diretamente os espaços de sociabilidade locais, de ter estabelecido vínculos pessoais com diferentes sujeitos e de ter reunido, ele mesmo, os relatos, entrevistas e documentos que estruturam sua narrativa. Ao enfatizar que "foram muitas as caminhadas, entrevistando, procurando as diretorias das comunidades", Ilvo Petry reafirma essa dinâmica relacional: um agir de "historiador amador", cuja autoridade parte desse vínculo direto com a comunidade. Assim, ainda que o autor não se apresente formalmente como historiador, a imprensa local, os poderes públicos e os sujeitos sociais o alçam a essa posição.

Em 2024, o diletante foi contemplado no Edital de Chamamento Público nº 106/2023, da Lei Paulo Gustavo em Coqueiros do Sul, com o recebimento de valores pelo "Prêmio de Incentivo e Reconhecimento Cultural: agente cultural - pessoa física". Conforme consta no formulário de inscrição ao Edital que consultamos, Ilvo Petry declarou, no campo específico ao impacto de suas ações, seu papel em "manter vivo até hoje o canto coral no Município" e de desenvolver "palestras nas escolas sobre conhecimentos gerais que tenho de todas as atividades do Município e, principalmente, sobre a emancipação do Município". Essas ações descritas por ele dão conta da sua atuação cultural e memorialista na comunidade, servindo de justificativa para concorrer e vencer o referido Prêmio da LPG recebido que, ao mesmo tempo em que lhe conferiu recursos financeiros, operou-lhe como legitimação institucional no município.

A Sociedade de Cantores *Niegedacht*, entidade local que também compreendemos como "diletante", também foi premiada nos Editais municipais nº 105/2023 e nº 106/2023 de recursos da LPG. Ela foi formada na década de 1930 e é parte do processo da migração alemã para Coqueiros (do Sul) e tem sua agencia para além da atuação contínua do coral que lhe originou: integra e promove diversas atividades culturais e de sociabilidade, centradas no reforço do enquadramento dos marcadores étnicos alemães que lhe "fundaram". Sendo, nesse sentido, o Festival do Imigrante central nessa agencia: ocorrendo desde 1985, o evento reúne atividades gastronômicas, religiosas, culturais, esportivas e festivas voltadas, como já indica sua denominação, à rememoração da memória dos "imigrantes".

Assim, a *Niegedacht* serve ao município como aquilo que Pollak (1989, p. 9), indicava do enquadramento da memória como e para reforçar o "sentimento de pertencimento e fronteira social". O próprio Festival do Imigrante foi tornado, após a emancipação municipal, nos quadros do enquadramento fundacional e homogeneizador que projetou a historicidade do distrito de Coqueiros sobre todo

o município e reforçou a ideia de uma "raiz" alemã "imigrante", como alcunha oficial do município: "Coqueiros do Sul – Terra do Festival do Imigrante", *slogan* utilizado em documentos, ações e divulgações oficiais dos poderes executivo e legislativo municipais.

Além disso, nesse mesmo quadro da homogeneização, a Sociedade é utilizada pelas narrativas oficiais e diletantes como uma espécie de "amostra" para apontar que houve a presença alemã localmente. Ou seja, no tencionar do passado, essas narrativas colocam a entidade como uma manifestação visceral da "alemanidade" fundacional, pela sua continuidade, pela sua centralidade cultural, social e identitária, sendo uma inscrição nevrálgica do "frontispício" identitário local. Por isso, e, em sintoma disso, em todos os materiais que consultamos como fonte, em todos eles, após indicar da colonização da Fazenda dos Coqueiros, formando Coqueiros, em seguida a Sociedade é abordada e sacralizada como uma espécie de "enclave" da presença alemã no município.

Essas posições de protagonismo diletante, cultural e de enquadradora da memória local agenciadas pela entidade, foram reforçadas e beneficiadas pelas premiações recebidas nos editais da Lei Paulo Gustavo no município. Tendo recebido recursos do "Prêmio de Incentivo e Reconhecimento Cultural: agente cultural - pessoa jurídica" e, no Edital de seleção de projetos culturais na categoria audiovisual, foi beneficiada nos incisos I e II, com os projetos "Coqueiros do Sul – Um Canto em cada Canto" e "Cine Colônia", respectivamente. Com essas premiações a entidade assegurou a continuidade de suas práticas culturais-memorialísticas e seu reconhecimento institucional como agente "cultural local". Legitimando e ampliando sua capacidade de se inscrever no "frontispício" identitário coqueirense, reforçando sua posição de "enclave" social, cultural e identitário da presença alemã em Coqueiros (do Sul), não só nas disputas do passado, mas também nas do presente.

A seguir, analisamos algumas questões identificadas nos formulários que a Sociedade apresentou para concorrer às premiações da LPG no município. Comecemos por um trecho do item um, "Descreva sua trajetória artística cultural", no formulário para o Edital nº 106/2023:

> A Sociedade de Cantores Niegedacht traduzido (Nunca Pensei) foi fundada em 14 de abril de 1934, no então distrito de Coqueiros, pertencente na época ao Município de Carazinho. A sociedade traz na sua história valores fundamentais de inclusão, união desde a sua fundação, o nome Niegdacht [*sic*] traduzido para a língua portuguesa, quer dizer Nunca Pensei. Na época moradores na sua maioria de origem Germânica, eram dividios [*sic*] e pouco se comunicavam entre si, pois traziam consigo a rigidez dos valores familiares onde a sua crença religiosa: Católicos e protestantes Luteranos não tinham uma convivência harmônica socialmente, nem estreitavam laços a não ser os de necessidade profissional. Mas pessoas de visão ampla,

> iniciaram um diálogo propondo criar em Coqueiros do Sul, um local, uma Sociedade onde pudessem com suas famílias dar continuidade a riqueza da Cultura germânica celebrando as festas e principalmente a união em prol do Canto Coral a 4 Vozes, principal característica do canto germânico sendo clássico e ou popular, além das festividades com bandinhas de sopro. Quando esses mesmos senhores conseguiram tal feito, houve a escolha do nome que assim então foi dito na língua alemã, que era a forma em que se comunicavam diariamente: "Niegedachdt [*sic*], nunca pensei que isso daria certo!". Assim então deu-se origem a Ata de fundação da Sociedade de Cantores Niegedacht, sendo na época um coro de vozes masculino que teve sua longevidade [*sic*] por 83 anos.

Nessa passagem, podemos identificar os enquadramentos que já problematizamos anteriormente: da equivocação espacial-temporal, já que na época da criação da Sociedade (1934) não existia o distrito de Coqueiros, apenas a Colônia dos Coqueiros, parte integrante do então distrito de Almirante Tamandaré em Carazinho; da tensão de homogeneização, que esse passado da entidade seria visceral de todo o município, como expresso na parte "propondo criar em Coqueiros do Sul"; e da sacralização da entidade como "enclave" da presença alemã no município, ao afirmar o fato da criação da Sociedade servir como um "local" onde as famílias dos moradores pioneiros pudessem "dar continuidade a riqueza da Cultura germânica". Esse trecho também assinala o interesse de continuidade cultural-identitária não só daqueles "senhores" fundantes, mas igualmente dos que mobilizavam a inscrição nos editais da LPG.

Nesse sentido, analisemos também, as respostas aos itens quatro e cinco do formulário para o Edital nº 106/2023:

> 4. Você considera que sua trajetória: Consideramos a tragetória [*sic*] da Sociedade de Catores Niegdacht [*sic*] - Coral En'Canto de grande aprendizado, evolução e exemplo para as gerações atual e futura, na busca permanente e incessante de não medir esforços para manter viva a herança cultural mais rica e duradoura na história de nosso município: O Canto Coral a quatro vozes.
>
> 5. Como a sua comunidade participou dos projetos ou ações que você desenvolveu? A Sociedade de Cantroes Niegdacht [*sic*], sempre planeja, realiza as ações voltada para a comunidade, pois a comunidade é o público e também compõe os associados. Com esta visão e realidade, os projetos culturais e todas as ações promovidas pelo Município, quando convidada, e também como promotora do Festival do Imigrante.

A partir de ambas declarações compreendemos como a Sociedade de Cantores *Niegedacht* se coloca no "frontispício" da memória local: ao mesmo tempo em que reivindica a salvaguarda do canto coral como seu patrimônio cultural duradouro, "herança cultural" dos fundadores locais, inscreve essa trajetória de continuidade entre e para a comunidade. Essa autorrepresentação

não se limita à dimensão artística, mas se amplia ao reforço do "sentimento de pertencimento" (Pollak, 1989), como destacado da participação da comunidade como elemento constitutivo, isto é, não apenas receptora das atividades, mas partícipe ativa de suas agencias.

Em relação às proposições da Sociedade premiadas nos incisos I e II do Edital municipal nº 105/2023 dos recursos da LPG, podemos interpretar ambas como esforço dessa relação e protagonismo da entidade diletante no município. O "Projeto Cine Colônia", propôs sessões de cinema (projeção de filmes) nas comunidades no interior, aproximando, com a ação, a *Niegedacht* dos indivíduos como "agente cultural" local. Em relação ao inciso I, o projeto "Coqueiros do Sul – Um Canto em cada Canto", a entidade registrou no formulário de inscrição que o seu objetivo era dar maior visibilidade ao Coral En'Canto[6] e:

> Ao mesmo tempo mostrar as belezas, as potencialidades culturais e turísticas do nosso Município, desmistificar a vida dos habitantes dos pequenos Municípios Gaúchos, mostrando e perpetuando a cultura trazida pelos antepassados, passados de geração em geração. No ano em que comemoramos o Bicentenário da Imigração Alemã no Brasil, sendo que, a Associação de Canto Niegedacht foi fundada por imigrantes Alemães, não poderíamos ter deixado importante data para cantar a cultura Germânica através da Canção *Treu Bergvagabunden* letra do Sr. Erich Hartinger sua canção foi composta em 1957 e conta o sentimento, as alegrias e os desafios de quem vive nas montanhas. *Treu Bergvagabundem* será a nossa homenagem aos desbravadores de Coqueiros do Sul, os fundadores desta linda terra, que trouxeram consigo a cultura, o trabalho, o Canto Coral, a religiosidade e a fé de uma etnia que manteve as tradições da terra mãe.

Analisando esse trecho da justificativa da proposta da gravação audiovisual, novamente podemos interpretar as marcas do enquadramento da memória que problematizamos, onde a entidade se coloca como "enclave" da presença alemã no município, reproduzindo a equivocação intencional de que ela e, logo, Coqueiros (do Sul) foram fundados por imigrantes alemães. O que reproduz também a tensão de homogeneização de Coqueiros sobre Coqueiros do Sul. Essas marcações sociopolíticas se endossam no apelo da música proposta, como inscrição identitária, concebendo que Coqueiros (do Sul) teria a "aura" de "viver nas montanhas", como rememoração ao "desbravamento" das terras coqueirenses e como homenagem aos "fundadores" alemães e às práticas socioculturais que constituíram.

Na divulgação da gravação, em um texto no portal da Prefeitura Municipal de Coqueiros do Sul (*online*, 2025) podemos identificar o tom celebratório dado à produção, como "compromisso com a valorização da música e das tradições

6 Denominação do Coral misto de vozes masculinas e femininas atuante na entidade a partir de 2017. Desde a fundação até aquele ano, o canto coral era feito apenas por homens.

culturais de Coqueiros do Sul". Assim, como o próprio órgão público assinalou, compreendemos esse projeto audiovisual como mais do que uma ação cultural: ele é uma inscrição no "frontispício" identitário do município, reiterando a centralidade da Sociedade como "guardiã" da "raiz" alemã no município e promotora dessas "tradições" tanto do canto, como cultural e aqui ainda, como orientação dessa "fronteira social" (Pollak, 1989) e memorialística da interpelação da narrativa fundacional dos "desbravadores" serem alemães.

Quanto à agencia da Prefeitura Municipal de Coqueiros do Sul, problematizemos alguns materiais por ela produzidos, que contribuem para a construção e manutenção da narrativa oficial sobre o município. Primeiramente, além do já citado "histórico municipal" disponibilizado no portal *online* da Prefeitura, pode-se encontrar no museu municipal, em um painel, o mesmo "histórico", misturado a uma quantidade de fotos "antigas" sem identificação ou datação do período da colonização local, como uma "fachada" desse passado, um enquadramento às "raízes" alemãs de Coqueiros (do Sul).

Depois, podemos elencar, em 2013, a confecção e distribuição gratuita de cadernos escolares para os estudantes municipais, onde, na primeira página do mesmo, constava uma "apresentação" do município e seu "histórico", citando as primeiras famílias de sobrenome alemão que colonizaram o município. O tópico ressaltava ainda que a composição étnica da população local era de mais de "60% de descendência alemã" e o município "essencialmente agrícola" (Prefeitura Municipal de Coqueiros do Sul, 2013). Tais trechos são expressões do enquadramento da memória como operação de reforço à "fronteira social" (Pollak, 1989) de Coqueiros (do Sul), dirigida à rede escolar municipal, no ano em que se completaram 20 anos da instalação do município.

Por terceiro ainda, consideremos o material intitulado *Coqueiros do Sul, 100 anos de colonização em 2024*. Antes, é importante destacar que a "rememoração" do centenário em 2024 partiu da fixação do ano de 1924 como do início da colonização alemã de Coqueiros (do Sul). Sendo essa definição temporal uma expressão da tensão de homogeneização, que foi endossada pela Prefeitura, Câmara Municipal e Sociedade *Niegedacht*, a partir das conclusões cronológicas do diletante Ilvo Petry.

Em relação ao material citado, apesar de o seu título sugerir tratar da temática do centenário, apenas reproduziu o "histórico" local, fazendo-o como uma forma de "celebrar" o município contemporâneo: "Coqueiros do Sul, é uma cidade em constante evolução e crescimento! Cidade boa de se viver, rica em variedade cultural [...]" (Prefeitura de Coqueiros do Sul, 2024, p. 1). Nas suas páginas seguintes, apresenta, como um portfólio as obras, infraestruturas e ações das secretarias municipais, figurando assim, como uma propaganda política da

gestão pública, em um ano estratégico de eleição municipal como foi 2024.

É importante indicar que nenhum desses "históricos" oficiais que abordamos possui autoria. Contudo, pela similitude narrativa, podemos indicar que reproduzem, com poucas variações, o texto elaborado pela Comissão Emancipacionista no processo de criação do município e que posteriormente foi endossado como narrativa oficial junto ao texto da Lei Orgânica Municipal (Coqueiros do Sul, 1993, p. 3-4). Essa uniformidade volta-se aos enquadramentos da memória que problematizamos: de homogeneização, equivocação e evocação fundacional, marcas estruturantes do "frontispício" identitário do município.

Além desses materiais, podemos problematizar o Hino Municipal que, além de ser enquadramento memorial, cumpre uma função ritualístico-simbólica. Instituído em 2009, por iniciativa política do vereador Ilgo O. Dickel e por encomenda do então prefeito Rafael Kochenborger ao maestro da *Niegedacht*, Nicétio Endler, sua letra e melodia[7] confirmam os elementos de homogeneização e linearidade histórica que centraram o distrito de Coqueiros como passado fundante de todo o município. Logo na primeira linha da letra – "Pioneiros partindo de plagas distantes" – podemos identificar essas interpelações à colonização e pioneirismo, que não se restringem a esse trecho, mas perpassam a totalidade do Hino, estruturando-o como discurso legitimador das origens de Coqueiros (do Sul). Assim, como símbolo oficial do município, o Hino funciona como rito de reafirmação identitária e de reforço de "pertencimento e fronteiras sociais" (Pollak, 1989, p. 9), pela sua carga simbólica, solene e de repetição.

Considerando o panorama dessas ações e atuações memorialísticas da Prefeitura Municipal de Coqueiros do Sul a partir daquilo que Donner (2014, p. 117) indicava do "enquadramento da memória aos interesses do órgão", compreendemos suas iniciativas não apenas como reprodução memorial, mas institucionalização, conferindo-lhes caráter oficial e reafirmando-as voltadas à legitimação de uma identidade municipal centrada no pioneirismo e na presença alemã, como recurso político e de autolegitimação.

Ao tecer da nossa análise das tensões memorialísticas dos enquadramentos e instrumentalizações da imigração, colonização e migrações alemãs no Rio Grande do Sul e em Coqueiros do Sul, pudemos compreender a dinâmica de como esses passados permanecem sendo mobilizados nas "arenas locais" e nas disputas identitárias. Nas tramas dos agentes da memória, esses passados, para além de conhecimento e representações, são recursos instrumentais que servem às definições e pertencimentos sociais: como enquadramentos da memória que validam uma "fachada" do passado e edificam aos "frontispícios" das

7 A íntegra da letra e a versão gravada encontra-se disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=GFC7q5qcdjg. Acesso em: 15 set. 2025.

identidades.

Assim, como analisamos, rememoram e celebram aspectos da colonização alemã no estado sulino, como as "raízes" imigratórias, o "pioneirismo" e os marcos fundacionais da "alemanidade". Nesse sentido, como afirmou Nora (1993, p. 9), a memória é a "vida" de operações identitárias e referências sociopolíticas, pulsante diante dos interesses que "reinterpreta[m] incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro" (Pollak, 1989, p. 9-10). Onde, portanto, os diletantes entrecruzam as demandas de temporalidades e de reinscrição da história dessa presença alemã às demandas da sociedade, dos seus grupos e das comunidades.

A recente implementação da Lei Paulo Gustavo, como verificamos, introduziu uma nova camada nesse cenário, sendo as temáticas da imigração, colonização e migrações alemãs no Rio Grande do Sul eixos privilegiados por essas iniciativas. A LPG, ao fornecer recursos financeiros e reconhecimento institucional, potencializou essas práticas memorialistas, ampliando e atualizando o alcance das produções diletantes e suas ações culturais, contribuindo para a circularidade de narrativas fundacionais e de consolidação de fronteiras identitárias.

Na análise das territorializações dessas tensões em Coqueiros do Sul, identificamos as articulações de três principais agentes da memória: Ilvo Petry, a Sociedade de Cantores *Niegedacht* e a Prefeitura Municipal. O primeiro, compreendemos como um "historiador da comunidade", conforme propõe Donner (2015, p. 12), atuando por meio de seu protagonismo social e vínculos pessoais para se colocar como "guardião" da memória e agente cultural local. A *Niegedacht*, como entidade sociocultural nascida do processo de colonização alemã, constitui-se e é alçada como "enclave" da presença alemã no município. Por fim, as ações da Prefeitura Municipal, articuladas dinamicamente ao primeiro e à segunda, promovem e consolidam a narrativa oficial baseada no apelo fundacional da presença alemã como sustentáculo da unidade identitária municipal.

No seio dessas agencias diletantes locais, duas tramas centrais do enquadrar inscrevem-se na identidade municipal: a primeira, de homogeneização e exclusão, que sobrepõe a narrativa da colonização alemã na Colônia dos Coqueiros (que deu origem ao atual distrito sede) ao conjunto das demais localidades do município; e a segunda, de equivocação intencional de conceber esse processo de ocupação como parte da imigração alemã oitocentista. Esses enquadramentos da memória são singulares de Coqueiros do Sul, mas também expressam como a memória da presença alemã permanece envolvente às demandas identitárias, sobretudo àquelas fundacionais, que exaltam as "raízes" coloniais em comunidades cujas formações se vinculam aos processos históricos

de imigração, colonização e migrações alemãs no estado.

Nesse sentido, tais enquadramentos sacralizam o passado em seu campo de disputas, evocando os marcos fundacionais da "alemanidade", as suas "raízes" imigratórias e o "pioneirismo" como instrumentalizações às fronteiras de pertencimento, suas tensões, intenções e horizontes étnicos. O passado, mesmo inacessível e inalcançável, é dotado de sentidos e representações, da História ou da memória. Por efeito, quando pela agencia dessa última, a imigração, colonização e migrações alemãs para o Rio Grande do Sul quanto os enquadramentos que ela opera e seus desdobramentos sócio-políticos-identitários, assumem papel decisivo para problematizar faces, nuances e singularidades da complexidade sociocultural sul-rio-grandense, formada pelos diversos povos que a constituíram.

FONTES CONSULTADAS

INTEGRAÇÃO REGIONAL, **Ilvo Petry lança o livro:** "Município de Coqueiros do Sul: histórias e memórias de um povo trabalhador da Terra do Festival do Imigrante". Almirante Tamandaré do Sul, n. 1076, 25 abr. 2025. Acervo do autor.

MEMÓRIAS DE IMIGRANTE. Direção: Maurício Griebel. Produção/realização: Associação Cultural de Imigrante. 2024. 1 vídeo (68 min). Disponível em: https://youtu.be/rIXva6VlfR0?list=PLtKRNR3nWr8ckT0JE1-_sVOXLZoDTK6pt. Acesso em: 5 set. 2025.

PETRY, Ilvo (Org.). **Município de Coqueiros do Sul:** histórias e memórias de um povo batalhador da Terra do Festival do Imigrante*. S. l.: s. n.,* 2025. Acervo do autor.

PETRY, Ilvo (Org.). **Sociedade de Cantores Niegedacht***:* uma história na vida de Coqueiros do Sul. *S. l.: s. n.,* 2014. Acervo do autor.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COQUEIROS DO SUL. [Caderno escolar]. 2013. Acervo do autor.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COQUEIROS DO SUL. **Coqueiros do Sul, 100 anos de colonização em 2024***. S.l.*: *S.n.,* 2024. Acervo do autor.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COQUEIROS DO SUL. **Formulários de inscrição aos Editais nº 105/2023 e nº 106/2023**. 2024. [Documentos solicitados à administração pública municipal e acessados via contato por e-mail/Whatsapp, 02 set. 2025].

RIO GRANDE DO SUL. **Processo legislativo Nº 1895-0100/1991**. Fundo: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, série: avaliação de propostas para criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios do Estado, caixa: 166. Acervo do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SEFFRIN, Aldemiro da Cruz. **História de Igrejinha:** síntese e história do desenvolvimento do distrito de Igrejinha. *S. l.: s. n.*, 2024. Acervo do autor.

SEFFRIN, Aldemiro da Cruz. **Uma síntese e história do desenvolvimento do distrito de Igrejinha – Coqueiros do Sul/RS**. *S. l.: s. n.*, 2021. Acervo do autor.

UM OLHAR AFETIVO SOBRE O ENXAIMEL DE IVOTI. Direção: Luis Fernando Rodembuch. Produção: Paranoia Produções e Altabox. Idealização e coprodução: Siehu. Roteiro e curadoria: Andréa Schneck e Jaqueline Brenner. 2024. 1 vídeo (52 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=mhEdtCnLndY. Acesso em: 5 set. 2025.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 11.525, de 11 de maio de 2023.** Regulamenta a Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022, que dispõe sobre o apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para garantir ações emergenciais direcionadas ao setor cultural. Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11525.htm. Acesso em: 4 set. 2025.

BRASIL. **Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022.** Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural em decorrência dos efeitos da pandemia da COVID-19 e dá outras providências. Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp195.htm. Acesso em: 4 set. 2025.

COQUEIROS DO SUL (RS). **Edital de chamamento público nº 105/2023**. **S**eleção de projetos para firmar termo de execução cultural com recursos da lei complementar nº 195/2022 (Lei Paulo Gustavo) audiovisual. Coqueiros do Sul, 15 dez. 2023.

COQUEIROS DO SUL (RS). **Edital de chamamento público nº 106/2023.** Premiação para Agentes Culturais com recursos da Lei Complementar nº 195/2022 (Lei Paulo Gustavo). Coqueiros do Sul, 15 dez. 2023.

COQUEIROS DO SUL (RS). **Lei Orgânica Municipal**, 1993. Sarandi: Gráfica A Região, 1995. Acervo da Biblioteca Pública Prof. Domingos Dionísio Breda de Coqueiros do Sul.

DONNER, S. C. História local: discutindo conceitos e pensando na prática - o estado das produções no Brasil. *In*: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 11., 2012, Rio Grande. **Anais** [...]. Porto Alegre: ANPUH-RS, 2012. v. 1, p. 223-245. Disponível em: https://eeh2012.anpuh-rs.org.br/resources/anais/18/1342993293_ARQUIVO_HistoriaLocalBrasileMundotexto2012.pdf. Acesso em: 01 set. 2025.

DONNER, Sandra C. **História local, memória e ofício do historiador entre raízes e marcas do tempo (1990-2012).** 2015. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

DONNER, Sandra C. Políticas públicas municipais de memória e os usos da história: uma análise de caso. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, ano 27, n. 40, p. 175-186, 2014. Disponível em: https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/1956. Acesso em: 01 set. 2025.

ECKER, Adari F. **A trilha dos pioneiros**. Passo Fundo: Berthier, 2007.

IMIGRANTE (RS). **Portaria de homologação e classificação final dos projetos da Lei Paulo Gustavo.** Imigrante, 9 nov. 2023.

IVOTI (RS). **Edital nº 264, de 16 de novembro de 2023**. Ivoti, 16 nov. 2023.

MEIER, Walter. **A ponte do Turvo.** Maringá: Viseu, 2024.

MORRO REUTER (RS). **Edital nº 111, de 09 de abril de 2025.** Morro Reuter, 9 abr. 2025.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 7-29, dez. 1993. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/
article/download/12101/8763/29004. Acesso em: 01 set. 2025.

PICADA CAFÉ (RS). **Divulga resultado final do chamamento público para seleção de projetos para firmar termo de execução cultural com recursos da Lei Complementar nº 195/2022.** Picada Café, 18 dez. 2023.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989. Disponível em: https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2278/1417. Acesso em: 02 set. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BROCHIER. Portal oficial. **Uma Viagem pelo Tempo**. 2025. Disponível em: https://brochier.rs.gov.br/noticia/view/1178/
uma-viagem-pelo-tempo. Acesso em: 05 set. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO LARGO. Portal oficial. **História.** Disponível em: https://www.cerrolargo.rs.gov.br/site/conteudos/2039-phistoacuteriap. Acesso em: 20 set. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COQUEIROS DO SUL. Portal oficial. **Coqueiros do Sul celebra a cultura local com projetos aprovados pela Lei Paulo Gustavo.** 2025. Disponível em: https://brochier.rs.gov.br/noticia/view/1178/uma-viagem-pelo-tempo. Acesso em: 05 set. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COQUEIROS DO SUL. Portal oficial. **Dados municipais**. Disponível em: https://www.coqueirosdosul.rs.gov.br/dados. Acesso em: 20 set. 2025.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. 2. ed. São Leopoldo: Oikos, 2022.

SANTA MARIA DO HERVAL (RS). **Resultado Final de Avaliação dos Projetos da Lei Paulo Gustavo.** Santa Maria do Herval, 1 dez. 2023.

SCHMITZ, Kalinka O. **Colonização no planalto rio-grandense:** as colônias dos Coqueiros (1928) e Xadrez (1938). 2016. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) - Curso de Graduação em História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2016.

VIEBRANTZ, Vítor M. **"Porque emancipar?":** o uso político do território na emancipação de Coqueiros do Sul/RS (1990-1993). 2024. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Humanidades, Ciências e Criatividade, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo. 2024.

WESTFÁLIA (RS). **Edital de chamamento público nº 02/2023.** Lei Paulo Gustavo, Westfália – audiovisual. Westfália, 21 nov. 2023.

POLÍTICA, PODER E PROJETOS DE COLONIZAÇÃO



O SISTEMA DE COLONIZAÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS E AS PROPOSTAS DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO DE ABRANTES E PÉREZ ROSALES – BRASIL E CHILE – SÉCULO XIX

Welington Augusto Blume[1]

INTRODUÇÃO

¿Qué hace Norte-América para que acuda a ella la asombrosa cópia de emigrados que inunda anualmente sus playas? ¿Por qué elijen éstos aquella rejion con preferencia a otra que se halla en la produccion i en el clima tan favorecida o mas que ella? ¿Les paga Nórte-América su viaje? Nó. ¿Los auxilia a su llegada, les busca trabajo, les pone en el caso de no perecer de miseria, como muchas veces acontece? Nó. ¿Ha dictado leyes ecepcionales para ellos, poniéndolos de mejor condición que sus mismos nacionales, como sucede en Chile? Nó. ¿Será tan grande el influjo de la libertad de cultos que obligue al emigrante a atropellarlo todo por ir a gozar de ella? Ménos. En muchos estados de Alemania no se movería hombre ninguno, si no tuviese para emigrar mas aliciente que ese. ¿Qué es pues lo que hace a Norte-América gozar de un bien que todos codiciamos? (PÉREZ ROSALES, 1854, p.44-45).

> G. Tuker, em sua excellente obra [Progress of population and wealth of the United-States – 1844], attribue principalmente aos dous primeiros [facilidade de achar empregos e facilidade em comprar terras] a grande affluencia de colonos para os Estados-Unidos. Qualquer trabalhador, diz elle, recebe um jornal duas vezes maior na America do N. do que na Europa; e as terras publicas são vendidas em qualquer dos Estados da União por um preço que jamais excede ao que podem ellas render em um anno só (ABRANTES, 1846, p.31).

Durante a metade do século XIX, Brasil e Chile figuravam entre os países que voltavam suas políticas migratórias para a atração de imigrantes europeus. Os objetivos eram variados. No caso brasileiro, Marcos Antônio Witt elencou:

1 Doutorando em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), com atuação em História da América Latina e estudos migratórios; membro do Instituto Histórico de São Leopoldo (IHSL). E-mail: welingtonblume@hotmail.com.

> "agenciamento de imigrantes para o serviço militar (o Contrato de Colonização, no seu artigo XVIII, previa que os homens capazes entre 18 e 40 anos deveriam se alistar); branqueamento da população; diminuição do poder da elite estancieira (proprietários de grandes extensões de terra); dinamização do mercado interno; estabelecimento de minifúndios voltados à agricultura e criação diversa de animais (vacum, suíno, aves); fabricação de utensílios, ferramentas e máquinas via artesanato; ocupação do território (ocupação de áreas estratégicas); produção de alimentos; substituição da mão de obra escrava" (WITT, 2019, p.22-23).

Para o caso chileno, Marcela Martínez Rodríguez destacou os seguintes motivos:

> "los discursos oficiales señalaron que la colonización era la mejor solución para resolver el problema relativo a la baja densidad demográfica del país; este argumento fue utilizado sobre todo para justificar la instalación de los alemanes y el poblamiento de Chiloé […] el estado chileno promovió la instalación de extranjeros para lograr el 'blanqueamiento' de la población en un sentido físico y cultural […] [además], también querían incentivar el crecimiento económico; fomentar la producción de grandes extensiones de terrenos e insertar la economía al mercado internacional" (RODRÍGUEZ, 2015, p.68).

Esses argumentos aparecem em fontes diversas — desde discursos oficiais de representantes do Estado até livros e memórias. As fontes escolhidas para este estudo pertencem a esse conjunto documental. Em 1846, o Visconde de Abrantes publicou *Memoria sobre os meios de promover a colonisação* e, em 1854, Vicente Pérez Rosales publicou *Memoria sobre emigracion, inmigracion i colonizacion*. Ambas as obras foram escritas com o objetivo de defender a vinda de imigrantes europeus para Brasil e Chile, apresentando possíveis estratégias de atração (BLUME, 2020).

No período em que essas memórias foram publicadas, os fluxos migratórios europeus dirigiam-se majoritariamente à América do Norte, sobretudo aos Estados Unidos. Segundo Herbert Klein, das 11,8 milhões de pessoas que emigraram da Europa para as Américas entre 1800 e 1880, cerca de 9,5 milhões escolheram os Estados Unidos como destino — os demais 2,3 milhões distribuíram-se entre outros países do continente, com maior presença na Argentina, Brasil, Canadá e, em menor número, no Chile (KLEIN, 1999). Delimitando o recorte temporal entre 1846 e 1850, a média anual de emigrantes foi de 250 mil pessoas; entre 1850 e 1855, subiu para 350 mil. Em 1854, aproximadamente 428 mil imigrantes ingressaram nos Estados Unidos, já consolidados como destino preferencial da população europeia (HOBSBAWM, 1977, p.204).

Esses números influenciaram diretamente a escrita das memórias de Abrantes e Pérez Rosales. As epígrafes deste artigo reúnem questionamentos centrais dos autores, interessados em compreender as razões pelas quais os

Estados Unidos atraíam um número tão expressivo de imigrantes. Seria pela liberdade religiosa? Pela eficácia na venda de terras públicas? Haveria atenção especial à recepção dos imigrantes? Ou estariam as instituições estadunidenses mais aptas a garantir liberdades civis aos estrangeiros?

Essas e outras perguntas orientaram os esforços comparativos de Abrantes e Pérez Rosales, que, impressionados pelas estatísticas, buscaram cotejar o caso estadunidense com os contextos de Brasil e Chile. Ambos concordavam que, caso seus países desejassem se tornar receptores de imigração em larga escala, seria necessário revisar as políticas migratórias e adotar medidas semelhantes às norte-americanas.

A leitura das análises de Abrantes e Pérez Rosales ganha densidade quando articulada a referenciais teóricos sobre o método comparativo. Neste sentido, as reflexões do presente artigo se apoiam nas contribuições de Marc Bloch e Jürgen Kocka, para os quais as abordagens comparativas permitem ao historiador compreender as semelhanças e diferenças que determinados processos históricos assumem em distintas sociedades, no tempo e no espaço. Como explicou Marc Bloch (1998), "praticar o método comparativo é, pois, em ciências humanas [...], procurar, para explicar, as semelhanças e diferenças patenteadas por séries de natureza análoga, tiradas de meios sociais diferentes" (BLOCH, 1998, p.114).

BRASIL, CHILE E ESTADOS UNIDOS: APROPRIAÇÕES E COMPARAÇÕES

A representação dos Estados Unidos como país da prosperidade, da riqueza e das oportunidades estava consolidada na metade do século XIX. De um lado do Atlântico, Inglaterra, França e Alemanha afirmavam-se como novas potências, substituindo o espaço deixado por Espanha e Portugal; de outro, os Estados Unidos projetavam-se como símbolo de desenvolvimento e de sucesso nacional. Intelectuais latino-americanos observaram essa ascensão com atenção, interpretando-a de maneiras diversas e tentando compreender até que ponto algumas de suas experiências poderiam ser adaptadas à realidade das nações recém-independentes (BEIRED, 2003). Entre os temas em pauta, a imigração se destacava como um dos principais elementos para o desenvolvimento das novas repúblicas.

Nesse contexto, Abrantes e Pérez Rosales figuram como exemplos de intelectuais que inspiraram suas reflexões nas políticas migratórias estadunidenses. Ambos analisaram a situação migratória de seus respectivos países a partir de comparações com os Estados Unidos, partindo do pressuposto de que o sucesso norte-americano não poderia ser ignorado e que suas estratégias poderiam servir de modelo para a condução das migrações em Brasil e Chile.

Faziam parte, portanto, de um grupo mais amplo de políticos e letrados que tomava os Estados Unidos como referência — seja para elogiar e emular, seja para criticar e problematizar.

Em *Un mismo continente, dos Américas: viajeros latinoamericanos en los Estados Unidos, siglo XIX* (2009), Carlos Sanhueza Cerda observa que as elites latino-americanas tinham uma percepção ambivalente do país. Ao mesmo tempo em que reconheciam virtudes que poderiam ser reproduzidas em seus próprios processos de construção nacional, também percebiam incompatibilidades entre o modo de vida estadunidense e suas concepções civilizatórias. Cerda destaca que, para o influente intelectual Domingo Faustino Sarmiento,

> los Estados Unidos eran percibidos como un pueblo independiente y libre como el aire, sin tutores, sin ejército, i sin bastillas. Un lugar que no poseía reyes, ni nobles, ni clases privilegiadas, ni hombres nacidos para mandar, ni máquinas humanas nacidas para obedecer. Estas características del pueblo norte-americano no constituían, en ningún modo, abstracciones o juicios políticos: antes bien, el viajero las veía materializarse en el acontecer cotidiano de la aldea, una suerte de microcosmos del estilo de vida norteamericano (CERDA, 2009, p.77).

Essa percepção positiva é contraposta a outras leituras, como a do chileno Benjamín Vicuña Mackenna, para quem os estadunidenses radicalizavam a máxima *time is money*, transformando-a em justificativa para que "el engaño, la artimaña, la trampa" se apresentassem como meios legítimos de "alcanzar fines materiales" (CERDA, 2009, p.81). Assim, nos Estados Unidos, tudo pareceria ser permitido em nome do enriquecimento. Cerda entende que essa prerrogativa da riqueza exerceu grande fascínio sobre os que buscavam "fazer a América", dando contornos claros à ideia de progresso vinculada ao êxito material.

O próprio Vicente Pérez Rosales viveu uma experiência singular no país. Em 1848, viajou aos Estados Unidos motivado pela febre do ouro na Califórnia, mas o empreendimento não lhe trouxe fortuna: ao contrário, causou prejuízos. Pérez Rosales relatou essa experiência no livro Algo sobre California (1850), no qual adota uma perspectiva crítica e, por vezes, depreciativa em relação ao modo de vida estadunidense.

Outro exemplo expressivo é o de José Martí. O escritor cubano — mais exilado do que viajante —, assim como Sarmiento, refletiu sobre a existência de "duas Américas". A mesma liberdade que Sarmiento exaltava era, para Martí, a força propulsora do avanço no país do Norte. Segundo ele, "he aquí el secreto de la prosperidad de los Estados Unidos: han abierto los brazos" (CERDA, 2009, p.79). Martí reconhecia, portanto, que a prosperidade norte-americana se enraizava na abertura social e econômica que atraía milhões de imigrantes ao Novo Mundo.

Esses exemplos revelam as ambiguidades presentes nas representações latino-americanas sobre os Estados Unidos. Em muitos autores coexistiam admiração e frustração, entusiasmo e crítica. Para Cerda (2009), essa duplicidade foi uma marca característica da intelectualidade oitocentista: os Estados Unidos tornaram-se um referente central para pensar as possibilidades e os limites da modernidade nas Américas, com sua independência política e suas instituições liberais frequentemente tomadas como parâmetro de comparação.

José Luis Bendicho Beired (2003) reforça essa leitura ao destacar as múltiplas apropriações que autores latino-americanos fizeram de obras sobre e produzidas nos Estados Unidos. A referência ao país funcionava, muitas vezes, como um recurso de legitimação intelectual e de erudição, capaz de conferir autoridade às discussões sobre os problemas nacionais (BEIRED, 2003).

Dentro desse conjunto de escritores e políticos, Abrantes e Pérez Rosales se inserem de forma particular. Ambos utilizaram as políticas migratórias dos Estados Unidos como exemplo paradigmático, mencionando o país como principal caso de sucesso na atração de imigrantes. Em suas memórias, sustentam que qualquer nação que almejasse promover migrações de massa deveria conhecer e adaptar, ao menos parcialmente, o modelo norte-americano. A partir desse ponto, o artigo passa a examinar mais de perto como cada autor constrói essa comparação.

No que diz respeito à presença dos Estados Unidos nas obras, observa-se uma diferença de ênfase. Abrantes dedica os três capítulos mais extensos de sua Memoria ao tema — "Diversos meios de atrahir colonos e promover a colonisação", "Venda das terras publicas nos Estados-Unidos da América" e "Motivos á que se attribue o progresso da colonisação nos Estados-Unidos". Neles, analisa detalhadamente os caminhos percorridos pelo país para consolidar-se como principal destino das migrações de massa. Pérez Rosales, por sua vez, reserva ao tema um subcapítulo intitulado Pauperismo introducido en Norte-América por la inmigracion europea, de menor extensão, embora referências aos Estados Unidos apareçam ao longo de toda a obra. Em comum, ambos atribuem às políticas migratórias estadunidenses um papel central na discussão sobre imigração e colonização, reconhecendo nelas um modelo de referência.

Na obra de Abrantes, os Estados Unidos são apresentados como um espaço plenamente estruturado para receber migrantes. Da legislação às instituições de acolhimento, o país é descrito como modelo de organização: terra de empregos, segurança, liberdade religiosa e civil, além de lugar privilegiado para manter vínculos com o Velho Mundo. Todos esses elementos, segundo o autor, convergiam para transmitir confiança aos europeus — desde a chegada até o início de uma nova vida na América.

No capítulo "Motivos á que se attribue o progresso da colonisação nos Estados-Unidos", Abrantes elenca seis fatores que, em sua visão, explicavam o êxito norte-americano: garantia de emprego, facilidade de adquirir terras, segurança pessoal e de propriedade, liberdade religiosa, liberdade civil e facilidade de comunicação entre América e Europa. Para fundamentar sua análise, utiliza o livro *Progress of population and wealth of the United-States*, de George Tucker (1844):

> A' proporção que se foi augmentando o trabalho, e havendo maior necessidade de braços livres, por causa da extincção do trafico da escravatura, abolido em 1808, e do estabelecimento de Fabricas, começado em 1815; e á proporção que se foi expondo á venda maior quantidade de terras publicas, por cauza do progressivo melhoramento do methodo empregado para a sua medição e divisão, levantamento de plantas e cartas etc., foi táobem crescendo o numero dos emigrados do velho para o novo Mundo (ABRANTES, 1846, p.31-32).

A partir dessa exposição, Abrantes estabelece comparações diretas com o Brasil. O primeiro ponto analisado é o emprego: o autor ressalta a importância do trabalho livre, cujo princípio de reciprocidade entre trabalhador e contratante garantiria estabilidade e bons salários. Além disso, destaca que a presença de imigrantes já estabelecidos nos Estados Unidos favorecia a integração dos recém-chegados, permitindo trocas de experiência e apoio mútuo. No Brasil, em contraste, apenas alguns artífices encontrariam ocupação em oficinas e manufaturas, enquanto os agricultores enfrentariam maiores dificuldades: "falta-lhes uma Provincia, onde a cultura seja exclusivamente feita por trabalhadores livres, mediante jornaes avantajados, e onde possão encontrar administradores, feitores, e mesmo colonos veteranos, que lhes entendão a língua" (ABRANTES, 1846, p.32). O desprestígio do trabalho braçal, associado à escravidão, agravava ainda mais o quadro. A segunda comparação refere-se à compra de terras:

> O Governo dos Estados-Unidos expoem constantemente a venda terras demarcadas, cuja propriedade garante, pelo preço modico de dólar 1.25 a geira. O colono pois que chega com algum cabedal próprio tem a facilidade de comprar imediatamente o terreno que lhe convem, certo de que ninguem lhe disputará a posse dele, e a oportunidade de começar, sem perda de tempo, á estabelecer-se e trabalhar (ABRANTES, 1846, p.33).

No Brasil, observa, o sistema de sesmarias e a ocupação irregular do território dificultavam o acesso à propriedade, frustrando as expectativas dos imigrantes e comprometendo sua fixação.

A terceira comparação proposta por Abrantes refere-se à segurança pessoal e de propriedade. O autor argumenta que, nos Estados Unidos, as instituições eram livres e as leis executadas com rigor, assegurando estabilidade e previsibilidade à vida dos cidadãos e estrangeiros: "São ali raros os motins

populares, as assuadas e excessos cometidos em virtude da chamada Linch-Law, ou por exaltação de sentimentos religiosos" (ABRANTES, 1846, p.33). Já no Brasil, apesar de também possuir instituições livres e leis que formalmente protegiam a vida e a propriedade, Abrantes observa que, "por falta de geral illustração, e por força de antigos habitos mal extinctos ainda, ellas não tem sido, em alguns cazos, respeitadas e executadas como convinha" (ABRANTES, 1846, p.34). O autor alude, assim, a uma distância entre o que as leis previam e o modo como eram efetivamente aplicadas, indicando que o desrespeito à ordem jurídica poderia gerar insegurança entre os imigrantes.

A quarta comparação aborda a liberdade religiosa. Para Abrantes, a tolerância praticada nos Estados Unidos, sustentada na liberdade de cultos, constituía um dos pilares do sucesso migratório. O país era apresentado como exemplo de convivência pacífica entre diferentes credos. O autor contrapõe essa realidade à do Império brasileiro, observando que "entre nos, posto que seja conhecida e aplaudida a nossa tolerância religioza, todavia ella não parece bastante para remover todos os escrupulos de consciencia nos emigrados que náo professão a nossa Religião do Estado" (ABRANTES, 1846, p.34). A preocupação se dirigia especialmente aos imigrantes alemães não católicos, para os quais a possibilidade de exercer publicamente sua fé — com templos, sinos e culto visível — era essencial para decidir emigrar.

O quinto ponto de comparação diz respeito à cidadania. Abrantes ressalta que, "por virtude das Instituiçoens politicas e municipaes dos Estados Unidos, o emigrado ou colono que ali aporta não só entra desde logo no gozo passivo da liberdade civil, como tem direito de adquirir, ao cabo de 5 annos de residência [...] o fôro de cidadão" (ABRANTES, 1846, p.34-35). Essa naturalização, além de permitir a plena participação política, incluía o direito de ocupar cargos públicos, com exceção da presidência. Em contraste, o autor argumenta que, no Brasil, a cidadania poderia ser obtida mais rapidamente e as instituições também garantiam liberdade política — mas que a má reputação internacional do país e a fragilidade na execução das leis minavam a confiança dos estrangeiros. Abrantes lamenta que muitos políticos europeus julgassem o Brasil "por palavras e não por fatos", ignorando que "as Instituiçoens livres de que falamos [...] e as nossas Leis tem a precisa força para assegurar-lhes [aos imigrantes] effectivamente a protecção que prometem" (ABRANTES, 1846, p.35).

Por fim, o autor compara o sistema de comunicações. Abrantes elogia a regularidade dos correios norte-americanos e o intenso movimento de navios entre Europa e América, estimando que mais de 100 mil cartas fossem enviadas anualmente da Alemanha aos Estados Unidos. Já no Império, a precariedade do serviço postal e a escassez de funcionários capazes de ler o alemão dificultavam

o intercâmbio epistolar, reforçando a sensação de isolamento dos imigrantes. O autor conclui que o atraso nas comunicações produzia efeitos psicológicos graves, pois "o facto de familiares do imigrante não receberem cartas com certa periodicidade era quasi sempre attribuido ou á sua morte, ou ao seo estado infeliz, e tão infeliz que, por vergonha, ou por medo de magoar aos seos, falta-lhe o animo para dar noticias suas" (ABRANTES, 1846, p.36).

Esses seis pontos sintetizam a percepção de Abrantes sobre as deficiências do Brasil em comparação ao "modelo de sucesso" estadunidense. O contraste sistemático entre exemplos positivos dos Estados Unidos e negativos do Brasil reflete as discussões políticas da década de 1840, quando se debatia tanto a necessidade de uma legislação específica sobre propriedade da terra quanto a transição do trabalho escravizado para o trabalho livre. José Sacchetta Ramos Mendes observa que, nesse contexto,

> as experiências 'inovadoras' de contratos de trabalho (parceria, enganchamento) com agricultores europeus iluminaram uma perspectiva em que o acesso à propriedade da terra tornava-se algo distante, fator que contrapunha desfavoravelmente o Brasil aos Estados Unidos como destino imigratório em larga escala (MENDES, 2009, p.182).

É nesse cenário que Abrantes escreve sua Memoria. O autor identifica na regulamentação da compra e venda de terras a chave para atrair um número expressivo de imigrantes. Na sua perspectiva, a garantia de propriedade seria condição indispensável para o sucesso das políticas de colonização. Quanto às liberdades civis e religiosas, reconhece avanços, mas aponta o controle do Estado sobre o culto e a falta de segurança jurídica como fatores de repulsão.

Pérez Rosales, por sua vez, desenvolve uma argumentação semelhante, mas adaptada às circunstâncias chilenas. Para introduzir seu diagnóstico, comenta os tipos de migração que o país recebia:

> De las dos especialidades en las que se considera dividida la emigracion voluntaria cuáles son la emigracion parcial i la colectiva; solo ha llegado a nosotros la primera. En cuanto a la segunda [...] solo tenemos ejemplos inmediatos en Norte-América. [...] A ella [...] se deben los primeros cimientos de la poderosa República del norte (PÉREZ ROSALES, 1854, p.15).

O autor observa que o Chile recebia apenas pequenos contingentes de imigrantes, enquanto os Estados Unidos acolhiam, em 1852, mais de 75 mil europeus. Define as "migrações espontâneas" — organizadas de forma independente, sem patrocínio estatal — como as mais eficazes, pois atraíam indivíduos jovens, audazes e laboriosos. No Chile, porém, esse tipo de migração era escasso e irregular, condicionado pela imagem negativa do país na Europa (BLUME, 2020). Ao analisar os motivos que levavam os imigrantes a escolher seu destino, Pérez Rosales destaca:

> Para el comerciante, para el capitalista i industrial, basta la Paz, el Comercio, la Industria i las instituciones liberales.
> El labriego, el ecónomo rural, a mas de las causas anteriores exije: clima, idea de propiedad, bondad i abundancia de terrenos, caminos, segura venta de sus frutos, derecho de ciudadania i fácil acceso a la educacion.
> El gañan: trabajo asegurado i crecidos salarios.
> El sacerdote de las bellas artes: cultura.
> Estos motivos [...] se funden en un solo: en la seguridad de mejorar de condicion. Désele éste al que emigra, i la inmigración es indudable (PÉREZ ROSALES, 1854, p.34).

Para o autor, os Estados Unidos reuniam todos esses elementos, o que explicava sua capacidade de atração. "Pocos paises hai en el mundo que hagan en el dia ménos que Norte-América para procurarse inmigrados; pero todo el que allí llega puede ser en el acto propietario" (PÉREZ ROSALES, 1854, p.42). Assim, a facilidade de aquisição de terras e a segurança das transações eram apresentadas como principais garantias para o imigrante europeu. Por isso, conclui: "los Norte-Americanos deben ser en esto nuestro principal modelo" (PÉREZ ROSALES, 1854, p.44).

Pérez Rosales também menciona a legislação chilena que concedia cidadania imediata aos colonos, reconhecendo certo avanço sobre os Estados Unidos — ainda que a execução dessas garantias fosse limitada. O autor dedica, ainda, atenção especial à educação:

> La educacion es para el hombre europeo lo que para muchos de nosotros el dinero [...] Las escuelas primarias, las científicas, del mismo modo que las artes i oficios, deben ponerse al alcance de su modesta condición; por eso cuantas naciones han tratado con éxito de introducir pobladores a su seno, han procurado dar a la educacion una estencion sin límites (PÉREZ ROSALES, 1854, p.51).

A educação, portanto, aparece como fator decisivo para fixar os imigrantes, sobretudo os que desejavam garantir instrução aos filhos. No entanto, Pérez Rosales reconhece obstáculos significativos, como o alto custo das passagens e a incerteza quanto ao trabalho e aos salários: "si el precio del jornal es tres veces mayor en Norte-América [...] ¿qué esperanza podemos tener que obtenga Chile sobre ella la preferencia del brazo que emigra?" (PÉREZ ROSALES, 1854, p.53).

Essas comparações levantam questões de ordem econômica e social: poderia o Chile oferecer condições equivalentes às norte-americanas? Existiriam oportunidades reais de trabalho e acesso à propriedade? Pérez Rosales, ciente das limitações de seu país, conclui que competir com os Estados Unidos seria tarefa difícil.

O contexto chileno ajuda a compreender tais reflexões. Segundo Sofía Correa Sutil (2013), a metade do século XIX marca o início de profundas

transformações econômicas, com investimentos em transportes, comunicações, sistema bancário e industrialização. O primeiro ciclo de expansão, entre 1848 e 1874, coincidiu com o período de publicação da Memoria de Pérez Rosales. Esse processo, contudo, convivia com fortes desigualdades e com o interesse das elites em garantir o controle sobre o território, especialmente nas fronteiras e nas regiões indígenas. A autora observa que, "por iniciativa privada, respaldada por el Estado, se inició paulatinamente la ocupación de los territorios de frontera [...] la que culminó [...] con el dominio sobre los mapuches" (SUTIL, 2013, p.152).

Assim, as propostas de Pérez Rosales articulavam imigração e colonização à modernização econômica e à consolidação territorial. Introduzir mão de obra europeia significava, para ele, tanto dinamizar a economia quanto reforçar o domínio estatal sobre áreas estratégicas. Suas inquietações, porém, revelam o impasse das elites chilenas: o país desejava atrair imigrantes, mas ainda carecia das condições materiais e institucionais necessárias para recebê-los — lacuna que o autor evidencia ao compará-lo aos Estados Unidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, procurei refletir sobre a influência das políticas migratórias estadunidenses nos escritos de Visconde de Abrantes e Vicente Pérez Rosales. Ambos elaboraram suas memórias tomando como principal referência o exemplo dos Estados Unidos, país que, em meados do século XIX, se consolidava como destino privilegiado das migrações europeias. Para os dois autores, o êxito norte-americano oferecia um modelo a ser observado e, dentro das possibilidades de cada contexto, adaptado. Assim, caso Brasil e Chile desejassem transformar-se em receptores de imigração em larga escala, seria necessário reformular suas políticas migratórias à luz do que se via nos Estados Unidos.

Os critérios utilizados pelos autores para sustentar essa comparação incluíam liberdade religiosa, cidadania, compra e venda de terras, comunicação com o Velho Mundo e facilidade de acesso ao trabalho. Em todos esses aspectos, tanto Abrantes quanto Pérez Rosales consideraram que Brasil e Chile estavam em posição desfavorável. Para eles, as deficiências institucionais e a ausência de garantias concretas dificultavam a atração de colonos europeus e comprometiam o ideal de progresso que as elites nacionais associavam à imigração.

As fontes analisadas demonstram ainda o potencial dessas obras para investigações mais amplas. A leitura empreendida aqui é uma entre várias possibilidades interpretativas. As Memorias de Abrantes e Pérez Rosales, assim como de tantos outros intelectuais oitocentistas, oferecem material valioso para estudos que abordem diferentes dimensões da questão migratória — das representações raciais às concepções climáticas, ambientais, econômicas e sociais.

Do ponto de vista metodológico, a História Comparada mostrou-se particularmente fecunda para esta análise. Como observou Marc Bloch, o método comparativo permite identificar "as semelhanças e diferenças patenteadas por séries de natureza análoga, tiradas de meios sociais diferentes" (BLOCH, 1998, p.114). No caso em questão, a comparação entre Brasil e Chile evidencia que, embora inseridos em contextos nacionais distintos, ambos partilhavam preocupações comuns quanto à necessidade de modernização, civilização e ocupação territorial — temas profundamente entrelaçados às políticas de imigração e colonização.

A proximidade temporal entre as duas obras — publicadas em 1846 e 1854 — revela um momento de intensa mobilidade populacional em escala global. As migrações europeias, concentradas sobretudo nos Estados Unidos, despertavam o interesse das nações latino-americanas, que buscavam compreender e reproduzir, ao menos parcialmente, o sucesso do modelo estadunidense. Nesse sentido, os textos de Abrantes e Pérez Rosales podem ser lidos como expressões de um mesmo fenômeno intelectual e político: o esforço de elites latino-americanas para inserir seus países na lógica moderna do trabalho livre, da propriedade e da racionalidade econômica.

Em síntese, as comparações realizadas por ambos demonstram que a questão migratória, mais do que um tema isolado, atravessava o próprio projeto de formação nacional. O estudo conjunto dessas memórias permite observar como as ideias sobre imigração e colonização se tornaram eixos de reflexão sobre a ordem social, o trabalho e a civilização nas Américas. Ao evidenciar esses pontos de convergência, a análise reforça a importância da abordagem comparativa para compreender fenômenos transnacionais e globais, capazes de ultrapassar as fronteiras tradicionais da historiografia nacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANTES, Visconde de. **Memoria sobre os meios de promover a colonisação.** Berlim: Typographia de Unger Irmãos, 1846.

AZEVEDO, Célia Martinho de. **Onda negra medo branco:** o negro no imaginário das elites – século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BEIRED, José Luis Bendicho. **Tocqueville, Sarmiento e Alberdi:** três visões sobre a democracia nas Américas. História, vol.22, n.2. São Paulo, 2003.

BLUME, Welington Augusto. **Memórias imigrantistas:** Abrantes, Pérez Rosales e seus escritos. Brasil e Chile. Século XIX. [Dissertação de Mestrado]. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Programa de Pós-Graduação em História. São Leopoldo, RS, 2020. Disponível em: http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/9413/Welington%20Augusto%20Blume_.pdf?sequence=1&isAllowed=y.

BLOCH, Marc. **História e Historiadores:** textos reunidos por Étienne Bloch. Tradução de Telma Costa. Lisboa: Teorema, 1998.

CERDA, Carlos Sunhueza. **Chilenos en Alemania y alemanes en Chile:** viaje y nación en el siglo XIX. LOM Ediciones: Santiago, 2006.

CERDA, Carlos Sanhueza. Un mismo continente, dos Américas: viajeros latinoamericanos en los Estados Unidos, siglo XIX. *In*: **Estudos Ibero-Americanos.** Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 73-93, jan./jun. 2009.

FURTADO, Celso M. **Formação econômica do Brasil.** São Paulo: Nacional, 1977.

IOTTI, Luiza Horn. **Imigração e colonização:** legislação de 1747 a 1915. Luiza Horn Iotti (org.). Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

KLEIN, Helbert. A participação política no Brasil do século XIX: os votantes de São Paulo em 1880. DADOS. **Revista de Ciências Sociais.** v. 38, 1995.

KLEIN, Herbert S. Migração internacional na História das Américas. *In*: FAUSTO, Boris (Orgs.). **Fazer a América.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

KOCKA, Jürgen. Para além da comparação. **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 21, n. 31, ago. 2014, p. 279-286.

MENDES, José Sacchetta Ramos. Desígnios da Lei de Terras: imigração, escravismo e propriedade fundiária no Brasil Império. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 22, nº 55, p. 173-184, Jan./Abr. 2009.

NORAMBUENA, Carmen. **Politica y legislacion inmigratoria en Chile.** 1830 – 1930. Universidad de Santiago de Chile: Santiago, 1990.

NORAMBUENA, Carmen; ACEVEDO, Guillermo Bravo. **Procesos migratorios en Chile:** una mirada histórica-normativa. Academia Nacional de Estudios Políticos y Estratégicos. Santiago, Chile: 2018.

PÉREZ ROSALES, Vicente. **Diario de un viaje a California:** 1848-1849. Sociedad de bibliófilos chilenos. Santiago, 1949.

PÉREZ ROSALES, Vicente. **Memoria sobre emigracion, inmigracion i colonizacion.** Santiago: Imprenta de Julio Belin, 1854.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do Império:** relatos de viagem e transculturação. Bauru/SP: EDUSC, 1999.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Brasil:** uma biografia. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SEYFERTH, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. **Revista USP**, n. 53, p. 117-149, 2002.

STUVEN, Ana Maria; PAMPLONA, Marco. Trajetórias e construções: estado-nação no Brasil e no Chile ao longo do século XIX. *In*: (Orgs.) STUVEN, Ana Maria; PAMPLONA, Marco. **Estado e nação no Brasil e no Chile ao longo do Século XIX.** Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

SUTIL, Sofia Correa. El proceso económico. *In*: FERMANDOIS, Joaquín (Org.). **Chile:** La construcción nacional. Taurus, Espanha: 2013.

VENDRAME, Maíra Inês. **"Lá éramos servos, aqui somos senhores":** a organização dos imigrantes italianos na ex-colônia Silveira Martins (1877-1914). [Dissertação de Mestrado]. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007.

WITT, Marcos Antônio. Estudos comparados na imigração: Brasil e Chile como possibilidade investigativa. *In*: (Orgs.) NEUMANN, Rosane Marcia; TEDESCO, João Carlos. **Colonos, colônias e colonizadores:** aspectos da territorialização agrária no sul do Brasil. UPF Editora: Passo Fundo, 2019. p.11-45.



ESTADO, COLONIZADORAS E CONFLITOS AGRÁRIOS: A COLONIZAÇÃO PRIVADA E A EXCLUSÃO DO LAVRADOR NACIONAL NO PLANALTO RIO-GRANDENSE (1ª REPÚBLICA)

Rosane Marcia Neumann[1]

O presente estudo analisa dois eixos centrais do processo colonizador durante o período de transição do Império para a República no Rio Grande do Sul. Primeiramente, examina a construção do modelo de colonização então vigente, com ênfase na modalidade privada, personificada por empreendimentos de colonização que atuaram como agentes ativos na regulação do acesso e da posse da terra, institucionalizando o regime de pequena propriedade agrícola. Em segundo plano, investiga os conflitos agrários decorrentes do contato direto entre esses empreendimentos empresariais e formas consuetudinárias de ocupação do território, representadas por lavradores nacionais, caboclos, ervateiros e pequenos posseiros. Em escala microanalítica, objetiva-se discutir essa problemática complexa no município de Cruz Alta, tomando como estudo de caso o embate inicial entre a Colonizadora Meyer e um grupo de lavradores nacionais, então categorizados sob a designação jurídica de intrusos.

1. TERRAS, COLONIZAÇÃO E EMPRESAS COLONIZADORAS: A CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO DE ESTADO[2]

No decorrer do século XIX, as temáticas da imigração, da distribuição de terras, da colonização e da força de trabalho constituíram eixos norteadores

1 Doutora em História (PUCRS). Estágio de Pós-doutorado em História (Universidade Livre de Berlim; PUCRS). Professora Visitante no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande (PPGH/FURG). Analista Pesquisador – História no Departamento Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS/SPGG-RS). Membro do Instituto Histórico de São Leopoldo (IHSL/RS).

2 Uma primeira sistematização dessas questões foi esboçada no capítulo de livro intitulado "Empresas colonizadoras e empresários: a colonização particular no Rio Grande do Sul (séc. XIX e XX)" (Neumann, 2023); e nos artigos: "Desbravando novas fronteiras": as colonizadoras particulares e o avanço da colonização no planalto rio-grandense na primeira república" (Neumann, 2024a) e "Colonização e exclusão: lavradores nacionais e colonos no complexo colonial da Colonizadora Meyer (Planalto Rio-grandense, 1897-1932)" (Neumann, 2012).

dos debates no interior do Império. Essas discussões perpassaram as esferas ministeriais, o Parlamento — compreendendo a Câmara dos Deputados e o Senado — e as instâncias administrativas provinciais e municipais. O cerne da divergência situava-se na seleção do modelo colonizador a ser implementado e na pertinência de recrutar imigrantes estrangeiros, avançando, outrossim, para a disputa sobre o perfil ideal do colono.

Ao longo do período imperial, cogitou-se da imperiosidade de se constituir uma mão de obra livre, destinada não apenas à substituição progressiva do trabalho escravo, mas também ao incremento da densidade demográfica em regiões do interior. Não obstante, essa premissa era contestada por setores que alegavam a existência de um contingente populacional subutilizado nos centros urbanos, o qual poderia ser mobilizado para projetos de colonização, prescindindo, assim, do elemento estrangeiro. Nessa tensão, de caráter predominantemente político em detrimento de uma fundamentação estritamente socioeconômica, consolidaram-se dois modelos de colonização distintos: as colônias situadas em proximidade a centros urbanos e mercados consumidores, destinadas prioritariamente a imigrantes europeus, e as colônias militares, estabelecidas em zonas estratégicas e de menor povoamento, voltadas para colonos nacionais e militares (Neumann, 2024b).

No contexto do Segundo Reinado, os relatórios ministeriais sucessivos do Ministério do Império (1832-1888) debatiam, inicialmente, o paradigma de imigração e colonização a ser adotado. Partia-se da premissa de que o Estado, isoladamente, não detinha capacidade – nem mesmo a legitimidade – para arcar com investimentos considerados vultuosos e de efetividade questionável. Nesse quesito, evocavam-se os antecedentes históricos, como a experiência de imigração subsidiada ainda no governo de D. João VI, que resultou na fundação de colônias públicas com imigrantes de língua alemã no sul da Bahia e no Rio de Janeiro. Tais empreendimentos, contudo, acabaram por se dissolver, com suas populações dispersando-se pelas áreas circunvizinhas. Já no Primeiro Império, por iniciativa da Imperatriz D. Leopoldina, foi fundada a colônia pública de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, nas proximidades da capital, Porto Alegre. Essas iniciativas de colonização, marcadas por incongruências estruturais desde a sua gênese – tanto no descumprimento das promessas estatais aos emigrantes quanto na inadequação dos imigrantes ao trabalho agrícola e nas relações laborais estabelecidas – foram subsequentemente apontadas como exemplos de fatores negativos a serem evitados em projetos colonizadores futuros. Como estratégia para interiorizar a presença do Estado, garantir a abertura de vias terrestres e fomentar a navegação fluvial, o Império passou a priorizar a criação de colônias militares em locais estratégicos, associando a essa iniciativa a incorporação de colonos nacionais (Neumann, 2024b).

O segundo ponto de discussão concernia à composição demográfica das colônias: a inserção de imigrantes estrangeiros ou de colonos nacionais. As deliberações indicavam a preferência por imigrantes "morigerados, camponeses e laboriosos", aos quais se destinaria o acesso à terra sob o regime de pequena propriedade, e não na condição de assalariados. Como desdobramento, os proponentes da imigração estrangeira advogaram pela promulgação de uma Lei de Terras, materializada em 1850 e regulamentada em 1854, que institucionalizou a compra e venda de terras devolutas. Simultaneamente, salientava-se a escassez de mão de obra na cafeicultura do Sudeste, agravada pela supressão do tráfico negreiro, e avançava-se na crítica de que a persistência do regime escravista atuava como fator de repulsão ao imigrante (Iotti, 2001).[3]

Um terceiro aspecto analisado referia-se à ineficiência da colonização pública até então experienciada. A colônia de São Leopoldo, fundada em 1824, após superar sua fase inicial de estruturação, ingressou em um período de estagnação entre 1835 e 1845, em virtude da Guerra dos Farrapos, que demandou a mobilização da Província do Rio Grande do Sul. Dados estatísticos atestam que, embora a colônia tenha mantido crescimento abaixo das projeções, este se mostrou constante, permitindo-lhe notável desenvolvimento ao término do conflito civil. O desenvolvimento econômico e humano da colônia serviu de modelo, a partir de então, para expandir a área colonial no estado sulino, incentivando a entrada de mais imigrantes.

Não obstante, o debate imperial já salientava a maior efetividade da imigração espontânea e da colonização privada, nas quais o imigrante deveria aportar capital suficiente para a aquisição de um lote colonial, estabelecendo-se como camponês independente. Nesse modelo, caberia ao empreendedor privado investir seu capital e realizar a seleção criteriosa dos imigrantes, visando a evitar custos adicionais e a admissão de imigrantes miseráveis. Embora o modelo em questão se apresentasse como o mais promissor, havia dúvidas quanto à sua viabilidade, visto que os empreendimentos da iniciativa privada se mostraram frágeis. Essa situação pode ser exemplificada pelos casos de Hermann Blumenau, em Santa Catarina, e Jacob Rheingantz, no sul do Rio Grande do Sul. As dificuldades financeiras e o descumprimento dos contratos por parte desses colonizadores resultaram na reversão das terras e da colônia à União. Ademais, gerou repercussões internacionais, como o Rescrito von der Heydt, de 1859,

3 A privatização da propriedade da terra no Brasil foi um processo lento, evitando mudanças radicais e conflitos. O primeiro passo foi a proibição da doação de sesmarias, em 1822. O seguinte foi a lei n° 601, conhecida como Lei de Terras, em 1850. Por seu intermédio, procurou-se legalizar as terras, com a emissão do título de posse, controlando assim o acesso a elas, que só seria possível por meio da compra – ou doação e herança. A Lei, regulamentada em 1854 pelo decreto 1.318, era burlada de todas as formas. A terra adquiriu então um caráter comercial e não mais só de *status* social.

emitido pela Prússia em resposta a denúncias de exploração de imigrantes nos cafezais – episódio emblemático foi a revolta na fazenda do Senador Vergueiro, em São Paulo, liderada pelo imigrante suíço Thomas Davatz.[4]

O modelo de colonização baseado na imigração espontânea e na iniciativa privada foi efetivamente implementado em larga escala no ocaso do século XIX, com a abolição da escravatura e a Proclamação da República. Tal formato predominou nos três estados meridionais, incorporando o Planalto Rio-Grandense, o Centro-Oeste Catarinense e o Centro-Oeste Paranaense a uma nova zona de colonização – as denominadas "colônias novas". Cada projeto assumiu contornos particulares, evidenciando a heterogeneidade e o caráter multiétnico do universo das colônias privadas, habitado por empresários e colonos capitalistas interessados na comercialização de um bem específico: o lote colonial.

Portanto, ao longo do século XIX, o Império exerceu papel protagonista na política imigratória e colonizadora, na condição de principal detentor de terras devolutas, orientando a instalação de núcleos coloniais em zonas estratégicas para defesa de fronteiras, incremento produtivo, crescimento demográfico e expansão das vias de comunicação e transporte – modernização esta reforçada pela introdução da ferrovia e do telégrafo. A partir de 1889, com a Proclamação da República, a política imigratória não sofreu alterações substantivas, sendo descentralizada para a esfera estadual. Ao longo de mais de um século de imigração, o perfil do imigrante se modificou, assim como as exigências para seu acolhimento. Entre 1824 e 1907, inexistia legislação constitucional regulamentando a imigração ou mesmo uma definição formal de "imigrante". O decreto de 31 de dezembro de 1924 passou a exigir o registro das companhias de navegação autorizadas a desembarcar imigrantes, definindo como tal "todo passageiro de segunda ou terceira classe, chegado em navio pertencente a uma dessas companhias" (Roche, 2022, p. 143; Iotti, 2001).

No Brasil meridional, os termos "colônia" (o lugar) e "colonos" (os sujeitos) são de uso recorrente e remetem a núcleos constituídos por imigrantes europeus e seus descendentes, entre o século XIX e meados do século XX. Define-se "colônia" como o espaço territorial a ser ocupado e cultivado por colonos, voltado à agricultura em pequena propriedade. Nem todo colono era imigrante, mas a maioria dos imigrantes assumia a condição de colono. A colonização, portanto, constitui o ato ou efeito de ocupar a terra e torná-la produtiva. Os imigrantes, progressivamente, passaram a identificar-se como colonos e a seu

4 O Rescrito de Heydt também proibia a propaganda em favor da emigração ao Brasil, e uma emigração limitada ao Sul do país. Em 1871, a proibição foi estendida a toda a Alemanha, com a unificação. A restrição só foi revogada em 1896. Em todo período, houve um fluxo regular de imigração no Brasil, mas em número reduzido.

espaço como colônias. Quanto à natureza institucional, designam-se "colônias públicas" aquelas fundadas pelo poder público – imperial/federal, provinciais/estaduais ou municipais – e "colônias particulares" as implantadas pela iniciativa privada, por meio de empresas ou indivíduos.

Ao historiar a gênese e a ambiguidade desses termos, Jean Roche (2022, p. 36) os situa no tempo e no espaço. Segundo o autor, no pós-independência, o imperador D. Pedro I "anuncia que apelará para agricultores livres, brancos, mas não portugueses, pois a instituição da escravatura degradou o trabalho manual aos olhos dos luso-brasileiros". Os colonos seriam alocados em regiões remotas e estratégicas. Nessa perspectiva, no século XIX "colonizar é, por um lado, introduzir com novos habitantes mão de obra inexistente no lugar e, por outro, empregá-la nos estabelecimentos agrícolas". Nos atos administrativos, na tribuna das assembleias parlamentares e na imprensa, a palavra colonizar é usada com esse sentido. No século XX, "desejando dar uma nova definição jurídica ao imigrante, o legislador brasileiro adotava como critério a intenção manifestada pelo estrangeiro de estabelecer-se num ponto do território e nele exercer uma profissão, de preferência agrícola". Iniciava-se, então, uma colonização tutorada pelos órgãos encarregados de controlar a imigração. "Estabelecidos nas terras concedidas, os imigrantes foram, primeiramente, agricultores e artesãos rurais, como se lhes pedia, colonos, isto é, homens ligados à terra que exploravam". Por sua vez, o emprego da palavra "colonização" pelos brasileiros provém de "uma subordinação do imigrante à colonização, que é o fim dela. Falando de colonização alemã, entende-se a exploração de uma região sob a direção do governo brasileiro por mão de obra originária da Alemanha".

Dessa forma, as chamadas colônias alemãs, italianas, polonesas, holandesas etc., constituídas no Brasil, não mantinham uma relação jurídica de metrópole e colônia com seus países de origem. Os laços transnacionais preservados e retroalimentados eram de natureza social, cultural e econômica, inseridos em uma rede mais ampla e complexa. Roche (2022, p. 37) argumenta que "o termo *Kolonist* designa, especialmente, o homem que desbrava e cultiva a terra e que seja um neologismo local, o de *Kolonie* possui, em alemão, outras acepções além de lote ou de estabelecimento rural". Para além do sujeito e do seu território, o "ser colono" carrega consigo uma identificação do grupo étnico e da nacionalidade predominante no referido núcleo colonial, como uma forma de diferenciação em relação aos "outros". Na mesma linha, Renzo M. Grosseli assinala que o entendimento europeu do termo colonização difere do latino-americano.

> Na área latino-americana, o termo colonização significa povoamento de vastas áreas do território por meio especialmente de agricultores a quem são distribuídos, grátis ou mediante pagamento, lotes de terra, em particular áreas em que atua uma estrutura administrativa denominada "colônia" [...] Colonização, portanto, é um termo que se refere aos programas e projetos de subdivisão de grandes propriedades por meio de organizações públicas e privadas, visando a colocação de famílias de agricultores nos lotes assim criados, e o desenvolvimento de atividades de auxílio, assistência e supervisão, a fim de estabelecer nestas áreas comunidades de pequenas proprietários rurais (Grosseli, 1987, p. 274-275).

Por sua vez, Leo Waibel (1958, p. 214) afirma que no Brasil não houve, predominantemente, colonização espontânea, mas "tem sido sempre organizada, planejada, subvencionada e dirigida por alguém", seja pelo governo federal, das províncias ou estados, dos municípios, companhias particulares ou proprietários de terras individualmente. Por conseguinte, "os métodos aplicados e os resultados alcançados diferem muito, de acordo com o tipo de colonização". Para o governo, a colonização é a política de povoamento e o desenvolvimento de regiões estratégicas, dependente de fatores políticos, frequentemente instáveis e que interferem diretamente na administração das colônias.

> Para uma companhia particular, colonização quer dizer negócio; ela quer ganhar dinheiro e é certo que o ganhará se conseguir uma boa qualidade de terra, e gente também de boa qualidade. A administração se baseia estritamente em princípios econômicos e, em circunstâncias normais, não é prejudicada por interferência política. Esta é a razão pela qual as companhias particulares foram tão bem-sucedidas na colonização do sul do Brasil, e Santa Catarina foi a região em que o princípio foi aplicado pela primeira vez em larga escala (Waibel, 1958, p. 217-218).

Concernente à estrutura da colônia, as colônias públicas e as colônias particulares seguiam um padrão semelhante. Com referência à formação territorial de colônia particular, sobressaem-se duas tendências: o colonizador recebia mediante requerimento uma gleba de terras devolutas com o compromisso de colonizá-la com imigrantes num prazo preestabelecido, o descumprimento implicava rescisão de contrato, comum durante no Império; o colonizador comprava as terras de particulares ou do próprio governo, arcava com todas as despesas, contando com a imigração espontânea/não subsidiada ou migração interna, modelo predominante durante a República. Em ambos os casos, a colônia restringia-se a uma área delimitada, sem muitas opções de expansão, e os proprietários retiravam-se quando concluída a comercialização das terras. A área da colônia era subdividida em lotes coloniais, com área média de 48 hectares no início do século XIX, passando a 25 hectares no final do século. Os lotes eram alinhados por uma linha, travessão ou picada, que também servia como via de comunicação e estrada. As "linhas coloniais" ou

"picadas" seguiam em geral os fundos de vales fluviais, alinhados lado a lado, com centenas de metros de distância entre si. A extensão das linhas coloniais era variável, podendo abrigar dezenas ou centenas de lotes.

As colônias públicas e as colônias particulares se aproximavam nos aspectos formais: a estrutura da colônia, com sede urbana, subdivisão em linhas ou picadas que, por sua vez, se dividiam em lotes coloniais; a pequena propriedade rural de produção agrícola, produção diversificada, venda do excedente da produção, associação entre agricultura, pecuária, atividade de ofício e comércio; o emprego da mão de obra familiar do colono; os agentes de colonização ofertavam lotes coloniais demarcados, contrato de compra e venda e escritura pública dos lotes de terras. Em outros aspectos, se distanciavam: as colônias públicas estavam sob a incumbência do governo federal/estadual/municipal e eram administradas com recursos e funcionários públicos, atendendo a projetos definidos e aprovados em diferentes instâncias; o pagamento da dívida colonial revertia aos cofres públicos e os colonos podiam prestar serviços para abater parte da dívida colonial; o governo era responsável pela imigração e despesas de colonização; o número de colônias era reduzido, mas cada colônia abrangia uma áreas extensa de terras; formação de colônias étnicas durante o Império e colônias mistas na República; nas primeiras décadas do século XX, a colonização pública significava a venda de lotes coloniais, sem a formação de uma estrutura de colônia.

As colônias particulares, por sua vez, tinham perfis múltiplos: pertenciam a empresas colonizadoras nacionais ou estrangeiras, a pessoas físicas que formavam uma empresa, a sociedades limitadas, associações, ou pessoas físicas que vendiam sua propriedade fragmentada; por vezes, as colonizadoras apresentavam um projeto de colonização, outras não, enquanto que outras procediam à simples venda de uma gleba de terras dividida em lotes; os preços das terras e os prazos de pagamento eram variados; forneciam contrato de compra e venda, escritura pública; delimitação ou não de sede urbana; atração de compradores via agentes de imigração, propaganda na imprensa; instalação e subsídio à igreja, escola e serviços de filantropia; o perfil das colônias era variável, com colônias étnicas, colônias confessionais, colônias de perfil partidário. As colônias privadas ocuparam, em geral, uma pequena área de terras, adquiridas de particulares ou do Estado, com número limitado de lotes. Internamente, cada qual ditava suas regras e preços das terras. Sob esse viés, cada colônia particular era um micro espaço complexo e singular, resultado da negociação entre o(s) seu(s) proprietário(s)/idealizador(es), os colonos, os lavradores nacionais, os proprietários adjacentes e o poder público, e das contingências macro históricas. A colônia particular representa um universo, com suas próprias regras,

demandas e conflitos, subordinada à legislação brasileira. Observando-as em escala reduzida, é possível apontar algumas de suas dinâmicas.

No Rio Grande do Sul, durante o período da Primeira República, o número de colônias experimentou um crescimento exponencial. Após o arrolamento total das colônias fundadas no estado até 1924, independentemente da nacionalidade dos colonos, foi constatado um total de 263 colônias, divididas em 50 colônias públicas, 27 de empresas e 186 de particulares. Dessa forma, 80,9% das colônias pertencem à iniciativa privada. No período republicano, até o ano de 1922, foram instaladas no estado 12 colônias públicas e 51 colônias particulares, totalizando 63 colônias (Pellanda, 1924; Roche, 2022). Enquanto política pública, o governo estadual reduziu gradualmente os subsídios à imigração e colonização, até retirá-los completamente, incentivando a imigração espontânea e a realocação do excedente populacional das antigas zonas coloniais nas "colônias novas". Os dados estatísticos coletados pelo Estado, relativos à colonização pública e privada no período, corroboram a hipótese de que a colonização era uma questão social, que implicava um dinâmico mercado de terras e deslocamentos migratórios. Ao final da década de 1920, a emergência do Planalto Rio-grandense como novo polo populacional e produtor do Estado é evidenciada.

Já em 1929, a área colonizada em todo Estado era de aproximadamente 4.024.000 hectares. Em termos de colonização pública e particular, a área colonizada pelo Estado representava o dobro da área colonizada pela iniciativa privada. Observa-se, porém, que durante o período entre 1927 e 1929, a área colonizada teve um aumento de 117.343 hectares, sendo 37.343 hectares de colonização oficial e 80.000 hectares de colonização particular, ou seja, a colonização particular teve um aumento de área colonizada duas vezes maior que a colonização pública. A análise da correlação de dados entre colônia/área de colonização confirma que em termos de número, havia mais colônias privadas do que públicas no Estado, mas a área colonizada pelas colônias públicas era superior. Os dados de 1929 informam 60 colônias públicas, que ocupavam uma área de 2.741.843 hectares, ou seja, uma média de 46.697,38 hectares por colônia, que por sua vez representam 1.867,89 lotes coloniais de 25 hectares. As colônias particulares, em número de 112, ocupavam uma área de 1.400.000 hectares, com uma média de 12.500 hectares por colônia, ou 500 lotes coloniais. O avanço da zona de colonização no Planalto Rio-grandense, somada à pressão dos colonos pelos títulos de propriedade, contribuíram para agilizar a regularização das posses de terra. Assim, em 1928, dos 79 municípios em que estava dividido o Estado, em 52 deles havia núcleos coloniais. Esses núcleos, em número de 172, foram fundados: 60 pelos poderes públicos (federal, estadual e

municipal) somando a área total colonizada de 2.694.104ha; e por particulares, 112 núcleos com a área total colonizada de 1.400.000 hectares (Relatório OP, 1927, p. 54; Relatório OP 1929, p. 585).

Após quatro décadas de colonização no Estado sob a Primeira República, período caracterizado pelo positivismo castilhista-borgista, destaca-se o trabalho da Diretoria de Terras e Colonização em identificar, demarcar, medir e legitimar as terras públicas e privadas do Estado, com ênfase central na região do Planalto Rio-grandense, onde a questão agrária permanecia indefinida. Houve avanço da propriedade privada e, em proporção inversa, redução das terras públicas e das áreas florestais, transformadas em áreas cultivadas.

O governo castilhista-borgista, por intermédio da Diretoria de Terras e Colonização, embora não impusesse obstáculos à atuação de empresários e empresas de colonização no estado, contanto que obedecessem à legislação em vigor, adotava uma postura crítica em relação às colônias privadas. De acordo com os relatórios, as colônias particulares situam-se, de modo geral, "em terras legitimadas adquiridas para esse fim, bem como em terras entregues pelo Estado como indenização por outras de que se houvera utilizado" (Relatório OP, 1928, p. 59). A distinção entre a colonização pública e privada reside em sua finalidade: "a colonização particular tem como preocupação exclusiva, somente fins utilitários de lucro imediato acarretando posteriormente aos poderes públicos pesados ônus mormente com trabalhos de viação, o Estado não tem feito mais, desde alguns anos, concessão de grandes áreas a particulares, para esse fim" (Relatório OP, 1928, p. 59). Na leitura do poder público, a colonização particular almejava em primeira linha o lucro, enquanto o Estado demonstrava uma preocupação social com o colono e o futuro da colônia.

O jogo discursivo do poder público e das próprias colonizadoras ajustava-se aos interesses em questão. Na essência, ambos compartilhavam do mesmo objetivo: retalhar as terras do Estado, revendendo-as em pequenos lotes coloniais para colonos europeus ou nacionais, obtendo uma margem de lucro. Nesse movimento, o Planalto Rio-grandense foi palco da atuação de dezenas de empresas de colonização, cujo limite era a gleba de terras disponível para colonização. Por exemplo, no grande município de Cruz Alta do início do século XIX, do qual se desmembraram Palmeira e Passo Fundo, foram instaladas 23 colônias particulares, número que aumenta quando contabilizadas as colônias públicas. No entanto, o papel de liderança na colonização foi exercido pelo Estado, por intermédio da Diretoria de Terras e Colonização, chefiada pelo engenheiro Ernesto Torres Gonçalves. A referida diretoria manteve as terras devolutas sob domínio público e as revendeu diretamente aos colonos, sem a intermediação das companhias colonizadoras. Dessa forma, o Estado auferiu dividendos, arrecadou impostos e aumentou a produção.

2. EMPREENDIMENTOS DE COLONIZAÇÃO PRIVADA E A EXCLUSÃO DOS LAVRADORES NACIONAIS

As discussões sobre terras, imigração, colonização e a atuação do Estado e das empresas privadas no Brasil Meridional impactaram na sua efetivação o microcosmo do lavrador nacional, do caboclo e do ervateiro, que se viram marginalizados no acesso aos seus meios tradicionais de subsistência (Farinatti, 1999; Gehlen, 1998; Zarth, 1998). Com a promulgação da Lei de Terras, "o ignorado tornou-se clandestino, fora da lei, objeto de penalização. Seu espaço era a terra devoluta, não mais a pública" (Martini, 2006, p. 184). Em outras palavras, esse sujeito social foi reclassificado de lavrador nacional/caboclo para intruso e, nessa condição, tornou-se passível de remoção coercitiva.

A racionalidade produtiva e o modo de vida dos lavradores nacionais eram percebidos, sob uma ótica eurocêntrica, como arcaicos, enquanto o imigrante/colono era idealizado e descrito como um agente de modernização e progresso – ao menos era essa a expectativa projetada sobre ele. Essa dicotomia manifestava-se, por exemplo, nos discursos das autoridades municipais de Cruz Alta e na imprensa local, no limiar entre os séculos XIX e XX, que contrastavam as zonas coloniais do município – como a colônia Neu-Württemberg –, retratadas como *locus* de trabalho e progresso, com as demais áreas, caracterizadas como estagnadas. Nestas últimas, predominavam lavradores nacionais, ervateiros, estancieiros e comerciantes, cujas atividades – notadamente o extrativismo sazonal da erva-mate – não geravam o mesmo dinamismo e impacto econômico de curto prazo na arrecadação municipal. A própria atividade ervateira, outrora crucial para a economia local, entrava em decadência na virada do século, devido à exaustão dos ervais nativos (Zarth, 2002).

Na região do planalto rio-grandense, a intrusão constituía um problema complexo e um dos principais entraves ao projeto colonizador, especialmente nas terras públicas. Conforme a Diretoria de Terras e Colonização, a intrusão era "uma forma de perturbação da propriedade, circunscrita às terras de mato, e praticada raras vezes com intenção criminosa". Em sua análise, o fenômeno originou-se do abandono prolongado das terras devolutas, consolidando-se como um costume ao longo dos anos e intensificando-se com o crescimento da população colonial, somado a fatores como o movimento revolucionário de 1893 e o estabelecimento de novos fluxos imigratórios pela União. Com base em dados estimativos, a referida Diretoria calculava a existência de mais de 50.000 intrusos em terras públicas e particulares. Para combater essa prática, uma série de editais foi emitida a partir de outubro de 1918, autorizando a expulsão sumária dos intrusos recentes, com a perda integral de suas benfeitorias. Aos ocupantes mais antigos, a Comissão de Terras podia demarcar a área efetivamente cultivada,

permitindo sua aquisição pelo valor de mercado acrescido de 50%. "A nenhum agricultor que necessite de terras para o seu estabelecimento, o Estado as recusa [...]. Quando não tiverem dinheiro, o pagamento dos lotes será feito em prestação de serviços na construção de estradas e caminhos". Já o Edital complementar de 30 de maio de 1919 estabelecia que, em casos de intrusão "em terras do domínio privado", o Estado apenas ampararia os ocupantes estabelecidos antes da divulgação dos editais, deixando os "intrusos recentes" totalmente expostos a ações de despejo por parte dos proprietários legais (Relatório da Diretora de Terras e Colonização, 1919, p. 351-355).

Embora a legislação tenha tratado explicitamente da intrusão apenas no final da década de 1910, o ordenamento jurídico anterior, desde a Lei de Terras, já fornecia base legal para a expulsão do intruso, ao restringir o acesso à terra exclusivamente pela via da compra e exigir um título de legitimação. Ademais, a escritura pública de compra e venda atestava que as terras estavam livres e desembaraçadas, argumento recorrentemente invocado nos processos de despejo. A partir do momento em que as terras eram transferidas para o domínio de uma companhia de colonização – cujas florestas representavam um valor agregado –, proibia-se a retirada de lenha por terceiros e a permanência de posseiros para a abertura de novas roças. Com as devidas ressalvas, pode-se afirmar que a colonização representou uma forma de *enclosure* dos campos na região do Planalto Rio-grandense. O lavrador nacional foi expulso com o avanço da colonização, ou incorporado de forma subalterna ao processo produtivo, na condição de agregado, responsável por tarefas como o desmatamento e a abertura de estradas Silva (2004).

Nas zonas florestais de Cruz Alta e Palmeira, a ocupação de pequenas áreas pelos lavradores nacionais era comum e, até certo ponto, tolerada, dentro de uma rede de relações de poder local, pois eram justamente eles que abasteciam as estâncias, vendendo o seu excedente de produção. A referida ocupação representava um óbice à expansão da colonização. O chefe da Comissão de Terras e Colonização da Colônia Ijuí, Horácio da Silva Lima, ao enviar o recenseamento da colônia Ijuí até 31 de julho de 1897, informou que:

> compreendendo o número de habitantes brasileiros (que se consideram posseiros) estabelecidos em lotes à margem direita do rio Ijuí, seção medida pelo *Banco Iniciador de Melhoramentos* e cujo número de intrusos eleva-se a mais de 1.000 habitantes que ilegalmente invadiram os referidos lotes.

Diante desse cenário, a administração pública demandava "providências enérgicas sobre tais indivíduos", com o fito de salvaguardar os interesses estatais, uma vez que "a invasão de cerca de 800 lotes, trará um prejuízo de mais de

500 contos de réis".[5] Na mesma área, uma série de títulos de posse oriundos de uma medição anterior foi anulada, devido à ausência de documentação comprobatória em arquivos oficiais. Essas terras foram subsequentemente incorporadas ao perímetro da colônia Ijuí e comercializadas junto a colonos, atendendo à demanda crescente por lotes.[6]

Paralelamente, as empresas de colonização atuantes na região deparavam-se com a presença de lavradores nacionais estabelecidos em glebas adquiridas, o que impedia a expedição regular dos títulos de propriedade aos novos colonos. Um caso emblemático, que transcendeu a esfera privada da empresa e alcançou a imprensa e o judiciário, envolveu a Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer.[7] Esta havia adquirido várias glebas de terras de proprietários particulares, localizadas nos municípios de Cruz Alta e Palmeira, que originaram a colônia Neu-Württemberg. A relação da colonizadora com os lavradores nacionais assumiu caráter ambíguo: por um lado, estes eram contratados como mão-de-obra para trabalhos de infraestrutura, como abertura e construção de estradas e pontes – a empresa empregava entre 30 e 40 trabalhadores caboclos já em 1899 – e na construção de moradias. Por outro lado, quando sua presença obstruía o avanço regular do empreendimento colonizador, a empresa recorria a ações judiciais para promover seu despejo, colocando-se em posição de conflito.

Em 1898, por ocasião da escrituração da "Posse dos Mello" pela Colonizadora Meyer – uma área de 1.260 hectares, comprada de Cassiano de Oliveira Mello e sua mulher e os demais herdeiros, por ocasião do inventário de sua mãe e sogra, Maria de Oliveira Mello, pelo preço de Rs. 8:000$000, composta por terras de matos e de cultura, com casas de moradia e demais benfeitorias[8] –, os

5 Ofício n. 13 da Comissão de Terras e Colonização na Colônia Ijuí ao Secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas, em 2/8/1897. OP, Maço 72, Caixa 35, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS).

6 Relatórios de Augusto Pestana. Comissão de Terras e Colonização, Pasta 2, Museu Antropológico Diretor Pestana (MADP).

7 A Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer, com sede na cidade de Leipzig, na Alemanha, era de propriedade de Herrmann Meyer, sócio proprietário do Instituto Bibliográfico de Leipzig. Enquanto seu proprietário permanecia na Alemanha, mantinha na colônia Neu-Württemberg, em Cruz Alta, a sede da administração, onde permanecia o diretor da empresa e da colônia. Em geral, esses diretores eram emigrantes alemães, enviados para colônia com essa finalidade. A Colonizadora Meyer esteve ativa entre 1897 e 1932, quando decretou oficialmente o encerramento de suas atividades, liquidando seus negócios no Estado (Neumann, 2016).

8 Essa posse foi obtida pelo capitão José Gonçalvez de Oliveira Mello, já falecido, através de requerimento ao governo, com título de posse expedido em 2 de setembro de 1885. Ao proceder o inventário da matriarca da família, Maria de Oliveira Mello, os herdeiros, representados por Cassiano de Oliveira Mello e sua mulher, optaram pela venda. Eram herdeiros Cassiano de Oliveira Mello e sua mulher Felismina Antunes de Mello; Hortêncio de Oliveira Mello; Etelvina de Oliveira Mello; Deolinda de Oliveira Mello e Maria de Deus de Oliveira Mello; Hipolyto Antunes de Camargo e sua mulher Adelina Mello de

vendedores alertaram sobre a situação de intrusão na área: "em tempo, declaram os vendedores que na posse vendida existem alguns intrusos, e que eles, vendedores, não se obrigam a quaisquer despesas que possam advir para efetuar despejos, sendo tais despesas exclusivamente por conta do comprador".[9] Os referidos intrusos, que se consideravam legítimos proprietários em virtude do tempo de ocupação, recusaram-se a abandonar as terras. A situação foi agravada pelas controvérsias geradas pelos trabalhos de medição executados pelo engenheiro Rudolf Ahrons, que foram contestados quanto aos seus limites. O primeiro protesto formal, liderado por Jorge Dias de Oliveira, tornou-se público em 3 de maio de 1899, através da imprensa cruz-altense, que veiculou a seguinte reclamação:

> Os abaixo assinados, senhores e possuidores de umas posses de terras de culturas, situados no quarto distrito deste município, que as quais ocupam há cerca de trinta anos para mais, mansamente e pacíficos e tendo as mesmas sido medidas pelo cidadão Carlos Dhein, vem pelo presente, protestar tal medição e mesmo declarar, que não desistem dos direitos, que lhes assistem em ditas terras. Quarto distrito do Termo a Cruz Alta, 3 de maio de 1899. (Protesto. *Cruz Alta*, 20/5/1899, p. 2).[10]

Abaixo do protesto, segue a lista de signatários: Jorge Dias de Oliveira, Antonio Dias de Oliveira, a rogo de Joaquim Leite Garcia assinou Manoel Castro, a rogo de Maria Joaquina de Jesus assinou Agostinho José da Luz, Dionísio Paes de Camargo, a rogo de Pedro Pires dos Santos assinou Martinho Teixeira da Silva, a rogo de João Damasceno de Camargo assinou Jacintho Dias de Oliveira. Não há maiores informações sobre as relações de parentesco, mas pelos sobrenomes, trata-se das famílias Oliveira, Camargo, Garcia e possivelmente a matriarca de uma das famílias, Maria Joaquina de Jesus, que assina a rogo. Não há informações mais precisas sobre as relações de parentesco entre eles, mas, pelos sobrenomes, trata-se das famílias Oliveira, Camargo e

Camargo; Aureliano de Oliveira Mello e sua mulher Amélia Dornelles de Mello; Leonço de Oliveira Mello, de menor. A maior parte dos herdeiros residia na fazenda São Joaquim da Boa Vista. A referida posse tinha as seguintes confrontações: pelo leste, com campos de Francisco Leite Garcia, pelo norte, com terras de cultura do mesmo Garcia; pelo oeste, com terras devolutas, pelo sul, com terras de Joaquim Dias de Oliveira (Escritura Pública de compra e venda, Posse Mello. Caixa 21 e cópia Caixa 24, MAHP). Pelo auto de avaliação de bens, a "posse de terras lavradias" foi avaliada em Rs. 6:500$000, e a "casa de material sita na referida posse com 70 palmos de frente e 20 palmos de fundo, com paiol e demais benfeitorias" avaliadas por Rs. 2:000.000, somando então Rs. 8:500$000 (Autos do Inventário. Cruz Alta, 25/11/1898. Capitão José Gonçalves de Oliveira Mello, inventariante; Maria de Oliveira Mello, inventariada. Inventário julgado e aprovado. Julio José Vianna, escrivão do Cartório de órfãos de Cruz Alta. Certidão. Caixa 23, Museu e Arquivo Histórico Professor Hermann Wegermann, Panambi - MAHP).

9 Escritura pública de compra e venda da Posse Mello, fl. 12-13. Caixa 21, MAHP.

10 Cópia manuscrita do documento encontra-se na Pasta 4 – Empresa de Colonização diversos documentos, Caixa 149, MAHP.

Garcia, além da matriarca de uma das famílias, Maria Joaquina de Jesus, que assina a rogo.

Em resposta ao protesto, o sócio proprietário e procurador da Colonizadora Meyer, Carlos Dhein, emitiu um contraprotesto em defesa de sua propriedade e da imagem da empresa.

> Ao protesto publicado no jornal "Cruz Alta", com data de 3 de maio do corrente ano, assinado pelos cidadãos Jorge Dias de Oliveira, Antonio Dias de Oliveira e outros, tenho a responder o seguinte:
>
> As terras que mandei medir e subdividir em lotes coloniais, situadas no 4º distrito deste termo, compõe-se de duas partes a saber:
>
> 1ª. terras da posse do Serrito;
>
> 2ª. idem de Joaquim Dias de Oliveira e ambas havidas legalmente por escrituras públicas lavradas nesta cidade.
>
> A posse do Serrito foi legitimada há muitos anos pelo falecido Cap. José Gonçalves de Oliveira Mello, sendo o título respectivo passado pelo Governo da ex-Província no dia 12 de setembro do ano de 1885; no levantamento das divisas desta posse seguiu-se rigorosamente por elas, de marco a marco, de conformidade com o memorial e planta de legitimação, incluindo depois a segunda parte acima citada, não havendo durante este serviço, embargo ou protesto por parte dos lindeiros.
>
> Si por ventura existir alguém que se julgar lesado em seus direitos, a este aconselho que procure os meios legais, assim como eu tratarei pelo mesmo canal, zelar dos que me assistem, evitando assim polêmicas pelos jornais que repugno.
>
> Faço esta declaração para destruir juízos menos acertados que se possa fazer a meu respeito e tranquilizar aqueles que queiram se estabelecer nas terras aludidas. Cruz Alta, 30 de maio de 1899. Calos Dhein (Contra-Protesto. *Cruz Alta*, 3/6/1899, p. 2).

No contexto da disputa em pauta, os reclamantes foram qualificados como posseiros. A Colonizadora Meyer, por seu lado, afirmava atuar em conformidade com o aparato legal, uma vez que a escritura pública lhe conferia plenos direitos sobre a área em questão. Carlos Dhein, representante da empresa, explicitou sua aversão a controvérsias travadas através da imprensa, argumentando que questões passíveis de solução mediante tratativas pessoais entre as partes não deveriam ser publicamente debatidas. Evidentemente, tais discussões na mídia impregnavam de dúvidas e especulações a credibilidade da empresa, além de alimentar tanto o sensacionalismo jornalístico quanto as estratégias de empresas concorrentes interessados em desacreditar seu empreendimento colonizador. Em última instância, uma colônia cujos limites territoriais eram publicamente questionados e a legitimidade fundiária aparecia como incerta tendia a afastar potenciais compradores de lotes coloniais.

Na sequência dos eventos, com o objetivo de prevenir novos conflitos e contestações, Carlos Dhein veiculou uma nota formal no jornal *Cruz Alta*, direcionada aos interessados no 4º distrito do município, onde se localizavam as terras em disputa, acompanhada da seguinte declaração:

> Tendo de se proceder já a discriminação das terras ultimamente adquiridas pelo Dr. Herrmann Meyer no 4º distrito ficam convidados os confrontantes ou proprietários limítrofes a assistirem as medições e mais trabalhos da dita discriminação.
>
> Para quaisquer informações ou esclarecimentos poderão dirigir-se ao agrimensor Silvestre Silva que naquele ponto será sempre encontrado depois do dia 31 de outubro. O representante do Dr. Herrmann Meyer. Carlos Dhein
>
> DECLARAÇÃO NECESSÁRIA
>
> O abaixo assinado, para evitar dúvidas futuras previne a esta praça e a toda a região Serrana que não se responsabiliza por qualquer transação que quem quer que seja efetue, em seu nome, sem que para isso se mostre plenamente autorizado por documento escrito e firmado pelo signatário desta declaração necessária. Cruz Alta, 30 de outubro de 1899. Carlos Dhein (*Cruz Alta*, 4/11/1899, capa).

Aos intrusos remanescentes nas terras de propriedade da Colonizadora Meyer, foi concedido um prazo para que procedessem à desocupação.

> O abaixo assinado a fim de evitar qualquer desavença e para que não se chamem à ignorância, previne e declara a todos os seus confinantes, proprietários e agregados das posses da Serra do 4° distrito deste município, que por compra a diversos fez aquisição, cujas posses está dividindo em colônias e derrubando matos para grandes plantações, para que até o fim do mês de dezembro futuro façam retirar todos os gados de sua criação e costeio; e os que não fizeram dentro do referido prazo, ficarão sujeitos verem ditos animais serem remetidos à Intendência municipal para serem arrematados em hasta pública, conforme a lei.
>
> Aos mesmos Snrs. que em ditas posses que já tenham feito suas plantações, será-lhes concedido o direito da colheita e os que o fizeram sem sua concessão perderão o direito às referidas colheitas.
>
> E para que chegue ao conhecimento de todos, mandei publicar o presente pela imprensa. Cruz Alta, 25 de novembro de 1899. Carlos Dhein (*Cruz Alta*, 25/11/1899, p. 2-3).[11]

Além de notificar os ocupantes de suas posses, a Colonizadora Meyer os intimava a abandonar a área, ao mesmo tempo em que informava sobre o modelo de propriedade e agricultura a ser adotado na colônia: grandes plantações

11 Ofício n. 43 de Augusto Pestana, em 14/2/1900. Diretoria de Obras Públicas, Terras e Colonização: 2ª Seção – Terras e Colonização – Comissão de Verificação de Posses e Discriminação de Terras Públicas – Ijuí. OP, Maço 86, Caixa 42, AHRS.

avançando rapidamente sobre as matas, diferindo do tipo de agricultura praticada pelo lavrador nacional.

Em virtude da resistência manifestada pelos indivíduos em questão, Carlos Dhein ingressou com uma ação de despejo judicial em nome do Dr. Herrmann Meyer, contando com a assistência do advogado Miguel de Paiva. O referido pedido foi encaminhado ao Juiz Distrital de Cruz Alta em 27 de janeiro de 1900, com a juntada de documentos em 14 de fevereiro, incluindo os traslados que comprovavam a medição e a legitimação da posse, bem como a escritura da transação de compra e venda.[12]

> Diz o Dr. Herrmann Meyer por seu procurador abaixo assinado (doc. nº 1) que comprou a Cassiano de Oliveira Mello e outros, uma posse de terras de cultura, situada na Serra do Ijuí, no lugar denominado "Serrito" e tem a área superficial de 12.601.688 metros quadrados (doc. nº 2) a qual é medida e legitimada (doc. nº 3) que, arrancharam-se em dita posse, Maria Joaquina de Jesus, Pedro Pires dos Santos e João Damaceno Camargo, construindo aí pequenos ranchos e fazendo plantações, tendo para este fim derrubado matos da dita posse, o que lhe causa grande prejuízo, e tendo particularmente procurado, conciliar-se com esses intrusos, já pedindo-lhes para se retirarem, já propondo-se a comprar-lhes as plantações, nada tem obtido, vendo-se por isso compelido a proceder judicialmente a fim de salvaguardar os seus interesses, por isso, vem pedir-vos que mandeis expedir mandado de despejo, para, dentro de vinte e quatro horas, desocuparem o lugar e se não o fizerem, proceder-se de acordo com a lei de forma a ser garantida a propriedade do suplicante (fl. 2 e 2v).

A petição de despejo foi acatada e, em 30 de janeiro de 1900, o escrivão José Ferreira Pinto deslocou-se até o 4º Distrito do município de Cruz Alta, "onde vivem e moram Maria Joaquina de Jesus, Pedro Pires dos Santos e João Damaceno Camargo e "aí pessoalmente os intimei por todo o conteúdo da mesma petição e seu despacho, do que ficaram cientes e dou fé" (fl. 18). Em 31 de janeiro o escrivão anotou que decorridas as 24 horas concedidas para que "os réus despejassem o lugar que ocupam, sem que o tivessem feito" (fl. 18). Ao descumprir a intimação, Carlos Dhein solicitou a tomada de medidas em 3 de fevereiro, o que foi acatado, acionando o Chefe de Polícia, solicitando 6 praças para efetivar o despejo. O despejo foi efetivado em 10 de fevereiro de 1900, conforme descrito no auto de despejo redigido pelo escrivão José Ferreira Pinto:

> Aos dez de fevereiro de 1900, neste quarto distrito da cidade da Cruz Alta, onde fomos vindo eu escrivão abaixo assinado e o oficial de justiça Antonio Firmino Figueiredo, encarregado da execução requerida nestes

12 COMARCA DE CRUZ ALTA. Processo Judicial/Ação de Despejo. Requerente: Dr. Herrmann Meyer. Requeridos: Maria Joaquina de Jesus, Pedro Pires dos Santos, João Damaceno Camargo. Cruz Alta, 1900. N. do processo 1285, M 37, E 62, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

> autos para o fim de despejarmos os lugares onde nos achamos e que eram ocupados por dona Maria Joaquina de Jesus, Pedro Pires dos Santos e João Damaceno Camargo, e sendo aí intimados imediatamente retiraram suas famílias e seus moveis deixando as casas completamente vazias, das quais em ato contínuo fizemos entrega a Feliciano, como representante do advogado do Dr. Herrmann Meyer que, de as receber assina o presente auto a seu rogo, por não saber escrever, o cidadão Raymundo Machado, com o oficial e comigo (fl. 20-20v).

A ação de despejo teve seus desdobramentos, conforme Dhein: "fui obrigado a recorrer à força policial para desalojar vários intrusos, que moravam ilegalmente nas terras que comprei dos Mello. E isso me rendeu acirrada inimizade e já por duas semanas permaneço em Cruz Alta [sede] e não tenho ido mais para a colônia".[13] Imediato ao despejo, foi publicado na imprensa um ultimato público relativo às plantações remanescentes:

> Previno as pessoas que têm roças na posse situada na serra do Ijuí, neste município, que pertence a José Gonçalves de Oliveira Mello e hoje pertence ao Dr. Herrmann Meyer, que lhes concedo o prazo até 31 de junho do corrente ano, para colherem ditas roças e mudarem paióis, porque findo esse prazo, fecho as picadas sob pena de proceder judicialmente contra os recalcitrantes. Cruz Alta, 14 de fevereiro de 1900. O procurador do Dr. Herrmann Meyer: Carlos Dhein (*Cruz Alta*, 24/2/1900).

A situação como um todo acabou por provocar uma investigação por parte da Comissão de Verificação de Posses e de Discriminação de Terras Públicas, por solicitação da Secretaria de Terras e Colonização do Estado.

> Há cerca de dois meses Carlos Dhein, representante do Dr. Meyer, anunciou pelo jornal "Cruz Alta" que tendo adquirido por compra diversas posses, ia mandar dividi-las em colônias e derrubar matos para grandes plantações. Em 13 de dezembro p. findo intimei Carlos Dhein a apresentar no prazo de 8 dias os documentos que provassem seu direito a tais posses. Dentro do prazo marcado me foram apresentados os documentos que constavam de 10 títulos de posses legitimadas e dos translados das escrituras de compra e venda dessas posses. Aguardava oportunidade para fazer seguir 2 auxiliares a fim de verificarem a área e o mais que ocorresse relativamente às referidas posses. Porém acabo de saber que Carlos Dhein requereu mandado de despejo e à força foram retirados dessas terras, diversos posseiros, alguns dos quais com posses de mais de 30 anos. Resolvi fazer seguir amanhã o auxiliar Carlos Gärtner e um ajudante de corda a fim de proceder à averiguação. [...]. Augusto Pestana.[14]

13 Carta. Cruz Alta, 28/2/1900. Carlos Dhein a Herrmann Meyer, Caixa 63, MAHP.

14 Ofício n. 43 de Augusto Pestana, em 14/2/1900. Diretoria de Obras Públicas, Terras e Colonização: 2ª Seção – Terras e Colonização – Comissão de Verificação de Posses e Discriminação de Terras Públicas – Ijuí. OP, Maço 86, Caixa 42, AHRS.

Examinando a documentação apresentada pelo representante da Colonizadora, constataram que não havia irregularidades, e que ela estava defendendo sua propriedade, o que lhe facultava a lei. Porém, essa situação criou um clima de hostilidade entre o representante da empresa e os proprietários vizinhos e intrusos, o que acabou retardando o estabelecimento das primeiras famílias de colonos. Já os conflitos de limites emergiram, em parte, justamente porque as medições não respeitaram os acordos verbais e pessoais tramados entre os proprietários pretéritos e os posseiros, e pela própria irregularidade dessas divisas. Ademais, as medições de fato invadiram as terras confinantes, conforme verificado em momento posterior.

> Há poucos dias esteve aqui um senhor Gärtner, um agrimensor diplomado e membro da comissão encarregada de inspecionar as terras devolutas em todo o Estado. Ele mediu mais uma vez a terra dos Mello e constatou que as medições feitas pelo Ahrons não são bem exatas. Ele acha que o Ahrons, nas respectivas medições, entrou em áreas lindeiras, o que também é confirmado por moradores circunvizinhos. É minha obrigação agora restabelecer as pazes, o que não vai ser fácil.[15]

Comprovada a irregularidade, o chefe da respectiva Comissão de Verificação de Posses de Ijuí chamou os confrontantes e demais interessados para que apresentassem, dentro de 15 dias, a contar de 18 de maio de 1900, seus documentos e suas reclamações, para resolver as pendências (*Cruz Alta*, 19/5/1900, p. 3). Eram comuns na região disparidades entre a área informada na medição do título de legitimação de posse e a área verificada no momento da venda para a Colonizadora Meyer, diferença essa justificada em parte pelo aprimoramento dos equipamentos de agrimensura.

Ainda em relação à Posse dos Mello, verificaram-se outros problemas de limites. Conforme ofício de Horst Hoffmann a Borges de Medeiros, em 24 de outubro de 1903,[16] ao leste da colônia Neu-Württemberg situava-se a posse de Joaquim Leite [Garcia], confinando com as terras compradas pela Colonizadora Meyer ao coronel Mello, e que agora compunham as linhas Stuttgart e Leipzig da colônia Neu-Württemberg. O conflito entre a Colonizadora Meyer e Joaquim Leite provinha do fato do último, durante mais de três anos, ter feito suas roças nos lotes n. 26, 27 e 28 da linha Stuttgart, cujos lotes achavam-se afastados da referida posse pelo arroio Lino. Que a empresa em várias oportunidades havia se dirigido a Joaquim Leite, solicitando o fim dessas irregularidades, mas não foi atendida.

15 Carta. Cruz Alta, 28/2/1900. Carlos Dhein a Herrmann Meyer. Caixa 63, MAHP.

16 Ofício. Porto Alegre, 24/10/1903. Horst Hoffmann a A. A. Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul. Caixa 109 – Pasta Transcrição de Cartas [Idem Livro Copiativo 3], MAHP.

> Em agosto do corrente ano requisitei a intervenção da polícia em Cruz Alta e por esta foi declarado ao nosso administrador que à intimação da polícia de não continuar a trabalhar em terras da nossa empresa, Leite respondeu pertencerem-lhe estas terras legitimamente e que das mesmas possuía escrituras públicas de compra e venda. A ação da polícia limitou-se então a tomar por termo as declarações de Leite.

Lembrava que Joaquim Leite sempre afirmava que era proprietário de parte dos lotes em questão, tendo em vista que havia feito posse há mais de 50 anos, "e que só abriria mão dos seus pretendidos direitos caso isso lhe fosse expressamente ordenado pelo Governo do Estado ou pelo Sr. Dr. Augusto Pestana". Por sua vez, a Colonizadora possuía os títulos legítimos de terra de todas as suas propriedades, "e tendo sido ainda estes títulos pelo ato de Vª. Ex. de 14 de outubro de 1902, reconhecidos legítimos, e as terras a que eles se referem, como pertencentes a mencionada empresa e livres de quaisquer dúvidas". Assim, segundo a Colonizadora Meyer, era evidente que Leite não tinha direito nenhum a essas terras; além disso, pelo fato dele ter declarado várias vezes que entregaria suas terras mediante um comunicado oficial, era mais uma prova de que não tinha título de posse nem direito às mesmas. Exposta a questão, Horst Hoffmann solicitava providências por parte do governo para resolver o caso.

Na Posse dos Mello, a Colonizadora Meyer, como compradora, acabou como responsável pelo despejo dos intrusos. Nos contratos de compra e venda subsequentes, ficou explícito nas cláusulas que as terras eram "livres e desembaraçadas", subentendendo-se que não havia intrusos, e caso contrário, o vendedor arcaria com as despesas de seu despejo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, a colonização foi um mecanismo de legalização fundiária e de combate à intrusão, auxiliando o Império e, posteriormente, a União na implementação da Lei de Terras. No Rio Grande do Sul, o governo republicano valeu-se do aparato legal para reaver terras do domínio público indevidamente apropriadas por particulares, acelerando processos de medição e regularização, além de anular títulos considerados fraudulentos. Dessa forma, o Estado assumiu diretamente a incumbência de medir e comercializar essas terras para fins de colonização, particularmente no Planalto Rio-grandense, impedindo sua concessão ou venda a empreendimentos privados de colonização.

Tanto a colonização pública quanto a colonização privada partiam da premissa de ocupar áreas consideradas demograficamente vazias, integrando-as ao modo de produção capitalista. No caso específico das colônias particulares, étnicas e/ou confessionais, esse aspecto assumia contornos ainda mais

marcantes, uma vez que o grupo humano a ser assentado deveria conformar-se a tais critérios. Ilustrativo é o caso do complexo colonial da Colonizadora Meyer, um empreendimento étnico destinado a imigrantes alemães e descendentes, que, por definição, excluía o "outro". Dessa forma, o lavrador nacional/caboclo era duplamente marginalizado: primeiramente pelo fator étnico-cultural e, subsequentemente, por sua condição jurídica de intruso. Ao se inverterem as relações de poder territorial, populações tradicionalmente estabelecidas foram deslocadas para além dos limites do perímetro colonial, sendo seu lugar ocupado por colonos alemães recém-chegados, que então se tornaram os estabelecidos do lugar (Elias; Scotson, 2000).

Não obstante, a atuação da Colonizadora Meyer na região, à semelhança de outros empreendimentos análogos, atendia aos objetivos governamentais na medida em que: pressionava a regularização fundiária, adquirindo apenas áreas com documentação comprobatória; contribuía para a valorização do mercado de terras; realizava o loteamento e instalava colonos voltados para a agricultura de subsistência em pequena propriedade; e atuava sistematicamente contra os posseiros, cuja coexistência com os colonos era considerada incompatível. A colonização operava sob o axioma de que se tratava de terras "livres e desembaraçadas", permitindo o estabelecimento imediato dos colonos mediante escritura pública. Consequentemente, a permanência dos lavradores nacionais tornou-se insustentável.

Contudo, o lavrador nacional, agora categorizado legalmente como intruso e enfrentando a iminência de expulsão pela Colonizadora Meyer das terras que ocupava tradicionalmente, recorreu a diversas formas de resistência. Estes incluíam apelos ao direito consuetudinário baseado no tempo de posse, mobilização de redes de relações sociais e, em alguns casos, ações judiciais. Alternativamente, alguns buscavam negociar com a colonizadora a permissão para concluir safras em andamento ou a autorização para explorar ervais nativos, comprometendo-se a não abrir novas roças.

Por fim, o Planalto Rio-grandense, incluindo os municípios de Cruz Alta e Palmeira, foi definitivamente incorporado à política estadual de colonização no início do século XX, testemunhando uma profunda reconfiguração da estrutura agrária e dos padrões produtivos. A região tornou-se núcleo das chamadas "colônias novas" e de diversos projetos coloniais, tanto públicos quanto privados. Como resultado, as formações florestais foram rapidamente suplantadas por cultivos agrícolas, com consequente elevação e diversificação da produção, acompanhadas de significativo crescimento demográfico. Enquanto os estancieiros tiveram sua propriedade formal garantida, os lavradores nacionais foram expulsos de suas posses e os ervateiros tiveram seus ervais – base de seu sustento e economia tradicional – sistematicamente destruídos e privatizados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério do Império: Relatório da Repartição dos Negócios do Império (RJ). 1932 a 1888. Disponível em: https://bndigital.bn.br/acervo-digital/brasil-ministerio-imperio/720968. Acesso em 10 de ago. de 2023.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os *outsiders***: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. **Sobre as cinzas da mata virgem.** Os lavradores nacionais na Província do Rio Grande do Sul (Santa Maria: 1845-1880). Porto Alegre, 1999. Dissertação [Mestrado]. Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS, 1999.

GEHLEN, Ivaldo. Identidade estigmatizada e cidadania excluída: a trajetória cabocla. *In*: ZARTH, Paulo A. *et al*. **Os caminhos da exclusão social**. Ijuí: UNIJUÍ, 1998.

IOTTI, Luiza Horn (org.). **Imigração e Colonização: legislação de 1747 a 1915.** Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul/ Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

MARTINI, Maria Luiza. Tatu, caboclo, gaúcho a pé. *In*: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (coord.). **Império.** v. 2, Passo Fundo: Méritos, 2006, p. 155-185.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil.** As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

NEUMANN, Rosane Marcia. "Desbravando novas fronteiras": as colonizadoras particulares e o avanço da colonização no planalto rio-grandense na primeira república. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, v. 1, p. 111-135, 2024a.

NEUMANN, Rosane Marcia. As colônias militares, o preâmbulo da colonização dirigida no Brasil Império: ocupação estratégica, interiorização, colonização. *In*: VANIN, Alex; Antônio; TEDESCO, João Carlos (org.). **As Sentinelas dos Sertões**: as colônias militares do Império do Brasil. Passo Fundo: Acervus, 2024b, p. 529-590.

NEUMANN, Rosane Marcia. Empresas colonizadoras e empresários: a colonização particular no Rio Grande do Sul (séc. XIX e XX). *In*.: TEDESCO, João Carlos; NEUMANN, Rosane Marcia (Org.). **Colonos, colônias e colonizadoras**: aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil. v. VI. Passo Fundo: Ed. UPF, 2023, p. 13-58.

NEUMANN, Rosane Marcia. **Uma Alemanha em miniatura**: o projeto de imigração e colonização étnico particular da Colonizadora Meyer no noroeste do Rio Grande do Sul: 1897-1932. São Leopoldo: Oikos/ UNISINOS, 2016.

NEUMANN, Rosane Marcia. Colonização e exclusão: lavradores nacionais e colonos no complexo colonial da Colonizadora Meyer (Planalto Rio-grandense, 1897-1932). **Revista Tempos Históricos**, v. 16, p. 313-336, 2012.

PELLANDA, Ernesto. **A colonização germânica no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1925.

RELATÓRIO apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Ildefonso Soares Pinto, Secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas, em 27 de agosto de 1919. Porto Alegre: Oficinas Gráficas d'A Federação, 1919.

RELATÓRIO apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Augusto Pestana, Secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas, em 25 de julho de 1927. Vol. 1. Porto Alegre: Oficinas Gráficas d'A Federação, 1927.

RELATÓRIO apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Eng.º Civil João Fernandes Moreira, Secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas, em 31 de maio de 1928. Vol. 1. Porto Alegre: Oficinas Gráficas d'A Federação, 1928.

RELATÓRIO apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Eng.º Civil João Fernandes Moreira, Secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas, em 25 de julho de 1929. Vol. 1. Porto Alegre: Oficinas Gráficas d'A Federação, 1929.

Relatório da Diretora de Terras e Colonização apresentado pelo Dr. Ildefonso Soares Pinto ao Dr. A. A. Borges de Medeiros, em 27 de agosto de 1919. Porto Alegre: Oficinas Gráficas d' "A Federação", 1919.

RELATÓRIO da Diretora de Terras e Colonização. Quadro 11 – Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas – Diretoria de Terras e Colonização – Organização do quadro das colônias no Estado, 1919.

RELATÓRIO da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas apresentado ao Exmo. Sr. General Salvador Ayres Pinheiro Machado, Vice-Presidente em exercício do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Secretário de Estado Engenheiro João José Pereira Parobé, em 31 de agosto de 1915. Porto Alegre: Oficinas Gráficas d'A Federação, 1915.

Relatório dos Negócios das Obras Públicas. Apresentado ao Exm. Sr. Desembargador Antonio Augusto Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Secretário de Estado João José Pereira Parobé. 1900. Porto Alegre: Officinas Typographicas d' A Federação. 1900. AHRGS. Relatórios. Obras Públicas. OP 08.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: Oikos, 2022.

SILVA, Márcio Antônio Both da. **Por uma lógica camponesa:** caboclos e imigrantes na formação do agro do planalto rio-grandense – 1850-1900. Porto Alegre, 2004. Dissertação [Mestrado]. Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS, 2004.

WAIBEL, Leo. **Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil.** Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

ZARTH, Paulo Afonso. **Do arcaico ao moderno:** o Rio Grande do Sul agrário do século XIX. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.

ZARTH, Paulo Afonso. Os esquecidos da história: exclusão do lavrador nacional no Rio Grande do Sul. *In*: ___. *et al*. **Os caminhos da exclusão social**. Ijuí: UNIJUÍ, 1998.



MEANDROS PARTIDÁRIOS E JOGOS DE PODER: A CIDADE DE SÃO LEOPOLDO/RS COMO UM LOCUS DE ANÁLISE DA POLÍTICA SUL-RIO-GRANDENSE (1928–1937)

Rodrigo Luis dos Santos[1]

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Esse texto surgiu, na realidade, de partes que não foram utilizadas, originalmente, em minha Tese de Doutorado em História, defendida em março de 2021, junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Mas sempre considerei que se tratava de um material interessante, pois boa parte da fundamentação documental que subsidia este capítulo advém do acervo pessoal do ex-prefeito de São Leopoldo, coronel Theodomiro Porto da Fonseca. Desse modo, podemos dizer que existem aqui elementos ainda inéditos, contemplando o cenário político não apenas local, restrito ao território leopoldense – sede e distritos –, mas articulado com o que estava acontecendo em nível estadual e nacional.

Ao mesmo tempo, aborda um período que, não raramente, é pouco explorado, que é justamente a fase entre 1930 e 1937, que marcam os governos Provisório (1930-1934) e Constitucional (1934-1937) de Getúlio Vargas no poder federal, tendo no comando do Rio Grande do Sul o general José Antônio Flores da Cunha.

No que se conecta com a questão da imigração alemã e a inserção de imigrantes e descendentes no modo de fazer política no Brasil e, especialmente, no cenário gaúcho, buscamos compreender as diferentes estratégias e modelos de articulação adotados, sejam por relações familiares, religiosas e/ou econômicas, evidenciando uma trama complexa e que exige uma análise para além dos modelos partidários.

1 Doutor em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e professor da Universidade de Caxias do Sul (UCS). E-mail: rluis.historia@gmail.com.

SÃO LEOPOLDO: ENTRE ARRANJOS E DUELOS

No ano de 1933, São Leopoldo vivenciou o acaloramento dos ânimos políticos, após o prefeito Theodomiro Porto da Fonseca e grande parte das lideranças locais ingressarem no recém fundado Partido Republicano Liberal (PRL), agremiação de sustentação ao interventor federal José Antônio Flores da Cunha e ao presidente Getúlio Vargas.[2] Theodomiro Porto da Fonseca era um membro histórico do Partido Republicano Rio-grandense (PRR), agremiação original da qual participaram Vargas e Flores da Cunha até aquele momento. Em 1929, o PRR se uniu ao Partido Libertador (PL), constituindo a Frente Única Gaúcha (FUG), aliança formada para sedimentar a candidatura de Vargas à presidência da República nas eleições de 1930.

A figura de Theodomiro Porto da Fonseca carece, ainda, de uma investigação mais aprofundada, compreendendo melhor a sua performance política. Pesquisa essa não restrita, apenas, ao período em que esteve à frente da municipalidade leopoldense, entre 1928 e 1944, mas esmiuçando o período anterior, desde sua mudança para São Leopoldo, por volta de 1898, vislumbrando, também, sua atuação como deputado federal constituinte e regular (1946-1950) e nos bastidores sociais e políticos das décadas de 1950 e 1960. De momento, cabe fazer uma retrospectiva crítica da atuação de Theodomiro Porto da Fonseca, tendo como ponto de partida as eleições intendenciais[3] e legislativas de São Leopoldo, em setembro de 1928.

Conforme René Gertz (2002), o nome de Theodomiro era aventado para suceder João Corrêa como intendente municipal desde meados de 1927. Sua candidatura, como "herdeiro político" de Corrêa, faria parte de um projeto visando impedir uma "candidatura familiar". Explicando: além de Theodomiro, também havia outro pré-candidato declarado ao posto de intendente. Se tratava de Frederico Guilherme Schmidt, genro de João Corrêa. Parte desta questão foi analisada no primeiro capítulo deste trabalho. Cabe ressaltar que, se na década de 1940, ocorreram atritos políticos bastante acentuado entre os blocos partidários dentro do Partido Social Democrático leopoldense, ou seja, os pró-Schmidt e os pró-Theodomiro, essas disputas advinham desde a década de 1920, materializada na sucessão intendencial de 1928.

Por fim, mesmo com a morte de João Corrêa, em março de 1928, as diretrizes construídas desde o ano anterior se mantiveram as mesmas. Deste

2 Na articulação para criação do PRL, oficiada em 15 de novembro de 1932, estiveram Flores da Cunha e Oswaldo Aranha, então ministro da Fazenda do Governo Provisório.

3 Entre 1892 e 1930, o termo designado para o chefe dos Executivos municipais era *intendente*, substituído em 1930 pela denominação *prefeito*. De igual modo, os atuais *vereadores* (nomenclatura utilizada no período imperial, retomada a partir de 1935) eram chamados de *conselheiros municipais*.

modo, Theodomiro Porto da Fonseca foi sagrado candidato oficial do PRR, tendo como candidato a vice-intendente Luiz Lourenço Stabel. A escolha de Theodomiro foi referendada por um abaixo-assinado com mais de 600 assinaturas, que foi encaminhado ao chefe do PRR, Borges de Medeiros. Nas eleições intendenciais de 12 de agosto de 1928, a chapa Theodomiro-Stabel foi vencedora.

Em seus discursos, Theodomiro alegava que seria "continuador da obra iniciada por João Corrêa" (GERTZ, 2002, p. 203). De fato, analisando as obras inauguradas nos primeiros dois anos de sua gestão, o prefeito de São Leopoldo concretizou obras iniciadas durante o mandato de Corrêa, com destaque para a Hidráulica Municipal, a Usina Hidrelétrica da Toca, em São Francisco de Paula, e o Hospital Centenário. Mas, neste trabalho, me deterei mais à dinâmica política adotada por Theodomiro Porto da Fonseca durante os anos em que governou São Leopoldo, entre 1928 e 1944.

Depois das eleições presidenciais em março de 1930, onde a vitória foi dada à chapa Júlio Prestes-Vital Soares, derrotando a chapa de oposição Getúlio Vargas-João Pessoa, algumas lideranças da Aliança Liberal, como Oswaldo Aranha, João Neves da Fontoura, Flores da Cunha (do PRR) e Batista Luzardo (do PL), incitavam um movimento armado revolucionário, argumentando que o pleito havia sido fraudado. Se entre março e julho de 1930 as negociações para um golpe de Estado se encontravam em ritmo lento, o assassinato de João Pessoa, em 26 de julho, mudou a situação. Os preparativos revolucionários se tornaram mais enfáticos.

Getúlio Vargas, presidente do Rio Grande do Sul, e Oswaldo Aranha, secretário do Interior, definiram, em 25 de setembro, que o movimento visando derrubar o governo de Washington Luís, seria desencadeado no dia 3 de outubro de 1930, irrompendo no Rio Grande do Sul, Minas Gerais e no Nordeste de forma simultânea. O horário definido para início das operações foi 17h30, coincidindo com o término dos expedientes nos quartéis, fazendo com que os soldados que lá trabalhassem estivessem assim despreparados para um contra-ataque.

Neste interim, o movimento revolucionário era articulado também em São Leopoldo, tendo como líder o intendente Theodomiro Porto da Fonseca. Ao contrário do que ocorreu no município vizinho de Novo Hamburgo – ex-distrito leopoldense, emancipado em 5 de abril de 1927 – onde, conforme Santos (2018), o intendente Leopoldo Petry não havia aderido à Frente Única Gaúcha (FUG), formada em 1928, e nem se mostrado entusiasta da candidatura de Vargas à presidência da República, Theodomiro Porto da Fonseca aderiu imediatamente à campanha, organizando, ainda em 1929, o Comitê Central pró-Getúlio Vargas – João Pessoa em São Leopoldo. Além disso, o prefeito

leopoldense se empenhou na qualificação eleitoral, visando angariar o maior número possível de eleitores para votarem em Getúlio Vargas. Entrementes, assim como o colega hamburguense, o prefeito de São Leopoldo demonstrou desinteresse em articular a Frente Única em seu município, visando impedir uma participação mais incisiva dos membros do Partido Libertador.

Segundo Bruinelli (2012), o apoio dado por Theodomiro Porto da Fonseca motivou uma visita de Vargas ao município de São Leopoldo, em 15 de novembro de 1929. Nesta oportunidade, o presidente estadual e candidato ao governo federal também visitou as dependências do quartel do 8º Batalhão de Caçadores, instalado no município.[4]

Essa fidelidade à Aliança Liberal fez com que, em agosto de 1930, o próprio Getúlio Vargas encarregasse Theodomiro Porto da Fonseca de organizar batalhões revolucionários em São Leopoldo, tendo em vista a proximidade geográfica com Porto Alegre, além da presença da viação férrea unindo as duas cidades, o que poderia facilitar aspectos logísticos e de locomoção. Além disso, Theodomiro deveria conseguir a adesão do então comandante do 8º B. C., tenente-coronel Galdino Esteves, para com a causa revolucionária. O comandante demonstrava um pensamento dúbio quanto ao movimento: ao mesmo tempo em que concordava com a causa, se mostrava obediente ao seu superior, general Gil de Almeida, este fiel ao presidente Washington Luís.

Theodomiro, buscando mediar a situação, agendou uma reunião entre o tenente-coronel Esteves e o secretário Oswaldo Aranha, em 23 de agosto, na Pedreira Municipal de São Leopoldo. Mas, mesmo após esta conferência, Esteves demonstrava certa incerteza em aderir ao movimento. Como alternativa, o prefeito de São Leopoldo iniciou uma campanha entre oficiais de baixo escalão dentro do 8º B.C., conseguindo a adesão de nomes como dos sargentos Andrade Leão, Santos Fonseca e do tenente João Prates Machado – que ingressaria no ambiente político leopoldense a partir daquele momento. Estas adesões forçaram Galdino Esteves à assumir uma postura favorável ao levante revolucionário.

Enquanto Theodomiro e Esteves articulavam os passos seguintes nos planos conspiratórios, o 8º B.C. é transferido de São Leopoldo para o Morro do Menino Deus, em Porto Alegre. Entretanto, essa transferência não representou uma ruptura nas negociações visando derrubar o governo federal. Tanto que, em 2 de outubro de 1930, coube à Theodomiro Porto da Fonseca entregar ao tenente-coronel Galdino Esteves telegrama enviado por Oswaldo Aranha, orientando a missão que caberia aos soldados ali aquartelados durante o movimento que se

4 Atual 19º Batalhão de Infantaria Motorizado (19º BIMtz), conhecido também como "Batalhão da Serra". A instalação do grupamento antecessor, o 8º Batalhão de Caçadores (8º B.C.) ocorreu em 1922.

daria no dia seguinte. De fato, ao romper da revolução, no final da tarde de 3 de outubro, as forças do 8º B. C. renderam tropas federais que estavam estacionadas no Morro do Menino Deus, impedindo seu avanço contra as tropas revoltosas.

Transcorridos sete dias desde o início do movimento revolucionário, Theodomiro Porto da Fonseca recebeu autorização, em 10 de outubro, para organizar um contingente de apoio às tropas militares que avançavam em direção ao Rio de Janeiro, capital federal. A autorização partiu do coronel Claudino Nunes Pereira, comandante da Brigada Militar do Rio Grande do Sul desde 1925. Essa força de apoio seria constituída por dois batalhões, tendo recebido a denominação de *Coluna Lindolfo Collor*, como forma de homenagem ao político republicano nascido em São Leopoldo. O primeiro batalhão efetivado, que recebeu a designação de 47º Batalhão Auxiliar (47º B.A.), foi comandado pelo capitão Feliciano de Paula Guterres Júnior, da reserva da Brigada Militar. Ficaram aquartelados junto ao 8º B.C., partindo em 20 de outubro ao encontro das forças revolucionárias. Dentre os oficiais do 47º B.A., encontramos militares, como o capitão Américo Monteiro de Barros, e vários civis, como João Batista Kieling Costa, Felipe Rodrigues Penha, Arnaldo da Costa Bard e Remy Fonseca, este filho de Theodomiro Porto da Fonseca. Nomes estes que, de uma forma outra, se envolveram com a política leopoldense nos anos seguintes.

Diante na vitória das tropas revolucionárias em diversas regiões do país, em 26 de outubro foram recebidas ordens de desmobilização das forças auxiliares. Com isso, além suspender a formação de um segundo batalhão, o 47º B. A. também deveria ser desmobilizado. Porém, utilizando de sua habilidade política, Theodomiro Porto da Fonseca conseguiu a transformação do batalhão em 2º Batalhão da Reserva da Brigada Militar. Em dezembro de 1930, esse batalhão foi oficialmente dissolvido.

Por determinação do Governo Provisório que assumir o comando da República, os conselhos municipais foram dissolvidos, assim como os legislativos estaduais e federal, conforme medida adotada em 12 de novembro de 1930. Pouco tempo depois, em 1º de dezembro, o general José Antônio Flores da Cunha, que havia assumido a interventoria federal no Rio Grande do Sul em 28 de novembro, confirmou Theodomiro Porto da Fonseca como prefeito de São Leopoldo, garantindo sua continuidade no cargo que ocupava há dois anos. Mas o nome de Theodomiro não era unânime, nem mesmo entre os republicanos leopoldenses. Circulava em São Leopoldo um abaixo-assinado, pedindo que Flores da Cunha nomeasse um interventor para o município, a exemplo do que ocorreu em Novo Hamburgo, onde Leopoldo Petry, que administrava o jovem município desde 1927,[5] foi substituído por José Gomes Ferreira, coronel

5 Novo Hamburgo se emancipou do município de São Leopoldo em 5 de abril de 1927. Entre

da Brigada Militar – e "estranho" ao ambiente político local. Mas o principal embate se deu entre Theodomiro e os libertadores leopoldenses.

O jornal *Estado do Rio Grande*, vinculado ao Partido Libertador, publicou em sua edição de 19 de dezembro de 1930, a integra de uma carta aberta, encaminhada pelo diretório libertador de São Leopoldo, assinada pelo seu presidente, Christiano Moog, e pelo secretário, Affonso Montano, rebatendo acusações proferidas por Theodomiro Porto da Fonseca, divulgadas pelo *A Federação* no dia 8 daquele mês.[6]

Grande parte da epístola estava centralizada na questão da Frente Única em São Leopoldo. Moog e Montano, em nome dos libertadores leopoldenses, acusaram Theodomiro Porto de Fonseca de ser refratário no que dizia respeito a formação da coligação no município, somente aceitando sua criação após libertadores e republicanos descontentes com Theodomiro colherem número expressivo de assinaturas em favor da Frente Única. Tentando assumir o controle da situação, o prefeito solicitou o apoio de um conhecido inimigo político, Frederico Guilherme Schmidt, presidente da Associação Comercial de São Leopoldo, para que mediasse o apoio do diretório libertador local para solucionar os entraves. Schmidt, por seu turno, conseguiu adesão dos libertadores, serenando os ânimos momentaneamente.

Mas, segundo relataram os próceres libertadores leopoldenses, após a primeira reunião, quando da abertura oficial dos trabalhos da Frente Única no município, Theodomiro Porto da Fonseca passou a agir de forma ditatorial, impedindo que membros do Partido Libertador integrassem o comitê executivo da FUG local. Além disso, tomou medidas discricionárias envolvendo os libertadores dos distritos, especialmente em Estância Velha e Sapiranga. Ao se fundar um subcomitê da FUG no distrito de Estância Velha, Theodomiro informou ao deputado Lindolfo Collor que o fato de haver apenas republicanos em sua diretoria era decorrente de não existirem libertadores naquele distrito – fato esse refutado por Moog e Montano. Situação pior teria ocorrido em Sapiranga, onde o prefeito municipal teria usado de força policial pra impedir um comício libertador em propaganda à Aliança Liberal na localidade. O uso do

abril e junho daquele ano a cidade foi governada por Jacob Kroeff Netto. Nas eleições intendenciais ocorridas, Leopoldo Petry, do PRR, foi eleito para o posto de Intendente, tendo como vice o libertador Guilherme Ludwig. Neste caso, as articulações políticas que conduziram e efetivaram a emancipação de Novo Hamburgo foram estabelecidas através de um acordo entre PRR e PL, mas fundamentado em relações múltiplas existentes entre os principais agentes políticos locais. Mais detalhes podem ser vistos em SANTOS, Rodrigo Luis dos. **Tramas enlaçadas**: política, religião e educação no Rio Grande do Sul da primeira metade do século XX. Porto Alegre: Editora Fi, 2018.

6 Estado do Rio Grande, 19/12/1930, Ano II, n. 357, p. 11. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093203/4920, acesso em 28 jun. 2020.

aparato policial também envolvia redes familiares, tendo em vista que, naquela ocasião, o delegado de Polícia em São Leopoldo era Remy Fonseca, filho de Theodomiro.

Mas a queixa principal, envolvendo a propaganda eleitoral e a indisposições decorrentes da Frente Única em São Leopoldo, derivava de um comício ocorrido no distrito de Lomba Grande. Na oportunidade, Theodomiro Porto da Fonseca teria hostilizado os libertadores, declarando que "libertadores de lenço vermelho não estão à altura de me lamberem os pés". Diante de tal situação, os dirigentes libertadores viram como alternativa apoiarem o abaixo-assinado solicitando a destituição de Theodomiro e a nomeação de um novo administrador para São Leopoldo, unindo-se aos republicanos contrários ao mandonismo que se instalara no PRR leopoldense desde sua posse como intendente.

Embora o episódio não conte com um volume mais substancioso de fontes que ajudem em uma melhor compreensão de seu desenrolar, alguns documentos indicam que, de alguma forma, Theodomiro Porto da Fonseca promoveu uma "caça" aos republicanos dissidentes, exigindo explicações sobre as assinaturas no referido abaixo-assinado. É o caso de João Carlos Stumpf. Em correspondência encaminhada ao prefeito leopoldense, datada de 11 de dezembro de 1930, Stumpf declarou que havia sido enganado, juntamente com outros colegas. Segundo ele, uma lista foi apresentada por Leopoldo Sperb, que argumentou que a referida coleta de assinaturas era para solicitar ao interventor federal a continuidade de Theodomiro junto ao governo de São Leopoldo, não sua destituição e substituição. Stumpf argumentou "ser tão inocente que, quando soube da nomeação de Theodomiro Porto da Fonseca como prefeito, teve o prazer de soltar alguns foguetes".[7]

Fato é que, mesmo diante desta situação conflitante, envolvendo os partidos atuantes em São Leopoldo, a participação de Theodomiro Porto da Fonseca na campanha de 1930 lhe garantiu a continuidade no poder leopoldense. Além disso, angariou proximidade com Flores da Cunha, a quem demonstrou – ao menos aparentemente - apreço nos anos seguintes.

Como relatado anteriormente, em novembro de 1932 ocorreu a fundação do Partido Republicano Liberal, por iniciativa do general Flores da Cunha e de Oswaldo Aranha, com apoio de Getúlio Vargas. Uma das estratégias adotadas para fortalecimento da agremiação política foi a cooptação dos prefeitos municipais ou a substituição destes por homens de confiança, alinhados com o novo partido. Em São Leopoldo, além de Theodomiro Porto da Fonseca, uma parcela importante de antigas lideranças republicanas e libertadoras também

7 Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Fundo Theodomiro Porto da Fonseca – Pasta 02 – Carta de João Carlos Stumpf ao prefeito Theodomiro Porto da Fonseca (11 de dezembro de 1930).

ingressou no PRL, logo nos primeiros meses após sua fundação.

Esse fato se confirma a partir da própria documentação produzida pela primeira comissão executiva de São Leopoldo. Em cópia de correspondência, datada de 4 de janeiro de 1933, destinada ao ministro da Fazenda Oswaldo Aranha, informando que o partido já contava com 4.921 correligionários naquele município. A comissão diretora era composta por Theodomiro Porto da Fonseca, Júlio de Azambuja Villanova, João Pereira de Vargas Primo, Luiz Lourenço Stabel (todos advindos do PRR) e Guilherme Fick (ex-vereador pelo Partido Libertador). Como "membro de honra" se destacava o médico Frederico Wolffenbüttel. Na suplência, estavam Germano Hauschild, Gustavo Vetter, Balduíno Weber e Oscar Enck.[8]

Além da comissão diretora central, também foram organizadas comissões distritais. No 2º distrito de São Leopoldo, Campo Bom, esse grupo era formado por Gustavo Vetter, Alfredro Krummennauer, Walter Thöen, Felipe Blos II, Otto Schirmer, Alberto Fleck, Octacílio Ermindo Fauth, Waldemar Selbach e Arno Kunz. Foi no ambiente campobonense que surgiram alguns problemas partidários importantes, envolvendo a família dos principais mandatários distritais: os irmãos Vetter.

Gustavo Adolfo Vetter, juntamente com seu irmão Emílio Miguel Vetter, era industrialista, proprietário de uma fábrica de calçados, a firma Vetter & Cia, fundada em 1890 por Jacob Vetter, pai de Gustavo e Emílio. No início do século XX, a indústria foi transferida para a área central da localidade, quando esta ainda era vinculada à Novo Hamburgo, então 2º distrito de São Leopoldo. Os irmãos Vetter logo se tornaram lideranças políticas locais, sendo filiados ao PRR. Em 1924, Gustavo Vetter foi eleito conselheiro municipal em São Leopoldo, representando Campo Bom, sendo reeleito em 1928.

Em 1926, quando Novo Hamburgo buscava sua emancipação política e administrativa de São Leopoldo, o intendente João Corrêa, segundo Santos (2018), fazendo uso de sua habilidade política, articulou com Gustavo Vetter o desmembramento de Campo Bom da área que formava o 2º distrito, elevando a localidade à 10º distrito leopoldense. Com isso, São Leopoldo não perderia uma de suas principais áreas industriais, garantindo recursos aos cofres municipais. Os Vetter ampliaram seu poder sobre o novo distrito, cabendo à Gustavo indicar o subintendente. A escolha recaiu sobre Walter Thöen, seu genro, sendo a indicação ratificada por Corrêa.

8 Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Fundo Theodomiro Porto da Fonseca – Pasta 02 – Cópia de correspondência da Comissão Executiva do Partido Republicano Liberal de São Leopoldo ao ministro Oswaldo Aranha (4 de janeiro de 1933).

MUDANÇAS DE LADO: ROMPIMENTOS E REARTICULAÇÕES PARTIDÁRIAS

> Dirijo-me, sim, ao eleitorado e povo de São Leopoldo tão somente por um imperativo de represália ao mal e à mentira entronizadas, e mesmo para que se dilatem cada vez mais os horizontes da afetuosa espiritualidade e íntima comunhão de vistas e sentimentos em que sempre tenho vivido com o povo de meu município.[9]

31 de maio de 1937. Naquele dia, a população de São Leopoldo teve, abertamente, a certeza de que certos ruídos que emergiam dos bastidores políticos eram fatos concretos. O prefeito Theodomiro Porto da Fonseca havia, irrevogavelmente, rompido com o governador Flores da Cunha. Mais que isso, havia manifestado seu total alinhamento com Getúlio Vargas, presidente da República.

A manifestação pública de Theodomiro Porto da Fonseca se deu através de uma extensa publicação, equivalente a uma página inteira de jornal. Nela, além de justificar as razões que o fizeram adotar tal postura, também equipara os préstimos que teriam sido dados por Vargas e Flores da Cunha ao município de São Leopoldo e sua população. O fiel da balança, conforme a argumentação do prefeito leopoldense, penderia mais para o lado do presidente da República. A linguagem adota era carregada de sentimentalismos, com uso de palavras que admoestavam a comunidade leopoldense a unir-se com seu governante local e com o chefe da Nação – como pode ser visto na epígrafe que abre este subcapítulo.

Intitulado "Ao Povo Leopoldense", o manifesto deixava evidente uma divisão política do PRL em São Leopoldo. De um lado, o grupo dissidente, liderado por Theodomiro Porto da Fonseca. De outro, o bloco florista. E, conforme asseverou em seu texto, um dos principais líderes pró-Flores da Cunha era o médico e deputado federal Frederico Wolffenbüttel, figura proeminente no cenário sociopolítico leopoldense há mais de duas décadas. Theodomiro queixa-se que, durante um comício realizado, em cuja organização "estavam elementos na maior parte recrutados em meios estranhos ao município", o orador principal insinuou que a postura do prefeito era fruto de questões afetivas e personalistas, que poderiam prejudicar a comunidade leopoldense. E, mesmo sem citar nomes, Fonseca indica que este orador se tratava de Wolffenbüttel, ao transcrever a seguinte sentença:

9 Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Acervo Theodomiro Porto da Fonseca – Pasta 1 – Declaração ao Povo de São Leopoldo (31/05/1937).

> E se uma razão exista para explicar as suspeitas levantadas contra minha atuação pelo orador, somente a devo encontrar na sua ausência ocasional do teatro dos acontecimentos e em seu afastamento há quatro anos de São Leopoldo, entregue como se acha ao exclusivo cuidado dos altos interesses nacionais e em constantes debates na Câmara Federal, a que vem empregando o fulgor de sua inteligência e o mérito de sua atividade infatigável.

Buscando angariar simpatias ao seu discurso, Theodomiro Porto da Fonseca não partiu para o ataque direto aos seus desafetos locais, mas adotou um tom mais ameno, inclusive, atribuindo predicados aos mesmos, como se pode ver no caso de Frederico Wolffenbüttel, elogiando sua inteligência e disposição política. De fato, desde que foi eleito deputado constituinte pelo PRL, em 1937, Wolffenbüttel demonstrou pouco entusiasmo pelas questões partidárias em São Leopoldo. Na década de 1920, havia assumido interinamente o governo municipal em duas oportunidades: a primeira, em 1923, quando da renúncia do então intendente Mansueto Bernardi, ficando à frente da intendência até 1924; e a segunda, em 1928, assumiu por ocasião do falecimento de João Corrêa, em março daquele ano. Governou a cidade até a posse de Theodomiro Porto da Fonseca, em 12 de outubro de 1928.

Mas, por alguma razão, a qual não foi possível até o momento verificar com maior exatidão, Frederico Wolffenbüttel, ao ingressar no PRL leopoldense, manteve um distanciamento do bloco liderado por Theodomiro Porto da Fonseca. Tanto que, em correspondência encaminhada à comissão executiva local e ao ministro Oswaldo Aranha, solicitou que seu nome fosse retirado da presidência de honra do diretório em São Leopoldo.[10] Doravante, naquele contexto de ânimos políticos exaltados, em maio de 1937, Wolffenbüttel dirigiu suas atenções para o microcosmo leopoldense, colocando-se em oposição ao grupo dissidente do prefeito Theodomiro, defendendo com veemência o governador Flores da Cunha.

Como forma de afastar suspeitas sobre "eventuais motivos pessoais" que tenham motivado seu rompimento com o governante estadual, Theodomiro Porto da Fonseca elaborou uma listagem comparativa, elencando e contrapondo a relação de Getúlio Vargas e de Flores da Cunha para com São Leopoldo, assim como a colaboração destes, enquanto governantes, para o avanço daquela municipalidade.

Primeiramente, enfatizou que durante o mandato de Getúlio Vargas como presidente do Rio Grande do Sul, entre outubro de 1928 e outubro de

10 Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Acervo Theodomiro Porto da Fonseca – Pasta 1 – Correspondência de Frederico Wollffenbüttel à Comissão Executiva leopoldense do PRL.

1930, diversos auxílios financeiros foram dados ao município de São Leopoldo para a realização de obras de grande vulto, como a construção e manutenção do Hospital Centenário e da recuperação da ponte sobre o rio dos Sinos. Além disso, subvenções foram dadas para as operações da Usina Hidrelétrica da Toca, em São Francisco de Paula, assim como a cedência de uma draga e equipamentos para a drenagem e aterramento da área onde foi construída a Praça Centenário, inaugurada em 1934. Por outro lado, declarou que durante os quase sete anos do governo de Flores da Cunha, várias vezes teve que insistir para que determinadas ações fossem tomadas pelo governo estadual. Cita o caso da criação de aulas públicas nos distritos de Campo Bom, Sapiranga e Estância Velha, entre 1933 e 1934, sendo que o aluguel dos prédios que sediavam as referidas escolas, nos dois últimos distritos, foram pagos pela Prefeitura Municipal. Alegou que, somente após muita insistência, foram conduzidos professores para o atendimento dessas aulas distritais.

Theodomiro Porto da Fonseca também assegurou que

> [...] durante mais de um ano levei pleiteando autorização para a realização da Exposição em Homenagem ao Trabalho da Colonização Alemã no Rio Grande do Sul, tendo-a finalmente logrado, graças ao inestimável e decidido apoio de meu amigo dr. João Carlos Machado, cujo nome a minha consciência justiceira não permite seja omitido neste momento, sobretudo ante a circunstância de ter também contribuído prestimosamente para a criação dos grupos escolares anteriormente referidos. É de notar que com a Exposição, admirável parada do trabalho teuto-brasileiro no Estado, seu governo não dispendeu um centavo.

Realizada em maio de 1934, a Exposição em Homenagem ao Trabalho Teuto-Brasileiro comemorava os 110 anos da imigração alemã no Rio Grande do Sul. Na oportunidade, diversas indústrias e empresas comerciais tiveram a oportunidade de expor e negociar seus produtos. Naquele mesmo ano, como forma de reafirmar a proposta da exposição, Theodomiro Porto da Fonseca encomendou uma obra alusiva, que foi escrita por seu primo, Afonso Aurélio Porto. Trata-se do *livro O Trabalho Alemão no Rio Grande do Sul*, publicado também em 1934.

Figura 1 – Exposição em Homenagem ao Trabalho Teuto-Brasileiro (São Leopoldo, 1934)



Fonte: Acervo Fotográfico do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo.

Para além das questões de empenho – no caso de Getúlio Vargas – ou letargia política – por parte de Flores da Cunha –, Theodomiro Porto da Fonseca também apelou para o aspecto de simpatia ou esnobismo que os governantes estaduais supracitados renderam para com São Leopoldo. Segundo o prefeito:

> E, finalmente, só para definir dois estados d'alma até no terreno da cortesia protocolar, talvez não seja inútil fixar um contraste expressivo: enquanto o general Flores da Cunha não visitava a Exposição de São Leopoldo, apenas inaugurando-a, e a faixa de cimento, mas apressadamente, até recusando um jantar que os industrialistas expositores lhe pretendiam oferecer, a 17 de novembro de 1929, o dr. Getúlio Vargas visitava São Leopoldo, fazia a primeira ligação com a Usina da Toca e recebia homenagem dum grande banquete que as classes conservadoras lhe ofereceram na Sociedade Orpheus, voltando a visitar, em 25 de julho de 1930, nosso município, para inaugurar in loco a Usina da Toca, localizada no município de São Francisco de Paula, e de regresso da fatigante viagem, compartilhar dos festejos que se realizaram na Sociedade Ginástica, em comemoração ao 106º aniversário do desembarque dos primeiros colonos alemães em São Leopoldo.

Outra acusação feita por Theodomiro Porto da Fonseca contra Flores da Cunha foi a de que este enviara batalhões da Brigada Militar, especialmente para as áreas distritais leopoldenses, como forma de intimidação aos dissidentes do PRL. Junto aos documentos que compõem o acervo pessoal de Theodomiro Porto da Fonseca, salvaguardado no Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, encontrei dois rascunhos – ou cópias – de correspondências, destinadas ao ministro da Justiça, Agamenon Magalhães. Em um dos documentos, Theodomiro informava que elementos ligados a Flores da Cunha estariam transportando, em trens e ônibus, "centenas de pessoas" para São Leopoldo, com a finalidade de organizarem uma manifestação de apoio ao governador e de protesto contra o prefeito leopoldense, por conta do apoio dado ao presidente Getúlio Vargas. Com aquela correspondência, Theodomiro Porto da Fonseca tentava junto ao ministro Magalhães a proibição do comício, com a alegação de que o mesmo poderia gerar "desordem e violência, em virtude do ambiente de intranquilidade criado em São Leopoldo".[11]

Pelo que a pesquisa indica, essa tentativa ou não surtiu efeito ou Theodomiro não enviou telegrama ao ministro da Justiça. Pois o comício ao qual se referia foi justamente aquele onde Frederico Wolffenbüttel rendeu fervorosas críticas ao mandatário leopoldense. Naquele provável rascunho de correspondência, o prefeito fazia referência a um telegrama anterior – que se trata do segundo documento encontrado. Neste, o tema era o envio de destacamentos policiais para São Leopoldo, oriundos de São Francisco de Paula e Taquara, cidades onde os chefes locais ainda se mantinham alinhados com Flores da Cunha. Além de "desfilarem pelas ruas da sede municipal", os soldados da Brigada Militar também "espalhavam terror" nos distritos. Além disso, Theodomiro Porto da Fonseca informava que o delegado de Polícia havia sido substituído, deixando de ocupar o posto Latino Lacroix – homem de sua confiança. E que novo delegado usaria seu cargo para fazer "política mesquinha e tacanha".[12] Mas, pelo que foi possível apurar, pouco efeito teve essa tentativa de promover alguma intervenção – pelo menos naquele momento. Em outubro de 1937, com a federalização da Brigada Militar e o controle desta sendo assumido pelo general Daltro Filho, Flores da Cunha perdia o único pilar que ainda lhe sustentava no poder: a força armada.

Encerrando seu manifesto público, Theodomiro Porto da Fonseca conclama a população leopoldense para colocar-se em consonância com Getúlio Vargas, lhe prestando total apoio. E coloca-se "como aquele que tem sabido

11 Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Acervo Theodomiro Porto da Fonseca – Pasta 1 – Correspondência ao Ministro da Justiça (rascunho).

12 Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Acervo Theodomiro Porto da Fonseca – Pasta 1 – Correspondência ao Ministro da Justiça (cópia).

honrar com o sacrifício dos melhores anos de sua vida e o esforço dos melhores anseios de seu coração" a liderança que exercia sobre São Leopoldo, no cargo de prefeito e chefe político. E como palavras finais, emanava um "viva ao dr. Geúlio Vargas e vivas a Dissidência Liberal no Rio Grande do Sul".

Mas, efetivamente, o que significou a Dissidência Liberal no teatro político sul-rio-grandense e brasileiro? Para entender melhor este contexto, se faz necessário retroceder alguns anos no tempo. Mais precisamente até 1932.

Flores da Cunha, como abordado no primeiro capítulo deste trabalho, diante do movimento armado articulado por rebeldes paulistas, manteve inicialmente uma postura ambígua: estava negociando com as forças revolucionárias, ao mesmo tempo em que se dizia favorável ao governo provisório de Getúlio Vargas. Por fim, Flores da Cunha declarou pleno apoio às forças federais contra os paulistas. Essa situação gerou uma desconfiança mútua entre o governante sul-rio-grandense e o chefe da República, que desencadeou um gradual distanciamento entre ambos.

Esse clima de animosidade se ampliou a partir de 1935. Flores da Cunha desconfiava das intenções de Getúlio Vargas em permanecer no poder, enquanto Vargas não via com bons olhos a tentativa de fortalecimento de Flores da Cunha em nível nacional, almejando a sucessão presidencial, cuja eleição estava marcada para janeiro de 1938 – ou até mesmo uma tentativa armada de tomar o poder. O governador do Rio Grande do Sul, até aquele momento, contava com o apoio de seu partido, que vinha se afastando de Getúlio Vargas. Enquanto isso, Vargas buscava angariar o apoio da Frente Única Gaúcha, que desde 1932 lhe fazia oposição. Para isso, utilizou o deputado Maurício Cardoso, do PRR, como mediador.

Em 1936, visando abrandar os ânimos e garantir a governabilidade do Rio Grande do Sul, Flores da Cunha tenta um acordo político com Borges de Medeiros, ainda uma forte liderança republicana, e Raul Pilla, chefe libertador. Esse acordo ficou conhecido como *modus vivendi*. O acordo foi assinado em 17 de janeiro daquele ano. Nessa oportunidade, o governador convidou Lindolfo Collor para assumir a Secretaria da Fazenda e Raul Pilla para a Secretaria da Agricultura, recém criada. O elo de ligação entre Flores da Cunha e a Frente Única Gaúcha era Lindolfo Collor.

Politicamente, o *modus vivendi* preconizava a autonomia de cada um dos partidos envolvidos, ou seja, PRL, PRR e PL. Entretanto, foi nesse quesito que logo surgiram os primeiros – e graves – atritos. Isso porque, nos três partidos, havia defensores de uma aproximação maior com o governo federal, hipótese refutada por Flores da Cunha. Nesse contexto, Maurício Cardoso iniciou uma série de discursos contra o *modus vivendi* e ao governador, alegando que este

não respeitava a autonomia dos partidos, tentando interferir diretamente nas decisões tomadas pelo PRR e PL.

Como resposta, Flores da Cunha asseverou que o PRL vinha sendo prejudicado, pois cedia espaço à Frente Única Gaúcha, não recebendo nada desta em contrapartida. Foi a vez do libertador Raul Pilla confrontar o governador, afirmando que o *modus vivendi* não significava que PL e PRR tivessem que assumir uma postura de submissão aos ditames impostos por Flores da Cunha. Naquela situação, em outubro de 1936, Raul Pilla e Lindolfo Collor pedem demissão dos cargos de secretários que ocupavam. E com isso, o acordo político iniciado em janeiro foi definitivamente rompido.

Aproveitando aquela situação oportuna, Getúlio Vargas iniciou um processo de dilapidação partidária no Rio Grande do Sul, objetivando enfraquecer Flores da Cunha o quanto fosse possível, que pretendia assumir um papel protagonista na indicação do sucessor de Vargas. Mais que isso, o governador sul-rio-grandense era um inimigo que necessitava ser neutralizado diante da intenção de Vargas em se manter no comando do país. Como estratégia, além de cooptar apoio da Frente Única através de Maurício Cardoso, Getúlio Vargas, através de seu irmão, o deputado estadual Benjamim Vargas, também motivou a oposição à Flores da Cunha dentro do próprio PRL. Como resultado, o grupo oposicionista formou a Dissidência Liberal, que procurou ampliar seu espaço para além da Assembleia Legislativa. Logo os dissidentes, liderados por Benjamim Vargas, buscaram reforços junto aos governos e diretórios municipais.

Ainda naquele mês de outubro, o secretário geral do PRL, Adolfo Pena, encaminhou telegramas aos diretórios municipais, para que estes prestassem solidariedade ao governador Flores da Cunha. Uma destas correspondência chegou às mãos da comissão executiva de São Leopoldo, presidida por Theodomiro Porto da Fonseca.[13] É certo que a comissão encaminhou correspondência ao chefe do partido, pois Flores da Cunha, em telegrama, agradeceu o apoio prestado pelos partidários de São Leopoldo.[14] Entretanto, logo em seguida, Theodomiro Porto da Fonseca passou a se aproximar mais diretamente de Getúlio Vargas, iniciando seu rompimento com o governador. Fato esse que chegou ao ápice em maio de 1937, quando a expulsão de Theodomiro do PRL foi oficializada em convenção do partido – e quando este publicou seu manifesto ao povo leopoldense, conclamando-o para apoiar Vargas e a Dissidência Liberal.

13 Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Acervo Theodomiro Porto da Fonseca – Pasta 1 – Correspondência de Adolfo Pena ao Diretório Municipal do PRL em São Leopoldo.

14 Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Acervo Theodomiro Porto da Fonseca – Pasta 1 – Telegrama de Flores da Cunha à Comissão Executiva do PRL em São Leopoldo.

A declaração de Theodomiro Porto da Fonseca, professando seu integral apoio ao movimento dissidente contra Flores da Cunha, repercutiu de diferentes formas junto ao líderes econômicos e políticos de São Leopoldo. Enquanto uma parcela significativa ficou ao lado do prefeito municipal, outro grupo reavivou seu compromisso com o governador sul-rio-grandense. O jornal *A Federação*, em 11 de maio de 1937, publicou a convocatória feita pelo bloco florista leopoldense para uma reunião que teria ocorrido no dia 07 daquele mês, no Cine Teatro Independência, localizado no centro de São Leopoldo. O texto exaltava o compromisso de Flores da Cunha com a democracia nacional, refutando a posição dissidente assumida por Thedomiro Porto da Fonseca.[15] Dentre os signatários da convocatória estavam o coronel João Pereira de Vargas Firmo, membro do diretório local do PRL e líder político no distrito de Sapucaia, industrialistas, comerciantes e profissionais liberais, como Frederico Adolfo Moog, Arno Mohr, Amandio Groth, Rubem Corrêa (filho do coronel João Corrêa Ferreira da Silva, ex-intentente de São Leopoldo, falecido durante o mandato, em 1928), Clemente Barreiro (genro de João Corrêa) e o jornalista Albano Gaspar de Oliveira. Autoridades do aparato administrativo local também assinaram o documento, como era o caso de José Atanásio Dias, subprefeito de Sapucaia, e João Batista Kieling da Costa, notário do cartório local. Fato interessante é que dois dos assinantes mencionados eram cunhados de Frederico Guilherme Schmidt, histórico desafeto político de Theodomiro Porto da Fonseca.

Ainda sobre a publicação do grupo oposicionista ao prefeito leopoldense, João Pereira de Vargas Firmo declarou:

> Declaro que a minha atitude política jamais foi dúbia, porquanto sempre soube manter, lealmente, os compromissos públicos assumidos em relação à solidariedade emprestada, em todas as emergências, ao chefe do nosso glorioso Partido, General Flores da Cunha, pois mantenho, com nobreza de gaúcho, integralmente, o que firmei do telegrama de solidariedade enviado ao General Flores da Cunha pela Comissão Executiva do Partido, em São Leopoldo, no dia 28 do mês próximo passado. Trata-se de um documento bem recente e que, por isso mesmo, não pode ser esquecido pelos seus signatários. Diante dos fatos não paira mais dúvidas sobre quem está com atitude dúbia, ou esteve. Compareci à reunião em que o Cel. Theodomiro Porto da Fonseca se solidarizou com a dissidência porque este me convidou, dizendo ir reassumir o cargo e receber, simultaneamente, uma homenagem dos seus amigos, fazendo, por isso, questão do meu comparecimento.
> Conhecida a atitude do prefeito deste Município, ingressei, imediatamente, nas hostes entusiastas e já numerosas dos que se propunham a promover uma manifestação de protesto à atitude política do prefeito desta Comuna,

15 Jornal *A Federação*, 11/05/1937, Ano LIV, n. 107, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/388653/81855, acesso em: 22 nov. 2020.

> encabeçando a lista para este fim aberta, nesta Cidade, no mesmo dia.[16]

Além da agitação que envolveu lideranças distritais de Sapucaia do Sul, chefes partidários de outro distrito leopoldense se colocaram em posição de conflito para com Theodomiro Porto da Fonseca. Neste caso, foram alguns republicanos liberais de Sapiranga, então 5º distrito de São Leopoldo, que se mantiveram alinhados com Flores da Cunha. Caso destacado foi o de Arnildo Helmuth Weis, que ocupava o cargo de escrivão distrital na localidade. Em 19 de maio de 1937, Weis encaminhou correspondência ao governador estadual, informado que havia pedido desligamento do Grêmio Republicano Liberal Coronel Theodomiro Porto da Fonseca, fundado alguns anos antes em Sapiranga. Nesta agremiação, Arnildo Weis exercia a função de primeiro secretário. E junto da correspondência que encaminhou ao general Flores da Cunha, estava cópia do pedido de demissão, reproduzido pelo *A Federação*:

> Ilmo. Sr. Capitão João Corrêa, presidente do Grêmio Republicano Liberal Coronel Theodomiro Porto da Fonseca – Nesta.
> Discordando da atitude tomada pelo d/d. patrono desta agremiação política, em oposição ao supremo chefe do PRL, sua excelência General Flores da Cunha, solicito minha irrevogável demissão de sócio, bem como de 1º Secretário desta agremiação, honra com a qual fui designado. Espero que não leve a mal a resolução acima tomada, poderá considerar-me sempre como vosso amigo particular. Atenciosamente – (a.) Arnildo Helmuth Weis.[17]

A mesma publicação informa que um número elevado de elementos havia solicitado sua descompatibilização do grêmio republicano liberal de Sapiranga, indicando que a localidade estava se tornando um polo de oposição ao prefeito municipal. Cabe esclarecer uma informação, contida na declaração escrita por Arnildo Helmuth Weis. O capitão João Corrêa, mencionado, obviamente não é o mesmo que havia governado São Leopoldo entre 1924 e 1928, antecedendo Theodomiro Porto da Fonseca – pois aquele João Corrêa já havia falecido. Este, citado no documento, se tornou subprefeito e subdelegado em Sapiranga, atuando no distrito durante praticamente todo o período do Estado Novo.[18] Segundo Lúcio Fleck (1994), Corrêa não nutria maiores simpatias pelos alemães e seus descendentes, sendo bastante firme na fiscalização das medidas nacionalizadoras promovidas durante o regime estadonovista.

De fato, Sapiranga, a partir das informações coletadas e analisadas,

16 Jornal *A Federação*, 11/05/1937, Ano LIV, n. 107, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/388653/81855, acesso em: 22 nov. 2020.

17 Jornal *A Federação*, 28/05/1937, Ano LIV, n. 120, p. 6. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/388653/81955, acesso em: 22 nov. 2020.

18 Em algumas citações o nome pode ser encontrado com a grafia João Correia.

representou um centro de apoio ao governador Flores da Cunha. Uma das formas de materialização desta adesão foi a fundação da Ala Democrática Feminina Evarista Flores da Cunha, cuja patrona era mãe do chefe do Executivo estadual. A criação da entidade ocorreu em agosto de 1937, momento em que as tentativas de enfraquecimento de Flores da Cunha, política e militarmente, ganhavam maior força por parte do presidente Getúlio Vargas, Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra, e do general Góis Monteiro, então chefe do Estado Maior do Exército.

O objetivo central da Ala Democrática Feminina Evarista Flores da Cunha era sustentação política do governador sul-rio-grandense, visando arregimentar apoiadores, não apenas entre o público feminino, mas a partir deste, assim como divulgar a campanha presidencial de Armando de Salles Oliveira, candidato apoiado por Flores da Cunha. A presidência da entidade ficou sob responsabilidade de Glória Velho Weis, que também era a oradora oficial, juntamente com Flory Maria Sperb. A vice-presidente era Emma Kunz, sendo secretárias as senhoras Maria Haydée Crusius e Beatriz Moog Eidler. As tesoureiras foram Lidia Seibel e Erna Schier. Compuseram o conselho fiscal: Hery Thiesen, Izula Vasques Villanova, Edith Daudt, Abelina Schütz, Amalia Weber, Glória Hoffmann, Ella Klein, Hilda Hoffmeister, Olinda Hoffmann, Aristotelina Manique, Wilma Branger, Sibilla Klippel, Adolfina Müllenschlader e Lídia Lenz.[19]

Não foi possível fazer o mapeamento biográfico e dos vínculos familiares de todas as mulheres que exerceram postos-chave na agremiação florista. Glória Velho Weis era esposa do mencionado Arnildo Helmuth Weis, que rompera com Theodomiro Porto da Fonseca alguns meses antes. Emma Kunz foi casada com Frederico Guilherme Otto Kunz, que havia se candidatado ao cargo de vereador em 1935, representando o distrito de Sapiranga, lançando seu nome pela Frente Única Gaúcha – sem obter êxito naquele pleito. Antes disso, na década de 1920, havia ocupado o cargo de subintendente de Sapiranga, sendo filiado ao PRR. A presença de Emma Kunz como vice-presidente da Ala Democrática Liberal pode indicar uma aproximação entre o bloco do PRL que ainda apoiava Flores da Cunha com dissidentes da Frente Única Gaúcha, que também se posicionaram favoráveis ao governador. Sobre Abelina Schütz, Ella Klein, Sibilla Klippel e Lídia Lenz foi possível mapear que eram, efetivamente, residentes em Sapiranga, sendo seus maridos exponenciais líderes comerciais e políticos locais.

Em 24 de maio daquele ano de 1937, durante o Congresso do Partido

19 Jornal *A Federação*, 1º/09/1937, Ano LIV, n. 199, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/388653/82555, acesso em: 31 ago. 2020.

Republicano Liberal, foi oficializada a expulsão de Theodomiro Porto da Fonseca do partido, em decorrência de seu rompimento com Flores da Cunha. A partir deste episódio, as consequências dos embates políticos se desdobrariam em diferentes espaços sociais, como foi o caso do Clube Rio-grandense, importante e representativo local de sociabilidade da elite leopoldense. Conforme Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos (2020), este clube se diferenciava dos demais existentes em São Leopoldo por seu discurso mais nacionalista, ao afirmar que "havia sido, efetivamente, fundado por brasileiros", no ano de 1914.

Naquele mês de julho de 1937, foi lançada uma convocatória aos sócios do Clube Rio-grandense, que tinham suas mensalidades quitadas.[20] A reunião tinha por finalidade a eleição para a nova diretoria da sociedade. A presidência da sessão coube a Latino Lacroix, membro da diretoria que estava à frente do clube naquele período,[21] sendo secretariado por Elpídio Azambuja. Feita a leitura da ata anterior, Lacroix deu continuidade aos trabalhos, dando início ao processo eleitoral. Naquele momento Albano Gaspar de Oliveira – que integrava o grupo de oposição ao prefeito Theodomiro Porto da Fonseca – pediu a palavra, sugerindo que fosse nomeada uma comissão diretora para conduzir momentaneamente o clube, realizando, sobretudo, uma auditoria nas contas do clube. Argumentou que sua proposta era válida e encontrava respaldo nos artigos de números 18 e 19 dos estatutos da entidade, que previam eleição e prestação de contas anuais. Segundo Albano de Oliveira, desde 1934 não eram realizadas eleições e prestação de contas da situação financeira do Clube Rio-grandense.

Latino Lacroix refutou as acusações de Oliveira, afirmando que a entidade estava sendo dirigida, interinamente, por seu vice-presidente, coronel Lafayete Ribeiro Pinto – vereador aliado de Theodomiro Porto da Fonseca. Além disso, as dificuldades em realizar uma prestação de contas mais pormenorizada se davam por conta do arrendamento da sede do clube. Albano de Oliveira não aceitou os argumentos de Latino Lacroix e declarou que aquela assembleia não era legítima, pois estava sendo conduzida de forma irregular, descumprindo os estatutos. Naquele momento Theodomiro Porto da Fonseca, que se fazia presente, sugeriu que se levasse a proposta de Oliveira em votação, decidindo, deste modo, se deveria ou não ser realizada a eleição de uma nova gestão. Naquele momento, um novo embate teve início, pois foi constatado que alguns nomes de sócios estariam impossibilitados de votar – e serem votados. Dentre os impossibilitados, estavam o consultor jurídico da Associação Comercial de São Leopoldo, J. Germano Sperb, Nazizeno dos Santos e Nei Câmara, ex-candidato à prefeitura leopoldense

20 Jornal *A Federação*, 24/07/1937, Ano LIV, n. 167, p. 7. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/388653/82324, acesso em: 31 ago. 2020.

21 Não foi possível confirmar qual era o cargo efetivamente exercido por Latino Lacroix.

em 1935, pela Ação Integralista Brasileira. Os três citados eram, politicamente, oposicionistas ao coronel Theodomiro Porto da Fonseca.

Diante da situação, Theodomiro Porto da Fonseca determina que se proceda a eleição para a nova direção, conforme previsto na convocatória. Albano Gaspar de Oliveira, em protesto, deixou a reunião, sendo acompanhado por Ramiro Corrêa, filho do ex-intendente João Corrêa. Após terem os dois sócios deixado o recinto, os demais votantes atenderam a solicitação do prefeito leopoldense, sugerindo, no entanto, que a eleição se procedesse com chapa em branco. Realizada a votação, a diretoria eleita ficou assim composta: Latino Lacroix, como presidente e para a comissão de contas, Germano Hauschild (presidente da Câmara Municipal de Vereadores), Emílio Bender (tesoureiro da Prefeitura Municipal) e o major Luiz Lourenço Stabel (coletor federal em São Leopoldo). A secretaria do clube ficou a cargo de Elpidio Azambuja e a tesouraria com Oscar Diedrich. Todos destacados apoiadores de Theodomiro Porto da Fonseca. Politicamente, o episódio serviu como um embate de forças entre floristas e o grupo pró-Theodomiro. E, conforme visto, o grupo do prefeito leopoldense se sagrou vitorioso.

Latino Fernandes Lacroix nasceu na cidade de Itaqui, em 24 de março de 1881. Residiu em cidades como Santa Maria e Rio Grande, até fixar residência em São Leopoldo, onde se tornou diretor local da Viação Férrea do Rio Grande do Sul. Se envolveu na política leopoldense, fazendo parte do PRR. O jornal *A Federação*, em sua edição de 23 de novembro de 1931, registrou que Latino Lacroix, como presidente do Centro Republicano Coronel João Corrêa, ficou encarregado de conduzir o então ministro do Trabalho, Lindolfo Collor, de Porto Alegre até São Leopoldo, para um jantar festivo que lhe estava sendo oferecido.[22] Posteriormente, exerceu a função de secretário da Prefeitura Municipal, inclusive assumindo interinamente a chefia do governo em algumas oportunidades, durante viagens ou outros impedimentos de Theodomiro Porto da Fonseca. Em março de 1936, foi exonerado do cargo de secretário, sendo nomeado delegado de Polícia em São Leopoldo.[23] Para seu lugar, foi nomeado Leopoldo Sefrin. Algum tempo depois, Lacroix foi reconduzido à Secretaria da Prefeitura Municipal. Quando Latino Lacroix faleceu, em 15 de junho de 1942, o cargo de secretário já era ocupado por Carlos de Souza Moraes.

Estavam previstas eleições presidenciais para 3 de janeiro de 1938. Nacionalmente, em torno do nome de Armando de Salles Oliveira, ex-interventor e governador de São Paulo, foi articulada a criação de uma agremiação

22 Jornal *A Federação*, 23/11/1931, Ano XLVIII, n. 270, p. 5. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/388653/70112, acesso em: 9 ago. 2020.

23 Jornal *A Federação*, 17/03/1936, Ano LIII, n. 64, p. 7. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/388653/79279, acesso em: 9 ago. 2020.

política, que recebeu a denominação de União Democrática Brasileira (UDB). Esse partido contava com a adesão de partidos estaduais, como o Partido Progressista e o Partido Republicano Mineiro (Minas Gerais), cujos líderes eram, respectivamente, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada e Artur Bernardes (ex-presidente da República); Partido Republicano Baiano e Concentração Autonomista da Bahia, opositores ao governador Juraci Magalhães; Frente Única Paranaense, chefiada por Agostinho Monteiro (Paraná); e o Partido Social Democrático (Ceará), chefiado por Juarez Távora – que ocupava naquele momento a presidência da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, como visto no capítulo anterior. Não podemos desconsiderar que a adesão de Juarez Távora ao candidato de oposição à Vargas, de certo modo, tenha contribuído para um enfraquecimento da SAAT a partir da implantação do Estado Novo, como uma espécie de retaliação.

A reunião que deu origem à UDB ocorreu em 10 de junho de 1937, embora a fundação oficial consta com a data de 1º de julho daquele ano. No Rio Grande do Sul, a UDB contou com apoio de Flores da Cunha e dos integrantes do PRL que se mantinham alinhados com o governador estadual. Isso permitiu a articulação de diretórios apoiadores à candidatura de Armando de Salles Oliveira em alguns municípios. Contudo, a campanha da UDB, no que tange seu alcance territorial, foi limitada. No estado sul-rio-grandense, comícios foram realizados nas cidades de Pelotas, Bagé e Porto Alegre, em setembro de 1937.

Entretanto, na medida em que as intenções de Getúlio Vargas em se manter no poder iam se tornando mais nítidas, a campanha de Armando de Salles Oliveira começava a ser desacreditada. O golpe definitivo ocorreu com a renúncia de Flores da Cunha, em 17 de outubro daquele ano. Naquele momento, ficava evidente que Vargas e parte dos militares preparavam um golpe de Estado, visando perpetuarem-se no poder federal. Diante daquela atmosfera, os representantes da UDB no Congresso Nacional, deputado João Carlos Machado – membro do PRL e apoiador de Flores da Cunha – e senador Paulo de Moraes Barros, fizeram a leitura de uma carta redigida por Armando de Salles Oliveira, solicitando que os comandantes militares adotassem uma postura de legalidade, evitando o golpe de Estado. Entretanto, a censura impediu que o texto fosse publicado na imprensa. E o golpe que implantou o Estado Novo foi deflagrado dois dias depois, em 10 de novembro de 1937.

Se a Dissidência Liberal estava alinhada com Getúlio Vargas e o PRL florista sustentava a candidatura de Armando de Salles Oliveira, divisões também ocorreram dentro do Partido Republicano Rio-grandense e o Partido Libertador. No caso do PRR, a direção partidária apoiou José Américo de Almeida, candidato situacionista que, aparentemente, contava com o apoio de Getúlio Vargas. Essa decisão desagradou parte dos correligionários. Lindolfo

Collor, na liderança de um grupo dissidente, deixou o PRR e fundou, em abril de 1937, nova agremiação política: o Partido Republicano Castilhista (PRC). De existência efêmera, o PRC se engajou na campanha de Armando de Salles Oliveira e também ofereceu apoio ao governador Flores da Cunha.

Assim como ocorreu com o PRR, a direção do Partido Libertador também declarou seu apoio à José Américo de Almeida. Descontentes, um grupo formado pelos generais Felipe Portinho e Cândido Carneiro Júnior, Gabriel Pedro Moacyr, Fay de Azevedo, coronel Laudelino Barcelos, entre outros, articulou a Ação Libertadora, bloco dissidente do PL. Assim como o PRC, a Ação Libertadora aderiu ao programa da União Democrática Brasileira e seu candidato. Sua atividade política perdurou pouco tempo, pois em 2 de dezembro de 1937, com o decreto nº. 37, foi extinto, assim como os demais partidos políticos existentes no Brasil até aquele momento.

Em São Leopoldo, embora existam poucos registros, a Ação Libertadora e o Partido Republicano Castilhista também tiveram certa atuação. Durante a pesquisa, encontramos notícia publicada no jornal *A Federação*, com data de 23 de julho de 1937.[24] A publicação relatou a ocorrência de um comício de apoio ao candidato Armando de Salles Oliveira em Lomba Grande, então 6º distrito leopoldense. A atividade política foi organizada pelos diretórios locais da Ação Libertadora, PRL e do PRC. Naquela oportunidade, o coronel Janjão Pereira, membro da comissão executiva do PRL leopoldense – bloco florista –, empossou o diretório distrital de Lomba Grande, composto por: Augusto Purper, Nicolau Plentz, Augusto Emílio Allgayer, Alfredo José Müller, Alfredo Beck, Aluísio Haubert e tenente João Prates Machado, este último subdelegado e subprefeito de Lomba Grande – e que havia aderido ao movimento golpista/revolucionário capitaneado por Theodomiro Porto da Fonseca em outubro de 1930. O comício foi presidido por Alcides Flores Soares Júnior, integrante do Diretório Central do Partido Republicano Castilhista.

EIS QUE SE INSTALA DO ESTADO NOVO NO BRASIL!

Em outubro de 1937, quando ocorreu a renúncia de Flores da Cunha ao governo do Rio Grande do Sul e a nomeação do general Daltro Filho como interventor federal, também iniciaram mudanças na burocracia pública que envolvia os municípios. Uma das áreas envolvidas no processo foi a policial, com alterações no quadro de delegados e subdelegados. Fato esse que envolveu São Leopoldo, tanto na sede municipal quanto em seus distritos.

Para o cargo de delegado de Polícia foi designado Latino Lacroix,

24 Jornal *A Federação*, 23/07/1937, Ano LIV, n. 165, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/388653/82309, acesso em: 5 jun. 2019.

substituindo Leovegildo Ramos de Souza. Essa nomeação ampliava o poder de Lacroix, que acumulava o novo cargo com a função de secretário da Prefeitura Municipal de São Leopoldo. Na mesma oportunidade, os subdelegados que atuavam nos distritos também foram exonerados, sendo substituídos por homens de confiança dos novos governantes estaduais – com aprovação de Theodomiro Porto da Fonseca.

Na sede, Elíbio Weber assumiu no lugar de Arancibio Corrêa dos Reis, que estava no bloco florista e de oposição ao prefeito Theodomiro. Em Campo Bom, Carlos Jacob Weiss foi substituído por Walter Thöen – reassumindo cargo que já ocupara na década anterior. Em Bom Jardim, foi Felipe Rodrigues Penha que cedeu seu cargo para Gustavo Adolfo Dreyer. No distrito de Dois Irmãos, Carlos Theobaldo Sperb, que havia sido subprefeito na localidade, assumiu a função que estava sendo exercida por Leovegildo Ramos de Souza – que era delegado na sede e subdelegado distrital, concomitantemente. Vitório Zanella Neto, em Sapiranga, foi substituído pelo capitão João Corrêa, fiel ao bloco dissidente liderado por Theodomiro Porto da Fonseca. Lindolfo Oscar Becker assumiu em Lomba Grande, no lugar do tenente João Prates Machado, que havia rompido em maio de 1937 com o prefeito leopoldense. José Atanásio Dias, também da ala que se manteve em consonância com Flores da Cunha, deu espaço para Avelino Silveira. Nos distritos de Herval, Joaneta, Estância Velha e Nova Palmeira, os respectivos subdelegados Alberto Meurer, João Kuhn Sobrinho, Adolfo Dietrich e Emílio Zwetsch entregaram seus cargos aos nomeados Otto Loch, Arthur Stumpf, Carlos Matte Neto e José Apolônio da Costa.[25]

Derrotado aquele que, no horizonte, poderia ser visto como principal adversário nos planos de Vargas em se manter no poder, ou seja, com a capitulação de Flores da Cunha, o caminho estava livre para a execução do golpe de Estado arquitetado por Getúlio e a ala militar do Governo. Assim, em 10 de novembro de 1937, o Brasil adentra em um regime ditatorial que perdurou por oito anos: o Estado Novo. Na mesma data, uma nova Constituição Federal entrou em vigor no país, extinguindo o Poder Legislativo, entre outras medidas. No caso de São Leopoldo, o coronel Theodomiro Porto da Fonseca permaneceu no poder municipal até novembro de 1944 – perfazendo dezesseis anos no poder –, quando cedeu o posto para seu secretário municipal e fiel colaborador: Carlos de Souza Moraes.

Como palavras de conclusão deste capítulo, destacamos que o objetivo não foi esgotar o assunto, pois ainda existem outras fontes de pesquisa e relações que podem ser estabelecidas, analisadas, questionadas. Mas, nosso objetivo é,

25 Jornal *A Federação*, 29/10/1937, Ano XLI, n. 242, p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/388653/82872, acesso em: 9 ago. 2020.

ao verticalizar nosso olhar historiográfico para um ambiente local, demonstrar como existe uma dinâmica complexa e de ambivalência entre este ambiente e o que ocorre em dimensões maiores. Assim, os fenômenos locais não podem ser interpretados pelas lentes do "localismo", mas por uma conjuntura teórica, metodológica e crítica mais robusta e qualificada. Assim, podemos finalizar esse texto parafraseando a ideia do dramaturgo russo Leon Tolstói (1828-1910): "não há nada mais global que nossa própria aldeia".

REFERÊNCIAS

BRUINELLI, Tiago de Oliveira. São Leopoldo e a 'Revolução de 1930' - um possível uso da fotografia como documento histórico. **Cadernos IHU** (UNISINOS), v. 40, p. 6-39, 2012.

FLECK, Lúcio. **História de Sapiranga**. [s.l.]: Pallotti, 1994.

GERTZ, René E. **O Aviador e o Carroceiro**: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. (Coleção História: 50).

LOVE, Joseph. **O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975.

MOEHLECKE, Germano Oscar. **São Leopoldo**: contribuição à história da vida política e administrativa (1824- 2010). São Leopoldo: Oikos, 2011.

RAMOS, Eloisa Helena Capovilla da Luz. **O Teatro da Sociabilidade**: Clubes sociais como espaços de representação das elites urbanas alemãs e teuto-brasileiras: São Leopoldo, 1850-1930. São Leopoldo: Oikos, 2020.

RÉMOND, René (org.). **Por Uma História Política**. Rio de Janeiro: UFRJ, FGV, 1996.

SANTOS, Rodrigo Luis dos. **Um caminho, múltiplas escolhas**: Carlos de Souza Moraes e sua atuação político-intelectual no Rio Grande do Sul (1930-1950). Tese de Doutorado – PPGH/UNISINOS, São Leopoldo (RS), 2021.

SANTOS, Rodrigo Luis dos. **Tramas enlaçadas**: política, religião e educação no Rio Grande do Sul da primeira metade do século XX. Porto Alegre: Editora Fi, 2018.

LÍNGUA, EDUCAÇÃO, RELIGIÃO E SOCIABILIDADES



DIACRONIA DO CONTATO ALEMÃO-PORTUGUÊS: BREVE HISTÓRIA LINGUÍSTICO-CONTATUAL DA IMIGRAÇÃO ALEMÃ NO RIO GRANDE DO SUL

Amanda Timmen Mello[1]

Como era linguisticamente a matriz de origem dos primeiros imigrantes alemães que chegaram ao Brasil? Qual é o alemão, digo, quais são as variedades do alemão faladas no Brasil? Houve contatos linguísticos ainda na Alemanha que podem ter facilitado a "romanização" do alemão falado em terra sul-americana? Como se deu o contato alemão-português no novo meio e como a base histórico-contatual da imigração se inscreve na língua e cultura dos imigrantes e seus descendentes? Ainda, quais avanços foram feitos quanto ao estudo e à manutenção das línguas minoritárias no Brasil?

Este capítulo revisita a trajetória da imigração alemã no Brasil, com foco nas dinâmicas linguísticas que marcaram os encontros entre variedades do alemão e as línguas românicas, em especial o português brasileiro – a partir, inclusive, de exemplos encontrados pela própria autora no acervo de cartas privadas do projeto ALMA-Histórico.[2] A análise parte da matriz de origem europeia dos imigrantes, considerando fatores históricos, sociais e culturais que impulsionaram a emigração, até chegar às formas de contato e adaptação no novo meio. Ao examinar desde os primeiros registros de romanização, na

1 Doutoranda em Estudos da Literatura (Teoria, Crítica e Comparatismo) pelo Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGLET) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil. E-mail: amanda.timel@gmail.com.

2 Alguns dos exemplos apresentados neste capítulo foram retirados do grande acervo de dados do ALMA-Histórico, constituído de cerca de 1.000 cartas do âmbito privado escritas no contexto da imigração alemã para o Brasil. A coleta desse material iniciou com os levantamentos de dados para o Atlas Linguístico-Contatual das Minorias Alemãs na Bacia do Prata: Hunsrückisch (ALMA-H/UFRGS), entre 2007 e 2010, e recebeu um grande impulso nos anos seguintes, de 2011 a 2013, graças às pesquisas de Joachim Steffen como Bolsista Feodor Lynen, da Fundação Alexander von Humboldt (AvH), no projeto. As cartas foram coletadas e fotografadas não apenas em arquivos históricos e acervos de pesquisadores que gentilmente cederam cópia de cartas para a pesquisa, mas também à domicílio, em acervos de famílias de imigrantes no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, respeitando a manutenção do original e contando com a devida autorização para uso nas pesquisas do ALMA. Para mais informações sobre o macroprojeto ALMA, sob a coordenação, até meados de 2025, de Harald Thun † 09/07/2025 (Kiel) e Cléo V. Altenhofen (Porto Alegre), conferir: https://www.ufrgs.br/projalma/macroprojeto-alma-h/.

Europa, até as atuais iniciativas de preservação no Brasil, busca-se aqui iluminar as transformações da língua e da identidade teuto-brasileiras, bem como lançar luz sobre a relevância das políticas linguísticas voltadas às línguas minoritárias no país.

1. A LÍNGUA QUE CHEGA AO BRASIL

1.1 DA MATRIZ DE ORIGEM AO NOVO MEIO

O século XIX foi para a Europa e para o mundo ocidental um verdadeiro divisor de águas que desaguaram na sociedade moderna. Trata-se de um espaço de tempo que engloba eventos políticos, inovações científicas e ideológicas e revoluções que marcaram a história da humanidade, tudo isso em meio ao avanço da industrialização e à consolidação de uma sociedade permeada pela luta de classes (Kocka, 2001). É justamente na primeira metade desse século tão notável que tem início um longo processo emigratório para além do território da atual Alemanha, que na época ainda não constituía o estado nacional que conhecemos hoje. Um dos destinos dessas levas migratórias, que se estenderam por quase um século, foi o Brasil.

A partir da primeira metade de 1800, chegaram ao Brasil imigrantes de diferentes regiões da Alemanha, trazendo consigo variedades dialetais e bagagens culturais diversas que, em terras latino-americanas, passaram a compartilhar um novo espaço geográfico e social (Altenhofen; Steffen; Thun, 2018). Quando se questiona o porquê de tantas famílias e cidadãos isolados terem deixado sua terra natal nesse momento da história, é frutífero trazer para a discussão o que se conhece como *Push-and-Pull Migration Modell*, que Alheit (2020) empresta de Lee (1966) para sua análise das motivações da emigração. A partir desse modelo, pode-se considerar que, quando se fala de migração, fala-se de um ato que envolve uma origem, um destino e uma série de obstáculos que intervêm no caminho entre os dois, distinguindo fatores que atraem os migrantes (fatores de atração, *Push-Motives*) de outros que tendem a repeli-los (fatores de pressão/expulsão, *Pull-Motives*) (Lee, 1966; Alheit, 2020).

Quanto à emigração alemã para o Brasil, sabe-se que uma das regiões de onde saíram boa parte dos emigrantes no início do século XIX foi a do Hunsrück e seu entorno na Renânia Central (Altenhofen, 1996). A região renana, especificamente, esteve sob ocupação francesa ao longo do Império Napoleônico (1794-1814), de forma que, por conta dos altos fornecimentos que tiveram de ser feitos às forças gaulesas, finda a ocupação, a pobreza e a miséria que já assombravam a Alemanha desde o final do século anterior foram intensificadas (Dreher, 2014). Condições precárias de manutenção de

prédios e instituições públicas, somadas à escassez e fome decorrentes do *boom* populacional europeu na virada do século, fizeram da emigração uma medida de controle para as forças do Reino da Prússia e uma esperança para parte da população, em especial as camadas rurais (Dreher, 2014; Kocka, 2001). Dessa forma, a crise e as dificuldades na terra natal podem ser consideradas fatores de pressão/expulsão para a partida de alemães com destino ao Brasil – localidade que ganhava destaque na época devido a certos elementos mais convidativos.

Cartas datadas do período inicial da imigração alemã no Brasil, enviadas de recém imigrados aos seus familiares no antigo continente, não deixam de descrever a melhor qualidade de vida em solo brasileiro se comparada à realidade vivida na Europa (Altenhofen; Steffen; Thun, 2018). Nessas cartas, evidencia-se como o clima favorável e o solo fértil do sul do país permitiriam fartas colheitas e meios de subsistência; o colono teria sua própria terra, possuiria seu próprio cavalo, não passaria fome e nem muitas outras necessidades no geral (Altenhofen; Steffen; Thun, 2018; v. também os contos no *Koseritz' Deutscher Volkskalender*, descritos por Koch, 1964a, 1964b). Assim, as cartas, bem como as propagandas de agências de emigração e a necessidade de povoação e mão de obra por parte do império brasileiro funcionaram como uma forma de divulgação dos fatores de atração para novos imigrantes, tal qual uma propaganda do futuro cheio de esperança que o novo meio poderia oferecer.

Emigrar em uma época em que as viagens duravam semanas e as condições sanitárias não eram nem de longe ideais, deixando para trás amigos e família, exigia, sem dúvida, um certo descontentamento com a sua realidade e um grande desejo de conquistar uma vida melhor. O fato é que, por atração, pressão, escolha pessoal ou mesmo falta de escolha, no dia 25 de julho de 1824 o Brasil recebeu uma primeira leva de alemães em território sul, então degredados (Dreher, 2010). Imigrantes provenientes de terras germânicas não eram uma novidade total na época: em 1818 e 1822 já haviam sido fundadas colônias privadas na Bahia, a saber, Leopoldina e Frankenthal. Essas contudo não duraram muito, especialmente em função do clima tropical da região não ser tão propício. Além disso, em 1819, Nova Friburgo (RJ), a colônia estatal alemã mais antiga do Brasil, foi criada (Schapelle, 1917; Rosenberg, 2018). Ainda assim, a partir de uma incumbência dada ao ajudante de ordens da imperatriz Dona Maria Leopoldina de recrutar soldados e colonos em território de língua alemã, teve início, no começo da década de 1820, um extenso e promissor projeto de estabelecimento de colonos alemães no Rio Grande do Sul (RS) (Dreher, 2014). O propósito era habitar esse amplo território nacional, contribuindo para reforçar a independência de Portugal e a alegação de propriedade por parte do Brasil sobre essa zona fronteiriça, que necessitava de proteção contra possíveis incursões dos países vizinhos (Dreher, 2014; Roche, 1969).

Segundo Dreher (2014, p. 116), "era necessário povoar. Esse povoamento, por seu turno, deveria ser intensivo", o que fez das colônias no sul do Brasil um marco de grande relevância para a imigração alemã no país. O método de povoamento em picadas e o solo fértil, o clima adequado, contribuíram para o alastramento da população de alemães e seus descendentes. Esses tiveram como porta de entrada o RS e, ao longo das décadas seguintes, continuaram migrando e se estabelecendo em demais estados, tendo alcançado boa parte da Bacia do Prata e chegado até mesmo ao norte do país (Altenhofen; Morello, 2018).

1.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A REGIÃO DE PARTIDA E O NÍVEL DE LETRAMENTO DOS IMIGRANTES

Ainda que no início dos movimentos migratórios fossem predominantemente os alemães do norte (*Mecklenburgers*,[3] *Holsteiners*, *Hamburgers* e *Lübeckers*) que migrassem para o Brasil, nos anos seguintes, populações do sudoeste da Alemanha, mais especificamente do atual estado da Renânia-Palatinado, como já mencionado, constituíram, de longe, o maior contingente (Altenhofen, 1996). Uma das áreas de onde chegou parte desses imigrantes pode ser delimitada como a zona de elevação do Hunsrück, que constitui a origem da variedade brasileira denominada Hunsrückisch (pt. "hunsriqueano"). A região situa-se na Renânia Central, no centro-oeste da Alemanha, e é cercada pelos rios Reno, Mosela, Nahe e Sarre.

Linguisticamente, o Hunsrück se caracteriza como uma matriz de base dialetal bastante diversa. É relevante notar, contudo, que o repertório dos imigrantes que chegaram ao Brasil a partir de 1824 não se limitava a essa base dialetal, à bagagem *substandard*, mas muito provavelmente incluía também noções do *standard*, contatos com outras variedades do alemão e, em certos casos, uma possível bagagem, mesmo que precária, de conhecimentos de línguas românicas (como será tratado na seção seguinte). Sobre o *standard* presente no repertório dos imigrantes, não se tratava propriamente do alto-alemão padrão de hoje, mas sim de uma variedade que Herrgen e Schmidt (2011) identificam como *landschaftliches Hochdeutsch*: um sistema de oralização regional em processo de "normalização", muito influenciado pela linguagem escrita.

3 Dreher (2010) descreve a trajetória dos *Mecklenburgers* enviados ao Brasil como parte de um programa de colonização promovido pelo grão-ducado de Mecklenburg-Schwerin no início do século XIX. Esses indivíduos, em sua maioria condenados por pequenos delitos, foram deportados com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento de colônias no Brasil, enquanto se aliviava a pressão social e econômica no ducado.

> Como era esse "modo de falar", ou melhor, como soava no ouvido das pessoas? Ao se orientar pela escrita, as marcas dialetais locais ou de pequenas áreas foram caindo. O que permaneceu foram as marcas fonéticas, comuns a todos os dialetos do entorno, ou seja, as marcas das grandes áreas linguísticas. [...] Se os dialetos do Palatinado e os dialetos do Hunsrück não conheciam a metafonia (*Umlaut*) na grafia de <ü>, <ö> e <eu, äu>, isso explicava por que, no Hochdeutsch [alemão padrão] do Palatinado e no Hochdeutsch [alemão padrão] do Hunsrück, "süß" se pronunciava como "siiss"; do mesmo jeito "böse" como "beese" e "Deutsch" como "Deitsch" (Schmidt, 2024, p. 78-79).

Schmidt (2024, p. 79) afirma que o *landschaftliches Hochdeutsch* estava muito relacionado com o ensino, em especial as aulas de leitura. O autor propõe inclusive que, com a escolaridade obrigatória, introduzida pelo governo prussiano efetivamente por volta de 1800, "pode-se supor que muitos dos primeiros imigrantes ao Brasil (1824) já tenham trazido junto esse novo modo de falar".

De fato, ainda que as primeiras regulamentações sobre a obrigatoriedade escolar na Prússia (*preußische Schulpflicht*) datem de 1763 (DFG, 1763), a reorganização do Estado após o Congresso de Viena, em 1815, teve impacto especial na política escolar e disseminação da alfabetização (Elspass, 2005). Isso fez com que os emigrantes prussianos se destacassem por seu alto nível de alfabetização ao longo do século XIX (von Polenz, 1999), contudo, como afirma Elspass (2005), ainda havia muitas pessoas analfabetas, especialmente entre as primeiras gerações de 1800. Assim, essa não deixa de ser uma questão que gera divergências, conforme contraposto em excerto de Dreher (2014, p. 95):

> Durante a ocupação francesa, a população empobrecera a ponto de não mais conseguir juntar o necessário para pagar os professores e manter as salas de aula. Foi longo o caminho a ser perseguido pela administração prussiana até que o sistema escolar voltasse a uma situação de normalidade. Isso explica que, entre as crianças e os adolescentes imigrados, não poucos iriam ser analfabetos ou ter escolaridade deficiente, mesmo que já desde o século XVIII a Prússia tivesse estabelecido ensino escolar obrigatório e que outros estados alemães tivessem seguido seu exemplo.

A hipótese que se coloca é que, entre os primórdios da instauração da escolarização obrigatória na Prússia e meados da Era Napoleônica, a alfabetização na região da Renânia estava consideravelmente difundida. A fluência em cartas do período napoleônico, escritas por jovens recrutas alemães e analisadas por Thun e Wilkin (2018) (ver seção seguinte), parece ratificar isso. A questão é justamente o declínio econômico e social no período logo após Napoleão, que parece ter dificultado a situação em especial na zona de elevação do Hunsrück – território, como já mencionado, até então ocupado pelos franceses –, apesar da disseminação crescente da alfabetização no restante

do Império. As dívidas resultantes teriam estagnado o investimento no sistema escolar da região a partir de 1815, o que pode ter resultado no baixo nível de alfabetização entre as primeiras gerações de imigrantes no Brasil, sobretudo dos jovens. A escolarização só retornaria à normalidade na metade de 1800, impactando, dessa forma, as levas posteriores de imigrantes.

Agora, voltando um pouco no tempo, cabe trazer alguns elementos de uma "pré-história" do alemão em questão. Partindo da hipótese de Thun e Wilkin (2018), serão analisados, brevemente, aspectos dos contatos linguísticos no continente Europeu que podem ser considerados facilitadores da "romanização" da(s) variedade(s) do alemão que chegam ao Brasil.

2. SOBRE UMA PRÉ-HISTÓRIA POSSÍVEL: ASPECTOS FACILITADORES DA "ROMANIZAÇÃO"

A língua alemã é historicamente caracterizada como língua germânica ocidental, ou seja, membro de um dos três ramos da família de línguas germânicas. Uma família distinta é a das línguas românicas, originárias do latim, entre as quais se encontra o português brasileiro. Essas duas genealogias se desenvolveram separada e paralelamente ao longo dos séculos até se encontrarem em situação bastante única no sul do Brasil; contudo, essa não foi nem de longe a primeira vez na história em que entraram em contato.

Harald Thun e René Wilkin (2018, p. 41), a partir de sua análise de cartas escritas por jovens soldados alemães no período napoleônico e cedidas pelo Arquivo Estatal de Lüttich/Liège, identificam em seu *corpus* consequências do contato alemão-francês "em diferentes níveis: no nível da aprendizagem da língua, da substituição linguística, do code-switching,[4] da adoção eventual ou permanente de palavras e expressões francesas, bem como da reescrita de nomes alemães sob influência do francês".

Essas cartas foram escritas, em grande parte, por pessoas de classe baixa de áreas de língua alemã na Bélgica e na fronteira com a Alemanha, mais especificamente no noroeste da região do Hunsrück. Na época, entre 1805 e 1813, havia algumas oportunidades de aprender francês por alfabetização formal no exército, e o contexto militar e a vida de soldado permitiram a entrada de galicismos característicos dessa realidade no alemão falado pelos jovens recrutados. A análise aprofundada no texto de Thun e Wilkin (2018) permitiu aos autores o levantamento de uma hipótese bastante relevante para a presente dissertação. Trata-se da concepção de que, se

4 *Code-switching* (pt. "alternância de código") ocorre quando um falante alterna, em um mesmo discurso, entre diferentes línguas ou entre variedades de uma mesma língua.

> [...] pensarmos, em uma perspectiva temporal mais ampla, na relexicalização posterior por meio de palavras portuguesas e espanholas, fica claro, a partir do pressuposto provável de uma continuidade entre soldados e emigrantes, que a nova romanização do Hunsrückisch na América foi de certo modo facilitada, graças aos galicismos paralelos que já estavam presentes nessas línguas e também, naturalmente, devido à proximidade entre essas línguas românicas. Isso também tem motivos extralinguísticos paralelos. Por essa razão, o processo de re-romanização pôde iniciar rapidamente (Thun; Wilkin, 2018, p. 43).

A ideia de que o contato com o francês no período napoleônico, isto é, pouco antes da imigração, tenha facilitado a romanização do alemão no Brasil é bastante instigante e pode ser enriquecida quando consideramos a história dos contatos linguísticos na sua matriz de origem renana e no âmbito da língua alemã como um todo. Trata-se de uma história que tem início com a ocupação romana no sudoeste da Alemanha, já no século I A. E. C. (Besch; Wolf, 2009). Frings (1957) chega a identificar a região entre os rios Mosa e Mosela como uma das mais relevantes zonas de contato entre os romanos e as tribos germânicas, cujo âmago era a cidade de Trier, importante centro no final da Antiguidade.

Schumann (2009), por sua vez, trata da influência do latim no alto-alemão antigo em dois períodos, sendo o primeiro chamado "secular": a conquista e ocupação romana trouxe consigo tecnologias, materiais e trocas comerciais que até então não existiam para os germânicos. Resultados desses primeiros séculos de contato podem ser vistos hoje nos campos da construção de casas (p. ex. *Mauer*, *Fenster*, *Keller*), do comércio e da locomoção (p. ex. *Münze*, *Pfund*, *Korb*, *Straβe*), dos nomes de frutos e seus derivados (p. ex. *Frucht*, *Birne*, *Kirsche*, *Wein*), sem falar até mesmo nos nomes dos dias da semana e dos meses (Munske, 2001; Besch; Wolf, 2009). Um segundo período, já posterior ao Império Romano e que se estendeu até o final da Idade Média, teria sido o "religioso", em que a disseminação do cristianismo e o acesso à Bíblia e a outros textos do cristianismo fizeram com que a língua da igreja, o latim eclesiástico, exercesse uma imensa influência sobre o germânico ocidental (Schumann, 2009; Gärtner, 2018).

Atualmente, como destaca Munske (2001, p. 12, tradução minha), esse vocabulário inicial resultante de empréstimo

> [...] é considerado integrado em todas as línguas germânicas, não é mais percebido como "estrangeiro" de forma alguma. Há três motivos para isso: (1) a falta de escrituralidade no contato linguístico da época, (2) a adaptação expressiva no decorrer de sua adoção como empréstimo e, por fim, e em especial, (3) a posterior incorporação das mudanças fonéticas do alemão.

Mais adiante, entre os séculos XIV e XVII, o Humanismo, com sua redescoberta da língua e cultura antigas, resgata o latim em duas direções: por um lado, alimentando uma "admiração pela linguagem e pela poética dos textos clássicos, combinada com um desejo ambicioso de imitar, evidentemente negligenciando a própria língua materna"; por outro, "dando origem, aos poucos, a esforços para comparar a própria língua com o padrão clássico e melhorá-la de forma análoga" (Besch; Wolf, 2009, p. 94, tradução minha).[5] Concomitante à fundação das primeiras universidades, a base para a linguagem científica popular é formada nesse período; a terminologia alemã acadêmica, jurídica, do sistema estatal, de áreas desde a Matemática até a Música é então alimentada. A influência do latim alcança, nesse ponto da história, além de empréstimos, também a morfologia flexional e até mesmo a sintaxe de textos em alemão (Post, 1982; Besch; Wolf, 2009).

Tendo contemplado a base românica proveniente do latim, pode-se retornar então ao francês como língua historicamente em contato com o alemão. A Renânia ganha destaque desde muito cedo como zona de contato linguístico francês-alemão, devido a suas fronteiras com os atuais territórios da Bélgica, de Luxemburgo e da França. Na Idade Média, a França predomina como centro da cultura da corte e da cavalaria, além de berço da lírica dos trovadores. Poemas e canções chegavam à Alemanha, sendo traduzidos livremente e adaptados, e rendiam diversos empréstimos que permeavam inclusive muito da literatura da época – p. ex. *turnieren, palais*, ou transferências semânticas como *ritterschaft tuon*, do francês antigo *faire chavalerie* (Besch; Wolf, 2009).

A partir do século XVII, o francês é mais uma vez a língua em moda. A Guerra dos Trinta Anos e a fuga de muitos huguenotes para a Prússia, a partir de 1685, contribuiu bastante para a difusão de galicismos na língua alemã, em especial verbos como *presentieren*, *discutieren*, *emittieren*, *confirmieren*, *agieren* e tantos outros (Munske, 2001; Besch; Wolf, 2009). A língua francesa segue em alta até o século XIX, quando abrange justamente o império de Napoleão e nos leva de volta ao gatilho desta seção, relativo à questão sobre a predisposição do alemão à romanização proposta por Thun e Wilkin (2018). Os autores identificam em seu *corpus* de cartas, com maior abrangência, exemplos do que chamam de "interferências do francês", mas destacam que é difícil distinguir entre galicismos novos e antigos,

5 No original: „Bewunderung für Sprache und Poetik klassicher Texte, verbunden mit ehrgeizigem Nachahmungsdrang unter offensichtlicher Vernachlässigung der eigenen Muttersprache"; „erwachsen daraus auch langsam Bemühungen, die eigene Sprache em klassischen Muster zu messen un analog zu verbessern".

> [...] isto é, entre aqueles galicismos que já haviam entrado no alemão *standard* e daí passaram para o Hunsrückisch, ou melhor, que já tinham sido incorporados diretamente ao dialeto antes da ocupação francesa, e aqueles que foram adotados pelos soldados hunsriqueanos através do contato direto com a linguagem de comando francesa, com os camaradas franceses e a população francesa.
> Pode também haver ocorrido um empréstimo paralelo, com a consequência de que, através do alemão standard, galicismos que já tinham sido incorporados no contato direto foram reavivados (Thun; Wilkin, 2018, p. 43).

Esse quadro traz à tona a relevância de considerar todo o panorama histórico do contato entre o alemão como língua histórica[6] e as línguas românicas: até que ponto todo esse repertório de origem exógena não é reavivado no contato com o português? Thun e Wilkin (2018) afirmam que os indícios para o empréstimo direto do francês no início do século XIX, registrados nas cartas que analisaram, poderiam ser percebidos com a forte variação e as marcas de transmissão oral. A maioria dos galicismos presentes no *corpus* se relacionam à linguagem militar e à vida de soldado, alguns exemplos são *bartelgon*, *batellion*, *regement*, *Companei*, *kaemerath*, *soldate*, *Scharschand* (= *sergeant*). Somam-se a esses exemplos galicismos administrativos e "civis", também presentes nessas cartas, como *zertificat*, *serti Viekat*, *attress*, *ich Rekomendir mich in eurem Gebeth*, *arrieviert* (no sentido de "chegar"). Nomes próprios também chegam a partir do francês; além disso, há casos de alternância entre o alemão e o francês no corpo do texto com relativa frequência.

Tem-se, assim, excelentes pistas que dão uma noção do que possivelmente já havia de origem românica no repertório dos imigrantes que chegaram ao Brasil na primeira metade do século XIX, com a concepção de que esses elementos poderiam ter facilitado a entrada do português na(s) variedade(s) do alemão falada no país. Esse quadro complementa o que já foi abordado em relação à bagagem linguística de origem germânica trazida pelos imigrantes de sua matriz de origem. Cabe, por fim, traçar um breve panorama do que cabe observar, histórica e linguisticamente, quanto ao contato alemão-português no Brasil ao longo de mais de um século desde a chegada dos primeiros imigrantes.

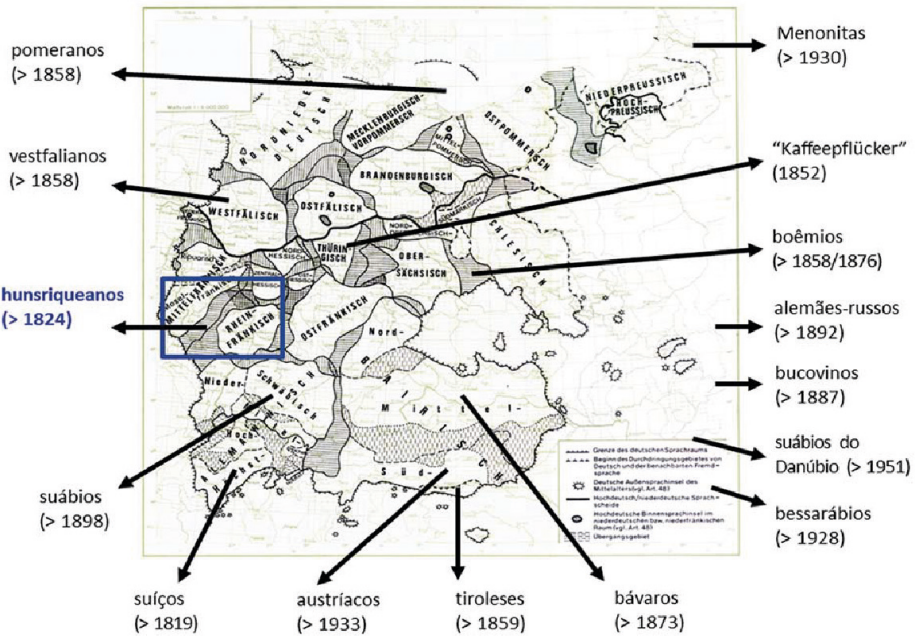
3. A HISTÓRIA DO CONTATO ALEMÃO-PORTUGUÊS NO BRASIL

Até os anos 1980, o estudo da variedade da língua alemã no Brasil era em geral conduzido por meio de um viés homogeneizador. Não era costume trabalhar com a ideia de línguas, dialetos com suas características, histórias e sistemas próprios em contato, mas mais com uma espécie de "mistura", havendo

6 Coseriu (1980, p. 110) propõe o conceito de "língua histórica" para englobar a língua "constituída historicamente como unidade ideal e identificada como tal pelos próprios falantes e pelos falantes de outras línguas, habitualmente através de adjetivo 'próprio': língua *portuguesa*, língua *italiana*, língua *inglesa*, língua *francesa*, etc."

então classificações como *Brazilian German* (Schapelle, 1917), *Brasildeutsch* (Heye, 1981), *Deutschbrasilianisch* (Fausel, 1959) ou *deutsch-brasilianische Mischprache* (Bossmann, 1953). Essa visão já não é mais produtiva, uma vez que oculta a diversidade e as particularidades das variedades do alemão presentes no Brasil. Afinal, existem hoje, no país, entre comunidades de falantes ou ilhas linguísticas, muitas vezes interligadas em arquipélagos,[7] pelo menos 15 variedades, com suas origens identificadas conforme mapa da Figura 1.

Figura 1 – Localização das matrizes de origem das variedades do alemão presentes no Brasil (com destaque para a região do Hunsrück)



Fonte: Altenhofen, Morello *et al.,* (2018, p. 29) a partir de mapa de fundo de Wiesinger (1983, p. 831).

Sabendo disso, tem-se, contudo, que o hunsriqueano[8] ganha destaque entre essas diferentes variedades no Brasil, em especial por conta de seu papel como "língua comum de interação 'com os diferentes' na comunidade" (Altenhofen; Morello, 2018, p. 33), e que Schmidt (2024) associa ao antigo *rheinisches*

7 *Cf.* Steffen e Altenhofen (2014, p. 39, tradução minha): "As comunidades linguísticas têm antes o caráter de um arquipélago, ou seja, uma multiplicidade de ilhas interconectadas entre as quais ocorrem várias formas de comunicação".

8 A variedade é considerada, desde 2002, parte do patrimônio histórico e cultural do estado do Rio Grande do Sul (Lei 14061/ 2012, no Diário Oficial do Estado) e, desde 2016, patrimônio cultural imaterial do estado de Santa Catarina (Lei 16987/2016, no Diário Oficial do Estado).

Hochdeutsch. É em consonância com essa percepção que Altenhofen (2019, p. 533, tradução minha) coloca o hunsriqueano como "[...] uma *Mittelfeldsprache* [pt. 'língua de mediação'] entre as diversas variedades de dialeto em contato e a norma padrão, que muitas vezes é alcançada apenas parcialmente". Assim, poder-se-ia também imaginar que alguns falantes de outras comunidades de imigrantes alemães tenham, quem sabe, aprendido o hunsriqueano, precisamente por este ocupar, por vezes, a função de língua comum (*Gemeinsprache*) na ausência do *standard*, do alemão-padrão, o que o torna um representante bastante significativo de variedade do alemão falada no Brasil. É pensado nisso que o panorama histórico do contato alemão-português no Brasil proposto a seguir, bem como o restante do embasamento já apresentado até este ponto, tem como base as dinâmicas linguístico-contatuais e geográficas mais específicas dos falantes de hunsriqueano, visto que uma abordagem a partir de cada uma das variedades presentes no país seria deveras extensa.

3.1 1824-1889: VELHAS E NOVAS COLÔNIAS

As primeiras áreas de ocupação alemã no Rio Grande do Sul (RS) coincidem com as antigas regiões de mata nativa do estado, que, em 1824, em plena Guerra Cisplatina, era ainda pouco povoado e necessitava de proteção e garantia para um Brasil recém independente (Roche, 1969). Os imigrantes chegam ao RS e se estabelecem em regiões previamente designadas pelo Governo Imperial, adentrando a mata através do chamado sistema de picadas. Com os instrumentos disponíveis, abriam-se vias nas florestas subtropicais ao longo das quais iam sendo instaladas famílias.

> Na demarcação dos lotes, obedeciam-se critérios de natureza topográfica. Numa das extremidades, o rio ou seu afluente servia de limite. O lote estendia-se encosta acima até encontrar-se com outro que subia de outro vale. Nos topes dos morros ficava localizada a linha, picada ou travessa. A geografia determinava, assim, o tamanho de cada uma das comunidades humanas que se estabelecia (Dreher, 2014, p. 138).

Sem o devido apoio governamental, os moradores das colônias que se formavam tiveram de construir e manter suas próprias igrejas (católicas ou luteranas), escolas e cemitérios, além das casas comerciais conhecidas como *Vende* (pt. "venda"), ponto de comunicação entre a picada e o exterior da região (Altenhofen, 1996). Como afirma Alheit (2020, p. 88), no início,

> [...] a necessidade de assimilação à nova sociedade se torna menor do que a necessidade de se manter unido e se diferenciar. Isso muitas vezes faz com que a cultura e a língua de origem sobrevivam por mais tempo e de forma mais sustentável do que em movimentos migratórios recentes.

Dessa forma, as picadas, já conectadas como comunidade cultural, tornaram-se, com o passar do tempo, microcosmos autossuficientes e relativamente isolados da realidade brasileira, o que contribuiu em grande parte para a manutenção da variedade local do alemão como a língua do dia a dia, da escola e da vida eclesiástica (Dreher, 2014). O português, contudo, não ficou completamente de fora nesses primeiros anos.

Em um ambiente repleto de novidades, com fauna, flora e mesmo a demanda de ferramentas de trabalho inéditas para boa parte dos alemães, surge a necessidade da adoção de termos próprios a esse novo mundo. Havia "lacunas" linguísticas que precisavam ser preenchidas, e o contato mais direto com as figuras do indígena e do gaúcho foi o que, inicialmente, mais contribuiu para isso (Willems, 1944; Altenhofen, 1996). Ainda que de forma bastante seletiva, elementos da fala e da cultura de indígenas e seus descendentes foram incorporados à realidade da colônia, principalmente quando se tratava de utensílios, fauna e flora (Willems, 1944). Quanto à cultura gaúcha, o nível de assimilação dos imigrantes foi consideravelmente maior. Dos luso-brasileiros, fazendeiros e gaúchos, tem-se como resultado assim diversos acréscimos linguísticos: empréstimos que dizem respeito a acidentes naturais; terminologia referente ao cavalo, ao gado e demais animais; medidas e pesos; palavras da administração e do trabalho agrícola; sem falar em neologismos, expressões idiomáticas e a adaptação de verbos do português para o alemão com o sufixo *-ieren* (Oberacker Jr., 1957; Bunse, 1969).

A partir de uma análise temática e lexical que pude fazer de cartas escritas por imigrantes nesse período inicial da imigração,[9] percebi uma grande preocupação em descrever a organização das novas colônias, destacando a importância da plantação e da colheita no sustento econômico, mencionando fortemente terminologia monetária e apresentando as novidades aos parentes na Europa. Fazia-se menção, por isso, à "picada" (presente também na forma das variantes *Pikade* e *Pricada*), à feitoria (na forma de *Feitorin*), à "venda" (ponto de trocas comerciais das colônias), ao curral (como *Korahl*) e ao potreiro (também presente como *Patrer*, *Patreer* e *Patre*) – todas formas adaptadas do português, transferidas à grafia alemã na proporção do que os escreventes compreendiam ao nível da oralidade. Quanto às atividades agrícolas, de plantio e produção de meios de consumo em geral, observa-se um enriquecimento do vocabulário com a apropriação de léxico novo, envolvendo novas culturas, como *Batatten/Bataten*, *bohbere/Poben* ("abóbora"), *xarque* (claramente, "charque"), *Maniok/Mandiok/*

9 Algumas cartas do acervo do ALMA-Histórico, devidamente transliteradas e em parte analisadas, já foram publicadas e se encontram disponíveis gratuitamente *online*: https://oikoseditora.com.br/obra/index/id/945.

Mandiokawurzel (este último, "raiz de mandioca") e *Pergamots*. É interessante a profusão com que esses "conhecimentos" eram relatados, considerando que, para esse período, eram ainda desconhecidos na matriz de origem.

Em 1830, o Governo Imperial suspendeu verbas para qualquer imigração, de forma que, no período da Revolução Farroupilha (1835-1845), a chegada de novos imigrantes alemães é interrompida (Becker, 1968). Nesse intervalo, surgem as primeiras gerações de descendentes de imigrantes nascidas no Brasil (Altenhofen; Neumann, 2018).[10] Um segundo fluxo de imigrantes segue forte até 1858, quando a Prússia, por meio do rescrito *von der Heydt'sch*, limita o contingente migratório ao proibir em seu território a propaganda e atividade de agentes ligados à imigração para o Brasil (Becker, 1968; Alves, 2003). As novas levas de alemães que chegam após a Guerra dos Farrapos formam as colônias novas, fundadas a partir do Vale do Taquari em diante, para as quais migra também um grande número de descendentes das primeiras gerações de imigrantes, com o português cada vez mais presente em seu cotidiano.

A presença crescente do português ao longo dos anos, no entanto, ainda não obscurece a relevância do uso da língua alemã em um meio relativamente homogêneo demograficamente, em virtude do sistema de ocupação do espaço por meio de picadas (Willems, 1946). Essa relevância é fortalecida com a chegada dos *Brummer* e o surgimento de uma imprensa teuto-brasileira. No final de 1852, finda a Guerra do Prata (1851-1852), mercenários alemães recrutados pelo império brasileiro para lutar se viram desamparados e buscaram abrigo nas colônias do RS, onde se estabeleceram e formaram família. Esses são os chamados *Brummer*, jovens, em sua maioria, que participaram das revoluções liberais de 1848 na Alemanha e, no Brasil, tornaram-se professores, jornalistas, escritores e políticos bastante relevantes (Dreher, 2008).[11] O principal meio de comunicação para as críticas dessa nova elite intelectual das colônias alemãs foi o *Deutsche Zeitung*, fundado em 1861 e um dos muitos jornais da imprensa teuto-brasileira em circulação na época.

Gertz (2004) contabiliza cerca de 140 jornais e revistas alemãs em circulação no Rio Grande do Sul entre 1852 e 1889, isso sem contar os

10 Mais tarde, ao chegarem os novos imigrantes vindos da Alemanha recém-unificada, os descendentes já terão desenvolvido o que Kuder (1936/37; ver também Altenhofen, 1996) chama de *Bodenständigkeitsgefühl* (pt. "sentimento de enraizamento"), para explicar a distinção feita entre os nascidos no país (hrs. *die Deitsche*), que já se sentiam arraigados ao novo meio brasileiro, e os novos imigrantes que chegam em massa nos períodos posteriores (hrs. *die Deitschlenner* 'alemães da Alemanha'). Termo relacionado à distinção feita entre os nascidos no país (hrs. *die Deitsche*), que já se sentiam arraigados ao novo meio brasileiro, e os novos imigrantes que chegam em massa nos períodos posteriores (hrs. *die Deitschlenner*, "alemães da Alemanha").

11 Pode-se citar, por exemplo, Karl von Koseritz (Dessau, 1830 – Porto Alegre, 1890), professor, folclorista, empresário, político, jornalista e escritor teuto-brasileiro.

diversos almanaques, de publicação anual e presentes na casa de toda família teuto-brasileira da época. Esse levante cultural e político, exposto em páginas da imprensa na forma de comentários críticos, textos literários e até mesmo poemas, fortaleceu, juntamente com a consolidação do ensino privado gaúcho – cuja origem Dreher (2008) localiza justamente nas colônias alemãs e italianas –, a disseminação do alemão padrão como língua-teto[12] dessa população de imigrantes e seus descendentes. Ou seja, tem-se a variedade local, no caso aqui o hunsriqueano, como a língua do dia a dia, do meio familiar e das trocas interpessoais entre os colonos, e o Alemão padrão como a língua de base para a escrita, a escola e a comunicação formal (Altenhofen, 2016). Quanto ao português, além de novas transferências decorrentes de migrações internas e do contato crescente com falantes nativos, fez-se presente também através de empréstimos mais antigos que se mantiveram como "vocabulário de segunda mão, que o novo imigrante não adquiriu diretamente do português, mas por meio dos membros mais antigos da comunidade linguística" (Altenhofen, 1996, p. 73, tradução minha).

Fato relevante que marca o final do primeiro período da imigração alemã no Rio Grande do Sul é a Guerra do Paraguai (1864-1870). Fizeram parte dos "voluntários da pátria" muitos cidadãos teuto-brasileiros. Dos 8 ou 12.000 homens da Guarda Nacional do município de São Leopoldo, por exemplo, "'alguns milhares' seriam brasileiros de origem alemã" (Koseritz, 1865 *apud* Becker, 1968, p. 13). Com o avanço da guerra, muitos dos convocados passaram a ser pessoas não aptas ao serviço militar, sendo recrutados à força "pais de família, filhos únicos de viúvas e viúvos com filhos menores" (Becker, 1968). Tratavam-se de pessoas de camadas distantes da elite da época, mas que pareciam já ter sido afetadas pelas mudanças linguísticas com origem na oralidade.

Quanto a isso, Altenhofen e Neumann (2018, p. 398), em um estudo comparativo entre dois textos escritos por soldados teuto-brasileiros no âmbito da Guerra do Paraguai, destacam já a ocorrência de "marcas linguísticas (por exemplo, da presença de lusismos e de dialetalismos que indiquem a influência da oralidade em Hunsrückisch [provavelmente a variedade dialetal falada pelos autores] e do contato com o português)". Com base nos escritos de Jacob Dilly e Nicolau Engelmann analisados, os autores assinalam o emprego de empréstimos românicos como uma tendência de normatização, inclusive em topônimos, por vezes para o lado do alemão e outras para o do português. Muitos desses empréstimos, inclusive,

12 "Língua-teto" pode ser entendida como a língua de prestígio ou padrão que serve de referência e exerce influência sobre outras variedades dentro de uma comunidade linguística, em especial na comunicação escrita ou em contextos formais.

> [...] podem ser vistos, como no exemplo de *retour*, como dialetalismos, uma vez que na época em que deve ter surgido o texto de Dilly (por volta dos anos 1870) já estavam – pelo que o texto indica – plenamente integrados ao Hunsrückisch. É o caso de variantes como *Stanze*, *Charut*, *Talhenholz*, *Fogueten*, *Milhen*, *Schabal*, que Engelmann novamente ou evita, ou registra com a grafia da norma escrita em português, como no caso de *Milho* e *Xarque*. Em outros exemplos, opta por uma adaptação à ortografia do alemão, como em *embarkiert*, *traktiert*, *attakiert*, *rekognosziert* ('reconhecido'), etc. (Altenhofen; Neumann, 2018, p. 420).

Ainda sobre o tema da guerra, em cartas que pude analisar desse período (1864-1870), escritas por teuto-brasileiros recrutados a suas famílias no RS, percebi uma influência românica outra que não do português, e que evidencia o repertório plurilíngue dos escreventes. Esse repertório, em tese fortemente influenciado por contatos ainda na matriz de origem (v. seção 2), teria facilitado a entrada de um vocabulário militar de base predominantemente francesa: *Bangenet* (pt. "baioneta"), *Batagohns/Batalijon* (pt. "batalhão") e *desendir/desendird* (pt. "desertor") e *Furiel* (pt. "furriel" – fr. *fourrier*) são alguns dos termos encontrados. Porém, também do português provém uma série de empréstimos desse campo semântico: *Korpo*, *Brigade*, *Kompanhia*, *Kompania*, entre outros.

Conforme chega a virada do século XIX para o XX, a realidade dos imigrantes alemães e seus descendentes é impactada por mudanças significativas como a ascensão da República e, especialmente, o início da Era Vargas. As políticas de nacionalização implementadas no Estado Novo deixaram marcas profundas na cultura e variedade linguística teuto-brasileira. Essa fase representou um período desafiador e de adaptações para os grupos minoritários do Brasil, cuja identidade e estilo de vida foram profundamente influenciados pelas transformações políticas e sociais do país em desenvolvimento.

3.2 1890-1945: DA REPÚBLICA AO ESTADO NOVO

Com o crescimento das colônias velhas, o excedente populacional que levou à formação das colônias novas somado à chegada de novos imigrantes alemães, aos quais acrescentam-se italianos (a partir de 1875) e poloneses (1891), possibilitou ao governo brasileiro uma brecha para acelerar o processo de assimilação dessas populações (Altenhofen, 1996). Buscando evitar ao máximo o surgimento de comunidades minoritárias de estrangeiros, o modo de colonização adotado foi o das colônias "mistas", que ocorreu paralelamente à instauração da República, em 1889, e refletiu a seguinte lógica: "como os grupos linguísticos em contato precisariam de uma língua franca comum para a comunicação mútua, o português seria mais facilmente aceito" (Altenhofen, 1996, p. 73-74, tradução minha).

Como afirma Altenhofen (1996), os primeiros anos da República do Brasil representaram uma primeira experiência de intensa influência governamental na vida dos colonos, que impactou fortemente sua adaptação à nova estrutura social. O estabelecimento de pontos cruciais de comunicação, como cartórios e correios, desempenhou um papel significativo, elevando a importância do português. Além disso, a considerável mobilidade entre as novas e antigas colônias deixou marcas profundas nos aspectos linguísticos e geográficos das regiões. A partir de evidências escritas, afirmo que essa maior mobilidade entre as colônias e entre colônias e capital, impulsionada principalmente pelas escreventes mulheres, levou à necessidade de descrever novos hábitos sociais e faz da escrita de língua alemã um meio mais receptivo também à cultura brasileira. Em cartas que analisei, notei muitas menções a "chás *danzante*(s)", ao "baile", ao "carnaval" e mesmo à *Esposição* Farroupilha. Novidades culturais também entram em pauta, como o "cinema" (também *Sinema*) e os *Clubi*(s) - marcando o início das menções a estabelecimentos como o Clube Leopoldina Juvenil e a Sogipa (então sede da *Turnerbund*), em Porto Alegre.

A partir de 1930, contudo, as circunstâncias tomariam um rumo mais drástico para a vida e, especialmente, para a situação linguística e cultural dos imigrantes de fala alemã e seus descendentes no Brasil. A Revolução de 1930 marca o fim da República Velha no Brasil e encerra com ela o poder das oligarquias paulistas e a política do café com leite, sinalizando o início da chamada Era Vargas. Em outubro de 1930, Getúlio Vargas assume a chefia do novo Governo Provisório, após golpe de estado que depõe o então Presidente da República Washington Luís e impede a posse do eleito Júlio Prestes; segue-se o Governo Constitucional, de 1934 até 1937, ano em que tem início o Estado Novo, o qual perdura até o final da 2ª Guerra Mundial. Em 1938, tem início a campanha de nacionalização do Estado Novo, com o objetivo de assimilar forçadamente todos os "alienígenas" em prol de uma unidade nacional.

> A categoria "alienígena" — preponderante no jargão oficial — englobava imigrantes e descendentes de imigrantes classificados como "não-assimilados", portadores de culturas incompatíveis com os princípios da brasilidade. A campanha foi concebida como "guerra" para erradicação de idéias alienígenas, com o objetivo de impor o "espírito nacional" aos patrícios que formavam "quistos étnicos" erroneamente tolerados pelo liberalismo da República Velha. Seus idealizadores criticavam, sobretudo, a política de colonização com imigrantes mantida durante a Primeira República, argumentando que a elite não corrigiu os "erros" cometidos no Império, permitindo que estrangeiros formassem núcleos isolados, quase imunes ao processo assimilador característico da formação social brasileira (Seyferth, 1997, p. 95).

O discurso sobre um "perigo alemão" já existia no Brasil desde a fundação do Império Alemão, em 1871, e envolvia, principalmente, grande preocupação com as atividades pangermanistas no sul do país (Seyferth, 1997; Gertz, 1991). Temia-se a "formação de um Estado dentro de um Estado" (Brunn, 1971, p. 217), em especial pela expansão das populações teuto-brasileiras e sua resistência à assimilação, além de haver conjecturas sobre uma anexação alemã das regiões coloniais no Brasil (Schulze, 2016). Esse perigo imaginado foi potencializado pelo Estado Novo, tendo a ascensão do nazismo na Alemanha contribuído também fortemente.[13] Inclusive, a "campanha [de nacionalização] é quase sempre referenciada como uma grande cruzada antinazista mas, na realidade, pretendia atingir a organização comunitária étnica de todos os imigrados" (Seyferth, 1997, p. 102).

A primeira escalada da campanha de nacionalização de Vargas foi direcionada ao sistema educacional, obrigando as escolas de comunidades de imigrantes a adaptarem seus currículos e dispensarem professores considerados "desnacionalizados", ou seja, não eram mais permitidas aulas em língua que não fosse o português; aquelas escolas que não se conformaram à lei foram fechadas. A partir de 1939, a intervenção direta se intensificou, o que resultou no desaparecimento gradual das publicações em línguas estrangeiras, restrições ao uso dessas línguas em público e imposições de normas de civismo e uso exclusivo do português, além do recrutamento militar forçado. A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, em 1942, exacerbou essas tensões, especialmente entre os imigrantes e seus descendentes de origem alemã, italiana e japonesa. (Seyferth, 1997; Altenhofen, 2004).

Para as comunidades teuto-brasileiras do período, que até então tinham o alemão padrão como língua da escrita e língua-teto, a proibição do alemão em público e a obrigatoriedade do ensino apenas em português fizeram da década de 1930 ponto de ruptura linguística. É relevante destacar o surgimento de cartas de cunho político nesse período, datilografadas já com máquina de escrever e marcadas pela influência do português oral. Partidos são mencionados por siglas como PSD, UND e PTB. Além disso, é curioso notar que, mesmo com a proibição do alemão em meio à campanha de nacionalização, se encontre troca de cartas em alemão, como mostra o seguinte excerto de uma carta escrita em 1943:

> man darf von hier aus keine Deutschen Briefe mehr schreiben und weil ich nicht weis ob Ihr Brasilianische Briefe lesen könt desvegen habe ich nicht geschrieben. ● [Já não é permitido escrever cartas alemãs a partir daqui, e como não sei se conseguem ler cartas brasileiras, não escrevi] (Altenhofen; Steffen; Thun, 2018, p. 290).

13 Para uma análise das "verdades e dúvidas em relação a nazismo e neonazismo no Brasil", tendo como foco populações teuto-brasileiras e abrangendo desde o período da 2ª Guerra até tempos atuais, *cf.* Gertz (2022).

Ainda assim, Altenhofen (2016) aponta esse período como marco do que chama *Dachsprachenwechsel* (pt. "substituição da língua-teto"),[14] ou seja, a gradativa substituição do alemão *standard* pelo português como variedade de referência em situações formais. Essa mudança fica evidente, sobretudo, quando se analisa a diferença na competência escrita e de leitura entre gerações,[15] visto que, "enquanto a geração mais velha [...] aprendeu a ler e escrever com base na escrita do alemão *standard* antes de 1938, o conhecimento de alemão da geração seguinte ficou limitado à esfera doméstica da família" (Altenhofen, 1996, p. 75, tradução minha). E é justamente no domínio da família que os falantes encontraram seu último refúgio de proteção das opressões linguísticas do Estado, mantendo ainda, em grande parte, o hunsriqueano. A substituição da língua de referência, impulsionada por fatores políticos, sociais e econômicos, teria assim promovido uma "redialetalização" (Woycowicz, 2018).

> Portanto, continuo acreditando que a nacionalização essencialmente refreou o acesso ao Hochdeutsch [alemão padrão] como língua-teto, mas não na mesma medida que ao (!) dialeto familiar, ou seja, no nosso caso, o Hunsrückisch, que continuou a ser usado principalmente em áreas rurais e formou uma espécie de refúgio linguístico (Altenhofen, 2016, p. 126, tradução minha).

Esse processo dá-se fundamentalmente no meio oral. Na escrita, por outro lado, a substituição da língua-teto levou a uma mudança bastante sensível, com impacto sobre a escolha da língua para a escrita de cartas privadas, por exemplo, a partir dessa época, ou mesmo antes, na virada do século. Um primeiro sinal dessa mudança pode ser visto no aumento de ocorrências de *code-switching* para o português ou mesmo de relatos escritos totalmente em língua portuguesa, no lugar do que antes seria a norma escrita do alemão. Além disso, contribuíram para uma maior presença e uso do português, no decorrer do século XX, os processos de urbanização e o declínio da consciência linguística sobre o papel da língua alemão, levando inclusive a um recuo lento e gradual do próprio hunsriqueano, seja no plano diageracional, seja no plano da oralidade, também devido ao avanço da escolarização (Altenhofen, 2016).

Essa marginalização e incerteza quanto ao espaço do hunsriqueano na sociedade, bem como das demais línguas minoritárias no Brasil, culminou no surgimento, a partir dos anos 1970-80, de estudos que lançam luz sobre a questão da variedade e dos contatos linguísticos no país, bem como na ascensão de políticas linguísticas em prol da diversidade. A próxima seção aborda esses desdobramentos.

14 O conceito remonta ao modelo de *Ausbausprache* (pt. "línguas em virtude do desenvolvimento") e *Abstandsprachen* (pt. "línguas em virtude da distância") cunhado por Heinz Kloss, linguista e especialista em línguas minoritárias. Para saber mais sobre o assunto, *cf.* Kloss (1976).

15 *Cf.* Gewehr-Borella (2010).

3.3 PÓS-1945: SOBRE O QUE RESISTIU

A realidade linguística dos falantes de alemão do sul do Brasil pós-1945 se mostrou repleta de perdas e sobrevivências que transparecem, de um lado, pela substituição da língua-teto (alemão padrão pelo português) e, de outro, pela restrição ainda maior do uso da variedade (dialetal) local ao meio familiar – o qual, com o passar das gerações, vai também sofrer cada vez mais influência da língua portuguesa. Nessa perspectiva, fatores externos, como as políticas restritivas da Era Vargas, foram bastante decisivos para a mudança. Não se pode, contudo, perder de vista a influência de fatores próprios dos falantes, como a "perda de laços entre a matriz de origem e os teuto-brasileiros, bem como a autopercepção destes como uma comunidade com uma identidade independente e diferente dos alemães da Alemanha" (Altenhofen; Steffen; Thun, 2018, p. 22). A isso, soma-se a situação da marginalização das línguas minoritárias no país que, embora tenha sempre existido, passou a ganhar maior evidência.

> O resultado é um aumento dos fenômenos de alternância e mistura de códigos. As línguas se mesclam cada vez mais, levando a formas híbridas entre o alto alemão, o hunsriqueano e o português. O mesmo ocorre com relação às grafias, levando a cruzamentos das convenções ortográficas e a todo tipo de interferências. As soluções e escolhas dos escreventes, nessas circunstâncias pouco estáveis, levam a uma grande variabilidade interindividual, mesmo com relação a um único escrevente. Na oralidade, ainda predomina o hunsriqueano – cada vez com mais empréstimos do português –, mas as competências na escrita do alto alemão diminuem, tendo em vista a dificuldade crescente de acesso aos modelos linguísticos (Altenhofen; Steffen; Thun, 2018, p. 22-23).

Ainda assim, pude notar em cartas privadas desse último período a volta de termos muito recorrentes no início da imigração, como novas menções a *Wende* (pt. "venda"), mas também termos inéditos, como *roça* (presente também na forma *ros*). Tem-se, também como no primeiro período, grande referência ao plantio, ao cultivo e à colheita, com palavras como *Açucar*, *Kacke* (pt. "caqui"), *Kojalen* (pt. "goiaba"), *Maniok* (pt. "mandioca") e *Bergamotten* (pt. "bergamota"). Por que o retorno a essas temáticas? Pode-se considerar as migrações internas, que aumentam a partir de 1980 e levam à formação de novas colônias pelas diversas regiões do Brasil, a partir do centro e oeste de Santa Catarina. Nesse ponto, parece haver algumas semelhanças com a situação e comportamento dos primeiros imigrantes alemães, quando se instalaram nas antigas colônias próximas a São Leopoldo. Contudo, o fato de esses migrantes já estarem familiarizados com a natureza local e possuírem, em maior ou menor medida, um domínio da língua portuguesa, mostra-se uma diferença bastante relevante.

4. PESQUISAS E POLÍTICAS PELA DIVERSIDADE LINGUÍSTICA

Boa parte do que se produzia sobre o bilinguismo e línguas em contato em regiões de colonização italiana e alemã em geral, até os anos 1970, eram textos sem pretensão acadêmica. Como já mencionado, até essa época, estudos sobre a relação entre línguas de imigração e o português tinham um viés bastante homogeneizador e, quando de autoria de gramáticos ou filólogos, tratavam do tema unicamente a partir do lado da Romanística e sem dar grande enfoque à faceta contatual (Altenhofen; Margotti, 2011). A. W. Bunse (1969) e Paulino Vandresen (1971) dão um pontapé inicial nas pesquisas acadêmicas com enfoque linguístico e etnográfico no contato entre o português e línguas de imigração europeias. No entanto, como acentuam Altenhofen (1996) e Altenhofen e Margotti (2011), quem especificamente inaugura um viés de estudo mais germanístico das variedades do alemão no RS é Walter Koch (1974). Esses estudos pioneiros desenrolam um novo panorama de pesquisa, o qual passa a destacar a importância de abordagens interdisciplinares e uma análise mais aprofundada das dinâmicas culturais em jogo, influenciando significativamente os campos da Linguística e dos estudos culturais nas décadas seguintes e abrindo caminho para projetos de grande impacto e alcance.

No âmbito nacional, em especial no campo das políticas linguísticas, o Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística (Ipol), fundado em 1999, atua na promoção, pesquisa e desenvolvimento de políticas voltadas para o reconhecimento e a valorização das línguas faladas no Brasil, especialmente aquelas de minorias linguísticas, visando à preservação do patrimônio linguístico e à inclusão sociocultural dos falantes. Também de grande relevância nacionalmente é o Decreto n.º 7.387, de 9 de dezembro de 2010, que instituiu o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL). Situado como política do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), o INDL tem como objetivos "promover e valorizar a diversidade linguística brasileira", "fomentar a produção de conhecimento e documentação sobre as línguas faladas no Brasil" e "contribuir para a garantia de direitos linguísticos" (INDL, 2014).[16]

> Por ser um instrumento com a dupla finalidade de pesquisar as línguas e reconhecê-las como patrimônio cultural, o INDL visa ao mapeamento, a caracterização e o diagnóstico das diferentes situações relacionadas à pluralidade linguística brasileira. Ou seja, para que uma língua seja incluída no Inventário, é necessário, antes de tudo, produzir conhecimento sobre ela, documentar seus usos e realizar um diagnóstico sobre as suas condições de vitalidade. [...] Além de possibilitar a ampliação do mapa da diversidade linguística brasileira, os inventários também fomentam a mobilização das comunidades em torno dos temas relacionados à suas línguas maternas, contribuindo para o fortalecimento enquanto gestores do seu próprio patrimônio cultural (INDL, 2014).

16 *Cf.* também os guias de elaboração do Inventário, elaborados pelo IPHAN (2014a, 2014b).

Atualmente, o INDL reconhece sete línguas como Referência Cultural Brasileira, são elas: Guarani Mbya, Asuriní do Tocantins (também conhecido como Asuriní do Trocará), Matipu, Nahukwa, Kuikuro e Kalapalo do Alto-Xingu e Talian. Inventários das línguas Hunsrückisch, pomerano, LIBRAS e yanomami também já foram finalizados (Altenhofen, 2024). Sobre o hunsriqueano, o Inventário do Hunsrückisch como Língua Brasileira de Imigração (IHLBrI), com relatório publicado em 2018 (Altenhofen; Morello, 2018), é resultado de uma pesquisa exaustiva que continua em constante atualização, seja pela elaboração de novos estudos, seja pela ampliação do acervo de dados de natureza diversa (dados orais e escritos, iconográficos, documentais etc.). O IHLBrI foi alimentado, principalmente, com os resultados já obtidos a partir do ALMA-H (dados de fala) e do ALMA-Histórico (dados de língua escrita), revisitando pontos de pesquisa para a área de referência do inventário e ampliando a rede de pontos do Atlas Linguístico-Contatual das Minorias Alemãs na Bacia do Prata (ALMA).

5. BREVE CONSIDERAÇÃO FINAL

Como espera-se ter demonstrado aqui, o legado do contato entre o alemão e o português reflete-se na língua e cultura dos descendentes dos imigrantes de 1824 e das levas e das gerações seguintes. Nos últimos tempos, avanços significativos têm sido feitos em relação à inclusão das línguas minoritárias nos ambientes acadêmico e escolar do Brasil, promovendo o resgate e a manutenção dessas identidades. Neste capítulo, buscou-se elucidar as complexidades envolvidas na imigração alemã e suas ramificações linguísticas no país, contribuindo desse modo para uma compreensão mais ampla dessa importante faceta da história e realidade brasileiras.

REFERÊNCIAS

ALHEIT, Peter. Migration und Biographie: historische Aspekte einer spannungsreichen Beziehung / Migração e biografia: aspectos históricos de um relacionamento emocionante. *In*: REINHEIMER, Dalva Neraci; RAMOS, Eloisa Helena Capovilla da Luz; WITT, Marcos Antônio. **Migrações:** narrativas autobiográficas, literárias e patrimoniais. São Leopoldo: Oikos, Ed. Unisinos, 2020. p. 61-98.

ALTENHOFEN Cléo V. Política linguística, mitos e concepções linguísticas em áreas bilíngues de imigrantes (alemães) no Sul do Brasil. **Revista Internacional de Linguística Iberoamericana**, v. 2, n. 1, p. 83-93, 2004.

ALTENHOFEN, Cléo V. "Ideias para prolongar o uso de uma língua minoritária": a dimensão educacional e política da manutenção e revitalização linguística. *In*: LOREGIAN-PENKAL, Loremi; PINEZI, Gabriel (org.).

Línguas minoritárias e literaturas menores. Campinas: Pontes Editores, 2024. p. 17-47.

ALTENHOFEN, Cléo V. **Hunsrückisch in Rio Grande do Sul**. Ein Beitrag zur Beschreibung einer deutschbrasilianischen Dialektvatietät im Kontakt mit dem Portugiesisch. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 1996.

ALTENHOFEN, Cléo V. Stützung des Spracherhalts bei deutschsprachigen Minderheiten: Brasilien. *In*: AMMON, Ulrich; SCHMIDT, Gabriele (ed.). **Förderung der deutschen Sprache weltweit.** Vorschläge, Ansätze und Konzepte. Berlim: De Gruyter, 2019. p. 531-552.

ALTENHOFEN, Cléo V.; MARGOTTI, Felício Wessling. O português de contato e o contato com as línguas de imigração no Brasil. *In*: MELLO, Heliana; ALTENHOFEN, Cléo V.; RASO, Tommaso (org.). **Os contatos linguísticos no Brasil.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 289-315.

ALTENHOFEN, Cléo V.; MORELLO, Rosângela (org.). **Hunsrückisch:** inventário de uma língua do Brasil. Florianópolis: Garapuvu, 2018.

ALTENHOFEN, Cléo V.; NEUMANN, Gerson. Memórias da Guerra do Paraguai: oralidade, literariedade e escrituralidade no contexto da imigração alemã no Brasil. *In*: STEFFEN, Joachim; THUN, Harald; ZAISER, Rainer (coord.). **Classes populaires, scripturalité et histoire de la langue.** Un bilan interdisciplinaire. Kiel: Westensee-Verlag, 2018. p. 397-445. (Dialectologia pluridimensionalis Romanica; 17).

ALTENHOFEN, Cléo V.; STEFFEN, Joachim; THUN, Harald. **Cartas de imigrantes de fala alemã:** pontes de papel dos hunsriqueanos no Brasil. São Leopoldo: Oikos, 2018.

ALVES, Débora Bendocchi. Cartas de imigrantes como fonte para o historiador: Rio de Janeiro – Turíngia (1852-1853). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 155-184, 2003.

ARAÚJO, Silvana Silva de Farias; ALMEIDA, Telma Cristina; ABREU, Ricardo Nascimento. Políticas e contatos linguísticos: questões para pesquisas no Brasil. **A Cor das Letras**, Feira de Santana, v. 21, n. 1, p. 9-38, janeiro-abril de 2020.

BECKER, Klaus. **Alemães e descendentes do Rio Grande do Sul na Guerra do Paraguai.** Canoas: Editora Hilgert. 1968.

BESCH, Werner; WOLF, Norbert Richard. **Geschichte der deutschen Sprache:** Längsschnitte – Zeitstufen – Linguistische Studien. Berlin: Erich Schmidt, 2009. (Grundlagen der Germanistik, v. 47).

BILINGUISMO no Rio Grande do Sul (BIRS). **ALMA-H**, Porto Alegre, 2017. Disponível em: https://www.ufrgs.br/projalma/birs-bilinguismo-no-rs/. Acesso em: 6 set. 2025.

BOSSMANN, Reinhold. Zur deutsch-brasilianischen Mischsprache. *Revista Letras*, Curitiba, v. 1, 1953. p. 96-115.

BRUNN, Gerhard. **Deutschland und Brasilien (1889-1914).** Köln: Böhlau Verlag, 1971.

BUNSE, Heinrich A. V. Colonização e Língua. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 4., Porto Alegre, 1967. **Anais** [...]. São Paulo: ANPUH, 1969.

BUNSE, Heinrich A. V. Colonização e Língua. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 4., Porto Alegre, 1967. **Anais** [...]. São Paulo: ANPUH, 1969.

DEUTSCHLAND FORSCHUNGSGEMEINSCHAFT (DFG) (1763). Universitäts- und Landesbibliothek Sachsen-Anhalt. **Königlich-Preußisches General-Land-Schul-Reglement, wie solches in allen Landen Seiner Königlichen Majestät von Preussen durchgehends zu beobachten**. Magdeburg: Hechtel, 1763.

DREHER, Martin N. **190 anos de imigração alemã no Rio Grande do Sul:** esquecimentos e lembranças. 2.ed. São Leopoldo: Oikos, 2014.

DREHER, Martin N. **Breve história do ensino privado gaúcho**. São Leopoldo: Oikos, 2008.

DREHER, Martin N. **Degredados de Mecklenburg-Schwerin e os primórdios da imigração alemã no Brasil = Sträflinge aus Mecklenburg-Schwerin und die Anfänge deutscher Einwanderung in Brasilien.** Edição bilíngue português/alemão. São Leopoldo: Oikos, 2010.

ELSPASS, Stephan. **Sprachgeschichte von unten.** Untersuchungen zum geschriebenen Alltagsdeutsch im 19. Jahrhundert. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 2005. (Germanistische Linguistik).

FAUSEL, Erich. **Die deutschbrasilianische Sprachmischung.** Probleme, Vorgang und Wortbestand. Berlin: Schmidt, 1959.

FRINGS, Theodor. **Sprache und Geschichte:** Teil 1-3. Halle (Saale): Niemeyer, 1956.

GÄRTNER, Kurt. Lehnübersetzung und Lehnbedeutung vs. Lehnwort: Zu den Entlehnungen aus dem Lateinischen und Französischen in das mittelalterliche Deutsch. *In*: BRAAVIG, Jens; GELLER, Markham J. (ed.)**. Studies in Multilingualism, Lingua Franca and Lingua Sacra.** Berlin: Pro Business, 2018. p. 93-114. (Max Planck Research Library for the History and Development of Knowledge, v. 10).

GERTZ, René E. Imprensa e Imigração Alemã. *In*: DREHER, Martin N.; RAMBO, Arthur Blásio; TRAMONTINI, Marcos Justo. **Imigração & Imprensa.** Porto Alegre: EST; São Leopoldo: Instituto Histórico de São Leopoldo, 2004. p. 100-122.

GERTZ, René E. **O perigo alemão.** Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 1991. (Síntese rio-grandense; v. 5).

GERTZ, René E. Verdades e dúvidas em relação a nazismo e neonazismo no Brasil. *In*: MONSMA, Karl (org.). **Passado e presente de imigrantes alemães e descendentes no Brasil:** historiografia, representações, atividades econômicas, participação política, religião e identidades. Porto Alegre: Editora Fundação Fênix, 2022. p. 255-288.

HEYE, Jürgen. Brasildeutsch, or Diglossia Revisited. *In*: INTERNATIONAL CONGRESS OF APPLIED LINGUISTICS, 6., Lund, 1981. **Anais** […]. Zurique: AILA, 1981. p. 497-498.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Guia de Pesquisa e Documentação para o INDL:** Inventário Nacional da Diversidade Linguística – vol. 1, patrimônio cultural e diversidade linguística. Brasília: IPHAN, 2014a.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Guia de Pesquisa e Documentação para o INDL:** Inventário Nacional da Diversidade Linguística – vol. 2, formulário e roteiro de pesquisa. Brasília: IPHAN, 2014b.

INVENTÁRIO Nacional da Diversidade Linguística (INDL). **IPHAN**, Brasília, DF, 2014. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/140#:~:text=O%20Invent%C3%A1rio%20Nacional%20da%20Diversidade,a%C3%A7%C3%B5es%20de%20apoio%20e%20fomento. Acesso em: 6 set. 2025.

KOCH, Walter. **Der Kolonist im Spiegel der Erzählungen des Koseritz-Kalenders (Versuch einer Deutung).** Porto Alegre: Meridional „EMMA “, 1964b.

KOCH, Walter. **Falares alemães no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1974.

KOCH, Walter. O Brasil, sua terra e sua gente, nos contos do Koseritz' deutscher Volkskalender für die Provinz Rio Grande do Sul (1874-1890). *In*: I COLÓQUIO DE ESTUDOS TEUTO-BRASILEIROS, 1., 1964, Porto Alegre. **Anais** [...]. Porto Alegre: UFRGS, 1964a. p. 203-216.

KOCKA, Jürgen. **Das lange 19. Jahrhundrt:** Arbeit, Nation und bürgerliche Gesellschaft. 10. ed. Stuttgart: Klett-Cotta, 2001. (Handbuch der deutschen Geschichte, v. 13).

LEE, Everett S. A Theory of Migration. **Demography**, Durham, v. 3, n. 1, p. 47-57, 1 mar. 1966.

MUNSKE, Horst Haider. Fremdwörter in deutscher Sprachgeschichte: Integration oder Stigmatisierung? *In*: STICKEL, Gerhard (ed.). **Neues und Fremdes im deutschen Wortschatz:** aktueller lexikalischer Wandel. Berlin: De Gruyter, 2001. p. 7-29.

OBERACKER JR., Carlos H. Transformações da língua alemã no Brasil. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 1-36, jun. 1957.

ODLIN, Terence. **Language Transfer.** New York: Cambridge University Press, 1989.

POST, Rudolf. **Romanische Entlehnungen in den westmitteldeutschen Mundarten:** diatopische, diachrone und diastratische Untersuchungen zur sprachlichen Interferenz am Beispiel des landwirtschaftlichen Sachwortschatzes. Wiesbaden: Steiner, 1982. (Mainzer Studien zur Sprach- und Volksforschung; v. 6).

REITZ, Edgar. „Die andere Heimat" Regisseur Edgar Reitz: „Wer lesen konnte, wollte weg". Entrevistadora: Christiane Peitz. **Tagesspiegel**, Berlim, 30 set. 2013. Disponível em: https://www.tagesspiegel.de/kultur/ die-andere-heimat-regisseur-edgar-reitz-wer-lesen-konnte-wollte-weg/8868846.html. Acesso em: 6 set. 2025.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Globo, 1969.

ROSENBERG, Peter. Lateinamerika. *In*: PLEWINA, Albrecht; RIEHL, Claudia Maria (ed.). **Handbuch der deutschen Sprachminderheiten in Übersee.** Tübingen: Narr Francke Attempto, 2018. p. 195-244.

SCHAPELLE, Benjamin Franklin. **The German element in Brazil:** colonies and dialect. Filadélfia: Americana Germanica Press, 1917.

SCHMIDT, Jürgen Erich. Deitsch – Huhdoitsch – Hochdeutsch: uma tentativa de resgate do Hochdeutsch brasileiro. Trad. Cléo V. Altenhofen, Júlia Regina Köcherst Fussieger e Willian Radnüz. *In*: ALTENHOFEN, Cléo V. *et al.* (org.). **Die „Mottersproch" in der Vielfalt des Deutschen / A língua materna na diversidade do alemão.** Porto Alegre: Fundação Fênix, 2024. p. 77-82. (Série Humanidades e Interdisciplinaridade, v. 1).

SCHMIDT, Jürgen Erich; HERRGEN, Joachim. **Sprachdynamik:** Eine Einführung in die moderne Regionalsprachenforschung. Berlin: Erich Schmidt Verlag, 2011.

SCHULZE, Frederik. **Auswanderung als nationalistisches Projekt:** ‚Deutschtum' und Kolonialdiskurse im südlichen Brasilien (1824–1941). Köln: Böhlau Verlag, 2016.

SCHUMANN, Roland. Loanwords in Old High German. *In*: HASPELMATH, Martin; TADMOR, Uri (ed.). **Loanwords in the World's Languages:** A Comparative Handbook. Berlin: De Gruyter Mouton, 2009. p. 330-337.

SEYFERTH, Giralda. A assimilação dos imigrantes como questão nacional. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 95-131, 1997.

THUN, Harald; WILKIN, René. A história que antecede a escrituralidade dos hunsriqueanos brasileiros: cartas do período napoleônico. *In*: ALTENHOFEN,

Cléo V.; STEFFEN, Joachim; THUN, Harald. **Cartas de imigrantes de fala alemã:** pontes de papel dos hunsriqueanos no Brasil. São Leopoldo: Oikos, 2018. p. 31-46.

VANDRESEN, Paulino. **Fonologia do Westfaliano de Rio Fortuna.** 1971. Tese (Doutorado em Linguística e Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1971.

VON POLENZ, Peter. **Deutsche Sprachgeschichte vom Spätmittelalter bis zur Gegenwart. Band III:** 19. und 20. Jahrhundert. Berlin: de Gruyter, 1999.

WILLEMS, Emílio. Acculturation and the horse complex among german-brazilians. **American Anthropologist**, Pasadena, v. 46, n. 2, p. 153-161, abr.-jun. 1944.

WOYCOWICZ, Lisa. Der Zerfall des Schriftdeutschen im Estado Novo? **Pandaemonium**, São Paulo, v. 21, n. 33, jan.-abr. 2018, p. 88-112.

LUTERANISMO NO RIO GRANDE DO SUL: ORIGENS E FORMAÇÃO INSTITUCIONAL DA IGREJA EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA NO BRASIL (IECLB) E DA IGREJA EVANGÉLICA LUTERANA DO BRASIL (IELB) EM UM CONTEXTO DE MIGRAÇÃO, COLONIZAÇÃO E DIÁSPORA

Ricardo Willy Rieth[1]

INTRODUÇÃO

Realizar uma análise histórica do luteranismo no Rio Grande do Sul exige certa delimitação conceitual. O termo "luteranismo" não será aqui empregado em um sentido estritamente confessional (ou seja, como um movimento religioso pautado unicamente pelo conjunto dos escritos confessionais luteranos), mas sim em uma conotação bem mais política, social e cultural. Esta abordagem é preferível por abranger o conjunto mais amplo dos desdobramentos do movimento originado a partir de Lutero e outros reformadores na Europa central do século XVI. Tal escolha se justifica pela diversidade de identidades religiosas dentre imigrantes protestantes de língua germânica que chegaram a partir de 1824, entre os quais havia não apenas luteranos, mas também reformados (calvinistas), unidos da Prússia e adeptos de outras tradições protestantes. A adoção de uma identidade confessional luterana mais estrita foi, em muitos casos, um desenvolvimento posterior, parte integrante do processo de institucionalização que será aqui examinado.

Essa herança histórica manifesta-se, na atualidade, por meio de um perfil demográfico singular. O Rio Grande do Sul é o epicentro do luteranismo brasileiro, com uma concentração desproporcional de seus membros em comparação com o cenário nacional. Com uma população estadual de 10.882.965 habitantes, conforme o Censo de 2022, estima-se que a soma dos membros da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) e da Igreja Evangélica

1 Doutor em Teologia (Kirchengeschichte) pela Universität Leipzig (1992), com pós-doutorado na mesma instituição. Membro do Conselho de Administração da Fundación Educacional Concordia (FEC) / Colegio San Pablo, Montevidéu, Uruguai. E-mail: ricardo.rieth@gmail.com.

Luterana do Brasil (IELB) no estado alcance aproximadamente 487.500 pessoas. Este contingente representa cerca de 4,5% da população gaúcha, um percentual superior à representação luterana em nível nacional, sendo de apenas 0,44%. Essa "massa crítica" regional confere ao grupo uma relevância sociocultural e política que transcende sua expressão numérica no conjunto do país, justificando um estudo aprofundado de sua trajetória.

A proeminência luterana em solo gaúcho não é um fenômeno acidental, mas o resultado de processos históricos complexos. O primeiro eixo de análise remete à colonização, compreendendo a imigração alemã não como um movimento espontâneo, mas como um projeto estratégico do estado imperial brasileiro. A partir de 1824, os imigrantes foram atraídos com objetivos que incluíam a ocupação territorial, o fortalecimento militar e a criação de uma nova classe de pequenos proprietários rurais, inserindo-se também em uma política de "branqueamento" da população. Nesse contexto de transplante cultural, forjou-se uma robusta identidade teuto-luterana, articulada em torno de uma conexão intrínseca entre confissão religiosa e etnia (germanidade). Essa identidade foi construída em um processo de "cultura de contraste", no qual traços como a língua, a ética do trabalho e a própria fé foram acentuados para demarcar fronteiras simbólicas em relação ao meio cultural circundante em toda sua diversidade.

A trajetória dessa comunidade seria marcada, além disso, por uma bifurcação institucional. O luteranismo gaúcho organizou-se majoritariamente em dois modelos eclesiais distintos: a IECLB, herdeira da "igreja de imigração" e de sua autonomia inicial, com influências posteriores de associações de suporte à diáspora evangélica e igrejas territoriais da Alemanha; e a IELB, igualmente herdeira da "igreja de imigração", porém, em perspectiva institucional, fruto do trabalho de acompanhamento à diáspora evangélica da Igreja Luterana Sínodo de Missouri, dos EUA, com um perfil confessional mais estrito desde sua origem.

Outro eixo interpretativo necessário ao tema diz respeito à abordagem ao movimento de expansão da diáspora interna, pelo qual descendentes de luteranos gaúchos acompanharam a expansão da fronteira agrícola brasileira. Ao migrarem para o Centro-Oeste e o Norte do país, transplantaram suas comunidades, sua cultura e sua fé, redesenhando o mapa do luteranismo no Brasil e ecoando, em um novo contexto, o papel de seus antepassados como colonos e desbravadores. Ao percorrer esses eixos — colonização, identidade, institucionalização e diáspora —, o texto que segue busca oferecer uma análise aprofundada da formação, consolidação e transformação do luteranismo como um dos pilares fundamentais na construção histórica e sociocultural do Rio Grande do Sul.

COMEÇOS DO LUTERANISMO ATÉ MEADOS DO SÉCULO XIX

O luteranismo chegou ao Rio Grande do Sul em um contexto ainda muito influenciado pelo sistema colonial, oficialmente católico e profundamente marcado pela escravidão. A partir de 1824, imigrantes de fala alemã começaram a se estabelecer na província, trazendo consigo sua fé. Eles se tornaram o primeiro grupo expressivo de protestantes a se fixar definitivamente no país. Embora historicamente identificados como "luteranos", não eram confessionalmente homogêneos. Provinham de diversas tradições, incluindo a reformada (calvinista), a unida (luterana e calvinista), a anabatista, dentre outras.

A vinda desses imigrantes foi motivada por uma dupla lógica. Do lado europeu, a principal razão era a necessidade econômica, marcada pela pobreza, falta de terras e ausência de perspectivas futuras em seus territórios de origem. Para muitos, a emigração representava uma libertação não apenas das dificuldades materiais, mas também das imposições sociais, políticas e religiosas de territórios onde a igreja estava atrelada ao estado.

Do lado brasileiro, o governo imperial possuía um projeto estratégico claro para essa imigração. Os europeus deveriam cumprir múltiplos objetivos: ocupar e fortalecer a fronteira sul, constantemente ameaçada; diversificar a economia baseada na pecuária, fornecendo produtos agrícolas e manufaturados aos centros urbanos e quartéis; criar uma classe média de pequenos proprietários e potenciais trabalhadores assalariados em uma sociedade polarizada entre latifundiários e escravizados; "dignificar" o trabalho manual, estigmatizado pela associação com a escravidão; e, crucialmente, "branquear" a população, que no início do século XIX era predominantemente negra, substituindo gradualmente a mão de obra escravizada.

Nesse contexto, os imigrantes luteranos foram inseridos em terras antes ocupadas por povos indígenas, colaborando, intencionalmente ou não, com a sua expulsão e o seu extermínio. Ao mesmo tempo, foram trazidos como uma alternativa à população negra, considerada um entrave ao progresso. De forma simbólica, a primeira leva de imigrantes alemães que chegou a São Leopoldo em 1824 foi alojada nas proximidades da antiga senzala da desativada Real Feitoria do Linho Cânhamo, um empreendimento onde o trabalho era realizado por negros escravizados. Essa conjuntura histórica estabeleceu desde o início uma barreira social e racializada, posicionando o luteranismo no lado branco e livre de uma sociedade escravista.

Apesar do papel que lhes foi designado, a vida religiosa dos primeiros imigrantes enfrentou severas restrições. A Constituição de 1824, embora garantisse a liberdade de consciência, mantinha o catolicismo como religião oficial e impunha limites ao culto público de outras crenças. Os templos

protestantes não podiam ter a aparência exterior de igreja, e os imigrantes sofriam restrições quanto à validade de seus casamentos e ao exercício pleno da cidadania. Diante dessas adversidades, é notável que não tenha havido adesões em massa ao catolicismo, apesar da existência de um catolicismo de etnia alemã nas mesmas regiões.

A vida eclesial foi, portanto, organizada pelos próprios colonos de forma autônoma e com grande espírito de independência. Os primeiros cultos eram domésticos, realizados em cabanas simples. Com o tempo, a comunidade construía a escola, que frequentemente servia também como local de culto aos domingos. Ao lado da escola, estabelecia-se o cemitério comunitário, uma necessidade prática, pois os protestantes não podiam ser sepultados nos cemitérios católicos ou públicos. Essa tríade — igreja, escola e cemitério — tornou-se o pilar da organização social e cultural luterana no meio rural.

Durante as primeiras quatro décadas, a maioria das comunidades teve pouca assistência de pastores com formação teológica ou ordenação formal. Na ausência de um clero institucional, as comunidades elegiam líderes de seu próprio meio, geralmente homens com algum nível de instrução, que ficaram conhecidos como "pastores-colonos" ou "pastores-livres". Esses líderes, que muitas vezes acumulavam a função de mestre-escola, foram fundamentais para a manutenção da fé e da identidade do grupo, oficiando cultos, pregando e administrando sacramentos em nome da comunidade.

As interações com outros grupos étnicos e sociais no âmbito da população local foram complexas e contraditórias. Embora trazidos para substituir o trabalho escravo, alguns imigrantes se tornaram proprietários de escravos. O caso do pastor Carl Leopold Voges, estabelecido em Três Forquilhas desde 1826, é emblemático: ele possuía e negociava escravos para trabalhar em suas terras e empreendimentos, chegando a batizá-los com sobrenomes alemães. Ao mesmo tempo, registros de batismos e casamentos de pessoas negras em livros de comunidades luteranas indicam que existiram formas, ainda que episódicas e paternalistas, de contato e assistência pastoral.

Assim, os primórdios do luteranismo no Rio Grande do Sul foram marcados por um profundo senso de autonomia comunitária, uma forte ênfase na educação e uma fé resiliente, praticada sob restrições legais e em meio a um projeto colonizador que os inseriu de forma ambígua e conflituosa na complexa trama social e racial do Brasil imperial.

INSTITUCIONALIZAÇÃO DO LUTERANISMO A PARTIR DE MEADOS DO SÉCULO XIX

A segunda metade do século XIX trouxe uma virada importante na história do luteranismo no Rio Grande do Sul. O modelo congregacionalista e independentista, liderado pelos "pastores-colonos", começou a ser desafiado pela chegada sistemática, a partir da década de 1860, de pastores com formação acadêmica e ordenação eclesiástica na Alemanha. Esses novos clérigos, em grande parte, eram moldados por um rigoroso moralismo, fruto da espiritualidade reavivamentista-pietista (Erweckungsbewegung) vigente em suas instituições de origem na terra natal.

Ao chegarem, depararam-se com uma realidade religiosa que lhes pareceu desconcertante. O pastor Hermann Borchard, de São Leopoldo, em um relatório de 1864, descreveu a situação como um "completo indiferentismo", no qual a religião era vista como "algo que não os interessa". A fé dos colonos, em grande parte oriundos da região do Hunsrück, no Palatinado, era uma herança privada e tradicional, focada nos ritos de passagem familiares — batismo e confirmação — e não em manifestações públicas de fervor. Para os novos pastores, essa piedade intimista foi interpretada como "indiferença espiritual", e os populares pastores-livres foram depreciativamente rotulados de "pseudopastores" ou, de forma ainda mais pejorativa, "pastores cachaceiros" (Schnapspfarrer).

Esse choque de mentalidades e espiritualidades gerou tensões que ultrapassaram o âmbito puramente religioso, como evidenciado pelo trágico episódio dos Mucker (1873-1874) no Morro Ferrabraz. O movimento, liderado por Jacobina Mentz Maurer, pode ser compreendido como um conflito entre a piedade reavivalista e exteriorizada do grupo e o cristianismo mais reservado da maioria dos colonos, somado a fatores políticos e econômicos locais. O massacre dos Mucker expôs as fraturas sociais e a ausência de uma estrutura eclesiástica capaz de mediar conflitos e oferecer orientação unificada.

Foi nesse cenário de desarticulação e conflito que os pastores formados na Europa encabeçaram o processo de institucionalização. Seus objetivos eram claros: enfrentar o independentismo das comunidades, combater a influência dos pastores-livres e criar uma instância representativa dos protestantes perante um estado que, até 1889, foi oficialmente católico. A primeira tentativa de organização, o Sínodo Teuto-Evangélico da Província do Rio Grande do Sul, liderado por Hermann Borchard entre 1868 e 1875, fracassou, evidenciando as dificuldades de unificar comunidades tão autônomas.

Mais exitosa foi, em 1886, a fundação do Sínodo Riograndense, sob a liderança de Wilhelm Rotermund, sucessor de Borchard em São Leopoldo. A criação do Sínodo foi um marco, pois permitiu ao protestantismo gaúcho

apresentar-se com alguma uniformidade diante das autoridades civis e empreender projetos de maior escala, como a pregação itinerante para alcançar colonos dispersos e a criação de escolas mais qualificadas. De forma estratégica e pragmática, para permitir a filiação do maior número possível de comunidades em um contexto marcado pela heterogeneidade de tradições doutrinárias (luteranas, reformadas e unidas), o Sínodo Riograndense decidiu, em sua fundação, não adotar uma base confessional específica.

Apesar disso, o processo de adesão foi lento e permeado de desconfiança. A maioria das comunidades via a nova estrutura com suspeita, temendo perder a liberdade religiosa que haviam conquistado ao emigrar, libertando-se do jugo das igrejas territoriais europeias atreladas ao poder civil. Havia também o receio de aumento nos gastos com a igreja, devido a eventuais contribuições financeiras ao sínodo, e o medo de que a organização pudesse se apropriar do patrimônio comunitário, como a igreja e a escola, construído coletivamente com tamanho sacrifício. Por muito tempo, o Sínodo foi mais uma "associação de pastores" do que de comunidades, lutando para ganhar a confiança dos leigos. A resistência era tão forte que, mesmo entre as comunidades filiadas, a contribuição financeira era quase nula, o que limitava severamente as possibilidades de atuação da nova entidade. Assim, a institucionalização do luteranismo no Rio Grande do Sul nasceu como um projeto clerical, que levaria décadas para ser plenamente aceito pela base leiga, acostumada a uma longa e valorizada tradição de autonomia.

SURGIMENTO DA IECLB

O caminho que levou à formação da IECLB foi longo e profundamente moldado pelos turbulentos acontecimentos da primeira metade do século XX. O Sínodo Riograndense, fundado em 1886, enfrentou nas décadas seguintes desafios que testaram sua frágil estrutura. A expansão política e comercial da Alemanha na virada do século, por exemplo, trouxe consequências que inibiram seu fortalecimento. A partir de 1900, a Igreja Territorial da Prússia passou a aceitar a filiação direta de comunidades no exterior, oferecendo-lhes ajuda financeira, remuneração e pensão vitalícia para pastores. Essa prática criou uma espécie de poder paralelo ao Sínodo, que via suas comunidades e pastores muitas vezes mais leais à instituição alemã do que à estrutura local.

O primeiro grande catalisador para a mudança foi a Primeira Guerra Mundial. Com o conflito, as ligações com a Alemanha foram interrompidas, e os auxílios financeiros a comunidades e pastores cessaram. Pela primeira vez, o Sínodo Riograndense precisou buscar sua autossuficiência, pedindo recursos diretamente às comunidades. A guerra também cortou o fluxo de pastores vindos da Alemanha, evidenciando a necessidade urgente de formar um ministério

local. Essa percepção levou à criação, em 1921, de um instituto de formação básica prévia ao estudo teológico, um primeiro passo crucial para a autonomia ministerial.

Nesse período, a figura de Hermann Dohms (1887-1956) começou a despontar como uma liderança decisiva. Dohms atuou fortemente para que o Sínodo Riograndense assumisse uma identidade confessional luterana mais definida, abandonando a neutralidade inicial. Em 1922, a constituição sinodal passou a estabelecer como documentos confessionais normativos a Confissão de Augsburgo e o Catecismo Menor de Lutero, consolidando sua base teológica. Em paralelo, outras organizações sinodais surgiam no país, como o Sínodo Evangélico-Luterano de Santa Catarina, Paraná e outros Estados (1905), a Associação de Comunidades Evangélicas de Santa Catarina e Paraná (1911) e o Sínodo Evangélico do Brasil Central (1912).

O golpe final sobre a dependência externa veio com a política de nacionalização promovida pela ditadura de Getúlio Vargas (1937-1945) e a Segunda Guerra Mundial. O governo brasileiro proibiu o uso da língua alemã em escolas e cultos, prendeu pastores e professores e confiscou materiais religiosos, como bíblias e hinários. Essa dura repressão contra as minorias étnicas, embora traumática, foi um processo "salutar" para os luteranos, pois despertou a consciência de que a sobrevivência da igreja dependia de um aprofundamento maior de sua integração à sociedade brasileira. A necessidade de autonomia em relação à Alemanha tornou-se inquestionável.

A reflexão sobre as dificuldades experimentadas no pós-guerra levou a um movimento de união entre os sínodos independentes. O passo decisivo foi a criação da Escola de Teologia em São Leopoldo, em 1946 (hoje Faculdades EST). A instituição, um projeto conjunto dos sínodos, foi fundamental para permitir a formação de um ministério homogêneo e autóctone, que compartilhava uma visão comum sobre o futuro da igreja no Brasil. As conversas para viabilizar a faculdade aproximaram os líderes sinodais e pavimentaram o caminho para a unificação.

Finalmente, em 1949, os quatro sínodos — Riograndense, Evangélico-Luterano de SC/PR, Associação de Comunidades de SC/PR e do Brasil Central — fundaram a Federação Sinodal. A nova entidade manteve a mesma base confessional luterana que o Sínodo Riograndense havia adotado em 1922. Em seu primeiro concílio, em 1950, a ênfase recaiu sobre a necessidade de ser uma igreja voltada para o Brasil, comprometida com as relações ecumênicas e com a tradição confessional evangélica luterana. A Federação Sinodal rapidamente se integrou ao movimento ecumênico internacional, filiando-se ao Conselho Mundial de Igrejas em 1950 e à Federação Luterana Mundial em

1952. Posteriormente, a denominação passou a se chamar oficialmente "Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil". As décadas seguintes foram marcadas por crescente engajamento sociopolítico, especialmente durante a ditadura militar (1964-1985), em um esforço contínuo para superar o isolamento étnico e cultural e consolidar sua presença como uma igreja brasileira.

SURGIMENTO DA IELB

A virada para o século XX trouxe novos atores ao cenário do luteranismo gaúcho, com a chegada de pastores ligados a um segmento do luteranismo norte-americano: o "Sínodo Evangélico-Luterano Alemão de Missouri, Ohio e outros Estados", hoje denominado Igreja Luterana - Sínodo de Missouri. A decisão de iniciar um trabalho no Brasil, aprovada em 1899, foi fruto de uma década de debates internos e impulsionada pela crescente influência política e econômica dos Estados Unidos na América Latina. O primeiro pastor enviado, C. J. Broders, ex-capelão militar durante a Guerra Hispano-Americana, inicialmente teve uma impressão desfavorável sobre a religiosidade dos colonos na região de Novo Hamburgo, desaconselhando o início do trabalho.

No entanto, seu contato com comunidades de teuto-russos no sul do estado, em especial na região de Pelotas, mudou sua perspectiva. Ele encontrou ali luteranos caracterizados por uma piedade pietista e reavivamentista semelhante à sua, que se mostrava receptiva a uma orientação pastoral estritamente confessional, conforme era usual no Sínodo de Missouri. Em julho de 1900, dezessete famílias da localidade de São Pedro, em Pelotas, solicitaram formalmente assistência espiritual ao Sínodo de Missouri, tornando-se a primeira comunidade do que viria a ser a Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB).

O avanço inicial do trabalho, porém, foi lento. A maior parte das comunidades livres, especialmente no sul do estado, resistiu ao atendimento, apegada à sua autonomia e à forte influência dos pastores-livres. Os pastores do Sínodo de Missouri, por sua vez, não reconheciam a legitimidade dos pastores-colonos, tratando-os como leigos e se recusando a trabalhar em colaboração com eles. A presença dos "ianques", como eram chamados, gerou atritos. Periódicos locais e eclesiásticos alertavam contra os "invasores", e o Sínodo Riograndense os acusou de concorrência desleal. Em contrapartida, os pastores do Sínodo de Missouri criticavam a indefinição confessional do Sínodo Riograndense, posicionando-se como os verdadeiros guardiões da doutrina luterana, baseados na subscrição a todos os escritos confessionais do Livro de Concórdia de 1580.

Apesar da resistência, o trabalho se expandiu para outras regiões do Rio Grande do Sul. Em 24 de junho de 1904, em São Pedro do Sul, foi formalmente fundado o "Distrito Brasileiro do Sínodo Alemão Evangélico-Luterano de

Missouri, Ohio e outros Estados", o 15º distrito do sínodo norte-americano. Uma característica notável desde o início foi a preocupação em preparar lideranças locais. Já em 1903, antes mesmo da fundação oficial do distrito, foi criado um instituto para a formação de professores e pastores, que se tornaria o Seminário Concórdia. Essa iniciativa foi fundamental para a consolidação e expansão da igreja, que formou suas primeiras turmas de professores em 1912 e de pastores em 1915.

Assim como o Sínodo Riograndense, a IELB foi profundamente impactada pela política de nacionalização de Getúlio Vargas durante a Segunda Guerra Mundial. As proibições ao uso da língua alemã aceleraram a transição para o português e forçaram a igreja a aprofundar sua integração na sociedade brasileira. Nas décadas seguintes, a IELB acompanhou a migração de descendentes de imigrantes para novos centros urbanos e para as fronteiras agrícolas em outros estados brasileiros.

Por muito tempo, a IELB permaneceu ligada administrativa e financeiramente à sua igreja-mãe nos Estados Unidos. O passo decisivo para a autonomia foi dado em 1980, quando se tornou administrativamente independente do Sínodo de Missouri. Os subsídios financeiros foram gradualmente reduzidos nos anos seguintes, até cessarem por completo. No entanto, em termos de teologia, doutrina e prática eclesiástica, a IELB manteve-se estreitamente vinculada à igreja norte-americana, apresentando-se como a principal representante do "luteranismo confessional" no Brasil. Esse perfil conservador se reflete em práticas como a não ordenação de mulheres ao ministério pastoral, ao contrário do que a IECLB passou a fazer desde os anos 1970. Ao final do século XX, a IELB estava consolidada como uma igreja nacional, com uma forte identidade confessional e uma presença significativa não apenas no Rio Grande do Sul, mas em diversas partes do Brasil, marcada por uma história de tensões e um notável investimento na formação de suas próprias lideranças.

LUTERANISMO E SOCIEDADE GAÚCHA

A história do luteranismo no Rio Grande do Sul está intrinsecamente ligada à colonização e à questão racial. O projeto de imigração europeia, do qual os luteranos faziam parte, era uma política de estado que visava o "branqueamento" da população, substituindo pessoas negras e indígenas por brancas. A sobrevivência do imigrante branco dependia, portanto, da ocupação de terras indígenas e do extermínio de indígenas e negros. Esse contexto histórico resultou em comunidades luteranas que, com poucas exceções, se mostraram refratárias a negros, pardos e indígenas.

Em meados do século XIX, houve contatos pontuais, mas a relação era complexa e por vezes opressora. Um exemplo notável, já citado acima, foi o do pastor Voges, que no litoral norte do estado possuía e negociava escravos, chegando a batizá-los com sobrenomes alemães. Posteriormente, na mesma paróquia, houve a introdução de pregações em português para atender ex-escravos batizados que não falavam alemão, demonstrando uma abertura que contrastava com a postura dominante do Sínodo Riograndense, que priorizava a exclusividade étnica germânica.

O surgimento de uma comunidade luterana negra em Solidez, no município de Canguçu, por volta de 1919, ilustra as tensões e a segregação racial. O pastor Augusto Drews, do Sínodo de Missouri, iniciou um trabalho missionário entre pessoas negras interessadas. No entanto, a crescente tensão com membros teuto-brasileiros, que se opunham à convivência, culminou na proibição do acesso dos negros à capela em 1922. Após cinco anos se reunindo em casas, a comunidade negra inaugurou sua própria capela e escola em Manoel dos Regos em 1927. Foi dessa comunidade que surgiu João José Alves, o primeiro pastor luterano negro do Brasil. Formado no Seminário Concórdia, onde precisou dominar a língua alemã para graduar-se, ele pastoreou comunidades mistas, mas enfrentou resistência de uma comunidade de brancos que impunha restrições a seu atendimento pastoral.

A tentativa de missão entre os povos indígenas também foi um episódio efêmero. O Sínodo Riograndense, estimulado por um jornal alemão, chegou a criar um fundo e a enviar o pastor Bruno Stysinski para visitar reservas indígenas em Lagoa Vermelha no final do século XIX. Posteriormente, os missionários Otto von Jutrzenka e Curt Haupt tentaram iniciar uma missão na região, mas a iniciativa foi frustrada por falta de recursos financeiros, pela prioridade do sínodo de atender a população de origem alemã e em razão da instigação de padres católicos contra os missionários protestantes. Essas tentativas falhas reforçaram a postura de exclusividade étnica do Sínodo.

Ao dirigir o olhar para questões críticas da realidade nacional no âmbito social e político, a partir do período determinado pela ditadura cívico-militar entre 1964 e 1985, a IECLB retomou a preocupação em relação aos povos indígenas. O Conselho de Missão entre Povos Indígenas (COMIN) foi estabelecido em 1982 como órgão da igreja para assessorar e coordenar sua atuação junto aos povos indígenas no país. Sua criação refletiu um aprofundamento do compromisso com as causas indígenas, buscando superar um histórico complexo que remonta à chegada dos primeiros imigrantes luteranos ao Brasil, no século XIX, e os consequentes conflitos por terra. O COMIN atua em parceria com diversas comunidades indígenas, respeitando sua autonomia e protagonismo, com

projetos focados em áreas prioritárias definidas pelos próprios povos, como a defesa de seus territórios, a promoção da saúde e da educação intercultural, a valorização de suas culturas e a busca pela autossustentabilidade. Entre suas principais iniciativas, destaca-se a busca de conscientização da sociedade não indígena sobre a realidade e os direitos dos povos originários, promovendo o respeito à diversidade.

A inserção dos luteranos na sociedade gaúcha foi um processo complexo, marcado por um notável dinamismo nas esferas econômica e educacional, mas por uma participação política inicialmente restrita e tardia. Durante o Império, restrições formais ao exercício da cidadania plena para não católicos limitaram a participação luterana na vida pública. Com a Proclamação da República, essa marginalização persistiu, em parte devido à associação dos teuto-brasileiros a políticos liberais derrotados na Revolução Federalista de 1893. Enquanto deputados católicos de sobrenome alemão já marcavam presença na Assembleia gaúcha desde o início da República, o primeiro luterano só ingressou em 1905, e por cooptação do governo, não como um representante eleito por sua base religiosa. Contudo, no âmbito municipal, a realidade era distinta. Em muitas cidades de colonização alemã, os luteranos exerceram forte, e por vezes dominante, presença na administração pública, demonstrando um maior interesse pela gestão local do que pela política partidária em nível estadual. As perseguições durante a campanha de nacionalização de Getúlio Vargas foram um divisor de águas, despertando uma nova consciência política. Como reação, após a Segunda Guerra Mundial, foi eleita uma significativa bancada luterana para o parlamento estadual, com sete deputados de diversos partidos, marcando uma nova fase de engajamento.

A relação entre o luteranismo e o desenvolvimento econômico no Sul do Brasil tem sido objeto de análise. Estudos apontam para uma proeminência econômica dos luteranos em diversas regiões de colonização mista. Em Santa Cruz do Sul, por exemplo, pesquisas relativas ao período da República Velha mostraram que a maioria dos principais empreendimentos comerciais e industriais pertenciam a luteranos. Em 1916, 66% do capital industrial investido na cidade era de luteranos, que respondiam por 73% da produção. Essa tendência foi observada também em regiões de colonização germânica de fora do Rio Grande do Sul, por exemplo, em Blumenau, SC, onde luteranos foram pioneiros na introdução de inovações como o primeiro automóvel, o cinema e a energia elétrica. Líderes católicos da época, como o padre jesuíta Theodor Amstad, lamentavam que os agricultores católicos não conseguiam atingir o mesmo nível de vida e posses que seus vizinhos luteranos. Contudo, essa aparente "ética protestante" associada a determinado "espírito do capitalismo" não é uma regra universal. O vertiginoso crescimento de Caxias do Sul, colônia de italianos

católicos, superou o de Santa Cruz do Sul, demonstrando a complexidade dos fatores de desenvolvimento.

Talvez a contribuição mais duradoura do luteranismo para a sociedade gaúcha tenha sido no campo da educação. Desde o início, a organização comunitária girou em torno do binômio igreja-escola. Essas precárias escolas paroquiais, mantidas pelas comunidades, foram fundamentais para a alfabetização das crianças e a criação de uma arraigada cultura escolar. Como resultado, muitas das regiões de colonização apresentam até hoje alguns dos mais baixos índices de analfabetismo do Brasil. Esse legado se perpetuou em instituições de excelência, como o Instituto de Educação de Ivoti, ligado à IECLB, que em 1998 tinha formado um oitavo de todos os secretários de educação dos municípios gaúchos, e a Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), mantida por uma comunidade da IELB, que chegou a estar entre as maiores instituições de ensino superior do país.

No Rio Grande do Sul, as escolas teuto-brasileiras demonstraram uma notável organização e impacto quantitativo, com 1.041 escolas em 1935, atendendo 40.585 alunos. Destas, 570 eram luteranas, 429 católicas e 42 mistas, evidenciando uma diversidade confessional, com especial protagonismo de luteranos. Essa rede escolar, que superava a de outros estados brasileiros e países vizinhos, como Santa Catarina (361 escolas) e Argentina (204), foi de suma relevância para o contexto brasileiro. Ela se destacou por oferecer educação básica universalizada para as comunidades teuto-brasileiras, em um período em que a média nacional de analfabetismo rural era superior a 80%. A iniciativa também se caracterizou pela diversidade de projetos envolvidos, incluindo a criação de uma estrutura de apoio abrangente com associações de professores, revistas pedagógicas, escolas normais, fundos de pensão, assembleias e cursos de estudo, além de uma significativa produção de material didático adaptado à realidade local e regional.

Culturalmente, os luteranos foram frequentemente vistos como um grupo isolado, focado na preservação da "germanidade". Embora a manutenção da língua e dos costumes fosse central, a realidade das interações sociais era mais fluida. Estudos e relatos apontam para relações amistosas e de auxílio mútuo entre católicos e protestantes nas colônias, com crianças católicas frequentando escolas protestantes e um número significativo de casamentos interconfessionais. A vida social era rica em associações, como corais e clubes recreativos. Posteriormente, essa tradição associativista se estendeu para a esfera socioeconômica, com a criação da Liga das Uniões Coloniais, em 1929, uma organização de caráter sindical que, embora oficialmente não confessional, teve forte protagonismo de luteranos e representou um importante canal de diálogo, mediação e negociação com o estado.

RELAÇÕES INSTITUCIONAIS ENTRE IECLB E IELB E A "CULTURA LUTERANA"

A relação entre a IECLB e a IELB evoluiu de uma história de distanciamento e rivalidade para uma colaboração pragmática e teologicamente fundamentada. Por muitas décadas, as duas igrejas, originadas de contextos nacionais, políticos, teológicos e culturais distintos mantiveram-se distantes, embora o povo leigo de suas comunidades compartilhasse em muito o mesmo perfil e características. O Sínodo Riograndense, precursor da IECLB, e o Distrito Brasileiro do Sínodo de Missouri, precursor da IELB, frequentemente se viam como concorrentes, trocando acusações de proselitismo e de desvio doutrinário. Essa separação refletia não apenas as diferentes origens — uma mais ligada às igrejas territoriais da Alemanha e outra ao luteranismo confessional norte-americano —, mas também diferentes posturas em relação à confessionalidade e à prática eclesiástica.

Contudo, a condição de minorias religiosas em um país de maioria católica e a crescente necessidade de afirmar uma identidade luterana comum em um contexto brasileiro multicultural e multirreligioso levaram ambas as igrejas a buscar pontos de convergência. Esse movimento de aproximação encontrou sua expressão mais concreta e duradoura na cooperação literária e editorial. A tradução e publicação do legado literário da Reforma luterana emergiu como um caminho objetivo e prático para que ambas as igrejas pudessem redescobrir e fortalecer sua identidade luterana comum.

O marco dessa colaboração foi a criação, em 1966, da Comissão Interluterana de Literatura (CIL), composta por representantes da IECLB e da IELB. A CIL se tornou o principal motor dos esforços conjuntos, patrocinando a publicação do devocionário anual "Castelo Forte" e, sobretudo, o projeto de tradução e edição do "Livro de Concórdia" (1580), que traz o conjunto dos escritos confessionais luteranos, bem como da coleção "Martinho Lutero: Obras Selecionadas". Essa iniciativa, que conta com a colaboração indispensável das editoras Sinodal (IECLB) e Concórdia (IELB) vem sendo financiada com recursos orçamentários das próprias igrejas e de igrejas luteranas da América do Norte e da Europa.

A coleção "Martinho Lutero: Obras Selecionadas", com 16 volumes já publicados ou em fase final de edição, e projetada para um total de 18 volumes, teve seu primeiro volume lançado em 1987. O trabalho é conduzido por uma uma comissão editorial formada por especialistas em história da Reforma e teologia de Lutero de ambas as igrejas. Pela primeira vez, a obra do reformador Lutero se tornou acessível de forma sistemática ao público de língua portuguesa, que até então dispunha de pouquíssimas edições. O esforço editorial foi crucial

não apenas para a formação teológica, mas também para apresentar a "cultura luterana" à sociedade brasileira em geral, influenciando o debate acadêmico para além dos círculos eclesiásticos.

Essa bem-sucedida cooperação na área literária abriu caminho para uma aproximação institucional mais ampla. Em 1994, as lideranças nacionais da IELB e da IECLB firmaram um acordo de cooperação com o objetivo de aprofundar os laços e buscar a comunhão no uso da Palavra e dos Sacramentos. O acordo visava promover a identidade confessional, testemunhar o Evangelho à sociedade brasileira e ampliar a cooperação em atividades comuns, como formação teológica, encontros de obreiras e obreiros, diaconia e responsabilidade pública. Para implementar esses objetivos, foi criada a Comissão Interluterana de Diálogo (CID). A CID passou a trabalhar em propostas práticas para o intercâmbio de estudantes de teologia, a realização de encontros conjuntos de lideranças e a busca de soluções para situações de conflito entre comunidades e clérigos das duas denominações. Embora as diferenças teológicas e de praxe eclesiástica permaneçam — como a questão da ordenação de mulheres ao ministério, aceita na IECLB e não na IELB —, o caminho percorrido nos últimos 50 anos tem buscado transformar uma relação de antagonismo em um modelo de diálogo e cooperação, fortalecendo a presença luterana no cenário religioso e cultural do Rio Grande do Sul e do Brasil.

LUTERANISMO E DIVERSIDADE CULTURAL E RELIGIOSA

O maior e mais persistente desafio enfrentado pelo luteranismo no Rio Grande do Sul, e em todo o Brasil, reside em sua própria origem. Historicamente, o protestantismo luterano brasileiro é uma religião de imigrantes europeus e seus descendentes. Essa determinação fundamental estabeleceu, ao mesmo tempo, seus limites. Inseridos em um projeto estatal que visava "branquear" a nação e substituir a mão de obra negra, os imigrantes brancos foram colocados em uma posição de alteridade em relação à maioria da população brasileira. Essa conjuntura histórica criou uma barreira social e cultural que, potencializada pelo caráter de religião de minoria étnica, fez com que as igrejas luteranas fossem por muito tempo conhecidas como "igrejas de alemães".

A preservação da fé evangélica esteve na maior parte do tempo intrinsecamente ligada à manutenção da germanidade. Consequentemente, a atuação missionária dos primeiros sínodos se concentrou quase que exclusivamente no atendimento aos descendentes de alemães, e o trabalho entre a população brasileira de origem lusa, afrodescendente ou indígena não era uma prioridade. Relatórios de pastores itinerantes do final do século XIX e início do século XX frequentemente mencionavam a grande receptividade dos

"brasileiros" à pregação evangélica, mas concluíam que a tarefa de evangelizá-los era ampla e árdua demais para um sínodo cuja vocação era servir aos teuto-brasileiros.

Apesar dessa tendência dominante, houve experiências notáveis, ainda que isoladas, de diálogo com a diversidade. Em Três Forquilhas (Itati), entre 1898 e 1907, o pastor Ernst Theodor Lechler, do Sínodo Riograndense, deparou-se com a existência de muitos negros, ex-escravos de alemães, que haviam sido batizados na fé evangélica, mas não eram atendidos devido à barreira linguística. Motivado pelo desafio, Lechler introduziu pregações em português, cuja frequência chegou a superar a dos cultos em alemão. Na IELB, como já mencionado, um episódio singular ocorreu a partir de 1919 em Solidez, no município de Canguçu, com o início de um trabalho missionário entre a população negra local. A iniciativa enfrentou tensões com a comunidade teuto-brasileira, que culminaram na proibição do acesso dos negros à capela em 1922. O grupo perseverou, construindo seu próprio templo em 1927 e formando uma comunidade luterana negra duradoura.

No final do século XX, um novo desafio se impôs com o crescimento avassalador do pentecostalismo e do neopentecostalismo. Esses movimentos, com sua ênfase na experiência direta e emocional do Espírito Santo, práticas de cura divina e teologia da prosperidade, ganharam enorme adesão entre as classes mais pobres e marginalizadas, justamente o segmento da população brasileira — negra, parda e indígena — com o qual o luteranismo histórico teve pouco contato. A liturgia luterana, percebida por muitos como formal e rígida, contrastava com o ambiente vibrante e participativo das igrejas pentecostais.

Esse fenômeno impactou diretamente o luteranismo, especialmente nos centros urbanos, para onde migraram muitos luteranos de origem rural. Sentindo-se deslocados, alguns acabaram se juntando a denominações pentecostais na periferia, onde encontravam maior acolhimento. Como resposta, surgiram movimentos de renovação carismática dentro de ambas as igrejas luteranas. Na IECLB, o movimento carismático luterano surgiu a partir de pastores insatisfeitos com as práticas tradicionais, que buscaram o "batismo no Espírito Santo" em igrejas pentecostais. Eles introduziram em suas comunidades uma nova dinâmica, com ênfase na guerra espiritual, no exorcismo e na importância do dízimo, atraindo novos membros, mas também causando conflitos com os luteranos tradicionais. Na IELB, influências do movimento carismático, em parte vindas do Sínodo de Missouri nos EUA, também se manifestaram, mas foram recebidas com maior resistência pela hierarquia eclesiástica, que considerava suas práticas incompatíveis com o luteranismo confessional, resultando na remoção de clérigos e na exclusão de comunidades.

Assim, nas primeiras décadas do século XXI, o luteranismo gaúcho se vê diante do mesmo desafio fundamental de sua história: como apresentar-se institucionalmente no âmbito da complexa realidade social brasileira, com abertura à imensa diversidade cultural e religiosa do país, sem perder sua identidade teológica e sua herança histórica.

CONSIDERAÇÃO FINAL

A trajetória do luteranismo no Rio Grande do Sul, desde a chegada dos primeiros imigrantes alemães em 1824, revela uma complexa narrativa de transição: de uma fé transplantada, etnicamente circunscrita e focada na sobrevivência, para duas instituições eclesiásticas brasileiras que buscam seu lugar em uma sociedade plural. A história das igrejas IECLB e IELB é, em essência, a história dessa contínua negociação entre a herança europeia e os desafios da realidade nacional.

A migração e a colonização luterana no Rio Grande do Sul não podem ser compreendidas como um movimento puramente religioso ou espontâneo. A cultura teuto-brasileira luterana não se constituiu como mera reprodução de uma "bagagem" cultural estática trazida da Europa. Em vez disso, ela foi uma entidade dinâmica, produzida em um contexto de disputas e conflitos. A etnicidade do grupo teuto-brasileiro se formou a partir da segunda metade do século XIX, quando a convivência com outros grupos culturais exigiu a acentuação de traços culturais distintivos, um fenômeno descrito como a criação de uma cultura de contraste. A religião, junto com a língua e a etnia, tornou-se um desses marcadores, usado para diferenciar o "nós" do "outro". O projeto da imigração europeia, orquestrado pelo governo imperial, utilizou a fé e a etnia como ferramentas para cumprir objetivos políticos e econômicos, como o povoamento de fronteiras, a criação de uma classe média produtiva, o "branqueamento" da população e até mesmo o extermínio da população indígena local. Assim, a história do luteranismo no estado é intrinsecamente ligada a complexas dinâmicas de identidade, colonização e diáspora.

Os primórdios foram marcados por um forte senso de autonomia. Inseridos em um projeto de colonização do estado brasileiro, que lhes designou um papel geopolítico e racializado específico, os colonos organizaram sua vida religiosa de forma independente, sob a liderança de pastores-leigos e em comunidades autogeridas em torno do binômio igreja-escola. A partir de meados do século XIX, a chegada de pastores formados na Europa impulsionou um processo de institucionalização que, apesar da resistência inicial das comunidades, culminou na fundação dos primeiros sínodos, estabelecendo as bases para as futuras igrejas.

O século XX foi decisivo para a consolidação e "abrasileiramento" dessas estruturas. A formação da IECLB, a partir da união de quatro sínodos regionais, e da IELB, como distrito do Sínodo de Missouri, representou a consolidação de dois modelos distintos de luteranismo. Ambos, no entanto, foram profundamente impactados por eventos como as Guerras Mundiais e, especialmente, a política de nacionalização do Estado Novo, que aceleraram o abandono da exclusividade da língua alemã e forçaram uma maior inserção na cultura brasileira.

Na sociedade gaúcha, a presença luterana deixou marcas indeléveis. No campo econômico, destacaram-se pelo empreendedorismo, enquanto na política, superaram uma marginalização inicial para conquistar espaços relevantes, sobretudo na esfera municipal. Sua contribuição mais duradoura, contudo, foi na educação, onde a tradição das escolas comunitárias fomentou uma cultura de valorização do ensino que resultou em baixos índices de analfabetismo e na criação de importantes instituições educacionais.

As relações entre IECLB e IELB evoluíram de uma rivalidade inicial para uma cooperação pragmática, cujo maior expoente foi o projeto conjunto de tradução das obras de Lutero. Esse esforço literário não apenas enriqueceu a teologia de língua portuguesa, mas também serve como um poderoso instrumento para a construção de uma identidade luterana comum e para a apresentação dessa herança à sociedade brasileira.

Ainda assim, o luteranismo gaúcho chega às primeiras décadas do século XXI enfrentando seu desafio mais fundamental: o de conviver em um contexto de diversidade cultural. A herança de uma "igreja de imigrantes" ainda impõe limites à sua capacidade de dialogar com a pluralidade étnica, cultural e religiosa do Brasil, especialmente diante do dinâmico crescimento do pentecostalismo. Não se trata, portanto, de uma história concluída, mas de um processo em andamento, cujo futuro dependerá da capacidade de ser, simultaneamente, fiel à sua identidade confessional e genuinamente aberto ao outro em sua diversidade.

REFERÊNCIAS

ALTMANN, Walter. Lutero e libertação. **Ed. revista e ampliada.** São Leopoldo: Sinodal, 2016.

AMADO, Janaína. **A revolta dos mucker:** Rio Grande do Sul, 1868-1898. 2. ed., São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2002.

BERGER, Agenor. **Postura da Igreja Evangélica Luterana do Brasil frente ao regime militar (1964-1985).** 1994. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Instituto Ecumênico de Pós-Graduação, Escola Superior de Teologia, São Leopoldo, 1994.

BRAKEMEIER, Gottfried (ed.). **Presença luterana 1990.** São Leopoldo: Sinodal, 1989.

BUSS, Paulo Wille. **Relations between the Lutheran Church-Missouri Synod and the Igreja Evangélica Luterana do Brasil.** 1981. Dissertação (Mestrado) – Concordia Seminary, St. Louis, 1981.

DOHMS, Hermann Gottlieb. **Textos escolhidos.** Organizado por Martin N. Dreher. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

DREHER, Martin N. **A religião de Jacobina.** São Leopoldo: Oikos, 2017.

DREHER, Martin N. **História do povo luterano.** São Leopoldo: Sinodal, 2005.

DREHER, Martin N. **Igreja e germanidade:** estudo crítico da história da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. 2. ed. rev. e ampl., São Leopoldo: Sinodal, 2003.

DREHER, Martin N. **Wilhelm Rotermund:** seu tempo - suas obras. 2. ed., São Leopoldo: Oikos, 2014.

DREHER, Martin N.; WITT, Osmar L.; WACHHOLZ, Wilhelm. **Presença luterana no Brasil:** história e testemunho. São Leopoldo: Sinodal, 2024.

FISCHER, Joachim (org.). **Ensaios luteranos:** dos primórdios aos tempos atuais do luteranismo no Brasil. São Leopoldo: Sinodal, 1986.

FISCHER, Joachim; JAHN, Christoph. **Es begann am Rio dos Sinos:** Geschichte und Gegenwart der evangelischen Kirche Lutherischen Bekenntnisses in Brasilien. Erlangen: Verlag der Ev.-Lutherischen Mission, 1970.

GERTZ, René E. "Die Lutheraner in der Gesellschaft und Kultur Brasiliens." *In*: Luther zwischen den Kulturen: Zeitgenossenschaft - Weltwirkung, edited by Hans Medick and Peer Schmidt, 164-189. **Göttingen:** Vandenhoeck & Ruprecht, 2004.

GERTZ, René E. **O luteranismo no Rio Grande do Sul.** Teocomunicação, Porto Alegre, v. 13, n. 4, p. 359-368, 1983.

GERTZ, R. E. Os luteranos no Brasil. **Revista de História Regional**, [S. l.], v. 6, n. 2, 2007. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2129. Acesso em: 1 out. 2025.

HOCH, Lothar (ed.). **Formação teológica em terra brasileira:** Faculdade de Teologia da IECLB 1946-1986. São Leopoldo: Sinodal, 1986.

HUNSCHE, Carlos Henrique. **Protestantismo no Sul do Brasil.** Porto Alegre: EST; São Leopoldo: Sinodal, 1983.

IGREJA EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA NO BRASIL - www.luteranos.com.br/

IGREJA EVANGÉLICA LUTERANA DO BRASIL - https://www.ielb.org.br/

KRAUSE, Henrique. **Lutherische Synode in Brasilien:** Geschichte und Bekenntnis der Evangelisch-Lutherischen Synode von Santa Catarina, Paraná und anderen Staaten. Erlangen: Verlag der Ev.-Luth. Mission, 1993.

KREUTZ, Lúcio. **O professor paroquial:** magistério e imigração alemã. Porto Alegre: Editora da Universidade; Caxias do Sul: EDUCS; Florianópolis: Editora da UFSC, 1991.

KREUTZ, Lúcio. Muito empenho pelas escolas. *In*: FISCHER, Luís Augusto; GERTZ, René E. (org.). **Nós, os teuto-gaúchos.** Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996. p. 145-150.

MARLOW, Sergio Luiz. **Confessionalidade a toda prova:** o sínodo evangélico luterano do Brasil e a questão do germanismo e do nacional-socialismo alemão durante o governo de Getúlio Vargas no Brasil. 2013. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. doi:10.11606/T.8.2013.tde-31102013-103854.

MEYER, Dagmar E. Estermann. **Identidades traduzidas:** cultura e docência teuto-brasileiro-evangélica no Rio Grande do Sul. Santa Cruz do Sul: EDUNISC; São Leopoldo: Sinodal, 2000.

OSWALD, Tamara. **Comunidades luteranas livres em São Lourenço do Sul (1886 – 1945).** Dissertação de Mestrado [S.l.]: Universidade Federal de Pelotas, 13 jun. 2014.

PRIEN, Hans-Jürgen. **Formação da Igreja Evangélica no Brasil:** das comunidades teuto-evangélicas de imigrantes até a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. Trad. de Ilson Kayser. São Leopoldo: Sinodal; Petrópolis: Vozes, 2001.

RADÜNZ, Roberto. **Do poder de Deus depende.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1996.

RADÜNZ, Roberto. **A terra da liberdade:** o luteranismo gaúcho do século XIX. Caxias do Sul: Educs; Edunisc, 2008.

REHFELDT, Mário L. **The first fifty years of the history of the Igreja Evangélica Luterana do Brasil, the Brazilian District of the Missouri Synod.** 1962. Dissertação (Mestrado) – Concordia Seminary, St. Louis, 1962.

RIETH, Ricardo W. Dois modelos de igreja luterana: IECLB e IELB. *In*: Dreher, Martin N. (Org.), **Populações rio-grandenses e modelos de igreja.** São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Ed. EST, 1998, p. 256-267.

RIETH, Ricardo W. Evangélicos de "alma branca": os negros e o protestantismo no Brasil. *In:* KOCH, Ingelore Starke (org.). Brasil: **Outros 500:** protestantismo e a resistência indígena, negra e popular. São Leopoldo: Sinodal; COMIN; IEPG, 1999. p. 172-200.

RIETH, Ricardo W. Luteranismo rio-grandense no século 20: da independência à institucionalização. *In*: FISCHER, Luís Augusto; GERTZ, René E. (org.). **Nós, os teuto-gaúchos.** Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 1996. p. 283-289.

RIETH, Ricardo W. Lutheranism in Brazil: from ethnic enclave to protestantism with a difference. *In*: CIMINO, Richard (Org.). **Global lutheranism in the contemporary world:** Luther's realm. 1. ed. London: Routledge, 2025, p. 282-294.

RIETH, Ricardo W. **Igreja Evangélica Luterana do Brasil:** uma abordagem histórica. Igreja Luterana, São Leopoldo, v. 55, n. 1, p. 42-62, 1996.

SCHRÖDER, Ferdinand. **Brasilien und Wittenberg:** Ursprung und Gestaltung deutschen evangelischen Kirchentums in Brasilien. Berlin; Leipzig: Gruyter, 1936.

SCHÜNEMANN, Rolf. **Do gueto à participação:** o surgimento da consciência sócio-política na Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil entre 1960 e 1975. São Leopoldo: Sinodal/IEPG, 1992.

STEYER, Walter O. **Os imigrantes alemães no Rio Grande do Sul e o luteranismo.** Porto Alegre: Singulart, 1999.

TEICHMANN, Eliseu. **Imigração e Igreja:** as comunidades-livres no contexto da estruturação do luteranismo no Rio Grande do Sul. 1996. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Instituto Ecumênico de Pós-Graduação, Escola Superior de Teologia, São Leopoldo, 1996.

WACHHOLZ, Wilhelm. **"Atravessem e ajudem-nos":** a atuação da "Sociedade Evangélica de Barmen" e de seus obreiros e obreiras enviados ao Rio Grande do Sul (1864-1899). São Leopoldo: Sinodal, 2003.

WARTH, Carlos H. **Crônicas da Igreja:** fatos históricos da Igreja Evangélica Luterana do Brasil 1900-1974. Porto Alegre: Concórdia, 1979.

WEIDUSCHADT, Patrícia. **O Sínodo de Missouri e a educação pomerana em Pelotas e São Lourenço do Sul nas primeiras décadas do século XX:** identidade e cultura escolar. Dissertação de Mestrado [S.l.]: Universidade Federal de Pelotas, 22 jan. 2007.

WILLEMS, Emílio. **A aculturação dos alemães no Brasil.** Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1946.

WIRTH, Lauri. **Protestantismus und Kolonisation in Brasilien.** Erlangen: Verlag der Ev.-Luth. Mission, 1990.

WITT, Osmar Luiz. **Presença do Sínodo Riograndense entre populações não-germânicas:** aspectos históricos. Estudos Teológicos, São Leopoldo, v. 34, n. 2, p. 150-158, 1994.

WITT, Osmar Luiz. **Igreja na migração e colonização:** a pregação itinerante no Sínodo Rio-Grandense. São Leopoldo: Sinodal; IEPG, 1996.

ENTRE CRUZES E EPITÁFIOS: A IDENTIDADE RELIGIOSA DE MIGRANTES ALEMÃES NOS CEMITÉRIOS DE NOVO PARAÍSO, ESTRELA/RS – 1856–1889

Valéria da Silva Schmidt[1]

"A morte desperta a consciência da própria finitude. [...] Os mitos, a magia e as religiões apresentam as respostas para resolver a crise criada pela morte. A morte, apesar de ser uma experiência pessoal, apresenta especificidades de classe, família, cultura e religião."

Harry Rodrigues Bellomo

INTRODUÇÃO

As migrações no estado Rio Grande do Sul cumpriram forte importância no desenvolvimento da cultura, da religiosidade e dos costumes das futuras gerações. A região do Vale do Taquari recebeu diversos povos ao longo do tempo, mas teve grande assentamento de migrantes alemães no início de seu desenvolvimento histórico. O presente artigo se debruça sobre a religiosidade desse povo, migrantes de regiões da atual Alemanha e da atual São Leopoldo. Especialmente, procura identificar e analisar quais elementos religiosos nos cemitérios de Novo Paraíso, Estrela/RS, perpetuam a identidade religiosa dos migrantes alemães que se estabeleceram na região no período de 1856 a 1889.

Através dos "lugares de memória", conceituados por Pierre Nora e com contribuições de Bruna Mergulhão, será possível traçar o que os cemitérios simbolizam para a identidade religiosa e para a memória de um povo migrante e como este processo é reverberado em seus cultos e crenças. As memórias individuais e coletivas das comunidades católicas e evangélicas luteranas são representadas e eternizadas por meio de epitáfios, símbolos e alegorias. Já para compreendermos como a região de Novo Paraíso se desenvolveu e abrigou a maior parte de migrantes alemães, o artigo aborda também a formação histórica de Estrela. Como fonte, foram utilizados, principalmente, os livros de Lothar

1 Licencianda em História pela Universidade de Caxias do Sul.

Hessel, "O Município de Estrela: História e Crônica", e de José Alfredo Schierholt, "Estrela: Ontem e Hoje".

Através de pesquisa a campo em três cemitérios da região - um católico, um evangélico luterano e um municipal - será possível sistematizar simbologias religiosas de migrantes alemães e seus descendentes com a teoria de Daniel Leite e Mateus Dalmáz como base. E, desta forma, a pesquisa tem relevância histórica a partir da premissa de contribuir à historiografia da cidade de Estrela e, principalmente, a das comunidades alemãs estabelecidas até hoje na localidade de Novo Paraíso. Colabora também para a conservação da cultura e da religião dos estrelenses.

A FORMAÇÃO HISTÓRICA DE ESTRELA

O cidadão estrelense, pelo menos uma vez em sua infância ou adolescência, ouviu a estória acerca do porquê o município do Vale do Taquari foi denominado Estrela. A lenda conta que os primeiros colonizadores chegados às terras da cidade teriam visto, às suas margens, o reflexo de uma estrela cadente nas águas do Rio Taquari e desta ocasião, o nome teria sido atribuído à região. Porém, hoje sabemos que a história da região não começa a partir da chegada de colonizadores ou migrantes europeus e que Estrela era terra habitada muito antes disso, com outras denominações, povos e culturas.

Algumas expedições foram realizadas ao longo dos anos após 1500 no Rio Grande do Sul e na atual região do Vale do Taquari, tanto por espanhóis quanto por portugueses, a fim de reconhecimento das terras para exploração econômica. Contudo, é apenas no início do século XIX que os primeiros europeus começaram a explorar o local significativamente, ambicionando a catequização dos povos originários e, posteriormente, a presença de bandeirantes paulistas na busca de mão de obra dentre os indígenas (Kreutz; Machado, 2017).

Vale destacar ainda que os bandeirantes trouxeram à região e deixaram como herança a prática da escravização de africanos que perdurou por alguns anos ainda na história dos municípios do Vale do Taquari (Specht; Macagnan, 2001). Esta prática foi o que possibilitou o grande desenvolvimento da região, apesar de suas implicações sociais e econômicas. Um dado do início do século aponta para a maioria da população do Alto Taquari ter origem africana, como nos apresenta Kreutz e Machado (2017, p. 65):

> Com a demanda crescente de produtos para abastecer o mercado interno, os colonos açorianos sozinhos não davam conta de todas as atividades. Assim, os escravizados foram muito importantes para o desenvolvimento da região. No início do século XIX, como Taquari produzia muito trigo, necessitava de mão de obra escrava. Para ter uma ideia, em 1814, de toda a população de escravizados africanos, 7% estava concentrada em Taquari (Kreutz; Machado, 2017, p. 65).

Segundo Gregory (2015, p. 24), o território que compreendia os "limites ao norte o Arroio grande da Boa Vista, ao sul o Arroio do Ouro, à direita a Fazenda dos Barros e à esquerda o rio Taquari" se denominava "Fazenda da Estrella", que em um período de 62 anos pertenceu a três proprietários (Gregory, 2015, p. 24). No ano de 1794, os irmãos João e José Inácio Teixeira receberam sesmarias do governo colonial e as integraram à sua sociedade imobiliária de Porto Alegre, de onde eram também moradores. Assim, pela margem esquerda do Rio Taquari, "João Inácio Teixeira recebeu 3.900 braças de frente por meia légua de fundo, equivalente a uns 28 quilômetros quadrados [...]. Seu irmão recebeu quase a mesma quantia na margem direita" (Schierholt, 2002, p. 11). Em 1824, as terras da Fazenda da Estrella passaram para José Inácio Teixeira Júnior, filho de João Ignácio Teixeira, através de herança, e este as permutou para Vitorino José Ribeiro 6 anos mais tarde (Gregory, 2015).

Após a morte em batalha, no Uruguai, de José Luís Mena Barreto, coronel nascido em Rio Pardo, Anna Emilia Sampaio Menna Barreto, portuguesa da vila de Chave, se casou novamente com o também coronel Vitorino José Ribeiro, "figura de destaque na sociedade sul-rio-grandense e que nessa década passou a ser proprietário de muitas terras no Alto Taquari" (Hessel, 1983, p. 16), o qual se tornou padrasto de Antônio Vítor de Sampaio Mena Barreto e seus dois irmãos. Assim,

> [...] não só se estabeleceu o parentesco entre o padrasto e os três enteados, como se propiciou posteriormente ampla cooperação entre Vitorino José Ribeiro, o homem que atraiu os colonos de etnia germânica, e Antônio Vítor, o homem que deu início ao povoado e à futura vila de Estrela (Hessel, 1983, p. 16).

Portanto, nos anos que Vitorino foi proprietário das terras dos futuros municípios de Estrela, Lajeado, Arroio do Meio, Encantado e outros, algumas construções importantes foram edificadas, baseadas nas atribuições sociais do dono das terras e de seus familiares ou na economia local no momento. Algumas destas construções, espalhadas pelas fazendas, eram destinadas à extração e comercialização de madeira, já visando a vinda de migrantes à região (Gregory, 2015).

Com a migração de alemães e seus descendentes à Estrela, e facilitada também pela Lei de Terras, a então vila teve um aumento considerável na sua população e, consequentemente, a necessidade de maior desenvolvimento. Diversas fazendas e picadas foram ampliadas durante os anos seguintes. E, finalmente, em 1876, pela Lei de nº 1.044, de 20 de maio, o governo do Conselheiro Tristão Alencar Araripe, presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, sancionou a emancipação do município de Estrela, o segundo município mais antigo do Vale do Taquari.

MIGRAÇÃO ALEMÃ E RELIGIOSIDADE

No ano de 1865, Antônio Vítor ordenou que se abrissem grandes picadas, como a Picada Boa Vista e a Picada Grande, "nas quais foram se estabelecendo os colonos que em grande número afluíam das zonas de São Leopoldo e de Feliz" (Hessel, 1983, p. 22). Segundo Specht e Macagnan (2001, p. 141), uma das grandes razões da migração da região de São Leopoldo para o Alto Taquari era que, "para os então proprietários das terras interessava a venda das mesmas em pequenos lotes aos colonos, que necessitavam [de] terras para sua subsistência" (Specht; Macagnan, 2001, p. 141).

Em conjunto da política de branqueamento da sociedade brasileira da época, estimulada pelo governo imperial, a Lei de Terras, assinada em 18 de setembro de 1850, favoreceu a apropriação de terras do Rio Grande do Sul pelos alemães da segunda onda migratória. Assim, a colonização privada também foi beneficiada. Como é o caso da atual Teutônia, que concentrou grupos vindos principalmente da região de Westfália, na Alemanha, e teve Carlos Schilling, migrante alemão, como idealizador da compra de áreas e venda de lotes (Ahlert, 2005). Engster (2005, p. 222) destaca, em sua análise do auto de mediação feito pela Companhia de Schilling e outros, que a quantidade de solicitações de legitimação de terras do vale do Taquari foi expressiva pela metade do século XIX. O objetivo era a colonização da região e

> [...] localizar migrantes vindos após 1845 e descendentes das velhas colônias de São Leopoldo, uma vez que o alto grau de fertilidade familiar, a técnica agrícola que rapidamente esgota os solos, a vinda de novos contingentes de imigrantes, além da fertilidade do solo propalada dessa área transformam a região em foco privilegiado do avanço da colonização (Engster, 2005, p. 222).

Deste modo, foi a partir de 1846 que migrantes alemães e seus descendentes, ainda estabelecidos nas regiões de São Leopoldo, Novo Hamburgo, Campo Bom e outras, "passaram também a ocupar terras ao leste de São Leopoldo, como Taquara do Mundo Novo [...] e Igrejinha" (Blume, 2010, p. 39) e, em 1856, chegaram à Estrela. Por ali, praticaram o cultivo de "alimentos como milho, feijão, batatas, cevada, centeio, trigo, ervilha, mandioca, cana e fava", além da criação de animais diversos (Gregory; Viegas, 2018, p. 176). Porém, apesar das dificuldades socioeconômicas que estes grupos se encontravam nos primeiros anos de colonização, eles mantiveram seus costumes e crenças no desenvolvimento da nova localidade. Nesse sentido, Schierholt (2002, p. 250) aponta que

> No primitivo território de Estrela, alguns distritos e linhas coloniais mantiveram uma certa unidade confessional. Assim, por exemplo, as famílias católicas se concentraram mais em Santa Clara e Arroio do Meio. As famílias evangélicas predominaram, quase 100% Teutônia e Marques de Souza (Schierholt, 2002, p. 250).

A Picada Grande, hoje Novo Paraíso, onde foram adquiridos alguns dos primeiros lotes de terra da Colônia de Estrela, recebeu outros nomes como "Doppelschneis" ou "Doppelpikade" (picada dupla), pois abrigou a presença de igrejas, cemitérios e escolas em duplicidade; onde de um lado se destinava às doutrinas católicas e do outro às evangélicas luteranas (Schierholt, 2002).

Do bispado de São Pedro do Rio Grande do Sul, Estrela recebeu a primeira provisão de construção de uma capela católica em 1870, a qual teve sua conclusão em 1873 e seu nome atribuído a um dos nomes do fundador do município. A localização da Igreja de Santo Antônio foi escolhida estrategicamente para atender toda a comunidade que crescia às margens do Rio Taquari, hoje centro da cidade. No mesmo ano, o nome da capela foi conferido à então freguesia, através da Lei Provincial de nº 857 (Hessel, 1983).

Porém, já em 1863, os pastores evangélicos, devidamente registrados, tiveram os mesmos direitos a registros de nascimentos, casamentos e óbitos, assim como os padres católicos (Schierholt, 2002) e, assim, se sucedeu a construção da igreja luterana em Novo Paraíso, que foi também escola para as crianças da localidade. Logo depois, a primeira igreja católica de Estrela foi erguida, sendo dedicada à São Vito - seu nome também em homenagem a Antônio Vitor de Sampaio Menna Barreto e ao santo católico São Guido.

Estes são movimentos que mostram que, mesmo antes da emancipação do município de Estrela, já havia a intenção de consolidar a religiosidade como pilar básico para o progresso da comunidade. E também que havia a necessidade de preservar os ritos, celebrações e características identitárias mesmo em primeiro momento de assentamento em um lugar desconhecido.

A IDENTIDADE RELIGIOSA NOS CEMITÉRIOS COMO LUGARES DE MEMÓRIA

Carregada de lembranças, a memória pertence ao passado, ainda que se faz sempre presente no agora. É "essencialmente mítica, deformada, anacrônica" (Le Goff, 1990, p. 30), mágica e afetiva, plenamente oposta à história. A memória cuida do simbólico, do sensível, tende a deformações impostas pelas lembranças e não se preocupa com análises e discursos críticos (Nora, 1993). A memória é, naturalmente, individual. Porém também coletiva. Sempre pertence a um grupo, pois são sinônimos: se há grupo, há memória, e se há memória, sempre haverá um grupo ligado a ela.

Sendo vulnerável a usos e manipulações, a memória, que não é espontânea, "emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada" (Nora, 1993, p. 09). Assim, a

memória, por ser coletiva, mas que se perde na história se não conservada, procura um ambiente para se estabelecer no tempo e, consequentemente, no espaço.

Deste modo, segundo Nora (1993), através desta memória, que necessita se manter na história, os lugares de memória surgem e as conservam longe do esquecimento, evidenciando ao futuro a constituição do passado. O autor conceitua "lugares de memória" onde as memórias começaram a ser guardadas e relembradas após a dissociação de História e Memória, pois a memória histórica não apenas provém das narrativas construídas e reproduzidas por séculos, mas também de suas representações materiais e imateriais.

> [...] Porque, se é verdade que a razão fundamental de ser de um lugar de memória é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial para [...] prender o máximo de sentido num mínimo de sinais, é claro, e é isso que os torna apaixonantes: que os lugares de memória só vivem de sua aptidão para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações (Nora, 1993, p. 22).

Assim, há a necessidade coletiva de criar também outros materiais físicos, para além dos próprios lugares, para que os lugares de memória não se tornem apenas isso: lugares. Desta forma, as lembranças contidas em determinadas memórias não são esquecidas na história, sendo possível a sua preservação para o futuro consultar. Este movimento "é [...] que os constitui: momentos de história arrancados do movimento da história, mas que lhe são devolvidos. Não mais inteiramente a vida, nem mais inteiramente a morte, como as conchas na praia quando o mar se retira da memória viva" (Nora, 1993, p. 13).

Neste sentido, a busca por eternizar memórias individuais e coletivas leva os grupos sociais a expressá-las no lugar destinado aos últimos votos de conforto humano. A criação de espaços amplos fora dos jardins de residências e das igrejas, a partir do século XVIII, teve também ligação com o acolhimento das pessoas no pós-morte e de seus ritos, crenças e memórias. Os cemitérios simbolizam, para um grupo social, um lugar de suporte para a memória de quem já partiu e da comunidade que aquela pessoa fez parte. Desse modo, por mais que as sepulturas sejam individuais, elas "expressam o desejo de uma sobrevivência na memória coletiva" (Bastianello; Cerqueira, 2010, p. 6) e os cemitérios carregam essa característica de perpetuar estas memórias. Segundo Mergulhão (2020, p. 42), os cemitérios

> devem ser pensados como lugares de memória porque o ato de "lembrar o morto" envolvendo um ritual coletivo demonstra que na sociedade há um duplo papel na elaboração póstuma, em razão de servirem tanto para comprovar a eternidade do morto e sua obra quanto para atualizar o valor simbólico de vivos e mortos (Mergulhão, 2020, p. 42).

O uso de estatuárias femininas desoladas, inconsoláveis ou mesmo serenas representa o sentimentalismo que somente o feminino consegue expressar. Estas alegorias podem significar o que aquela pessoa deixa aos familiares, aos conhecidos, como a saudade, representada quase sempre por uma mulher debruçada sobre o túmulo. Mas também o que a família deseja para aquela pessoa, mesmo após a morte, como é o caso da alegoria da justiça - geralmente, representada por uma balança, espada e/ou venda nos olhos (Leite, 2000). Já os pequenos anjos e crianças podem trazer a ideia de morte na infância, ou a alegoria da oração, em casos de cemitérios cristãos.

Os símbolos também carregam expressões aos seus usos nas necrópoles. A cruz, diretamente ligada à morte de Cristo, está presente na maioria das formas tumulares dos cemitérios e pode apresentar diversos significados a depender do seu tipo e do jeito que é disposta no túmulo. Geralmente, assume o simbolismo da esperança e triunfo da morte e da ressurreição. Outro símbolo bastante comum são os epitáfios. Estão frequentemente presentes atrás de túmulos e, segundo Carvalho (2022, p. 35), "são escrituras dos vivos, que fazem referência aos mortos, mas terminam por tornar-se 'a fala dos mortos' quando inscrevem nos túmulos os dizeres referentes àqueles que estão sepultados" (Carvalho, 2022, p. 35). Desta forma, ainda conforme Carvalho (2022), os epitáfios podem apresentar dizeres políticos, religiosos ou sociais, buscando eternizar como o falecido se identificava em vida.

A identificação de si mesmo começa, inconscientemente, ainda na infância. Com o contato com diversos símbolos sociais, as crianças os aprendem, os internalizam e os repetem. Já ao crescer e desenvolver a criticidade, o indivíduo tende a questionar a sua própria existência. Segundo Paiva (2004, p. 21), ao olhar para o significado de identidade social, define identidade como resultado da "tomada de consciência de se pertencer a um grupo e de não se pertencer a outro" (Paiva, 2004, p. 21). Ou seja, ao tomar consciência de seu ser e estar no mundo, o indivíduo busca se identificar com algum grupo, seja ele social, cultural, econômico, étnico ou religioso.

A religiosidade se apresenta na individualidade de cada pessoa e é exposta ao mundo de diversas formas. Uma delas, a religião que, por ela mesma, é uma construção social e, por vezes, essencial ao ser humano que vive em comunidade. Como afirma Ferreira (2012, p. 12), "a sociedade sempre necessitará se remeter à religião a fim de buscar entendimento de si mesma" (Ferreira, 2012, p. 12), o que torna a busca de identidade religiosa de grupos sociais quase um princípio de sua existência. Nesta perspectiva, assim como a memória, a identidade individual se torna coletiva no momento em que mais de uma pessoa passa a se identificar da mesma forma em comunhão.

Entende-se também que a memória coletiva é fundamental para a construção das identidades individuais ou coletivas. É através de artefatos materiais ou imateriais de uma sociedade que suas gerações testemunham o passado e os absorvem, tomando-os como parte de suas identidades. Logo, a identidade religiosa de um grupo é manifestada, a fim de preservá-la no tempo, nos cemitérios. Segundo Mergulhão (2020, p. 40),

> a preservação da memória reforça e confirma a identidade cultural de um grupo, de tal modo que em alguns casos há associação da memória do morto a aspetos da sociedade. E assim, pode-se dizer que os mortos continuam vivos na memória dos que ficam, a partir da importância e das relações que se elabora individual e coletivamente com os seus mortos, relações essas que são determinantes nas representações e sentimentos em que se constrói a memória do morto (Mergulhão, 2020, p. 40).

Vale ressaltar que a autora traz o conceito de identidade *cultural* ao tratar da memória e identidade. Porém, podemos relacionar seu estudo com a ideia de identidade religiosa ao ponto que a religião é acolhida pela cultura em seu amplo campo de abrangência. Da mesma forma, a religião e as religiosidades são representadas diretamente pela cultura, como é o caso do uso de estatuárias, pinturas, esculturas e outros em lugares santos - inclusive nos cemitérios.

OS LUGARES DE MEMÓRIA EM NOVO PARAÍSO, ESTRELA/RS

Além da construção de igrejas, as primeiras comunidades alemãs de Estrela se dedicaram a erguer os espaços comunitários e as escolas, que a primeiro momento ficavam nos interiores dos templos cristãos. Contudo, ao longo dos anos de colonização das localidades, houve também a necessidade da criação de espaços dedicados aos entes que partiam e, consequentemente, à perpetuação cultural, social, étnica e religiosa desses grupos.

Para o presente estudo, foram analisados, sobretudo, os cemitérios municipal, católico e evangélico da Picada de Novo Paraíso, no município de Estrela, Vale do Taquari. Foram observados túmulos de pessoas nascidas até 1889, ano anterior ao Decreto de nº 119-A que tornava públicos os cemitérios antes particulares. Os três cemitérios se localizam em uma faixa de pouco mais de 1km entre eles, em uma das primeiras regiões habitadas por migrantes alemães, vindos principalmente de São Leopoldo e Feliz. Assim, o estudo a campo buscou identificar simbologias e motivos religiosos, como estatuárias, símbolos e epitáfios nos túmulos de pessoas destes grupos e de seus descendentes diretos.

CEMITÉRIO MUNICIPAL DE NOVO PARAÍSO:

É provável que este cemitério tenha sido o primeiro da localidade, pois há a presença de túmulos ainda da década de 1850 e abriga tanto motivos católicos, quanto evangélicos. Esta prática indica que os outros dois cemitérios de Novo Paraíso foram construídos posteriormente, a fim de separar as crenças nos seus próprios espaços de memória. Atualmente, o cemitério municipal preserva túmulos e jazigos ainda da época da colonização ao lado de túmulos verticais, prática da contemporaneidade.

Na parte antiga do cemitério, notou-se grande número de túmulos de migrantes de São Leopoldo e alguns da Alemanha. De ambos os casos, diversos já apresentavam estado de deterioração e algumas partes de suas estruturas faltando. Porém, foi possível identificar motivos religiosos em sua maioria. Como o túmulo de Friedrich Wilhelm Heydt (☆21/03/1868 - †02/06/1890), filho de Wilhelm Heydt, um dos pioneiros a se estabelecer na região de Novo Paraíso. Seu pai foi um "Brummer", apelido atribuído a soldados da Legião Alemã, chegados por volta de 1851 e "contratados pelo governo imperial para combater o ditador argentino Juan Manuel Ortiz de Rosas" (Schierholt, 2002, p. 476), na Guerra do Prata.

Seu túmulo dispõe da seguinte frase, como epitáfio: "Haltet mich nicht auf; denn der Herr hat Gnade zu meiner Reise gegeben. Lasst mich, dass ich zu meinem Herrn ziehe" (Não me façam ficar aqui. O Deus Eterno fez que a minha viagem desse certo; deixem que eu volte para a casa do meu patrão) (Bíblia [...], 1988, Gn 24, 56). A citação se refere ao versículo 56 do livro de Gênesis da Bíblia, que referencia Moisés como figura central.

Figuras 1 e 2: Túmulo de Friedrich Wilhelm Heydt.



Fonte: acervo pessoal da autora.

O uso de um elmo de soldados romanos e espadas como signos no túmulo de Gerhardt Friedrich Etgenon (☆16/01/1844 em Westfalen/Alemanha - †28/01/1917) remete ainda à Antiguidade. Já a presença de ramos de palma na lápide de Katharina Etgenon, nascida Schwingel (☆22/11/1854 em São Leopoldo - †26/04/1928), traz a ideia cristã de paz, vida eterna e ressurreição, mas também "pode significar o sofrimento ou o martírio, por causa da morte, e significa a vitória e a glória de se alcançar o reino dos céus" (Dalmáz, 2000, p. 126).

Figuras 3 e 4: Jazigo de Gerhardt Friedrich e Katharina Etgenon.



Fonte: acervo pessoal da autora

Abaixo: Figura 5: Túmulo de Georg Heinrich Schwingel I.

O uso das cruzes, ramos de palmas ou mesmo os dois símbolos juntos é muito comum e observou-se o uso nos três cemitérios. Como podemos identificar no túmulo de Georg Heinrich Schwingel I (☆08/03/1846 - ✝25/09/191-), nascido em Bom Jardim, colônia de São Leopoldo. Há a presença também de um coração na lápide. Este signo possui diversos significados na doutrina cristã, como virtude, felicidade e tristeza; mas também o lugar onde Deus enxerga a maldade ou a bondade humana, além de representar o próprio coração de Cristo.



Fonte: acervo pessoal da autora

CEMITÉRIO CATÓLICO DE NOVO PARAÍSO:

No cemitério católico, identificou-se o uso recorrente de ramos de palmas, flores de diversos formatos, cruzes estilizadas e estrelas. Esta última pode também ter diferentes interpretações na religiosidade cristã. Pode representar a figura de Jesus Cristo, a ordenação cósmica ou os anjos das sete igrejas referenciadas em Apocalipse, na Bíblia (Dalmáz, 2000).

Identificou-se também a busca da salvação após a morte pelo uso de coroas de flores nas lápides. Segundo Dalmáz (2000), para o cristianismo, a coroa denota a ideia de vitória sobre as trevas e o pecado. Como alegoria, pode representar saudade e, quando ligada à cruz, a saudade se junta à fé. Abaixo, o túmulo de João Mörschbächer Filho, nascido em 1858 e falecido em 1937. Seu pai, nascido na Alemanha, foi um dos 10 primeiros a colonizar a região de Novo Paraíso e iniciar as construções das casas enxaimel e da capela de São Vito. Em sua lápide, é possível notar a imagem representada de Jesus. O túmulo ao lado do de João pertence a Simon Lenz, migrante de São Leopoldo, o qual apresenta um ramo de palma entre a coroa de flores e reforça a ideia de paz e salvação no pós-morte.

Figuras 6 e 7: Túmulos de João Mörschbächer Filho (esquerda) e Simon Lenz (direita).



Fonte: acervo pessoal da autora.

Outro símbolo característico da religião cristã e utilizado nos túmulos do cemitério Católico de Novo Paraíso é o cordeiro ou ovelha. Remete à ideia de pastoreio empregada a Jesus, de seu sacrifício divino e do sofrimento perante a morte. Abaixo, o jazigo do neto de Johann Andreas Sulzbach, patriarca e pioneiro na migração da família Sulzbach. Mathias nasceu ainda em Lomba Grande, à época São Leopoldo, e foi tesoureiro na comunidade católica de Novo Paraíso por 26 anos.

Figura 8: Jazigo de Mathias e Susanna (Diedrich) Sulzbach.



Fonte: acervo pessoal da autora.

Em outro jazigo da família Sulzbach, é possível notar mais um símbolo ressignificado pelas crenças cristãs: a âncora. Na navegação, a âncora garante firmeza e segurança; porém, ao se relacionar com outros signos cristãos, ganha a ideia de esperança, confiança, constância e felicidade (Dalmáz, 2000). Neste sentido, ao notar a âncora, a cruz e o coração em elo (imagem abaixo), podemos interpretar que há esperança na fé e, principalmente, na fé em Cristo.

Figuras 9 e 10: Túmulo de Margaretha Hauschild (esquerda) e um dos jazigos da família Sulzbach (direita).





Fonte: acervo pessoal da autora.

Por fim, vale destacar que diversos túmulos neste cemitério possuem epitáfios que trazem ideias do cristianismo e, em sua maioria, escritos em alemão. Alguns homenageiam os entes e os desejam uma boa partida. Outros reforçam que a morte, apesar de deixar a saudade, será tranquila, pois haverá o encontro com Deus ao chegar aos céus. Abaixo, o epitáfio no túmulo de Peter Diedrich, migrante da Alemanha e nascido em 1827, onde diz: "Gott verleihe ihm den ewigen Frieden. Wenn im Friedenshafen du gelandet. Fleh, das unser Schifflein auch nicht strandet"; em tradução livre: "Que Deus lhe conceda a paz eterna. Quando aportar no porto da paz, reze para que nosso pequeno navio não encalhe".

Figuras 11 e 12: Túmulo de Peter Diedrich.



Fonte: acervo pessoal da autora.

CEMITÉRIO LUTERANO DE NOVO PARAÍSO:

O cemitério evangélico da localidade, localizado ao lado da comunidade e da igreja luterana, possui alguns dos mesmos signos dos demais, como os ramos de palma e de carvalho, as cruzes e flores. Por seguir os ensinamentos de Lutero, contudo, não apresenta imagens de Cristo ou, ainda, de santos. Assim, o cemitério se destaca no uso de alegorias de anjinhos e crianças orando e de estatuárias femininas. Na imagem abaixo, é possível observar a serenidade no olhar da alegoria angelical. Segura em uma das mãos, voltado para baixo, um archote, significando que "a chama da vida se apagou" (Leite, 2000, p. 149). Na outra mão, ela segura uma coroa de folhas, que pode significar tanto o martírio da morte e a saudade causada por ela, quanto a salvação alcançada através da vitória sobre as trevas.

Figura 13: Alegoria em jazigo no cemitério luterano.



Fonte: acervo pessoal da autora.

No túmulo de Ignaz Früstöckl (☆25/07/1875 - †02/02/1933) e Anna S. Früstöckl (☆01/03/1881 - †20/06/1950), além da presença de pequenas flores e do ramo de palma junto à cruz, observa-se o uso de uma coroa de carvalho - árvore que representa a Alemanha (Carvalho, 2022).

Figura 14: Túmulo de Ignaz e Anna S. Früstöckl.



Fonte: acervo pessoal da autora.

Figura 15: Epitáfio no túmulo de Rosabela Lampert-Linn.



Fonte: acervo pessoal da autora.

E, por fim, o epitáfio presente no jazigo de Rosabela Lampert-Linn (☆29/09/1880 - †19/07/1953) e Adolfo Lampert (☆24/12/1880 - †06/11/1933) expressa novamente a busca por permanência no pós-morte, baseando-se na fé e confiança divina de Deus. A inscrição se refere ao livro de Hebreus, 13:14: "Wir haben hier keine bleibende Stadt, sondern die zukünftige suchen wir" ou "Porque neste mundo não temos nenhuma cidade que dure para sempre, mas procuramos a cidade que virá depois" (Bíblia [...], 1988, Hb, 13, 14).

Figura 16: Jazigo de Rosabela Lampert-Linn e Adolfo Lampert.



Fonte: acervo pessoal da autora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A região de Estrela foi ocupada por diversos povos até o momento de sua emancipação, em 1876, que trouxeram suas culturas, crenças e construções sociais. É neste sentido que a Picada de Novo Paraíso, uma das primeiras colonizadas, pode nos dizer muito sobre os grupos alemães que migraram da Alemanha ou da região de São Leopoldo. A Doppelschneis ou, ainda, Doppelpikade (picada dupla) teve grande importância no desenvolvimento do município de Estrela

e fortalecimento de cultos religiosos, visto que as construções se deram em duplicidade, abrigando católicos e evangélicos luteranos em comunhão.

A necessidade de criação de espaços para guardar a memória dos entes queridos vira quase um dever em sociedade. Os cemitérios, por conseguinte, se tornam meios de eternizar estas memórias que, eventualmente, poderiam se perder ao longo do tempo. Da mesma forma, não devem ser tratados apenas como espaços, parados no tempo e sem valor à história da comunidade que os constitui. É necessário buscar representações materiais e imateriais a fim de perpetuar as memórias individuais e coletivas, mas também as identidades de todos do grupo. As simbologias dos cemitérios carregam esta necessidade e a expressam para as gerações seguintes, transmitindo seus significados para os reproduzir.

A presença de cruzes, corações, estrelas, ramos de palma, Cristos e versículos bíblicos são exemplos de símbolos cristãos encontrados nos cemitérios municipal, católico e evangélico de Novo Paraíso/Estrela e que reforçam a identidade religiosa dos alemães ali chegados no século XIX através da esperança, felicidade, paz e fé no pós-morte. E, além da religião, as inscrições em alemão nas identificações tumulares e nos epitáfios fortalecem o desejo de indicar suas origens germânicas. Assim, concluiu-se que os cemitérios analisados apresentam importantes indicativos de memória da identidade religiosa dos migrantes alemães ali sepultados.

REFERÊNCIAS

AHLERT, Lucildo. A Colonização Privada no Vale do Taquari em meados do Século XIX e a Vinda de Westfalianos para a Colônia Teutônia. *In:* ARENDT, Isabel Cristina; WITT, Marcos Antônio (orgs.). **História, Cultura e Memória:** 180 Anos de Imigração Alemã: Teutônia e Westfália/RS. São Leopoldo: Oikos, 2005. p. 77-87.

ARAÚJO, Thiago Nicolau de. **Túmulos Celebrativos de Porto Alegre:** Múltiplos Olhares sobre o Espaço Cemiterial (1889 – 1930). Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em: http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/2290.

BASTIANELLO, Elaine Maria Tonini; CERQUEIRA, Fábio Vergara. **O Cemitério como um Lugar para a Memória.** UFPel/RS.

BASTIANELLO, Elaine Maria Tonini. **Os Monumentos Funerários do Cemitério da Santa Casa de Caridade de Bagé e seus Significados Culturais:** Memória Pública, Étnica e Artefactual (1858-1950). Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural). Universidade Federal de Pelotas: Pelotas, 2010. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/ppgmp/files/2016/11/Elaine-Bastianello.pdf.

BÍBLIA. **A Bíblia Sagrada**. 1ª Edição. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1988.

BLUME, Sandro. **Morte e Morrer nas Colônias Alemãs do Rio Grande do Sul:** Recortes do Cotidiano. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010. Disponível em: http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/7649.

CANDAU, Joël. **Memória e Identidade.** São Paulo: Editora Contexto, 2011.

CARPENEDO, Rejane Fiepke. Língua de Imigração e Memória: a Palavra na Lápide. UFSM. *In*: ALVES, Márcio Miranda [et al.] (orgs.). **IV Seminário Internacional de Língua, Literatura e Processos Culturais - SILLPRO**. ISSN 2237.4361. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2019. Disponível em: https://www.ucs.br/site/eventos/iv-seminario-internacional-de-lingua-literatura-e-processos-culturais/anais/.

CARVALHO, Luiza Fabiana Neitzke de. **História e Arte Funerária dos Cemitérios São José, em Porto Alegre.** 2ª ed. E-book - ISBN 978-65-5974-115-1. Porto Alegre: Oikos, 2022. Disponível em: https://oikoseditora.com.br/files/Hist%C3%B3ria%20e%20arte%20funer%C3%A1ria%20dos%20Cemit%C3%A9rios%20S%C3%A3o%20Jos%C3%A9%20-%20E-book.pdf.

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. A Imigração Alemã no Vale do Taquari: Empresários Empreendedores e uma Elite Estagnada. *In*: ARENDT, Isabel Cristina; WITT, Marcos Antônio (orgs.). **História, Cultura e Memória:** 180 Anos de Imigração Alemã: Teutônia e Westfália/RS. São Leopoldo: Oikos, 2005. p. 308-317.

DALMÁZ, Mateus. Símbolos e seus Significados na Arte Funerária Cristã do Rio Grande do Sul. *In*: BELLOMO, Harry Rodrigues (org.). **Cemitérios do Rio Grande do Sul:** Arte, Sociedade, Ideologia. Porto Alegre: Editora da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2000.

ENGSTER, Maria Isabel Cristina. Análise do Auto de Mediação de Carlos Schilling e Companhia. *In*: ARENDT, Isabel Cristina; WITT, Marcos Antônio (orgs.). **História, Cultura e Memória:** 180 Anos de Imigração Alemã: Teutônia e Westfália/RS. São Leopoldo: Oikos, 2005. p. 221-223.

FABIEN, Jean. **Sociologia da Religião:** Estudo Comparativo entre Durkheim e Weber. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

FERREIRA, Ismael de Vasconcelos. **A Religião como Necessidade Social.** Revista Cogitationes, ISSN 2177-6946, Vol. III, nº 7, Juiz De Fora, Abr-jul/2012.

GREGORY, Josemir José. **Fazenda da Estrella:** um Estudo de Caso Envolvendo Posse Territorial e Negociações no Sul do Brasil Durante o Século XIX. 2015. Monografia (Licenciatura em História). Universidade do Vale do Taquari, Lajeado, 2015. Disponível em: https://www.univates.br/bdu/items/70d85a13-8fa1-424d-9054-1843a231bd33.

GREGORY, Josemir José. **Memória Social da Colonização Germânica em Estrela/RS:** Igrejas como Espaços de Memória. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Bens Culturais). Universidade La Salle, Canoas, 2020. Disponível em: https://svr-net20.unilasalle.edu.br/handle/11690/1423.

HESSEL, Lothar. **O Município de Estrela: História e Crônica.** Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1983.

KREUTZ, Marcos Rogério; MACHADO, Neli Teresinha Galarce. **O povoamento do Vale do Taquari, Rio Grande do Sul.** 1ª ed. rev. ISBN: 978-85-8167-199-4. Lajeado: Editora da Universidade do Vale do Taquari, 2017. Disponível em: https://www.univates.br/editora-univates/publicacao/223.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Tradução Bernardo Leitão [et al.]. ISBN 85-268-0180-5 - Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1990.

LEITE, Daniel T. Meirelles. Alegorias nos Cemitérios do Rio Grande do Sul. *In*: BELLOMO, Harry Rodrigues (org.). **Cemitérios do Rio Grande do Sul:** Arte, Sociedade, Ideologia. Porto Alegre: Editora da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2000.

MACHADO, Nara Núbia Pereira. **Arte Tumular:** Uma catalogação do Cemitério das Irmandades de Jaguarão/RS. Trabalho de Projeto Aplicado (Tecnólogo em Gestão de Turismo). Universidade Federal do Pampa, Jaguarão, 2017. Disponível em: https://repositorio.unipampa.edu.br/items/3ff2fbc0-7915-484f-9844-87a19f1144a2.

MERGULHÃO, Bruna Rafaela de Vasconcelos. **O Silêncio que Fala:** os Ritos Fúnebres como Performance e o Cemitério como Lugar de Memória. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Instituto Universitário de Lisboa/CRIA, Lisboa, out. 2020. Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/21719.

MOTTA, Antonio. Formas Tumulares e Processos Sociais nos Cemitérios Brasileiros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 24, nº 71, outubro/2009. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0102-69092009000300006.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a Problemática dos Lugares. Tradução: Yara Aun Khoury. *In*: **Les Lieux de mémoire.** I La République, Paris, Gallimard, 1984, pp. XVIII-XLII. Proj. História, São Paulo, dez 1993. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763.

PAIVA, Geraldo José de. **Identidade e Pluralismo:** Identidade Religiosa em Adeptos Brasileiros de Novas Religiões Japonesas. São Paulo: Universidade de São Paulo. Psicologia: Teoria e Pesquisa, jan-abr 2004, vol. 20, nº 1, p. 021-029. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0102-37722004000100004.

PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. **Imigração Alemã e Construção do Estado Nacional Brasileiro:** Rio Grande do Sul, Século XIX. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Acervo, Rio de Janeiro, v. 10, nº 2, p. 85-98, jul/dez 1997 - pág. 85. Disponível em: https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/261.

SCHIERHOLT, José Alfredo. **Estrela: Ontem e Hoje.** Lajeado: Novak Editora Multimídia, 2002.

SCHMITT, Gabriela. **Apontamentos Iniciais Acerca da Vila de Estrela/RS (1870-1900).** Porto Alegre: RIHGRGS, n. 159, dezembro de 2020. p. 91-114. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/revistaihgrgs/article/view/104084.

SIUDA-AMBROZIAK, Renata; MANSKE, Cione Marta Raasch. Religião, Morte e Cemitério na Memória Coletiva e Identidade Étnica dos Pomeranos e seus Descendentes no Brasil. **Revista Brasileira de História das Religiões. ANPUH**, Ano XIV, nº 40, Maio/Agosto de 2021 - ISSN 1983-2850. p. 117-142. Disponível em: https://doi.org/10.4025/rbhranpuh.v14i40.53451.

SPECHT, Suzimary; MACAGNAN, Kátia Beppler. **A Ocupação Territorial do Município de Estrela - RS.** Associação Brasileira de Geógrafos, Boletim Gaúcho de Geografia, n° 27, p. 139-145. Porto Alegre: dez. 2001. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/bgg/article/view/38441.

VIEGAS, Danielle Heberle; GREGORY, Josemir José. Imigração e Memória: as Relações Brasil-Alemanha a Partir da Mobilidade Territorial no Município de Estrela/RS. *In*: **V Jornadas do Mercosul.** Editora Unilasalle, 2018. p. 175-178. Disponível em: https://svr-net20.unilasalle.edu.br/handle/11690/2437.

WEISS, Raquel. **Durkheim e as Formas Elementares da Vida Religiosa.** Debates do NER. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ano 13, nº 22, jul/dez. 2012. p. 95-119. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/103432.

PEDAÇOS DO SILÊNCIO: FRAGMENTOS ESCOLARES DE HERANÇAS IMIGRANTES NO ACERVO BENNO MENTZ[1]

Milleny Dubiel[2]

Nem sempre recordamos o que aprendemos na escola, mas vestígios daquilo que foi esquecido permanecem como bilhetes, fotografias, cadernos e documentos silenciosos que repousam em arquivos à espera da nossa interpretação. Se a memória é seletiva, a história se constrói a partir dos fragmentos que resistem ao tempo e das indagações que somos capazes de formular diante deles. Este artigo parte dessa perspectiva, para investigar o que os registros escolares antigos ainda podem revelar sobre práticas pedagógicas, vivências infantis e processos de construção étnica identitária. A pesquisa tem como objeto analisar o Acervo Benno Mentz, composto por documentos escolares produzidos, majoritariamente, entre as décadas de 1920 e 1940, oriundos de instituições de matriz étnico-alemã no Rio Grande do Sul. Por meio de documentos e fotografias escolares, busca-se compreender de que modo essas fontes expressam práticas escolares e representações da identidade teuto-brasileira, especialmente em períodos anteriores à campanha de nacionalização promovida pelo Estado Novo.

A escolha do tema justifica-se pela relevância potencial histórica do acervo e pelo papel da escola enquanto espaço privilegiado de construção simbólica, cultural e política. A abordagem metodológica adotada é qualitativa, de caráter exploratório, fundamentada na análise de conteúdo, conforme Roque Moraes (1999), e na análise de imagens, de Ana Maria Mauad (2014) e na busca por indícios do silêncio de Ginzburg (1989). A estrutura do artigo organiza-se em quatro eixos: (1) apresentação do referencial teórico e contextualização do processo metodológico; (2) descrição do acervo e dos documentos analisados; (3) análise interpretativa das fontes escolares à luz das práticas pedagógicas e

1 Artigo elaborado como produção obrigatória na disciplina de Teoria e Metodologia de História Social do Programa de Pós-graduação em História da PUCRS, o foco nos estudos migratórios foi em consideração a linha de pesquisa da autora.

2 Milleny Cristina da Silva Dubiel, mestranda do Programa de Pós-graduação de História da PUCRS, da linha de história social com ênfase na história da imigração. Também é formada em licenciatura em História pela PUCRS, e técnica administrativa pelo Instituto Federal do Rio Grande do Sul.

símbolos culturais que revelam aspectos da identidade teuto-brasileira; e (4) reflexão sobre a importância da documentação preservada como fonte histórica para o estudo das articulações entre escola, cultura e memória.

Ao selecionar recortes representativos do Acervo Benno Mentz, a intenção foi evidenciar como os documentos escolares constituem não apenas registros administrativos, mas também artefatos carregados de intencionalidades, que podem ser lidos como formas de resistência, marcadores sociais de gênero, negociação identitária e afirmação cultural em contextos de imigração. Longe de esgotar as possibilidades interpretativas do acervo, o estudo busca demonstrar seu potencial como fonte para futuras investigações no campo da história da educação, da etnicidade e da memória social.

CAMINHOS TEÓRICOS DA EDUCAÇÃO ÉTNICA: A CONSTRUÇÃO DA GERMANIDADE NO RIO GRANDE DO SUL

MEMÓRIA E O PERTENCIMENTO À COMUNIDADE

Analisar os vestígios da escola teuto-brasileira entre 1920 e 1940 é um exercício de escuta histórica, atento tanto às vozes documentadas quanto aos silêncios dos arquivos. Assim, o referencial teórico articula História Cultural, História da Educação, Memória Social, Micro História e História Visual, fundamentais para compreender a construção da memória e o contexto da imigração alemã no Rio Grande do Sul.

Nessa perspectiva, a memória presente nos documentos escolares vai além do registro de fatos: é socialmente construída, fragmentada e, muitas vezes, estrategicamente organizada. Pierre Nora (1993), ao propor o conceito de lugares de memória, destaca os arquivos como espaços simbólicos de resistência ao esquecimento. Assim, os acervos históricos podem ser compreendidos como tais espaços, cujas escolhas e recortes revelam propósitos históricos e identitários, como aponta Ramos (2014, p. 675). Essas decisões reforçam a ideia de que a memória mantida em documentos escolares é sempre uma memória coletiva. Maurice Halbwachs (2006) consolidou esse conceito, enfatizando que a memória não é apenas um fenômeno individual, mas uma construção social influenciada pelos grupos em que pertencemos, tornando a memória um processo dinâmico e definido pelas tensões entre recordar e esquecer.

Através desse ponto de tensão é possível também entender a reflexão de Aleida Assmann (2011) ao apresentar o conceito de espaços de recordação através de uma perspectiva histórica da história grega, compreendidos como estruturas materiais e simbólicas que ancoram o ato de recordar, como por exemplo história de construções. Esses espaços, como Assmann (2001), não

são neutros, mas moldados por interesses políticos, culturais e identitários, funcionando também como instrumentos de glória e fama. Essa fama, enquanto forma de memória pública, resulta de estratégias de legitimação que conferem visibilidade duradoura a sujeitos, instituições ou eventos. Tal perspectiva permite compreender como práticas cotidianas, como as escolares, podem ser transformadas em patrimônio coletivo, revelando quem detém maior influência na construção da memória. Por fim, esses conceitos reforçam que a memória cultural se forma na tensão entre preservar e reinterpretar, sustentando sentidos históricos mesmo diante de mudanças políticas e sociais (Assmann, 2011, p. 133-135).

Nesse contexto, investigar com rigor a memória cultural também requer considerar quais os significados que os grupos sociais atribuem ao conceito de cultura. É neste ponto, proposto por Clifford Geertz, que a cultura entra como um sistema de significados partilhados criada de forma coletiva na qual definem seus pertencimentos, semelhante a memória (Geertz, 2008, p.15). Essa relação entre cultura, memória e identidade documental também se articula aos estudos de Zélia Lopes da Silva (2008), que ao abordar as interfaces entre patrimônio, memória e identidade, destaca os arquivos escolares como verdadeiros espaços de produção e mediação da memória social que moldam as narrativas da comunidade local (Lopes da Silva, 2008, p.37-39).

Nesse cenário, o conceito de "comunidade imaginada", de Benedict Anderson (2008), proporciona entendimento para o pertencimento coletivo. Segundo o autor, esse sentimento não depende de interação direta entre todos os sujeitos, mas se constrói por meio de representações comuns, práticas discursivas, símbolos e rituais cívicos, como documentos e imagens escolares (Anderson, 2008, p. 33). Dessa forma, as práticas escolares, celebrações, fotos de turma e documentos do Acervo Benno Mentz compõem comunidades imaginadas que projetaram uma identidade étnica de germanidade no Brasil. Considerando a dispersão geográfica, cultural e histórica, é preciso refletir como os processos de identificação étnica moldaram esses sentidos de pertencimento. A seguir, aprofunda-se essa discussão com foco através da identidade cultural e etnicidade.

IDENTIDADE CULTURAL, REPRESENTAÇÕES E ETNICIDADE: ENTRE A TRADIÇÃO E A NEGOCIAÇÃO

Discutir as escolas étnicas no Brasil implica, primeiramente, abordar identidades que estão em contínua construção e negociação. O ambiente escolar, ao contrário de ser neutro, transformou-se em um dos principais cenários de conflitos simbólicos entre a tradição legada e as demandas de adaptação ao novo contexto (Seyferth, 2004). Nesse cenário, o conceito de identidade cultural,

conforme proposto por Stuart Hall (2006), fornece uma ferramenta essencial para entender os processos experimentados pelas comunidades teuto-brasileiras. Para o autor, as identidades culturais *"não são fixas, mas estão sujeitas ao jogo da história e da cultura. Elas estão sempre em processo, nunca completas, sempre em construção, em transformação"(Hall, 2006, p. 47-48).*

Essa perspectiva de identidade cultural, se relaciona com a ideia de representações, conforme o autor Roger Chartier (2002, p. 17-18), que entende essas práticas como meios sociais de mediação simbólica, onde significados são criados e replicados. Portanto, os documentos escolares devem ser vistos como expressões de projetos culturais, em vez de apenas registros categóricos. Eles mostram tanto o que foi escolhido para ser exibido e o que foi silenciado. Assim, a identidade, entendida como processo discursivo e representacional, ganha dimensão social. Para Jodelet (2001), as representações sociais são formas de conhecimento construídas coletivamente, que orientam práticas, organizam significados e moldam a forma como os indivíduos interpretam o mundo. Elas não apenas refletem a realidade, mas a constroem simbolicamente, ao definir o que é legítimo pensar, dizer e fazer em um grupo social (Jodelet, 2001, p. 22-23).

No entanto, para aprofundar o sentido dessas práticas e representações em contextos de migração e diferenciação cultural, é necessário recorrer ao conceito de etnicidade. Para Poutignat e Streiff-Fenart (1998, p. 31-33), a etnicidade é um processo social de formação identitária marcado por uma relação entre grupos. Não se trata de uma herança biológica, mas de um duplo movimento: a autodefinição, em que o grupo valoriza suas particularidades, e a hetero definição, quando essa diferença é reconhecida (ou tensionada) por outros. Esse reconhecimento, contudo, envolve disputas e processos de validação, nos quais os grupos precisam afirmar suas especificidades para que elas sejam socialmente reconhecidas e, muitas vezes, assumidas com orgulho (Poutignat; Streiff-Fenart, 1998, p. 31-33).

A negociação da identidade étnica envolve tensões e redefinições simbólicas. Nas comunidades alemãs no Brasil, isso deu origem à identidade teuto-brasileira, construída a partir da ressignificação da germanidade em contexto local. Essa identidade se manifestava na cultura escolar por meio de práticas, rituais e discursos (Seyferth, 2004). Mais do que registros cotidianos, os documentos do Acervo Benno Mentz indicam um projeto de afirmação étnica em curso, tornando a escola um espaço central na formação identitária em contextos migratórios.

IDENTIDADE TEUTO-BRASILEIRA E CULTURA ESCOLAR NAS PRÁTICAS EDUCATIVAS

Essa configuração identitária que chamamos de "teuto-brasileira" vai além de um simples reflexo étnico ou geográfico; trata-se do resultado histórico de uma negociação simbólica constante. Na primeira metade do século XX, o termo "teuto" teve origem do latim *"Theutonicus",* que por sua vez deriva do germânico *"theudō"*, que significa "povo". Voltando mais no tempo, na Idade Média, o termo era empregado para se referir aos povos germânicos. Mais tarde, esse termo influenciou a palavra *"Deutsch",* usado pelos próprios alemães para auto titular-se. A adoção do termo no Brasil, de acordo com Haike Roselane Kleber da Silva (2011), foi estratégica: intelectuais como Aloys Friederichs começaram a usar "teuto-brasileiro" para afirmar uma identidade étnico-cultural única, que conectava a herança germânica ao pertencimento brasileiro.

Os estudos de Kleber da Silva (2005) demonstram que essa identidade hifenizada incorporava a tensão entre o *jus sanguinis*, que valoriza a herança cultural e ancestralidade alemã, e o *jus soli*, que reconhece a conexão com o território brasileiro. Além disso, de acordo com as pesquisas de Voigt (2007), a oficialização da categoria "teuto-brasileiro" se destacou entre os anos de 1940 e 1946, por meio do trabalho do sociólogo Emílio Willems, ao investigar os processos de aculturação e assimilação. Haike Silva (2011) examina como essa identidade foi constantemente reestruturada nos discursos e práticas diárias das comunidades descendentes, demonstrando-se plural, atravessada por conflitos internos e caracterizada por táticas de distinção cultural. O que se entende por teuto-brasileiro, longe de ser uma essência imutável, é fruto de uma construção histórica que se situa entre heranças e adaptações.

Destarte, o século XIX e início do XX para os imigrantes, foi marcado pelo incentivo do governo brasileiro a imigração europeia, principalmente alemã, como parte de uma política de "civilização" que, alinhada ao eugenismo e políticas de reforma econômica, buscava branquear a população e uniformizar a identidade nacional. No Rio Grande do Sul, as comunidades alemãs se destacaram não apenas pelo progresso econômico e agrícola, mas também pela preservação de suas tradições culturais e espirituais, em meio a políticas nacionalistas que buscavam a assimilação cultural (Gertz, 2008; Dreher, 2014).

Nesse contexto, as escolas das comunidades de colonização alemã apresentavam um nível organizacional mais estruturado do que outras instituições comunitárias de imigração no Brasil, como as italianas, polonesas ou japonesas. Com currículos definidos, uso sistemático da língua e forte participação de associações comunitárias e lideranças religiosas, essas escolas refletiam um projeto educativo coletivo que buscava replicar práticas europeias, adaptadas

à realidade brasileira (Kreutz, 1999). A presença de pastores luteranos e padres católicos na gestão escolar garantiu a manutenção de conteúdos e práticas pedagógicas que reforçam valores ligados à fé e à germanidade. Regiões como o Vale do Sinos, o Vale do Taquari e a Serra Gaúcha consolidaram o que Kreutz (2000) denomina uma "cultura escolar própria", marcada por rituais diários, normas disciplinares e uma estrutura que fortalecia a identidade teuto-brasileira.

De modo semelhante, no contexto de Santa Catarina, as escolas em Blumenau e Joinville funcionavam como espaços ativos de resistência cultural, reafirmando valores comunitários e gerindo simbolicamente as diferenças internas, especialmente diante das pressões de assimilação e das políticas nacionalistas das décadas que antecederam a campanha de nacionalização (Seyferth, 2004). Essas instituições escolares foram fundamentais para a formação da identidade teuto-brasileira, não apenas preservando a língua e a cultura alemãs, mas também atuando como espaços onde se negociavam fronteiras simbólicas de distinção étnica (Da Luz Ramos; Witt, 2020, p. 57–59).

As crianças imigrantes, embora pouco visibilizadas nas narrativas tradicionais, foram protagonistas nesse processo de construção identitária. A educação escolar era o principal campo onde ocorriam as tensões entre preservação cultural e assimilação, formando identidades e mediando as relações entre imigrantes e o Estado. Ou seja, identidade étnica teuto-brasileira resulta de adaptações e tensões internas, com influência de religião, classe, gênero e regionalidade (Seyferth, 2004; Kreutz, 2000; Meyer, 2014).

Dagmar Meyer (2014) também analisa que, a cultura escolar nas comunidades evangélicas teuto-brasileiras e mostra que as práticas pedagógicas e os materiais escolares não só transmitiam conhecimentos, mas também construíam representações sociais que naturalizavam papéis sociais e refletiam relações de poder e valores da época em sua tese sobre representações de gênero, etnia e classe na imprensa teuto-brasileira evangélica. Essa dualidade, presente nos documentos do Acervo Benno Mentz, revela a escola como espaço fundamental para a produção simbólica do pertencimento e da diferenciação teuto-brasileira.

DA GAVETA AO GESTO: UM OLHAR METODOLÓGICO SOBRE OS RASTROS

Aprofundar a prática com documentos escolares e registros visuais requer mais do que uma leitura sobre a superfície: requer um vislumbre que consiga identificar os significados construídos entre o que é expresso, exibido e omitido. Logo, utiliza-se uma metodologia qualitativa, integrando diversos métodos analíticos para interagir com a variedade de fontes contidas no acervo. Para os

primeiros processos, foi identificado a escolha do acervo e sua contextualização histórica através de bibliografias, depois os documentos textuais e visuais passaram por catalogação, registro e tradução para o português dos discursos escritos em língua ou dialeto alemão.

Destarte, optou-se pela Análise de Conteúdo, conforme sugerido por Roque Moraes (1999), a qual a abordagem permitiu que categorias e códigos analíticos emergissem do próprio material. As unidades de registro foram definidas a partir de recortes temáticos identificados durante a leitura interpretativa do referencial, respeitando o contexto histórico e discursivo de cada documento. A metodologia adotada permitiu identificar traços simbólicos, materiais e narrativos que expressam diferentes dimensões da germanidade, da memória escolar e dos processos de hibridização cultural.[3] Para aprimorar, através de Análise Visual, baseada nas contribuições de Ana Maria Mauad (2014), foi utilizada para interpretar as imagens escolares. Através da perspectiva em que considera a fotografia uma construção intencional, repleta de escolhas, enquadramentos e silenciamentos simbólicos. Assim, o vislumbre eram aspectos como contexto histórico, elementos simbólicos, função social da imagem e suas relações com a construção da identidade teuto-brasileira. Por último, o referencial da Micro história, fundamentado em Carlo Ginzburg (1989), direciona o foco para os pequenos indícios e detalhes quase imperceptíveis, proporcionando que aspectos como um trecho de legenda, uma ata ou a posição de um estudante em uma fotografia adquirem importância interpretativa.

Vale mencionar também que, a definição do referencial teórico contextual seguiu um levantamento bibliográfico, cujos aspectos de seleção priorizaram recortes voltados à etnicidade, educação e imigração alemã em interação com as Ciências Humanas.[4] Por fim, essa costura de olhares, entre o texto, a imagem e o detalhe quase invisíveis, guiou o percurso de análise. Mais do que

3 Os códigos analíticos foram estruturados em categorias (e.g., Identidade e Cultura Escolar, Representações Sociais, Hibridização Cultural), subcódigos temáticos por exemplo: (e.g., Civismo, Gênero, Vestimentas, Ensino da Língua Alemã, Celebrações, Hibridismos), e as unidades de análise (e.g., Ambiente Escolar e suas Tradições Étnicas, Abordagens Simbólicas dos Lugares de Memória, e Marcadores Sociais: Gênero, Classe e Etnia), conforme matriz analítica organizada pelo autora com base nos referenciais citados, e elaborados em tabulação.

4 As buscas bibliográficas foram realizadas entre março e junho de 2025, nas bases SciELO, Google Scholar, Portal CAPES, TEDE PUCRS, Lume UFRGS, a base institucional da Unisinos, além de consultas específicas ao acervo digital do autor René Gertz, reconhecido pesquisador na área de imigração alemã no Rio Grande do Sul. Os descritores principais foram: "nacionalização de imigrantes", "identidade teuto-brasileira", "escolas étnicas alemãs", "memória étnica alemã", "acervos de imigrantes", "memória coletiva" e "teuto-gaúchos". Excluíram-se materiais fora do campo das Ciências Humanas ou que não abordassem educação étnica, memória, patrimônio imigrante ou representações da etnicidade alemã.

fontes estáticas, os documentos consultados são vozes que ecoam um tempo, carregadas de memórias, intencionalidades e silêncios. É nesse espírito de escuta e interpretação que se abre agora a porta do Acervo Benno Mentz, lugar onde essas narrativas fragmentadas esperaram, por décadas, o olhar atento que lhes devolvesse novos sentidos, mesmo que sejam ainda somente fragmentos de recordação.

O ACERVO COMO PORTA ENTREABERTA: QUEM GUARDOU, POR QUE FICOU?

O Acervo Benno Mentz, vai além de um simples agrupamento de documentos escolares preservados por acaso, trata-se de um espaço de memória (Nora, 1993, p. 13), que ao longo de quase um século, resguarda registros textuais e visuais. Como âncoras identitárias, estes documentos representam os processos dinâmicos de seleção, silenciamento e legitimação cultural (Chartier, 2002, p. 17-18). A intencionalidade na formação do Acervo Benno Mentz é evidente desde sua origem. Nascido em 1902, Mentz foi empresário, educador e líder comunitário teuto-gaúcho, engajado na preservação da memória da imigração alemã no Rio Grande do Sul. Entre as décadas de 1930 e 1950, percorreu regiões como o Vale do Sinos, a Serra Gaúcha e o Vale do Taquari coletando documentos que, embora não orientados por critérios acadêmicos, visavam salvaguardar a memória coletiva de sua comunidade (Ramos, 2014).

À luz de Aleida Assmann (2011), sua atuação pode ser compreendida como a de um "agente da memória cultural", que buscava influenciar o que deveria ser lembrado sobre os teuto-brasileiros. Seu trabalho de preservação constitui uma estratégia de construção da "fama", ou seja, da permanência pública de certas memórias por meio de legitimação e repetição social. Deste modo, Benno Mentz reunia jornais, fotografias, documentos escolares, atas e programas de festas que considerava representativos da cultura teuto-brasileira. Esse gesto de preservação também constituiu uma forma de resistência simbólica diante do avanço da censura e da repressão cultural durante a Segunda Guerra Mundial e a campanha de nacionalização. A seleção desses registros revela representações sociais estratégicas (Jodelet, 2001), reforçando discursos identitários em um contexto de ameaça. Nesse sentido, sua ação se alinhava ao que Poutignat e Streiff-Fenart (1998) descrevem como afirmação relacional da etnicidade: uma resposta política e cultural à pressão externa.

Após a morte de Benno Mentz em 1961, seu acervo passou por diferentes instituições. Inicialmente vinculado ao Instituto Benno Mentz, foi transferido em 1988, por comodato, ao Instituto Latino-Americano de Estudos Avançados (ILEA/UFRGS), onde permaneceu até 2009. Em novembro daquele ano, foi

incorporado ao DELFOS – Espaço de Documentação e Memória Cultural da PUCRS, por meio de acordo com a família de Raul Santos. Desde então, o acervo vem sendo submetido a um cuidadoso processo de conservação, catalogação e digitalização, incluindo limpeza, tombamento e inserção no sistema ALEPH da Biblioteca Central Irmão José Otão (Ramos; Gertz, 2011). A estruturação temática do acervo, ausente na organização original de Mentz, é resultado do trabalho técnico e historiográfico coordenado pelos professores Rosângela Cristina Ramos e René E. Gertz, visando facilitar o acesso e a pesquisa dos materiais coletados. (Ramos; Gertz, 2011, p. 3-4).

O acervo está organizado em categorias temáticas como por exemplo; Política, Nazismo e Segunda Guerra Mundial, Ensino Escolar, Educação e Cultura. Cada uma reúne diferentes tipos de documentos: livros, almanaques, jornais encadernados, fichários genealógicos, fotografias, broches, calendários e colagens temáticas. Muitas dessas colagens foram elaboradas por Benno Mentz como forma de construir narrativas e interpretações sobre a presença alemã no Rio Grande do Sul. A categoria Ensino Escolar e Educação, foco desta pesquisa, concentra atas escolares, listas de estudantes, programas de festas e materiais de divulgação das escolas étnicas. Esses registros preservam não apenas conteúdos textuais e iconográficos, mas também marcas materiais do tempo, como rasuras, colagens, anotações e grifos feitos pelo próprio Mentz, que evidenciam os temas por ele considerados relevantes.

Entre os materiais de destaque, encontram-se livros didáticos como "*Como aprender a falar português*, de Rudi Schafer", além de publicações pedagógicas da Editora Rotermund, amplamente representada no acervo por obras voltadas ao ensino e à imprensa nas comunidades de imigração. A coleção inclui também livros antigos utilizados no *Colégio Anchieta* e em instituições como o *Colégio Americano e a Escola Nossa Senhora das Dores*, que, embora não classificadas como étnicas, demonstram que mantinham vínculos com o universo teuto-brasileiro por estarem junto do acervo. No conjunto visual, destacam-se fotografias históricas de escolas como a *Josefsschule, Marienschule, Instituto Pestalozzi e Stift Schertschaft*, registrando cenas de eventos cívicos, formações escolares e momentos do cotidiano pedagógico, o que amplia as possibilidades de leitura iconográfica das práticas e representações escolares.

Ademais, o acervo reúne diversos recortes de jornais em alemão, como o *Deutsche Post*, *Neue Deutsche Zeitung* e *Deutsch Volksblatt*, com marcas, colagens e destaques que enfatizam temas ligados à educação, nacionalização e práticas escolares. Tais registros evidenciam tanto a diversidade tipológica do acervo quanto a intencionalidade de seu organizador em construir narrativas temáticas. Apesar de desgastes ao longo do tempo e danos como a enchente de 1941 (Ramos,

2014, p. 675), a coleção permite ao pesquisador articular conteúdo, materialidade, contexto histórico e memória. Mais que um repositório documental, o acervo configura-se como narrativa construída, marcada por seleções e silenciamentos, em que cada fragmento convida à interpretação.

UMA ESCOLA ENTRE MIL COLÔNIAS: ONDE SE GUARDAM AS MEMÓRIAS

A escolha das escolas St. Josefs-Schule e Marienschule como objeto de análise neste artigo se justificam tanto pela sua relevância histórica no contexto das instituições escolares de matriz étnica alemã no Rio Grande do Sul quanto pela documentação expressiva encontrada no Acervo Benno Mentz. Ambas performam entre as primeiras escolas confessionais germânicas de Porto Alegre e oferecem subsídios concretos para refletir sobre os processos de preservação, adaptação e resistência cultural da comunidade teuto-brasileira.

Desde seu surgimento, entre 1905 a Escola São José e 1914 a Escola Santa Maria impactaram na educação de diversos jovens de origem ou descendência germânica, até seus respectivos fins, devido ao processo de assimilação pelas políticas de nacionalização no Brasil. Conforme descreve Lisete Göller (Göller, SITE Memorial do Tempo, 2017), a St. Josefs-Schule, fundada no século XIX, em Porto Alegre, esteve vinculada à comunidade católica alemã e funcionou inicialmente junto à igreja de São José, localizada na Rua Alberto Bins, no centro da capital. A escola possuía forte orientação moral e disciplinar e atendia tanto meninos quanto meninas, oferecendo ensino bilíngue com ênfase no alemão e nas tradições confessionais. Inclusive, foi onde trabalharam os professores maristas até meados de 1923, após a troca para os professores que vieram Renânia. Entre o período de nacionalização das escolas, a escola veio a fechar e, posteriormente, reabriu com nova nomenclatura, por obrigação das políticas de Vargas, escolheram escola Roque Gonzales). Em homenagem a Padre Roque González de Santa Cruz, um missionário jesuíta e santo nascido na região das missões, martirizado no Rio Grande do Sul em 1628 (Göller, 2017).

Já a Marienschule (Escola Santa Maria ou Maria), fundada por religiosas de origem alemã, era voltada exclusivamente à educação de meninas, funcionando em regime de internato e semi-internato. Esta escola aplicava com um currículo voltado à formação feminina, incluindo aulas de religião, artes, música e boas maneiras, evidenciando os marcadores sociais de gênero da época. escola era coordenada pelas Irmãs Franciscanas oriundas de *Nonnenwört*, na Baviera, que chegaram ao Brasil em 1872, instalando-se inicialmente em São Leopoldo, onde fundaram o primeiro Colégio São José, considerado uma das primeiras instituições educacionais tradicionais da região sul. Estas seis missionárias

advindas da Alemanha foram responsáveis por estabelecer bases sólidas da educação católica feminina no Rio Grande do Sul. Como em Porto Alegre, além da Marienschule, as religiosas também dirigiram importantes instituições como o Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho, no bairro Moinhos de Vento, fundado em 1905, além de atuarem em outras frentes educacionais e sociais, como no Colégio Nossa Senhora dos Anjos e em serviços junto à Santa Casa de Misericórdia. Ao longo das décadas, sua presença se expandiu por diversas cidades do estado, deixando uma presença religiosa expressiva na formação cultural e espiritual da sociedade regional e étnica sul rio grandense (GAUCHAZH, 2022).

Destarte, as Marias, também foram obrigadas pelas políticas do Estado Novo e a visão pejorativa que a Segunda Guerra trouxe aos imigrantes, posteriormente a trocar de nome, a qual passou para Nossa Senhora Medianeira, porém não conseguiram resistir e foi fechada para sempre.

Ambas as escolas eram expressivas culturalmente e organizaram festividades escolares e corais, como forma de reforço da identidade étnica e pertencimento à comunidade germânica. No depoimento recolhido por um ex-aluno da escola São José e egresso da Faculdade de Direito da UFRGS (2014), encontra-se uma memória vívida do impacto da Campanha de Nacionalização sobre esse tipo de instituição:

> "Fui aluno do Colégio São José até 1939, quando ele foi fechado por ordem do Governo Vargas, passamos a nos chamar o Colégio Roque Gonzales(...) Após conseguir bolsa de estudos no Anchieta, fui transferido. As aulas eram em alemão e havia festas com músicas típicas, que foram proibidas. Lembro da tristeza dos professores" (Aluno Almiro Régis do Couto e Silva, 18 de outubro de 2011.UFRGS, 2014, p. 40).

Esse relato reafirma o papel dessas escolas como espaços de manutenção e vivência identitária, que passaram a ser alvo de repressão estatal nos períodos de intensificação da política de nacionalização, sobretudo entre o final da década de 1930 e o início dos anos 1940. Autores como Giralda Seyferth (2017) e René Gertz (2005) já visto no campo bibliográfico, apontam que o espaço escolar foi central na estruturação das comunidades de imigração germânica, funcionando como extensão dos valores familiares e religiosos e como núcleo simbólico da etnicidade da comunidade. Com o objetivo de explorar os modos como a identidade teuto-brasileira foi construída, tensionada e preservada no espaço escolar, esta análise se debruça sobre um conjunto específico de documentos, todos pertencentes à categoria temática *"Ensino e Cultura"* do acervo do Benno. A seguir, apresentam-se os documentos selecionados:

Tabela 1 – Documentos Escolares selecionados no Acervo Benno Mentz

Código	Tipo Documental	Instituição	Ano	Descrição
DOC-IMG-JOSEFSCHULE-SCHLUSSFEIER-1924	Divulgação em Texto / Programa Escolar	St. Josefs-Schule	1924	Programa de Schlussfeier com atividades em alemão e português.
DOC-TXT-GAZETAPOPULAR-ANUNCIOESCOLAR-1918	Texto / Recorte de jornal	St. Josefs-Schule	1918	Anúncio da escola em jornal, destacando ensino moral e religioso.
DOC-IMG-MARIENSCHULE-SCHLUSSFEIER1-1919	Divulgação em Texto/ Programa Escolar	Marienschule	1919	Festa de encerramento com peças e músicas bilíngues.
DOC-IMG-MARIENSCHULE-SCHLUSSFEIER-1922	Divulgação em Texto / Programa Escolar	Marienschule	1922	Evento beneficente com apresentações em português e alemão.
DOC-IMG-JOSEF-SCHLUSS-20_40	Divulgação em Texto / Programa Escolar	St. Josefs-Schule	c. 1920-1940	Festa escolar com danças, peças teatrais e trilha sonora mista.
IMG-JOSEFSCHULE-SAIDA-AULAS-1920_1930	Fotografia / Cena Cotidiana	St. Josefs-Schule	c. 1920-1930	Estudantes deixando a escola; vestimentas e arquitetura em destaque.
IMG-JOSEFSCHULE-FACHADA-1925	Fotografia / Fachada Escolar	St. Josefs-Schule	c. 1925	Registro da fachada da escola, elementos da arquitetura germânica.
IMG-MARIENSCHULE-FACHADA-1910_1920	Fotografia / Fachada Escolar	Marienschule	c. 1910-1920	Fachada da escola, elementos arquitetônicos religiosos e disciplinares.

Fonte: Delfos - Acervo Benno Mentz (Tabela feita pela autora - 2025)

ESPELHOS E VITRINES: A ESCOLA COMO CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE TEUTO-BRASILEIRA

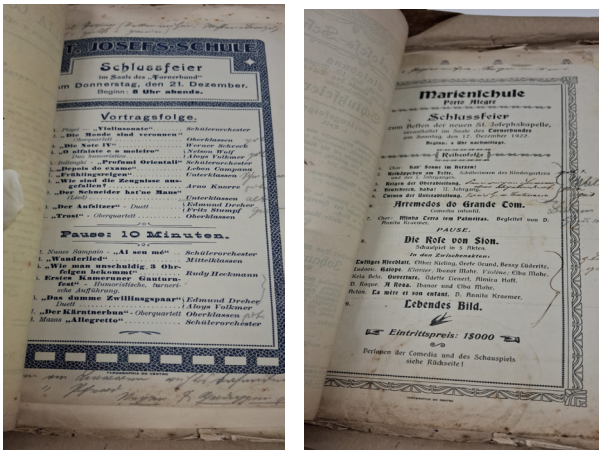
Vislumbrando essa narrativa, chamam atenção os registros das chamadas *Schlussfeiern* (cerimônias de encerramento do ano letivo) realizadas por escolas como a St. Josefs-Schule e a Marienschule[5], ambas localizadas em Porto Alegre no período e atuantes entre as décadas de 1910 e 1940. Essas celebrações, embora formatadas como eventos escolares de fim de ano, funcionavam como verdadeiros rituais cívicos e étnico-culturais, em que se articulavam educação, memória e identidade coletiva. Os programas dessas festas, impressos com bastante detalhamento, revelam repertórios artísticos compostos por corais, peças teatrais e recitais poéticos, muitos dos quais realizados em alemão.

5 Esta análise contempla os documentos: DOC-IMG-JOSEFSCHULE-SCHLUSS-FEIER-1924, DOC-IMG-JOSEF-SCHLUSS-20_40, DOC-IMG-MARIENSCHULE--SCHLUSSFEIER1-1919 e DOC-IMG- MARIENSCHULE-SCHLUSSFEIER-1922. Classificados na unidade de análise "O ambiente escolar e suas tradições étnicas", foram enquadrados nas categorias Cultura Escolar, Identidade Cultural e Hibridização Cultural, com códigos de conteúdo como preservação cultural, ensino da língua alemã, civismo e práticas escolares.

No entanto, observa-se também a presença de elementos em português, de obras organizadas para as programações como *"O Alfaiate e o Moleiro"*, *"Sândalo"* e *"Quando for grande"*, compondo uma ambiência de transição cultural performada através das poesias e musicais. Um exemplo particularmente eloquente dessa articulação cultural também é o programa da *Schlussfeier* da Marienschule de 1922, que além de peças e corais em alemão, apresenta também números como *"Minha terra tem palmeiras",* poema canônico de Gonçalves Dias, e uma comédia infantil em português intitulada *"Arremedos do Grande Tom"*. Essa justaposição de repertórios nacionais e étnicos revela não apenas a adaptação das escolas ao ambiente sociopolítico brasileiro, mas também a tentativa de produzir uma identidade teuto-brasileira negociada, em que o pertencimento à nação e à etnia não são excludentes, mas coabitam o mesmo palco.

Essa convivência de códigos expressivos, ao mesmo tempo que reafirma a germanidade, também evidencia a adaptação da escola à lógica nacional, expressando um processo que Stuart Hall (2006) entende como identidade em articulação, uma construção histórica, contingente e relacional, permeada por deslocamentos e hibridizações. Sob esse prisma, tais documentos não são apenas registros funcionais; são expressões simbólicas de uma identidade teuto-brasileira em construção com transformações hibridas em convívio com os brasileiros e gaúchos. Esse caráter de resistência simbólica também já mencionado outrora, é destacado por Lucio Kreutz (2000), ao afirmar que, mesmo diante da repressão do Estado Novo, muitas dessas instituições seguiram operando como focos de preservação cultural, ainda que sob formas mais discretas ou adaptadas. Logo, a colocação dos poemas para o português representa uma forma de adaptação cultural.

Figura 1 e 2: Panfleto de divulgação de programa de celebrações da Marienschule e da Josefsschule.



Fonte: Delfos - Acervo Benno Mentz:
DOC-IMG-MARIENSCHULE-SCHLUSSFEIER-1922 e DOC-IMG-JOSEF-SCHLUSS-20_40

Nos documentos analisados, o uso do salão "*Turnerbund"*[6], um ginásio como local simbólico para a cultura de germânica de festas e esportes, a presença de grupos instrumentais externos (como o *"Quintett Pichmen"*) e os nomes dos estudantes, todos germanófonos, revelam, segundo a abordagem indiciária de Ginzburg (1989), traços silenciosos, mas eloquentes, de uma germanidade que se mantinha viva no cotidiano escolar. Assim, o ambiente escolar germânico em Porto Alegre no Rio Grande do Sul, portava mais do que instrução: ele era um campo de ritualização da pertença. A língua, os costumes, as músicas e os espaços físicos da escola compunham um imaginário coletivo onde o étnico era pedagogizado. A identidade teuto-brasileira, portanto, não era apenas celebrada, mas performada em atos públicos, como nas *Schlussfeiern*, cuja função excedia a da celebração, tornando-se um palco de autoafirmação cultural.

CORPOS PEQUENOS, GRANDES HISTÓRIAS: GÊNERO, ETNIA E CLASSE NAS PRÁTICAS ESCOLARES E SÍMBOLOS DAS CELEBRAÇÕES CÍVICAS

Ao observar os documentos selecionados, pode-se compreender que também são pertencentes a marcadores sociais normativos, é possível identificar representações materiais e simbólicas que evidenciam como essas categorias estruturavam a cultura escolar das instituições étnicas alemãs no sul do Brasil. As práticas escolares não apenas educavam, mas também operavam como espaços de naturalização de papéis sociais atribuídos a meninos e meninas, bem como de afirmação (e reprodução) de distinções étnico-culturais e de pertencimento comunitário.

6 *Turnerbund* é um termo de origem alemã que significa "associação de ginástica", utilizado para designar clubes fundada por imigrantes germânicos, que combinavam atividades físicas, culturais e comunitárias, especialmente no século XIX. Em Porto Alegre e no Rio Grande do Sul, a *Turnerbund* foi uma das primeiras sociedades de ginástica dessa tradição, estabelecida em 1867 na capital. Ver: JAEGER, Angelita Renck; MENEZES, Moisés de; HEREDIA, Vitor. Sports associations in Rio Grande do Sul (1867–1918): outlining relations between gymnastics societies.

Figura 3: Fotografia na área externa da Escola São José (St. Josefsschule), em frente à entrada principal.



Fonte: Delfos - Acervo Benno Mentz:
IMG-JOSEFSCHULE-SAIDA-AULAS-1920_1930

A partir da fotografia que registra a saída de alunos da escola São José (St. Josefs-Schule), na década de 1920, acreditando ser a escola localizada em Porto Alegre, na qual se observa uma divisão explícita entre meninos e meninas, uniformizados e organizados por gênero, evidenciando normas sociais e disciplinares da época. Como também, do programa impresso da festa de encerramento de 1919 da escola feminina Marienschule[7], onde são anunciadas apresentações artísticas e recitações realizadas exclusivamente por alunas, é possível perceber o reforço os papéis sociais esperados conforme a formação moral e comportamental de cada sexo. Este ponto dialoga com a proposta de Joan Scott (1995, p.14), ao definir o gênero como uma forma de dar sentido às relações de poder na cultura. Enquanto os meninos da Josefschule aparecem em registros

7 DOC-IMG-MARIENSCHULE-SCHLUSSFEIER1-1919 (evento escolar feminino com poesia, coreografia e ritualidade escolar); IMG-JOSEFSCHULE-SAIDA-AULAS-1920_1930 (registro fotográfico de saída escolar, com meninos em evidência); as categorias associadas incluem Representações Sociais, Cultura Escolar e Identidade Cultural, com códigos como Vestimentas, Meninas, Meninos, Práticas de ensino e Etnicidade.

fotográficos coletivos, em movimento ou ligados a atividades cívico-físicas, as meninas da Marienschule são retratadas em coreografias, recitais poéticos e apresentações artísticas que remetem à delicadeza, ao cuidado e à interioridade.

Esse contraste performático reforça, com a observação de Dagmar Meyer sobre a visão de gênero nos impressos teuto-brasileiros (2014, p.145), os quais definiam uma associação simbólica entre o feminino como a *"Mutterland"* (terra mãe), evocando um vínculo idealizado com a Alemanha como pátria afetiva e espiritual. Já o masculino era associado como *"Vaterland"* (terra pai), no caso o Brasil como papel de pai, enquanto território da atuação pública e da integração nacional, cuja regras e autoridade eram rígidas. Tais dualidades reforçam a noção de gênero como construção cultural situada e, nesse caso, atravessada por imaginários étnicos e binacionalidade simbólica.

Na perspectiva da análise visual (Mauad, 2014), a disposição dos corpos, os trajes, o uso dos espaços e a iconografia dos eventos escolares evidenciam códigos não verbais que organizam os sujeitos sociais por gênero e classe. A educação das meninas, focada na formação doméstica e moral, expressa-se nas apresentações de poesia e nos gestos suaves das coreografias, enquanto a dos meninos enfatiza o vigor, o civismo e a presença pública. Assim, as imagens revelam processos de construção identitária marcados por lógicas de pertencimento e distinção de funções até mesmo dentro da comunidade teuto-gaúcha. Seguindo a perspectiva de Poutignat e Streiff-Fenart (1998), os marcadores sociais como gênero e etnicidade não são categorias fixas ou naturais, mas construções políticas e históricas, constantemente mobilizadas em disputas de identidade e poder. No contexto das escolas teuto-brasileiras, esses marcadores são performados em rituais escolares que evidenciam o lugar social esperado de meninas e meninos dentro de uma ordem cultural específica, ao mesmo tempo em que projetam uma identidade étnica que negocia entre a tradição germânica e os imperativos de assimilação eminente de novos marcadores mais abrasileirados e gauchescos.

Enquanto, através das representações sociais, de Jodelet (2001, 22-23), se fazem presentes na forma como a escola traduz e reforça visões compartilhadas sobre a mulher e o homem dentro da cultura teuto-brasileira de modo comunitário. Logo, existia além de um ideal cívico alemão, um projeto germânico tradicional dicotomizado reproduzidos pelas escolas. E é nesse ponto que os vestígios indiciários se tornam potentes: seja na uniformidade dos trajes femininos, seja na forma coreografada da performance das meninas da Marienschule ou nos hinos vigorosos da St. Josefs-Schule, temos traços que apontam para o papel simbólico que elas ocupavam na reprodução da identidade étnica. Portanto, esses corpos simbolizam a recordação da tradição de marcadores sociais da infância como também do projeto de mulher e homem a ser criado nas escolas

de identidade étnica alemã. As escolas, nesse sentido, tornavam visível, por meio de seus rituais e documentos, uma ordem social pautada em distinções de gênero, classe e etnicidade.

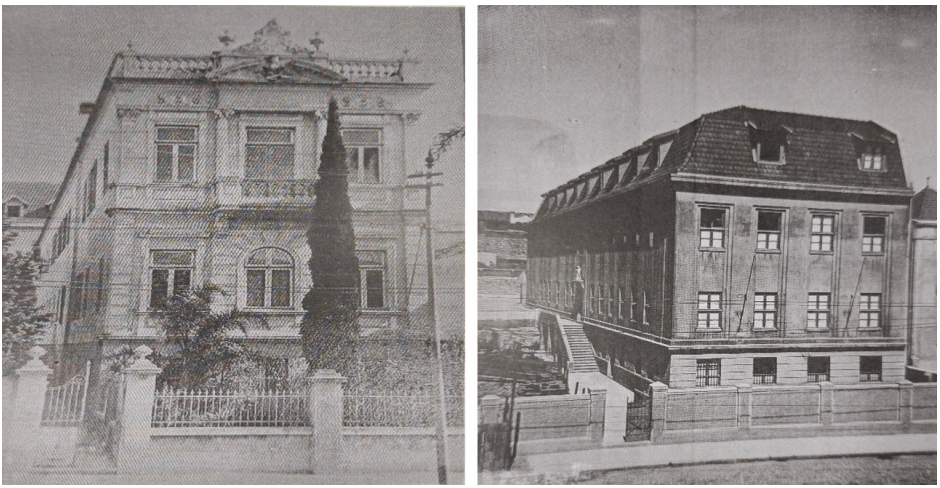
Contudo, é impossível compreender integralmente essas formas de representação sem considerar o papel da religião. Como lembra Dreher (2005, p. 102), nas comunidades de origem germânica a religião não era apenas um fator espiritual, mas um "eixo estruturante da identidade étnica", que atribuía papéis sociais, delimitava condutas e reforçava a coesão do grupo. Assim, negligenciar o marcador religioso é não validar outras camadas identitárias igualmente fundamentais na construção simbólica de pertencimento teuto brasileiro (DREHER, 2005, p. 102).

LUGARES (IN)VISÍVEIS DE MEMÓRIA: PATRIMÔNIOS ESCOLARES E NARRATIVAS IDENTITÁRIAS

As abordagens simbólicas de lugares de memória[8], foram utilizados como meio de análise para os documentos que evocam, direta ou indiretamente, as materialidades e ausências da memória escolar teuto-brasileira. As imagens analisadas apresentam não apenas a estrutura física das escolas, mas condensam, em suas formas e registros, camadas simbólicas de pertencimento, resistência e silenciamento. A primeira delas consiste em uma fotografia da fachada da St. Josefs-Schule, datada aproximadamente de 1925. A imagem revela uma edificação de traçado simétrico, com janelas verticais bem distribuídas, arquitetura limpa e austera, remetendo aos modelos escolares germânicos do período. Não há pessoas na cena, apenas a estrutura imponente do prédio. Esse silêncio visual, na ausência de corpos e atividades, atua como marca da memória ausente e convoca a leitura indiciária (Ginzburg, 1989) para entender o não dito.

8 Unidades de análise: Abordagens simbólicas dos lugares de memória; Categorias analíticas: Cultura Escolar; Identidade Cultural; Representações Sociais; Hibridização Cultural; Códigos aplicados: hc-arquitetura-imigrante; ce-patrimônio-material; ic-hibridizacao; hc-documento-ritual; ic-religiosidade.

Figura 4 e 5: Fotografia das fachadas das Escolas São José (St. Josefsschule) e Escola Maria (Marienschule.



Fonte: Delfos - Acervo Benno Mentz:
IMG-JOSEFSCHULE-FACHADA-1925 e IMG-MARIENSCHULE-FACHADA-1910_1920

Nas palavras de Mauad (2014), o vazio nas imagens também dialoga e, nesse caso, fala da dissolução de uma experiência escolar culturalmente densa. Para entender além das ausências de pessoas, torna-se necessário observar outros níveis simbólicos presentes, especialmente a partir das ideias de Clifford Geertz sobre cultura (Geertz, 2008, p. 7). As fachadas escolares, ao serem fixadas em registros fotográficos e programas impressos, não apenas representavam os espaços físicos das instituições, mas funcionavam como dispositivos culturais que simbolizavam a ordem social teuto-brasileira e a continuidade identitária frente às transformações regionais e nacionais culturais. Através de René Gertz (2005), pode-se ler estas imagens como formas pelas quais as comunidades de origem germânica no Rio Grande do Sul elaboraram uma identidade teuto-brasileira a partir de elementos arquitetônicos, educacionais e religiosos. Não por acaso, as escolas eram majoritariamente vinculadas à religião.

Na mesma direção, encontra-se a fotografia da fachada da Marienschule, anterior ao ano de 1920[9]. O edifício, de linhas mais ornamentadas, revela a natureza feminina e religiosa da instituição: o frontão decorado, a vegetação cuidadosamente composta ao redor, e os elementos arquitetônicos que remetem

9 IMG-MARIENSCHULE-FACHADA-1910_1920: Fotografia da fachada da escola Marienschule, em estilo neogótico, vinculada à tradição católica.; IMG-JOSEFSCHULE-FACHADA-1925: Registro da fachada da St. Josefs-Schule, com elementos arquitetônicos da imigração germânica e inscrição em alemão; DOC-IMG-MARIENSCHULE-SCHLUSSFEIER-1922: Programa impresso bilíngue da festa de encerramento, com trechos manuscritos visíveis.

à delicadeza e à elevação espiritual. A ausência de estudantes ou irmãs religiosas na imagem também mobiliza o conceito de "lugar de memória" (Nora, 1993), pois a edificação, mesmo vazia, carrega em si os traços de uma cultura escolar ritualizada, disciplinadora e confessional.

Já o terceiro documento é um programa escolar da *Schlussfeier*, evento de encerramento do ano letivo promovido pela St. Josefs-Schule, produzido em data não confirmada, mas provavelmente entre 1920 e 1940. O impresso é visualmente organizado, com a sequência das apresentações, informações musicais, falas e peças teatrais. No entanto, o que se destaca nesse exemplar são as diversas anotações feitas à mão, como nomes de alunos corrigidos, marcações nas margens e comentários avaliativos que sugerem uma leitura atenta e personalizada do conteúdo. Entre os registros, encontram-se observações como: *"Luiz Affonso Schlickmann com desempenho bastante bom"*[10], e ainda, no corpo do programa, *"com apresentação mais viva, menos superficial"*[11]. Tais marcas são indícios de apropriação simbólica, possivelmente por parte de um professor, diretor, familiar ou até do próprio Benno Mentz.

Deste modo, esses manuscritos atuam como camadas adicionais de sentido que reconfiguram a função do documento. Elas transformam o programa de um simples informativo institucional em um vestígio da memória subjetiva e experiencial de seus participantes. Elas também se conectam ao que Ginzburg (1989) nomeia como indícios: pequenos sinais que, quando cuidadosamente interpretados, revelam aspectos sutis, mas profundos, das práticas e valores escolares da época.

Na perspectiva da memória coletiva (Halbwachs, 2006), essas imagens e registros se tornam lugares onde o passado é ancorado a partir da fixação de sentidos: tanto pelo que mostram quanto pelo que ocultam. Seus edifícios, suas tipografias e seus rastros manuscritos são patrimônios que resistem à dissolução da história comunitária. Como lembra Aleida Assmann (2011), o patrimônio cultural só adquire densidade de memória quando é acionado por um grupo que o reivindica como parte de sua narrativa identitária.

Ainda, a arquitetura escolar presente nas imagens remete a um modelo europeu que, transplantado para o solo brasileiro, mas um projeto simbólico de germanidade adaptado ao trópico. Nesse sentido, retomando Stuart Hall (2006), a identidade cultural aqui não é uma essência fixa, mas uma articulação histórica, as escolas, enquanto construções e documentos, operam como mediadoras entre o "lá" e o "aqui", o "antes" e o "agora". Elas performam uma identidade cultural negociada no espaço urbano porto-alegrense, constituindo verdadeiras

10 Trecho manuscrito na lateral do documento: "Luiz Affonso Schlickmann mit durchaus gut"
11 Trecho manuscrito no centro do documento: "mit lebendiger Vortrag, weniger flach".

"comunidades imaginadas" (Anderson, 2008), sustentadas por construções, formas e memórias compartilhadas.

Adiante, esses documentos revelam que a memória escolar teuto-brasileira não se restringe ao conteúdo pedagógico, mas se materializa justamente naquilo que foi preservado: fachadas imponentes, programas de festividades, anotações manuscritas e, por vezes, silenciosas ausências, todas operando como vestígios de um tempo em que a germanidade era afirmada, representada e, mais tarde, silenciada por políticas de nacionalização. Portanto, vale destacar que a própria existência dessas fontes, hoje catalogadas no Acervo Benno Mentz constitui um gesto de resistência à efemeridade da cultura escolar. Através do poder da sua representação na comunidade teuto como educador e memorialista, Benno permitiu que documentos frágeis, cotidianos e aparentemente banais fossem conservados e, agora, reinterpretados. Nesse aspecto, o acervo não apenas documenta o passado, mas o reinscreve como campo de disputa simbólica no presente.

CAMINHOS CONCLUSIVOS: O QUE FICA DEPOIS DA AULA

Quando as luzes se apagam no salão da festa escolar, quando os corredores silenciam e os programas impressos tornam-se repousos em arquivos, o que resta? O que esquecemos e o que lembramos? Ao visitar os documentos escolares do Acervo Benno Mentz, atravessamos mais do que papéis antigos, tocamos marcas de uma memória coletiva construída com palavras, gestos e silêncios. Nesses rastros materiais do tempo, reconhecemos os contornos da cultura escolar teuto-brasileira, moldada entre tensões de preservação, adaptação e hibridização. As iconografias e programas analisados entre as décadas de 1920 e 1940 revelaram práticas rituais que não apenas organizavam o calendário pedagógico, mas projetavam representações simbólicas de pertencimento, civismo e germanidade.

Se por um lado os hinos escolares, a língua alemã e as vestimentas tradicionais apontavam para um esforço de manutenção étnica, por outro, a presença de poesia brasileira e de traduções culturais demonstrava a negociação cotidiana entre herança e assimilação. A identidade se articula como um processo inacabado, e nesses documentos, vemos além da identidade teuto-brasileira emergir como uma prática viva, moldada pelas escolas e suas comunidades, a ideia de identidade teuto gaúcha sendo construída também na capital de Porto Alegre. (HALL,2006).

Através das unidades de análise desenvolvidas, o ambiente escolar étnico, os marcadores sociais, os lugares de memória, foi possível compreender que a escola era mais do que um espaço de ensino: era uma engrenagem de produção simbólica, uma extensão da religiosidade, da disciplina e das hierarquias sociais.

Os registros visuais e manuscritos permitiram ouvir vozes antes abafadas pela política de nacionalização ou pela ausência de reconhecimento institucional. Como nos lembra Aleida Assmann (2011), é nos arquivos que repousam as disputas pelo que será lembrado e pelo que será silenciado.

Nesse sentido, é entendido que trabalho atingiu seus objetivos ao interpretar os vestígios escolares não como evidências neutras, mas como documentos ativos na construção de narrativas identitárias. A análise visual, a leitura indiciária e a escuta histórica abriram frestas por onde vislumbrar infâncias marcadas por distinções de gênero, classe e etnia, mas também por afeto, pertencimento e comunidade.

Escutar os arquivos do Benno Mentz é, portanto, um gesto ético: de permitir que o silêncio não seja esquecimento, mas pausa para a lembrança. Ao resgatar esses fragmentos, compreendemos que a história da educação regional passa também pela preservação das memórias escolares étnicas. Também, que as infâncias de origem germânicas, teuto-brasileiras ou teuto-gaúchas, como quiserem identificar-se, com seus hinos, suas roupas e seus gestos coreografados, ainda têm muito a nos dizer. Afinal, quando a aula termina, é a memória que continua ensinando.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Benedict R. O'G. **Comunidades imaginadas:** reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2008.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação:** formas e transformações da memória cultural. Tradução de Paulo Soethe (coordenação geral); terceira parte traduzida por Daniel Martineschen. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011. 456 p.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia:** a história entre certezas e inquietude. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2002.

DA LUZ RAMOS, Eloisa Helena Capovilla; WITT, Marcos Antônio. Pequenas, mas não invisíveis: as crianças na imigração. *In*: CARDOZO, José Carlos da Silva *et al.* (orgs.). **História das crianças no Brasil Meridional.** São Leopoldo: Oikos; Unisinos, 2020. p. 57–82.

DREHER, Martin Norberto. **190 anos de imigração alemã no Rio Grande do Sul:** esquecimentos e lembranças. 2. ed. São Leopoldo: Oikos, 2014.

DREHER, Martin Norberto. O protestantismo e a escola paroquial teuto-brasileira: memória e identidade. *In*: HILLEBRANDT, Vera Lúcia Maciel; CUNHA, Magali Engel (orgs.). **Religião, cultura e memória.** São Leopoldo: Sinodal; EST, 2005. p. 93–108.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Tradução de Fátima da C. L. Costa. Rio de Janeiro: Gen LTC, 2008. 323 p.

GERTZ, René E. Guerra contra cidadãos. **Fronteiras: Revista Catarinense de História**, n. 13, p. 43–63, nov. 2005.

GERTZ, René Ernaini. Brasil e Alemanha: os brasileiros de origem alemã na construção de uma parceria histórica. **Textos de história: revista da Pós-Graduação em História da UnB**, Brasília, v. 16, n. 2, p. 119–149, 2008.

GINZBURG, Carlo. Raízes de um paradigma indiciário. *In*: GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, indícios:** morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. p. 143–179.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** Tradução de Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2006. 224 p.

HALL, Stuart. Identidade cultural e diáspora. **Comunicação & Cultura**, n. 1, p. 21–35, 2006.

JAEGER, Angelita Renck; MENEZES, Moisés de; HEREDIA, Vitor. **Sports associations in Rio Grande do Sul (1867–1918):** outlining relations between gymnastics societies. Academia.edu, 2020.

JODELET, Denise. **Representações sociais:** um domínio em expansão. As representações sociais, v. 17, n. 44, p. 1–21, 2001.

KLEBER DA SILVA, Haike Roselane. A identidade teuto-brasileira pensada pelo intelectual Aloys Friederichs. **Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História**, Porto Alegre, v. 12, n. 21/22, p. 295–330, jan./dez. 2005.

KREUTZ, Lúcio. Escolas comunitárias de imigrantes no Brasil: instâncias de coordenação e estruturas de apoio. **Revista Brasileira de Educação**, p. 159–176, 2000.

KREUTZ, Lúcio. Identidade étnica e o processo escolar. Educação Teuto-Brasileira no Rio Grande do Sul, **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 107, p. 77–96, 1999.

LOPES DA SILVA, Zélia. **Os carnavais de rua e dos clubes na cidade de São Paulo:** metamorfoses de uma festa (1923–1938). São Paulo: Annablume, 2008.

MAUAD, Ana Maria. Como nascem as imagens? Um estudo de história visual. **História:** Questões & Debates, v. 61, n. 2, p. 105–132, 2014.

MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann. Cultura teuto-brasileiro-evangélica no Rio Grande do Sul: articulando gênero com raça, classe, nação e religião. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 25, n. 1, 2014.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Educação**, Porto Alegre, PUCRS, n. 37, p. 7–32, 1999. Edição temática: Epistemologia e Ciência da Educação, Família e Educação.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7–28, dez. 1993.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade:** seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras, de Fredrik Barth. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: UNESP, 1998.

RAMOS, Rosangela Cristina Ribeiro. A vida de Benno Mentz e sua importância para a preservação do patrimônio sobre a colonização alemã no Rio Grande do Sul. **Oficina do Historiador**, p. 671–684, 2014.

RAMOS, Rosangela Cristina Ribeiro; GERTZ, René Ernaini. **Projeto para organização do Acervo Benno Mentz** (Parte II), 2011.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5–22, jul./dez. 1991.

SEYFERTH, Giralda. A ideia de cultura teuto-brasileira: literatura, identidade e os significados da etnicidade. **Horizontes Antropológicos**, v. 10, p. 149–197, 2004.

SEYFERTH, Giralda. Socialização e etnicidade: a questão escolar teuto-brasileira (1850–1937). **Mana**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 579–607, 2017.

SILVA, Haike Roselane Kleber da. A identidade teuto-brasileira: uma construção simbólica em negociação. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, 2011.

VOIGT, André Fabiano. Emílio Willems e a invenção do teuto-brasileiro: entre a aculturação e a assimilação (1940–1946). **História:** Questões & Debates, Curitiba, n. 46, p. 189–201, 2007.

AXT, Gunter (coord.). **Faculdade de Direito de Porto Alegre:** depoimento de ex-aluno. Porto Alegre: Leitura XXI/UFRGS, 2014. Disponível em: https://www.pliniocorreadeoliveira.info/wp-content/uploads/2024/03/TD_2014_Faculdade_de_Direito_de_Porto_Alegre.pdf. Acesso em: 29 jun. 2025.

GAUCHAZH. **Congregação Irmãs Franciscanas completa 150 anos no Brasil:** conheça a história das seis primeiras missionárias. GZH, 2 abr. 2022. Disponível em: https://gauchazh.clicrbs.com.br/comportamento/noticia/2022/04/congregacao-irmas-franciscanas-completa-150-anos-no-brasil-conheca-a-historia-das-seis-primeiras-missionarias-cl1e8erdk00cj017cxgqs8vcw.html. Acesso em: 30 jun. 2025.

GÖLLER, Lisete. Família Göller – Histórias (I). **Memorial do Tempo**, 7 mar. 2017. Disponível em: https://memorialdotempo.blogspot.com/2017/03/familia-goller-historias-i.html. Acesso em: 29 jun. 2025.





PAISAGEM, ARQUITETURA E MATERIALIDADES DA IMIGRAÇÃO



DAS PICADAS ÀS TORRES: A TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM E A IMPORTÂNCIA DO NEOGÓTICO NAS COLÔNIAS GERMÂNICAS DO RIO GRANDE DO SUL

Pedro Eneri Cremonese[1]

Como em grande parte das antigas colônias imigrantes do Sul do Brasil, se destaca a configuração da arquitetura e dos espaços criados e modificados por essas populações. De forma geral, chamam atenção as construções religiosas, onde normalmente se concentravam grandes esforços de expressões artísticas e arquitetônicas. Todo esse movimento fez com que, desde o tempo de sua construção, essas obras se tornassem símbolos máximos dessas comunidades. Porém, é importante compreender não só as obras, os autores e os movimentos dos quais elas surgiram, mas os contextos físico e histórico os quais as populações germânicas imigrantes vivenciaram desde suas regiões de origem até para onde chegaram. Dessa forma, descrever esses processos através de um estudo da paisagem pode ser oportuno e aumentar as dimensionalidades da compreensão dos fatos. Este estudo pretende, portanto, através de categorias diferentes de estudos de paisagem, como o meio natural e a ação antrópica durante diferentes períodos, descrever mais especificamente a apropriação e transformação do território por comunidades teuto-brasileiras e o papel da arquitetura religiosa nesse contexto. Dessa forme, se pretende descrever os marcos da arquitetura vernácula e erudita de diferentes vertentes, dando destaque ao estilo neogótico: estilo amplamente utilizado no estado do Rio Grande do Sul, principalmente entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX.

1. INTRODUÇÃO

Sob a ótica cultural da paisagem é possível observar as características do meio natural e sua transformação a partir da ação antrópica. Essa apropriação do território pelo ser humano se modifica através dos séculos dependendo de fatores como nível de técnica, disponibilidade de recursos, modo de utilização

1 Arquiteto e urbanista (PUCRS), mestre em Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo (UFSM), doutorando em História (PUCRS).

da terra e as próprias intenções dos agentes modificadores. As sociedades se formam sobre um território, e acabam observando na paisagem determinados ícones tanto do meio construído quanto do meio natural, que se tornam, devido destaque ou base histórica, símbolos. Conceição (2018) apresenta uma abordagem de estudos sobre as rugosidades na paisagem, que estão "entre os frutos da ação humana os marcos na paisagem que representam tais períodos, como e porque se conservaram, e porque outros marcos não se conservaram".

Um fator transformador da paisagem no Sul do Brasil foi a implantação de colônias (divisão de terras, em sua maioria devolutas do ponto de vista administrativo da época) destinadas a imigrantes oriundos de regiões germanófonas, predominantemente da Europa Central. Esse sistema, tanto de iniciativas governamentais tanto privadas, promoveu o estabelecimento de pequenas propriedades os quais deram início a mudança de meios rurais e urbanos de diferentes regiões do estado. Os contextos dos quais se originavam as populações emigradas variavam consideravelmente, desde montanhescos até os mais marítimos, e os imigrantes em si não necessariamente detinham conhecimento sobre agricultura. Em verdade, os emigrados podiam ter participado de ofícios consideravelmente mais urbanos antes de partirem, como trabalhos nas grandes indústrias alemãs do século XIX, mas aceitado a oportunidade de mudança de vida. Com toda essa variação de origem e ofícios, essas populações buscaram uma destinação praticamente homogênea em uma nação jovem, ainda que continental. Tal dita seria de viver em áreas ao longo de determinadas estradas gerais, picadas e linhas, tratando de cultivo de áreas abertas e desbravamento de áreas de mata, consolidando regiões inabitadas ou pouco povoadas do Rio Grande do Sul – salvo, obviamente, parcelas de imigrantes que acabaram residindo em cidades. Dessa forma, esses povos viriam a consolidar transformação na paisagem de modo a remeter aspectos de sua identidade cultural, distinguindo-se entre outros - também no contexto imigratório ou externos a este. Com a falta de apego a marcos da paisagem natural, banalizada por sua abundância e pouca serventia ao desenvolvimento em meio a uma cultura progressista, as populações imigrantes podem ter tendenciado a buscar (e criar) no meio edificado marcos de sua identidade. Entre a produção edificada, o que frequentemente mais se destaca é a arquitetura religiosa, pois além de ser fruto de esforços (muitas vezes expressivos) de grande parte da população, é um dos meios onde se mais se concentram expressões artísticas.

Esta investigação de cunho descritivo objetiva a análise da paisagem abordando diferentes marcos do meio natural e antrópico antes, durante e após os processos de estabelecimento das populações germânicas, e a caracterização da arquitetura desenvolvida por elas, transformando esse espaço, com destaque

para a arquitetura religiosa. Nesse segundo objetivo, será descrita a arquitetura neogótica produzida no estado e descrita uma hipótese de como essa arquitetura ganhou lugar de destaque no contexto das colônias imigrantes, inclusive relacionando-a com eventos contemporâneos em seus locais de origem.

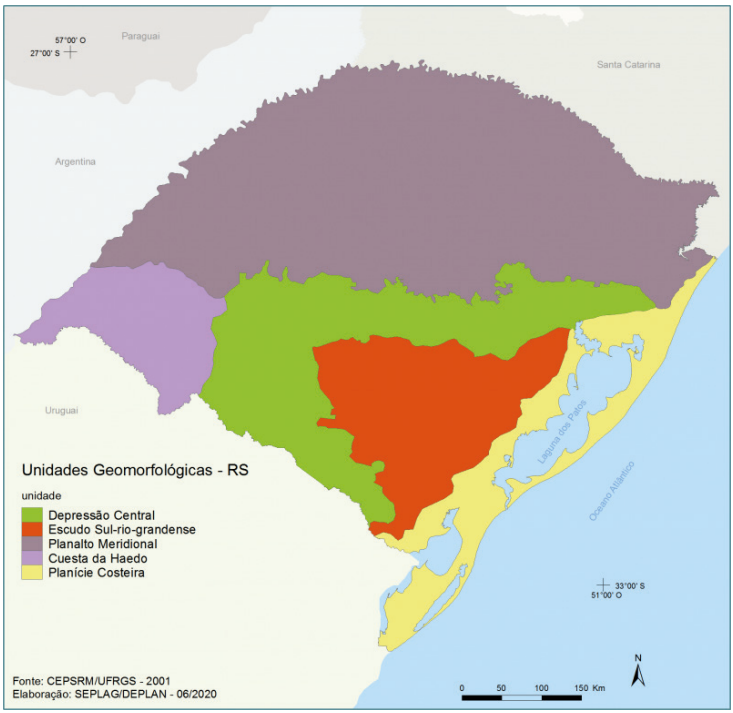
2. CONDICIONANTES NA FORMAÇÃO DA PAISAGEM DE COMUNIDADES GERMÂNICAS SUL-RIO-GRANDENSES

O conjunto de aspectos que caracteriza a paisagem dessas regiões no Rio Grande do Sul podem ser divididos entre fatores naturais, como geografia, hidrografia e biomas, e o fatores antrópicos, dados os diversos períodos de povoamento e formas de modificação do território pela ação humana. Esse segundo conjunto de fatores está associado aos diversos processos de povoamento e influências internas e externas ao próprio estado que colaboraram em diferentes formas de uso da terra e exploração do meio ambiente.

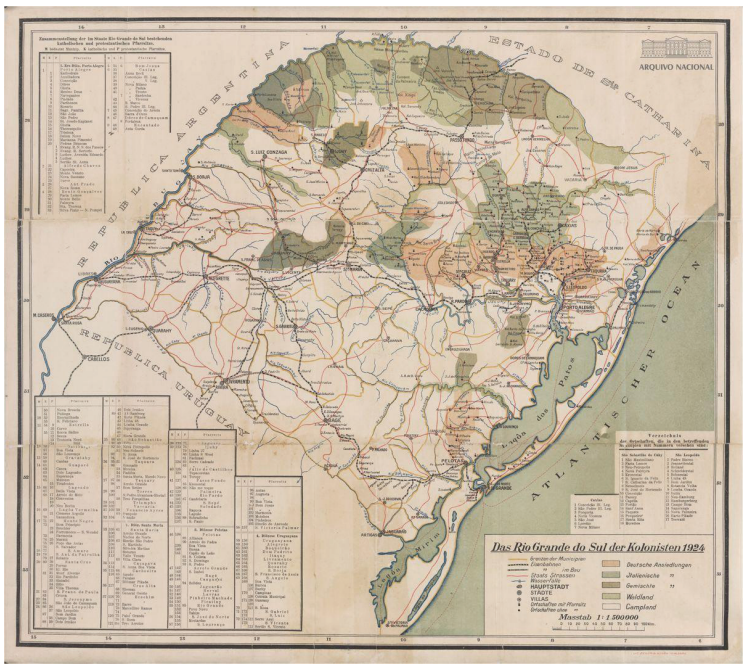
2.1 FATORES NATURAIS: A BASE FÍSICA DA PAISAGEM

O estado do Rio Grande do Sul é geograficamente complexo (para acompanhar as descrições, vide Mapa 1), dispondo de sistemas lacustres, planícies e vales, florestas e formações campestres de baixa e alta altitude, serras, além de riachos rochosos e grandes rios navegáveis. Um marco geomorfológico que abrange várias regiões do estado é o Planalto Meridional (SEPLAG/DEPLAN, 2020b), oriundo de atividades vulcânicas do período jurássico e períodos intermediários, as serras têm composição rochosa tanto vulcânica (basalto) quanto sedimentar (arenito). Esses sistemas rochosos de altitude se estendem a partir do Rio Grande do Sul a Norte pelo restante do Brasil (Nummer, 2003). Já no estado, o planalto se delimita pela mais popularmente conhecida serra, formando grandes regiões de relevo irregular e compondo uma série de vales intermediários entre as regiões de altitude e as baixas planícies da Depressão Central (SEPLAG/DEPLAN, 2020b). A serra, portanto, se estende pelo centro estado, desde as proximidades do litoral até se decompor em relevos mais complexos na região Oeste. Outra delimitação mais drástica do Planalto Meridional ocorre a Leste, acompanhando o litoral Norte, se delimitando por vales e cânions. Ao Sul da grande serra há a predominância das regiões de relevo mais suave, que se estendem até o Uruguai, delimitando muito do que se concebe como o pampa gaúcho. Esse padrão geográfico na metade Sul é interrompido por imponentes formações rochosas e serras como na região de Caçapava do Sul no Escudo Sul-rio-grandense (SEPLAG/DEPLAN, 2020b) e sistemas hidrográficos e lacustres da Planície Costeira (SEPLAG/DEPLAN, 2020b).

Mapa 1: Unidades geomorfológicas – RS (CEPSRM/UFRGS, 2020b).



Mapa 2: *Das Rio Grande do Sul der Kolonisten* (Lib. Zeller e Geogr., 1924).



É possível associar as Unidades geomorfológicas do estado (SEPLAG/DEPLAN, 2020b) a mapas de imigração, como o "*Das Rio Grande do Sul der Kolonisten*" (Lib. Zeller e Geogr., 1924), para compreender a relação das colônias com o território (Mapa 2). Dessa forma, pode-se dizer que, no Rio Grande do Sul, as principais colônias germânicas foram instituidas nas regiões de vales da depressão central (e as serras limítrofes, como na Região das Hortênsias e no Centro-Serra), regiões internas da planície costeira (mais conhecida como Costa Doce) e a noroeste do Planalto Meridional.

Regiões como nos vales e nas proximidades da Laguna dos Patos, tendem a apresentar relevos pouco acidentados, menos incidência rochosa e áreas com maior umidade de solo a depender da proximidade de corpos d'água ou charcos. Nessas regiões os rios tendem a ter maior porte e percurso menos íngreme (são geralmente coletores de arroios oriundos de regiões de maior altitude), e eram valorizados até meados do século XX por propiciar o transporte de bens e pessoas pela navegabilidade. Exceto esse interesse, pelo risco de inundações, as populações privilegiavam locais mais altos para construir. Essas regiões baixas dos vales, portanto, oportunizam usos da terra como cultivos úmidos (como arroz) e outros em maior extensão e facilidade.

Regiões de serra apresentam relevo acidentado e solo frequentemente pedregoso, de modo a dificultar o manejo extensivo na agricultura. Além disso, os invernos tendem a ser mais rigorosos, demandando que os cultivos sejam resistentes às frequentes geadas e mais ocasionais nevascas. Nessas regiões os corpos d'água tendem a ser menores (sangas e arroios) e com leitos rochosos, o que lhes proporciona uma qualidade de água mais límpida e, pelo relevo, mais áreas livres de riscos hídricos. Dessa forma, durante a implantação de colônias nas serras, os arroios tendiam a ser vistos com função mais doméstica.

Outras regiões, como planaltos, tendem a possuir qualidades mais variadas e relativas, quase como intermediárias entre as duas configurações mencionadas. Se por um lado o relevo é formado por coxilhas suaves e oportuniza cultivos de extensão em solo relativamente mais livre de rochas, por outro, pode apresentar corpos d'água mais límpidos por também não ter rios de função coletora tão acentuada. Mesmo assim, pela altitude, a qualidade do solo pode sofrer influência do inverno rigoroso, ao mesmo tempo que há menor risco de secas já que, quanto mais a Norte do estado, maiores os índices pluviométricos (SEPLAG/DEPLAN, 2020a).

2.2 FATORES ANTERIORES À CHEGADA DOS IMIGRANTES

Após as primeiras tentativas de domínio espanhol através das reduções jesuíticas do Tape (longitudinalmente, pela região central do estado) e, posteriormente, do Alto Uruguai ("Sete povos das missões"), os portugueses iniciaram seu processo de colonização e implantação de controle. Para consolidar sua presença, Portugal instituiu fortificações e vilas principalmente ao longo das regiões com geografia e biomas mais propícios. Pode-se mencionar a costa da Lagoa dos Patos um primeiro ponto de interesse e, após, houve grande investimento em áreas de fronteira, além de um forte eixo de povoamentos com populações açorianas entre as proximidades de Viamão e Rio Pardo. A partir desses períodos iniciais, a fundação de charqueadas e estâncias, também agiu de forma fortalecedora da determinação territorial. Desse modo, na década de 1820, o estado estava povoado predominantemente nas regiões próximas à Lagoa dos Patos e o Guaíba, ao longo do rio Jacuí, ao longo das fronteiras como o Uruguai e a Argentina, e em áreas de planalto sob influência dos caminhos dos tropeiros (Macedo,1983).

As áreas com menos habitação, nesse contexto, tendiam a ser o domínio da mata atlântica (Relly, 2024), com manejo e desbravamento mais complexo e trabalhoso, onde foram estabelecidas as grandes colônias imigrantes (Lib. Zeller e Geogr., 1924). Esse processo se deu a partir da década de 1820 ao longo dos vales a Norte do Rio Jacuí, ainda conectados à capital por hidrovias como os rios dos Sinos e Taquari. Mais tarde, outras regiões de vales mais distantes de Porto Alegre foram povoadas, como o vale do Rio Pardo, além de regiões a Noroeste (proximidades de Ijuí, Santo Ângelo e Frederico Westphalen) as serras das regiões das Hortênsias, Vale do Sol e o Centro-Serra. Importante ressaltar, também, a presença germânica nas regiões dos vales próximos ao Litoral Norte e na região da Costa Doce (Weimer, 2005). Em suma, com o avançar das décadas no século XIX e, portanto, do aumento de zonas desmatadas em meio aos vales, áreas de desbravamento mais difícil e manejo mais árduo foram gradualmente sendo destinadas aos colonos, fossem germânicos ou italianos. O parcelamento da compra da terra, aliado com os trabalhos de desbravamento, cultivo e dificuldades de deslocamento dificultavam o investimento em uma arquitetura de caráter definitivo ainda nas primeiras décadas.

Em geral, os colonos eram destinados a lotes que se distribuíam ao longo de estradas ou picadas pré-determinadas para acesso. Dentro dos terrenos, dada a oportunidade, os colonos poderiam determinar a posição das edificações dependendo da importância das funções que tentavam exercer. Dessa forma, se mesmo com a propriedade rural o colono almejasse possuir um estabelecimento

comercial, privilegiaria construir sua moradia próxima da estrada; e se o intuito fosse a construção de um moinho, procuraria um lote com terreno e característica hídrica propícia.

2.3 FATORES TRAZIDOS COM OS IMIGRANTES: CULTURA, COSTUMES, RELIGIÃO

Um ponto primal na análise da bagagem cultural dos imigrantes são as características arquitetônicas. Como já mencionado, os variados contextos de origem dos imigrantes oportunizaram uma gama diversa de saberes e sentidos de memória coletiva, o que oportunizou uma arquitetura de diferentes referências. Weimer (2005) em *Arquitetura rural da imigração alemã*, traz uma extensa análise da arquitetura produzida por essas populações no campo, onde passavam por situações precárias e de quase isolamento. O primeiro momento de estabelecimento dos colonos nas propriedades era, consequentemente, de assegurar abrigo e sobrevivência, onde se construíam moradias mais simples e provisórias. Dada a oportunidade, os colonos poderiam construir edificações maiores e mais bem planejadas. Dessa forma, se desenvolveu uma arquitetura vernácula forjada em conhecimentos de seus locais de origem e adaptada de forma empírica às condições do meio em que estavam.

Ainda sobre a estruturação do lote rural, Weimer dissertou sobre a forma dos vilarejos alemães e a organização dos lotes dos imigrantes ao passo que se pode descrever como o imigrante estrutura as construções e dependências da propriedade (moradia, galinheiro, galpão etc.) e como são organizados os vilarejos na sua origem. Por outro lado, especialmente sobre as regiões urbanas de surgimento espontâneo, se uma estrada (linha ou picada) que ligava as propriedades tinha maior valor coletor, nela surgiriam edificações importantes, como igrejas, casas comerciais e de salões de lazer, e a partir delas se repartiriam as propriedades lindeiras para o desenvolvimento da urbanização. Dessa forma, ao contrário das propriedades (que permitiam uma organização quase que livre), as zonas urbanizadas não puderam tão idealmente seguir os tipos de formas de desenvolvimento mencionadas por Weimer (2005) devido à organização fundiária. Essa estrutura, conforme abordado, já era normalmente pré-determinada pelas entidades de colonização e pelo modo como costumeiramente se planejava o meio urbano no Brasil, com traçado ortogonal.

Ao longo do século XIX e XX, durante todo o desenvolvimento da arquitetura germânica no Rio Grande do Sul, as obras de caráter residencial, comercial e de uso coletivo (como sociedades e salões de baile) tenderam a dispor de estilos semelhantes, e a diferenciar-se mais destacadamente da arquitetura religiosa. Nos primeiros períodos, essas obras poderiam assumir características

de bases mais germânicas como em blocausse (Weimer, 2006) ou enxaimel (Figura 1: A) ou mais locais (Figura 1: B), com aspecto luso-brasileiro (Zittlau e Lima, 2023). O primeiro caso ocorre por aliar o conhecimento técnico (ou seja, do modo como se sabia fazer) aos recursos disponíveis da floresta tropical, ao qual não estavam habituados (Relly, 2024). Por outro lado, há também casos de aproximação a um estilo mais regional existente, como luso brasileiro, o que poderia indicar mais raros casos de tentativa de aproximação ao que se construía principalmente nos centros urbanos.

Figura 1: exemplares residenciais em enxaimel (A) e aproximação ao estilo luso-brasileiro (B) em Morro Reuter.



A B

Acervo Eduarda Zittlau, 2023.

Conforme o desenvolvimento e o crescimento do poder aquisitivo da população, as entidades de estudo, jogos, música e outros tipos de lazer coletivo típicos de seus locais de origem também passaram a marcar a paisagem como pontos de interesse social (Figura 2: C, Figura 11: A). Essas construções eram grandes salões que poderiam assumir características arquitetônicas marcantes, com determinadas particularidades que caracterizam uma arquitetura típica dessas comunidades (Figura 1, Figura 2 e Figura 11). Isso pode exprimir uma preferência de referências de sua terra de origem ao que já era construído em tom urbano eclético afrancesado (como os centros de Pelotas e Cachoeira do Sul).

Figura 2: exemplares residenciais (A e B) e salão de baile (C) em Rio Pardinho.



A B C

Acervo do autor, 2024.

A arquitetura não religiosa, portanto, era edificada em arquitetura enxaimel (mais característica dos primeiros períodos ou de determinadas regiões) ou remetendo ao ecletismo, com possível referência barroco urbano germânico (Figura 2: A e B). Esse padrão, ainda que variável, atravessou o final do século XIX até meados dos anos 1930, quando houve maior influência protomoderna.

Tanto o enxaimel quanto outros tipos de construção, como o padrão de casas em pedra avarandadas, comuns entre o Vale do Rio Pardo e a Quarta Colônia de Imigração Italiana sofreram adaptações ao meio, e são frutos de um ideal (como a arquitetura erudita) os conhecimentos dos construtores e a disponibilidade de materiais na região. É evidente que todas essas intenções estavam sujeitas à precariedade ou desenvolvimento da localidade e, portanto, aos modos de construção mais vernáculos ou eruditos. De modo geral, se observa a valorização das empenas com ornamentação, tanto em telhados retos quanto em telhados de água cortada (Weimer, 2005: *schopfwalmdach*) ou, em casos mais raros, mansardas. A utilização do sótão e a valorização da cobertura das edificações é observada em todas as regiões de povoamento germânico durante os períodos de prevalência do ecletismo, e se destaca dos centros urbanos de povoamento mais luso-brasileiro que valorizava ocultar o telhado por platibandas e outros recursos. Outras características interessantes desse período são menos exclusivas dessas comunidades, mas ainda significativas, como a pintura das paredes com ornamentações de motivos mais modernos ou florais e a utilização de varandas de perfil mais estreito.

Por fim, os edifícios ainda mais impactantes das comunidades germânicas costumam ser os templos, entre igrejas, capelas e catedrais. Essencialmente, o modo como essas edificações foram construídas implica em dizer que, bem como a arquitetura não religiosa, não houve tentativa de dar continuidade com a arquitetura religiosa típica já feita no Brasil. Por outro lado, é com a imigração germânica que foram edificadas as primeiras igrejas em estilo neogótico do país, difundidas pelo estado com a virada do século XIX para o XX e presentes, atualmente, em quase todo o estado. Também foram edificados outros estilos como o neobarroco (do barroco germânico, distinto do luso-brasileiro), os quais destacaram características como frontões convexos (Figura 3: A) e cúpulas de cebola (Figura 3: B), construções raras e que, em frequentes casos, foram substituídas por outras obras neogóticas ou modernas. Outros estilos recorrentes nas regiões de imigração germânica são o neorromânico, com destaques como o Templo Memorial luterano em Santa Cruz do Sul (Altermann, 2004), além do ecletismo e do protomodernismo característicos de períodos mais recentes.

Figura 3: A: antiga catedral católica de Novo Hamburgo (acervo Felipe Kuhn Braun, 2011). B: miniatura da antiga capela católica da comunidade de Pitingal, em Passa Sete. C: aspecto do templo luterano de São Leopoldo durante as restrições arquitetônicas do período Imperial

A  B  C 

Fonte: (acervo de Dreher, 2011)

Como na maior parte da Europa central, a presença de regiões de maioria católica ou protestante, ou mesmo a coexistência dessas duas correntes do cristianismo é parte da realidade cotidiana; e na imigração isso não foi diferente. Um dos fatores mais distintivos da imigração germânica foi o estabelecimento legal da primeira denominação religiosa evangélica no Brasil, a luterana (estando apenas atrás dos anglicanos, no âmbito protestante, através das capelanias portuárias) em pleno Brasil Império. Durante esse período, luteranos[2] tiveram autorização para estabelecer seus templos em certa liberdade religiosa, apesar de restrições legais de edificação (Figura 3: C) (Dreher, 2011) e frequentes impasses pela sociedade brasileira católica. A partir do estabelecimento da República, os luteranos puderam edificar seus templos sem restrições.

O neogótico no Rio Grande do Sul se diferencia entre as comunidades imigrantes por população, períodos, intuitos, valores e projetistas. No Vale do Rio dos Sinos e regiões a Norte da região metropolitana de Porto Alegre, onde se localizam as mais antigas colônias, se observam templos mais antigos desse movimento, como a Igreja Nossa Senhora da Conceição, em São Leopoldo, da década de 1860 (Posenato, 1983). As igrejas do século XIX são, de forma geral, templos mais simples e de arquitetura sóbria, com estilização se limitando à forma das janelas e pinturas murais. Exemplo desse fato é a igreja luterana Cristo, de Candelária (antiga Vila Germânia), com edificação do templo segundo as restrições do Império do Brasil desde 1870 e construção da torre iniciada imediatamente após a Proclamação da República. A partir da virada para o século XX, tanto templos católicos quanto luteranos passam a apresentar maior complexidade e verticalidade.

2 Opta-se pelo uso do termo *luterano* para referir-se, de forma unificada, às tradições arquitetônicas da IECLB e da IELB, em razão da amplitude e diversidade de sentidos que o termo *evangélico* assumiu no contexto religioso brasileiro contemporâneo. A adoção deste termo busca apenas delimitação analítica, sem qualquer desconsideração às especificidades doutrinárias ou identitárias das denominações.

A gama que o neogótico apresenta no Rio Grande do Sul também demonstra aspectos tanto inovadores e modernizados quanto mais tradicionais. Isso se deve ao fato de que, além do fluxo contínuo de imigrantes, muitos deles inclusive profissionais destinados às colônias germânicas já estabelecidas, as populações tinham educação em língua alemã e acesso a, por exemplo, livros contando história e a arquitetura de seus locais de origem. Isso colaborava no reforço da memória coletiva, mas também ao que havia de atualizado em termos de construção, arte e estilo de vida por décadas em sua nação de origem e referência que passou a sediar, por exemplo, a Bauhaus. Apesar da intencional destruição de muito da literatura em comunidades teuto-brasileiras a partir de medidas repressivas na Era Vargas (Mombach, 2012), muitas bibliotecas civis e paroquiais ainda dispõem desses livros em língua alemã.

Em um período em que tanto se valorizavam questões tradicionais de identidade quanto de progressismo, a arquitetura expressava, muitas vezes a mescla entre esses âmbitos. Quanto a obras de caráter mais ancestral do neogótico, pode-se afirmar que possuem tanto projetações mais originais quanto visando replicar obras de forma mais literal. A "igreja do relógio" (comunidade luterana Cristo, em São Leopoldo) é um exemplo de comunidade que demoliu seu antigo templo (edificado desde 1846 e quase sem aspecto de igreja segundo as normas Imperiais; (Figura 3: C), para dar lugar a uma nova igreja (Figura 4) cuja planta fora comprada da firma Zeissig, na Alemanha. Na verdade, a firma do arquiteto Julius Zeissig elaborou uma série de plantas e as vendia a comunidades protestantes, e essa mesma planta em questão já havia sido edificada em Kreinitz, na Alemanha. O templo fora finalizado e inaugurado a 15 de novembro de 1911, data escolhida por marcar a Proclamação da República e, portanto, a liberdade religiosa legal aos luteranos (Dreher, 2011). Todo o aspecto da igreja remete a vertentes mais clássicas do neogótico, e o templo chama atenção por sua torre (Figura 4: A) as suas tribunas internas (Figura 4: B), e o grande órgão que, como os sinos e outros elementos significativos, também fora importado da Alemanha.

Figura 4: exterior (A) e interior (B) da igreja de Cristo, em São Leopoldo.



Fonte: Acervo do autor, 2025.

Figura 5: fachada (A) e interior (B) da igreja matriz Sagrada Família de Nazareth, em Cerro Largo.



Acervo: Prefeitura Municipal de Cerro Largo, 2023.

Outro templo de caráter mais tradicional é a igreja católica matriz Sagrada Família de Nazareth, em Cerro Largo (Figura 5: A e B), inaugurada em 1921. Projetada por Gsaller, um arquiteto emigrado do Tirol austríaco (Prefeitura

Municipal de Cerro Largo, 2023), e edificada em característico modo (Brucher, 2000) que utiliza peças em pedra a vista para nervuras, contrafortes (Figura 5: A), colunas e elementos escultóricos em um templo na forma tradicional de três naves com clerestório (Figura 5: B). Esse sistema é até mimetizado em outros templos com revestimentos distintos das paredes, mas em raros casos é construído em verdadeira alvenaria de pedra.

O Vale do Rio Pardo foi palco do desenvolvimento de outra variante exponencial da arquitetura neogótica, caracterizada pela grandiosidade, leveza e costura entre o tradicional e o inovador. Esses templos são marcados pela planta do tipo *hallenkirche* ou igreja de salão (nas quais a nave central tem pouco mais da mesma altura das naves laterais, sem clerestório), torres octogonais e plantas com plasticidade e organicidade. Isso ocorre graças a Simão Gramlich, projetista de templos como as igrejas católicas de Sinimbu e Venâncio Aires, além da Catedral de Santa Cruz do Sul (Wink, 2006). Mesmo nas obas mais modernas, a clareza do estilo neogótico é inconfundível.

Figura 6: o projeto rejeitado para a igreja católica de Sinimbu (A) e o projeto escolhido (B).



Fonte: Cultura Sinimbu / Sinimbu Mais História; acesso em 2025.

Entre as obras mencionadas de Gramlich, o templo de Sinimbu (inaugurado em 1932) é composto por elementos relativamente mais tradicionais em comparação aos de Santa Cruz do Sul (edificado inteiramente

entre 1928 e 1977) e Venâncio Aires (concluído em 1956). Para Sinimbu, um templo paroquial de torre única, fora primeiramente rejeitado um projeto de características neorromânicas (Figura 6: A) para preferência de um neogótico (Figura 6: B) (Cultura Sinimbu 2025). Enquanto em Sinimbu se observam relevos de rendilhados em empenas e portais, os grandes templos de Santa Cruz do Sul (Figura 7: C) e Venâncio Aires, têm tanto ornamentação quanto plantas baixas com menos rigidez. Vale mencionar que, quanto as linhas exatas dos projetos, o projeto de Sinimbu teve total acompanhamento de Gramlich, ao passo que em Santa Cruz do Sul o projeto passou por simplificações projetuais por intenção da paróquia, além de troca de administração projetual. O templo de Venâncio Aires também passou por processos semelhantes.

Figura 7: fachada (A) e vista da nave (B) da Votivkirche (Viena) em 2024, e fachada (C) e vista da nave (D) da catedral São João Batista (Santa Cruz do Sul) em 2023.



Acervo do autor.

A tipologia de duas torres no neogótico é relativamente comum e observada pelo mundo todo, caracterizando marcos em cidades como Viena, com a Votivkirche (Figura 5: A e B) e Nova York, com a catedral de São Patrício. Mas ao passo que esses templos têm planta de três naves com clerestório central, Gramlich utiliza o conceito *hallenkirche* (Figura 5: D) para estruturar templos com elementos e formas, por vezes, relativamente orgânicas. Esse tipo de planta possibilita abrigar tantas pessoas quanto uma igreja com clerestório, sem ter de investir tanto em altura da nave. A respeito da catedral de Santa Cruz do Sul, dedicada a São João Batista, Ronaldo Wink (2006) faz extensa descrição tanto da edificação quanto dos processos de seleção do projeto a ser construído. Wink evidencia como, mesmo com contra-argumentos orçamentários e outras opções em estilos mais modernos ou classicistas, e outras referências também de cunho germânico, a comunidade ainda expressou preferência a um projeto neogótico.

Figura 8: interior (A) e exterior (B) da igreja matriz Sagrada Família em Arroio do Tigre.



A B

Acervo do autor, 2025.

Em Arroio do Tigre, a igreja matriz edificada na década de 1920 (Montagner, 2017) é um exemplar com planta de nave única (Figura 8: A), abóbodas de cruzaria e torre octogonal (Figura 8: B). Essa caracterização é recorrente nas proximidades do Vale do Rio Pardo, e pode também ser observada em templos como a Paróquia do Sagrado Coração de Jesus, em Rincão del Rey. O que mais chama atenção nesse templo em questão, além dos clássicos vitrais da firma Veit (Moreira, 2006) de Porto Alegre, são os trabalhos em madeira dos altares, púlpito e a Via Sacra bilíngue.

Figura 9: interior (A) e torre (B) da igreja da Ascensão em Novo Hamburgo.



Acervo Roger Rodrigues, 2025.

Exemplar diferenciado pelo aspecto é a igreja luterana da Ascensão, em Novo Hamburgo, cuja história se assemelha com a descrição de Wink (2006) sobre a comunidade de Santa Cruz do Sul. Apesar de já haver um projeto de caráter mais moderno de Theodor Wiederspahn datado de 1939, e das intenções do projetista em Siegfried Costa de edificar um templo em estilo mais atualizado, fora exigido pela comunidade que este projetasse um outro templo em estilo neogótico, ou buscariam outro profissional (Wachholz, 2001). O resultado, inaugurado em 1951, é uma igreja de aspecto externo rico em detalhes, com elementos distintos do que convencionalmente se observa no Rio Grande do Sul. Nesse templo alto e de nave única, a torre está situada nos fundos, ao lado do presbitério, e frontalidade do templo é demarcada por dois torreões acima da nave e o portal, mais abaixo e discreto. Uma análise volumétrica do templo pode eludir uma semelhança externa com a catedral de Santo Estêvão, em Viena. Por outro lado, seu interior é de teor mais minimalista e purista, relembra raramente aspectos do neogótico da escola dinamarquesa, como a igreja de Grundtvig (em Copenhagen) e Hallgrímskirkja (em Reykjavík).

Siegfried Costa também projetou a igreja luterana da Paz (Figura 10: A) em Taquara (Rádio Taquara, 2021); templo com torre octogonal com contrafortes separados, conectados por arcobotantes pequenos. Essa característica também é observada na igreja luterana São João, em Santa Rosa (Figura 10: B). Segundo Wachholz (2001), Siegfried residia no Noroeste antes de vir a Novo Hamburgo

para o projeto da Igreja da Ascensão e de projetar o templo do colégio Pastor Dohms em Porto Alegre. Essa capela de colégio, por sua vez tem arquitetura de cunho protomoderno alternando técnicas e outros recursos ao uso de ogivas, o que demonstra a intenção de populações germânicas por uma arquitetura moderna já se sobrepondo ao ideal neogótico. Outro exemplar importante desse período no estado é a igreja luterana de Maratá, este já com arquitetura arrojada, apesar de tipologia tradicional, sem sequer a presença de ogivas ou arcos, indicando direcionamento a uma arquitetura moderna.

Figura 10: aspecto frontal da igreja da Paz em Taquara e da igreja São João em Santa Rosa.



Fonte: Figura A (acervo Jauri Belmonte, 2024). Figura B (acervo Wikipedia, 2012)

Quanto à organização do traçado urbano em relação aos templos (algo frequentemente intrínseco no Brasil) há diversos tipos de casos. Primeiramente, com o estabelecimento de vilarejos ao longo de estradas de maior movimento, consequentemente as comunidades católica e luterana foram edificadas ao longo dessa via principal. Exemplos desse caso são Colinas, e Sinimbu - onde houve inclusive a transferência de local da comunidade luterana na ocasião da edificação da nova igreja para o centro da cidade (Tesche, 2021).

Com o aumento da malha urbana os casos podem se tornar mais variados, como de cidades em que o desenvolvimento ocorreu virtualmente por meio de "dois centros urbanos" pela aproximação das construções urbanas a esses centros religiosos, como em Santa Maria do Herval em relação à comunidade de Boa Vista do Herval. Arroio do Tigre é outro exemplo de cidade onde as comunidades luterana e católica se estabeleceram em locais distintos (uma em

cada lado de um vale) e as construções históricas se concentram particularmente próximas a esses templos ou na principal via conectora.

O mais recorrente, portanto, é a distribuição dos templos pela região central dos municípios, tendo a igreja católica frequentemente um privilégio cívico devido às condições e funções sociais que exercia durante o período imperial e mesmo no período republicano, como em Santa Cruz do Sul, Santa Rosa e São Leopoldo. Nesses casos, o templo católico costuma estar edificado próximo de edifícios administrativos e em frente aos espaços públicos enquanto o luterano está mais casualmente posicionado na malha urbana.

Casos curiosos são, como por exemplo, Taquara e Ijuí, onde ambas as igrejas estão posicionadas uma ante a outra através da mesma praça. Em vilarejos mais recentes, como Tamanduá, no município de Segredo, as igrejas tiveram planejamento para estarem edificadas uma a cada lado do salão comunitário, unificando seu uso pela comunidade.

Figura 11: antiga cooperativa em Rio Pardinho, atual CIEG (A), e aspecto lateral da igreja matriz de Sinimbu (B).

A 

B 

Acervo do autor.

Neste âmbito, se consolida a arquitetura mais marcante dessas comunidades desde o início da colonização até cerca dos anos 1960. Em suma, torna-se típico da paisagem de comunidades de imigração germânica no Rio Grande do Sul vilarejos com casas individuais no terreno, construções maiores como salões de baile, sociedades, casas de negócio e cooperativas (Figura 11: A), todas possivelmente em arquitetura mais tradicional, vernácula ou eclética, com empenas decoradas e telhados de água cortada. Essas comunidades são ainda marcadas drasticamente pela presença de geralmente duas torres no horizonte (Figura 12), uma do templo católico (Figura 11: B) e outra do templo luterano, provavelmente ambos edificados no estilo neogótico, com altas torres e íngremes telhados. Esse aspecto também dá destaque à paisagem germânica da região Sul e está presente inclusive em destinos turísticos como Gramado (Figura 13), configurando uma das características originais que destacam a cidade.

Figura 12: vista sobre Hamburgerberg (Hamburgo Velho) na década de 1940.



Acervo Fundação Scheffel.

Figura 13: centro de Gramado. À frente, a igreja católica e, ao fundo, a igreja luterana.



Acervo do autor, 2025.

2.3.1 – A arquitetura neogótica: simbolismo e identidade

A Europa central vivenciou no século XIX um cenário de frequentes evasões de populações germânicas para países da América que lhes ofereciam oportunidades direta ou indiretamente. Esses processos ocorreram por influência de diversos fatores como somando o aumento populacional às consequências da Revolução Industrial e outros tipos de crises políticas e econômicas que transcorriam as diversas pequenas nações que compunham os atuais territórios da Alemanha, Áustria e países vizinhos. Parte dessas crises foi influenciada pelos riscos e dominações surgidos das guerras napoleônicas, e essa instabilidade fomentou os movimentos relacionados à unificação estatal e à criação de um estado e um senso de identidade alemã. Esse processo era apenas uma camada sobre a complexidade do território germanófono e arredores, que ainda era dividido por outros fatores administrativos, religiosos e culturais.

Nesse contexto de incertezas, surge uma busca nos campos culturais para estabelecer parâmetros em comum sobre as regiões que pudessem fomentar os discursos unificadores tanto da cultura quanto da política. Devido ao alto interesse da Prússia (estado protestante) nesse processo, as regiões ao Norte da Alemanha e ao longo do Reno foram de grande influência para a difusão dessas ideias. Dadas as vertentes do romantismo e revivalismo nos campos das artes, foi inevitável que a arquitetura gótica (presente em toda a Europa central desde a Idade Média, utilizada tanto por católicos quanto por luteranos, e frequentemente tida como símbolo de cidades e estados), fosse usada como uma peça-chave no simbolismo da identidade cultural. Nesse período, vários autores afirmavam a autenticidade do gótico como uma arte intrinsecamente alemã, apesar de essa afirmação contrariar a própria cronologia dos fatos que aponta o nascimento desse estilo na França e a construção de templos como a própria catedral de colônia como intrinsecamente relacionado a este país (Germann, 1974). Mesmo assim, defendia-se máximas como "A catedral de colônia é um edifício tipicamente alemão, um monumento nacional no sentido mais amplo do termo e talvez a cosia mais esplêndida que o passado nos legou" (tradução do autor da citação de August Reichensperger, 1840, citado em Germann, 1974). Dessa forma, até mesmo autores como Goethe (1773) sustentaram teses sobre a arquitetura gótica como algo intrínseco, positivo e original do povo da Alemanha. Mesmo com afirmações de cunho duvidoso, contestadas por acadêmicos, essa discussão influenciou modos de ver a arquitetura gótica tanto nas nações germânicas quanto fora delas (Germann, 1974) valorizando particularidades como a própria grandeza dos templos (Fletcher, 1905).

Com a ascensão desses movimentos, já década de 1840, em pleno contexto de evasão de imigrantes para o Brasil, foi retomada com forte apoio financeiro

do estado prussiano a ousada finalização da catedral de Colônia, o maior templo gótico da Europa, interrompida desde o século XVI. Nessa época, em pleno desenvolvimento das arquiteturas revivalistas pela Europa, o neogótico já aliava recursos mais avançados a oportunidades desse tipo, inclusive improvisações sem comprovação de que determinadas partes do templo assim seriam originalmente (Germann, 1974). Desse modo, até o final do século XIX a catedral já estaria concluída e durante esse período já teria inspirado a construção de novas igrejas neogóticas através dos territórios germanófonos na Europa – e fora dela.

A Prússia, ao financiar e entregar um templo finalizado simbolizador da cultura católica de Colônia à população, incentivava na verdade sobre todo o povo alemão uma intenção apaziguadora com o catolicismo. Na verdade, a superação da divisão religiosa era importantíssima para os processos de unificação ao passo que a própria Áustria, nação católica relacionada principalmente de forma cultural com os estados a Sul da atual Alemanha, tinha instituída preferência por estilos arquitetônicos de base classicista. Com o avançar das mudanças culturais unificadoras germânicas, até mesmo o estado austríaco, mesmo sem participar da unificação sob Bismark em 1871, edificou fortes ícones de sua arquitetura nacional no estilo neogótico até o final deste mesmo século, como a igreja votiva e a própria prefeitura de Viena. Os casos de Viena e Colônia são apenas exemplos entre muitos do retorno da valorização da estética de base gótica medieval, muitas vezes sendo uma versão idealizada, desse período. Vale mencionar que o revivalismo aconteceu em mais países, de diferentes modos, e que também se direcionou a outros estilos.

Enquanto o neogótico entraria em outras regiões do Brasil por esforços de elites e da própria monarquia com intenções de "modernização" muito relacionada a tendências da França (Veermesch, 2017; Dias, 2013) somente a partir da década de 1870, ele já era utilizado na construção de templos provisórios e mesmo definitivos no Rio Grande do Sul (Rabuske, 1978). Na verdade, muito antes dos templos definitivos que observamos hoje, os imigrantes já cinzelavam lápides com traços neogóticos pelas colônias interioranas no estado.

Dessa forma, evidencia-se um dos fatores que ressaltam a importância da arquitetura neogótica para as populações germânicas no Rio Grande do Sul. Ao desenvolverem cidades inteiras com estilos arquitetônicos remetendo à sua origem, com imprensa, indústria, polos educacionais e culturais com base na língua alemã, essas populações também marcavam a paisagem com as altas torres neogóticas, preferindo-as muitas vezes mesmo sob influências dos processos de modernização da arquitetura ocorrendo em todo o mundo.

2.4 FATORES POSTERIORES: MERCADO, DESENVOLVIMENTO E POLÍTICA

Com o desenvolvimento das comunidades e o fortalecimento da economia, aumentou sobre elas a influência do mercado e, consequentemente, da política. As indústrias em comunidades germânicas se desenvolveram nos mais variados nichos, abrangendo desde fábricas de chocolate a fábricas de roupa, desde órgãos de tubo até maquinário de moinhos, de ervateiras a olarias, de cigarros até marcas de sapato consolidadas até hoje no mercado Brasil afora. Outro fator determinante foi o estabelecimento de cooperativas rurais (Figura 11: A) e financeiras, algumas com grande influência sobre a economia de localidades, outras com influência no capital nacional.

Essas instituições consequentemente marcaram a paisagem de comunidades germânicas no Rio Grande do Sul, com o surgimento de uma arquitetura industrial principalmente próxima de grandes centros urbanos, mas não exclusiva deles. Muito da indústria surgida destes movimentos permaneceu com sedes e fabricas em suas cidades de origem, ocasionando a distribuição do desenvolvimento ao longo de diferentes comunidades.

Quanto às propriedades rurais, a economia, principalmente regional, pode reger o que se cultiva e, portanto, as construções no meio rural. Por exemplo, cidades em torno do vale do Rio Pardo são influenciadas pelas grandes indústrias tabagistas concentradas por Santa Cruz do Sul, que por sua vez demandam a construção de fornos de estufa para secagem do fumo. Hoje presentes na paisagem de variados tipos a depender de quando foram construídos, esses fornos são geralmente construções altas em tijolo a vista e com telhados de duas águas. Outras regiões são mais influenciadas por diferentes cultivos ou práticas em comum, o que também particulariza a paisagem entre regiões. Mesmo com a ocasional troca de cultivo, muitas propriedades mantiveram os antigos fornos que hoje muito caracterizam a região, destinando-lhes novos usos.

Sobre as indústrias e cooperativas mencionadas, ao avançar sobre um mercado cada vez mais complexo até os dias de hoje, muitas não sobreviveram. É comum observar na paisagem dessas comunidades edifícios reutilizados e ruínas dessas edificações, que são marcos do pioneirismo. Por outro lado, muitas dessas instituições prosperaram e hoje suas sedes são marcos na paisagem de diferentes cidades.

Apesar de todo o valor histórico, todos os pontos formadores e que descrevem a diversidade da produção arquitetônica dessas comunidades, ainda há riscos de perda desse patrimônio. A mentalidade progressista desmedida, a desvalorização do patrimônio edificado e a falta de conhecimento especializado fizeram e fazem até hoje com que muitas cidades percam seus símbolos religiosos e cívicos, e as substituições são frequentemente edificações sem valor arquitetônico.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As comunidades germânicas tiveram papel central na conformação da paisagem cultural do Rio Grande do Sul, seja nas regiões de vales, planaltos ou serras. Através do manejo do território, da organização das propriedades e da introdução de práticas culturais e arquitetônicas, essas populações deixaram marcas evidentes no ambiente construído e na identidade dos municípios. A arquitetura religiosa neogótica, adotada por católicos e luteranos, se destaca como símbolo visual e identitário, traduzindo os anseios por pertencimento, memória e projeção de uma cultura que, embora transplantada, buscava se afirmar no novo território. Esses marcos simbólicos seguem influenciando essas regiões até hoje, com alusões devido ao caráter arquitetônico e simbólico popular (Figura 14).

Figura 14: Exemplos alusões à fachada da catedral São João Batista na logomarca da Diocese de Santa Cruz do Sul (A), e da cervejaria HBier e do evento Gauten Summit, localizados no mesmo município.



A B C

Fontes extraídas em 2024: mitrascs.com.br (A), cervejasartesanaisdobrasil.blogspot.com (B) e sindilojas-scs.com.br (C).

No entanto, vale lembrar que esse patrimônio, mesmo quando valorizado, enfrenta riscos constantes. A perda de conhecimento especializado, intervenções inadequadas e a falta de valorização efetiva colocam em perigo a integridade dos bens culturais, muitos dos quais são fundamentais para entender os processos históricos e culturais que moldaram a região. O caso da igreja matriz de Sobradinho é um desses exemplos recentes, onde a "revitalização" feita em 2023 apagou as pinturas de vinhas que ornavam as pilastras do templo. Por isso, torna-se urgente e imprescindível que haja ações sistemáticas de preservação, com acompanhamento técnico especializado, para que esse legado não se perca definitivamente.

BIBLIOGRAFIA

ALTERMANN, Felipe. **Templo Memorial:** restauração e reconstrução = Gedächtniskirche: Restauration und teilweiser Wiederaufbau. Santa Cruz do Sul; Porto Alegre: 2004.

BRUCHER, Günther. Die Gotik in Österreich. *In*: BRUCHER, Günther. **Geschichte der bildenden Kunst in Österreich, 6 Bde., Bd.2, Gotik**. Österreichische Akademie der Wissenschaften. München: Prestel Verlag, 2000.

CONCEIÇÃO, Lisane Regina Vidal. **Marcas espaciais do tempo histórico:** as rugosidades da paisagem rural de Cachoeira do Sul/RS. Santa Maria: UFSM (tese de doutorado), 2018. Disponível em: >https://repositorio.ufsm.br/handle/1/15562<.

DIAS, Pollyanna D´Avila Gonçalves Dias. O século XIX e o neogótico na arquitetura brasileira: um estudo de caracterização. **Revista de Arte Ohun**, Salvador, BA, ano 4, n. 4, p.100-115, dez. 2008. ISSN 1807-595479.

DREHER, Martin N. (org). **Igreja de Cristo:** um templo centenário. São Leopoldo: Oikos, 2011.

FLETCHER, Sir Bannister. **A History of Architecture on the Comparative Method:** for the student, craftsman and amateur (Fifth Edition). Londres: B.T. Batsford, 1905.

GERMANN, Georg. **Neugotik:** Geschichte ihrer Architekturtheorie. Stuttgart: Deutsche Verlags-Anstalt, 1974.

GOETHE, Johann Wolfgang. **Von deutscher Baukunst** [1773]. Rudolstadt: Hain Verlag, 1997.

Igreja Matriz Sagrada Família de Nazareth. Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo. **Prefeitura Municipal de Cerro Largo**, 2023. Disponível em: <https://cerrolargo.rs.gov.br/site/pontos-turisticos/pontos-turisticos/42-a-igreja-matriz-sagrada-familia-de-nazareth#:~:text=A%20Igreja%20Matriz%20de%20Cerro,de%20recursos%20t%C3%A9cnicos%20e%20art%C3%ADsticos.>. Acesso em maio de 2025.

Igreja Nossa Senhora da Glória. | Cultura Sinimbu. **Sinimbu Mais História [Cultura Sinimbu]**. Disponível em: https://cultura.sinimbu.rs.gov.br/PortfolioItem/191462/igreja-nossa-senhora-da-gloria. Acesso em junho de 2025.

MACEDO, Francisco Riopardense de. Arquitetura luso-brasileira. *In*: BERTUSSI, Paulo Iroquez. **A arquitetura no Rio Grande do Sul.** Série Documenta, 15. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

MOMBACH, Clarissa. O governo Vargas e suas implicações na produção literária teuto brasileira. **Revista Eletrônica Literatura e Autoritarismo** – Dossiê nº 10, Setembro de 2012 – ISSN 1679-849X.

MONTAGNER, Clara Luiza. **Paróquia Sagrada Família: Arroio do Tigre – RS 1917-2017:** 100 anos de fé, cultura e trabalho. Porto Alegre: Evangraf, 2017.

MOREIRA, Altair. **Anexo I: A Morte e o Além:** iconografia da pintura mural religsa da região central do Rio Grande do Sul (século XX). Tese de doutorado em Teoria, História e Crítica da Arte. Porto Alegre: LUME/UFRGS, 2006.

NUMMER, Andréa Valli. **Parâmetros Geológicos-Geotécnicos controladores dos Movimentos de Massa na Rota do Sol/RS 486 – Itati, RS**. 241p. Tese (Doutorado em Engenharia Civil), Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: PPGEC/UFRGS, 2003.

POSENATO, Júlio. **Assim vivem os italianos**: arquitetura da imigração italiana no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EST/EDUCS, 1983.

RABUSKE, Arthur S. J. **A secular matriz de São Leopoldo, RS**. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, 1978.

TESCHE, Otto. **Fé e arquitetura:** uma nova igreja em meio à Guerra Mundial. GAZ – Notícias de Santa Cruz do Sul e Região, 2021. Disponível em: <https://www.gaz.com.br/fe-e-arquitetura-uma-nova-igreja-em-meio-a-guerra-mundial/>. Acesso em: mar. 2025.

VERMEERSCH, Paula Ferreira. Aspectos ornamentais de igrejas católicas neogóticas brasileiras (c.1860-c.1960). **1920**, Rio de Janeiro, v. XII, n. 1, jan./jun. 2017. https://doi.org/10.52913/19e20.xii1.06

WACHHOLZ, Wilhelm. **Uma Igreja Diferente - 1951-2001:** o cinquentenário do templo da ascensão. 1. ed. São Leopoldo: Con-Texto Gráfica Editora, 2001.

WEIMER, Günter. **Arquitetura popular da imigração alemã**. 2ª edição. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

ZITTLAU, Maria Eduarda Schwendler, LIMA, Raquel Rodriques. **Reutersberg:** Identidade cultural e valorização do patrimônio da arquitetura vernácula da imigração alemã, Morro Reuter/RS. Belo Horizonte: Anais do 6º Colóquio Ibero-Americano: Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto - de 11 a 15/09/2023.



A MARCA DA ARQUITETURA DA IMIGRAÇÃO ALEMÃ

André Huyer[1]

Figura 1: Selo postal brasileiro homenageando a imigração alemã, no ano de seu sesquicentenário (1974), ilustrado com uma edificação em enxaimel.



Fonte: Acervo do autor.

INTRODUÇÃO

As migrações oferecem múltiplas oportunidades de estudos e análises quanto a suas causas e consequências, seus legados. Enfoques que também vão se alterando ao longo dos tempos, de construtores de um novo país, a questionamentos do papel no abafamento

1 Arquiteto e urbanista, graduado pela UFRGS, mestre e doutor em Planejamento Urbano e Regional pela mesma instituição. Pesquisador em planejamento urbano, patrimônio cultural e história urbana, associado ao Instituto Histórico de São Leopoldo (IHSL). E-mail: andre@huyer.arq.br.

de culturas precedentes. De qualquer maneira, uma vez consolidada uma corrente migratória, ela é objeto de enaltecimento de suas contribuições à cultura nacional. Então temos apologia ao trabalho, a religiosidade, a culinária, o ensino, a manifestações culturais como danças e festejos. É lógico que com a imigração dos povos de fala alemã não poderia ter sido diferente. Mesmo porque quantitativamente foi uma imigração expressiva, especialmente nos estados sulinos do Brasil.

Figura 2: Típica casa em enxaimel. Arroio da Bica, Nova Hartz/RS



Fonte: Acervo do autor.

Dentre vários aspectos relevantes desta imigração, a arquitetura por ela influenciada é muito significativa. Como veremos, não é que tenha introduzido um estilo ou conceito arquitetônico imperioso no nosso meio, mas deu contribuições distintas. É possível dizer que a arquitetura de sua influência talvez seja a mais distinta dentre as várias correntes migratórias que aqui aportaram (excetuando-se a portuguesa, por óbvio). Se questionarmos com qual "tipo" de

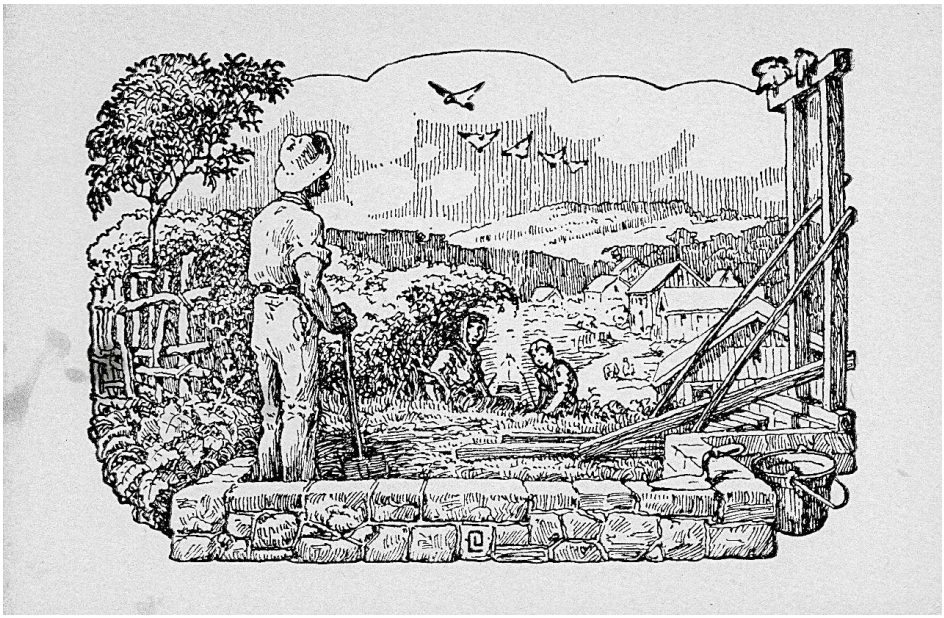
arquitetura pode ser associada a imigração alemã, a primeira resposta será o enxaimel (ver Figura 2). Já para outras correntes, haveria um tipo de arquitetura representativa? Talvez até certo ponto, mas não tão exclusiva.

Interessante verificar que algumas heranças da imigração se perpetuam nos nossos usos habituais, como na culinária, onde temos as cucas, por exemplo. Em festividades temos essa interpretação de Oktoberfest. Considerados já bens culturais imateriais de nossa cultura, persistem entre nós. Já na arquitetura, as edificações em enxaimel há muito deixaram de ser construídas. Mas, permanecem como símbolo dessa imigração. Basta pesquisar nas referências empregadas para associar algo à imigração alemã e teremos ou a bandeira da Alemanha, ou alguma construção em enxaimel (ver Figura 1), ou um arremedo de enxaimel.

A ARQUITETURA COM A TÉCNICA DO ENXAIMEL

Recapitulando o que já foi extensamente examinado na bibliografia, o que é enxaimel? É uma técnica construtiva (não é um estilo), na qual a estrutura da edificação é de madeira, que geralmente fica aparente externamente. As vigas e pilares que sustentam o prédio formam uma armação, visível, pois não é revestida de reboco como o restante das paredes (isso nos casos em que há revestimento, pois muitas vezes as paredes são de tijolo a vista, sem qualquer revestimento externo (ver figura 6). Esta maneira de construir não é exclusiva dos povos de fala germânica, uma vez que é uma solução pertinente da disponibilidade de matéria prima, da mão de obra, etc. Logo, também outras culturas a empregavam. Mesmo edificações de influência lusa também aportaram essa técnica, aqui mesmo no sul do Brasil, ou mesmo em Porto Alegre. Mas há uma característica que distingue o enxaimel "germânico" dos demais, que é de aspecto bastante marcante: peças aparentes de madeira oblíquas. Sim, ao invés de serem vigas (horizontais) ou pilares (verticais), algumas peças estruturais são dispostas de maneira "enviesada". E não o fazem assim por questão estética, mas para uma função estrutural muito importante: evitar a torção na estrutura da edificação. Nas construções em enxaimel, o prédio independe das paredes de alvenaria de tijolos (ou de barro, ou de pau-a-pique, etc.). O conjunto de vigas e pilares de madeira é autossustentável. Se os materiais de enchimento das paredes, geralmente tijolos de barros, forem retirados, a casa permanecerá de pé. Os pilares não são fixados no terreno. Eles e suas vigas inferiores (quando presentes) descansam sobre um alicerce de pedra. Pode-se dizer que a estrutura de enxaimel fica solta sobre o terreno (sobre o alicerce) (ver Figuras 3, 4 e 5).

Figura 3: Ilustração de José Lutzenberger (Álbum "O Colono no Rio Grande do Sul"), que exibe o muro de pedras formando um alicerce, sobre o qual é assentada a estrutura de madeira da futura edificação.



Fonte: Acervo do autor.

Não sendo rígida através de uma fixação no terreno, essa estrutura é "maleável", no sentido de que os pilares podem ser torcidos, deitarem-se, se houver esforço horizontal sobre eles, assim deslocando as vigas superiores consigo. Qual a solução para dar rigidez à estrutura? Colocar peças oblíquas entre a viga do piso (cinta de amarração) e a viga da cobertura. O equivalente a formar um triângulo, peça que não se deforma, ao contrário de um quadrado, que vai se deformar se sofrer esforços e não tiver contraventamento (ver Figuras 2, 5, 6 e 10).

Figura 4: Casa construída em enxaimel, pode ser observado que a viga de madeira inferior (cinta de amarração) está solta sobre um alicerce de pedras. Casa em Itati/RS.



Fonte: Acervo do autor.

Desta maneira simples, colocando uma peça de madeira oblíqua, foi solucionado um problema estrutural incômodo. Essas peças oblíquas poderiam ser instaladas em qualquer ponto das paredes, mas geralmente o foram junto às extremidades dos prédios. Ressalve-se que nem todas as construções em enxaimel possuem esse contraventamento (Figuras 1 e 4).

Ainda quanto à técnica construtiva, vale salientar que o construtor desses prédios não tinha acesso a ferragens com a facilidade de que se tem hoje. Na carência de pregos e parafusos, eram empregados tarugos de madeira para conectar as peças estruturais entre si (ver Figura 6). Este elemento da construção demonstra que seus artífices eram exímios marceneiros, vide a precisão exigida para sucesso dos encaixes.

Figura 5: Edificação que apresenta as peças oblíquas junto às extremidades, com a função de contraventamento da estrutura, para manter a rigidez. Casa em Arroio da Bica, Nova Hartz/RS.



Fonte: Acervo do autor.
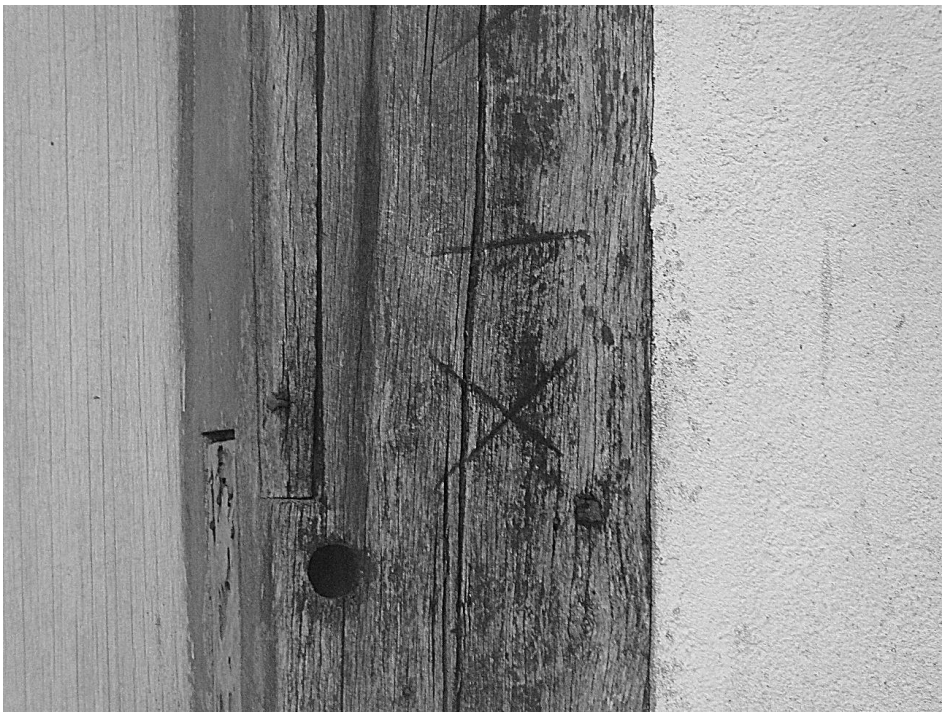
Figura 6: Tarugos de madeira sob a peça oblíqua de contravento e sob um pilar. Casa Vidal, Taquara/RS.



Fonte: Acervo do autor.

Vale explanar ainda um pouco mais sobre esse processo construtivo. Pode-se dizer que a técnica do enxaimel seria equivalente a uma construção pré-fabricada. Voltemos ao tempo desses imigrantes e seus primeiros descendentes. Estamos nas picadas rurais, longe dos centros urbanos. Ao decidir fazer um prédio, o construtor escolhia as árvores no meio da mata, as derrubava e beneficiava no próprio local onde elas estavam. Como carregar troncos onde nem estrada havia? Melhor carregar pequenas vigas e pilares já serrados. As peças iam sendo beneficiadas já cada uma para seu futuro local no conjunto da estrutura. Para fazer a identificação de cada peça e local, recebiam números (em algarismos romanos) esculpidos nas suas extremidades. Números esses geralmente visíveis até hoje (ver Figura 7). Transportadas as peças de madeira até o local da obra, era então montada a estrutura do prédio, formando uma "grade", com o aspecto já descrito: pilares emoldurando as futuras portas e janelas e nas extremidades (cantos) das paredes, e as peças oblíquas de contraventamento, coroados por vigas que uniam todas as peças.

Figura 7: Numeração aplicada no pilar para identificar sua posição na montagem da edificação. Casa em Itati/RS. Também podem ser observadas as perfurações dos tarugos.



Fonte: Acervo do autor.

Após a montagem dessa estrutura de madeira é que então os vãos das paredes eram preenchidos com tijolos, ou outros materiais disponíveis. É importante ter conhecimento do que é uma estrutura enxaimel verdadeira, para não confundir com arremedos que são confeccionados contemporaneamente. Seguindo nas construções originais, eram cobertas com um telhado bastante inclinado, para dar bom fluxo de escorrimento à chuva, pois as telhas eram plaquetas planas de madeira. Afinal, olarias de telhas cerâmicas eram distantes e raras para o colono. Devido a baixa durabilidade das telhas de madeira, assim que possível elas passaram a ser substituídas por outros materiais, quando disponíveis a acessíveis, como enfim as telhas de barro ou as telhas metálicas zincadas, hoje encontradas em abundância nos exemplares remanescentes.

É fácil de constatar uma preocupação estética nos prédios em enxaimel. Verifica-se um capricho em modular os pilares (peças verticais) em afastamentos regulares e simétricos entre si (não é uma necessidade estrutural). Somado ao bom aproveitamento e utilização dos recursos naturais disponíveis, os pilares também tinham a função de serem as molduras (marcos) para instalação de portas e janelas. O resultado é que as construções em enxaimel, prédios singelos, têm um apelo estético acentuado, resultado de sua coerência, de sua "limpeza" (ver Figuras 1, 2, 5 10). Veja-se que o construtor desses prédios, sem diploma universitário, tinha uma preocupação estética que muitas vezes não se observa hoje nas obras de profissionais com "estudo".

NEM SÓ EM ENXAIMEL O IMIGRANTE ALEMÃO CONSTRUIU

A arquitetura em enxaimel não foi o primeiro método construtivo que os imigrantes utilizaram no Brasil, nem o único. Ao serem deslocados para os seus quinhões de terra, nada lá havia, além de mato. Suas primeiras habitações foram abrigos muito espartanos, erigidos com paus, amarrados com cipós, cobertos com folhas de palmeiras, piso de chão batido. Levava algum tempo até que o colono tivesse condições de construir sua casa em enxaimel. Para uma casa ser construída empregando a técnica de enxaimel, não se tratava de autoconstrução. É evidente a necessidade de conhecimentos de marcenaria, com suas implicações (geometria, etc.). Sabe-se que na prática as construções eram uma atividade coletiva, mutirão, especialmente os prédios comunitários – igrejas, escolas, etc.

Figura 8: Clássica foto que exibe uma família de imigrantes se instalando em sua gleba, com uma precária cabana servindo de moradia.



Fonte: Acervo do autor.

Por outro lado, enxaimel não foi a única técnica construtiva a ser desenvolvida pelos imigrantes germânicos e seus descendentes. Se as edificações em enxaimel são consideradas a arquitetura popular da imigração, a arquitetura dita erudita se firmou com construções em alvenaria e concreto armado, predominantemente no estilo eclético. Esse apogeu da arquitetura erudita pode ser exemplificado na obra do arquiteto Theo Wiederspahn, com dois prédios na Praça da Alfândega, em Porto Alegre: a antiga Delegacia Fiscal – Atual Museu de Arte do Rio Grande do Sul – e o prédio dos Correios – atual Memorial do Rio Grande do Sul (ver Figura 9). Na realidade, a arquitetura "erudita" disseminada na capital gaúcha e grandes cidades de imigração germânica foi muito ampla, através de igrejas,

seminários, prédios públicos, mansões, estabelecimentos bancários e muito mais. Contou com vários nomes que se tornaram importantes na sociedade. Contou com a participação de imigrantes diretos e com seus descendentes.

Figura 9: À esquerda o prédio da Delegacia Fiscal (atual Museu de Arte do Rio Grande do Sul – MARGS) ao centro o antigo prédio dos Correios e Telégrafos (atual Memorial do Rio Grande do Sul), na Praça da Alfândega, em Porto Alegre, exemplos de arquitetura erudita da imigração alemã. Obras do arquiteto Theo Wiederspahn.



Fonte: Acervo do autor.

A diferenciação entre arquitetura popular e arquitetura erudita seria que a primeira é realizada sem a participação de profissionais formados em nível superior, enquanto a segunda o é com arquitetos e engenheiros diplomados.

LEGADO

As edificações construídas empregando a técnica do enxaimel vieram a se constituir em uma marca da imigração européia de fala alemã no Brasil. Hoje a imagem da construção em enxaimel é empregada para simbolizar a descendência alemã (além de outros elementos, como as cores da atual bandeira alemã, o falar em alemão e seus dialetos, etc.).

Mas pairam algumas ameaças a esse legado. A sistemática perda dos exemplares remanescentes desta tipologia construtiva é o maior deles. Como qualquer edificação, os prédios em enxaimel exigem manutenção, o que

não é uma marca forte do brasileiro – fato já registrado a mais de cem anos por visitantes estrangeiros. Se os próprios descendentes dos construtores e moradores destes prédios não estão atentos a manutenção, é uma demonstração de que já assumiram muitas características da cultura brasileira e passam a abandonar outras das suas origens de além mar. A manutenção de prédios antigos, geralmente centenários, apresenta seus próprios desafios. Mas nada de excepcional. Geralmente não permitir que chova dentro das casas é a iniciativa de conservação mais importante – e mais barata. A umidade é das maiores inimigas das edificações, sejam de enxaimel ou de técnicas contemporâneas. Portanto, os telhados merecem toda a atenção. Telhas envelhecem. As estruturas de madeira dos telhados igualmente podem necessitar reparos. Calhas – que não eram originais nestas edificações – podem degradar os prédios quando permanecem entupidas de folhas ou apodrecidas e então jorram água concentrada em pontos frágeis. Outra causa de degradação destas casas podem ser árvores ou arbustos muito próximos delas. Vegetação concentra umidade, que destrói a madeira do enxaimel e decompõe os enchimentos das paredes, que não empregavam cimento. Árvores também danificam as fundações das edificações, quando suas raízes deslocam as pedras dos alicerces. E suas folhas obstruem o escoamento das águas nos telhados, além de galhos caírem e quebrarem telhas. A vegetação é muito importante e desejável, mas deve estar a uma distância segura dos prédios. Portanto, conservar um prédio antigo não é nada misterioso nem dispendioso, bastam cuidados básicos, rotineiros. Porém, se esses cuidados não forem tomados, a degradação toma conta e se acelera, transformando-se em uma espiral de problemas, então cada vez mais complexos e custosos. Como se diz em preservação do patrimônio cultural: a primeira ação, e a mais barata, é não deixar o bem dedragar.

É muito alegado em detrimento da preservação de prédios antigos que seria uma operação muito cara. Mas ela só chega nesse patamar, de ser cara, quando é negligenciada por muito tempo. Os prédios que recebem manutenção regular – sejam novos ou antigos – não vão necessitar de obras dispendiosas para permanecerem úteis. Se receberem o status de patrimônio histórico e cultural, tombados ou inventariados, os municípios podem disponibilizar legislações que facilitem subsídio dos custos de manutenção (leis de incentivo a cultura, venda de índices construtivos através da outorga onerosa do direito de construir, etc.). Quando a legislação é adequada preservar um prédio antigo pode vir a ser um negócio muito atraente, mas isso depende de que cada município providencie sua própria legislação, adequada a sua situação e ao seu acervo de prédios históricos, bem como que o planejamento urbano local abrace essa causa. Existem muitas legislações urbanas (planos diretores) que inviabilizam a preservação de prédios antigos.

A preservação do nosso patrimônio cultural também necessita que haja ações de educação ambiental e patrimonial, para que a população perceba a importância desses bens e do que eles têm a ver com sua própria história. É dito que um fator contrário a preservação de casas em enxaimel seria o fato de descendentes de imigrantes associarem esses prédios a períodos de pobreza. Basta comparar a figura 8 com a 2 para desconstruir esse equívoco. Na realidade, quando um colono construía sua casa em enxaimel ele já havia superado os dias de penúria. Nossa sociedade apresenta esse paradoxo, de coletivamente orgulhar-se das construções em enxaimel, mas individualmente não apresentar maior interesse na sua preservação quando é de sua propriedade particular. É considerada tarefa "dos outros".

Examinando as fotos e descrições anteriores deste texto qualquer pessoa saberá identificar um prédio erigido em enxaimel. Não é uma tarefa que exija a participação de especialistas. Enxaimel é muito evidente: estrutura de madeira maciça, enchimento das paredes com alvenaria, rebocada ou não. Se não for assim, não é enxaimel. Mas temos uma avalanche de outros prédios que querem ser enxaimel, mas não são. São os falsos históricos, os arremedos, que nem imitações são. Prédios construídos em técnicas e materiais absolutamente contemporâneos, que tentam dar um aspecto de terem sido construídos pelos imigrantes e seus primeiros descendentes. O ciclo do enxaimel no Brasil se encerrou há um século, logo não faria sentido ele ser empregado nos dias atuais. Ainda que os prédios novos quisessem fazer uma alegoria ao enxaimel original, mas nem isso ocorre. Prédios novos que imitam estruturas de madeira inexistentes, através de saliências no reboco, pintadas em marrom.

E qual é o problema disso? É que concorre contra os prédios de enxaimel originais. Causa a desvalorização dos antigos, devido ao exagero nos adornos de imitação. São anti-didáticos para as novas gerações, confundindo-as quanto ao que os imigrantes e descendentes realmente fizeram. Por consequência, dificultam o esforço de preservação do pouco que ainda resta de prédios históricos. Os prédios que imitam enxaimel geralmente são assim construídos visando finalidades de marketing ou turismo. Aí está o positivo desafio para os arquitetos encarregados destas demandas, de criarem prédios que homenageiem as obras dos pioneiros imigrantes e suas primeiras gerações no Brasil, sem imitá-los nem os ofuscar.

Enfim, somos premiados no Brasil com essa arquitetura diferenciada – o enxaimel elaborado pelos imigrantes é diferente do enxaimel praticado na Europa. Temos um enxaimel que caracteriza essa corrente imigratória, que demonstra como obras singelas podem ser de extrema coerência e beleza,

representam a engenhosidade e adaptação de pioneiros frente a escassez de recursos materiais e econômicos. De como uma arquitetura espontânea e intuitiva se tornou o símbolo de uma população. Enfim, um patrimônio cultural brasileiro, ainda por ser melhor conhecido e entendido pela população, e a ser melhor preservado.

Figura 10: Outro selo postal brasileiro, emitido em 1975, homenageando alguns estados brasileiros através de suas arquiteturas. No caso de Santa Catarina foi escolhido um prédio em enxaimel para a representação.



Fonte: Acervo do autor.

REFERÊNCIAS

ELY, Nilza Huyer. **Vale do Três Forquilhas:** Veredas, vidas e costumes. Porto Alegre: EST. 1999.

HUYER, André.**Joias de Arquitetura Falsas**. Revista de Imóveis, Porto Alegre, p. 16, 29 jul. 1988.

HUYER, André. Os prédios em falso enxaimel e seus efeitos nefastos para a cultura. *In*: Isabel Cristina Arendt, Jorge Luiz da Cunha e Rodrigo Luis dos Santos (Org.). **Migrações:** perspectivas e avanços teórico-metodológicos. São Leopoldo: Editora Oikos, 2019, p. 306-321. http://oikoseditora.com.br/obra/index/id/954.

HUYER, André e WEIMER, Günter. A arquitetura que simboliza a imigração alemã. *In*: Martin N. Dreher e ErnyMügge (Org.). **Colônia Alemã de São Leopoldo anos de história (1824-2024) – Um almanaque.** São Leopoldo: Oikos, 2024.

HUYER, André. Arquitetura popular da imigração alemã e sua influência no Brasil. *In*: Jorge Luiz da Cunha, Miquéias Henrique Mügge e Cristina Seibert Schneider (Org.). **1824-2024 Migrações alemãs no Brasil 200 anos.** São Leopoldo: Oikos. No prelo.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul.**

WEIMER, Günter. **Arquitetura da imigração alemã:** um estudo sobre a adaptação da arquitetura cetro-europeia ao meio rural do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Nobel, 1983.

MEMÓRIA, REPRESENTAÇÕES E EXPRESSÕES CULTURAIS



NARRATIVAS SOBRE A IMIGRAÇÃO ALEMÃ EM ESTRELA (RS): ENALTECIMENTO ÉTNICO, MEMÓRIA TRAUMÁTICA E IMPACTOS DAS CHEIAS DE 2024

Bibiana Werle[1]
Cristiano Nicolini[2]

O ALTO TAQUARI COMO CENÁRIO

Uma "[...] zona de guerra, com pontes destruídas, casas em ruínas, entulho e lama acumulados por todos os lados, e a população abalada".[3] Essa foi uma das imagens que descreveu o Vale do Taquari, no Rio Grande do Sul, após o maior volume de precipitação registrado devido às chuvas ocorridas entre 26 de abril e o final do mês de maio de 2024. Não apenas a região, como 96% dos municípios sul-rio-grandenses foram atingidos pelo evento climático considerado o mais severo da América do Sul catalogado historicamente:

> Desde o final do mês de abril até o dia 03 de junho de 2024, a Defesa Civil registrou 475 municípios afetados tanto pelas chuvas quanto inundações, o que corresponde a 96% do total de municípios, 806 feridos, 42 desaparecidos, 172 óbitos e um total de 2.390.556 pessoas afetadas pelo evento extremo (ROCHA; REBOITA; CRESPO, 2024, p. 2).

Tanto no Rio Grande do Sul, como também nas esferas nacional e internacional, este fenômeno que combinou diversos fatores ambientais despertou a atenção de especialistas que se ocupam da análise de eventos climáticos extremos e que vêm crescendo de forma acelerada no mundo.[4] Por

1 Doutora em História pela UDESC (História do Tempo Presente), licenciada e mestra em História pela UFRGS. Técnica formadora da SED/SC e formadora da área de Ciências Humanas, membro da ABEH. e do Conselho Consultivo da Revista Ventilando Acervos. E-mail: bibiwerle@gmail.com.

2 Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), com doutorado sanduíche na Universidade do Porto. Professor da Universidade Federal de Goiás (UFG), atuando no PPGH e no PROFHistória. E-mail: cristianonicolini@ufg.br.

3 "RS: cidades do Vale do Taquari contabilizam estragos e repensam futuro". **Agência Brasil**. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-05/rs-cidades-do-vale-do-taquari-contabilizam-estragos-repensam-futuro>. Acesso em 31 ago. 2025.

4 "Estudo internacional indica que chuvas no RS foram intensificadas por mudanças

mais que grande parte da população sul-rio-grandense tenha se surpreendido com a proporção do fato, alertas sobre efeitos climáticos no estado já eram anunciados há décadas. Como afirma Lacerda, ao se referir à negligência promovida na aliança entre poder público e econômico, "[...] ancorado na promessa de um 'desenvolvimento', o Rio Grande do Sul segue preso a uma 'concentração de riqueza econômica e destruição ambiental, em uma lógica de privatização de lucros e socialização de danos."

Situados na região central do estado, municípios do Vale do Taquari[5] tiveram as maiores proporções de população atingida pelo evento, juntamente com pequenas cidades da Região Metropolitana de Porto Alegre.[6] Além de danos morais e materiais à população, lugares de memória[7] (NORA, 1993) foram afetados pelo evento e se encontram em processo de ressignificação por sujeitos que tiveram suas vidas refiguradas no tempo presente.

No que tange à composição étnica do Vale do Taquari, a região é historicamente habitada por povos originários, como Guarani e Kaingang (SILVA E LAROQUE, 2012), e ao longo da colonização do sul do país contou com a chegada de imigrantes europeus - como açorianos, alemães e italianos - e africanos, inseridos no processo de escravidão. A sede regional Taquari, primeiro município emancipado da região em 1849, foi a primeira região criada no então Rio Grande de São Pedro para receber casais açorianos que se instalaram provisoriamente na região, em 1760 (SILVA, 2009, p. 9). O fato impulsiona o poder público municipal a invocar esta identificação ainda atualmente, como

climáticas. Pesquisadores do ClimaMeter concluíram que o fenômeno *El Niño* sozinho não explica as chuvas intensas que afetaram o estado" **Jornal O Sul21**. Disponível em: https://sul21.com.br/noticias/meio-ambiente/2024/05/estudo-internacional-indica-que-chuvas-no-rs-foram-intensificadas-por-mudancas-climaticas. Acesso em 10 ago. 2024.

5 Atualmente, a região do Vale do Taquari engloba trinta e seis municípios: Anta Gorda, Arroio do Meio, Arvorezinha, Bom Retiro do Sul, Canudos do Vale, Capitão, Colinas, Coqueiro Baixo, Cruzeiro do Sul, Dois Lajeados, Doutor Ricardo, Encantado, Estrela, Fazenda Vilanova, Forquetinha, Ilópolis, Imigrante, Lajeado, Marques de Souza, Muçum, Nova Bréscia, Paverama, Poço das Antas, Pouso Novo, Progresso, Putinga, Relvado, Roca Sales, Santa Clara do Sul, Sério, Tabaí, Taquari, Teutônia, Travesseiro, Vespasiano Corrêa e Westfália.

6 **Avaliação dos efeitos e impactos das inundações no Rio Grande do Sul.** Novembro 2024, p. 63. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/noticias/cheias-do-rio-grande-do-sul-agilidade-federal-evita-impacto-negativo-de-1-1-ponto-percentual-no-pib-do-estado/AvaliaodosefeitoseimpactosdasinundaesnoRioGrandedoSulNov2024.pdf> Acesso em 5 set. 2025.

7 Na trilogia *Lugares de Memória*, Nora (1993, p. 32) toma os pontos de memória como "[...] a administração geral do passado no presente". Por mais que a noção de lugares de memória não se aplique ao contexto brasileiro por estar relacionada a um projeto editorial que visou atender uma conjuntura histórica particular francesa em meados de 1970, a obra permite um exercício de reflexão sobre a constituição de vetores de memória e, sobretudo, acerca de tensões e conflitos envolvidos em sua construção.

pode ser observado na comemoração do "Natal Açoriano em Terra Gaúcha", evento anual que integra o calendário municipal desde 1992.

Já o segundo município emancipado do Vale foi Estrela, em 1876, que localiza-se na sub-região do "Alto Taquari"[8] e passou a integrar o processo colonizatório de imigrantes alemães e seus descendentes através das colônias particulares que se estabeleceram na região a partir da década de 1850 (AHLERT; GEDOZ, 2001, p. 50-51). Habitada anteriormente por posseiros e grupos indígenas, a "Colônia de Estrela" é considerada por Hessel (1983, p. 24) como o local onde se iniciou a colonização sistemática de imigrantes alemães que afluíam das zonas de São Leopoldo e Feliz às novas "picadas" que eram abertas a partir da Colônia de Estrela, a mando do sesmeiro Antônio Vítor de Sampaio Menna Barreto. Hessel afirma que a chegada daqueles foi importante no sentido de propiciar a ativação do comércio local, o aumento da população e, consequentemente, a formação do primeiro povoado do Alto Taquari. Com o passar dos anos, a composição étnica da região foi se modificando com a chegada de outros grupos étnicos, como imigrantes e descendentes de italianos, portugueses e espanhóis.

Ambientando a partir dos anos 1960 rotas, cafés coloniais, festivais e torneios sob o mote da colonização alemã[9], a precipitação sem precedentes registrada em 2024 na região impeliu, além da reconstrução física estrutural das cidades, a mobilização em torno dos espaços-tempo de memória que historicamente compuseram a reivindicada etnicidade teuto-brasileira local. A análise acerca da forma como a história local é narrada no presente, assim como sua problematização permeia este trabalho que, ao enfocar o município de Estrela, procura trazer luz às formas como passados compõem estratos de tempo (KOSELLECK, 2014) presentes na região.

O *trabalho*, nessa trama narrativa, evidencia a estratégia fundamental dos

8 A denominação "Alto Taquari" é uma convenção local que, apesar de não ser assim denominada oficialmente, fez e faz parte da maneira como a população local se refere ao território do Vale do Taquari que é caracterizado pela colonização alemã – visto que a parte sul do Vale foi marcada pela colonização açoriana e a norte pela italiana. Atualmente esta sub-região dentro do Vale do Taquari conforma os municípios de Arroio do Meio, Canudos do Vale, Capitão, Colinas, Cruzeiro do Sul, Estrela, Forquetinha, Imigrante, Lajeado, Marques de Souza, Nova Bréscia, Pouso Novo, Progresso, Roca Sales, Santa Clara do Sul, Sério, Teutônia, Travesseiro e Westfália. Em razão de situar-se ao norte e acima (no sentido que desemboca o rio Taquari) do município-sede da região, Taquari, a sub-região passou a ser convencionalmente chamada por "Alto Taquari", dado corroborado pelo historiador local, Lothar Hessel (1998, p. 51), que situa esta região na zona marginal do Rio Taquari, compreendida entre os municípios de Bom Retiro do Sul e Muçum.

9 Como afirma Roswithia Weber (2006, p. 290), ao se referir ao apelo turístico que participa da construção identitária local, "[...] os interesses econômicos apropriam-se do discurso homogeneizador como estratégia de promoção turística, configurando o que pode ser chamado de 'turismo étnico', que toma como propósito mostrar o que a região tem, considerando o mote étnico alemão".

colonos frente às adversidades do meio. Embora os autores da história local ressaltem as condições favoráveis do Vale do Taquari, não deixam de destacar os inúmeros percalços da ocupação da região. Diversos trechos procuram valorizar cartas de imigrantes, relatos de descendentes e memórias preservadas por aqueles que vivenciaram ou ouviram histórias sobre a imigração local. Essas passagens são mobilizadas como argumentos de legitimação, frequentemente revestidas de cenas dramáticas que assumem contornos de verdadeiras epopeias.

A ênfase nas dificuldades superadas pelos imigrantes acaba por suplantar a realidade anterior, marcada pela presença de outros grupos étnicos, que também enfrentaram — muitas vezes em condições ainda mais severas — os desafios da mata densa, da fauna hostil e da ausência de vias de transporte. Desse modo, os colonos imigrantes não foram efetivamente os "primeiros" a ocupar a região; portanto, não poderiam ser considerados os pioneiros. Por que, então, denominá-los dessa forma? Segundo autores de narrativas sobre a história regional, o pioneirismo lhes é atribuído pelo fato de terem transformado a terra em espaço de prosperidade. Nessa concepção, subentende-se que os imigrantes "venceram" as adversidades e exploraram de modo produtivo os recursos naturais, enquanto os povos anteriores teriam apenas sobrevivido ou extraído riquezas, sem promover o "progresso" da região (NICOLINI, 2022).

As cheias de 2024, que devastaram os municípios da região, no entanto, recolocam em debate essa narrativa de superação. A devastação no Vale do Taquari evidencia que os desafios impostos pela natureza não foram definitivamente "vencidos" pela ação colonizadora. Pelo contrário, a tragédia atual mostra que o modelo de ocupação e exploração do território — exaltado como marca de progresso — também contribuiu para ampliar as vulnerabilidades sociais e ambientais. Nesse sentido, o passado heroico construído em torno da imigração passa a ser tensionado pelas novas camadas de memória traumática que emergem na experiência contemporânea. Retomaremos essa análise sobre o tempo presente após um breve panorama histórico sobre o processo de construção da identidade regional e os estratos de tempo a ele relacionados.

ETNICIDADE TEUTO-BRASILEIRA EM ELABORAÇÃO

Com uma população consideravelmente composta por imigrantes alemães e seus descendentes[10], grupos sociais do Alto Taquari passaram a construir e fomentar manifestações culturais que expressavam a etnicidade

10 No quadro correspondente às nacionalidades dos estrangeiros presentes nos municípios do Alto Taquari, o recenseamento de 1940 informa que a presença de alemães superava a de italianos, que superava a de portugueses e espanhóis. Censo demográfico do estado do Rio Grande do Sul, Recenseamento Geral de 1940. "Estrangeiros, segundo os municípios, com discriminação, por sexo, das principais nacionalidades", p. 69.

teuto-brasileira – estimulados, em grande medida, pelo *Deutschtum* – já ao longo do século XX e XXI. Constituía-se, segundo Silva (2005, p. 311), de um "[...] movimento intelectual surgido entre meados do século XIX e a década de 1940 entre indivíduos do grupo étnico alemão no Brasil [...]", expressando "[...] uma ideologia e uma prática de defesa da germanidade das populações de origem alemã", de acordo com Gertz (1991, p. 32).

O conceito de *Deutschtum*, aliado à expressão *Volkstum*, pode ser traduzido para o português como "germanidade", significando uma noção de etnicidade e de essência do povo alemão. Segundo os autores, a conformação de uma identificação étnica dual, a de teuto-brasileiros, ao correlacionar elementos identitários alemães e brasileiros foi sendo gestada ao longo da primeira república por lideranças ligadas ao grupo étnico com o qual buscavam preservar seus laços. Esse processo de identificação estava associado à Alemanha, porém sem deixar de participar da cidadania brasileira, a qual envolvia os direitos e deveres adquiridos por diversas etnias imigrantes no Brasil pela naturalização ampla concedida pela Constituição de 1891.

Dessa forma, um passado construído pela memória coletiva, no que tange à construção de uma identidade étnica germânica, tem no processo de colonização uma crença de origem comum. E não apenas compartilhar esse passado comum, como fixar símbolos e critérios de identificação são maneiras de estruturar e reestruturar as fronteiras étnicas através da interação do grupo étnico com os outros. São estes fatores de diferenciação e das características e costumes comuns que dão ao grupo o suporte para a "honra étnica" que, de acordo com a historiadora Regina Weber (1994), é o que realmente sustenta a sua identificação e denota a percepção da superioridade das características de cada grupo étnico.

Seyferth (1994, p. 24) reforça esta concepção ao afirmar que a "ideia de descendência comum, ser 'de origem' implica em aceitar um modo de vida e um comportamento social diferenciados, embasados numa 'cultura alemã' modificada por mais de 150 anos de história comum no Brasil". Assim, a autora afirma que o que mais conta no plano de afirmação da etnicidade para os grupos teuto-brasileiros é a "cultura da colonização". Além de contar com a ideia compartilhada de passado comum, o grupo étnico seleciona os traços culturais que identificam seus integrantes e, no caso dos teuto-brasileiros, encontramos entre estes elementos as associações (de tiro de guerra, de canto, de ginástica e de auxílio mútuo); a concepção do alemão como "povo trabalhador", contida no *ethos* do trabalho; o uso do idioma alemão; as festividades e comemorações cíclicas propagandeadas como "típicas", enfim, que reificaram "uma 'cultura germânica' pretendida pelos imigrantes e seus descendentes" (Seyferth, 1994,

p. 15). Nesse alinhamento, municípios do Alto Taquari como Estrela foram territórios onde estes vetores memoriais em referência à cultura da colonização e a uma identificação étnica foram legitimados pelos poderes públicos locais e pela iniciativa privada.

Ao analisar obras comemorativas promovidas pelo poder público municipal de Estrela, jornais regionais, documentos provenientes da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil estrelense, narrativas orais, acervos pessoais e institucionais relativos ao Alto Taquari em um período entre 1926 e 2018 (Werle, 2018) verificou que ao menos dois estratos temporais são matizados, a depender dos contextos locais e dos sujeitos ou instituições que os produziram no tempo presente.[11]

Um passado heroico, no qual as narrativas analisadas atribuem o progresso e o desenvolvimento da região aos imigrantes alemães e seus descendentes em tom exclusivista, contrapõe-se a um passado traumático relacionado ao Estado Novo, quando políticas repressivas varguistas promoveram a desvalorização étnica em virtude da campanha nacionalista em vigor. Esses dois estratos, que se sustentam mutuamente, ajudam a compreender a função desempenhada pelos eventos, pontos de memória e festividades étnicas organizadas atualmente como mecanismos de afirmação identitária local.

A administração desses passados no presente — que ganhou nova camada com as cheias de 2024 — evidencia como as narrativas coletivas são constantemente atualizadas. Diante da tragédia que atingiu toda a população, direta ou indiretamente, a narrativa de um passado heroico, que enaltece o pioneirismo dos imigrantes como capazes de "vencer a natureza", perde sentido: o evento evidencia que esse domínio era parcial e precário, e que a região continua vulnerável a forças ambientais que escapam do controle humano. Ao mesmo tempo, as cheias expuseram desigualdades, vulnerabilidades urbanas e riscos ambientais, recolocando em pauta quais histórias os poderes públicos desejam prestigiar e quais preferem silenciar na construção da memória e da identidade regional.

PASSADO HEROICO

Desde 1966, Estrela sedia o *Festival do Chucrute*, evento idealizado por um grupo de casais da Comunidade Evangélica Luterana, que, entre 1964 e 1965, se organizou em torno da criação do primeiro grupo de danças "alemãs" do estado, com o objetivo de exaltar a etnicidade germânica no município. A cidade

11 A História do Tempo Presente se afirma como campo de pesquisa histórica na condição de fazer do tempo um problema e "uma nova concepção da operação historiográfica" (DOSSE, 2012, p. 7). Assim, a História do Tempo Presente busca analisar as repercussões do passado incorporadas no presente a fim de que este possa ser compreendido "pouco a pouco aliviado de seu autismo" (RIOUX, 1999, p. 50).

comemora seu aniversário de emancipação no mês de maio por meio da *Maifest* (Festa de Maio), cuja programação integra uma série de eventos promovidos pelo Governo Municipal e por entidades locais, como o *Rotary Club* e a *Comunidade Evangélica Luterana*.

A abertura ocorre com o *Tradicional Grande Desfile Típico dos Grupos de Danças Folclóricas Alemãs*, no qual os dançarinos percorrem as ruas da cidade em carros alegóricos, acompanhados de músicas associadas à cultura germânica. Em seguida, tem início o *Festival do Chucrute*, que anualmente realiza dois *Bailes Típicos* com apresentações dos grupos de danças (FELIPPI; NICOLINI, 2015).

Os dois bailes do Festival são intercalados por uma programação que conta com os chamados *Típicos Cafés Coloniais Alemães* e a *Festa do Idoso*, nos quais também acontecem apresentações dos *Grupos de Danças Folclóricas*. Paralelamente ao *Festival do Chucrute*, a *Maifest* também é composta pelo *Park Chopp Fest*, evento no qual acontecem os denominados *Jogos Germânicos*, desde o ano 2000, e o *Torneio do Boi*, disputa que começou a fazer parte do evento em 2002.[12]

Além das festividades de maio, as boas-vindas à Estrela são dadas pelo casal *Chuc e Rute* – monumento erigido a partir de duas grandes estátuas localizadas na rodovia de entrada à cidade, que representam os imigrantes alemães e fazem referência ao *Festival do Chucrute*.[13] Vestindo trajes semelhantes aos utilizados pelos *Grupos de Danças Folclóricas Alemãs de Estrela*, *Chuc* tem em mãos uma caneca de *chopp* e uma linguiça, enquanto *Rute*, que também segura uma caneca de *chopp*, carrega na outra mão um prato de chucrute.

Já o pórtico de acesso ao município, que começou a ser construído em 1991, igualmente homenageia a colonização alemã, em função de sua arquitetura fazer referência a esta através de um dos portais, que está orientado para o lado oeste e o Rio Taquari, via pela qual chegaram os primeiros imigrantes no território onde hoje se situa o município. O segundo portal que forma o pórtico está direcionado para o eixo leste, a *Estrada da Produção*[14], a fim de remeter à industrialização do município, ou seja, na união dos dois portais que formam o pórtico, uma narrativa que remonta à figura do colonizador alemão como civilizador, laborioso e promotor do progresso, como a historiografia que se debruça sobre as representações da imigração alemã no sul do Brasil questiona (WEBER, 2002).

12 "Torneio do Boi e Jogos Germânicos reúnem 381 participantes em Estrela", Folha Popular, 21 mai. 2025. Disponível em: <https://folhapopular.info/index.php/2025/05/21/torneio-do-boi-e-jogos-germanicos-reunem-381-participantes-em-estrela/>. Acesso em: 28 jun. 2025.

13 O monumento foi construído em 2005, para comemorar o *40° Festival do Chucrute*. No município de Teutônia, região do Alto Taquari, também encontramos o casal imigrante esculpido em um monumento, segundo Volkmer e Krauser (2016, p. 48).

14 Hoje chamada Rodovia Leonel de Moura Brizola.

Em relação ao turismo local, Estrela participa do *Roteiro Delícias da Colônia*, onde a colonização alemã do Vale do Taquari é expressa a partir de alguns pontos memoriais. Criado em 2002 pela Secretaria de Cultura e Turismo de Estrela (SECULTUR), em parceria com proprietários e empreendedores locais[15], uma empresa local de turismo e os poderes públicos municipais das cidades partícipes do roteiro[16], espaços como a *Casa do Artesão e Produtos Coloniais,* o *Cactário Horst* e o *Alambique Berwanger* procuram manifestar a germanidade através do contato com produtos coloniais e construções que remetem à imigração alemã[17], como explicam os panfletos do *Roteiro*, com versões nos idiomas português, espanhol e alemão.

Estrela também abrigava a *Casa-Museu do casal Schinke*. Comprada no ano de 1959, a casa que pertenceu ao médico Werner Schinke e sua esposa, Gisela Schinke, era sede de um museu que teve início com o colecionamento de peças antigas por ambos. Com o tempo, foram comprando mais objetos e recebendo outros de doações. O acervo pessoal, composto por mais de duas mil peças catalogadas, contava com utensílios de cozinha, instrumentos musicais, obras de arte, ferramentas de trabalho e variedade de itens como móveis e peças em louça, ferro e vidro, identificados como referências à colonização germânica do Alto Taquari.

Após essas incursões pelos meios públicos de difusão cultural sobre o município de Estrela, podemos observar que entre as festividades de maio, os monumentos de saudação que dão acesso ao município e os trajetos turísticos que são oferecidos e promovidos pelo poder público municipal, há basicamente três aspectos sobre a narrativa que comportam: ela é sobre a imigração alemã, é praticamente exclusiva a ela, e está relacionada a uma determinada forma de ser narrada. Remete a um passado heroico, entendido como natural e essencial. A excessiva narrativa que faz referência a um passado harmônico, conciliador e heroico no espaço público estrelense nada mais é do que uma "memória exercida", de certa maneira "imposta" – mas não por isso livre de litígio – pelo poder público municipal:

> [...] a memória imposta está armada por uma história ela mesma 'autorizada', a história oficial, a história aprendida e celebrada publicamente. De fato, uma memória exercida é, no plano institucional, uma memória ensinada; a memorização forçada encontra-se assim arrolada em benefício da rememoração das peripécias da história comum tidas como os acontecimentos fundadores da identidade comum (RICOEUR, 2007, p. 98).

15 Atualmente, os empreendedores dos locais que fazem parte do Roteiro estão reunidos na Associação Turística Regional Delícias da Colônia (Aturdec), formada em 2007.

16 Municípios que fazem parte do Roteiro Delícias da Colônia: Estrela, Colinas e Imigrante.

17 As informações sobre os pontos de visitação do *Roteiro Turístico Delícias da Colônia* estão disponíveis no site da Associação dos Municípios de Turismo das Regiões dos Vales (AMTURVALES). Disponível em: <https://www.amturvales.com.br/rotas-e-pontos-turisticos/delicias-da-colonia-4871/>. Acesso em 28 jun. 2025.

Diante dessa questão e compreendendo a memória como "[...] matriz de história, na medida em que ela continua sendo a guardiã da problemática da relação representativa do presente com o passado" (RICOEUR, 2007, p. 100), as memórias narradas no tempo presente com aval do poder público municipal, seja no formato de monumentos, trajetos turísticos ou festividades, podem ser problematizadas em sua relação com o passado que pretendem advogar. Ao perscrutarmos outros estratos temporais que também ascendem no presente, no entanto, nos deslocamos de um enaltecimento para um estranhamento acerca da memória heroica exercida. Isso permite revelar silenciamentos ou dissensos encobertos pela falsa impressão de que existe uma harmonia consensual.

PASSADO TRAUMÁTICO

Podemos questionar quem cria uma falsa impressão de harmonia identitária ou quem são os agentes e instituições que elegem "a" cultura que representa uma região ou município. No caso da cidade de Estrela, uma identificação étnica germânica foi/é eleita e forjada por setores como o turístico, o midiático e a governança local. No entanto, um contraste entre, de um lado, uma excessiva narrativa pública de enaltecimento, e de outro, narrativas privadas acerca de um passado marcado por tensões étnicas, assim como as lacunas de representatividade de demais grupos formadores do município, possibilitam encontrar dissensos e silenciamentos que nos ajudam a "des-objetivar" a intenção do enredo que os pontos de memória oficializados pretendem expressar (WERLE, 2017).

Conflitos étnicos de maior expressividade se desenvolveram no município e região, por exemplo, entre 1937 e 1945 – quando a Campanha de Nacionalização Varguista se efetivou através de interdições a grupos étnicos no país.[18] Desde 1930 no poder, Getúlio Vargas projetou politicamente a construção da nacionalidade que se apresentou com a carta constitucional de 1937. Esta, "[...] baseada na centralização política, no intervencionismo estatal, e num modelo antiliberal de organização da sociedade" (PANDOLFI, 1999, p. 10), inaugurou a ditadura estadonovista.

Na região do Alto Taquari, além de intervenções autoritárias em ambientes como os associativos e escolares, imigrantes alemães e descendentes foram passíveis de perseguições, delações e inclusive torturas orientadas por autoridades como o secretário da educação do Rio Grande do Sul, Coelho de Souza, e o chefe da polícia estadual, Aurélio da Silva Py, que agia conjuntamente

18 De acordo com o Decreto-lei 383, de 18 de abril de 1938, que vedava aos estrangeiros a atividade política no Brasil, a repressão aos imigrantes no país repercutiu especialmente sobre os representantes de japoneses, italianos e alemães e seus descendentes no país.

aos delegados e subdelegados municipais. O jornal estrelense *O Paladino* foi um exemplo local de interdição. Entre textos propagandísticos ao Estado Novo divulgados a partir da Agência Nacional e matérias locais que informavam notícias como o fechamento de escolas que não correspondiam à Lei de Nacionalização[19] ou a obrigatoriedade de veiculação de filmes nacionais nos cinemas do país[20], o semanário foi forçadamente suspenso em 1941 por publicar matérias no idioma alemão.

As interferências e regulamentações impostas à imprensa no período se somaram às intervenções a associações ginásticas e culturais nas quais os imigrantes e seus descendentes se reuniam, seja para atividades esportivas, de lazer ou fins políticos. "Espaço de preservação de identidades, de constituição de lealdades e de representação de grupos sociais", segundo Silva (2005, p. 307), os clubes germânicos eram considerados redutos antinacionalistas. Em Estrela, o clube germânico do município, a *Turn Verein Estrella*, atual *Sociedade Ginástica de Estrela* (SOGES), foi tema do seguinte fonograma expedido pela Delegacia de Polícia de Estrela ao Chefe de Polícia do estado, em 14 de março de 1942: "Comunicamos Vossencia acabamos assumir por indicação Dr. Delegado Polícia este municipio, Direção Clube Ginastico Estrela desta cidade, verdadeiro fóco ante-nacionalistas, cuja medida foi tomada face instruções Delegacia Ordem Politica Social [...]."[21] E o documento continua: "Pode estar certo vossencia tudo faremos prosseguimento meritoria e patriotica obra combate inimigos querida Patria. Tudo pelo Brasil."

Considerado espaço de preservação de identidade étnica teuto-brasileira pelas autoridades policiais locais, o clube ginástico teve uma nova diretoria e presidência impostas após intervenção declarada pela delegacia de polícia. Até então denominada *Sociedade Gymnastica Turn-Verein*, a SOGES teve seu nome "abrasileirado" e reorientou o viés germânico dos eventos que promovia. Cabe ressaltar, ainda, que o associativismo étnico, mesmo com as interdições a que era passível, representou forma de resistência às imposições estabelecidas para grupos locais na medida que frequentavam os clubes como importantes espaços de sociabilidade.

Neste sentido, os tradicionais bailes de *Kerb`s* no Alto Taquari também eram espaços de vigilância e perseguição àqueles que se comunicavam no idioma alemão. Através de entrevistas realizadas sob a metodologia da História Oral (WERLE, 2014), moradores do município de Estrela e região narram que, como

19 "Fechadas tres escolas particulares neste municipio". **O Paladino**, p. 3, 3 jun. 1939, matéria local.

20 "Exhibição de films Nacionais". **O Paladino**, p. 3, 3 jun. 1939, matéria local.

21 Fonograma de intervenção à *Turn Verein Estrella*. Acervo da Sociedade Ginástica Estrelense. 14 mar. 1942.

as bandinhas tocavam músicas alemãs, a estratégia dos músicos era apenas tocar a base instrumental da música, como afirma Hart: "Os músicos eram espertos, pra que vão fazer confusão. Era só bandinha. Banda não cantando não tem problema [...], mas não foi tão duro, terminou a guerra, terminou tudo".

Entre as lembranças da constante vigilância presente nos arredores dos salões de bailes, podemos observar através das intrigas o quão difícil era controlar a fala em idioma alemão no final das festas, quando a bebida já fazia efeito nos "alemães": "Os rapazes iam com as gurias para casa e se escondia nas canas um policial, do lado da estrada. Quando eles passavam lá e 'papapa' em alemão, prendiam e o rapaz ali vinha de a pé até a cadeia. Dormia ali. No outro dia arrancava um dia de inço aí nas ruas [...] pagava o serviço, mas feito pela delegacia e não pela prefeitura.", relata Birck.

A partir da fala de Noschang, deferimos que os policiais "procuravam" momentos ideais para sua ação, pois o morador comenta que havia ocasiões em que a polícia acompanhava os teuto-brasileiros no próprio baile, fazendo com que a sensação de vigilância fosse potencializada: "Lá em Corvo só tinha um brigadiano [policial], ele ia pros bailes também pra ver se ninguém falava alemão e [...] que condução? [...] todo mundo ia em pé no caminhão. E um alemão ficou muito faceiro no baile e umas que outras [bebidas] [...] começou a cantar em alemão, ele tava um pouquinho 'floriado' [embriagado], né e começou a cantar em alemão. E o brigadiano foi lá e eles tinham uma espadinha curta e falou: 'pára de cantar em alemão' e ele não parou, aí [o policial] bateu no rosto dele, aí ele [o alemão] disse em português bravo: 'bate aqui também' [no outro lado do rosto]. Mas ficou preso ali até que terminasse o baile pra poder voltar com o caminhão. Eu não estava no baile porque era criança ainda, mas contaram essa história (pausa). Na volta pra casa do baile, ele [o alemão] não pode nem voltar pra casa dele, o caminhão passou na frente da casa dele e foi levado para Porto Alegre. Levavam para Porto Alegre os mais suspeitos".

No âmbito escolar, medidas de nacionalização de ensino se efetivaram mediante fiscalização e censura por agentes do governo sobre instituições educativas que não tiveram um mínimo período concedido para adaptarem-se às novas normas, o que excluía um possível sentido pedagógico da Campanha de Nacionalização varguista. Em 1938, o decreto estadual sul-rio-grandense assinado como Reforma da Lei de Nacionalização[22], proveu de bases legais as ações das autoridades policiais em relação ao campo educativo. Medidas como a proibição da atuação de diretores estrangeiros e professores que não falassem o idioma português nas escolas; da subvenção de governo estrangeiro; a exclusividade do ensino em língua vernácula e o cumprimento rigoroso das

22 Decreto estadual n° 7.614, de 12 de dezembro de 1938 (RIO GRANDE DO SUL, 1938).

determinações de caráter civil emanadas pela Secretaria da Educação e Saúde Pública no estado, foram somadas às ações que já vinham ocorrendo em função das medidas nacionais afirmadas.

Moradores de Estrela e região do período lembram a forma abrupta como a proibição do idioma alemão se estabeleceu, de modo que as memórias sobre a dificuldade em aprender um novo idioma são constantes. A sala de aula, assim, era local onde esta tensão se efetivava. A moradora Mallmann, por exemplo, descreve essa situação vivenciada por ela e pela irmã quando estudavam em uma escola católica no município de Arroio do Meio: "Quando nós fomos para Arroio do Meio a gente não falava nada em português. Nada, nada, nada! Por isso que quando nós saímos de Conventos nós estávamos na 4ª série, e quando nós chegamos em Arroio do Meio nós passamos para a 3ª por causa da língua, porque nós não sabíamos falar, tivemos que primeiro aprender". Já Birck recorda: "Nos dois primeiros anos eu ainda escrevia em alemão, depois vieram as guerras e coisas e aí começaram a proibir. Aí cada um ganhou um livro em tradução, alemão para o português. E eu já escrevia em alemão tudo, e então foi uma coisa pesada. Foi de uma semana pra outra. O delegado daqui era muito rígido na época. Foi uma transição meio rápida. A gente não sabia nada e não podia nem falar em alemão".

O contexto de vigilância também oportunizou o afloramento de antigas rixas pessoais, brigas entre vizinhos e disputas por poder. Os "alemães", por exemplo, eram denunciados pelo simples motivo de reunirem-se em grupos em suas residências, o que era considerado quinta-colunismo. Segundo Fáveri, "Oportunizada a denúncia, ficavam legitimadas as detenções e por esse motivo a intolerância ultrapassou fronteiras do admissível e entrou nos espaços privados: o medo silenciou e levou à auto-vigilância; era um tempo de perseguição, de rancores" (2005, p. 113).

Muitas vezes, civis delatavam alguém em troca de algum benefício financeiro ou até comida. O historiador local, José Alfredo Schierholt (1992, p. 166) afirma que: "Para receber favores ou praticar vingança, muitas pessoas se escondiam junto às paredes para ouvir, no recesso do lar, em reuniões familiares e comunitárias, a fala estrangeira, nem que fossem orações." Já o morador Hart evoca memórias sobre a normalização que se dava às invasões civis nas residências dos teuto-brasileiros para averiguar se havia na casa algum livro ou objeto que remetesse à Alemanha. Assim, ao narrar que em sua casa havia um antigo diário que descrevia a viagem feita pelo avô da Alemanha até o Brasil, Eli afirma que o mesmo não teve o destino desejado pelos familiares, que até hoje ressentem o fato: "O pai do meu pai, que eu não conheci, era alemão, ele veio da Alemanha com um livro em que tomou nota de toda viagem. Não sei se são

dezoito meses ou oito meses viajando em alto mar. O vô anotava num livro tudo, que ele veio da Europa, a viagem, tudo. Mas escrito em alemão. Daí ele [o civil invasor] foi 'pega lá' e tocou fogo no livro. Ele era carrasco mesmo... ele era tão cretino que [dizia]: 'pra não te prender, eu quero linguiça, quero banha'. Essa cretinice. Mas não era só ele, tinham muitos em outros lugares. O meu irmão tem ódio hoje ainda dele".

Um passado marcado por dissensos sociais como ocorridos durante o período de nacionalização forçada possibilitou a produção documentos e narrativas orais no âmbito privado que desarranjam um enredo histórico de enaltecimento étnico e harmonia social como a narrativa heroica busca afirmar no tempo presente. Além desse desalinhamento narrativo, a análise historiográfica que permite "descascar" o enredo que festividades, monumentos e trajetos turísticos pretendem enunciar, consequentemente faz emergir o silenciamento sobre um passado traumático, que não atende a interesses turísticos, midiáticos ou da governança local no âmbito público. O tom exclusivista e de enaltecimento promove ainda o esquecimento de outros grupos sociais formadores do município, como os povos indígenas e negros que são apenas esboçados nas obras comemorativas produzidas pelo poder público municipal a fim de enunciar "a" história de Estrela.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Caracterizando como uma das singularidades do campo da História do Tempo Presente a ideia de esta residir na "contemporaneidade do não contemporâneo", Dosse (2012, p. 6) aponta para uma importante questão de âmbito temporal: a do "presente do passado incorporado", ou seja, de que nosso presente é construído com base no passado, e o incorpora. Nesse sentido, ao investigar o presente, historiadores atentam se, entre outros fatores, às diversas representações que o passado apresenta nos vestígios examinados neste tempo. Sempre, contudo, cientes dos possíveis lapsos deixados ao longo do período temporal a que se debruçam, afinal, a história está cheia de lacunas, daquilo que Sarlo (2007, p. 9) chama de "inabordável".

Estratos temporais de um passado narrado como heroico, e outro narrado como traumático permeiam, entre outros, o tempo presente no município de Estrela. A coexistência desses estratos auxilia na reflexão sobre o quanto a etnicidade teuto-brasileira em sua versão enaltecida é utilizada para reafirmação identitária atual. O silenciamento público de um passado traumático reservado ao âmbito privado impede que o momento de desvalorização étnica venha à tona no meio público.

É justamente pelos usos aos quais os eventos e comemorações estão sujeitas que, conforme Ricoeur (2007, p. 98-104), podem ocorrer abusos da memória ou, no caso, silenciamentos. Qual, ou quais passados estão ofuscados por essa coesão social propagada no presente? No caso do município abordado, os documentos fornecidos pela população local durante a pesquisa sobre o passado que se presentifica sob o trauma possibilitaram o acesso a fontes públicas que estavam restritas ao âmbito privado. Nesse sentido, a participação cidadã é significativa no processo de compreensão e problematização da história ao revelar tensões ocultas - seja pelas comemorações públicas que enaltecem uma versão identitária, seja pela inexistência de arquivos públicos que possibilitem o acesso a fontes de um passado tão presente[23].

Como afirma Albuquerque Júnior (2012, p. 65), "Os historiadores, embora não deixem de ser, hoje, vendedores de passado, quase sempre a preço vil, devem fazê-lo não a serviço do branqueamento, da limpeza, da assepsia do passado, como vemos recorrentemente acontecer na mídia, nos meios de comunicação de massa", e nas comemorações, poderíamos acrescentar. A possibilidade de uma história pública[24], além de passar pela democratização do acesso à informação historicamente construída, se efetiva com a colaboração dos agentes sociais na construção das narrativas sobre o passado, no sentido de uma autoridade compartilhada (FRISCH, 2016, p. 62), atravessando "o abismo entre a torre de marfim e o mundo real."[25] Cabe a uma história pública ser "agente do luto social", problematizando os pontos de cristalização das memórias, analisando suas funções políticas, os significados atribuídos a eles ao longo do tempo, assim como os agentes sociais e institucionais envolvidos em sua constante elaboração. Pesquisar estes aspectos muda o foco de um enaltecimento para um estranhamento que ajude a revelar os dissensos encobertos pela falsa impressão de que exista uma harmonia consensual nos mesmos.

As cheias de 2024, ao devastarem Estrela e o Vale do Taquari, evidenciaram fragilidades estruturais e históricas da região, questionando a narrativa de um passado heroico que apresenta os imigrantes alemães como dominadores e

23 A não institucionalização de arquivos públicos municipais demonstra também o descaso e a irresponsabilidade dos órgãos públicos e seus agentes para com a salvaguarda dos documentos historicamente produzidos em cada localidade. Dos 5.570 municípios brasileiros, apenas três por cento deles possuem um espaço adequado para a guarda de documentos. Estrela faz parte dos 97 por cento de municípios sem arquivos históricos municipais no Brasil (WERLE, 2017).

24 As discussões acadêmicas sobre o conceito de História Pública tiveram impulso no Brasil a partir de 2011. A abordagem histórica encontra o engajamento de historiadores de ofício com produções do passado-presente realizados *para* e *com* públicos que ultrapassem os domínios disciplinares acadêmicos.

25 Referência ao anúncio de um cartaz sobre o congresso de história pública do Ruskin College (LIDDINGTON, 2011, p. 42).

"vencedores" da natureza. O cancelamento do *Festival do Chucrute* naquele ano e sua posterior retomada em 2025 ganharam destaque na imprensa local, que enfatizou o caráter de superação e resiliência da comunidade. Essa cobertura midiática reforça a memória coletiva teuto-brasileira ao transformar a tragédia em símbolo de união e reconstrução, associando os descendentes dos colonos à continuidade de uma identidade germânica heróica.

Contudo, a própria necessidade de reconstrução após a catástrofe evidencia que o "progresso" e a prosperidade atribuídos aos colonizadores não foram absolutos, mostrando que as narrativas de pioneirismo e domínio sobre o meio natural são idealizações do passado e que a vulnerabilidade da região permanece. Assim, a retomada do festival funciona como uma reafirmação identitária simbólica, enquanto o impacto das cheias confronta a veracidade histórica do passado heroico exaltado nas festividades e pontos de memória locais.

Uma nova camada nos estratos de tempo que constituem a histórica local de Estrela e do Vale do Taquari surge nesse contexto, cujos desdobramentos podem promover a ressignificação identitária, porém sem perder sentidos que habitam nas camadas pré-existentes. Assim, é possível entender que nenhuma mudança soterra permanências, nem mesmo sob a lama que devastou parte das cidades, ainda que os mais afetados tenham sido aqueles que não se conectam diretamente a esse passado imigrante. A tragédia, apesar de afetar a todos, reforça o racismo ambiental e a segregação social ao desalojar negros, pardos e indígenas de forma mais acentuada que os descendentes de alemães.

REFERÊNCIAS

AHLERT, L.; GEDOZ, S. T. Povoamento e desenvolvimento econômico na região do Vale do Taquari, Rio Grande do Sul – 1822 a 1930. **Estudo e Debate**, Lajeado, ano 8, n. 1, p. 49-91, 2001.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. As sombras brancas: trauma, esquecimento e usos do passado. *In:* VARELA, Flávia; MOLLO; Helena Miranda; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; MATA, Sérgio da. (Orgs.). **Tempo Presente & Usos do Passado**. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2012. p. 51-66.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto-Lei 383, de 18 de abril de 1938. Veda a estrangeiros a atividade política no Brasil e dá outras providências.** Legislação Informatizada. Brasília, DF, [1938]. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-383-18-abril-1938-350781-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 24 set. 2025.

CENSO demográfico do Estado do Rio Grande do Sul. **Recenseamento Geral de 1940**, 1° set. 1940. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/d_detalhes.php?id=765>. Acesso em 25 set. 2025.

DOSSE, F. História do tempo presente e historiografia. **Revista Tempo e Argumento.** Florianópolis, v. 4, n. 1 p. 5-22, jan./jun. 2012.

FÁVERI, M. de. **Memórias de uma (outra) guerra.** Cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina. 2. ed. Itajaí: Ed. Univali; Florianópolis: Ed. da UFSC, 2005.

FELIPPI, Ângela Cristina Trevisan; NICOLINI, Cristiano. Identidade territorial nas festividades germânicas no sul do Brasil. **Redes** (Santa Cruz do Sul. Online), v. 20, p. 268-285, 2015.

FRISCH, M. A história pública não é uma via de mão única ou De A Shared Authority à cozinha digital, e vice-versa. *In.*: MAUAD, A. M.; ALMEIDA, J. R. de; SANTHIAGO, R. (Orgs.). **História pública no Brasil** – sentidos e itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 57-71.

GERTZ, R. E. **O perigo alemão.** Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1991.

HESSEL, L. F. **O município de Estrela:** história e crônica. Porto Alegre: Ed. da UFRGS; Martins Livreiro, 1983.

HESSEL, L. F. Apreciações raciais e sociais no Alto Taquari (1910 – 1930) *In:* GERTZ, R. E.; FISCHER, L. A. **Nós, os Teuto-gaúchos.** 2.ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1998. p. 51-55.

KOSELLECK, R. **Estratos do Tempo** – estudos sobre História. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto, 2014.

LACERDA, Heverton. **Presos em sua "bolha opaca", governantes negligenciaram as previsões sobre a tragédia no RS.** Entrevista especial com Heverton Lacerda. Entrevista concedida a Instituto Humanitas Unisinos – IHU, 08 mai. 2024. Disponível em: https://www.ihu.unisinos.br/639202-presos-em-sua-bolha-opaca-governantes-negligenciaram-as-previsoes-sobre-a-tragedia-no-rs-entrevista-especial-com-heverton-lacerda. Acesso em: 24 set. 2025.

LIDDINGTON, J. O que é história pública? *In*: ALMEIDA, J. R. de; ROVAI, M. G. de O. (Orgs.). **Introdução à História Pública.** São Paulo: Letra e Voz, 2011. p. 31-52.

NICOLINI, Cristiano. **Identidade territorial e manifestações culturais no Vale do Taquari - RS.** 1. ed. Goiânia: Cegraf UFG, 2022.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n.10, p.7-28, dez. 1993.

PANDOLFI, D. C. (Org.). **Repensando o Estado Novo.** Rio de Janeiro: FGV, 1999.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento.** Tradução Alain François. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2007.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto n° 7.614, de 12 de dezembro de 1938. **Provê sobre o ensino primário.** [*Legislação*]. 1938. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/104104/Revista%20do%20Ensino%201940%20Abril%20-%20Legisla%C3%A7%C3%A3o%20Estadual.pdf?sequence=4>. Acesso em 25 set. 2025.

ROCHA, R. P.; REBOITA, M. S.; CRESPO, N. M. Análise do evento extremo de precipitação ocorrido no Rio Grande do Sul entre abril e maio de 2024. **Journal Health NPEPS**, Cáceres, v. 9, n. 1, jan./jun. 2024.

RIOUX, J.P. Pode-se fazer uma história do presente? *In*: CHAUVEAU, A.; TÉTART, P. (Org.). **Questões para a história do presente.** Bauru: EDUSC, 1999. p. 39-50.

SARLO, B. **Tempo passado:** cultura da memória e guinada subjetiva. [S.l.: s.n.], 2007.

SEYFERTH, G. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. *In*: MAUCH C.; VASCONCELLOS, N. (Orgs.). **Os alemães no sul do Brasil:** cultura, etnicidade e história. Canoas: Ed. da ULBRA, 1994. p. 11-28.

SCHIERHOLT, J. A. **Lajeado I:** povoamento, colonização, história política. Lajeado: Prefeitura Municipal, 1992.

SILVA, H. R. K. da. A identidade teuto-brasileira pensada pelo intelectual Aloys Friederichs. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 12, n. 21/22, p. 295-330, jan./dez. 2005.

SILVA, Juciane Beatriz Sehn da; LAROQUE, Luís Fernando da Silva. A história dos Kaingang da terra indígena Linha Glória, Estrela, Rio Grande do Sul/Brasil: sentidos de sua (re)territorialidade. **Soc. & Nat.**, Uberlândia, ano 24 n. 3, 435-448, set/dez. 2012.

SILVA, C. **Cultura açoriana em Taquari e Paverama:** costumes e religiosidade preservados ao longo do tempo. 2009. Disponível em <https://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/455/1/CleidiroseSilva.pdf>. Acesso em: 24 set. 2025.

VOLKMER, M. S.; KRAUSER, M. R. História, cultura e patrimônio: educação para o reconhecimento da diversidade cultural. **Métis:** história & cultura, v. 15, n. 29, p. 41-59, jan./jun. 2016

WEBER, R. Nacionalidade com prefixos: os teutos e o Estado Novo em Ijuí. *In*: MAUCH, C.; VASCONCELOS, N. (Orgs.) **Os alemães no sul do Brasil:** cultura, etnicidade e história. Canoas: Ed. ULBRA, 1994. p. 105-119.

WEBER, R. **Os operários e a colmeia:** trabalho e etnicidade no sul do Brasil. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.

WEBER, R. **Mosaico identitário:** história, identidade e turismo nos municípios da rota romântia – RS. Porto Alegre, 2006. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS, 2006.

WERLE, B. **A campanha de nacionalização e sua memória no Alto Taquari (RS).** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2014. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.

WERLE, Bibiana. Acessibilidade documental e autoridade compartilhada: pela construção de uma história pública. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 21, p. 429–449, 2017.

WERLE, Bibiana. **Com quantos passados se faz um presente?** Por uma política da justa memória da imigração alemã no município de Estrela (RS)/1926-2018. Tese (Doutorado). Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

ENTREVISTAS

BIRCK, H. R. **Entrevista concedida a Bibiana Werle.** Estrela, 2010. Entrevista. Cassete sonoro. [Entrevista concedida para o Projeto "A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)". Acervo da autora].

HART, E. E. **Entrevista concedida a Bibiana Werle.** Estrela, 2010. Entrevista. Cassete sonoro. [Entrevista concedida para o Projeto "A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)". Acervo da autora].

MALLMANN, I. H. **Entrevista concedida a Bibiana Werle.** Estrela, 2013. Entrevista. Cassete sonoro. [Entrevista concedida para o Projeto "A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)". Acervo da autora].

NOSCHANG, A. R. **Entrevista concedida a Bibiana Werle.** Estrela, 2010. Entrevista. Cassete sonoro. [Entrevista concedida para o Projeto "A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)". Acervo da autora].

OKTOBERFEST DE IGREJINHA: A FESTA DA CULTURA ALEMÃ, EMBALADA PELA INCLUSÃO, IDENTIDADE E MEMÓRIA

Douglas Márcio Kaiser[1]
Claudia Schemes[2]
Denise Blanco Sant Ana[3]

INTRODUÇÃO

Festejar é uma atividade humana muito antiga. Festas têm características próprias de cada cultura, ao mesmo tempo em que compartilham semelhanças e origens. O Brasil, onde a cultura foi influenciada por diferentes pessoas e pela imigração, é uma nação reconhecida por diferentes modos de festejar. A imigração alemã para o Brasil, desde 1824, oficialmente, contribuiu com elementos, manifestações, hábitos e símbolos da cultura germânica, que auxiliaram a moldar a cultura brasileira. Por meio de tradições inventadas, da circularidade cultural e do hibridismo, festas com temática na cultura alemã surgiram no Brasil, caso da *Oktoberfest* de Igrejinha, que ocorre desde 1988. A *Oktoberfest* de Igrejinha auxiliou no fortalecimento de uma identidade local, fortemente amparada no voluntariado e na rememoração da cultura alemã, por meio de tradições inventadas. Também se caracteriza como um evento em mudança com o passar dos anos, em que elementos novos convivem com elementos que fazem referência ao passado. Diante desse contexto, o problema de pesquisa que orienta este artigo é compreender de que forma a *Oktoberfest* de Igrejinha, enquanto festa cultural, articula identidade, memória e inclusão, equilibrando tradição e inovação. Nesse percurso, é possível observar como a festa opera como espaço de ressignificação cultural e de construção de pertencimento comunitário, evidenciando tanto permanências quanto transformações. Ainda é perceptível o desenvolvimento de ações voltadas

1 Doutorando em Processos e Manifestações Culturais pela Universidade Feevale. E-mail: douglas.mkaiser@gmail.com.

2 Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e professora da Universidade Feevale. E-mail: claudias@feevale.br.

3 Doutora em Processos e Manifestações Culturais pela Universidade Feevale e professora da mesma instituição E-mail: denise@feevale.br.

à inclusão, e ao forte apelo emocional que a *Oktoberfest* de Igrejinha promove entre voluntários e participantes.

1. ALVORADA FESTIVA

Literalmente, a expressão "alvorada festiva" não precisa de muitas explicações: "alvorada" lembra amanhecer, começo, início, toque para iniciar algo, luz; já o termo "festiva" remete à comemoração, festa, júbilo. Logo, "alvorada festiva" lembra início de comemorações, começar festejando, ou até mesmo uma espécie de desejo simbólico de que "tudo dê certo".

Comemorar, compartilhar, celebrar são atividades humanas ancestrais, guardadas as devidas características de tempos, povos e formas de festejar. Festas guardam características do sagrado e do profano, do erudito e do popular, do antigo e do novo. Festas renovam-se, e, ao mesmo tempo, conservam elementos que remetem ao passado e à memória, muitas vezes, pela reinvenção, pelas tradições inventadas.

O Brasil, país de grandes proporções geográficas, tem o estereótipo de ser o país da alegria, do samba, da comemoração e da troca. É uma nação multicultural que recebe, desde muitos séculos, pessoas de outros locais e de outras nacionalidades e que contribuíram e contribuem para a formação cultural brasileira. As particularidades revelam-se em diferentes formas de expressões, carregadas de características regionais; nas demonstrações de sentimentos de pertencimento e símbolos próprios; na percepção de diferenciações entre regiões, ao mesmo tempo que permitem trocas e interações. É uma construção coletiva, marcada por dualidades, por diferenças e semelhanças. É uma identidade que se constrói baseada na troca e na alteridade.

Durante e após o período de colonização, pessoas de diferentes culturas, em contextos e motivações distintas, chegaram ao Brasil, provenientes da Europa, da Ásia, da América do Norte, da África, enfim, de todos os continentes. Tratando-se exclusivamente de imigrantes de origem alemã, o registro oficial assinala o ano de 1824 como o início, pouco tempo depois da Independência do Brasil. Rodeghiero (2013), citando Rambo, explica que o termo "alemão", nos primórdios da imigração, estava relacionado aos imigrantes procedentes de territórios onde, historicamente, prevaleceu a chamada ordem alemã; não havia a nação alemã como constituída atualmente; o denominador comum era a tradição cultural compartilhada, com elementos agregadores, como a língua. Portanto, é importante frisar que, mesmo que registros históricos se refiram à imigração alemã, a Alemanha, como nação unificada, formou-se apenas na década de 1870: o que antes representava o grupo "alemão" eram características comuns, dentre as quais o idioma, mesmo que em suas variantes e dialetos regionais.

O fato de a Imperatriz Leopoldina ter descendência germânica foi um dos fatores que incentivou a imigração alemã, mas também contribuíram a incipiente industrialização e a falta de perspectivas de trabalho, na Europa, devido ao grande contingente populacional e não absorção da totalidade de mão-de-obra; a intenção do Império Brasileiro, recém independente, de formar um exército; e a intenção de "branqueamento" da população brasileira, até então formada por enorme contingente de pessoas de origem negra.

Por décadas, imigrantes alemães foram direcionados especialmente aos Estados da região Sul do Brasil, como o Vale do Paranhana, Estado do Rio Grande do Sul. Na região, onde hoje fica o município de Igrejinha, os primeiros imigrantes da etnia estabeleceram-se por volta de 1846, quando a região era chamada de Santa Maria do Mundo Novo. Como relatam Ribeiro (2015) e Dreher (2024), inicialmente os imigrantes, de modo geral e em diferentes locais, buscaram a organização básica, voltada a subsistência e instalação, em áreas ainda de mata fechada. Com a abertura de clareiras, feitas com instrumentos rudimentares, as chamadas "picadas" constituíram-se em caminhos e delimitadores de terras. Com o passar do tempo, e produção excedente, formou-se um comércio. Era evidente o uso da língua alemã, visto que o idioma português foi assimilado com o tempo. A distância de centros maiores obrigou as comunidades a uma organização própria, no campo espiritual, religioso, e também educacional. Muitas vezes, membros da própria comunidade assumiam ou lideravam tarefas espirituais e educacionais.

Num "círculo" de desenvolvimento, o passo seguinte foi a organização social. Na vida em terras brasileiras, os imigrantes trouxeram, em sua "bagagem", não apenas escassos recursos materiais ou esperanças, mas também elementos culturais da pátria de origem. Hábitos, costumes, tradições, manifestações culturais, gastronomia, festividades, elementos ligados à cultura alemã, foram adaptados e transmitidos entre gerações, por meio de processos de hibridização e de tradições inventadas.

As tradições inventadas, segundo Hobsbawm e Ranger (1997), costumam estabelecer uma relação com o passado, referências, promovendo dualidades entre mudanças, inovações e rememorações de períodos passados. Os mesmos autores trazem a seguinte definição de tradição inventada:

> Por 'tradição inventada' entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através de repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado (Hobsbawm; Ranger, 1997, p. 9).

Sobre o mesmo tema Flores (1997) afirma:

> Inventar tradições significa criar rituais e regras que busquem traçar uma continuidade com o passado, criando uma memória que funciona como um estoque de lembranças. Nem tudo o que a "tradição inventada" abarca é realmente passado; várias de suas manifestações são recentes, mas surgem para as pessoas como algo há muito existente (FLORES, 1997, p. 35).

Outro termo que ajuda a explicar o processo de mescla de culturas, a hibridização cultural, segundo Burke (2003), perpassa diferentes áreas, como a linguagem, o esporte, as festividades e a música. O fenômeno funciona numa espécie de circularidade cultural, cujo conceito remete ao movimento de um círculo: manifestações, tradições, música, artes, arquitetura de diferentes povos e regiões podem ser inspiradas em outras culturas e, num ciclo contínuo, essas mesmas "adaptações" podem retornar ao seu local de origem, em um processo de retroalimentação.

Também como exemplo de hibridismo cultural, segundo Cardoso (2008), é a chegada de imigrantes alemães à região do Rio da Prata, próximo ao Rio Grande do Sul, onde ocorreram choques culturais com portugueses e indígenas, que já estavam estabelecidos na região. Desse encontro resultou uma nova cultura, que preservou alguns traços essenciais das tradições originárias.

Seyferth (1994) relata que a assimilação de elementos da cultura brasileira pelos imigrantes alemães e seus descendentes foi lenta e gradual, mas não se restringiu apenas a essa etnia; de certa forma, a necessidade de organizarem-se coletivamente para prosperar, sem depender do Estado, proporcionou uma manutenção de certos elementos da cultura alemã, especialmente no que se refere à cultura, religiosidade e educação. Observa-se que o processo de adaptação e mescla da cultura alemã com a brasileira não foi estático, mas dinâmico, mantendo alguns elementos tradicionais.

Como mencionado, os imigrantes e descendentes organizaram sua vida social e recreativa, e os *Schützenverein* (Clubes de Caça e Tiro), manifestação do associativismo alemão, são um dos exemplos de organização social, como relata Flores (1997). A formação de corais, sociedades de canto, clubes esportivos, fundamentou a sociedade composta por imigrantes e seus descendentes, baseado em princípios como união, cooperação e integração. Afirma Seyferth (1994, p. 13):

> A comunidade étnica teuto-brasileira foi definida objetivamente por seus membros a partir do uso cotidiano da língua alemã, da preservação de usos e costumes alemães (incluindo entre outras coisas, hábitos alimentares, organização do espaço doméstico, formas de sociabilidade, comportamento religioso, etc), da intensidade da vida social expressa pelas muitas associações que assumiram forte caráter étnico (como as sociedades de tiro, de ginástica, de canto, escolares, de auxílio mútuo).

Flores (1997) afirma que as festas reforçavam laços e reafirmavam identidades nas comunidades de origem alemã, no Sul do Brasil; mesmo com bastante trabalho, as ocasiões festivas envolviam as famílias e comunidades. Sobre o desenvolvimento de festas relacionadas à cultura alemã, afirmam Wolff e Flores (1994, p. 211): "[...] as reminiscências do passado são figuradas através de imagens, de símbolos, de práticas e atitudes. Tudo é mostrado como se fosse um retorno da história".

Importante mencionar que, em determinado período, houve uma diminuição nas manifestações e festas relacionadas à cultura alemã, especialmente no período pós-guerra e também por influência da Campanha de Nacionalização, no Governo Getúlio Vargas (1930-1945). Entretanto, por volta da década de 1980, a festas temáticas voltaram com protagonismo, influenciadas por diferentes fatores, como a intenção de lideranças políticas e empresariais de fortalecer e criar identidades próprias para suas cidades, de modo a diferenciá-las; a rememoração da cultura alemã; a promoção de eventos temáticos como incentivo ao turismo; dentre outros.

Exemplo disso são as chamadas *Oktoberfests.* Entre as mais conhecidas no Brasil estão a festa realizada em Blumenau, SC, desde 1984; de Santa Cruz do Sul, RS, desde 1984; e de Igrejinha, RS, desde 1988, que é o evento base deste estudo. Na sequência, a *Oktoberfest* de Igrejinha será apresentada.

2. *OKTOBERFEST:* A GRANDE FESTA DE OUTUBRO

Sobre as festas com temáticas acerca da cultura alemã, recorre-se a Roche (1969) que, em amplo estudo sobre a colonização alemã no RS, traz elementos relacionados ao tema "comemorações", tratando das tradições familiares que envolviam, por exemplo, nascimento, bodas e enterro; também haviam as tradições religiosas, especialmente as datas do Natal e da Páscoa. Originário de tradições religiosas está o *Kerb*, festa popular que, com adaptações, chegou aos momentos atuais e inspirou a criação de uma série de eventos. Nos *Kerbs,* são tradicionais os cultos ou missas solenes, a gastronomia farta, bailes e festividades com música e dança. Roche (1969) relata sobre o aparecimento de sociedades, algumas com temática mais esportiva, outras, de canto e divertimento. As sociedades auxiliaram na manutenção de costumes ligados às origens germânicas.

Mesmo sendo um estudo mais antigo, Willems (1980) apresenta algumas importantes contribuições, como a transcrita a seguir:

> Às funções que a recreação exerce em qualquer parte, veio acrescentar-se uma outra que na cultura teuto-brasileira talvez não seja menos importante do que a primeira: a perpetuação do patrimônio cultural dos imigrantes e seus descendentes exigiu que se compensasse o insulamento por uma forma de sociabilidade intermitente, mas intensa (Willems, 1980, p. 405).

Também menciona Willems (1980, p. 409) que "muitas formas recreativas perpetuadas pelos imigrantes alemães foram aceitas também por outros grupos étnicos com que se estabeleceram contatos no mesmo nível social". Willems (1980) enfatiza que a vida recreativa dos teuto-brasileiros era marcada por uma quantidade de elementos novos que substituíram antigas formas de expressão e simbolismo, porém, muitas vezes, sobressaíram-se aos elementos tradicionais.

Flores (1997) destaca a característica mutável da cultura e festa germânica, como se percebe na seguinte citação:

> Da mesma forma que a cultura, a festa germânica é uma obra em movimento. Como num romance ou num poema, há um trabalho de re-criação de elementos constitutivos da vida cotidiana, difusos entre o que é visível, palpável, e o que é imaginário, criado de imagens, representações, sonhos, histórias, tradições, 'tradições inventadas', espírito de comunidade, de passado comum (Flores, 1997, p. 31).

Sobre as manifestações festivas relacionadas aos imigrantes alemães, cita-se:

> As festas reforçavam laços e reafirmavam identidades nas antigas colônias alemãs no Sul do Brasil. A vida dos colonos, embora dura e preenchida pelo trabalho, era pontilhada de ocasiões festivas que envolviam a família e a comunidade. O Natal, a Páscoa, os aniversários, eram comemorações centradas na família, incluindo, às vezes, alguns vizinhos. Mas havia também as festas das comunidades religiosas, os bailes, os piqueniques e os casamentos, que envolviam maior número de pessoas. (Flores, 1997, p. 41-42).

Percebe-se, portanto, que a vida recreativa e social, em comunidades em que há presença de elementos étnicos ligados à etnia alemã, foi bastante intensa e numa considerável linha de tempo, adaptando-se com o passar do tempo, seja pela rememoração, seja pela adaptação ou sensação de pertencimento e identidade, com simbologias comuns e capazes de agregar grupos de pessoas.

Especificamente sobre a primeira festa em solo brasileiro, no formato da *Oktoberfest* de Munique, menciona Rodeghiero (2013) que, na *Deutscher Turnverein* – Sociedade Alemã de Ginástica, em Porto Alegre, RS (mais tarde denominada Sociedade Ginástica de Porto Alegre – SOGIPA), por volta de 1903, surgiu um grupo chamado *Die Haberer*, com o objetivo de rememorar a cultura alemã, por meio de manifestações folclóricas, danças, canções populares, dentre outras formas. Por meio desse grupo (*Die Haberer*), idealizou-se uma festividade nos moldes da *Oktoberfest* de Munique, cujo centenário havia ocorrido em 1910.

Assim, em 1911, no Parque São João, em Porto Alegre, ocorreu a pioneira *Oktoberfest* no Brasil. Até 1969, com breve interrupções, a *Oktoberfest* da SOGIPA aconteceu neste local e, após um hiato, retornou na década de 1980.

A iniciativa de diferentes cidades, especialmente na região Sul do Brasil (Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), de promover festas com temáticas ligadas à cultura germânica, foi consequência, em muitos casos, de iniciativas de empresários, líderes de entidades setoriais – ligadas ao turismo, ao comércio e ao desenvolvimento, e visava também a combinação com a promoção do turismo. Dessa forma, grande parte das festas com temática alemã surgiu de uma combinação entre rememoração de cultura, espaço e tempo de lazer, e desenvolvimento econômico – turismo.

Exposto esse contexto a respeito da criação de festas temáticas relacionadas à cultura alemã, identifica-se o início de eventos em diferentes regiões do Brasil, seguindo os moldes da *Oktoberfest* de Munique, como nas cidades de Blumenau/SC, Santa Cruz do Sul/RS e Igrejinha/RS, por exemplo.

Em Blumenau, no ano de 1984, inicia-se a realização de festa temática em estilo *Oktoberfest*, conforme Pfau (2018). No mesmo ano, surgia a *Oktoberfest* de Santa Cruz do Sul, cujo propósito principal, tal qual um padrão que parece "conduzir" a criação de festas com cunho étnico, foi a celebração da herança cultural, no caso, a alemã, como relatado em material informativo da 26ª edição da *Oktoberfest,* de Santa Cruz do Sul (Jardim, 2010).

Em Igrejinha, no Vale do Paranhana, a *Oktoberfest s*urgiu em 1988, com o princípio inicial de rememoração da cultura alemã. Posteriormente, foram agregados os princípios da solidariedade, da transparência, da responsabilidade social, da diversão e do voluntariado, como balizadores da *Oktoberfest* de Igrejinha. Como fatos importantes desta *Oktoberfest* em específico, destaca-se a criação, em 1994, da Associação de Amigos da *Oktoberfest* de Igrejinha – AMIFEST. Até 2024 foram realizadas 35 edições do evento em Igrejinha, destacando-se que a *Oktoberfest* de Igrejinha reforça a participação voluntária (cerca de 3.000 pessoas em 2024) e também a o grande montante de recursos que foram repassados para a comunidade regional (cerca de R$ 28.000.000,00 – vinte e oito milhões de reais), considerando repasses desde a primeira edição em 1988. A *Oktoberfest* de Igrejinha já foi ganhadora, por duas vezes, do Prêmio Líderes & Vencedores, promovido pela Federação das Entidades Empresariais do RS (FEDERASUL) e Assembleia Legislativa do RS, nos anos 2016 e 2024, nas categorias Destaque Comunitário e Expressão Cultural, respectivamente. Também recebeu o prêmio Top de Marketing – Desenvolvimento Social, promovido pela Associação dos Dirigentes de Marketing e Vendas do Brasil (ADVB – RS), em 2018; e por fim, a cidade de Igrejinha foi intitulada Capital Estadual do Voluntariado em

2019. Nas linhas seguintes, serão apresentados temas específicos da *Oktoberfest* de Igrejinha, como o local onde ocorre o evento (Parque Almiro Grings); o desenvolvimento do evento *Besonderertag*, dentro da programação da *Oktoberfest;* e a relação da festa com memória e identidade.

2.1 O PARQUE DE EVENTOS ALMIRO GRINGS

A *Oktoberfest* de Igrejinha é realizada desde a sua concepção no Parque de Eventos Almiro Grings, que tem área de 11 hectares. Nesse espaço, há 15.000 m² de área coberta e localiza-se na Rua Arlindo Geis, nº. 255, em Igrejinha. A denominação do Parque foi concedida em 2001, conforme Lei 3.210, de 21/12/2001, pela Câmara de Vereadores da cidade.

A existência do espaço do Parque de Eventos Almiro Grings é anterior à criação da *Oktoberfest* em 1988, mas, desde a primeira edição, o espaço se tornou a "casa" oficial do evento. Vários elementos construtivos remetem à cultura germânica, como o pórtico em estilo enxaimel, na entrada do parque, na rua Arlindo Geis. Esse mesmo estilo está presente em várias construções da Vila Germânica, onde existem espaços que simulam uma ferraria, uma igreja e outros, e servem como espaço para imprensa, casa de comercialização de artesanato e armazém.

Uma inovação na Vila Germânica foi a instalação de uma sala multissensorial, preparada para atendimento de pessoas com Transtorno de Espectro Autista (TEA). Consta no portal *Oktoberfest* 2024:

> O objetivo da implementação da sala é proporcionar um espaço multissensorial para a construção de possibilidades de regulação emocional e integração das pessoas com TEA em situação de crises do processamento sensorial. "Esse novo espaço não é só um incremento de construções do parque. Ele tem uma simbologia muito grande do nosso povo. Nosso cuidado, nosso carinho com essas pessoas que precisam também da nossa atenção", disse Egon Wallauer, presidente da 35ª *Oktoberfest* de Igrejinha. (*Oktoberfest*, 2024, p. 1).

Também existem no Parque de Eventos Almiro Grings vários espaços destinados para apresentações e shows, tanto musicais, de danças ou eventos oficiais. Citam-se o Coreto, próximo da entrada do parque, onde normalmente apresentam-se as bandas típicas; o Ginásio, onde ocorre a *E-Oktober* (música eletrônica); o Pavilhão de Shows; o tradicional Pavilhão do *Kerb* (que remete justamente à esta antiga prática cultural); e o *Bierplatz*, espaço para consumo de bebidas e gastronomia típicas.

Figura 1 – Vila Germânica da *Oktoberfest* de Igrejinha.



Fonte: Arquivos da AMIFEST.

Figura 2 – Pavilhão do *Kerb, Oktoberfest* de Igrejinha.



Fonte: Arquivos da AMIFEST.

Alguns elementos e simbologias presentes no Parque de Eventos Almiro Grings remetem à etnia alemã, em muitos aspectos, e sobre isto Weber (2024) afirma que o chamado turismo étnico incentiva um foco particular, "[...] uma identidade cultural específica em que há um grupo étnico que se engaja na produção de uma identidade" (Weber, 2024, p. 150). A *Oktoberfest* de Igrejinha tem, dentre seus princípios, a rememoração da cultura alemã e o voluntariado; logo, há uma tentativa constante de manutenção e adaptação de elementos que

façam ligação com a cultura; em termos de coletividade, o voluntariado auxilia na criação de um diferencial para a festa igrejinhense ao mesmo tempo que auxilia na criação de um imaginário, uma identidade coletiva. O parque de eventos, como espaço de realização da festa e como espaço de memória, auxilia no processo de identidade da festa, bem como na rememoração e formação de novas memórias. A identidade e a memória são abordadas a seguir.

2.2 MEMÓRIA E IDENTIDADE NA *OKTOBERFEST* DE IGREJINHA

Em pesquisas realizadas para dissertação de mestrado, e tendo a *Oktoberfest* de Igrejinha como base de estudo, Kaiser (2022) identificou que existe uma relação afetiva e emocional de pessoas com a *Oktoberfest* de Igrejinha. O evento e também o Parque são vistos como espaços de convívio, de criação e rememoração de lembranças, espaços fomentadores de memórias.

De forma a facilitar o entendimento, aprofunda-se referências a respeito de identidade, memórias e símbolos. Assim, Ribeiro (2004, p. 48) menciona que "as manifestações populares, sejam de cunho religioso ou não, possuem um caráter ideológico uma vez que comemorar é, antes de mais nada, conservar algo que ficou na memória coletiva". Para Ribeiro (2004), as manifestações populares são ainda integrantes de produtos turísticos, de forma direta ou complementar. Comenta Ribeiro (2004, p. 49) que "as festas populares expressam as formas identitárias de grupos locais, onde o motivo de encontro, de fé ou simplesmente de celebrar atrai e identifica devotos e indivíduos de mesma identidade".

Também é de Ribeiro (2004, p. 49) a seguinte menção: "No caso específico das festas populares, sua realização forma a expressão simbólica mais fiel da vida social de uma comunidade". As citações feitas por Ribeiro têm vínculos com as características da *Oktoberfest* de Igrejinha, que acabam envolvendo elementos de memória coletiva, bem como fortalecem imagens identitárias, como é a questão do voluntariado.

Festas "[...] podem relacionar-se ao lazer, às manifestações de cultura, aos momentos de socialização, às contribuições financeiras para quem as realiza, ao sentimento de pertencimento ao lugar e também como atrativo turístico'' (Oliveira; Calvente, 2012, p. 83). Essa descrição, conforme Kaiser (2022), têm alinhamento com padrão da *Oktoberfest* de Igrejinha: trata-se de manifestação cultural, de socialização, de arrecadação de recursos para posterior repasse, de criação de memória e identidade coletiva.

Oliveira e Calvente (2012) também falam da singularidade que acaba distinguindo cada cultura, cada povo, cada local, e das interações possíveis. Nesse sentido, convém transcrever o seguinte trecho do estudo das autoras mencionadas:

> Fazem parte do patrimônio cultural tanto as manifestações culturais materiais (monumentos, obras de arte, cidades, objetos pessoais de celebridades etc.) quanto às manifestações culturais imateriais (saberes, músicas, festas, danças, crenças etc.). O patrimônio é construído socialmente e tem a participação tanto do saber erudito, como do saber de grupos populares. E cada localidade possui sua singularidade como marca da diferenciação. E, assim, as festas podem propiciar o enriquecimento cultural por meio do contato entre diferentes realidades: sensações, experiências, ambientes e paisagens, ou seja, uma vivência diferente do habitual. Porém podem existir casos em que não haja diálogo entre as culturas, ocorrendo conflitos e transformação daquela cultura que já existia pela imposição de uma cultura 'de fora' (Oliveira; Calvente; 2012, p. 84).

Flores (1997) relata que a festa alemã é formada de movimento, em que há recriação de elementos presentes na vida cotidiana, numa mistura do que é visível, perceptível, e o que é imaginado, com imagens, representações, sonhos, tradições inventadas, espírito comunitário. Também discorre sobre o estudo de Maffesoli, que menciona o ideal comunitário, formado por elementos como ressurgências étnicas, reivindicações linguísticas, destaca ainda a cultura esportiva, de convívio social, musical, etc. Essas características são muito bem reforçadas na *Oktoberfest* de Igrejinha. Há todo um processo de construção, de rememoração, de inclusão de novos elementos, como o *Besonderertag,* adiante mais bem explorado. A cultura germânica, no caso de Igrejinha, é um agente fomentador da reunião, da comemoração, da união de esforços; além disso o evento ganha um aspecto solidário, de consagramento, a partir do momento que cria uma identidade coletiva, de trabalho voluntário, de devolução para a comunidade. A *Oktoberfest* foi criada com o objetivo de rememorar a cultura dos imigrantes alemães. Em Igrejinha, criou-se a cultura de esperar pela festa, pela *Oktoberfest*.

Sobre identidade, transcreve-se trecho do estudo de Oliveira e Calvente (2012, p. 83), que afirmam:

> [...] um dos significados da festa está em seu poder de mobilizar as identidades, já que seu significado, suas manifestações, seu desenvolvimento, os discursos e os mitos mantêm relacionando de perto ou de longe a unidade e a identidade.

As mesmas autoras, em relação à memória coletiva, identificam:

> Dessa forma, o momento da festa pode gerar a concretização dos sentidos de uma determinada identidade dada pelo compartilhamento do símbolo que é comemorado e se inscreve na memória coletiva como a junção das expectativas de cada pessoa envolvida direta ou indiretamente no momento festivo (Oliveira; Calvente; 2012, p. 83).

Oliveira e Calvente (2012) mencionam que festas são ações coletivas, em que normalmente se concentram emoções e afetos e, como consequência, a

simbolização de unidade dos participantes, reunidos em torno de uma identidade coletiva.

Sobre identidade, Hall (2006) retrata, em resumo, três concepções distintas de identidade: a primeira, o sujeito do Iluminismo, caracterizado numa concepção de um ser centrado, único e imutável; a segunda, o sujeito sociológico, numa abordagem interativa, do "eu interior" com o externo; e, por fim, o sujeito pós-moderno. Em relação ao sujeito pós-moderno, diz Hall (2006, p. 13): "A identidade torna-se uma "celebração móvel": formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam".

Contribuindo para o entendimento do tema, conforme Hall (2006, p. 47), "no mundo moderno, as culturas nacionais em que nascemos se constituem em uma das principais fontes de identidade cultural". Em uma análise detalhada, mas aqui resumida, Hall (2006) diz que uma cultura nacional funciona como uma comunidade imaginada, formada por memórias do passado, o desejo da vivência coletiva e a perpetuação da chamada "herança", algo análogo à *Oktoberfest* de Igrejinha. O estudioso afirma que as culturas nacionais são uma das principais fontes de nossa identidade cultural. Para Hall (2006, p. 60): "[...] as nações são sempre compostas de diferentes classes sociais e diferentes grupos étnicos e de gêneros". O mesmo vale para um Estado, para uma cidade, para uma comunidade, como é o caso de Igrejinha: a diversidade é marcante, não existe "homogeneidade". Por fim, detalha Hall (2006) que, nas sociedades modernas, as mudanças são constantes e rápidas.

Sobre memória, Pollak (1992) classifica como um fenômeno coletivo e social, sujeito a transformações e mudanças. Seguindo essa linha, Pollak (1992) determina elementos constitutivos da memória, quais sejam: acontecimentos vividos pessoalmente; acontecimentos vividos por "tabela", que são acontecimentos vividos pelo grupo, pela coletividade, na qual o indivíduo esteja inserido.

Em se tratando de acontecimentos vividos por "tabela", cita-se:

> São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou grupo. É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase herdada (Pollak, 1992, p. 202).

Pollak (1992) afirma também que a memória é constituída de pessoas, personagens, que podem de fato terem sido encontradas em algum momento

da vida, ou percebidas por "tabela", e ainda não terem pertencido ao espaço-tempo da pessoa. Existem ainda os lugares de memória, ligados à lembrança e sem obedecer necessariamente tempo cronológico. Ainda sobre esses locais de memória, afirma Pollak (1992), são espaços de apoio para as memórias, lugares de comemoração. Uma citação importante de Pollak diz o seguinte:

> Esses três critérios, acontecimentos, personagens e lugares, conhecidos direta ou indiretamente, podem obviamente dizer respeito a acontecimentos, personagens e lugares reais, empiricamente fundados em fatos concretos. Mas pode se tratar também da projeção de outros eventos (Pollak, 1992, p. 213).

Para aprofundar detalhamentos a respeito do termo "memória", recorre-se às definições de Le Goff:

> A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas (Le Goff, 2003, p. 419).

Ainda de Le Goff (2003), cita-se:

> Deste ponto de vista, o estudo da memória abarca a psicologia, a psicofisiologia, a neurofisiologia, a biologia e, quanto às perturbações da memória, das quais a amnésia é a principal, a psiquiatria (Le Goff, 2003, p. 419).

Le Goff (2003), ao mencionar em sua obra Henri Atlan, comenta que antes da utilização de uma linguagem falada ou escrita, o que ampliou o espectro para armazenamento de informações relacionadas à memória, existe uma espécie de linguagem de armazenamento de informações de nossa memória.

Importante ainda transcrever o seguinte trecho de Le Goff (2003, p. 421-422), que diz:

> Leroi-Gourhan considera a memória em sentido lato e distingue três tipos de memória: memória específica, memória étnica e memória artificial: Memória é entendida, nesta obra, em sentido muito lato. Não é uma propriedade de inteligência, mas a base, seja ela qual for, sobre a qual se inscrevem as concatenações de atos. Podemos a este título falar de uma 'memória específica' para definir a fixação dos comportamentos de espécies animais, de uma memória 'étnica' que assegura a reprodução dos comportamentos nas sociedades humanas e, no mesmo sentido, de uma memória 'artificial', eletrônica em sua forma mais recente, que assegura, sem recurso ao instinto ou à reflexão, a reprodução de atos mecânicos encadeados.

Tanto as palavras de Pollak (1992) como as de Le Goff (2003) expressam profunda ligação com a *Oktoberfest* de Igrejinha, porque, atualmente, o Parque de Eventos Almiro Grings é um espaço afetivo, totalmente vinculado à realização

da *Oktoberfest* da cidade; a imigração alemã, como acontecimento, é outro fator que lembra os estudos de Pollak (1992); a socialização histórica, por sua vez, permitiu que em 1988 tivesse início um evento pensado para rememorar a cultura germânica.

A *Oktoberfest* de Igrejinha tem muitos elementos que ativam memórias, tais como a Vila Germânica, a decoração com temas relacionados à cultura alemã e o próprio ambiente festivo. Nesse sentido, deve-se considerar que a memória é também um fator pessoal e coletivo, então, não necessariamente precisa haver um elemento direto, característico da cultura alemã, para ativar ou gerar memórias: pode ser um encontro, uma lembrança de momentos com a família no parque ou algum momento marcante. Há elementos de comemoração, por meio de tradições inventadas, que não foram vividos pessoalmente pelos participantes da *Oktoberfest* de Igrejinha, mas que são "revisitados" por meio de novas vivências, novas práticas, que guardam ligação com elementos antigos.

Em relação à identidade, é evidente que o voluntariado tornou-se um elemento agregador e identificador da comunidade igrejinhense. Percebe-se isso no enfoque presente em mídias, materiais promocionais, releases e notícias veiculadas na imprensa. Tornou-se evidente ainda a cultura do voluntariado, a identificação (tanto individual quanto coletiva) com o tema. Essas evidências, apresentadas por Kaiser (2022), demonstram considerável número de menções ao trabalho voluntário e sua importância junto à comunidade de Igrejinha. Foram evidentes também os resultados financeiros advindos do trabalho voluntário; resultados esses distribuídos para entidades de diferentes setores do Vale do Paranhana; além de perceptíveis ganhos emocionais, de realização, de participação, de consagramento em torno de ideias.

Percebe-se, ainda, como demonstra Kaiser (2022), a relação emocional de voluntários e participantes com o evento. Há ênfase em elementos de memória afetiva, cujas lembranças pessoais são avivadas em novas comemorações (no caso a *Oktoberfest* de Igrejinha). Essa participação, como voluntários ou espectadores, gera sentimentos de pertencimento, de engajamento, de solidariedade e associativismo (um termo muito presente na vida dos primeiros imigrantes).

No estudo realizado por Kaiser (2022), referenciais bibliográficos apontam que a característica emocional, anteriormente citada, está fortemente ligada às percepções individuais e à qualidade de vida, dentro de uma das linhas direcionadoras possíveis, estabelecendo que o conceito de qualidade de vida envolve justamente a noção individual, o sentimento gerado em cada indivíduo. No caso da *Oktoberfest* de Igrejinha, ser voluntário é uma característica identitária, inclusive coletiva. Existe um sentimento de orgulho e pertencimento muito latente.

Com fortes elementos simbólicos, a *Oktoberfest* de Igrejinha, por meio de alguns elementos, enfatiza a origem dos primeiros imigrantes, mesmo que por meio de tradições inventadas. São realizados trabalhos de pesquisa, por meio de comissões como a de Germanização (responsável pelo resgate e pesquisa histórico); montagem e organização de desfiles temáticos; construção de réplicas de prédios relacionados à imigração; incentivo à participação de grupos de danças folclóricas; são as formas que a AMIFEST promove a rememoração de elementos ligados à cultura germânica. A elaboração de trajes específicos para a Corte e o incentivo de vestes com temática alemã é outro ponto que merece destaque em relação aos simbolismos presentes na *Oktoberfest* de Igrejinha.

A *Oktoberfest* de Igrejinha tornou-se para a comunidade um elemento que fomenta a solidariedade e o associativismo. O trabalho voluntário, por sua vez, é uma característica identificadora dessa comunidade, servindo de elemento caracterizador tanto de identidade individual quanto coletiva. Deste trabalho voluntário, a comunidade local e inclusive regional tem sido beneficiada, ao longo dos anos, com repasses financeiros vultosos, que contribuem para melhoria de serviços prestados. Basta verificar os investimentos em hospitais regionais, Bombeiros, órgãos de segurança pública (Brigada Militar, Polícia Civil), escolas (como a APAE), dentre outros. Esses repasses contribuíram para investimentos em estrutura física, equipamentos, infraestrutura, aquisição de maquinário, refletindo em melhores condições de atendimento aos usuários de serviços relacionados. Entretanto não são apenas os ganhos financeiros e seus desdobramentos que geraram benefícios. A possibilidade de relacionamento com outras pessoas, valorizando as amizades; as rememorações e recordações afetivas possíveis em função do evento; o encontro; a participação; o sentimento de pertencimento; a reunião familiar foram considerações relativas à qualidade de vida, relacionadas à *Oktoberfest* de Igrejinha, no estudo de Kaiser (2022). Ainda com base nas pesquisas, identificou-se que a etnia alemã tem como características principais forte ligação com o trabalho, com o associativismo, mas igualmente a vida social, as festividades e comemorações. Isto está presente na *Oktoberfest* de Igrejinha, onde o trabalho e associativismo estão representados na mobilização e trabalho voluntário (que inclusive diferenciam a *Oktoberfest* de outras festas de cunho semelhante), num evento de descontração, de vivência de cultura e de alegria.

3. *BESONDERERTAG:* MOMENTO DE FESTEJAR A INCLUSÃO

Em 2023, quando visitou a *Oktoberfest* de Igrejinha, Moisés Bauer, então Diretor de Diversidade e Inclusão da Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SJCDH) do Estado do Rio Grande do Sul, disse que inclusão, quando se pensasse em festa, não era apenas o convite para participar do evento em si,

mas sim o convite para dançar. A metáfora tinha a intenção de demonstrar que não bastava apenas promover um evento e convidar Pessoas com Deficiências (PcDs), mas tornar um espaço de convívio e troca. Conforme o Artigo 2º da Lei nº. 13.146, de 6 de julho de 2015, considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (Brasil, 2015, p. 1).

O momento em que o representante governamental esteve em Igrejinha tratava-se do *Besonderertag,* criado em 2016, por proposição da Escola de Educação Especial Raio de Luz (E.E.E. Raio de Luz), vinculada à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). A escola, também conhecida por APAE Igrejinha, é antiga parceira da *Oktoberfest,* visto que existe um espaço específico, dentro do Parque Almiro Grings, para comercialização de produtos alimentícios, sob responsabilidade da APAE Igrejinha, e os lucros são destinados para a própria escola.

A E.E.E. Raio de Luz foi fundada em 1980 e, segundo consta em material informativo da própria instituição (APAE, 2019), é uma associação civil e beneficente, voltada para a atuação em áreas como assistência social, educação, saúde, lazer, cultura, profissionalização, direitos das PcDs, dentre outras. A escola conta com profissionais multidisciplinares, como professores, cozinheiros, motoristas, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, assistentes sociais, psiquiatras, neuropediatras, dentre outros. A escola mantém um grupo de danças típicas alemãs, composto por PcDs, chamado de *Lichten Stral,* além do grupo de danças gaúchas Sentinelas do Coração. Em 2020, a APAE Igrejinha venceu a Categoria Referência Educacional, no Prêmio Líderes & Vencedores, promovido pela Assembleia Legislativa do RS e pela Federação de Entidades Empresariais do Estado do Rio Grande do Sul – FEDERASUL.

Como mencionado, em 2016, quando a *Oktoberfest* era presidida por Fabiano Beck, a APAE Igrejinha sugeriu a realização de atividades em dia específico, voltadas às Pessoas com Deficiências (PcDs). O *Besonderertag,* como foi nomeado esse dia, entrou para a grade oficial da *Oktoberfest* de Igrejinha, desde o primeiro ano de realização, ou seja, 2016. O propósito do *Besonderertag* é a promoção de um dia dedicando às PcDs, promovendo encontro, confraternização e alegria, além de proporcionar representatividade, inclusão e empoderamento. A *Oktoberfest* de Igrejinha ocorre durante dois finais de semana do mês de outubro, com atividades inclusive nos dias de semana, de terça a sexta, sendo que o *Besonderertag* ocorre na terça-feira, entre o primeiro e o segundo final de semana da festa.

Na pesquisa de mestrado, Kaiser (2022) abordou o histórico do *Besonderertag,* e, dentro deste estudo, realizou entrevistas específicas. A este

respeito, transcreve-se trecho de resposta da diretora da escola, Sílvia Bischoff, quando questionada sobre a importância do *Besonderertag:*

> O *Besonderertag* é um dia pensado na *Oktoberfest* por solicitação da APAE Igrejinha. para contemplar as "pessoas especiais" dentro de suas especificidades, pois muitos de nossos usuários não são crianças e nem idosos. [...] Este dia representa o empoderamento da PcD e a inclusão social pois atende especificamente a cada um e cada uma a partir de suas possibilidades. Eles sabem que é um dia para eles isso traz uma satisfação enorme em cada usuário (Kaiser, 2022, p. 64).

Na mesma linha, apresenta-se a resposta da psicóloga Karina Conrado:

> Na esfera psíquica, verifico ganhos variados da pessoa com deficiência na *Besondertag,* visto que possibilita experiências, conhecimento e pertencimento ao que é da sua cultura e das relações interpessoais. Assim, pensando no lazer e cultura, essa festa proporciona que o indivíduo tenha a oportunidade de não só aprender, mas de conhecer o próximo, de compartilhar as vivências, brincar, se divertir, interagir e se sentir e ser acolhido em um espaço que foi pensado e criado para ele. Além disso, há a promoção da autoestima e autoconfiança proporcionando uma melhora na qualidade de vida e relações estabelecidas. (Kaiser, 2022, p. 64).

Na edição de 2024, como demonstra o Portal *Oktoberfest* (2024), cerca de 1.700 pessoas participaram do evento, oriundas de mais de 20 cidades do RS. Segundo fala da diretora da APAE Igrejinha, Sílvia Bischoff, apresentada no Portal *Oktoberfest* (2024, p. 1), "Nós pensamos em ter um dia que contemplasse as necessidades deles, com uma programação específica. É um dia muito especial, preparado com muito carinho por nós". A diretora também comemora a criação da Comissão de Acessibilidade[4], conforme Portal *Oktoberfest* (2024, p.1): "Nós percebemos a necessidade de implementações específicas dentro do parque para qualificar a festa. A ideia é que a cada ano possamos melhorar o parque nesse sentido".

A fala da participante Thais Dietz, da cidade de Feliz, RS, confirma a importância da realização do *Besonderertag,* na edição de 2024:

> O dia de hoje é muito importante pela questão da integração e da sociabilidade. O acesso que as crianças têm aqui, um lugar diferente, presenciando um pouquinho da cultura alemã. É muito legal isso tanto para eles como para nós, que podemos levá-los para um ambiente diferente da escola (Portal *Oktoberfest,* 2024, p. 1).

Percebe-se, com o passar do tempo, desde 2016, várias medidas de melhoria, como a criação da Comissão de Acessibilidade, como citado, e a inauguração, no ano de 2024, de uma Sala Multissensorial, preparada para

4 A *Oktoberfest* é dividida em Comissões de Trabalho, compostas por voluntários, e cada uma delas com um propósito específico, e vinculada à alguma das diretorias existentes.

atendimento de pessoas com Transtorno do Espectro Autista, junto à Vila Germânica do Parque de Eventos Almiro Grings. A Sala Multissensorial tem como objetivo "[...] proporcionar um espaço multissensorial para a construção de possibilidades de regulação emocional e integração das pessoas com TEA em situação de crises do processamento sensorial" (Portal *Oktoberfest*, 2024, p. 2).

De modo geral, já houve grandes avanços em termos de participação, garantias e acesso, para PcDs, especialmente a partir do advento da Constituição Federal Brasileira, em 1988, complementadas por Leis, Decretos, Resoluções, como por exemplo, a Política Nacional de Educação Especial (1994) e Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), que foram elaboradas para garantir maior representatividade, inclusão e direitos às PcDs. Mais do que direitos, PcDs, seus responsáveis e rede de apoio buscam inclusão e equidade no tratamento.

Trazendo para a análise temas diretamente relacionados às PcDs e inclusão, além da parte legal, como sugere Brito (2019), são necessárias especialmente reflexões e ações, que garantam a participação das PcDs na vida comunitária e dignidade à sua existência. Brito (2019) ainda coloca que se torna necessário um olhar diferenciado sobre as PcDs, valorizando e estimulando habilidades, potencialidades, conquista de autonomia e participação social.

Em resumo, existe um processo histórico, influenciado por eventos políticos, sociais e econômicos, em que as PcD vêm conquistando espaços e quebrando preconceitos e estigmas, conforme pode-se sintetizar na seguinte afirmação:

> Evidencia-se, atualmente, um movimento pautado na defesa da formação cidadã, pelo qual a pessoa com deficiência deve desfrutar dos mesmos direitos e transitar pelos mesmos espaços que os sujeitos sem deficiência. Tais afirmativas, além do caráter constitucional, ganham estatuto com a Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, organizada pela ONU e hoje evidenciada pela lei brasileira. (Brito, 2019, p. 23).

A realização do *Besonderertag,* dentro da programação oficial da *Oktoberfest* de Igrejinha, reforça o princípio de responsabilidade social da festa, e também conversa com a tendência, identificada por Brito (2019), de não apenas realizar ações de inclusão, por força de legislações ou normas específicas, mas sim como compromisso social. A comprovação de que a direção da *Oktoberfest* também adotou a ideia, desde 2016, de proporcionar comemorações específicas, voltadas à integração do público geral e PcDs, demonstra a ideia de mudanças e adaptações na maneira de realizar a festa. Por fim, em termos de inclusão, o *Besonderertag* representa mais do que um momento de vivência cultural, representa também oportunidade de interação, fortalecimento de vínculos, empoderamento, autonomia e desenvolvimento da identidade, tanto individual, quanto coletiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Festejar, antes de outras definições, é uma atividade humana, presente na história desde milênios, envolvendo o erudito e popular, o sagrado e o profano, a memória, o símbolo e a identidade. E todas as culturas têm, em seu escopo, seus modos de festejar, seus símbolos e manifestações culturais que, por meio de processos de hibridrização e tradições inventadas, auxiliam na construção de memórias, em mudanças e inter-relacionamento de culturas.

O Brasil é um país reconhecido pela diversidade de festas e manifestações culturais, influenciadas por outras culturas e pela imigração. Não foi diferente com os imigrantes alemães e seus descendentes, que, além de contribuírem com a formação da cultura brasileira, legaram ao Brasil elementos, formas de festejar e características próprias, relacionadas às festas.

Comemorar envolve memória coletiva, fortalecimento de laços e de identidades de grupos locais, e diversas características e fatores fizeram com que núcleos comunitários, formados por imigrantes alemães e seus descendentes, criassem formas muito particulares de festejar. No início da imigração alemã, depois de organizarem a vida pessoal básica, bem como as relações comerciais, religiosas e educacionais, o passo seguinte foi a organização social. O ato de comemorar também é característica da cultura alemã. Iniciava na família, com o batizado, a comunhão, o casamento, o Natal e a Páscoa. De forma mais ampla, a organização social, na forma de sociedades de canto, de tiro, corais, nas comemorações religiosas, no *Kerb*, também são exemplos de formas de festejar e comemorar.

Tudo isso influenciou a criação de festas com características de rememoração e elementos da cultura alemã, desde o início da imigração, e ganhou impulso a partir da década de 1980. Foi o caso da *Oktoberfest* de Igrejinha, criada em 1988, com a ideia inicial de rememoração da cultura alemã, e posterior inclusão da diversão, da solidariedade, da responsabilidade social, da transparência e do voluntariado como princípios.

A *Oktoberfest* de Igrejinha promove a rememoração da cultura alemã, por meio de tradições inventadas. O local do evento, o Parque Almiro Grings, é um convite para vivências da cultura alemã: é um espaço de rememoração e de criação de novas memórias; é um espaço de integração e convívio de diferentes grupos e coletivos. No Parque, existe uma Vila Germânica e locais onde diferentes gêneros musicais apresentam-se, reafirmando relacionamentos e comprovando a diversidade presente no evento.

A *Oktoberfest* de Igrejinha tornou-se símbolo da comunidade local, fortalecendo a identidade coletiva, especialmente pelo voluntariado e pela relação emocional dos participantes.

O evento acompanha mudanças, insere-se no campo da inclusão, com a realização e aperfeiçoamento de ações ligadas ao *Besonderertag*, que promove empoderamento, sentimento de pertencimento, autonomia e possibilidade de trocas.

A *Oktoberfest* de Igrejinha é, por fim, uma grande festa da cultura alemã, fortalecida pelas tradições inventadas e pelo voluntariado, e "embalada" pela identidade, memória e inclusão, numa permanente construção.

REFERÊNCIAS

APAE BRASIL. Disponível em: https://apaebrasil.org.br/comunicacao/apae-de-igrejinha-rs-agraciada-com-o-premio-lideres--vencedores. Acesso em 11 jul. 2021.

BRASIL. **Lei nº. 13.146, de 06 de julho de 2015.** Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em 11 jul. 2021.

BRITO, Dorca Soares de Lima. **Assistência Social na Rede Apae:** ofertas socioassistenciais para pessoas com deficiência / Dorca Soares de Lima Brito, Ivone Maggioni Fiore, Marcelo Silva, Fabiana Maria das Graças Soares de Oliveira *et al*. Brasília, 2019.

BURKE, Peter. **Hibridismo cultural.** São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003.

CARDOSO, João Batista. Hibridismo cultural na América Latina. **Revista Itinerários**, Araraquara, SP, nº. 27, p. 79-90, jul./dez. 2008.

DREHER, Martin N. **Breve história das migrações alemãs para o Brasil.** São Leopoldo, RS: Oikos, 2024.

ESTATUTOS SOCIAIS DA AMIFEST – Associação dos Amigos da *Oktoberfest* de Igrejinha. Igrejinha, 1 dez. 2018.

FLORES, Maria Bernardete Ramos. **Oktoberfest:** Turismo, Festa e Cultura na Estação do Chopp. Florianópolis, Livraria e Editora Obra Jurídica Ltda, 1997.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. 11ª edição. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

IGREJINHA. **Lei nº. 3.210, de 21 de dezembro de 2001.** Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/rs/i/igrejinha/lei-ordinaria/2001/321/3210/lei-ordinaria-n-3210-2001-denomina-parque-de-eventos-e-da-outras-providencias?q=Lei+3210. Acesso em 19 jun. 2022.

JARDIM, Marco. **A história da Oktoberfest de Santa Cruz do Sul. Gráfica Garten Sul:** 1.000 exemplares, 2010. Disponível em: https://docplayer.com.br/5222256-A-historia-da-oktoberfest-santa-cruz-do-sul-rs-numeros.html. Acesso em 07 jun. 2022.

KAISER, Douglas Márcio Kaiser. **A *Oktoberfest* de Igrejinha e a percepção sobre qualidade de vida na comunidade local.** Universidade FEEVALE. Mestrado em Processos e Manifestações Culturais. Novo Hamburgo, RS: 2022.

KAISER, Douglas Márcio; SANT ANNA, Denise Blanco; SCHEMES, Claudia. Parque de Eventos Almiro Grings: Memórias, experiências e conexões na Oktoberfest de Igrejinha. *In*: **Migrações em perspectiva e as rememorações dos 200 anos da imigração alemã no Brasil.** [E-book]. / Organizadores: Rodrigo Luis dos Santos e Vania Inês Avila Priamo. – São Leopoldo, RS: Oikos, 2025.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

OKTOBERFEST DE IGREJINHA. Disponível em: https://www.oktoberfest.org.br. Acesso 24 set. 2025.

OKTOBERFEST DE IGREJINHA. **Inclusão e Diversão marcam o Besonderertag da 35ª Oktoberfest de Igrejinha.** 15 out. 2024. Disponível em: https://www.oktoberfest.org.br/noticias/inclusao-e-diversao-marcam-o-besonderertag-da-35-oktoberfest-de-igrejinha. Acesso em: 17 set. 2025.

OLIVEIRA, Alini Nunes de; CALVENTE, Maria Del Carmen Huertas. As múltiplas funções das festas no espaço geográfico. **Interações***,* Campo Grande, v.13, n. 1, p. 81-92, jan. / jun., 2012.

PFAU, José Geraldo Reis. **Oktoberfest de Blumenau.** Blumenau: PFAU Comunicação, 2018.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social.** Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n.10, 1992, p. 200-212.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro:** a formação e o sentido do Brasil. 3 ed. São Paulo, Global, 2015.

RIBEIRO, Marcelo. Festas populares e turismo cultural: inserir e valorizar ou esquecer? O caso dos Moçambiques de Osório, Rio Grande do Sul. Pasos – **Revista de Turismo y Patrimonio Cultural.** v. 2, n. 1, p. 47-56, 2004.

ROCHE, Jean. **A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul.** Vol II. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

RODEGHIERO, Luzia Costa. **Centenário da Oktoberfest da SOGIPA:** Edição Comemorativa Trilíngue – década de 1910 a 2011. Porto Alegre: SOGIPA, 2013.

ROSSBACH, Roberto Fabiano. **Sociedades de música (bandas) no contexto da imigração alemã.** XXIV Congresso da Associação Nacional de Pesquisa e Pós - Graduação em Música – São Paulo – 2014.

SEYFERTH, Giralda. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. *In:* **Os alemães no Sul do Brasil:** cultura, etnicidade e história. Cláudia Mauch e Naira Vasconcellos. Canoas: Ed. ULBRA, 1994.

WEBER, Roswithia. Turismo como construção cultural: reflexões a partir de uma região no sul do Brasil. *In:* **História das migrações no contexto dos 200 anos de migrações alemãs para o Brasil.** Organização de: SPINASSÉ, Karen Pupp; WITT, Marcos Antônio; WACHHOLZ, Wilhelm – São Leopoldo, RS: Oikos, 2024.

WILLEMS, Emílio. **A aculturação dos alemães no Brasil:** estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil. 2 ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.

WOLFF, Cristina Scheibe; FLORES, Maria Bernardete Ramos. A Oktoberfest de Blumenau: turismo e identidade étnica na invenção e uma tradição. *In:* **Os alemães no Sul do Brasil:** cultura, etnicidade e história. Cláudia Mauch e Naira Vasconcellos. Canoas, Ed. ULBRA, 1994.

A PRESENÇA DA IMIGRAÇÃO DE LÍNGUA ALEMÃ NA LITERATURA BRASILEIRA

Gerson Roberto Neumann[1]
Ernani Mügge[2]

APRESENTAÇÃO

O Brasil é hoje um país caracterizado pela sua formação multiétnica, consequência, principalmente, das diversas ondas imigratórias oficiais, que passaram a fazer parte da história brasileira a partir da primeira metade do século XIX, quando a Coroa portuguesa foi obrigada a se transferir para a sua então maior colônia, o Brasil, para não ser subjugada às tropas napoleônicas.

Com a chegada da família real portuguesa ao Brasil e posteriormente com o casamento de Dom Pedro I com a princesa Leopoldina, da casa dos Habsburgo, da Áustria, inicia-se um trânsito mais intenso de falantes de língua alemã ao Brasil, seja como pessoas ligadas diretamente à corte e por consequência da elite naquele momento, seja como possíveis trabalhadores recrutados e aceitos em terras brasileiras. Assim, a partir de 1824, com o Brasil monárquico recém declarado independente de Portugal, chegam ao Brasil imigrantes das regiões de língua alemã da Europa. Entre os muitos objetivos do governo imperial brasileiro com a chegada desses imigrantes, citamos aqui duas: uma era povoar as regiões teoricamente pouco habitadas e não muito apropriadas para a criação de gado, as regiões dos vales, que deveriam ser povoadas e, com isso, os indígenas ali residentes seriam paulatinamente expulsos dessas regiões; a segunda é a tentativa de branqueamento do Brasil, uma vez que dois terços da população eram compostos de negros escravizados e descendentes.[3]

1 Professor Associado de Literatura e Língua Alemã na UFRGS, ex-presidente e atual vice-presidente da ABRALIC; líder do grupo Cosmos Littera (CNPq). Pesquisa literatura em língua alemã no Brasil, imigração alemã, identidade cultural e Hunsrückisch. E-mail: gerson.neumann@gmail.com.

2 Doutor em Literatura Brasileira, Portuguesa e Luso-africana pela UFRGS e Mestre em Teoria da Literatura pela PUCRS. Professor e pesquisador na Universidade Feevale e na Faculdade Instituto Ivoti, com atuação em literatura e ensino de literatura. E-mail: ernani@feevale.br.

3 Ver Neumann, 2005, especialmente o capítulo 2, que aborda as causas da emigração e da imigração.

Uma vez instalados no Brasil, esses imigrantes dedicaram-se também à atividade cultural, que naturalmente carrega traços das tradições herdadas de seus ancestrais. Uma das formas de manter vivas as tradições culturais deu-se através de elaboração de textos (poesias, contos, relatos, romances), publicados, geralmente, em jornais e almanaques destinados à determinada comunidade imigrante, nos quais narravam as façanhas da travessia e do início da vida na nova pátria, assim como cantavam as saudades da terra natal tão distante, ou então exaltavam a felicidade de estarem adaptados ao novo meio, cantando as belezas da nova pátria. São muitos os autores, imigrantes ou descendentes, que deixaram registrados os seus sentimentos e suas impressões sobre as suas vivências no Brasil, contribuindo, dessa forma, para o enriquecimento da literatura brasileira. Essa produção já foi (e ainda vem sendo) estudada por importantes especialistas da área no Brasil.[4]

Interessa-nos abordar a seguir como a presença da cultura do imigrante de língua alemã se apresenta na produção literária no Brasil e de modo mais específico no estado do Rio Grande do Sul, que recebeu um grande contingente de imigrantes. O texto propõe apresentar três momentos que marcam a presença da cultura imigrante de língua alemã no Brasil: o que foi produzido nas regiões de língua alemã, origem dos muitos imigrantes que viriam a adotar o Brasil como sua nova pátria. Pretende-se, portanto, apresentar como se dá a preparação para a emigração em obras de ficção produzidas na referida região, pois elas já trazem muitos elementos sobre o destino da grande massa que deixará seu local de origem; como segundo momento, pretendemos apresentar como se dá o princípio da produção literária desses imigrantes de língua alemã no Brasil na tentativa de informar sobre como produziram os imigrantes em terras brasileiras, em grande parte ainda em língua alemã para leitores em sua quase totalidade da língua trazida da Europa e, como terceiro ponto, queremos apresentar a produção de autores que, de alguma forma, se interessaram em publicar sobre a presença de imigrantes no Brasil, sendo muitos deles não pertencentes ao grupo e outros já descendentes.

A EMIGRAÇÃO PARA O BRASIL COMO TEMA NA LITERATURA EM LÍNGUA ALEMÃ NA EUROPA

No que se refere à literatura em questão, trata-se de obras que tematizam a emigração alemã para o Brasil, nas quais é possível perceber um certo caráter didático, visto que os autores, muitas vezes, buscam informar o leitor sobre a

4 Ver Bonow, I. G. 1991; Huber, V. 1993); Fausel, E. p. 222-239, 1956; e Fausel, E. 1957, p. 82-88; Fleischer, M. 1967. p. 151-161; Fouquet, Carlos. 1974; Neumann, Gerson R. 2000; Neumann, Gerson R., 2003, p. 40-43; Souza, Celeste de. 1980; Neumann, Gerson R. 2024; Neumann, Gerson R.; Mügge, Ernani (Org.). 2024; Neumann, Gerson R; Mügge, Ernani; Mügge, Miquéias. H., 2022.

emigração para o Brasil, por um lado, ou então assume claramente uma posição propagandística a favor ou contra a emigração de alemães para o país na América do Sul. A literatura em questão foi publicada em forma de livro em diferentes editoras ou então nos muitos jornais dirigidos a interessados em emigrar que surgiram nas regiões de língua alemã, no século XIX. Supõe-se, também, que alguns poemas devem ter circulado e ter tido grande recepção em forma de panfletos. A seguir daremos um panorama de como a emigração para o Brasil é tematizada nas principais obras ou se caracterizam por serem de cunho ficcional. O objetivo principal neste momento é trazer ao público brasileiro autores e obras alemãs que tematizaram a emigração para o Brasil no século XIX. As obras em prosa são pouco conhecidas do público brasileiro, mas recentemente foram publicadas as traduções das mesmas para o português. Trata-se de obras pouco citadas quando se trabalha a temática da imigração alemã no Brasil.

Die Auswanderer nach Brasilien oder die Hütte am Gigitonhonha, de Amalia Schoppe, traduzida e publicada para o português como *Os emigrantes para o Brasil ou a cabana às margens do Gigitonhonha*,[5] foi publicado em 1828, pela editora de C. Fr. Amelang, em Berlim. A autora nasceu no dia 7 de outubro de 1791, na cidade de Burg, na ilha Fehmarn, no norte da Alemanha, e morreu em 1858, em Schenectady – próximo a Nova Iorque, nos EUA, para onde emigrou em 1851, seguindo o filho que emigrara anos antes. Sua atividade literária é marcada pela produção intensa de obras dedicadas à educação moral, em grande parte para a juventude alemã da primeira metade do século XIX. Suas obras caracterizam-se pelo caráter didático de cunho moral e religioso do período literário conhecido como *Biedermeier*, um movimento de reação de cunho moral-religioso no período romântico alemão.

Apesar de sua intensa produção e de seus contatos próximos com escritores renomados, como Justinus Kerner, Karl August Varnhagen von Ense, Rahel Varnhagen e Adalbert von Chamisso, Amalia Schoppe é mencionada somente quando se trata da biografia do jovem – e futuramente famoso – dramaturgo Friedrich Hebbel, o qual ela sustentou financeiramente, na sua fase de formação, na cidade de Hamburg. Além disso, Amalia Schoppe consta somente entre os autores alemães de literatura infantojuvenil.

Em 1828 Amalia Schoppe publica, portanto, um conto sobre a emigração alemã para o Brasil, que terá uma relevante repercussão na época, o que é comprovado pela sua reedição em 1852 e sua tradução para o tcheco em 1830. De importância ainda maior é o dado sobre a grande recepção de sua obra na

5 Schoppe, Amalia. 1828. A referência à tradução: Schoppe, Amalia. *Die Auswanderer nach Brasilien oder die Hütte am Gigitonhonha / Os emigrantes para o Brasil ou A cabana às margens do Gigitonhonha*. Tradução e organização de Neumann, Gerson R.; Spinassé Karen P. 1. ed. Bilíngue. São Leopoldo: Oikos, 2020.

França: segundo a *Bibliographie französischer Übersetzungen aus dem Deutschen 1487-1944,*[6] o conto foi traduzido para o francês e teve 27 edições entre 1830 e 1919. No conto *Die Auswanderer nach Brasilien oder die Hütte am Gigitonhonha*, Amalia Schoppe busca, em primeiro lugar, um país distante da realidade alemã da época para que seja possível desenvolver a temática da viagem, em voga na primeira metade do século XIX, principalmente, com as *Robinsonaden*, leituras cuja temática traziam aventuras ao estilo de Robinson Crusoé, do escritor francês Daniel Defoe. Schoppe procura trabalhar o cunho formador e moralizante acompanhado da descoberta de um elemento novo, nesse caso, a nova realidade. Associado a isso, Amalia Schoppe preocupa-se com a temática da escravidão em dois aspectos: por um lado, ela critica a forma como alguns países sequestram os africanos de sua terra e os forçam a trabalho escravo, como se pode ler a seguir num comentário da sua obra: "O comércio escravo já foi proibido em toda a Europa sob pena de duras represálias – é na Dinamarca que foram dados os primeiros passos para acabar com essa monstruosidade."[7]

Os escravos africanos no Brasil são sempre descritos como seres tristes e sofridos, vistos geralmente com compaixão, característica também do período *Biedermeier* alemão. Por outro lado, a autora mostra uma grande preocupação com o trabalho de emigrantes europeus, neste contexto, especificamente de alemães, no Brasil. Conrad, o filho mais velho da Família Riemann vende sua liberdade para o capitão do navio que os levaria ao Brasil sem o conhecimento do pai para pagar a passagem dos outros integrantes da família. Uma vez no Rio de Janeiro, ele é comprado pelo responsável pelos jardins reais, onde trabalhará juntamente com escravos africanos. O trabalho escravo de imigrantes alemães, contudo, não ocorreu dessa forma no Brasil. De acordo com Cortez, que trabalha o conto de Amalia Schoppe no artigo "Entre o Bem e o Mal – a representação do Brasil na novela 'Die Auswanderernach Brasilien oder die Hütte am Gigitonhonha'" – Conrad, como branco, cristão e europeu, não poderia ser comprado como escravo a partir das leis brasileiras daquele período.[8] Mas, segundo o historiador Wilhelm Mönckmeier, a prática do compromisso com os capitães de navios ocorria no período da emigração alemã, pois, devido ao seu estado de pobreza, muitos alemães não viam outra saída senão "vender-se" para as Américas. Mönckmeier diz o seguinte no seu livro *Die deutsche überseeische Auswanderung. Ein Beitrag zur deutschen Wanderungsgeschichte* (A emigração alemã ultramarina. Uma contribuição para a história da migração alemã): Como os emigrantes geralmente eram pessoas pobres ou expulsas de suas propriedades e dificilmente

6 Bihl, L.; Epting, K. (Org.). 1987, Vol. 1, p. 321; p. 480-481 e Vol. 2 p. 708.

7 Ver Schoppe, 2020, p.102-103.

8 Ver Cortez, M. T. 2003. p. 103-120, p. 114.

teriam as condições de pagar com recursos próprios os altos custos da viagem, eles eram perfeitos objetos de especulação para companhias de navegação e especuladores, tendo sido praticado um verdadeiro comércio por longo tempo.[9]

O final da história do emigrante Conrad é feliz graças à interferência da Princesa Leopoldina em prol de seus conterrâneos, falantes de língua alemã. Assim, a família de pobres camponeses alemães oriundos do Sul da reunião de língua alemã, que vendera o único bem que detinha, uma casa herdada em más condições, para poder encarar uma nova realidade num destino distante, acaba por conseguir realizar o sonho do velho pai Riemann, passando por todas as dificuldades sem perder a fé, mesmo num mundo sem muito amor ao próximo, na narrativa de Schoppe. A autora tende a reunir os imigrantes alemães entre eles, o que permite uma convivência mais amena e recíproca, pois dos habitantes das terras brasileiras as informações não são boas, como podemos ver a seguir: "[...] que dos cubiçosos habitantes desta terra nada se desenvolveu de amor ao próximo e a Deus já se sabia de tristes e deprimentes experiências anteriores."[10]

Outra obra que narra a partir da perspectiva ficcional elementos da emigração das regiões de língua alemã para o Brasil é o livro *Die Colonie. Brasilianisches Lebensbild,* de Friedrich Gerstäcker.

Na segunda metade do século XIX, Friedrich Gerstäcker escreve um romance e um conto que tematizam a emigração alemã para o Brasil. O escritor Friedrich Gerstäcker nasceu no dia 10 de maio de 1816, em Hamburg, e morreu no dia 31 de maio de 1872, em Braunschweig. A intenção de Gerstäcker de conhecer o mundo, inspirado nas obras de Cooper, Defoe e Sealsfield, acompanham-no desde sua infância, como ele próprio comprova no livro autobiográfico *Kleine Erzählungen und Nachgelassene Schriften* (Pequenas estórias e escritos póstumos): "O que me levou para esse mundo? – Quero ser sincero, assim foi um velho conhecido de nós todos a me dar o primeiro impulso, e ele não é nada mais que Robinson Crusoe. Nos meus oito anos eu já havia me decidido a procurar da mesma forma uma ilha desabitada."[11]

Friedrich Gerstäcker emigra em 1837 – aos 21 anos – para os EUA, onde cruza o país de Norte a Sul, sustentando-se das mais diferentes formas. Em 1843 regressa à Alemanha, onde inicia suas atividades de escritor, publicando, então, os seus dois mais famosos romances: *Die Regulatoren in Arkansas* (Os reguladores no Arkansas (1846)) e *Die Flusspiraten des Mississippi* (Os piratas do Mississipi (1848)). Suas obras têm boa recepção e são traduzidas para muitas línguas – inglês, francês, holandês – ainda no século XIX. Em 1848, Gerstäcker

9 Ver Mönckmeier, W. 1912. p. 11.

10 Schoppe, A. 1828, p. 53.

11 Gerstäcker, F. Vol. 1, 1879, p. 1.

envolve-se nas agitações políticas, mas por pouco tempo, pois, para a sua atividade literária, ele necessita de mais viagens, fontes para as suas obras. O autor, porém, não se desvincula totalmente da política alemã, uma vez que, nas suas viagens pelo mundo, ele busca material para as próximas publicações e faz também levantamentos sobre áreas para onde a emigração alemã poderia ser direcionada com sucesso. Dessa forma, Gerstäcker inicia a sua segunda grande viagem: de 1849 a 1852, pela América do Sul, Califórnia, pelo Hawai e Taiti. Em 1860, o autor começa a sua terceira viagem e nessa o autor tem um objetivo claro em relação à emigração alemã: Gerstäcker quer visitar as colônias alemãs já existentes na América do Sul e fazer levantamentos sobre as possibilidades de intensificar a emigração para lá. Durante a viagem, ele tem a possibilidade de discutir sobre o futuro da emigração alemã com personalidades de países da América do Sul.

Numa dessas possibilidades oferecidas a Gerstäcker, ele encontra o imperador Dom Pedro II, no Rio de Janeiro, e faz uma palestra, publicada ainda no mesmo ano pela Editora Lorenz Winter sob o título: *Die Deutschen im Ausland. Vorlesung gehalten von Friedrich Gerstäcker im Saale der Kaiserlichen Militär-Academie zu Rio de Janeiro, den 21. September 1861* (Os alemães no Exterior. Palestra apresentada por Friedrich Gerstäcker no Salão da Real Academia Militar, no dia 21 de setembro de 1861).[12] Em 1861, Gerstäcker regressa à Alemanha e publica o romance *Die Colonie. Brasilianisches Lebensbild* (1862), pela Editora Costenoble.[13] Além disso, o autor publica importantes artigos sobre o contexto imigratório alemão no Brasil em revistas alemãs, principalmente na então muito conhecida *Gartenlaube*. De grande importância é também a obra *Achtzehn Monate in Südamerika* (Dezoito meses na América do Sul (1862), resultado de anotações no seu diário de viagem.

O livro *A colônia* narra a vida de uma colônia – Santa Clara – situada no Estado de Santa Catarina. Nela o diretor Sarno enfrenta alguns problemas que são narrados por um viajante alemão, que chega juntamente com o novo agrimensor designado pelo governo central para a colônia: von Schwartzau. Könnern, o viajante, quer saber mais sobre as colônias no Brasil e reunir material de pintura para a sua pasta. Nesse caso, já é possível perceber que Könnern representa a figura do autor Friedrich Gerstäcker. No romance, o autor pretende

12 Gerstäcker, F. 1861.
A tradução do livro já foi publicada em: Neumann, Gerson R.; Carvalho, Eduardo P. L.; Rodrigues, Marcelo T.; Santos, Paula C. dos. *Advertência e instrução aos emigrantes alemães para o Brasil - Um contrato de parceria* e *Os alemães no exterior - palestra*. São Leopoldo: Oikos, 2020.

13 Gerstäcker, F. 1939.
A tradução foi publicada em: Neumann, Gerson Roberto; Pavan, Cláudia. *A colônia. Cenas da vida no Brasil*. Porto Alegre: Gradiva Editorial, 2016.

deixar claro que a emigração alemã é perfeita para quem sabe trabalhar no campo e, de modo algum, para a aristocracia. Esse é um dos problemas centrais da obra de Gerstäcker. Em Santa Clara, o diretor vive em constante conflito com os representantes de uma aristocracia alemã falida, que pretende viver no interior do Brasil da mesma forma como vivia na terra natal. Trata-se, aqui, de muitos emigrados depois da frustrada Revolução de 1848. Para o diretor Sarno, está claro que, para a sua colônia, ele não necessita de pessoas de classe, mas de pessoas que saibam trabalhar na terra. No texto, é possível ver algumas posições em relação a esse problema trabalhado por Gerstäcker em seu romance *A Colônia*: em determinado momento diretor fala para Könnern sobre as suas dificuldades com a classe aristocrata: "Sobre eles um pobre diretor sabe falar melhor, pois justamente a minha comunidade está infestada de um tipo de pessoas, quase todas espantadas para cá pelo ano de 1848 da Alemanha e as quais agora não sabem o que devem iniciar consigo mesmas nesse mundo de Deus."[14] Em outro momento, Oskar, filho da condessa Baulen, expressa sua opinião da seguinte maneira: "ele não havia vindo para o Brasil para 'trabalhar feito um escravo', pois senão poderia ter-se pintado desde o início de preto."[15] Contudo, também os agricultores não escapam das críticas do diretor, que não admite a comodidade com que esses encaram o início de sua vida no Brasil. Segundo o diretor Sarno, esses deveriam aproveitar as chances que lhes eram oferecidas pelo governo brasileiro e por ele mesmo, pelo próprio diretor da colônia. Novamente é para Könnern que o diretor dirige suas lamentações sobre os agricultores:

> Veja o senhor! Disse o diretor para Könnern. Durante meses eles ficam jogados aí preguiçosamente e vivem dos recursos que o estado lhes dá, de dinheiro, portanto, que terão que restituir em cinco anos. Mas eu lhes ofereci a oportunidade de ganharem alguma coisa para si.

Além do problema da composição dos imigrantes que devem formar as colônias, Gerstäcker aborda a questão religiosa, uma vez que em Santa Clara acontece um caso que agita a localidade. O delegado local, o português Dom Franklin, foge de Santa Clara com a esposa do sapateiro Pilger. Este persegue o casal fugitivo até Florianópolis, onde é confrontado com a seguinte situação: sua esposa havia se convertido para a religião católica e assim pôde se casar com o delegado. É o padre que informa isso em uma discussão com Pilger:

> – Depois que sua esposa assumiu o credo católico, casei-a com Dom

14 Gerstäcker, 1939, p. 26.

15 Gerstäcker, 1939, p. 218.

> Franklin segundo os ritos da nossa Igreja numa relação indissolúvel.
> – Uma mulher casada? – responde Pilger, desnorteado com o que ouvira.
> – Uma relação protestante não é um impedimento canônico, disse o religioso friamente, e se o senhor vai a um país diferente deve sujeitar-se às leis em vigor.[16]

Também outros aspectos interessantes, como o de não haver um professor habilitado a dar aulas regularmente na colônia, assim como o pastor que, na Alemanha, fora condutor de trem, são trabalhados pelo autor no romance. No romance *A Colônia*, Gerstäcker antecipa o problema dos contratos de parceria e a consequente polêmica em torno da colônia Mucury, no Estado de Minas Gerais. Na história, alguns dos sobreviventes são trazidos à Colônia Santa Clara, onde relatam sua tragédia para grande assombro dos bem-situados habitantes locais.

No conto *Contratos de Parceria*, Friedrich Gerstäcker trabalha um dos maiores temores dos coordenadores da emigração alemã para o Brasil, assim como o temor dos próprios interessados em emigrar: os contratos de parceria. Em um longo conto, Gerstäcker narra a história da Família Behrens, que emigra das proximidades da cidade de Augsburg, na Baviera, com um contrato de parceria, para o Brasil. Na verdade, Behrens pretende encontrar seu irmão, que está no Estado de Santa Catarina, mas pelo contrato seu destino é inicialmente o Estado de Minas Gerais, onde deve trabalhar até quitar suas dívidas de transporte com o senhor da fazenda de café. De forma bastante clara e didática, Gerstäcker quer informar o interessado em emigrar sobre os contratos de parceria. O conto de Gerstäcker chega, porém, com certo atraso ao público (1869), visto que desde 1859 a opinião pública brasileira e alemã discute esse problema, principalmente depois da revolta de emigrantes suíços em uma fazenda de café, em São Paulo.

Em Gerstäcker, é perceptível a preferência pela estruturação de comunidades de imigrantes alemães sem contato com brasileiros e outros grupos, como é possível ver no diálogo a seguir, quando Könnern e von Schwartzau são convidados a descansar na residência de um casal de descendentes de alemães, que mora na entrada de Santa Clara:

> – Vocês portanto não são alemães? perguntou o mais velho dos estranhos [Schwartzau].
> – Nós? – Não, riu o homem, – quer dizer, sim, nós somos sim alemães, mas não nascidos na Alemanha, e sim aqui no Brasil. Meu pai é da região do Reno e o da minha esposa de Innsbruck. Ambos chegaram há trinta anos e se fixaram em São Leopoldo.
> – Brasileiros, portanto? – disse Günther decepcionado.
> – Não, nós somos alemães sim, riu a mulher brincando, e sempre tendemos aos alemães, como o senhor pode ver, pois com os "pés de chumbo" [os portugueses] não têm jeito, eles não querem trabalhar e fazer nada.[17]

16 Gerstäcker, 1939, p. 183.

17 Gerstäcker, 1939, p. 12.

O terceiro autor que pretendemos apresentar nesse momento e que apresenta o contexto da emigração das regiões de língua alemã ao Brasil no século XIX é Joseph Hörmeyer, com a obra *Georg, der Auswanderer. Oder: Ansiedlerleben in Süd-Brasilien. Illustrierte Schilderungen zur Erwägungen für Wanderlustige* (Georg, o emigrante. Ou: vida de imigrantes no Sul do Brasil. Descrições ilustradas para considerações a interessados em emigrar).

Assim como Gerstäcker, Hörmeyer inicia na segunda metade do século XIX suas atividades literárias na Alemanha, depois de viver anos no Brasil. Para compor os dados biográficos do autor, dispõe-se de poucas informações na Alemanha. Joseph Hörmeyer[18] nasceu em 1824 e morreu em 1866, provavelmente em Viena. Hörmeyer chega ao Rio de Janeiro como Capitão de Infantaria, em1851, e é enviado imediatamente para o Rio Grande do Sul, onde assume uma tropa que deve lutar contra o ditador argentino Rosas. Depois da guerra, deixa as suas funções, em 1854, e permanece por algum tempo nas colônias alemãs no Estado de Santa Catarina. Depois de pouco tempo, retorna à Alemanha, onde inicia sua atividade literária, publicando, em1854, o livro: *Beschreibung der Provinz Rio Grande do Sul in Südbrasilien mit besonderer Rücksicht auf deren Kolonisation* (Descrição da Província do Rio Grande do Sul, com especial atenção à sua colonização). Esse seu primeiro livro recebe uma boa crítica no *Allgemeine Auswanderungs-Zeitung*, um dos mais importantes jornais sobre a imigração alemã nesse período.[19]

A produção de Joseph Hörmeyer é claramente propagandística, ou seja, o autor informa, em suas obras, aos interessados sobre o Brasil, que também para lá os alemães devem se dirigir. Uma clara tentativa de desviar a intensa emigração alemã dos EUA para o Brasil. Nesse período, Hörmeyer também entra em conflito com J. J. Sturz, antigo cônsul brasileiro em Hamburg, que fazia propaganda contra a emigração alemã para o Brasil com textos agressivos em jornais e revistas alemães. Em 1863, Hörmeyer publica seu próximo livro em nova forma literária, trabalhando a temática da emigração alemã para o Brasil de modo ficcional, mas sem deixar de dar um caráter informativo e real à obra. O seu livro *Was Georg seinen deutschen Landsleuten über Brasilien zu erzählen weiss* (O que Georg sabe dizer a seus conterrâneos alemães sobre o Brasil) teve boa recepção, mas a dedicatória ao ministro da agricultura, nas páginas iniciais, abriu espaço para críticas à obra, classificada, por isso, como propagandista. Em 1869, o autor publica uma nova versão melhorada da obra, sob o título *Georg, der Auswanderer. Oder: Ansiedlerleben in Süd-Brasilien*. (Georg, o emigrante. Ou:

18 Sobre a biografia de Georg Hörmeyer, ver *Deutscher Biographischer Index*. 2.A. 3. Band, München 1998, 1488. Hörmeyer, Joseph. 1966. p. 7-11.

19 *Allgemeine Auswanderungs-Zeitung: Eine Bote zwischen der alten und der neuen Welt*. Rudolstadt, 1846 – 1871, 1855, Nr. 9, p. 34. (AAZ).

vida de imigrante no Sul do Brasil).[20] Esse livro foi bem recebido pela crítica e destaca-se como a sua melhor obra. Nele, Georg, o personagem principal da história, volta para a Alemanha depois de longos anos no Brasil. Aparentemente, sua situação é muito boa, pois nenhum dos seus antigos conhecidos reconhece o bem vestido desconhecido que entrara de charrete no vilarejo. Georg havia sido forçado a emigrar depois que o padre da comunidade cobrou dele e de sua noiva, Lise, um valor impossível de ser pago pelo jovem casal para poderem casar. Depois de se unirem sem o reconhecimento religioso, o casal foi discriminado pela população, que boicotava o trabalho de ambos. Nada mais restava aos dois a não ser a emigração do local. Georg emigrou com um contrato de parceria e teve sorte com o dono da fazenda, que lhe pagará a passagem para o Brasil. De volta à Alemanha, quer levar agora sua sogra e sua cunhada para o Brasil, como prometera. Os seus antigos conhecidos desejam, porém, saber mais sobre a emigração para o Brasil. Como sua intenção é permanecer por duas semanas no local, ele se propõe a relatar a experiência. Semelhante à novela "Mil e uma noites", Georg informa os alemães sobre a sua emigração para o Brasil e a sua situação naquele país. Na parte inicial do livro, o autor faz uma introdução realçando a ficcionalidade da mesma. A partir do momento em que Georg passa a relatar sobre sua emigração e sobre o Brasil, o texto fica com um caráter claramente informativo e pouco desenvolvido literariamente.

A PRODUÇÃO LITERÁRIA DOS IMIGRANTES EM LÍNGUA ALEMÃ NO BRASIL

Depois de apresentar três escritores cujas obras tematizam a emigração das regiões de língua alemã para o Brasil no século XIX, pretende-se refletir sobre como se dá o início da produção literária dos imigrantes alemães em terras brasileiras.

Especialmente em relação à imigração alemã, é necessário lançar um olhar mais atento ao século XIX. Os primeiros imigrantes chegaram ao Brasil nas primeiras décadas do referido século com apoio do então governo imperial.

Tendo como pano de fundo o momento histórico de um país da América do Sul recém independente, que pretende povoar seu território para assegurar seu espaço nacional, e uma região sem definição de fronteiras políticas confrontada com os avanços acelerados da Revolução Industrial e com um excedente populacional, que necessita se reestruturar, ocorre a entrada dos primeiros imigrantes alemães no Brasil. A produção literária das primeiras ondas imigratórias dá-se em forma de relatórios e de cartas, ainda não existindo

20 Hörmeyer, Joseph. 1869.

espaço para a produção de uma literatura que possa ser vista como arte (de uma literatura de ficção).

A partir de 1850, ingressam no Brasil também emigrantes que deixavam sua terra natal principalmente por questões políticas. Em números, trata-se de um grupo menor; no entanto, com a sua chegada, ocorre um crescimento considerável no que tange à política e à cultura no contexto imigratório. Muitos desses novos imigrantes atuaram na Revolução de 1848, na qual tinham como objetivo justamente estabelecer uma unidade nacional alemã e, com a tentativa frustrada, tiveram que deixar sua pátria. A maior parte destes revolucionários vendeu sua força de trabalho como soldados ou mercenários, emigrando para os Estados Unidos; outros procuraram a América do Sul e, destes, muitos atuaram como soldados do lado brasileiro, em guerra com o ditador argentino Juan Manuel de Rosas, na Guerra de La Plata.[21]

Estes mercenários tornaram-se figuras emblemáticas no contexto imigratório brasileiro, de modo que o grupo passou a ter uma denominação especial: eles são chamados de *Brummer*, um conceito que se fixou na História da imigração alemã no Brasil. Segundo Kreutz (1991), a definição *Brummer* quer dizer, em primeiro lugar, "o que causa zunido, barulho;"[22] eles são resmungões que questionam tudo que lhes é oferecido. Em segundo lugar, os mercenários são chamados de *Brummer* por causa do barulho que faz o *Patacão*[23] sobre a mesa, dinheiro pelo qual trabalhavam.

Nesse contexto de efervescência cultural, foi fundado o primeiro jornal para as comunidades alemãs no Brasil, em 1852: *Der Kolonist*. Seu editor foi o diretor do diário *O Mercantil*, José Gomes Cândido, curiosamente um empreendedor de origem não germânica. Esse primeiro jornal, no entanto, teve uma breve existência. Os temas abordados pelo periódico giravam em torno do comércio, da indústria e da agricultura e também trazia traduções para a língua alemã das principais leis do império. O objetivo do jornal era ampliar o tão relevante conhecimento geral dos colonos para uso no dia a dia brasileiro.[24]

O segundo jornal – *Der deutsche Einwanderer* – existiu primeiramente no Rio de Janeiro. Por questões financeiras, foi transferido para Porto Alegre no ano de 1854 pelo Dr. Kiekbach, onde foi comprado por Theobald Jaeger. O primeiro redator-chefe do jornal foi Carl Jansen, um *Brummer*. Também este jornal teve vida efêmera, sendo fechado em 1861. Contudo, no mesmo ano,

21 Mais em relação a esse tema, vide *Cem anos de germanidade no Rio Grande do Sul.* Trad. Arthur B. Rambo. São Leopoldo: UNISINOS, 1999, p. 151-154.

22 Kreutz, L. 1991, p. 22.

23 Uma moeda do período imperial brasileiro.

24 Fausel, 1956, p. 225.

as instalações foram compradas por um grupo de comerciantes, entre os quais se encontravam integrantes da antiga Legião Alemã, portanto *Brummer.* Dessa iniciativa, resultou o primeiro jornal alemão que desenvolveu um importante e longo trabalho: *Deutsche Zeitung*, que existiu até 1917. Importantes redatores trabalharam nele, entre eles, Karl von Koseritz, possivelmente o liberal mais renomado no contexto imigratório do século XIX. O jornal destacou-se pela sua postura liberal e anticlerical.



25

Depois dessa primeira experiência exitosa, a atividade jornalística teuto-brasileira intensificou-se; outros jornais surgiram, também fora de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul. Em São Leopoldo, então o local com a maior concentração de imigrantes, Julius Curtius fundou, no ano de 1867, o almanaque *Der Bote. Amtliches Blatt für St. Leopold und die Colonien*. Esse jornal era igualmente de tendência anticlerical, mas, devido a divergências políticas relativas à colonização alemã no Brasil, tomou um posicionamento de oposição em relação ao *Deutsche Zeitung*.[26]

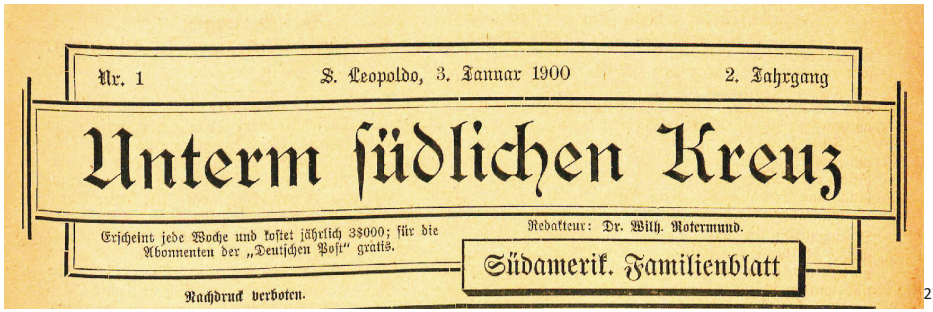
É importante ressaltar, contudo, que política e culturalmente não havia espaço para uma convivência harmoniosa nesse novo contexto, principalmente depois da chegada dos *Brummer*. Devido ao fato de este grupo ser formado basicamente de imigrantes de posição política liberal, o que explica sua oposição ao tradicionalismo religioso (tanto católico como evangélico-luterano), iniciou-se um movimento anti-Brummer, que se fez perceber claramente no cenário

25 Ver *Imigração alemã no Rio Grande do Sul: recortes* / Imgart Grützmann, Martin Norberto Dreher, Jorge Augusto Feldens (org.). São Leopoldo: Oikos, 2008.

26 Fausel, E. 1956. Segundo Fausel, o jornal foi publicado até o ano de 1877.

editorial. Dessa forma, as igrejas católica e luterana tornaram-se oposição frente aos ideais liberais. O ganhador nessa disputa foi o cenário político-cultural da imigração alemã no Brasil, pois o conflito se fez refletir de maneira frutífera na produção literária.

Depois de anos de busca por afirmação e de discussões, em 1899, foi publicada, no *Editorial* do suplemento literário *Unterm südlichen Kreuz*, do jornal *Deutsche Post*, uma importante reflexão sobre a publicação de textos literários em língua alemã "sob uma outra constelação" em um outro "contexto.


Nr. 1 S. Leopoldo, 3. Januar 1900 2. Jahrgang

Unterm südlichen Kreuz

Erscheint jede Woche und kostet jährlich 3$000; für die Abonnenten der „Deutschen Post" gratis.

Redakteur: Dr. Wilh. Rotermund.

Südamerik. Familienblatt

Nachdruck verboten.

27

Nele, enfatizou-se que essa produção também deveria ser acessível àqueles que a quisessem ler. Segundo o editor e também escritor Wilhelm Rotermund, produção já existia, o que havia até então era a falta de opções onde se pudesse publicar, como é possível ler na passagem a seguir:

> Wir gehen hier durch die zauberhafte Natur zuletzt selber verzaubert hindurch. Hätten wir doch nur jemanden, der unsere Augen öffnete für die vielen Schönheiten und sie uns erklärte! Es ist doch nicht recht, da man uns immer dem Grossen Bären des nordischen Himmels führt, wo wir unter dem südlichen Kreuz wohnen (...). Schön wär's schon und auch gewiß nützlich, wenn man in einer Reihe ernster und heiterer Bilder das Land, über welchem das Kreuz des Südens seine stillen Kreise zieht, und auch die Menschen darin abkonterfeien würde. Mancher, das weiß ich, hat schon solche Zeichenstudien gemacht, aber sie in der Mappe ruhen lassen, weil er für derartige Skizzen keine Verwendung hatte.[28]

27 Recorte do suplemento literário publicado pela Editora Rotermund.

28 "Passamos aqui pela encantadora natureza e por fim, nós mesmos ficamos encantados. Tivéssemos nós alguém que abrisse os nossos olhos para as inúmeras belezas e nô-las esclarecesse! Não é correto que se nos guiem sempre sob a Ursa Maior do céu do Norte, quando habitamos sob o Cruzeiro do Sul, e festejemos Natal em neve e gelo, quando mal sabemos conviver com o calor (...) Seria bom e certamente também útil se tivéssemos uma série de retratos sérios e alegres das pessoas e da terra, sob a qual o Cruzeiro do Sul faz a sua trajetória silenciosa. Muitos, isto eu sei, já fizeram tal estudo, mas deixaram-no descansar na pasta, porque, segundo eles, não havia emprego para este tipo de esboço." (tradução nossa) O chamamento foi publicado no Editorial do suplemento "Unterm südlichen Kreuz" em 4 de janeiro de 1899. Poder-se-ia citar aqui ainda outros almanaques e jornais, esse contudo não é o objetivo nesse momento. Sobre o assunto, Grützmann (1991) publicou uma

Além da produção em jornais, que marcam o início da produção dos imigrantes das regiões de língua alemã, iniciou-se uma intensa produção de almanaques, os *Kalender*. Eles perfazem uma importante produção bibliográfica no cenário cultural da imigração das regiões de língua alemã para o Brasil.



29

Conforme Grützmann, no texto "Nacional-socialismo em almanaques de língua alemã no Brasil (1933-1939)",

> No âmbito da imprensa escrita, a designação almanaque (Kalender) refere-se a um meio de comunicação de massa, editado anualmente, que se utiliza da linguagem verbal e não-verbal, destinado à informação, ao entretenimento e à formação. Este tipo de impresso apresenta como características estruturais básicas o calendário, a prática e as opções de leitura em sentido restrito.[30]

A partir de 1850, inicia-se a produção intensa de literatura em língua alemã no Brasil, para ser lida por imigrantes e descendentes, falantes da língua alemã, e, aos poucos, a produção será marcada pela inserção lenta de elementos culturais de língua portuguesa. Paralelamente, ocorrerá a inserção de elementos culturais de língua alemã, trazida pelos imigrantes, na literatura brasileira, que será lida em língua portuguesa por brasileiros falantes de português e/ou alemão.

detalhada dissertação de mestrado. Nestes almanaques e jornais foi publicada a literatura analisada nas pesquisas que vêm sendo desenvolvidas.

29 Ver *Imigração alemã no Rio Grande do Sul: recortes* / Imgart Grützmann, Martin Norberto Dreher, Jorge Augusto Feldens (org.). São Leopoldo: Oikos, 2008.

30 Grützmann, I. 2005, p.1.

A IMIGRAÇÃO ALEMÃ COMO TEMA E ELEMENTO NA LITERATURA BRASILEIRA

Falantes de língua alemã que imigraram para o Brasil bem como descendentes desses atores sociais têm importante presença na literatura do país, seja como escritores, seja como personagens ficcionais. Não é nossa pretensão, aqui, apresentar um levantamento completo dessa atuação e representação, até porque isso seria uma tarefa um tanto auspiciosa para uma seção. Além disso, configura-se como uma empreitada impossível, dada a considerável produção literária que se enquadra nesse recorte. Propomo-nos, todavia, a evidenciar, por meio de alguns exemplos, como a presença desse segmento social foi, ao largo do tempo, tomando forma na produção literária do país. Estamos cientes, diga-se de passagem, que uma seleção sempre implica ausências e, portanto, injustiças, o que se efetiva também nas nossas escolhas.

Quando se fala em autores que descendem de falantes de língua alemã, lembramos imediatamente de Raul Bopp (1898–1984). Gaúcho de Santa Maria e criado em Tupanciretã, descende dos primeiros imigrantes de origem alemã no Brasil. Circulou com desenvoltura no meio intelectual brasileiro e participou ativamente da Semana de Arte Moderna. Sua obra de maior expressão é *Cobra Norato* (1931), um livro de poemas. Nos 33 cantos, nas quais "diversas vozes se cruzam na narrativa desordenada, fazendo lembrar as vozes anônimas do mato que impressionaram o poeta enquanto esteve na Amazônia"[31], o leitor percebe as marcas da antropofagia, cujo intento é apostar em uma estética marcadamente brasileira, em detrimento de uma tradição europeia. Para Marobin, "a singularidade da forma, o simbolismo onírico, a mitologia prendendo a narrativa às origens do ser humano, fazem de *Cobra Norato* um dos melhores legados do Movimento Modernista Brasileiro"[32]. Bopp inscreve, portanto, ainda que sua produção literária em termos quantitativos seja exígua – publicou, além de *Cobra Norato*, *Urucungo* (1932) e *Poesias completas* (1959) –, seu nome entre os importantes escritores da literatura brasileira, especialmente pela originalidade de sua proposta em *Cobra Norato*.

Lya Luft (1938–2021) é outro nome que precisa figurar na lista de escritores de descendência alemã que se destacam no cenário literário brasileiro. Natural de Santa Cruz do Sul, teve, desde cedo, estreita relação com a cultura alemã: "Seus livros vinham da Alemanha. Ela conta que com 11/12 anos decorava poemas inteiros de Goethe e Schiller"[33]. Publicou seu primeiro romance – *As parceiras*

31 Voltarelli, 2017, p. 165.

32 Marobin, 1985, p. 203.

33 Luft, Lya. Entrevista. Autores gaúchos 5, 1990, p. 4

– em 1979, além de *A Asa Esquerda do Anjo* (1981), *Reunião de Família* (1982), *O Quarto Fechado* (1984), entre outros. Tomando por base essas quatro produções, nas quais o microcosmo é a família, Maria da Glória Bordini observa que a produção novelística de Lya Luft se insere na "categoria de busca do sentido de relações humanas deterioradas numa sociedade desigual, em que só vale a lei do mais forte"[34] (1990, p. 19).

Charles Kiefer é outro nome com destaque no cenário literário brasileiro. Nascido em Três de Maio (RS) em 1958, estreou na ficção em 1982, com *Caminhando na chuva*, novela que alcançou grande sucesso. Em 1984, publicou *A dentadura postiça*, uma coletânea de contos. Foi, entretanto, em 1985 que alcançou projeção nacional com a novela *O pêndulo do relógio*, obra pela qual recebeu o Prêmio Jabuti.[35] Outras obras que merecem destaque são *Valsa para Bruno Stein* (1986), *A face do abismo* (1988), *Quem faz gemer a terra* (1991) e *Dia de Matar Porco* (2014). As três primeiras tratam de questões econômicas, políticas e sociais que afetam descendentes de alemães, os denominados "teuto-brasileiros", no interior do Rio Grande do Sul. A última, por sua vez, também tem como cenário a zona rural gaúcha. O protagonista é Ariosto Ducchese, que, cansado da vida na roça, opta por se tornar advogado e, assim, mudar de vida.

Em entrevista cedida ao Caderno Cultura, da Zero Hora, publicado em 24/05/2013, quando questionado sobre o momento em que descobriu a temática do pequeno agricultor de origem alemã no interior do Rio Grande do Sul, que seria recorrente em suas obras, Kiefer responde:

> Isso foi naqueles meses de interregno entre *Caminhando na Chuva* e *O Pêndulo...* É aí que eu descubro que eu poderia explorar o tema do minifúndio alemão no Alto Uruguai. Porque o Vale do Taquari já estava mapeado pelo Josué Guimarães. A região de Cachoeira, Santa Cruz do Sul, a Lya Luft já tinha tomado posse. O que sobrava para mim? O Alto Uruguai, minha terra.

Charles Kiefer, além de escritor, foi, também, professor e ministrou uma das oficinas literárias mais tradicionais do Estado. Por tudo isso, merece ser lembrado como um dos grandes escritores de descendência alemã.

A leitura de Bopp, Luft e Kiefer evidencia que cada um deles mobiliza heranças culturais, linguísticas e históricas distintas. Em Bopp, a herança germânica não se manifesta como tema explícito, mas se dissolve no projeto antropofágico modernista, no qual a experiência brasileira, relacionada, em especial, à Amazônia, é reinventada por meio da linguagem poética. Em Luft, as marcas de uma cultura de matriz germânica emergem como elementos

34 Bordini, 19990, p. 19.

35 Kiefer receberia, ainda, o prestigiado Prêmio Jabuti com as obras *Um outro olhar* (1993) e *Antologia pessoal* (1999).

estruturantes de uma escrita introspectiva, voltada à interioridade e às fissuras da subjetividade. Nela, memória familiar, silêncio e luto tomam forma e se convertem em matéria poética. Em Charles Kiefer, por sua vez, a experiência teuto-brasileira aparece de modo mais incisivo, frequentemente associada à vida precária dos falantes de língua alemã no sul do país, a suas crenças, valores e dinâmicas comunitárias.

Apesar das diferenças, é possível identificar, entretanto, um denominador comum na maneira como esses três autores ressignificam matizes culturais, históricas, linguísticas e simbólicas de origem germânica a partir da experiência brasileira. Nesse sentido, a ascendência germânica não opera como marca de distanciamento ou separação, mas como elemento que institui uma escrita atravessada por processos de hibridização cultural.

Até aqui, a análise centrou-se em autores de descendência alemã. Cabe, agora, deslocar o olhar para o modo como a descendência germânica se inscreve na literatura brasileira por meio de personagens ficcionalmente construídas.

Desde longa data, personagens de descendência alemã aparecem da literatura brasileira. *A Divina pastora*, de Caldre e Fião (José Antônio do Vale Caldre e Fião), é uma referência importante para a abordagem. A obra, publicada originalmente em 1847, ou seja, pouco mais de duas décadas após a chegada dos primeiros falantes de língua alemã à Feitoria do Linho Cânhamo, é considerada o segundo romance na história da literatura brasileira, sendo antecedida apenas por *A Moreninha*, de Joaquim Manuel de Macedo, publicada quatro anos antes.

O tempo está circunscrito ao período da Revolução Farroupilha. O cenário em que ocorrem as ações é a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, em especial a cidade de Porto Alegre e áreas próximas, como a Vila de São Leopoldo, onde reside a jovem Clarinda, de descendência germânica, par do protagonista Almênio.

Configuram o núcleo da intriga do romance a jovem virtuosa e bela Edélia, a divina pastora, Almênio, um guerreiro farroupilha, Clarinda, a imigrante de origem germânica, e Francisco, o vilão.

A vila de São Leopoldo é assim configurada pelo narrador:

> [...] uma graciosa vila situada à margem do Rio dos Sinos, quinze léguas acima da boca que o desagua no Guaíba. Seu chão é baixo e sujeito a freqüentes inundações no tempo das chuvas. Suas casas são regulares e de arquitetura gótica. [...] A indústria alemã, aí levada pelos colonos, prospera sem entraves. [...] A agricultura [...] é exercida pelos seus habitantes e de seus contornos com admirável desenvolvimento. Entre alguns dos colonos, expatriados de sua terra por motivos talvez bem justos, encontra-se uma pura e adiantada ciência.[36]

36 Caldre e Fião, 1992, p. 153

Além do pai de Clarinda e de sua família, Caldre e Fião ainda insere outros imigrantes de descendência germânica em sua narrativa, entretanto, sem tanta expressão como a jovem. É ela que efetivamente rouba a cena no romance, pois sua presença e suas ações concentram a atenção do narrador, orientam o desenvolvimento dos episódios e conferem maior densidade afetiva e simbólica à representação dessa comunidade.

Pouco mais de meio século após a publicação de *A divina pastora*, Graça Aranha, em *Canaã* (1902), obra considerada o marco inicial do Pré-Modernismo no Brasil e o "primeiro romance ideológico nacional"[37], novamente apresenta, aos leitores, falantes de língua alemã que se destacam na narrativa. Trata-se de Lentz e Milkau, jovens imigrantes recém-chegados ao Brasil que se deslocam rumo ao estado Espírito Santo, região que o escritor conhecera em função de sua atividade como juiz municipal. As duas personagens têm visões de mundo opostas, o que se evidencia com vigor nos debates que travam durante o percurso. A diferença entre eles é, sobretudo, ideológica e ética. O primeiro defende a integração cultural e percebe o Brasil como espaço de síntese. Ele valoriza, entre outras coisas, a empatia, a solidariedade e a justiça social, o que mobiliza a ideia de uma Canaã possível, construída a partir do diálogo das diferenças.

Em uma das muitas conversas, Milkau fala de sua transformação após o contato com a arte: "Foi pela arte que comecei a amar a natureza [...] No momento em que tratei a arte, em que me possuí da beleza, a minha vista se alongou pelo mundo afora e eu vi o esplendor por toda a parte"[38]. A arte aparece, portanto, como força formadora da consciência e via privilegiada de reconciliação entre o sujeito e o mundo. É por meio do contato com ela que Milkau sofre um processo de transformação, orientado por um humanismo utópico, em contraste com o compatriota Lentz, cuja perspectiva é marcada pelo determinismo e pelo racialismo. Para este, "A vida é a luta, é o crime"[39]. Em um momento de tensão discursiva, defende que "Os grandes seres absorvem os pequenos. É a lei do mundo, a lei monárquica.; o mais forte atrai o mais fraco; o senhor arrasta o escravo, o homem a mulher. Tudo é subordinação e governo"[40].

Milkau e Lentz, nessa ordem, funcionam como polos ideológicos em constante tensão. Por meio de suas visões antagônicas, *Canaã* problematiza os impasses do projeto civilizatório moderno: por um lado, a integração, a abertura ao outro e a ampliação sensível da consciência; por outro, a legitimação da

37 Arantes, 2013, p. 7
38 Aranha, 2013, p. 52.
39 Aranha, 2013, p. 54.
40 Aranha, 2013, p. 54.

exclusão e da violência. O romance, assim, se configura como um espaço de debate sobre imigração, identidade e pertencimento no Brasil do início do século XX. O embate entre os dois imigrantes é um dispositivo narrativo por meio do qual se interrogam os limites éticos, políticos e humanos da modernidade.

Tempo de solidão I, de Josué Guimarães, publicado originalmente em 1972, é outro romance que apresenta personagens falantes de língua alemã. Nele, as personagens são construídas a partir da experiência concreta da imigração e da vida comunitária no Brasil. A obra põe em cena episódios da vida dos primeiros imigrantes de língua alemã na então Província de São Pedro, contemplando a Guerra da Cisplatina (1825-1828), travada entre o Brasil e as Províncias do Rio da Prata, e que teve como mote a disputa pela posse da região que hoje contempla o território do Uruguai. No contexto, entre várias personagens que migraram dos então reinos, ducados, principados e cidades livres de língua alemã, destaca-se a figura de Catarina. É possível afirmar que sua vida, marcada por trabalho, sofrimento, silenciamento e resistência, resume a experiência do processo migratório. Compelidos a deixar sua terra em função da pobreza, da escassez de terras e outras condições políticas, religiosas e socioeconômicas adversas, os imigrantes precisaram enfrentar as adversidades em solo brasileiro.

Precariamente instalados em casebres na extinta Real Feitoria do Linho Cânhamo, no Faxinal da Courita, e aguardando que o governo cumprisse com o que lhes fora prometido, o seleiro Daniel Abrahão Lauer Schneider, a esposa Catarina, grávida de seis meses, e o filho Philipp, de cinco anos, são persuadidos por Gründling a deixar a Colônia e se instalar em uma fazenda no Chuí. Diante da insistência do compatriota, é Catarina quem, apesar da resistência do marido, aceita a oferta.

Na fronteira, ainda que enfrentassem uma série de obstáculos, prosperaram rapidamente: "O verão trouxera consigo as primeiras espigas douradas de milho, o gado crescera pelos arredores, a casa ganhara mais uma peça e tinha agora a luz de dois candeeiros [...]"[41]. Com o tempo descobriram, entretanto, que a casa deles, em função de sua localização – ficava no caminho de tropas brasileiras e castelhanas que se movimentavam na região – estava servindo para depósito de armas contrabandeadas. Temendo que as armas fossem descobertas pelos "gringos", Daniel propõe voltarem a São Leopoldo. Catarina, no entanto, se mostra radicalmente contra a sugestão do marido: "– E abandonar tudo aqui, sem mais nem menos? As casas, os bichos, a plantas e todo o resto? Isso não, nunca. Depois desse trabalho todo, do sacrifício que se fez. E mais, agora peguei amor a esta terra, ela é minha, força nenhuma me tira daqui"[42].

41 Guimarães, 1985, p. 32.

42 Guimarães, 1985, p. 34.

A decisão tem desdobramentos dolorosos: de madrugada, percebem a chegada dos "gringos". Catarina ordena que o marido entre no poço, onde ficaria por meses. Durante a estadia na fazenda, os soldados agridem os moradores e Catarina é estuprada. Outras invasões ocorrem, de ambos os lados.

Com o fim da Guerra da Cisplatina, e após muito sofrimento, a família retorna a São Leopoldo, onde Catarina se torna uma empreendedora de sucesso. Não se trata de uma ascensão súbita, mas como processo gradual de reconstrução material e social. Ela reorganiza a vida familiar e consolida uma inserção estável na comunidade. O êxito é alcançado menos de oportunidades externas e mais da capacidade de aprender com experiências adversas.

Catarina, portanto, ao largo na narrativa, se constrói como base da estrutura familiar. É ela quem toma conta da estância em meio às invasões de castelhanos e brasileiros, enquanto o marido se refugia no poço, e é ela que gerencia os negócios em São Leopoldo. Guimarães mantém, portanto, o interesse pela figuração literária do sujeito de origem germânica, agora inscrito em um horizonte histórico e marcado por processos coletivos de formação social.

Luiz Antonio de Assis Brasil é outro autor que insere, em suas produções ficcionais, personagens de descendência germânica. No romance *Videiras de Cristal*, recria ficcionalmente um movimento ocorrido na região de Sapiranga (RS), à época *Leonerhof,* na segunda metade do século XIX: o Mucker. O antropólogo João Biehl descreve assim o início do episódio, protagonizado pelo casal Maurer, filhos da primeira geração de imigrantes:

> No final da década de 1860, surge um movimento terapêutico religioso entre os colonos, com base nos transes e nas interpretações bíblicas de uma jovem chamada Jacobina Mentz Maurer e nos chás e emplastros medicinais preparados por seu marido, João Jorge Maurer (mais um entre tantos outros curandeiros do Brasil oitocentista)[43].

Maurer, a partir de 1868, começa a atender os doentes em sua própria casa, recebendo a alcunha de *Wunderdoktor.* Jacobina – que sofria de constantes desmaios – ajudava o marido nos atendimentos. Entretanto, com o tempo, "de coadjuvante, passou ao centro das atenções na Ferrabrás"[44], pois as pessoas acreditavam que ela tinha poderes sobrenaturais. Isso fez com que cada vez mais pessoas frequentassem a casa. Jacobina consolava os doentes por meio da leitura e narração de trechos bíblicos, muitas vezes, a partir de interpretações livres, angariando opositores e reações nos círculos religiosos, tanto no âmbito da igreja evangélica quanto da católica.[45]

43 Biehl, 2024, p. 19.

44 Kunz, 2006, p. 79.

45 Ver Kunz, 2006, p. 79-80.

O movimento, liderado por Jacobina, de feições carismáticas e religiosidade messiânica, amplia-se progressivamente. O crescimento do grupo[46] intensifica a hostilidade proveniente do entorno social – das pessoas não simpatizantes, das instituições religiosas e do poder governamental, conduzindo o movimento a contornos cada vez mais críticos, que culminam na repressão violenta e no massacre dos muckers. "A partir de 1873, a acusação de serem responsáveis por uma série de incêndios e assassinatos acabou levando ao confronto com o exército em junho de 1874".[47] Foram três investidas, que resultaram na "morte dos líderes e de muitos adeptos, prisão e assassinatos de outros, que se estenderam até 1898".[48]

O movimento, que envolveu exclusivamente imigrantes de língua alemã e seus descendentes, em função de sua amplitude, resultou em muitas produções, muitas delas sob revisão na atualidade. São textos que nos fornecem informações e, consequentemente, impressões variadas sobre o movimento.

O romance *Videiras de Cristal*, de Assis Brasil – que resultou também no filme intitulado *A paixão de Jacobina* (2002), dirigido por Fábio Barreto e tendo a atriz Leticia Spiller no papel da líder do movimento, ainda que seja uma produção ficcional, contribui com o desvelamento do ocorrido. Como é próprio da boa literatura, o leitor alcança o episódio histórico protagonizado pelos atores sociais de origem alemã pelo viés da sugestão. Para Léa Masina, "a competência de Assis Brasil como romancista permite ao 1eitor acompanhar a flutuação de diferentes pontos de vista sem deixar-se conduzir (ou seduzir?) por um caminho único. Preservado o espaço da dialética, qualquer outra solução descambaria para o maniqueísmo"[49].

Se, em *A Ferro e fogo I* – tempo de solidão, o leitor encontra a presença alemã figurada sobretudo como processo de adaptação histórica, em *Videiras de Cristal* identifica um conflito coletivo marcado por tensões religiosas, políticas e sociais. As personagens de origem alemã, neste romance, estão inscritas em um cenário de violência simbólica e histórica que problematiza os limites da coesão social e da própria experiência imigrante no sul do Brasil.

Por último, queremos fazer menção a *paraízo/paraguay* (2019), de Marcelo Labes. Trata-se de um romance que narra a trajetória de uma família, radicada em um vilarejo chamado Paraízo, interior do município de Blumenau, em Santa Catarina, cujas origens se articulam ao processo de imigração de falantes de língua alemã no Brasil. Novamente, aqui, portanto, a ficção se entrelaça com

46 Calcula-se que eram em torno de 600 pessoas. Ver Gevehr, 2017, p. 111; ou, ainda, entre 700 e 1.000 pessoas. Ver Dreher, 2017, p. 35.

47 Dreher, 2017, p. 35.

48 Dreher, 2017, p. 35.

49 Masina, 1992, p. 134.

a história, com o propósito de preencher lacunas não preenchidas pelos relatos oficiais. O leitor tem acesso às memórias que compõem a trama por meio dos delírios senis da matriarca Olga, antes de sua morte. É por meio deles que se descortina o passado de Wilhelm, seu avô, chegado ao Brasil por volta de 1865, personagem que nos interessa aqui, não somente por dar origem à linhagem familiar, mas por não se encaixar nos padrões idealizados do imigrante alemão, construídos, muitas vezes, pela tradição historiográfica e literária. Quando de sua chegada no Rio de Janeiro, Wilhelm passa a se denominar Guilherme. Conforme Olga, "quando desembarcou em Desterro, [...], quando chegou à Ilha de Santa Catarina, ele não tinha nada. E não teve depois, nunca teve nada, só astúcia só valentia, ele não tinha profissão ou estudo, ele não sabia onde queria chegar [...].[50] Guilherme pensou que poderia conseguir um emprego na Ilha, pois "era um homem dotado de conhecimentos das coisas do mundo: golpista das ruas, ladrão menor, vigarista astuto [...].[51] Entretanto, uma vez em Desterro, foi preso por desacato às autoridades. Alguns alemães, dias depois, pediram sua soltura; entre eles, estava o dono da ilha, um importante industriário. Sabendo que a presença do conterrâneo poderia macular a imagem positiva que se tinha dos teuto-brasileiros, incumbe-o de entregar documentos, um memorando e uma carta ao administrador de Paraízo, uma colônia de imigrantes luteranos. Deu a ele, também, dinheiro, com o qual Guilherme alugou uma carroça, um cavalo e dois escravos, um homem e uma mulher. Durante a viagem, sentindo-se superior aos dois, como homem, branco, europeu, irrita-se com o fato de ninguém reconhecer sua importância e denuncia mentirosamente o negro como ladrão e violador de crianças. O escravizado é punido pela população por crimes que não cometera. A escravizada, de nome Maria, Guilherme estupra antes de chegar ao destino final, escondendo seu corpo, por acreditar que esteja morta.

Em Paraízo, Guilherme entrega a carta ao destinatário e fica sabendo, por meio dela, que está diante de um "[...] alemão pobre, desprovido de bens e com documentação roubada de outrem, pobres como ele, me parece".[52] Além disso, consta, na missiva, a recomendação de que ofereça ao jovem imigrante a oportunidade de alistar-se no Corpo de Voluntários da Pátria, em guerra contra o Paraguai.

No Paraguai, Wilhelm rouba os pertences de um tenente morto, fazendo-se passar por ele para se refugiar em uma fazenda de desertores. Lá, mais uma vez mostra seu lado ardiloso. Nas palavras de Olga,

50 Labes, 2021, p. 40.
51 Labes, 2021, p. 41.
52 Labes, 2021, p. 53.

> "Wilhelm era esperto: sondou quando estavam para chegar os brasileiros que destruiriam o Quilombo, era esse o nome da colônia, e armou seu plano: ajudaria o quanto pudesse os dali, mas só enquanto não chegassem os de lá. Assim que o Quilombo se declarasse vencido, vestiria sua farda de oficial brasileiro e se deixaria encontrar pelos seus. Diria que o tinham ali à força, que havia sido sequestrado."[53][54]

Em 1870, Wilhelm começa o trajeto de volta ao Brasil, levando consigo José, ou Joseph, Pepe, um menino indígena que contava, então, cerca de oito anos, sobrevivente da batalha *Acosta Ñu*, ocorrida em 1869, e que ficou marcada como a mais cruel batalha de uma guerra que dizimou a população paraguaia.

Em Paraízo, o imigrante passa a ser denominado de Guilherme-Louco. Anos depois, é morto, de acordo com Olga, por um negro famoso por matar homens brancos. Pepe, o menino indígena trazido por ele, casa-se com uma moça do vilarejo e, desse enlace, nasce Olga.

Como podemos ver, a personagem de Labes é apresentada como alguém dotado de uma inteligência prática, que se orienta pelo cálculo e pela vantagem. Longe de agir impulsivamente, Guilherme observa, avalia e age no momento oportuno, o que lhe permite manter o controle sobre as situações e sobre aqueles que o cercam. A crueldade que o define se revela na frieza com que toma decisões e na naturalização do sofrimento alheio, como no caso da denúncia infundada do escravizado e do estupro e tentativa de suicídio de Maria. Guilherme revela, portanto, uma ética orientada pelo interesse próprio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Evidenciamos, neste texto, como textos produzidos nas regiões de fala alemã de onde migraram pessoas para o Brasil antecipam, em nível simbólico e narrativo, a experiência da emigração. Esses textos não apenas tematizam a partida, mas constroem imaginários de expectativa e promessa que projetam o destino dos povos que deixam sua terra natal para enfrentarem os desafios em uma terra distante chamada Brasil. A literatura, nesse contexto, atua como espaço no qual se elaboram tanto os anseios de mobilidade e redenção quanto os temores associados ao deslocamento, à perda e ao confronto com o desconhecido.

Em um segundo momento, o capítulo tratou da produção literária dos próprios imigrantes de língua alemã em território brasileiro. Produzidos majoritariamente em língua alemã e destinados a leitores que compartilhavam esse repertório linguístico e cultural, esses textos cumprem uma dupla função:

53 Labes, 2021, p. 91.

54 A presença das aspas, mantidas propositalmente, indicam a fala da idosa.

por um lado, registram a experiência imediata da imigração, marcada por trabalho, adaptação e adversidade; por outro, atuam como forma de manutenção identitária, evidenciando a ficção como prática de sobrevivência cultural em contexto de deslocamento.

Na sequência, colocamos em foco a produção de autores que, não sendo necessariamente imigrantes, ou já pertencendo a gerações descendentes, se dedicaram a tematizar a presença germânica no Brasil. Esses escritores constroem personagens marcantes e narrativas que interrogam pertencimento, alteridade e memória, contribuindo para uma compreensão mais complexa da experiência imigrante no interior da literatura brasileira.

É possível afirmar, por fim, que o conjunto dessas abordagens permite compreender a imigração de falantes de língua alemã não como episódio isolado, mas como processo literariamente construído em diferentes tempos, línguas e perspectivas. Da preparação da emigração, passando pela escrita produzida pelos próprios imigrantes, até a reelaboração por autores brasileiros e descendentes, delineia-se um campo literário marcado por continuidades e reconfigurações. O capítulo, assim, busca mostrar que a presença germânica na literatura brasileira não se limita à representação de um grupo específico, mas se afirma como espaço privilegiado para pensar temáticas da migração e modos pelos quais a literatura transforma experiências históricas em formas de sentido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Allgemeine Auswanderungs-Zeitung: Eine Bote zwischen der alten und der neuen Welt. Rudolstadt, 1846 – 1871, 1855, Nr. 9, p. 34. (AAZ).

ARANHA, Graça. **Canaã.** 3. ed. São Paulo: Martin Claret, 2013.

ASSIS BRASIL, Luiz Antonio. **Videiras de Cristal:** o romance dos Muckers. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991.

BIEHL, João. **Jammerthal -** O Vale da Lamentação: a minha Guerra Mucker. São Leopoldo: Oikos, 2024.

BIHL L.; EPTING, K. (Hg.). **Bibliographie französischer Übersetzungen aus dem Deutschen 1487-1944.** Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1987, Bd. p. 321; p. 480-481 e Bd. 2 p. 708. Ver também Schleucher, K. 1978. p. 489-496.

BONOW, Imgart. Grützmann. **Onde o sabiá canta e a palmeira farfalha:** a poesia em língua alemã publicada nos anuários (1874-1941) sul-rio-grandenses. 1991. Dissertação (Mestrado em Letras) – PUC-RS, 1991.

CALDRE E FIÃO, José Antonio do Vale. **A divina pastora:** romance. Porto Alegre: RBS, 1992.

Cem anos de germanidade no Rio Grande do Sul. Trad. Arthur B. Rambo.

São Leopoldo: UNISINOS, 1999, p. 151-154.

CORTEZ, Maria. T. Entre o bem e o mal: a representação do Brasil na novela Die Auswanderer nach Brasilien oder die Hütte am Gigitonhonha de Amalie Schoppe. *In:* Grossegesse, O.; Koller, E.; Malheiro da Silva, A. e Matos, M. (Org.) Portugal – Alemanha – Brasil. *6.* **Deutsch-Portugiesisches Arbeitsgespräch.** Col. Hespérides, Literatura 14, Bd. 2, Minho: Centro de Estudos Humanísticos, 2003. p. 103-120, p. 114.

Deutscher Biographischer Index. 2.A. 3. Band, München 1998, p. 1488.

DREHER, Martin. **A religião de Jacobina.** São Leopoldo: Oikos, 2017.

FAUSEL, Erich. Literatura rio-grandense em língua alemã. **Enciclopédia Rio-Grandense.** O Rio Grande Antigo. v. 2, Canoas: Ed. Regional, p. 222-239, 1956.

FAUSEL, Erich. Deutsche Stimmen in der Riograndenser Literatur. **Intercâmbio.** n. 4/6, p. 82-88, 1957.

FLEISCHER, Marion. Deutschbrasilianische Lyrik nach 1939. *In*: **Staden-Jahrbuch.** São Paulo: Instituto Hans Staden, 1967. p. 151-161.

FOUQUET, Carlos. **O imigrante alemão e seus descendentes no Brasil:** 1808-1824-1974. Trad. de Guido F. J. Pabst. São Paulo: Instituto Hans Staden

GERSTÄCKER, Friedrich. **Kleine Erzählungen und Nachgelassene Schriften. J**ena: Costenoble, Bd. 1, 1879, p. 1.

GERSTÄCKER, Friedrich. **Die Deutschen imAusland.** Vorlesung gehalten von Friedrich Gerstäcker im Saale der Kaiserlichen Militär-Academie zu Rio de Janeiro, den 21. September 1861. Rio de Janeiro: Druck und Herausgabe von Lorenz Winter, 1861.

GERSTÄCKER, Friedrich. **Die Colonie.** Brasilianisches Lebensbild. 3 Bde. Jena: Costenoble, 1939.

GEVEHR, Daniel Luciano. Diferentes escritos sobre um mesmo passado: as (re)atualizações do conflito mucker na historiografia sobre imigração alemã no Rio Grande do Sul (1874-1977). **Historiæ**, Rio Grande, v. 8, n. 1, p. 109-131, 2017.

GRÜTZMANN, I., DREHER, M. D.; FELDENS, J. A. (org.) **Imigração alemã no Rio Grande do Sul:** recortes. São Leopoldo: Oikos, 2008.

GRÜTZMANN, Imgart. "Nacional-socialismo em almanaques de língua alemã no Brasil (1933-1939)" *In*: **ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA** – Londrina, 2005, p.1. Ver: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548206370_e8112accac2777723fba4387532ee897.pdf/.

GUIMARÃES, Josué. **A ferro e fogo I:** tempo de solidão. 6. ed. Porto Alegre: L&PM, 1985.

HÖRMEYER, Joseph. **O que Jorge conta sôbre o Brasil.** Rio de Janeiro: Ed.

Presença, 1966. p. 7-11.

HÖRMEYER, Joseph. **Georg, der Auswanderer. Oder:** Ansiedlerleben in Süd-Brasilien. Illustrierte Schilderungen zur Erwägung für Wanderlustige. Rudolstadt: Verlagsbuchhandlung der F. priv. Hofbuchdruckerei, 1869.

HUBER, Valburga. **Saudade e esperança.** Blumenau: Ed. FURB, 1993.

KREUTZ, Lúcio. **O professor paroquial - magistério e imigração alemã.** Porto Alegre: UFRGS; Caxias do Sul: EDUCS; Florianópolis: UFSC, 1991.

LABES, Marcelo. **paraízo-paraguay.** Florianópolis: Caiponte, 2021.

LUFT, Lya. **Autores gaúchos** *5*. 4. ed. Porto Alegre: Conselho Estadual de Desenvolvimento Cultural; Instituto Estadual do Livro, 1990.

MACHADO, Janaína. **Conflito social no Brasil:** a revolta "Mucker", Rio Grande do Sul, 1868-1898. 1976. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História da Universidade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1976.

MAROBIN, Luiz. **A literatura no Rio Grande do Sul:** aspectos temáticos e estéticos. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985.

MÖNCKMEIER, Wilhelm. **Die deutscheüberseeische Auswanderung.** Ein Beitrag zurdeutschen Wanderungsgeschichte. Jena: Verlag von Gustav Fischer, 1912. p. 11).

NEUMANN, Gerson R. **Diálogos migrantes.** Estudos em torno da imigração de língua alemã para o Brasil. Porto Alegre - RS: Bestiário, 2024.

NEUMANN, Gerson R.; MÜGGE, Ernani (Org.). **Literatura brasileira e migrações de língua alemã para o Brasil.** Porto Alegre - RS: Bestiário, 2024.

NEUMANN, Gerson R; MÜGGE, Ernani; MÜGGE, Miquéias. H. Migrações alemãs para o Brasil. **História e Literatura.** São Leopoldo: Oikos, 2022.

NEUMANN, Gerson R. **Brasilien ist nicht weit von hier! Die Thematik der deutschen Auswanderung nach Brasilien in der deutschen Literatur im 19. Jahrhundert (1800-1871).** Frankfurt am Main/ Berlin: Peter Lang, 2005.

NEUMANN, Gerson R. Brasilien in der deutschen Literatur des 19. Jahrhunderts: Amalia Schoppe und Friedrich Gerstäcker. **Tópicos – Deutsch-Brasilianische Hefte**, Jg. 42, Heft 3, 2003, p. 40-43.

NEUMANN, Gerson R. **A Muttersprache (língua materna) na obra de Wilhelm Rotermund e de Balduíno Rambo e a construção de uma identidade cultural híbrida no Brasil.** Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, 2000. 150p. Mimeografado. Dissertação de Mestrado em Literatura Comparada.

SCHOPPE, Amalia. **Die Auswanderer nach Brasilien oder die Hütte am Gigitonhonha/Os emigrantes para o Brasil ou A cabana às margens do Gigitonhonha.** Tradução e organização de Neumann, Gerson R.; Spinassé Karen P. 1. ed. Bilíngue. São Leopoldo: Oikos, 2020.

SCHOPPE, Amalia. **Die Auswanderer nach Brasilien oder die Hütte am Gigitonhonha.** Berlin: Verlag der Buchhandlung von C. F. Amelang, 1828.

SOUZA, Celeste de. **A narrativa literária no anuário do Correio Serrano após 1948:** Temas. Boletim 28 (Nova Série) São Paulo: Secção Gráfica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1980.

VOLTARELLI, Maura. Perspectivismo e antropofagia em Cobra Norato, de Raul Bopp. **Palimpsesto**, v. 16, n. 24, p. 162–176, jan./jun. 2017.



WILLST DU TANZEN? DER DEUTSCH GEHT LEHREN: MÚSICA, ETNICIDADE E PERTENCIMENTO NAS BANDINHAS TEUTO-BRASILEIRAS DO RIO GRANDE DO SUL

Luciana Sanguiné[1]

INTRODUÇÃO

A música étnica possui um reconhecido potencial de evocar memórias afetivas entre grupos imigrantes, funcionando como elo simbólico com experiências de deslocamento, pertencimento e origem. (Stokes,1994; Frith, 1996). No entanto, em contextos de imigração prolongada, como o das comunidades de língua alemã no Rio Grande do Sul, esse fenômeno deixa de se restringir à esfera memorial e passa a se articular em registros históricos mais amplos, inscritos em processos de longa duração, nos quais práticas culturais são continuamente reelaboradas, apropriadas e ressignificadas ao longo do tempo (Braudel, 1965). Ao longo de gerações, a música deixa de ser apenas um recurso de rememoração do passado migrante para se constituir como prática social viva, enraizada no cotidiano regional e aberta a processos contínuos de ressignificação cultural.

Nesse contexto, a sociabilidade promovida pela música assume papel central na organização da vida comunitária. Festas e bailes associados a eventos como a *Oktoberfest*, a *Kerbfes*t entre outras celebrações locais configuram espaços privilegiados de encontro e convivência, nos quais a música estrutura relações sociais, marca temporalidades e cria sentidos compartilhados de pertencimento. As chamadas bandinhas e as orquestras regionais ocupam lugar central nessas ocasiões, não apenas como elementos de animação festiva, mas como mediadoras culturais que articulam repertório musical, língua, humor e performance. Tal centralidade está relacionada ao próprio entendimento do que se convencionou

1 Doutoranda em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e Mestra em Gestão de Projetos pela University of Essex (Reino Unido). Graduada em História, Gestão da Tecnologia da Informação, Letras e Engenharia da Computação. Pesquisa imigração, identidade e etnicidade no Rio Grande do Sul. E-mail: luciana.sanguine@outlook.com.

denominar bandinha no contexto da música étnica teuto-brasileira. Na definição proposta por Ewald, o termo refere-se ao

> "[...] nome aplicado para todos os grupos, independentemente do tamanho da banda, que toca música étnica teuto-brasileira", sendo comumente associado à expressão música de bandinha (pequena música de banda), criada para designar esse gênero musical específico (Ewald, 2004, p. 45, tradução nossa).

Ao animar a festa, essas formações musicais produzem vínculos, atualizam memórias coletivas e participam ativamente da construção de identidades situadas no espaço regional sul-brasileiro.

A presença recorrente do humor, da sátira e da autoironia no repertório das bandinhas constitui um elemento fundamental para a compreensão de seu papel social. Longe de configurar uma trivialização da experiência histórica da imigração, o riso opera como linguagem cultural capaz de elaborar simbolicamente tensões, dificuldades e negociações identitárias vividas ao longo do tempo. A figura do "alemão engraçado", frequentemente mobilizada nas letras e performances, pode ser compreendida como um personagem identitário relacional, que expressa tanto pertencimento comunitário quanto adaptação aos contextos sociais nos quais essas práticas musicais se inserem. Esse personagem, muitas vezes personificado na figura caricata do "Fritz", ainda que nem sempre historicamente precisa, tendo em vista que os imigrantes de língua alemã provinham de diferentes territórios e tradições culturais, consolida-se como um referencial simbólico de um "alemão ideal". Trata-se de uma construção que, ao simplificar diferenças internas, opera como elemento de coesão durante os festejos, permitindo a identificação coletiva e a atualização performática de uma identidade compartilhada, o que também ajuda a compreender por que os repertórios festivos, como observa Werling (2016), foram utilizados para compensar as privações e celebrar a "vitória da sobrevivência", reforçando o caráter resiliente e simbólico dessas expressões musicais.

A circulação dessa música vai além do espaço físico das festas e bailes, encontrando nas rádios locais, um importante canal de difusão e mediação cultural. A programação radiofônica, ao manter repertórios associados às bandinhas e ao uso da língua alemã padrão ou de suas variações, contribui para ampliar o alcance dessas práticas musicais e para reforçar sua presença no cotidiano regional. Ainda que não constituam o foco central deste estudo, as rádios desempenham papel relevante na manutenção da visibilidade dessas expressões culturais e na construção de uma escuta compartilhada que atravessa gerações.

É a partir desse conjunto de práticas que este artigo se orienta pela seguinte pergunta de pesquisa: como a música das bandinhas teuto-brasileiras do Rio Grande do Sul atua como marcador de etnicidade e pertencimento, contribuindo para a manutenção e a ressignificação das heranças culturais de

imigração no contexto contemporâneo? Embora dialogue com aportes teóricos da etnomusicologia, este trabalho adota uma abordagem histórico-antropológica, voltada à análise das práticas musicais enquanto fenômenos sociais e culturais situados. Não se pretende, portanto, aprofundar questões técnicas da música nem esgotar as múltiplas possibilidades de investigação do campo, mas compreender de que maneira a música, enquanto prática cotidiana e coletiva, participa da produção de sentidos identitários no sul do Brasil.

CAMINHOS METODOLÓGICOS

Este artigo adota uma abordagem qualitativa, orientada por procedimentos interpretativos próprios da história cultural e da antropologia histórica, com foco na análise de práticas musicais enquanto produções simbólicas socialmente situadas. A pesquisa parte da compreensão de que letras de canções, capas de álbuns e circuitos de circulação musical constituem fontes históricas legítimas, capazes de demonstrar formas de sociabilidade, representação e pertencimento. O trabalho não se propõe a uma análise musicológica formal, nem ao exame técnico da composição musical, mas à investigação dos sentidos culturais atribuídos à música no interior de contextos específicos de produção, circulação e recepção.

A investigação está ancorada em três eixos teórico-analíticos principais: a etnomusicologia, enquanto referência para a compreensão da música como prática cultural e socialmente situada; os estudos sobre identidade e etnicidade, que permitem pensar a música como espaço de negociação simbólica e produção de pertencimento; e a história cultural, que oferece ferramentas para a análise das práticas musicais como fenômenos históricos inscritos em contextos específicos. Esses eixos orientam a leitura das fontes não como expressões isoladas, mas como parte de um sistema complexo de sociabilidades, representações e mediações culturais.

O corpus da pesquisa é composto por letras de músicas de bandinhas teuto-brasileiras, capas de álbuns e materiais associados à circulação dessa produção musical, bem como por outros registros vinculados a esse universo cultural e musical. As letras e capas foram analisadas enquanto textos culturais e visuais, portadores de narrativas, símbolos e recorrências temáticas que permitem identificar padrões de humor, autoironia, usos da língua e representações identitárias.

Para a análise dos conteúdos, foram utilizadas técnicas de análise de conteúdo, inspiradas nos procedimentos sistematizados por Bardin (2011), adaptadas às especificidades do objeto histórico-cultural. A partir da leitura exploratória do material, procederam-se à identificação de temas recorrentes, categorias simbólicas e elementos discursivos relevantes, buscando compreender de que maneira esses conteúdos expressam formas de pertencimento, negociação

identitária e ressignificação das heranças culturais de imigração. A análise privilegiou uma abordagem interpretativa, atenta às permanências, variações e deslocamentos simbólicos presentes nas práticas musicais ao longo do tempo.

AS BANDINHAS COMO PRÁTICA CULTURAL

Nos estados do Sul do Brasil, bem como em regiões como o Mato Grosso, observa-se a presença expressiva de populações oriundas do Rio Grande do Sul, resultado de fluxos migratórios internos protagonizados majoritariamente por descendentes de imigrantes europeus. Esses deslocamentos, intensificados sobretudo entre as décadas de 1970 e 1980, estiveram associados a políticas fundiárias, projetos de colonização agrícola e à reconfiguração da questão agrária no sul do país, inserindo esses grupos em novos contextos regionais e sociais (Silva, 2005; Almeida, 2021). Soma-se a esse quadro o Espírito Santo, historicamente reconhecido pela presença de colônias formadas por povos de língua alemã, o que contribui para a constituição de um amplo espaço de circulação de práticas culturais compartilhadas.

Nesse conjunto de territórios, a música de bandinhas constitui parte integrante da cultura popular regional, articulando repertórios, linguagens e performances que atravessam fronteiras estaduais e contextos comunitários distintos. Tal circulação reforça o caráter dinâmico dessas práticas musicais, que acompanham os deslocamentos históricos de seus praticantes e se reconfiguram continuamente nos processos de inserção social e cultural. Como observa Ewald (2004), ao analisar as práticas musicais de descendentes de imigrantes de língua alemã no sul do Brasil, a música atua como um espaço privilegiado de mediação cultural, no qual passado e presente são continuamente negociados por meio da performance, da língua e do repertório.

Longe de se restringirem a circuitos estritamente étnicos, algumas dessas formações musicais circulam por esferas mais diversificadas, chegando, inclusive, a integrar programações de rádios não especializadas em repertórios étnicos. Ainda que este trabalho tenha como foco analítico as bandinhas atuantes no Rio Grande do Sul, reconhece-se que tais práticas musicais não se limitam ao âmbito local, compartilhando referências comuns em diferentes contextos regionais do país e demonstrando sua capacidade de adaptação e difusão no interior da cultura popular brasileira.

Um exemplo particularmente elucidativo dessa circulação inter-regional e da capacidade de apropriação criativa das bandinhas é a trajetória da *Banda 2001, do Paraná*, cuja produção alcançou ampla difusão nos circuitos festivos associados às comunidades de descendentes de imigração de língua alemã no Sul do Brasil. A canção *Bonde do Alemão*, que inspira o título deste artigo, constitui

uma paródia da música *Cerol na Mão*, do grupo *Bonde do Tigrão*, sucesso nacional no início dos anos 2000, cuja letra foi adaptada para o alemão por meio de trocadilhos linguísticos e humorísticos. Essa estratégia de reelaboração paródica não foi episódica na produção do grupo, que também lançou canções como *O Alemão no Show do Milhão* e *A Festa do Alemão – Frida*, esta última inspirada em *Pelados em Santos*, do grupo *Mamonas Assassinas*. A recorrência dessas paródias marca um procedimento sistemático de diálogo com a cultura popular brasileira de massa, reinterpretada a partir de códigos linguísticos e simbólicos associados ao universo das bandinhas, reforçando seu potencial de reconhecimento coletivo e inserção nos repertórios festivos (Ewald, 2004; Werling, 2016).

A permanência dessas canções no repertório das bandinhas pode ser observada em registros fonográficos e audiovisuais, bem como nas narrativas de memória associadas às festas regionais. Comentários publicados em plataformas digitais, quando analisados de forma crítica e contextualizada, permitem vislumbrar modos de recepção e apropriação dessas músicas no interior das comunidades. Em um vídeo que rememora a trajetória da *Banda 2001*, espectador, cuja identificação foi preservada, relata:

> "Lembrei deles nas Oktoberfest em Igrejinha, domingo à tarde, animando a galera… pena que terminaram as atividades… hino da Oktober, então libera, libera mais um chopp" (Comentário publicado na seção de comentários do vídeo A história da Banda 2001 do Paraná – a banda do hit "Bonde do Alemão", no canal Portal da Música (Youtube, 2020).

Ainda que não se trate de uma fonte representativa em sentido estatístico, esse testemunho é indicativo da ritualização dessas canções no contexto festivo, onde passam a operar como verdadeiros marcos de pertencimento. A evocação da música como "hino" informal da festa reforça seu papel na construção de uma memória coletiva compartilhada, na qual humor, língua e performance se articulam como elementos centrais da experiência festiva e da identidade cultural regional. Nesse sentido, a música não apenas acompanha a festa, mas participa ativamente da produção simbólica do lugar, atuando como meio através do qual identidades são construídas, reconhecidas e negociadas socialmente (Stokes, 1994).

Em muitas comunidades, as bandinhas atravessaram gerações, sustentadas por diferentes modalidades de aprendizado musical, que combinam formação institucionalizada, como aquela oferecida por escolas de música, com processos de transmissão comunitária, baseados na convivência familiar, na observação direta e na participação reiterada em bailes, festas e rituais coletivos. Esse modo de transmissão, marcado menos pela institucionalização formal e mais pela prática compartilhada, contribui para a consolidação da música como elemento estruturante da vida social local, inscrito em temporalidades extensas e relativamente estáveis, conforme a

perspectiva da longa duração proposta por Braudel (1965).

A longevidade de determinadas formações musicais torna esse processo particularmente visível. Bandas como a *Rainha Musical*, com mais de um século de trajetória, *Os 3 Xirus*, fundada em 1964, e a *Super Banda Choppão*, com mais de quatro décadas de atuação, exemplificam a persistência dessas práticas no tempo. Ainda que nem todas sejam dedicadas exclusivamente ao repertório étnico, muitas dessas formações gravaram álbuns em língua alemã e mantêm presença recorrente em eventos associados à imigração, como *Kerb* e *Oktoberfes*t, o que evidencia sua inserção contínua nos circuitos festivos e identitários do Rio Grande do Sul. A *Orquestra La Montanara*, fundada em 1994, por sua vez, ilustra a capacidade de renovação desse universo musical, ao articular repertórios reconhecidos como tradicionais a novas formas de performance e circulação, sem romper com os sentidos de pertencimento historicamente construídos.

Nesse sentido, a noção de tradição não pode ser compreendida como herança fixa ou imutável. Como assinala Hobsbawm (1997), tradições são continuamente inventadas e reinventadas, sobretudo quando mobilizadas para conferir sentido de continuidade a práticas que atravessam transformações sociais. No caso das bandinhas, essa dinâmica manifesta-se tanto na preservação de repertórios legitimados pela memória coletiva quanto na incorporação gradual de novos elementos musicais, linguísticos e performáticos, em diálogo com contextos históricos específicos. Reconfigurações decorrentes da renovação de integrantes, da ampliação dos públicos ou da adaptação às expectativas contemporâneas não implicam ruptura, mas reacomodação simbólica dessas práticas culturais.

Esse movimento de adaptação também pode ser compreendido à luz das reflexões de Seyferth (1997) sobre os processos de assimilação e negociação identitária no contexto do *melting pot* nacional. Algumas bandinhas, ao longo de suas trajetórias, iniciaram-se com repertórios fortemente associados a circuitos étnicos mais delimitados e, progressivamente, incorporaram elementos característicos das bandas de baile, ampliando seus públicos e espaços de atuação. Tal deslocamento não representa o apagamento da identidade de origem, mas a reorganização seletiva de seus símbolos, permitindo a convivência entre marcas identitárias específicas e expectativas sociais de maior alcance de integração.

A repetição ritual das apresentações em festas recorrentes desempenha papel central nesse processo, funcionando como mecanismo de atualização da memória coletiva. Conforme argumenta Halbwachs (2006), a memória social não se conserva de forma abstrata, mas se reconstrói continuamente a partir de quadros sociais compartilhados. As bandinhas, ao retomarem repertórios, performances e códigos reconhecíveis, contribuem para a estabilização dessas memórias no tempo, mesmo quando ajustadas às demandas do presente. Assim,

a longa trajetória dessas formações musicais demonstra um equilíbrio duradouro entre permanência e adaptação, no qual a música atua como elo entre passado e presente, sustentando sentidos de pertencimento ao longo das gerações.

LETRAS, HUMOR E PERTENCIMENTO

O humor presente nas letras das bandinhas teuto-brasileiras deve ser compreendido menos como elemento acessório da performance musical e mais como prática cultural estruturante, intimamente relacionada aos modos de circulação, recepção e consumo dessa música no espaço regional. Longe de operar apenas como recurso de entretenimento, o humor atua como mediador simbólico que favorece a adesão afetiva do público, tornando inteligíveis e socialmente compartilháveis experiências marcadas pela diferença linguística e cultural. A análise do consumo de música regional evidencia que a identificação do público com determinadas expressões musicais não se constrói exclusivamente a partir de critérios estéticos ou técnicos, mas sobretudo pela capacidade dessas produções de gerar reconhecimento, familiaridade e pertencimento em contextos cotidianos de escuta (Dias; Ronsini, 2008). Nesse sentido, o riso não emerge como resposta isolada à comicidade da letra, mas como efeito de uma experiência coletiva, na qual a música se inscreve como prática social situada.

Nessa perspectiva, o humor opera como linguagem relacional, que articula performance, circulação e interação social. Como observa Ewald (2011), a música associada às comunidades de origem alemã no sul do Brasil constitui-se no entrelaçamento entre práticas musicais e sociabilidades específicas, sendo continuamente atualizada nos espaços em que é vivida. O humor contribui para esse processo ao facilitar a circulação das canções para além de públicos estritamente étnicos, sem que isso implique o apagamento de marcas identitárias. Ao contrário, a comicidade transforma a diferença linguística e cultural em recurso expressivo compartilhável, permitindo sua negociação simbólica no interior da cultura popular regional. Assim, o riso não dilui a identidade, mas atua como elemento de coesão, reconhecimento e pertencimento.

Essa função do humor articula-se de modo direto ao uso da língua nas letras das bandinhas, elemento central para a constituição de sua estética e de seus sentidos sociais. O alemão padrão e as línguas de imigração historicamente associadas às comunidades teuto-brasileiras, bem como as formas híbridas resultantes do contato prolongado com o português, emergem não como sinais de inadequação linguística, mas como práticas socialmente situadas e historicamente constituídas. Pesquisas sociolinguísticas voltadas ao contato entre o português e línguas de imigração de base alemã no sul do Brasil demonstram

que processos de interferência interlinguística, tais como adaptações fonéticas, alternância de códigos e reorganizações articulatórias, configuram padrões recorrentes e estruturais, sobretudo em contextos marcados pela oralidade e pela transmissão intergeracional (Martins, 2013).

A investigação conduzida por Martins (2013), ao analisar a produção linguística de falantes bilíngues em contextos de escolarização, evidencia que tais fenômenos não podem ser compreendidos como desvios fortuitos ou falhas de aprendizagem, mas como efeitos sistemáticos de sistemas linguísticos em contato prolongado. Ainda que o estudo se concentre no espaço escolar, suas conclusões oferecem aportes importantes para a compreensão das práticas linguísticas mobilizadas nas letras das bandinhas, uma vez que estas se ancoram em registros orais amplamente compartilhados no interior das comunidades e reiterados em situações performáticas públicas.

Nesse enquadramento, o chamado "erro" linguístico não é casual, mas deliberadamente encenado como estratégia estética. O sotaque, longe de ser dissimulado, é exposto e ressignificado como marcador identitário afetivo. Conforme aponta Matter (2014), a música constitui um espaço privilegiado de legitimação simbólica dessas formas de expressão, ao converter marcas da oralidade cotidiana em recursos expressivos valorizados no campo da performance musical. O humor, nesse caso, opera como mecanismo de autoironia identitária, produzida a partir do próprio grupo e compartilhada com o público.

Ao incorporar essas marcas linguísticas de forma humorada, as bandinhas deslocam a assimetria simbólica frequentemente associada ao "falar diferente", convertendo-a em capital cultural coletivo. Trata-se de uma operação que transforma a língua em prática performativa situada, na qual identidade, memória e pertencimento se articulam de modo não conflitivo, especialmente em contextos festivos e ritualizados.

Nesse sentido, a canção *Roubaram meu Fristick*, de *Os três Xius* exemplifica de maneira notadamente elucidativa o modo como língua, humor e pertencimento se articulam no repertório das bandinhas teuto-brasileiras. O núcleo cômico da letra não se constrói a partir de uma situação extraordinária, mas de um episódio trivial do cotidiano, o desaparecimento do lanche, que adquire densidade simbólica por meio da escolha linguística. O termo *fristick* remete ao alemão padrão *frühstück*, cujo significado corresponde a "café da manhã"; entretanto, na língua de imigração Hunsrückisch trazida por grupos de origem germânica e reelaborada no contexto sul-brasileiro, a palavra passa por adaptações fonéticas e semânticas, sendo empregada de forma ampla para designar lanche ou merenda. Tal reconfiguração lexical não constitui um desvio acidental, mas integra processos históricos de acomodação linguística

característicos das línguas de imigração, nas quais o contato prolongado com o português e com novos contextos socioculturais produz formas próprias de nomeação da experiência cotidiana (Martins, 2013).

O emprego do termo *fristick* como eixo narrativo da canção, a letra ativa um reconhecimento imediato entre falantes e ouvintes familiarizados com essa variante linguística, transformando a diferença em fonte de riso compartilhado. O humor emerge, assim, não da exotização da língua, mas do reconhecimento afetivo de uma prática linguística comum, enraizada na vida doméstica e comunitária. A comicidade não ridiculariza o falar híbrido; ao contrário, legitima-o como linguagem própria de um grupo, capaz de narrar sua experiência social de forma autônoma. Dessa maneira, a canção converte um elemento linguístico frequentemente marcado por estigmas externos em recurso expressivo central, reafirmando a língua de imigração como veículo de memória, sociabilidade e pertencimento no interior das práticas festivas e musicais teuto-brasileiras.

Já em *No Colinho do Alemão*, da *Orquestra La Montanara*, o humor se estrutura a partir de uma lógica distinta daquela observada em narrativas do cotidiano comunitário. A canção se insere no campo da paródia musical de duplo sentido, apropriando-se de uma matriz previamente consagrada na música de baile e reinscrevendo-a no universo das bandinhas por meio da substituição semântica do referente central. O deslocamento do termo original para a figura do "alemão" opera como estratégia humorística ancorada na ambiguidade e na sugestão, recurso já presente na canção que inspira a paródia. Nesse sentido, o humor não é criado de novo, mas herdado e reelaborado a partir de um repertório amplamente reconhecido pelo público, porém adaptado para o público étnico que se deseja atingir.

A figura do "alemão", serve como marcador identitário acionado em chave jocosa, explorando o duplo sentido como elemento central da performance. A identidade étnica é convocada menos como memória ou herança cultural e mais como signo disponível à brincadeira, à ironia e à provocação leve, características recorrentes da música de baile. A eficácia do humor reside justamente no reconhecimento compartilhado da referência original e na compreensão implícita do jogo paródico, o que exige do público uma escuta situada e culturalmente informada.

Essas canções retornam ciclicamente em *Kerbs*, *Oktoberfests* e bailes regionais, adquirindo um caráter previsível e esperado pelo público. A repetição ritual dessas letras e performances contribui para sua estabilização simbólica, transformando o humor em estrutura de memória coletiva. Conforme argumenta Halbwachs (2006), a memória social se constrói a partir de quadros compartilhados que são continuamente atualizados nas práticas do grupo.

No caso das bandinhas, o riso reiterado não se esgota, mas se consolida como parte constitutiva da experiência festiva, funcionando como mecanismo de transmissão cultural e de reconhecimento identitário ao longo do tempo.

Assim, as letras das bandinhas não podem ser compreendidas apenas como entretenimento musical. Elas operam como tecnologias culturais de pertencimento, nas quais língua, riso e performance articulam a etnicidade de forma socialmente inteligível e não conflitiva. Longe de preservar uma suposta "origem pura", essas canções constroem uma identidade situada, marcada pela circulação, pela paródia e pela repetição ritual, que se atualiza continuamente no espaço público regional por meio da festa, do baile e da escuta compartilhada.

CAPAS DE ÁLBUNS E RÁDIOS LOCAIS

Antes de avançar na análise das capas de álbuns e de seus modos de circulação, é necessário contextualizar a noção de uma identidade "alemã" genérica que frequentemente atravessa essas representações visuais e sonoras. Como já amplamente discutido pela historiografia, os grupos identificados no século XIX e ao longo do século XX como "alemães" no Rio Grande do Sul não constituíam um conjunto homogêneo nem provinham, em muitos casos, de um Estado-nação alemão tal como o conhecemos hoje. Conforme destaca Dreher (2024), a chegada dos primeiros imigrantes de língua alemã ao sul do Brasil, em 1824, antecede a própria unificação da Alemanha, ocorrida apenas em 1871, o que implica reconhecer a diversidade de origens regionais, políticas e culturais desses contingentes migratórios, oriundos de territórios que hoje correspondem a diferentes países da Europa Central.

Ainda assim, ao longo do tempo, construiu-se no contexto regional sul-brasileiro uma identidade "alemã" sintética, mobilizada tanto em discursos comemorativos quanto em práticas culturais, entre elas a música das bandinhas. Essa identidade, embora historicamente imprecisa em termos nacionais, opera como categoria cultural compartilhada, capaz de articular pertencimento, memória e reconhecimento social. Importa salientar que muitos dos músicos que atuam nessas formações são descendentes diretos de povos de língua alemã que se estabeleceram no Rio Grande do Sul ao longo do século XIX e início do XX, o que confere a essas práticas musicais um vínculo efetivo com trajetórias migratórias concretas, ainda que mediadas por processos de simplificação simbólica.

Essa dimensão transnacional também se manifesta em movimentos contemporâneos de circulação cultural. As redes sociais da *Orquestra La Montanara*, por exemplo, registram uma turnê realizada na Alemanha em 2024, gesto que reforça a complexidade dessas identidades performadas. Longe de representar um retorno a uma "origem" fixa, tal deslocamento evidencia a

construção relacional da germanidade, agora projetada como marca cultural legitimada no exterior. Assim, a identidade "alemã" acionada nas capas de álbuns e nos repertórios das bandinhas deve ser compreendida menos como referência a um passado nacional específico e mais como uma linguagem simbólica produzida historicamente no interior das experiências migratórias e de seus desdobramentos culturais no sul do Brasil.

A capa do álbum *No Colinho do Alemão*, da *Orquestra La Montanara*, pode ser analisada como um artefato visual e cultural que opera por meio da paródia, mobilizando repertórios musicais, afetivos e identitários amplamente compartilhados no universo das bandinhas e da música de baile no sul do Brasil. O título estabelece uma referência direta à canção *Colinho do Pai*, da *Banda San Marino*, cuja circulação prévia em bailes, festas comunitárias e programações radiofônicas é pressuposta tanto pela escolha do nome quanto pela construção visual do álbum. Esse deslocamento semântico — do "pai" para o "alemão" — não rompe com o sentido original, mas o reinscreve em uma chave identitária e comunitária, produzindo um humor de reconhecimento, baseado na cumplicidade com o público.

Do ponto de vista metodológico, essa leitura dialoga com a análise de conteúdo proposta por Bardin, ao compreender a imagem como um sistema de significações que articula elementos simbólicos, sociais e culturais segundo uma lógica comunicacional específica (Bardin, 2011). Nesse sentido, a capa acompanha o conteúdo musical ao mesmo tempo em que antecipa sentidos, orienta a escuta e mobiliza memórias coletivas associadas à música de baile, ao humor e à identidade teuto-brasileira.

A dimensão visual da capa reforça essa operação paródica por meio da construção de personagens caricaturais e do uso de trajes tipificados, que não pretendem representar o imigrante histórico, mas sim encenar um tipo social reconhecível no imaginário regional. Nesse sentido, a imagem funciona como aquilo que Barthes define como um campo de denotação e conotação simultâneas: enquanto apresenta figuras aparentemente simples e legíveis, aciona camadas simbólicas mais profundas relacionadas à etnicidade, à festividade e à afetividade (Barthes, 1990). O "alemão" ali representado não é um sujeito histórico preciso, mas um personagem cultural estabilizado, construído ao longo do tempo pelas próprias práticas musicais, festivas e midiáticas.

O humor, longe de assumir um caráter transgressor ou ofensivo, opera como estratégia estética de aproximação. Conforme discute Serra (2020), a paródia e a citação constituem processos composicionais e simbólicos recorrentes na música humorística, especialmente quando se apoiam em materiais previamente conhecidos pelo público, permitindo que o riso emerja da familiaridade e da expectativa compartilhada, e não da ruptura radical. No

caso de *No Colinho do Alemão*, o humor visual e verbal atua como mecanismo de coesão simbólica, reafirmando vínculos identitários e afetivos no interior do universo das bandinhas.

Assim, a capa não apenas identifica um álbum, mas participa ativamente da construção de sentidos que articulam música, humor e pertencimento, especialmente em contextos de circulação mediada, como as rádios locais, onde a imagem não está fisicamente presente, mas o imaginário por ela produzido já foi previamente incorporado pelo público (Figura 1).

Figura 1 – Capa do álbum No Colinho do Alemão, da Orquestra La Montanara.



Fonte: Orquestra La Montanara

A *Super Banda Choppão* apresenta, na capa analisada, uma construção visual distinta daquela observada na *Orquestra La Montanara*. Embora ambas compartilhem um repertório amplamente difundido no circuito festivo regional e recorram a canções reconhecidas pelas comunidades descendentes de imigração de língua alemã, a *Choppão* adota uma estética menos orientada pelo humor explícito e pela paródia. Essa diferença não indica distanciamento do universo das bandinhas, mas demonstra escolhas comunicacionais específicas, que se refletem tanto na produção musical quanto na forma de apresentação visual do grupo.

Do ponto de vista da análise da imagem, a capa organiza seus elementos segundo uma lógica de sobriedade e reconhecimento simbólico. A tipografia escolhida, inspirada em fontes góticas, remete diretamente a um repertório visual associado à tradição alemã, frequentemente mobilizado em contextos festivos e comerciais ligados à imigração. Conforme observa Barthes (1990), a imagem

não apenas representa, mas constrói sentidos a partir de códigos culturalmente compartilhados. Nesse caso, a fonte tipográfica atua como signo identitário, acionando uma memória visual que dispensa explicações adicionais e se ancora no reconhecimento imediato por parte do público.

Os trajes dos músicos reforçam essa operação simbólica ao recorrer a vestimentas tipificadas, que evocam o imaginário festivo associado a *Oktoberfest* e bailes comunitários. A presença do caneco de chopp, por sua vez, insere a banda em um universo ritualizado de sociabilidade, no qual música, bebida e convivência se articulam como práticas indissociáveis. Trata-se de um objeto carregado de valor simbólico, que remete menos ao consumo em si do que à experiência coletiva da festa, funcionando como marcador visual de pertencimento e continuidade cultural.

Essa opção estética evidencia que o humor, embora recorrente no universo das bandinhas, não constitui um elemento homogêneo ou obrigatório. Ao contrário, sua mobilização varia conforme a trajetória da banda, o público ao qual se dirige e o projeto identitário que se busca afirmar. No caso da *Super Banda Choppão*, a comunicação visual aposta na familiaridade, na tradição e na continuidade, reforçando sua inserção prolongada na cultura popular regional e oferecendo ao público uma imagem reconhecível e afetivamente estabilizada (Figura 2).

Figura 2 – Super Banda Choppão: composição visual do grupo



Fonte: Super Banda Choppão, Facebook (2016). Fotografia realizada por Fil Giuriatti no estúdio da gravadora ACIT.

A trajetória de *Os 3 Xirus* ocupa um lugar singular na consolidação das bandinhas como expressão constitutiva da identidade cultural do Rio Grande do Sul. Fundado em 1964 por Bruno Neher, natural de Panambi, na localidade de Linha Caxambu, o conjunto construiu, desde sua origem, uma ponte contínua entre a música regional gaúcha e repertórios associados às heranças culturais de povos de língua alemã. Essa posição híbrida permitiu à banda transitar com naturalidade tanto pelos circuitos festivos comunitários quanto pelos meios de comunicação de alcance estadual e nacional, com presenças recorrentes em programas de televisão aberta desde as décadas iniciais de sua atuação, como o Galpão Crioulo (Galpão Crioulo, 2026).

A formação musical de Bruno Neher, marcada por estímulos familiares e pelo contato precoce com a música em língua alemã (Neher, 2020), insere-se em um padrão recorrente identificado em pesquisas sobre práticas musicais teuto-brasileiras, nas quais a música atua como vetor de socialização, pertencimento e transmissão cultural intergeracional (Matter, 2014). Ao longo de sua carreira, *Os 3 Xirus* foram pioneiros na gravação sistemática de repertórios teuto-rio-grandenses, incluindo composições autorais em língua alemã e suas variantes, ampliando o espaço de legitimidade dessa musicalidade no cenário regional (Ewald, 2011). Conforme registra Neher (2020), o conjunto gravou mais de 800 músicas em alemão, dado que evidencia a centralidade da língua no repertório do grupo e a amplitude de sua contribuição para a consolidação e a circulação dessa produção musical no Rio Grande do Sul.

Um elemento central da estética do grupo reside no uso consciente do humor e da autos sátira como estratégia performática. O acionamento do sotaque natural de Bruno, da comicidade linguística e da caricatura do "alemão" não opera como simples reforço de estereótipos, mas como mecanismo de mediação cultural que permite negociar pertencimento e diferença em contextos mais amplos da cultura gaúcha. Tal procedimento aproxima-se do que estudos sobre humor e música identificam como processos composicionais que produzem reconhecimento e cumplicidade com o público, ao transformar traços identitários em recursos expressivos compartilhados (Serra, 2020). Tais aspectos também, se expressam no plano visual, como se observa na imagem da capa de álbum na Figura.

Figura 3 – Capa de álbum do conjunto Os 3 Xirus



Fonte: Os 3 Xirus. Amazon (2026).

A dimensão visual associada à trajetória de *Os 3 Xirus* acrescenta elementos importantes à compreensão dessas práticas musicais enquanto espaços de sociabilidade e circulação cultural. Na imagem analisada, observa-se a presença de Jorge Fagundes, músico que integrou o grupo em diferentes momentos e participou ativamente das apresentações ao lado de Bruno Neher. Sua presença na cena performática do conjunto evidencia a composição heterogênea dessas formações musicais, nas quais trajetórias individuais distintas se articulam em torno de um projeto musical comum. Ainda que a literatura memorialística registre de forma pontual aspectos dessa convivência (Neher, 2020), a imagem permite perceber, de maneira concreta, como a performance das bandinhas se constrói a partir da interação entre sujeitos diversos, cujas identidades não se esgotam na pertença étnica associada à música teuto-brasileira. Assim, a visualidade do grupo amplia a leitura da música como prática social, na qual pertencimento, trabalho artístico e circulação pública se entrecruzam no espaço festivo e midiático, conferindo densidade histórica às representações construídas em torno dessas formações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises desenvolvidas ao longo deste artigo permitiram compreender como a música das bandinhas teuto-brasileiras do Rio Grande do Sul atua como marcador de etnicidade e pertencimento no contexto contemporâneo, articulando memória, humor e práticas festivas em processos de longa duração. Longe de se configurarem como resquícios estáticos de um passado imigrante, essas formações musicais demonstram capacidade contínua de adaptação, reelaboração e atualização simbólica. Letras paródicas, performances festivas, capas de álbuns e a circulação por meio das rádios locais demonstram que a música das bandinhas constitui uma prática social viva, na qual tradição e transformação coexistem. O humor emerge, nesse sentido, não como elemento acessório, mas como linguagem cultural central, capaz de produzir reconhecimento coletivo, negociar fronteiras identitárias e integrar diferentes públicos no interior das festas e bailes regionais.

Do ponto de vista acadêmico, o trabalho contribui para os estudos sobre história cultural, etnicidade e música ao propor uma abordagem histórico-antropológica que privilegia a análise de práticas musicais enquanto fenômenos sociais situados. Ao recorrer à análise de conteúdo aplicada a letras, imagens e materiais de circulação midiática, o estudo amplia o uso dessas fontes como documentos históricos legítimos para a compreensão da construção identitária no sul do Brasil. No plano social, a pesquisa colabora para a valorização das bandinhas como expressões culturais relevantes, reconhecendo seu papel na produção de sociabilidade, na transmissão intergeracional de referências culturais e na manutenção de vínculos simbólicos associados às heranças de imigração.

Algumas limitações devem ser reconhecidas. Embora entrevistas tenham sido inicialmente previstas, elas não foram incorporadas à versão final do estudo, uma vez que o projeto original de história oral não pôde ser concluído de maneira satisfatória. Optou-se, assim, por um recorte metodológico que não dependesse desse material, sem que isso comprometesse a análise, sustentada pela leitura sistemática de conteúdos visuais, textuais e musicais. Ainda assim, é importante destacar que a história oral poderia aprofundar a compreensão das relações étnicas, das trajetórias individuais e das percepções dos músicos e agentes envolvidos.

Nesse sentido, pesquisas futuras podem avançar em diferentes direções. Estudos históricos baseados em documentação de arquivos, registros fonográficos, acervos institucionais e imprensa regional podem contribuir para mapear as trajetórias das bandinhas sob uma perspectiva de longa duração. A incorporação de entrevistas permitiria aprofundar o entendimento sobre a transmissão cultural, as dinâmicas familiares e os processos de formação

musical. Além disso, investigações voltadas às trajetórias de migração qualificada podem esclarecer se algumas dessas formações tiveram origem em músicos que chegaram diretamente da Europa ou em descendentes que mobilizaram saberes musicais herdados, reforçando o caráter transgeracional dessas práticas e ampliando a compreensão histórica sobre os vínculos entre migração, música e identidade no sul do Brasil.

REFERÊNCIAS

A HISTÓRIA da Banda 2001 do Paraná – a banda do hit "Bonde do Alemão". Portal da Música. YouTube, 28 maio 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=JJrPF-sIRbc. Acesso em: 18 jan. 2026.

ALMEIDA, Luciana Schleder. Significados locais da colonização interna no norte mato-grossense. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S. l.], v. 23, 2021. Disponível em: https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/6375. Acesso em: 18 jan. 2026.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARTHES, Roland**. O óbvio e o obtuso:** ensaios críticos III. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BRAUDEL, Fernand. **História e Ciências Sociais:** a longa duração. Revista de História, São Paulo, v. 30, n. 62, p. 261–294, 1965. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1965.123422. Disponível em: https://revistas.usp.br/revhistoria/article/view/123422. Acesso em: 21 ago. 2025.

DIAS, Valton Neto Chaves; RONSINI, Veneza Veloso Mayora. O consumo de música regional como mediador da identidade. **Ponto-e-Vírgula: Revista de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 4, p. 344–357, 2008. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/pontoevirgula/article/download/14197/10422. Acesso em: 18 jan. 2026.

DREHER, Martin N. **Breve história das migrações alemãs para o Brasil**. São Leopoldo: Oikos, 2024.

EWALD, Werner. **"Walking and singing and following the song":** Musical practice in the acculturation of German Brazilians in south Brazil. Lutheran School of Theology at Chicago, 2004.

FRITH, Simon. Music and identity. *In*: HALL, Stuart; DU GAY, Paul (org.). **Questions of cultural identity.** London: SAGE, 1996.

GALPÃO CRIOULO. **Os 3 Xirus – participação no Galpão Crioulo**. Disponível em: https://globoplay.globo.com/v/4543614/. Acesso em: 18 jan. 2026.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (org.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 9–23.

MARTINS, Rosemari Lorenz. **Influências interlinguísticas na fala e na escrita de crianças bilíngues falantes do português e do hunsrückisch:** consoantes oclusivas, fricativas e róticas. 2013. Disponível em: https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/5791/1/000457489-Texto%2BCompleto-0.pdf. Acesso em: 19 jan. 2019.

MATTER, Suelen Scholl. **"A encantadora tradição germânica":** uma etnografia da música entre "coralistas católicos" e "descendentes de alemães" na encosta da serra gaúcha. 2014. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2014. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/97628. Acesso em: 18 jan. 2026.

NEHER, Carlos. **Os 3 Xirus: 56 anos de carreira**. 1. ed. 2020. Disponível em: https://www.amazon.com.br/Os-Xirus-56-Anos-Carreira-ebook/dp/B087PMKGD8. Acesso em: 18 jan. 2026.

OS 3 XIRÚS**. Álbum Os 3 Xirús**. Página do produto no site Amazon. Disponível em: https://www.amazon.com/-/es/Os-3-Xir%C3%BAs/dp/B0728DHDPL. Acesso em: 18 jan. 2026.

ORQUESTRA LA MONTANARA. **No Colinho do Alemão**. Disponível em: http://lamontanara.com.br/discografia/no-colinho-do-alemao/. Acesso em: 18 jan. 2026.

SEYFERTH, Giralda. A assimilação dos imigrantes como questão nacional. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 95–131, 1997. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-93131997000100004. Acesso em: 18 jan. 2026.

SERRA, Eduardo Portela. **Humor e Música:** Delineação de Processos Composicionais e a Sua Aplicação na Composição. 2020. Dissertação de Mestrado. Instituto Politecnico do Porto (Portugal).

SILVA, Larissa Rebello da. **A migração dos trabalhadores gaúchos para a Amazônia Legal (1970–1985):** I – A questão agrária no Rio Grande do Sul. v. 23, n. 1, 2005.

STOKES, Martin (org.). **Ethnicity, identity and music:** the musical construction of place. Oxford; Providence, RI: Berg, 1994.

SUPER BANDA CHOPPÃO. Agenda: Super Banda Choppão — 25/11/2016 Aratiba-RS / 26/11/2016 Sta. Maria do Herval-RS. Facebook, 2016. Disponível em: https://www.facebook.com/SuperBandaChoppao/photos/agenda-super-banda-chopp%C3%A3o25112016-aratiba-rs-26112016-sta-maria-do-herval-rssup/1261456117233949/?_rdr. Acesso em: 18 jan. 2026.

WERLING, Camila. **A música como representação dos movimentos germânicos e não-germânicos em Blumenau nas décadas de 1970 e 1980.** 2016. Dissertação (Mestrado em História Cultural) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: https://sistemabu.udesc.br/pergamumweb/vinculos/000015/000015e2.pdf. Acesso em: 17 jan. 2026.

Biografia dos autores

AMANDA TIMMEN MELLO
Possui graduação em Letras (Bacharelado/Tradução Português-Alemão) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2022), especialização em Docência para o Ensino Superior pela Universidade de Caxias do Sul (2024) e mestrado em Letras (Estudos da Linguagem) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2024). Atualmente é doutoranda em Letras (Estudos da Literatura) no Programa de Pós-Graduação em Letras da UFRGS. Tem experiência na área de Sociolinguística, com ênfase em contatos linguísticos, diversidade linguística e línguas de imigração, e nas áreas de Tradução e Literatura Comparada, em que desenvolve atualmente seu doutorado.
Lattes: http://lattes.cnpq.br/5210586427305268
ORCID: https://orcid.org/0000-0001-6466-5966
E-mail: amanda.timmen@ufrgs.br

ANDRÉ HUYER
Arquiteto e urbanista, graduado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), mestre e doutor em Planejamento Urbano e Regional pela mesma instituição. Especialista em Patrimônio Cultural em Centros Urbanos, atua como pesquisador nas áreas de planejamento urbano, patrimônio cultural e história urbana. É associado efetivo do Instituto Histórico de São Leopoldo (IHSL) e arquiteto e urbanista aposentado do Ministério Público do Rio Grande do Sul.
Lattes: http://lattes.cnpq.br/1017634487584332
ORCID: https://orcid.org/0000-0003-1435-1007
E-mail: andre@huyer.arq.br

BIBIANA WERLE
Doutora em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), na área de concentração em História do Tempo Presente. Graduada em Licenciatura em História e mestra em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atua como docente da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina (SED/SC) e como formadora da área de Ciências

Humanas na Escola de Formação de Professores e Gestores da SED/SC. É membro da Associação Brasileira de Ensino de História (ABEH) e integra o Conselho Consultivo da Revista Eletrônica Ventilando Acervos, vinculada ao Museu Victor Meirelles e ao Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). Desenvolve pesquisas e atua nas áreas de ensino de História, memória, patrimônio cultural, história pública e processos de identificação.
Lattes: http://lattes.cnpq.br/9823587428587444
ORCID: https://orcid.org/0009-0008-3491-726X
E-mail: bibiwerle@gmail.com

CLAUDIA SCHEMES
Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do RS – PUC (2006), Mestre em História Social pela Universidade de São Paulo – USP (1996) e graduação em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos (1987). Professora dos cursos de graduação de História e Moda e do Programa de Pós Graduação em Processos e Manifestações Culturais da Universidade FEEVALE (Novo Hamburgo – RS). Editora da Revista Prâksis. Autora dos livros Festas Cívicas e Esportivas: Um estudo comparativo dos governos Vargas e Péron (Ed. FEEVALE, 2005); Memória do Setor Coureiro-Calçadista: Pioneiros e Empreendedores do Vale do Rio dos Sinos (Ed. FEEVALE, 2003), entre outros. Atualmente desenvolve projetos de pesquisa na área de moda e design inclusivo para pessoas com deficiência visual.
Lattes: http://lattes.cnpq.br/2019632516405974
ORCID:0000-0001-8170-9684
E-mail: claudias@feevale.br

CRISTIANO NICOLINI
Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), na linha de pesquisa Cultura, Migrações e Trabalho, com período de Doutorado Sanduíche na Universidade do Porto, Portugal (2018–2019). Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), especialista em História do Brasil – Novas Perspectivas em Ensino e Pesquisa pela mesma instituição e licenciado em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Atua como professor de Estágio Supervisionado e Didática da História na Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás (UFG), sendo professor permanente do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH/UFG) e do PROFHistória/UFG. Desenvolve pesquisas nas áreas de História e Ensino de História, com ênfase em narrativas, identidade regional, História Regional, Educação Histórica e História e Memória.

Lattes: http://lattes.cnpq.br/3877723227851587
ORCID: https://orcid.org/0000-0003-2033-2910
E-mail: cristianonicolini@ufg.br

DENISE BLANCO SANT ANNA
Doutora pelo Programa de Pós-graduação em Processos e Manifestações Culturais da Universidade Feevale. Mestre em Educação e graduada em Licenciatura em Música pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora dos cursos de Artes Visuais, Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação em Processos e Manifestações Culturais na Universidade Feevale, e coordena o Programa Conexão Cultural e o Projeto de Extensão Movimento Coral na mesma instituição. Atua principalmente nas seguintes áreas: educação, arte, cultura, música, canto coral e formação de professores
Lattes: http://lattes.cnpq.br/4504880633501452
ORCID: 0000-0002-0233-6638
E-mail: denise@feevale.br

DOUGLAS MÁRCIO KAISER
Doutorando em Processos e Manifestações Culturais pela Universidade FEEVALE (Novo Hamburgo – RS); Mestre em Processos e Manifestações Culturais pela Universidade FEEVALE (Novo Hamburgo – RS, 2022); Bacharel em Administração de Empresas pelas Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT, RS, 2009). Voluntário da Associação de Amigos da Oktoberfest de Igrejinha – AMIFEST, na comissão de Relações Institucionais. Já desempenhou atividades voluntárias no Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade (PGQP – RS); na Associação Comercial e de Serviços de Rolante e Riozinho (ACISA Rolante e Riozinho); dentre outros. Premiado em concursos literários. Pesquisa com foco nos temas de cultura, imigração e inclusão.
Lattes: http://lattes.cnpq.br/2746868527560723
ORCID: 0000-0001-7025-6421
E-mail: douglas.mkaiser@gmail.com

ERNANI MÜGGE
Possui graduação em Letras Português–Alemão pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1991), especialização em Linguística do Texto (1993) e mestrado em Teoria da Literatura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2001). É doutor em Literatura Brasileira, Portuguesa e Luso-africana pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e realizou pós-doutorado em Cultura e Literatura (PNPD/CAPES). Atualmente é professor

e pesquisador da Universidade Feevale, atuando no curso de Letras e no PPG em Processos e Manifestações Culturais, além de integrar o quadro docente do curso de Letras da Faculdade Instituto Ivoti. Atua no Grupo de Pesquisa Linguagens e Manifestações Culturais e é pesquisador voluntário do Grupo de Estudos Ecocríticos (GEco/UFPR). É coautor de livros sobre literatura e formação de leitores e publicou três obras ficcionais: Percalços (2000), Instantes (2004) e Pretérito (re)visitado (2017). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em literatura e metodologia do ensino de literatura.
Lattes: http://lattes.cnpq.br/7629543459378453
ORCID: https://orcid.org/0000-0001-8243-8759
E-mail: ernani@feevale.br

GERSON ROBERTO NEUMANN
Professor Associado de Literatura e Língua Alemã na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Foi Presidente da Associação Brasileira de Literatura Comparada (ABRALIC) no biênio 2020–2021 e atualmente é vice-presidente da gestão 2026 da ABRALIC. É líder do Grupo de Pesquisa Cosmos Littera (CNPq). Graduado em Letras Português–Alemão pela UNISINOS (1995), possui mestrado em Letras pela UFRJ (2000) e doutorado em Ciências da Literatura pela Freie Universität Berlin (2004), com bolsa DAAD, além de pós-doutorado na Universität Potsdam (Capes–Alexander von Humboldt). Atua principalmente nas áreas de Língua e Literatura Alemãs, Literatura Comparada, Estudos Culturais e Tradução, pesquisando literatura em língua alemã no Brasil, história da imigração alemã, ensino de alemão, identidade cultural e a prática do Hunsrückisch. Integra o projeto ALMA-H e diversos grupos de pesquisa nacionais e internacionais. É editor da Revista Contingentia (UFRGS), ocupa a cadeira nº 21 do Instituto Histórico de São Leopoldo e é pesquisador-fundador do CDEA.
Lattes: http://lattes.cnpq.br/2632225674530234
ORCID: https://orcid.org/0000-0001-5809-6998
E-mail: gerson.neumann@gmail.com

LUCIANA SANGUINÉ
Doutoranda em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Possui mestrado em Project Management pela University of Essex (Reino Unido). É graduada em História, Letras, Engenharia da Computação e Gestão da Tecnologia da Informação. Atua como pesquisadora nas áreas de imigração, identidade e etnicidade no Rio Grande do Sul. Possui trajetória profissional consolidada no setor de tecnologia da informação, com atuação no Brasil e no exterior, nas áreas de segurança da informação, governança, ciência de dados e inteligência artificial, articulando tecnologia e humanidades. É editora

assistente da revista Estudos Ibero-Americanos (Qualis A1), organizadora geral da coleção História dos Povos Formadores do Rio Grande do Sul. Integra o quadro de membros da Netnographic Research Association (ANR) como membro ativa, atuando diretamente em atividades de divulgação científica e comunicação acadêmica, em articulação com pesquisadores da associação, incluindo o fundador da metodologia netnográfica, Robert Kozinets. Tem interesse nos seguintes temas: imigração e processos migratórios; identidade, etnicidade e pertencimento; história regional; patrimônio cultural; humanidades digitais; metodologia e escrita científica; história oral; netnografia; usos de tecnologias digitais na pesquisa histórica; Holocausto e genocídio.
Lattes: http://lattes.cnpq.br/2329404148873452
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-8517-7803
E-mail: luciana.sanguine@outlook.com

MARCOS ANTÔNIO WITT
Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), com graduação (1998) e mestrado (2001) em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. É membro efetivo do Instituto Histórico de São Leopoldo (IHSL) desde 2006. Atua como pesquisador na área de História do Brasil Império, com ênfase em imigração, colonização, imigração alemã, imigração e escravidão, e história comparada.
Lattes: http://lattes.cnpq.br/5004407197335303
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-7593-177X
E-mail: wittmarcos1969@gmail.com

MILLENY DUBIEL
Mestranda e licenciada em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e tecnóloga em Administração pelo Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS). Atua em ensino e pesquisa com ênfase em educação, migrações, história e estudos de gênero, com foco em inclusão e diversidade. Integra a equipe editorial da revista Estudos Ibero-Americanos (EIA/PUCRS) como editora assistente. Participou da comissão organizadora do XII EPHIS e do CEGI 2025, atuando na coordenação de Simpósio Temático, criação visual/branding e gestão de redes sociais. É autora e ministrante do minicurso Mulheres em Movimento no Brasil Império. Atualmente desenvolve jogos pedagógicos voltados ao ensino de História, com elaboração de sequências didáticas e mediação de debates em sala de aula.
Lattes: https://lattes.cnpq.br/0440467947119938
ORCID: https://orcid.org/0009-0008-2389-6774
E-mail: millenydubiel@hotmail.com

PEDRO ENERI CREMONESE
É arquiteto e urbanista formado pela Escola Politécnica da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e mestre em Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo pela Universidade Federal de Santa Maria. Desde 2024, cursa o doutorado em História na Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, realizando estágio doutoral sanduíche na Universidade de Viena. Sua experiência acadêmica concentra-se em teoria e história da arquitetura, com ênfase em estudos sobre arquitetura vernácula, paisagem e arquitetura religiosa no Rio Grande do Sul.
Lattes: http://lattes.cnpq.br/1856541448823199
ORCID: https://orcid.org/0009-0005-3311-229X
E-mail: pedro.cremonese@edu.pucrs.br

RENÉ ERNAINI GERTZ
Doutor em Ciência Política pela Freie Universität Berlin, onde também realizou estágio de pós-doutorado. Graduado em História pela UNISINOS e mestre em Ciência Política pela UFRGS, foi professor-titular da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e professor-associado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), atuando em ambos os casos nos Departamentos de História. É membro do Instituto Histórico de São Leopoldo (IHSL). Sua produção acadêmica dedica-se, sobretudo, à História do Brasil República, com ênfase nos aspectos políticos da imigração e da colonização no sul do Brasil, bem como em temas como integralismo, nazismo, germanismo, protestantismo, preconceitos étnicos e religiosos e a política gaúcha no contexto do Estado Novo. Também se destaca por sua atuação na divulgação da historiografia alemã contemporânea no Brasil, especialmente por meio de traduções.
Lattes: http://lattes.cnpq.br/5149402586875448

RICARDO WILLY RIETH
Possui graduação em Teologia pelo Seminário Concórdia (IELB), Porto Alegre/RS (1986), em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo/RS (1988) e doutorado em Teologia (Kirchengeschichte) pela Universität Leipzig/Alemanha (1992). Realizou estágio de pós-doutoramento na Universität Leipzig (2000). Atualmente é membro do Conselho de Administração da Fundación Educacional Concordia (FEC) / Colegio San Pablo, Montevidéu, Uruguai. Tem experiência docente em nível de graduação e pós-graduação (mestrado/doutorado), modalidades presencial e ensino a distância, orientação de pesquisas, publica e integra associações e comitês científicos no país e no exterior nas seguintes áreas: educação e estudos

culturais, história moderna e contemporânea, história e pensamento da Reforma protestante, ciências da religião e etnicidade.
Lattes: http://lattes.cnpq.br/2854589063294139
ORCID: https://orcid.org/0000-0001-8093-3473
E-mail: ricardo.rieth@gmail.com

RODRIGO LUIS DOS SANTOS
Possui doutorado em História (2021) pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), mestrado em História (2016) e graduação em Licenciatura em História (2013) pela mesma instituição. Historiador com registro profissional sob número 0000001/RS (2021). Atua como Docente da Área do Conhecimento de Humanidades na Universidade de Caxias do Sul (UCS), vinculado aos Cursos de Graduação (Licenciatura e Bacharelado) e ao Programa de Pós-Graduação em História. Associado ao Instituto Histórico de São Leopoldo (IHSL). Exerceu a função de Historiador junto ao Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (2024-2025). Tem interesse e atua nos seguintes temas: imigração e sua contextualização social e política; Brasil e Rio Grande do Sul republicano (Primeira República e Período Vargas); Estado Novo, nacionalismo e ações de nacionalização; patrimônio, museus e acervos documentais e históricos; história da educação; biografia histórica e trajetória; ensino de História e uso de fontes audiovisuais e impressas em sala de aula.
E-mail: rluis.historia@gmail.com
Lattes: http://lattes.cnpq.br/2668730091701426
Orcid: https://orcid.org/0000-0003-3447-6026.

ROSANE MARCIA NEUMANN
Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS, 2009). Realizou estágio de pós-doutorado no Lateinamerika-Institut (LAI) da Freie Universität Berlin, Alemanha (2017), e estágio de pós-doutorado em História na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2021–2022). É mestre em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2003) e graduada em História – Licenciatura Plena pela Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul (2000). Atualmente, é professora visitante no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande (PPGH/FURG) e atua como Analista Pesquisadora – História no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS/SPGG). Seus interesses de pesquisa concentram-se na História Latino-Americana, Estudos Migratórios, Micro-história e História Intelectual, com ênfase na imigração de língua alemã na América Latina (séculos XIX e XX), imigração e colonização,

colônias públicas e privadas no Rio Grande do Sul, empresas de colonização, trajetórias migratórias e redes de intelectuais alemães.
Lattes: http://lattes.cnpq.br/9670937037390742
ORCID: https://orcid.org/0000-0001-5203-5086
E-mail: rosaneneumann@gmail.com

VALÉRIA DA SILVA SCHMIDT
Possui Licenciatura em História pela Universidade de Caxias do Sul (2025) e nível técnico em Recursos Humanos pela Escola Estadual de Educação Profissional Estrela (2020). Atualmente, atua na Coordenadoria de Pós-Graduação Lato Sensu da Universidade de Caxias do Sul. Suas áreas de pesquisa abrangem a História das Religiões, História Regional e Patrimônio.
Lattes: http://lattes.cnpq.br/5940499075398169
E-mail: valeriass4@hotmail.com

VÍTOR MATEUS VIEBRANTZ
Doutorando em História no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (UPF), na linha de pesquisa Política e Relações de Poder, com bolsa de dedicação exclusiva do Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições Comunitárias de Educação Superior (PROSUC/CAPES). Mestre em História pela UPF (2024), na área de concentração História, Região e Fronteiras, teve sua dissertação aprovada com distinção acadêmica e reconhecida com o Prêmio Dissertação 2024 do Programa de Pós-Graduação em História da UPF. É graduado em História (Licenciatura) pela UPF (2022). Integra o GT de História Política da ANPUH-RS. Atua como editor-chefe da Revista Semina – Revista dos Pós-Graduandos em História da UPF (ISSN-e 2763-8804). Seus interesses de pesquisa concentram-se nas relações de poder, representação política, poder local, emancipações municipais, municipalismo e federalismo na Nova República, bem como nas temáticas da colonização e migração alemã no norte do Rio Grande do Sul, nazismo e pós-nazismo no Brasil.
Lattes: http://lattes.cnpq.br/6010470168462689
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-0259-5226
E-mail: 171405@upf.br

WELINGTON AUGUSTO BLUME
Possui graduação em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2018) e mestrado em História pela mesma instituição (2020). Atualmente é doutorando em História no Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), com bolsa

da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). É membro do Instituto Histórico de São Leopoldo (IHSL) e professor da rede pública e privada de ensino no Rio Grande do Sul. Atua como pesquisador na área de História da América Latina, com ênfase em estudos migratórios, História Cultural e História Intelectual.
Lattes: http://lattes.cnpq.br/5125511030879519
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-6138-6926
E-mail: welingtonblume@hotmail.com



Índice Remissivo

200 anos 7, 19, 22, 23, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 48, 53, 63, 282, 323, 324

A

Alemães 8, 10, 11, 14, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 55, 57, 61, 63, 64, 66, 67, 68, 72, 75, 76, 91, 110, 118, 134, 139, 149, 151, 152, 153, 154, 159, 160, 161, 163, 167, 169, 172, 177, 178, 184, 188, 189, 190, 194, 195, 196, 197, 198, 202, 212, 213, 221, 249, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 293, 295, 296, 298, 299, 301, 305, 306, 308, 313, 321, 323, 324, 327, 328, 329, 330, 332, 333, 334, 340, 346, 362, 370, 387

Alemão 7, 9, 10, 13, 14, 19, 24, 25, 26, 31, 45, 46, 48, 51, 52, 76, 91, 103, 149, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 165, 166, 167, 168, 169, 171, 172, 173, 184, 185, 189, 193, 198, 208, 213, 223, 225, 226, 227, 228, 229, 232, 234, 262, 263, 278, 287, 289, 291, 292, 294, 295, 296, 297, 300, 304, 306, 327, 328, 330, 336, 339, 340, 346, 349, 354, 356, 359, 360, 361, 362, 363, 366, 383

Alemãs 14, 21, 23, 32, 42, 47, 48, 49, 50, 55, 59, 62, 67, 76, 77, 78, 79, 103, 146, 161, 162, 165, 196, 202, 220, 221, 222, 223, 230, 244, 282, 290, 295, 308, 318, 322, 324, 327, 330, 333, 335, 350, 369

América 8, 14, 46, 54, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 96, 155, 182, 187, 262, 285, 304, 322, 327, 330, 334, 335, 386, 388

Arquitetura 10, 11, 32, 228, 233, 235, 243, 244, 245, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 255, 259, 260, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 270, 271, 276, 277, 278, 280, 281, 282, 291, 306, 341, 385

B

Bandinhas 11, 12, 74, 295, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368

C

Colônia 25, 28, 33, 35, 36, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 55, 56, 64, 65, 66, 67, 68, 73, 74, 75, 78, 109, 110, 199, 213, 251, 263, 282, 287, 292, 331, 332, 343

Colônias 10, 14, 18, 21, 31, 32, 37, 49, 55, 56, 64, 82, 97, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 113, 115, 117, 118, 119, 120, 151, 152, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 167, 186, 198, 243, 244, 245, 247, 248, 252, 253, 263, 287, 308, 330, 331, 333, 356, 387

Colonização 8, 9, 10, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 37, 40, 54, 55, 57, 59, 61, 62, 64, 65, 66, 69, 70, 71, 73, 76, 77, 78, 79, 81, 89, 92, 94, 95, 96, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 117, 118, 119, 120, 152, 163, 164, 168, 173, 176, 183, 185, 186, 190, 194, 198, 202, 203, 221, 239, 248, 249, 260, 282, 286, 287, 289, 290, 291, 292, 301, 304, 307, 333, 336, 356, 369, 384, 385, 386, 387

Colonos 32, 35, 36, 38, 42, 44, 45, 47, 49, 50, 55, 61, 64, 68, 69, 85, 89, 90, 93, 94, 99, 100, 101, 102, 103, 105, 106, 107, 110, 116, 118, 120, 134, 151, 162, 164, 176, 178, 179, 180, 182, 190, 196, 197, 198, 248, 249, 288, 299, 308, 335, 341, 342, 344
Comunidade 22, 45, 46, 47, 50, 53, 60, 63, 70, 71, 72, 74, 75, 78, 119, 131, 158, 160, 162, 167, 176, 178, 182, 184, 186, 189, 199, 200, 201, 207, 209, 213, 219, 224, 226, 227, 232, 236, 237, 252, 253, 257, 258, 259, 260, 299, 305, 306, 308, 309, 312, 313, 314, 316, 317, 321, 323, 326, 331, 334, 342, 344
Comunidades 8, 9, 10, 12, 31, 47, 60, 62, 65, 70, 71, 72, 75, 78, 104, 158, 159, 163, 165, 169, 176, 178, 179, 180, 182, 183, 184, 186, 187, 188, 189, 190, 193, 194, 195, 196, 202, 219, 220, 221, 222, 225, 227, 233, 234, 236, 243, 250, 251, 252, 253, 259, 260, 264, 265, 305, 307, 308, 332, 335, 353, 356, 357, 359, 360, 364
Cultura 8, 11, 14, 19, 20, 21, 26, 27, 30, 33, 41, 42, 43, 46, 52, 54, 60, 62, 63, 75, 81, 90, 93, 110, 111, 114, 149, 156, 159, 160, 163, 164, 169, 176, 186, 188, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 202, 218, 219, 220, 222, 224, 230, 231, 232, 234, 235, 236, 237, 239, 244, 262, 263, 265, 266, 267, 270, 271, 279, 281, 289, 290, 291, 293, 301, 303, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 316, 317, 318, 319, 321, 322, 323, 324, 326, 335, 340, 341, 356, 357, 359, 365, 366, 373
Cultura alemã 11, 289, 303, 305, 306, 307, 308, 309, 311, 316, 319, 321, 322, 340
Culturais 7, 8, 9, 11, 12, 18, 22, 23, 25, 35, 51, 57, 60, 61, 62, 63, 66, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 78, 149, 150, 164, 168, 187, 190, 214, 218, 219, 220, 221, 228, 230, 234, 236, 262, 263, 265, 270, 271, 288, 289, 294, 300, 305, 306, 313, 314, 321, 326, 339, 340, 341, 353, 354, 355, 356, 358, 362, 363, 366, 368, 386
Cultural 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 19, 26, 35, 36, 37, 42, 46, 50, 51, 53, 54, 57, 62, 64, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 80, 81, 86, 103, 118, 158, 160, 162, 164, 168, 169, 172, 175, 176, 178, 182, 188, 190, 191, 201, 202, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 226, 227, 228, 229, 230, 232, 235, 237, 238, 243, 244, 249, 262, 263, 265, 267, 269, 279, 280, 281, 292, 301, 303, 304, 306, 307, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 320, 322, 323, 324, 325, 326, 335, 337, 338, 341, 342, 348, 350, 353, 354, 355, 356, 357, 359, 360, 361, 362, 363, 365, 366, 367, 368, 369, 371, 372, 383, 384

D

Descendentes 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 17, 18, 20, 22, 23, 24, 25, 29, 37, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 62, 64, 65, 67, 68, 102, 118, 123, 139, 149, 152, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 169, 170, 172, 176, 183, 188, 196, 197, 198, 202, 221, 275, 277, 278, 279, 280, 287, 288, 289, 290, 293, 294, 299, 306, 307, 321, 324, 325, 326, 332, 338, 339, 340, 345, 348, 349, 356, 362, 364, 369, 370

E

Educação 9, 20, 42, 55, 93, 128, 146, 178, 185, 186, 191, 194, 218, 222, 223, 225, 226, 227, 228, 232, 237, 253, 280, 293, 301, 306, 318, 327, 373, 384, 385, 386
Emigração 51, 102, 149, 150, 151, 177, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 347, 348
Enxaimel 11, 63, 206, 250, 251, 269, 270, 271, 273, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 310
Escola 10, 45, 46, 47, 52, 105, 160, 162, 178, 180, 184, 186, 190, 199, 217, 218, 220, 222, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 234, 236, 237, 258, 296, 318, 319

Escolar 10, 76, 79, 153, 154, 169, 186, 194, 219, 220, 222, 223, 227, 228, 230, 231, 233, 234, 235, 236, 238, 239, 295, 360
Escolas 9, 48, 68, 72, 133, 159, 165, 180, 181, 186, 191, 193, 199, 202, 219, 221, 222, 223, 225, 226, 227, 228, 229, 232, 233, 234, 235, 236, 276, 294, 295, 317, 357
Estado 9, 11, 30, 37, 44, 79, 86, 91, 92, 94, 96, 97, 99, 100, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 114, 115, 116, 117, 119, 120, 125, 128, 133, 139, 140, 143, 145, 153, 158, 163, 164, 165, 166, 174, 191, 216, 217, 222, 227, 229, 290, 294, 299, 300, 301, 302, 305, 306, 314, 317, 318, 330, 332, 333, 340, 362, 370, 371, 385, 386
Estado Novo 9, 11, 139, 143, 145, 163, 164, 165, 174, 191, 217, 227, 229, 290, 294, 300, 301, 385, 386
Etnicidade 10, 11, 12, 14, 50, 54, 190, 218, 219, 220, 223, 224, 227, 232, 233, 239, 287, 288, 289, 290, 297, 301, 323, 324, 353, 354, 355, 362, 363, 368, 383, 384, 386

F

Fala alemã 7, 8, 17, 19, 54, 164, 170, 174, 177, 270, 278, 347
Família 24, 25, 33, 35, 36, 38, 39, 41, 49, 51, 110, 130, 151, 154, 161, 162, 166, 195, 201, 207, 208, 225, 277, 308, 316, 321, 325, 328, 329, 340, 342, 344, 346
Famílias 25, 31, 36, 37, 42, 43, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 61, 63, 67, 74, 76, 104, 111, 112, 115, 116, 149, 150, 159, 163, 182, 198, 307
Fé 10, 26, 47, 63, 75, 91, 114, 176, 177, 178, 179, 188, 189, 190, 206, 207, 212, 213, 222, 267, 312, 329

G

Germânica 22, 23, 30, 31, 74, 120, 154, 157, 175, 184, 185, 197, 221, 226, 227, 228, 230, 232, 233, 234, 248, 249, 251, 252, 260, 271, 277, 289, 290, 291, 292, 293, 299, 303, 305, 308, 309, 310, 313, 316, 317, 335, 341, 342, 344, 348, 360, 370
Germanidade 18, 25, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 176, 186, 188, 192, 219, 220, 222, 223, 229, 230, 235, 236, 289, 292, 335, 349, 362
Getúlio Vargas 120, 123, 124, 125, 126, 129, 131, 132, 134, 135, 136, 137, 140, 143, 164, 181, 183, 185, 193, 293, 307
Governo 18, 19, 25, 35, 100, 103, 104, 105, 106, 107, 110, 117, 125, 126, 129, 132, 133, 136, 142, 144, 153, 163, 177, 181, 185, 190, 193, 197, 198, 203, 221, 266, 295, 325, 330, 331, 334, 342, 343

H

História 7, 9, 13, 14, 20, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 40, 44, 48, 52, 53, 56, 59, 60, 63, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 78, 79, 80, 81, 121, 146, 150, 154, 155, 156, 169, 171, 174, 179, 183, 187, 190, 191, 192, 196, 199, 200, 213, 217, 218, 220, 223, 235, 237, 238, 239, 253, 258, 269, 280, 282, 287, 288, 289, 292, 293, 295, 297, 298, 300, 301, 302, 307, 321, 322, 323, 324, 325, 328, 329, 332, 334, 341, 346, 355, 357, 368, 369, 371, 372, 383, 384, 385, 386
Histórica 8, 10, 24, 25, 52, 61, 77, 96, 157, 175, 176, 177, 188, 190, 194, 195, 196, 200, 217, 218, 219, 221, 223, 226, 229, 235, 237, 238, 239, 244, 286, 290, 298, 299, 301, 314, 315, 323, 345, 354, 355, 367, 369, 384, 386
Histórico 12, 20, 22, 23, 27, 33, 43, 49, 55, 61, 66, 67, 69, 76, 124, 138, 146, 149, 157, 158, 159, 183, 184, 189, 195, 221, 223, 226, 243, 264, 266, 279, 288, 297, 305, 317, 318, 320, 334, 344, 345, 354, 355, 363, 368

Históricos 7, 22, 24, 31, 35, 44, 57, 61, 62, 77, 78, 87, 100, 149, 169, 176, 194, 218, 219, 265, 279, 280, 298, 304, 323, 353, 355, 356, 358, 360, 368, 386

I

Identidade 8, 9, 10, 11, 12, 14, 36, 37, 38, 41, 43, 46, 50, 51, 52, 54, 58, 59, 61, 62, 65, 66, 71, 77, 78, 150, 163, 167, 175, 176, 178, 181, 183, 187, 188, 190, 191, 194, 195, 201, 202, 213, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 227, 228, 229, 230, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 244, 253, 262, 265, 288, 289, 290, 292, 294, 299, 301, 303, 304, 308, 309, 311, 312, 313, 314, 316, 317, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 343, 350, 353, 355, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 366, 369, 372, 383, 384

Identidade cultural 9, 10, 36, 54, 202, 219, 220, 235, 244, 262, 311, 314, 322, 325, 350, 357, 366, 383

Identidades 7, 8, 11, 14, 29, 37, 43, 45, 50, 51, 57, 58, 60, 61, 77, 169, 172, 175, 202, 213, 219, 220, 222, 294, 307, 308, 313, 321, 354, 357, 362, 367

Identitária 8, 10, 11, 37, 41, 45, 49, 51, 52, 62, 64, 70, 73, 74, 75, 77, 78, 217, 218, 220, 221, 222, 227, 232, 234, 235, 287, 290, 293, 297, 298, 299, 316, 348, 355, 358, 360, 363, 368

Igreja 45, 46, 47, 105, 155, 176, 177, 178, 180, 181, 182, 183, 184, 186, 190, 191, 193, 199, 209, 226, 252, 253, 254, 255, 257, 258, 259, 260, 261, 263, 265, 266, 267, 310, 345

Igrejas 9, 10, 159, 176, 180, 187, 188, 189, 190, 199, 200, 202, 206, 249, 251, 252, 255, 260, 263, 267, 276, 277, 337

Imigração 7, 8, 9, 10, 11, 12, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 37, 44, 47, 48, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 61, 62, 67, 77, 78, 79, 87, 89, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 108, 119, 123, 133, 149, 151, 152, 155, 160, 161, 162, 167, 168, 169, 170, 171, 176, 177, 183, 190, 193, 217, 218, 221, 223, 224, 225, 227, 234, 237, 247, 249, 251, 252, 260, 267, 269, 270, 271, 277, 278, 282, 288, 291, 292, 302, 303, 304, 305, 315, 317, 321, 323, 325, 327, 333, 334, 335, 337, 338, 343, 346, 348, 349, 350, 353, 354, 355, 356, 358, 359, 360, 361, 364, 368, 371, 373, 383, 384, 385, 386

Imigração alemã 7, 8, 9, 11, 18, 19, 20, 22, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 48, 54, 61, 67, 78, 123, 133, 149, 151, 152, 162, 169, 170, 171, 176, 193, 218, 223, 224, 237, 249, 267, 269, 271, 278, 282, 291, 292, 302, 303, 304, 305, 315, 321, 323, 325, 327, 333, 334, 335, 337, 349, 350, 383, 384

Imigrante 36, 37, 40, 48, 51, 53, 55, 73, 92, 93, 101, 102, 103, 108, 162, 183, 223, 233, 249, 291, 299, 326, 334, 341, 345, 346, 347, 348, 349, 363, 368

Imigrantes 7, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 19, 20, 21, 23, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 40, 42, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 55, 63, 64, 66, 67, 72, 75, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 97, 100, 101, 102, 103, 104, 118, 121, 123, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 157, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 167, 169, 170, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 183, 184, 188, 190, 191, 193, 194, 198, 221, 222, 223, 227, 230, 238, 243, 244, 245, 248, 249, 252, 253, 262, 263, 275, 276, 277, 278, 280, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 293, 294, 298, 304, 305, 306, 307, 308, 313, 316, 321, 324, 325, 326, 328, 329, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 338, 339, 342, 343, 344, 345, 346, 348, 353, 356, 362, 370

Império 9, 91, 96, 99, 100, 102, 104, 105, 117, 119, 150, 154, 155, 164, 165, 185, 252, 305, 384
Instituições 8, 17, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 70, 87, 89, 90, 91, 151, 179, 186, 190, 191, 217, 219, 221, 222, 224, 225, 226, 227, 229, 230, 234, 264, 290, 293, 295, 345

L
Língua 7, 9, 11, 12, 22, 30, 45, 46, 51, 54, 73, 74, 90, 100, 149, 150, 151, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 173, 175, 176, 181, 183, 184, 186, 187, 190, 191, 221, 222, 223, 228, 230, 236, 253, 263, 295, 296, 304, 305, 306, 325, 326, 327, 329, 333, 334, 335, 337, 338, 339, 341, 342, 343, 345, 346, 348, 349, 350, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 364, 366, 383, 386
Língua alemã 7, 11, 12, 45, 46, 54, 74, 100, 151, 154, 155, 156, 157, 161, 164, 173, 181, 183, 184, 191, 228, 236, 253, 263, 305, 306, 325, 326, 327, 329, 333, 334, 335, 337, 338, 339, 341, 342, 343, 345, 346, 348, 349, 350, 353, 354, 356, 358, 362, 364, 366, 383, 386
Línguas 149, 150, 152, 154, 155, 157, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 330, 348, 359, 360, 371
Literatura 11, 14, 20, 30, 36, 46, 50, 156, 214, 239, 253, 325, 326, 327, 335, 338, 339, 341, 345, 347, 348, 350, 367, 383
Luterana 175, 176, 177, 178, 181, 182, 184, 185, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 199, 209, 252, 253, 258, 259, 261, 337
Luteranismo 10, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 182, 183, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194
Luteranos 35, 175, 176, 177, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 189, 192, 213, 222, 252, 253, 262, 265, 346

M
Memória 8, 10, 11, 20, 21, 26, 46, 52, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 195, 199, 200, 201, 202, 203, 213, 217, 218, 219, 223, 224, 226, 227, 228, 233, 235, 236, 237, 238, 239, 249, 253, 265, 286, 287, 288, 289, 290, 292, 293, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 306, 309, 312, 313, 314, 315, 316, 321, 322, 323, 341, 348, 357, 358, 360, 361, 362, 365, 368, 369, 372
Migrações 27, 33, 57, 59, 61, 62, 77, 78, 79, 87, 89, 92, 94, 95, 162, 167, 195, 269, 322, 324, 350, 369, 384
Música 11, 12, 75, 226, 250, 295, 306, 307, 310, 323, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 373

N
Neogótico 10, 234, 243, 251, 252, 253, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 263, 266

O
Oktoberfest 11, 271, 303, 304, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 353, 357, 358, 365, 373

Origem 10, 11, 23, 25, 31, 36, 50, 59, 64, 65, 73, 74, 78, 103, 143, 149, 150, 152, 155, 156, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 165, 167, 176, 177, 179, 184, 188, 189, 196, 220, 221, 224, 226, 230, 233, 234, 237, 238, 243, 244, 245, 249, 250, 253, 263, 264, 289, 304, 305, 306, 307, 316, 326, 335, 339, 340, 341, 344, 345, 346, 353, 358, 359, 360, 362, 366, 369

P

Patrimônio 27, 33, 50, 62, 74, 158, 168, 169, 172, 180, 219, 223, 233, 235, 239, 264, 265, 267, 269, 279, 280, 281, 301, 307, 313, 371, 372, 384, 386

Patrimônio Cultural 12, 213, 371

Pertencimento 8, 9, 10, 11, 12, 13, 57, 58, 59, 60, 62, 64, 67, 68, 70, 72, 75, 77, 79, 219, 221, 222, 227, 229, 230, 232, 233, 236, 237, 265, 303, 304, 308, 312, 316, 317, 319, 322, 343, 348, 353, 354, 355, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 364, 365, 366, 367, 368, 384

Pioneirismo 8, 11, 57, 59, 61, 62, 64, 68, 69, 71, 77, 78, 79, 264, 288, 290, 299

Poder 8, 9, 18, 49, 53, 59, 65, 67, 70, 86, 103, 105, 107, 109, 118, 119, 123, 129, 130, 135, 136, 143, 144, 145, 159, 164, 180, 193, 222, 231, 232, 236, 250, 286, 290, 292, 293, 295, 296, 297, 313, 329, 345, 387

Política 9, 19, 25, 29, 32, 49, 55, 61, 67, 76, 77, 89, 91, 96, 102, 104, 106, 118, 119, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 134, 135, 138, 139, 140, 142, 143, 144, 146, 153, 164, 168, 170, 172, 175, 176, 180, 181, 182, 183, 185, 191, 194, 198, 217, 221, 224, 227, 237, 262, 264, 293, 299, 301, 302, 314, 330, 335, 336, 385, 386, 387

R

Religião 9, 14, 20, 29, 35, 46, 48, 52, 53, 55, 128, 146, 172, 177, 179, 188, 190, 192, 195, 196, 201, 202, 207, 213, 222, 226, 233, 234, 238, 331, 349, 386

Religiosa 10, 49, 73, 87, 89, 90, 91, 94, 176, 177, 179, 180, 185, 190, 191, 195, 201, 202, 213, 227, 234, 243, 244, 245, 249, 251, 252, 253, 263, 265, 331, 385

Religiosidade 8, 10, 75, 182, 195, 199, 201, 206, 233, 236, 270, 301, 306, 345

República 9, 18, 80, 92, 99, 102, 104, 105, 106, 107, 124, 125, 127, 131, 136, 143, 163, 164, 185, 252, 253, 385, 386, 387

S

Segunda Guerra Mundial 18, 21, 165, 181, 183, 185, 224, 225

Sínodo 176, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 187, 189, 191, 194

Sociedade 14, 19, 21, 24, 26, 48, 49, 58, 60, 73, 78, 141, 150, 159, 166, 177, 181, 183, 185, 186, 188, 190, 191, 197, 198, 200, 201, 202, 213, 227, 252, 278, 280, 293, 306, 318, 340

T

Terra 39, 41, 61, 75, 86, 89, 92, 99, 101, 102, 103, 104, 106, 108, 109, 116, 117, 149, 150, 151, 172, 179, 184, 192, 193, 196, 199, 229, 232, 244, 245, 247, 248, 250, 276, 288, 301, 326, 328, 329, 331, 335, 337, 340, 342, 343, 344, 347

Terras 35, 36, 37, 39, 40, 43, 50, 51, 61, 65, 75, 85, 87, 89, 90, 92, 93, 94, 99, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 150, 151, 177, 178, 183, 196, 197, 198, 244, 305, 325, 326, 329, 334, 343

Território 8, 10, 21, 52, 64, 65, 66, 82, 86, 90, 94, 99, 103, 104, 123, 150, 151, 153, 161, 197, 198, 221, 232, 243, 244, 245, 247, 262, 265, 287, 288, 291, 334, 343, 348
Teuto 8, 9, 11, 13, 14, 35, 51, 54, 55, 56, 133, 146, 150, 161, 162, 163, 165, 167, 176, 182, 184, 185, 186, 189, 190, 193, 194, 217, 218, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 229, 230, 232, 233, 234, 236, 237, 238, 239, 243, 253, 266, 287, 289, 294, 295, 296, 297, 299, 301, 306, 307, 308, 323, 336, 340, 341, 346, 354, 355, 359, 360, 361, 363, 366, 367, 368
Tradições 8, 12, 22, 23, 30, 31, 35, 75, 76, 175, 177, 180, 221, 226, 228, 252, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 313, 316, 317, 321, 322, 326, 358, 369

V
Vida comunitária 8, 9, 320, 343, 353
Voluntariado 11, 303, 309, 311, 312, 316, 321, 322